

## **A noção de padrão discursivo: textos e géneros em análise**

**Rute Isabel Alves Rosa**

**Tese de Doutoramento em Linguística**

**Especialidade Linguística do Texto e do Discurso**

**Abril, 2020**



Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Linguística, na especialidade de Linguística do Texto e do Discurso, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Matilde Gonçalves.

O presente trabalho é financiado por fundos nacionais portugueses, através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, como parte do projeto do Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa – UID/LIN/03213/2013 e da bolsa de investigação PD/BD/113974/2015, ao abrigo do Programa de Doutoramento FCT “KRUse – Knowledge, Representation & Use”.

*À Mafalda*

“Eles não sabem que o sonho  
é uma constante da vida  
tão concreta e definida  
como outra coisa qualquer,  
como esta pedra cinzenta  
em que me sento e descanso,  
como este ribeiro manso  
em serenos sobressaltos,  
como estes pinheiros altos  
que em verde e oiro se agitam,  
como estas aves que gritam  
em bebedeiras de azul.”

António Gedeão, *Pedra Filosofal*, in 'Movimento Perpétuo'

## AGRADECIMENTOS

Na conclusão deste projeto de investigação, quero agradecer a todos os que contribuíram para a sua realização:

À **Fundação para a Ciência e para a Tecnologia**, instituição financiadora do Programa de Doutoramento “KRUse–Knowledge, Representation & Use”, pela bolsa de investigação que me permitiu a dedicação exclusiva a este projeto.

Ao **Centro de Linguística da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa**, instituição onde desenvolvi este projeto, pelas boas condições de trabalho e pela forma como me acolheu.

À **Professora Doutora Matilde Gonçalves**, orientadora deste projeto de investigação, pela presença e acompanhamento constantes, pelas palavras de apoio e de amizade, pelos comentários pertinentes, pelo rigor científico e pelo interesse e dedicação com que me orientou neste trabalho.

Às professoras e investigadoras do Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa e do grupo **Gramática & Texto**, pelo apoio demonstrado, em particular, à **Professora Doutora Maria Antónia Coutinho**, pelos cruzamentos que ampliaram os meus horizontes e pela generosidade intelectual.

À **Escuela de Lenguas da Facultad de Artes y Humanidades da Universidad Nacional de Rosario** (Argentina), instituição de acolhimento no estrangeiro, pela oportunidade. Agradeço à **Professora Doutora Florencia Miranda**, pela confiança, pela forma generosa como me recebeu e pela experiência enriquecedora.

Às colegas e amigas **Carolina, Inês e Marta**, em Portugal, e à **Joana**, na Argentina, pela amizade e partilha em todos os momentos.

À **família e amigos**, pelo apoio incondicional.

À **Mafalda**, minha amada filha, a quem dedico este trabalho, pelo incentivo constante, pela compreensão e maturidade, pelo amor que me guia em todos os momentos.

## RESUMO

### A NOÇÃO DE PADRÃO DISCURSIVO: TEXTOS E GÊNEROS EM ANÁLISE

Rute Isabel Alves Rosa

Inscrevendo-se no âmbito da Linguística do Texto e do Discurso e privilegiando o quadro teórico e os instrumentos de análise do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) (Bronckart, [1997]1999; 2008a; 2008b; 2010a; 2010b), neste trabalho, desenvolve-se, a partir das noções de *tipos discursivos* e *plano de texto*, o padrão discursivo como dispositivo de análise dos textos e de caracterização dos géneros textuais. Esta investigação retoma, assim, questões abordadas no âmbito do Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística (Rosa, 2015), nomeadamente no que respeita às relações entre géneros de texto e tipos discursivos, bem como no que concerne ao papel do plano de texto na organização dos tipos na superfície textual. Neste sentido, o trabalho de investigação tem como ponto de partida o pressuposto de que a ocorrência dos tipos discursivos é regulada pelo plano de texto e que determinados géneros tendem a apresentar uma constituição e organização discursivas específicas cuja regularidade depende do funcionamento social dos géneros.

Para desenvolver e validar o instrumento de análise que se propõe, analisa-se um *corpus* constituído por 80 textos escritos do português europeu, inscritos em oito géneros, articulando a análise qualitativa com a análise quantitativa. Assim, privilegiando uma abordagem descendente, do global para o local, orientada por um paradigma de complexidade, num primeiro momento, foca-se o funcionamento social dos géneros e os parâmetros físicos e socio subjetivos das condições de produção dos textos, seguindo-se a análise do padrão discursivo, considerando o plano de texto (distribuição do conteúdo temático/secções), os tipos discursivos (de primeiro nível, tipos mistos, variantes e modalidades de articulação), as condições de emergência dos tipos discursivos (momentos do plano em que ocorrem) e a sua configuração linguística. Por fim, procede-se a uma análise de cunho quantitativo, através do tratamento estatístico dos resultados obtidos, utilizando o programa SPSS, para evidenciar os resultados da análise qualitativa e apresentar uma visão de conjunto das especificidades genéricas do padrão discursivo.

Com o desenvolvimento do padrão discursivo, procura-se, simultaneamente, propor um instrumento de análise dos textos (singularidade) e de análise e caracterização diferencial dos géneros textuais (genericidade).

**PALAVRAS-CHAVE:** Interacionismo Sociodiscursivo, géneros de texto, tipos discursivos, plano de texto, padrão discursivo.

## **ABSTRACT**

### **THE CONCEPT OF DISCURSIVE PATTERN: ANALYSING TEXTS AND GENRES**

**Rute Isabel Alves Rosa**

This work intends to adopt and develop the concept of discursive pattern as a device for analysing texts and describing textual genres and relies upon the notions of discursive types and text plan. It follows the scope of Text and Discourse Linguistics, especially the theoretical framework and the main conceptual devices of Sociodiscursive Interactionism (ISD) (Bronckart, [1997]1999; 2008a; 2008b; 2010a; 2010b). The research, thus, resumes questions addressed in the scope of a previous Master's thesis in Consultancy and Linguistic Revision (Rosa, 2015), particularly with regard to the relations between text genres and discursive types, as well as to the role that text plans plays in organizing the textual surface of different text types. Therefore, it is assumed that the emergence of discursive types is regulated by the text plan and that particular genres tend to present a specific discursive organization whose regularities depend on social genre constraints.

In order to develop and validate the proposed analytic instrument, a *corpus* of 80 of European Portuguese written texts was selected, of eight different genres. Both qualitative and quantitative analysis were applied. Firstly, the analysis has focused on the genres social functioning and on the physical and social-subjective parameters which underlie their production. Thus, it was adopted a top-down approach and the analysis was guided by a paradigm of complexity. Then, it has focused on the texts (at a first level, on the hybrid types and on their variants and articulation modalities), on the emergence conditions of the discursive types (i.e. on the moments of the plan in which they occur) and on their linguistic configuration. Finally, a quantitative analysis was carried out, by treating the data statistically, while using the SPSS program. The main goal was to synthesize the qualitative analysis' outcomes and to present a global overview of the discursive pattern's general properties.

By applying the discursive pattern, it is intended to simultaneously introduce a relevant instrument of text analysis (singularity) and a means to describe textual genres (genericity), in order to test and validate its suitability.

**KEYWORDS:** Sociodiscursive Interactionism, text genres, discursive types, text plan, discursive pattern.

# ÍNDICE

<b>I. ASPETOS INTRODUTÓRIOS</b>	<b>1</b>
<b>1. Área e paradigma de investigação</b>	<b>2</b>
1.1. Da frase ao texto: do paradigma de simplicidade à perspectiva de complexidade	2
1.2. O Interacionismo Sociodiscursivo	8
<b>2. O projeto de investigação</b>	<b>11</b>
2.1. A noção de <i>padrão discursivo</i>	14
2.2. Aspetos teórico-metodológicos	15
<b>3. Organização da tese</b>	<b>17</b>
<b>II. DAS ATIVIDADES SOCIAIS ÀS PROPRIEDADES DOS TEXTOS</b>	<b>19</b>
<b>1. Atividades</b>	<b>20</b>
1.1. Atividades gerais e atividades de linguagem	23
1.1.1. Agir e ação	25
1.2. Linguagem, atividade e desenvolvimento	26
<b>2. Géneros</b>	<b>32</b>
2.1. Dos géneros retóricos aos géneros do discurso	32
2.2. O estudo dos géneros	39
2.3. Géneros de texto	42
2.4. Géneros e atividades	47
2.4.1. Sistemas de géneros e sistemas de atividades	52
2.5. Propriedades genológicas	55
2.5.1. Suporte	58
2.5.2. Temas	65
<b>3. Texto</b>	<b>68</b>
3.1. O estatuto dos textos no ISD	69
3.1.1. Situação de ação de linguagem	70



3.1.2. Texto e contexto	71
3.1.3. Uma perspectiva de complexidade	73
3.2. O modelo da arquitetura interna dos textos	75
3.2.1. Mecanismos de responsabilidade enunciativa	76
3.2.2. Mecanismos de textualização	77
3.2.3. Infraestrutura geral	78
<b>4. A composicionalidade textual: a noção de <i>plano de texto</i></b>	79
4.1. O estatuto do plano de texto no ISD	80
4.2. O trabalho de Jean-Michel Adam	80
4.3. Mecanismos de organização textual	85
4.4. Para uma definição de plano de texto	89
<b>5. Tipos discursivos</b>	92
5.1. Configuração linguística dos tipos discursivos	95
5.1.1. Ordem do expor: interativo e teórico	95
5.1.2. Ordem do narrar: relato interativo e narração	97
5.2. Modalidades de articulação, tipos mistos e variantes dos tipos discursivos	98
5.3. Tipos discursivos e géneros de texto	103
5.4. Tipos discursivos e plano de texto	108
<b>6. Descrever e analisar textos e géneros</b>	110
<b>III. A NOÇÃO DE PADRÃO DISCURSIVO: TEXTOS E GÉNEROS EM ANÁLISE</b>	114
<b>A: apresentação do <i>corpus</i>: textos e géneros em análise</b>	115
<b>1. Géneros e atividades</b>	119
1.1. Funcionamento social dos géneros	120
1.1.1. <i>Artigo científico</i>	120
1.1.2. <i>Póster científico</i>	129
1.1.3. <i>Chamada de trabalhos</i>	134
1.1.4. <i>Bula de medicamento</i>	140

1.1.5. <i>Rótulo de embalagem de medicamento</i>	146
1.1.6. <i>Rótulo de embalagem de tabaco</i>	151
1.1.7. <i>Projeto de lei</i>	159
1.1.8. <i>Edital</i>	166
1.2. Relações hierárquicas	173
<b>2. Parâmetros contextuais</b>	175
2.1. Parâmetros físicos e sociosubjetivos	175
2.1.1. Suporte	178
2.1.2. Conteúdos temáticos	181
<b>3. Padrão discursivo</b>	182
3.1. Análise de textos	182
3.1.1. <i>Artigo científico</i>	182
3.1.2. <i>Póster científico</i>	194
3.1.3. <i>Chamada de trabalhos</i>	202
3.1.4. <i>Bula de medicamento</i>	211
3.1.5. <i>Rótulo de embalagem de medicamento</i>	223
3.1.6. <i>Rótulo de embalagem de tabaco</i>	227
3.1.7. <i>Projeto de lei</i>	232
3.1.8. <i>Edital</i>	239
3.2. Análise de géneros	247
3.2.1. Planos de texto	247
3.2.1.1. Convencionalidade e ocasionalidade	247
3.2.1.2. Mecanismos de organização textual	263
3.2.2. Tipos discursivos	275
3.2.2.1. Modalidades de articulação, tipos mistos e variantes	283
3.2.2.2. Configuração linguística dos tipos discursivos	286
3.3. Análise quantitativa	295

3.3.1. Variáveis e dados	295
3.3.3. Tabelas de frequência	297
3.3.4. Tabelas de contingência	298
3.4. Padrão discursivo: uma visão de conjunto	308
3.5. Aplicabilidade do padrão discursivo: perspectivas formativas e didáticas	314
3.5.1. O padrão discursivo na revisão de texto	315
3.5.2. O padrão discursivo na didática dos gêneros	325
3.5.2.1. Os gêneros como instrumentos didáticos	325
3.5.2.2. Modelo didático do <i>artigo científico</i>	329
<b>IV. NOTAS CONCLUSIVAS</b>	334
<b>Referências bibliográficas</b>	339
<b>Documentos orientadores</b>	359
<b>Legislação e documentos normativos</b>	360
<b>Referências dos textos analisados</b>	362
<b>Referências dos exemplares para comparação</b>	367
<b>Lista de quadros</b>	368
<b>Lista de esquemas</b>	371
<b>Lista de imagens</b>	372
<b>Anexo 1. Parâmetros contextuais</b>	1
<b>Anexo 2. Padrão discursivo (grelhas individuais)</b>	11
<b>Anexo 3. Padrão discursivo (grelhas de síntese)</b>	77
<b>Anexo 4. Variáveis, frequências e tabelas de contingência</b>	105
<b>Anexo 5. Instrumento para a atividade de revisão</b>	146
<b>Anexo 6. <i>Corpus</i></b>	152
<b>Anexo 7. Exemplares para comparação</b>	425

## I. ASPETOS INTRODUTÓRIOS

A tese que se apresenta, denominada “A noção de padrão discursivo: textos e géneros em análise”, resulta do trabalho de investigação desenvolvido nos últimos quatro anos, no âmbito do Doutoramento em Linguística do Texto e do Discurso, especialidade deste ciclo de estudos oferecida pela NOVA FCSH.

Privilegiando os princípios teóricos, epistemológicos e metodológicos do ISD, nesta investigação, propõe-se o *padrão discursivo* como instrumento de análise dos textos e de análise e caracterização diferencial dos géneros.

Nestes pontos de carácter introdutório, num primeiro momento, para situar o trabalho na área e paradigma de investigação que privilegiamos, abordamos o trajeto da Linguística Textual, considerando a evolução da noção de *texto*, desde as propostas da Análise Transfrásica e das Gramáticas Textuais até à emergência da Teoria ou Linguística do Texto. Numa segunda etapa, assumindo que os princípios teórico-metodológicos e os instrumentos de análise do ISD se adequam ao paradigma de investigação assumido, aborda-se este quadro teórico, focando a sua génese e desenvolvimento em diferentes países, bem as suas principais linhas de investigação. Situando o ISD na linha do Interacionismo Social, são abordados os princípios e pressupostos subjacentes a esta orientação epistemológica e a sua indissociabilidade de uma abordagem regida pelo paradigma científico da complexidade, para focarmos a aceção de *texto* como objeto empírico e unidade comunicativa.

Quanto ao segundo ponto introdutório, este é dedicado ao enquadramento do projeto de investigação, nomeadamente à génese da noção de *padrão discursivo*, pressupostos e questões que conduziram e justificam o trabalho que se apresenta. Para tal, são apresentados os objetivos e os aspetos metodológicos que orientam a investigação. Por fim, o último ponto da secção introdutória é dedicado à descrição da organização da tese.

## 1. Área e paradigma de investigação

Inscrevendo-se no âmbito da Linguística Textual, área de investigação que se começou a desenvolver de forma autónoma na década de 60 do século XX, em países como Alemanha e Holanda, este trabalho privilegia a perspetiva epistemológica, teórica e metodológica do quadro do Interacionismo Sociodiscursivo, no qual se assume que o texto é uma *unidade comunicativa*, correspondendo a “toda unidade de produção de linguagem, situada, acabada e auto-suficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação)” (Bronckart, [1997]1999: 75). Como daremos conta nos pontos que se seguem, esta conceção de *texto*, considerando o trajeto da Linguística Textual, é indissociável de uma abordagem regida pelo paradigma científico de complexidade.

### 1.1. Da frase ao texto: do paradigma de simplicidade à perspetiva de complexidade

Na esteira de Conte (1989), Ingedore Koch (1997) faz uma retrospectiva do trajeto da Linguística Textual e distingue três momentos cronológicos e tipológicos: o da Análise Transfrásica, o das Gramáticas Textuais e o da Teoria ou Linguística do Texto.

Os linguistas seguidores da Análise Transfrásica, como Harweg, Isenberg e Bellert, procuravam identificar regularidades, ultrapassando os limites da frase, concebendo o *texto* como “sequência pronominal ininterrupta” (Harweg, 1968, *apud* Koch, 1997: 68) ou “sequência coerente de enunciados” (Isenberg, 1970; Bellert, 1970, *apud* Koch, 1997: 68). O texto é, assim, concebido como unidade linguística superior à frase, distinguindo-se desta em termos quantitativos. Tornando-se insatisfatória a Análise Transfrásica, no início da década de 70 do século XX, surgiram as Gramáticas Textuais de cunho generativista, destacando-se neste âmbito os trabalhos do linguista holandês van Dijk. Segundo o autor, com uma “gramática generativa do texto” objetivava :

proporcionar una descripción explícita de las estructuras (gramaticales) de los textos. La tarea más obvia de tal descripción era explicar las relaciones (semánticas) de la coherencia entre las oraciones, y otros aspectos fundamentales del discurso (...).

van Dijk, 2006: 2

Embora o *texto* já fosse concebido como unidade diferenciada da frase em termos qualitativos, a noção de *texto* como entidade abstrata e a análise estritamente linguística que lhe era subjacente também se tornariam insuficientes. Apesar de reconhecer estas limitações, van Dijk não deixa de sublinhar alguns contributos, sobretudo no que concerne à noção de *macroestruturas* e, posteriormente, à noção de *superestruturas*, o que demonstra a necessidade de pensar o texto numa perspetiva global.

Lo nuevo e interesante en esta teoría emergente de la gramática del texto fue la introducción de las “macroestructuras”, una noción desconocida en cualquier gramática de la oración. Lo fundamental de las macroestructuras es que los textos no sólo tienen relaciones locales o microestructurales entre las oraciones subsecuentes, sino que también tienen estructuras generales que definen su coherencia y organización globales. En mi trabajo previo, tales macroestructuras eran de dos tipos diferentes, es decir, estructuras globales del significado, y estructuras globales de la forma. Para evitar la confusión entre estas clases diferentes de estructuras, introduje posteriormente la noción de “superestructura”. Con ella me refería a las últimas estructuras, es decir, al esquema, a las estructuras esquemáticas que organizan la forma o el **formato total del texto**, tal como lo conocemos desde la teoría de la narrativa o de la teoría de la argumentación (van Dijk, 1980).

van Dijk, 2006: 3; **negrito nosso**

A partir das décadas de 80 e 90, paralelamente, começam a surgir as Teorias do Texto e, com estas perspetivas, observa-se um alargamento da noção de *texto* e os textos passam a ser estudados como objetos no seu contexto, contemplando fatores externos, nomeadamente a produção, interpretação e receção textuais (Koch, 1997: 70).

Quando Halliday e Hassan (1976: 1) definem texto como “qualquer sequência, falada ou escrita, de qualquer extensão, que forme um todo unificado”, os autores apontam para uma conceção de *texto* como unidade global em contexto, ou seja, o texto não é concebido como unidade gramatical, mas como uma unidade semântica que funciona globalmente numa situação de comunicação. Além disso, segundo esta perspetiva, o que define um texto não é a sua dimensão, nem o seu suporte, mas sim a presença de um conjunto de características. De acordo com os autores, o conceito de *textura* expressa de forma adequada a propriedade que faz com que “um texto seja um texto” e que distingue o que não é um texto (Halliday & Hassan, 1976: 1).

Para Beaugrande e Dressler (1981: 3), a *textualidade*, isto é, o conjunto de características e propriedades que fazem com que um “texto seja um texto” e não apenas uma sequência de frases isoladas, é definida não apenas por parâmetros de natureza linguística. Segundo os autores, existem sete parâmetros que definem a textualidade: a

*coesão* e a *coerência*, como propriedades centradas no próprio texto, e a *intencionalidade*, a *aceitabilidade*, *situacionalidade*, a *informatividade* e a *intertextualidade*, como parâmetros relacionados com as circunstâncias de produção e recepção textual. De acordo com esta proposta, para que um texto seja comunicativo e reconhecido como texto, nenhum destes parâmetros pode estar comprometido: “If any of these standards is not considered to have been satisfied, the text will not be communicative. Hence, non-communicative texts are treated as non-text” (Beaugrande & Dressler, 1981: 3). Deste ponto de vista, tendo em conta que cinco dos sete parâmetros são de natureza extralinguística, a comunicabilidade de um texto depende mais das propriedades contextuais/situacionais do que das propriedades linguísticas.

No campo da Análise dos Discursos, Jean-Michel Adam (1999: 40), distinguindo *texto* de *discurso*, concebe o *texto* como resultado de um ato de enunciação e unidade de interação humana. Na base desta distinção metodológica, está a célebre fórmula *Discurso = Texto + Contexto/condições de produção e de interpretação e Texto = Discurso - Contexto* (Adam, 1990: 23). De acordo com esta proposta, o autor concebe o texto como produto verbal e o discurso como a inclusão do texto no seu contexto. Nos termos de Adam:

Le texte comme objet abstrait est l'objet d'une théorie générale des agencements d'unités. [...] Parler de discours, c'est ouvrir le texte, d'une part, sur une situation d'énonciation-interaction toujours singulière et, d'autre part, sur l'interdiscursivité dans laquelle chaque texte est pris en particulier celle des genres.

Adam, 1999: 40

Esta fórmula que implica a abstração do texto do seu contexto de produção é entretanto desconsiderada pelo autor, pois indicia uma oposição, quando “se tratava de dizer que esses dois conceitos se sobrepõem e se cruzam em função da perspectiva de análise escolhida” (Adam, 2008: 52).

Joaquim Fonseca (1994), privilegiando uma perspectiva pragmática, compara os dois paradigmas dominantes da Linguística contemporânea, o da Linguística do Sistema e o da Linguística do Uso, para sublinhar a necessidade de considerar a língua nos seus contextos de uso. Nas palavras do autor:

Um outro qualquer estudo da linguagem verbal - em particular o que teima em tomar as línguas 'em si mesmas e por si mesmas' e a centrar-se sobre um falante-ouvinte (não uma instância de produção diferenciada de uma instância de recepção-interpretação) e, mais do que isso, sobre um falante-ouvinte fortemente idealizado (subtraído aos contextos,

concebido com dominando um sistema de signos e de princípios arquitectado como assepticamente isolado de outros sistemas semióticos, alheado das dimensões psico-sociais do discurso e da dinâmica das relações interpessoais) - é, no domínio das modernas Ciências Humanas e Sociais, um projecto marcadamente reduccionista e de alcance e relevância menores, porque deixa de lado o essencial: a vinculação da linguagem verbal à cognição, à realidade social, à subjectividade/intersubjectividade, ou seja, ao Homem.

Fonseca, 1994: 41

De acordo a perspectiva acima assumida, a abstracção do texto do seu contexto é uma abordagem simplificadora e redutora, dado que o exclui de dimensões que são inerentes à sua constituição. Para Fonseca, citando Halliday e Hassan, o texto é uma “unidade de linguagem em uso” (Halliday & Hassan, 1976 *apud* Fonseca, 1992: 8; tradução nossa). Segundo esta definição, os termos *discurso* e *texto* remetem para o mesmo conceito, pois o discurso é inerente ao texto, não existindo, deste ponto de vista, texto sem discurso. Esta aceção do *texto* como uma unidade que se insere numa situação de comunicação implica, assim, considerar também as diversas dimensões extralinguísticas que lhe são inerentes (Fonseca, 1994: 35-37). A maioria das propostas das duas últimas décadas assume que os fatores contextuais, comunicativos e pragmáticos estão intrinsecamente associados aos textos e, por isso, procura-se analisar os textos como objetos empíricos dentro do seu contexto de produção/receção. Trata-se, assim, de reconhecer a complexidade que lhes é inerente.

Sobre este tema, Miranda refere o seguinte:

(...) é possível traçar *grosso modo* uma distinção entre duas tendências que marcaram o desenvolvimento das “linguísticas textuais”: por um lado, as perspectivas que reduzem o texto a um objeto abstrato definível em termos puramente linguísticos – na aceção mais restrita do termo –, incluindo aqui as Análises transfrásicas e as Gramáticas Textuais e, por outro lado, as perspectivas que de forma mais ou menos embrionária ou mais ou menos desenvolvida (e procuram vias para lidar com) a complexidade dos objetos reais que são os textos: as Teorias do Texto.

Miranda, 2010: 30

A autora associa, desta forma, por um lado, as abordagens da Análises Transfrásicas e das Gramáticas Textuais ao paradigma simplificador e, por outro, ao paradigma de complexidade as perspectivas das Teorias do Texto. A complexidade diz respeito ao paradigma cujos princípios desenvolvidos por Edgar Morin se opõem ao paradigma simplificador que dominou a Ciência Clássica entre o século XVII e o início do século XX. Os princípios de generalidade, de separação e de redução orientavam quase



todo o pensamento científico e possibilitaram o progresso das Ciências Naturais. Contudo, as certezas estabelecidas pela simplicidade foram postas em causa pelas mais recentes descobertas da Física e da Química (Prigogine & Stengers, 1986: 39). De acordo com Boaventura de Sousa Santos:

A crise do paradigma dominante é o resultado interativo de uma pluralidade de condições teóricas. (...) a identificação dos limites, das insuficiências estruturais do paradigma científico moderno é o resultado do grande avanço no conhecimento que ele propiciou. O aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade dos pilares em que se funda.

Boaventura de Sousa Santos, 1988: 54

Confrontado com as limitações e insuficiências da simplicidade, Morin critica o paradigma clássico e a forma como a simplificação tem camuflado a complexidade dos objetos, eliminando o acaso, a incerteza e a probabilidade.

Segundo o autor, em oposição ao paradigma da simplicidade, deverá impor-se um paradigma que seja capaz de enfrentar a complexidade do real, integrando na análise científica os elementos que a simplificação eliminou. Em seguida, na esteira de Coutinho (2003), Miranda (2010) e Gonçalves (2010), apresentamos alguns dos principais princípios dos dois paradigmas.

<b>Paradigma da simplicidade</b>	<b>Paradigma da complexidade</b>
Princípio da universalidade: a ciência exclui tudo o que é local e singular, bem como o que é eventual e histórico (só há a ciência do geral).	Validade, mas insuficiência do princípio da universalidade. Princípio complementar do local e do singular.
Princípio de redução do conhecimento dos conjuntos ou sistemas ao conhecimento das partes simples ou unidades elementares que o constituem.	Reconhecimento da impossibilidade de isolar as unidades elementares. Necessidade de ligar o conhecimento dos elementos ou partes aos conjuntos ou sistemas que os constituem. O todo não é igual à soma das partes.
Princípio da causalidade linear, superior e exterior aos objetos, a soberania da ordem e o determinismo universal, o conhecimento do objeto a partir de leis gerais que governam as suas unidades elementares.	Princípio de consideração dos fenómenos segundo uma dialógica ordem – desordem – interações – organização; organização/auto-organização.
Princípio da disjunção entre o objeto o seu meio ambiente.	Princípio de distinção mas não disjunção entre o objeto ou ser e o seu meio ambiente.

Princípio da separação do objeto do sujeito que o concebeu, bem como a eliminação da problemática do sujeito no conhecimento científico.	Princípio da relação entre o observador/concebedor e o objeto observado/concebido.
--	--

**Quadro 1:** simplicidade *versus* complexidade; elaborado a partir de Morin, Ciurana & Motta (2003: 34-38)

De facto, explorando os princípios acima apresentados, verificamos que estes estão de forma mais ou menos implícita nas duas tendências que marcaram o trajeto da Linguística Textual.

As propostas das Análises Transfrásicas e das Gramáticas Textuais eram regidas por princípios simplicadores, pois enquanto nas primeiras, o objeto (o texto) aparece reduzido à soma das suas partes, sendo concebido como mero prolongamento da frase, nas segundas, o texto, embora se distinga qualitativamente da frase, é concebido como um objeto abstrato, sendo adotada uma abordagem estritamente linguística e, simultaneamente, sendo excluídos os fatores contextuais e pragmáticos.

Com as Teorias do Texto<sup>1</sup>, ultrapassa-se, assim, a abordagem simplicadora da linguagem verbal e a aceção de texto como objeto estritamente linguístico, procurando integrar as dimensões extralinguísticas dos textos, tendo em conta o modo como estas determinam as suas propriedades. Trata-se, desta forma, de perspetivar o texto “não como um produto acabado, mas como um processo, resultado de operações comunicativas e processos linguísticos em situações sociocomunicativas.” (Bentes, 2001: 245).

Partilham esta perspetiva propostas desenvolvidas a partir de diferentes quadros e perspetivas teóricas, destacando-se, entre outros, os trabalhos de Bronckart ([1997]1999; 2008a; 2008b; 2010a; 2010b), Coutinho (2003; 2005; 2006; 2017), Miranda (2008; 2009; 2010; 2012; 2017), Gonçalves (2018), Bazerman (1997; 2005; 2013) e, em parte, Jean-Michel Adam (1999; 2008; 2013). De acordo com Morin:

*Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o económico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o

<sup>1</sup> Segundo Gonçalves (2018: 17), “the use of the plural “theories” reflects the different areas that converge around the concept of text, as well as the various interdisciplinary relationships that are established.”.

todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade.

Morin, 2000: 36

Destas afirmações, destacamos três aspetos fundamentais: a unidade do objeto complexo, a heterogeneidade dos elementos que o constituem e a interação entre estes. Nesta perspetiva, o texto é, efetivamente, um tecido de elementos de natureza heterogénea (linguísticos e extralinguísticos). Porém, nenhum dos elementos que entra na sua constituição tem uma relação de semelhança com o todo, sendo inseparáveis da unidade<sup>2</sup>. Deste ponto de vista, ao contrário do que se defendia no âmbito das Análises Transfrásicas, o texto é mais do que um prolongamento da frase, pois a sua globalidade constitui uma unidade de natureza distinta da frase. Em terceiro lugar, como sublinham Miranda & Coutinho (2005: 2), os textos envolvem um complexo de interações entre os elementos e com o exterior, nomeadamente o produtor, o recetor, as representações e conhecimentos de ambos, entre outros.

Neste sentido, para dar conta do complexo de interações implicadas nos textos, isto é, para lidar com a complexidade, são necessários meios que possibilitem a sua descrição (Prigogine & Stengers, 1993: 109). Para tal, privilegia-se os princípios teóricos, metodológicos e epistemológicos do ISD, pois conforme descrevemos, de modo sumário, no ponto que se segue, adequam-se à perspetiva de complexidade assumida.

## **1.2. O Interacionismo Sociodiscursivo**

O projeto do movimento denominado Interacionismo Sociodiscursivo foi iniciado por um grupo de investigadores da Unidade de Didática das Línguas da Universidade de Genebra, no princípio dos anos 80, sendo posteriormente acolhido por grupos de investigação no Brasil, nos anos 90, e na Argentina e em Portugal, a partir do ano 2000.

---

<sup>2</sup> Para Bernárdez (1995: 57-66), a complexidade define-se em função do carácter das interações entre elementos e, por isso, o texto como objeto complexo diferencia-se em termos qualitativos de outras unidades linguísticas.

Este projeto – no qual Jean-Paul Bronckart é figura cimeira e principal teorizador<sup>3</sup> – é subsidiário de uma Psicologia da Linguagem, assume-se como uma “corrente da ciência do humano” e adere aos princípios fundadores do Interacionismo Social, adotando uma abordagem descendente da ontogénese humana (Bronckart, 2006b: 9).

Constituído no início do século XX, o Interacionismo Social original não foi um movimento formalmente constituído, mas uma orientação epistemológica à qual aderiram vários autores, nomeadamente Buhler, Dewey, Dilthey, Merleau-Ponty, Vygotsky, Voloshinov e, mais periféricamente, Durkheim, Saussure e Wallon, entre outros (cf. Bronckart, 2006a: 126). Antes de mais, importa salientar que o Interacionismo se opõe a três princípios fundamentais da Tradição filosófico-científica: o da estabilidade e da finitude dos mecanismos da organização do universo. Opõe-se, assim, à abordagem determinista, dado que esta não tem em conta o dinamismo e imprevisibilidade da evolução do universo, já evidenciados pela Termodinâmica e Astrofísica; o da aceitação da legitimidade do recorte dos objetos e subobjetos do conhecimento; o de que o psiquismo humano se encontra na própria fonte de todo o conhecimento. Em oposição ao procedimento ascendente deste princípio, o Interacionismo, na esteira de Voloshinov ([1929]1977), adota um procedimento descendente, assumindo a unidade da substância material e a continuidade dos processos como tendo efeito emergir o psiquismo humano, considerando os da história coletiva humana na transformação permanente dos factos sociais e psicológicos (Bronckart, 2006a: 124-126).

O Interacionismo opõe-se, assim, a princípios simplificadores, nomeadamente ao Determinismo, ao princípio da universalidade, à eliminação de tudo o que é eventual e histórico, ao conhecimento do objeto a partir das suas partes, entre outros (cf. Quadro 1).

Para os interacionistas sociais que contestavam o fracionamento das disciplinas e defendiam um projeto de Ciência Unificada, a compreensão do desenvolvimento e funcionamento humano implica considerar, simultaneamente, as suas diversas dimensões, designadamente a social, a biológica, a cultural, a cognitiva, entre outras (Bronckart, 2005: 149). Assumindo este posicionamento, para o ISD, a Psicologia da Linguagem não constitui uma subdisciplina da Psicologia centrada na análise do funcionamento e origem das práticas linguísticas, pois como sublinha Bronckart (2006a:

---

<sup>3</sup> Um breve resumo do percurso bronckartiano e alguns dos seus trabalhos estão disponíveis na seguinte página: <<https://www.unige.ch/fapse/grafe/associatmbrs/bronckartjpcv/>> [acesso a 18 de maio de 2017].

122), “a linguagem não é (apenas) um meio de expressão de processos que seriam, eles, estritamente psicológicos [...] mas que é, na realidade, um instrumento fundador desses mesmos processos (...)”.

Como já se referiu, na linha do Interacionismo Social, o ISD adota uma abordagem descendente da ontogénese humana, centrando-se, de modo privilegiado, nos pré-construídos que constituem os textos e comentam as atividades humanas, bem como nas modalidades escolares ou formais de realização dos sistemas formadores, para abordar o desenvolvimento dos indivíduos, no qual se assume que a linguagem tem um papel central (Bronckart, 2005: 152). De acordo com esta perspetiva, é a linguagem, através do uso da língua e dos seus signos que se materializam em textos, que permite o desenvolvimento e constituição do pensamento consciente na pessoa.

Esta abordagem descendente da ontogénese humana distingue-se, assim, das teorias do desenvolvimento dominantes, nomeadamente da abordagem ascendente do Construtivismo piagetiano que privilegia, em primeiro lugar, a análise das potencialidades cognitivas dos indivíduos, considerando só depois os fenómenos de interação social (Bronckart, 2017a: 32).

Retomando as noções de *atividade* e *ação* da Teoria da Atividade (Leontiev, 2004), para o ISD, a linguagem é uma forma de atividade nas diferentes esferas da interação humana. Assim, através da exploração dos recursos de uma língua natural, as atividades de linguagem, que comentam as atividades gerais, materializam-se em diferentes *espécies de textos*<sup>4</sup>, cujas propriedades dependem, desta forma, das propriedades das atividades gerais e de linguagem (Bronckart, [1997]1999: 72). Deste ponto de vista, os textos são produtos da atividade humana e das suas necessidades, sendo, deste modo, os correspondentes empíricos e linguísticos das atividades de linguagem. Já o texto singular resulta de uma “ação de linguagem situada”, correspondendo a uma realização concreta do sistema linguístico numa determinada situação comunicativa, constituindo, por isso, uma unidade comunicativa (Bronckart, [1997]1999: 75).

Privilegiando uma abordagem descendente (Voloshinov, [1929]1977), do global para o particular, o trabalho do ISD considera que as produções de linguagem devem ser relacionadas, primeiramente, com a atividade humana em geral, depois das atividades de

---

<sup>4</sup> Em Bronckart ([1997]1999: 72), o conceito de *espécies de textos*, utilizado de forma provisória, “designa todo o conjunto de textos que apresentem características comuns.”.

linguagem para os textos e, por último, dos textos para as unidades linguísticas (Bronckart, [1997]1999: 107).

Sem nos determos, por agora, numa abordagem mais detalhada, pois será efetuada no corpo da tese, em traços gerais, constata-se que o paradigma de complexidade está subjacente nos princípios teóricos, epistemológicos e metodológicos do ISD.

## **2. O projeto de investigação**

Inscrevendo-se na Linguística do Texto e do Discurso, este projeto retoma questões abordadas no âmbito do Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística (Rosa, 2015), entretanto aprofundadas nos seminários oferecidos na componente curricular do Doutorado<sup>5</sup>. Privilegiando, como já se referiu, os princípios teóricos, epistemológicos e metodológicos do ISD, esta investigação teve como ponto de partida a possibilidade de distinguir e caracterizar os géneros textuais a partir da ocorrência dos tipos de discursivos, considerando o papel do plano de texto na sua organização na superfície textual.

Apesar de os tipos discursivos entrarem na constituição de qualquer género, no ISD, assume-se que não é possível estabelecer uma relação biunívoca entre os géneros de texto e os tipos discursivos, ou seja, não podemos identificar os géneros textuais a partir da ocorrência dos tipos discursivos (Bronckart, [1997]1999).

Contudo, entre tipos discursivos e géneros de texto, há uma relação necessária, dado que um género é sempre constituído por um ou mais tipos discursivos. Por outro lado, as afirmações de Bronckart ([1997]1999: 187-194), no que respeita à marcação linguística dos tipos discursivos e à distinção dos textos homogéneos dos textos heterogéneos (constituídos por um ou mais tipos discursivos), permitem-nos inferir que as relações entre géneros de texto e tipos discursivos não são totalmente aleatórias.

Nesta perspetiva, apesar de o autor referir que os tipos discursivos não são exclusivos de um género, ao sublinhar que um só tipo pode ocorrer num grande número de géneros, não deixa de associar a ocorrência dos tipos discursivos a géneros específicos,

---

<sup>5</sup> Seminário de Especialidade em Linguística do Texto e do Discurso, Seminário em Métodos Qualitativos e Teoria(s) do Texto, lecionados pela professora Doutora Maria Antónia Coutinho, bem como Seminários oferecidos no âmbito da *Summer School in Text and Discourse Linguistics* (2016-2019).

bem como o número de tipos que são mobilizados, evidenciando, assim, que a sua ocorrência em determinados géneros é relativamente estável e previsível. Neste sentido, podemos questionar se a ocorrência dos tipos discursivos não nos possibilita, em parte, a identificação de um género e, em que medida, a inscrição genérica dos textos determina a maior ou menor previsibilidade na ocorrência dos tipos discursivos. Deste ponto de vista, nesta investigação, assumimos o pressuposto de que determinados géneros tendem a ser compostos por tipos discursivos específicos, existindo, assim, alguma previsibilidade nos tipos discursivos que podem ou não ocorrer num dado género.

Nos trabalhos mais recentes, Bronckart sublinha a necessidade de “identificar os recursos do sistema da língua que são utilizados de modo privilegiado para os géneros X e os recursos usados de modo privilegiado pelos tipos” (Bronckart, 2008a: 41). Esta necessidade de identificar os recursos privilegiados pelos tipos conduz-nos a uma outra questão: a de saber se um tipo discursivo, ao ser mobilizado em diferentes géneros, apresenta uma configuração linguística específica.

Neste sentido, a investigação objetiva, por um lado, averiguar se a ocorrência dos tipos discursivos indicia a inscrição genérica dos textos, assim como os fatores que determinam a sua maior ou menor regularidade, nomeadamente o funcionamento social dos géneros e os parâmetros contextuais e, por outro, analisar a configuração linguística dos tipos discursivos nos diferentes géneros, tendo em vista a identificação de eventuais especificidades. Além disso, tendo em conta que um só tipo discursivo é transversal a vários géneros, para a distinção e caracterização dos géneros de texto, na nossa perspetiva, é necessário articular a análise da ocorrência dos tipos discursivos com uma outra propriedade constitutiva de qualquer texto de qualquer género: o plano de texto.

Apesar de no quadro do ISD não se aprofundar a relação entre tipos discursivos e plano de texto, as duas noções integram a *infraestrutura geral* – camada mais profunda de um dos instrumentos de análise do ISD – *modelo da arquitetura interna dos textos* (Bronckart, [1997]1999; 2008b). Se, por um lado, Bronckart sublinha o papel do plano de texto na organização do conteúdo temático, por outro, também refere que o plano é determinado “pela combinatória dos tipos de discurso, das sequências e das outras formas de planificação que ocorrem no texto” (Bronckart, [1997]1999: 120) e que, no nível global, o texto pode ser constituído por um tipo ou mais tipos discursivos (Bronckart, [1997]1999: 247). Para o autor, dadas as múltiplas possibilidades de combinação dos tipos discursivos e de outras formas de planificação, não é possível classificar os planos

de texto. Contudo, Bronckart acaba por associar os tipos discursivos a modos de planificação específicos, nomeadamente a ordem do narrar (relato interativo e narração) ao script (modo mínimo de planificação) e à sequência narrativa (forma convencional de planificação).

Porém, como reconhece Bronckart ([1997]1999: 248), a análise que faz do plano de texto não considera a ocorrência dos tipos discursivos, nem de outras formas de planificação, ou seja, o plano de texto corresponde à codificação num resumo do conteúdo temático. Neste sentido, embora os tipos discursivos sejam organizados pelo plano de texto, analisar o modo como é organizado o conteúdo temático não implica, necessariamente, a análise dos tipos discursivos. Contudo, tendo em conta o papel do plano de texto na organização dos tipos, parece-nos, assim, necessário dar conta em que medida as propriedades do plano determinam a ocorrência dos tipos discursivos. Importa, também, sublinhar, por um lado, que o plano de texto, tal como os tipos discursivos, é constitutivo de qualquer texto de qualquer género e que as suas propriedades dependem de múltiplos fatores, nomeadamente da maior ou menor fixação dos géneros, que, por sua vez, dependem, em grande medida, do funcionamento social do género. Neste sentido, a questão que se coloca é saber como é que essas propriedades se refletem na ocorrência dos tipos discursivos.

Face ao exposto, neste trabalho de investigação, procura-se demonstrar que a ocorrência dos tipos discursivos é regulada pelo plano de texto e que determinados géneros tendem a apresentar uma constituição e organização discursivas específicas. Para tal, articulando as noções de *tipos discursivos* e *plano de texto*, desenvolvemos o *padrão discursivo* como dispositivo de análise dos textos e de análise e caracterização diferencial dos géneros textuais.



## 2.1. A noção de *padrão discursivo*

A noção de *padrão discursivo* foi proposta no Seminário de Análise do Discurso (2014), no âmbito da realização do trabalho “A deixis como mecanismo linguístico-discursivo nos géneros de texto e nos tipos de discurso”, tendo sido posteriormente inserida na dissertação de Mestrado (Rosa, 2015)<sup>6</sup>.

Na dissertação, face à falta de instrumentos de recurso para a prática de revisão de texto como atividade profissional que aborde os aspetos contextuais e pragmáticos dos textos, bem como os aspetos relacionados com a diversidade dos géneros textuais, apresentou-se uma proposta interacionista de revisão de texto, através de um instrumento<sup>7</sup> para essa mesma prática que articula os pressupostos do Interacionismo Sociodiscursivo com contributos dos principais modelos de revisão da escrita (Aleixo, 2006). Além disso, a partir das noções de *tipos de discursivos* e de *plano de texto*, integrou-se neste instrumento a noção de *padrão discursivo*, tendo como pressuposto a possibilidade de distinguir e caracterizar os géneros textuais a partir da ocorrência dos tipos discursivos e do plano de texto. Para discutir a aplicabilidade desta proposta, analisou-se um *corpus* constituído por oito textos escritos em português europeu de dois géneros académicos – o *artigo científico* e a *recensão crítica* – de duas áreas científicas – Linguística e Sociologia. Apesar de nos textos dos géneros analisados terem sido apurados os tipos teórico e interativo, verificou-se que a sua emergência, organização e articulação são reguladas por planos de texto distintos. Deste modo, constatou-se que, nestes géneros textuais, a ocorrência, articulação e a organização dos tipos discursivos ao nível textual tendem a obedecer a uma determinada regularidade, ou seja, a apresentar um padrão discursivo específico. Assim, observou-se preliminarmente que, apesar de os tipos discursivos não permitirem totalmente a identificação genérica de um texto, a análise do padrão discursivo, isto é, da forma como se organizam, articulam e emergem na globalidade do texto, permite perspetivar alguma identidade discursiva e distinguir os géneros mais estabilizados.

---

<sup>6</sup> Trabalhos realizados sob a orientação da Professora Doutora Matilde Gonçalves.

<sup>7</sup> A versão inicial do instrumento foi elaborada sob a orientação da Professora Doutora Maria Antónia Coutinho, no seminário de Teoria e Práticas de Escrita e de Revisão de Texto (junho, 2014).

Todavia, o número de textos e géneros analisados não permitiu alcançar resultados e conclusões inequívocas, nomeadamente no que se refere à aplicabilidade deste instrumento a outros géneros e ao papel do *plano de texto* na organização textual e discursiva.

## 2.2. Aspetos teórico-metodológicos

Embora os géneros sejam de natureza diferenciada dos textos, os primeiros, como modelos de carácter abstrato e heterogéneo, e os segundos, como objetos empíricos, a análise de géneros passa necessariamente pela análise dos textos e a análise dos textos deve também considerar os géneros de que eles relevam (Gonçalves & Miranda, 2007: 2; Miranda, 2010: 145). Dado que o objetivo geral da investigação é desenvolver o padrão discursivo como dispositivo de análise dos textos e de análise e caracterização diferencial de géneros textuais, o nosso objeto de estudo são os textos empíricos, considerando os géneros em que se inscrevem.

Neste sentido, o *corpus* de investigação é constituído por 80 textos escritos do português europeu, produzidos entre 2009 e 2017, recolhidos em 2016-2017 e inscritos em oito géneros: *artigo científico*, *chamada de trabalhos*, *póster científico*, *bula de medicamento*, *rótulo de embalagem de medicamento*, *rótulo de embalagem de tabaco*, *projeto de lei* e *editais* (apresentado no início do capítulo III).

Como mencionado, nesta investigação, adota-se uma abordagem regida pelo paradigma de complexidade, assumindo-se a aceção de *texto* como *unidade comunicativa* global situada, constituindo, desta forma, um objeto complexo influenciado por múltiplos elementos em interação. Assim, privilegiando uma via de abordagem descendente (Voloshinov, [1929]1977), optamos por uma abordagem controlada e parcial da complexidade (Coutinho, 2006: 3), articulando a análise qualitativa com a análise quantitativa.

Tendo conta que os géneros revelam as relações de interdependência entre as propriedades dos textos e as propriedades das atividades sociais (Bronckart, 2008b: 39; Miranda, 2012: 128), a análise qualitativa contempla, num primeiro momento, o funcionamento social dos géneros e, a partir de elementos linguísticos (léxico, conteúdos

tematizados, entre outros) e não linguísticos (logótipos, aspetos gráficos, entre outros), são considerados os seguintes aspetos:

- os sistemas de atividades a que estão associados os textos dos diferentes géneros considerados. Em que medida a maior ou menor estabilidade do sistema de atividades associado ao género determina as diferenças e regularidades evidenciadas nos textos;

- as diferentes atividades em cada um dos géneros, averiguando se existe um sistema hierárquico, no qual as atividades estão em diferentes níveis;

- a influência das atividades nos diferentes géneros, isto é, ver, por exemplo, como é que a atividade legislativa influencia o género *projeto de lei* e o género *bula de medicamento* ou, ainda, que diferenças e regularidades podem, por exemplo, ser identificadas em artigos científicos associados a diferentes áreas de investigação.

Num segundo momento, procede-se ao levantamento dos parâmetros físicos e socio subjetivos das condições de produção dos textos, nomeadamente do emissor, do recetor, o momento, o lugar da produção textual, o enunciador/destinatário (papéis sociais assumidos pelo emissor e recetor), lugar social e objetivos, sendo ainda contemplados os conteúdos tematizados, bem como o suporte, identificando as dimensões que lhe são inerentes e modo como estas influenciam os textos e géneros considerados.

Numa terceira etapa, analisamos o **padrão discursivo – emergência, articulação e configuração linguística dos tipos discursivos ao nível do plano de texto** – considerando, assim, os seguintes aspetos:

- plano de texto (distribuição do conteúdo temático/secções);

- tipos discursivos (primeiro nível, tipos mistos, variantes, modalidades de articulação);

- condições de emergência dos tipos discursivos (momentos do plano em que ocorrem);

- configuração linguística dos tipos discursivos.

A análise do padrão discursivo é desenvolvida em três momentos: análise qualitativa de textos, análise qualitativa de géneros e análise quantitativa.

Num primeiro momento, apresenta-se a análise textual qualitativa dos exemplares dos géneros selecionados, para dar conta das especificidades do padrão discursivo dos

textos (singularidade), seguindo-se a análise qualitativa do padrão discursivo dos géneros considerados, para darmos conta da genericidade<sup>8</sup>. Por fim, para evidenciarmos os resultados da análise qualitativa, procedemos a uma análise de cunho quantitativo, através do seu tratamento estatístico. Para tal, utilizamos o programa SPSS, no qual criámos uma base de dados e definimos variáveis múltiplas qualitativas etiquetadas para cada um dos elementos analisados não suscetíveis de quantificação, mas de descrição e classificação. A articulação da análise qualitativa com a análise quantitativa permite-nos sintetizar os resultados, possibilitando-nos, desta forma, apresentar uma visão global das especificidades do padrão discursivo dos géneros analisados.

Neste sentido, a partir da articulação da análise qualitativa e quantitativa, apresentamos uma visão de conjunto do padrão discursivo, discutindo a forma como o funcionamento social do género e as condições de produção textual pré-determinam a sua maior ou menor regularidade. Procura-se, assim, demonstrar que o padrão discursivo dá conta das relações de interdependência entre atividades e géneros. Além disso, pretende-se averiguar, em que medida, o padrão discursivo indicia a “identidade genérica” dos textos, ou seja, se constitui um marcador inferencial de género (Miranda, 2010: 153), contribuindo, assim, para a caracterização diferencial dos géneros.

Por fim, partindo do pressuposto de que os géneros de texto e o conhecimento das suas características são relevantes para domínios disciplinares distintos, apresentamos dois exemplos da aplicabilidade do padrão discursivo, por um lado, na atividade de revisão textual e, por outro, no âmbito da didática dos géneros.

### **3. Organização da tese**

A tese apresenta uma estrutura tripartida, de acordo com as normas do modelo formal de apresentação de dissertações da NOVA FCSH: aspetos introdutórios (capítulo I), corpo da tese (capítulos II-III) e notas conclusivas (IV).

---

<sup>8</sup> Importa sublinhar que esta é uma separação metodológica, pois, como já referido, por um lado, os textos são analisados, considerando os géneros em que se inscrevem e, por outro, os géneros são analisados a partir dos textos empíricos.

A primeira parte é dedicada a aspetos introdutórios e está organizada em três pontos. Num primeiro momento, foram abordadas a área e paradigma de investigação em que se inscreve o presente trabalho, seguindo-se um enquadramento geral do projeto do ISD. No segundo ponto, contextualizámos o projeto de investigação, considerando os pressupostos que estão na génese da noção de *padrão discursivo*, assim como os aspetos teórico-metodológicos que orientam o trabalho que se apresenta. Por fim, no presente ponto, damos conta da organização da tese.

A segunda parte, o corpo da tese, está subdivida em dois capítulos: “II. Das atividades sociais às propriedades dos textos” e “III. A noção de padrão discursivo: textos e géneros e análise”. O capítulo II diz respeito ao enquadramento teórico da investigação e está organizado em seis pontos: *atividades, géneros, textos* e as suas propriedades (*plano de texto* e tipos *discursivos*), considerando-se ainda a questão da descrição e análise de textos e de géneros. O capítulo III, central na tese, é totalmente dedicado ao padrão discursivo e está organizado em três pontos. O primeiro contempla o funcionamento social dos oito géneros considerados e o segundo os parâmetros contextuais. No terceiro ponto, apresentamos a análise do padrão discursivo, sendo esta desenvolvida, como já se mencionou, em três momentos: análise qualitativa de textos, análise qualitativa de géneros e análise quantitativa. No final do terceiro ponto, a partir da articulação da análise qualitativa com a análise quantitativa, apresenta-se ainda uma visão de conjunto do padrão discursivo, seguindo-se dois exemplos da aplicabilidade deste dispositivo de análise de textos e de análise e caracterização diferencial de géneros: na atividade de revisão textual e no âmbito da didática dos géneros.

Na terceira parte, “IV. Notas conclusivas”, apresenta-se uma síntese da investigação e uma visão global dos resultados alcançados, destacando os seus contributos para a área científica, bem como para o desenvolvimento do quadro de investigação do ISD.

## II. DAS ATIVIDADES SOCIAIS ÀS PROPRIEDADES DOS TEXTOS

Este capítulo da tese é dedicado aos pressupostos epistemológicos, teóricos e metodológicos que sustentam o trabalho de investigação que agora se apresenta e está subdividido em seis pontos. Como explicita o título “Das atividades sociais às propriedades dos textos”, a sustentação teórica está organizada de acordo com a abordagem privilegiada, ou seja, partindo do global (atividades) para o local (textos e suas propriedades), tendo os géneros como mediadores. Para tal, entre os pontos 1 e 3, focamos as noções de *atividade*, *género* e *texto*, partindo da sua génese e desenvolvimento, seguindo-se a sua aceção no quadro do ISD. Os pontos 4 e 5, tendo em conta a sua centralidade no projeto de investigação, são dedicados às noções de *plano de texto* e *tipos discursivos*. Na última etapa desta parte da tese, no ponto 6, considerando a duplicidade de objetos de estudo e o objetivo deste trabalho, focamos a questão da descrição e análise de textos e de géneros.

Apesar de privilegiarmos a perspetiva teórica e metodológica do ISD (Bronckart, 1985 *et al.*; [1997]1999; 2006a; 2006b; 2008a; 2008b; 2010a; 2010b; 2017a; 2017b), sempre que seja pertinente, convocamos perspetivas complementares, mais ou menos próximas. Na linha dos estudos anglófonos, entre outros, acolhemos os contributos de Bazerman (1997; 2005; 2013), com as noções de *sistema de géneros* e *sistema de atividades*, bem como propostas de Swales (1990) que, embora mais distante da abordagem do ISD, realizou um trabalho sobre o género *artigo científico*, no âmbito da área do Inglês para Fins Específicos.

Já no âmbito dos estudos francófonos, para além da perspetiva teórica do ISD, à qual aderem Bulea (2007; 2013; 2014), Coutinho (2006; 2008), Schneuwly & Dolz (2004), Miranda (2010; 2017), Gonçalves (2008; 2010), Leal (2011), Jorge (2014), Caldes (2009a; 2009b), entre outros, sempre que necessário, são convocadas outras perspetivas teóricas complementares, nomeadamente a da Linguística Textual (Jean-Michel Adam, 1999; 2008; 2013), a do quadro da Análise do Discurso (Dominique Maingueneau, 2002a; 2002b), entre outras. Neste âmbito, destacam-se, em particular, os trabalhos de Jean-Michel Adam, sobretudo no que concerne ao *plano de texto*, noção proposta pelo autor, retomada pelo ISD e aprofundada por autores nacionais, nomeadamente Coutinho (2004a; 2004b; 2004c; 2004d; 2011; 2013), Gonçalves (2011a;

2011b), Silva (2016), Silva & Rosa (2019). Além disso, são ainda retomados os trabalhos de Coutinho (2005; 2006) e Miranda (2008; 2009; 2010; 2012) que, acolhendo os princípios teóricos e metodológicos do ISD, têm vindo a aprofundar questões centrais na investigação: as relações entre géneros, textos e tipos discursivos, bem como a descrição e caracterização diferencial de géneros textuais (Gonçalves & Miranda, 2007; Coutinho & Miranda, 2009). Em consonância com a abordagem de complexidade privilegiada, assume-se uma perspetiva de interdisciplinaridade, sendo, por isso, também acolhidos contributos de outras áreas científicas, sempre que sejam relevantes para investigação.

## 1. Atividades

Para o ISD, a noção geral de *atividade* diz respeito às “organizações funcionais dos comportamentos dos organismos vivos” (Bronckart, [1997]1999: 31). É, assim, através das atividades, como quadros organizadores do comportamento, que os organismos vivos acedem ao meio ambiente e constroem conhecimento sobre este. Porém, ao contrário dos animais, a cooperação dos seres humanos nas atividades é mediada e regulada pela linguagem.

Esta aceção de *atividade* deriva, desta forma, das propostas de Vygotsky ([1934] 1997) e de Leontiev (2004), que, por sua vez, são subsidiárias dos trabalhos de Marx e Engels. De acordo com a filosofia marxista:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Marx, [1867]2013: 188

Deste ponto de vista, o trabalho constitui, desta forma, a condição primeira e fundamental da existência humana, pois as relações do homem, entre si e com a natureza, são mediadas pelo trabalho. Além disso, o homem, através do trabalho, ao exercer a sua ação sobre a natureza, para adquirir os meios para a sua existência, age, simultaneamente, sobre o meio social e sobre si mesmo, criando a sua própria existência (Rosental & Iuden,

1946: 303). Para Marx, o processo de trabalho é uma atividade vital, porém distinta da atividade vital do animal, pois é uma “atividade vital consciente” orientada para uma determinada finalidade:

a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais.

Marx, [1867]2013: 192

Também Aristóteles, em *Ética a Nicómaco*, já sublinhava que toda a ação humana (*práxis*) visa satisfazer as necessidades do homem, tendo em vista um bem: “(...) toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha, têm em mira um bem qualquer; e por isso foi dito, com muito acerto, que o bem é aquilo a que todas as coisas tendem.” (Aristóteles, *Livro I*, tradução de Vallandro & Bornheim, 1991: 3). Além disso, na perspectiva aristotélica, tal como as ações, os propósitos são múltiplos: “(...) como são muitas as ações, artes e ciências, muitos são também os seus fins: o fim da arte médica é a saúde, o da construção naval é um navio, o da estratégia é a vitória e o da economia é a riqueza.” (Aristóteles, *Livro I*, tradução de Vallandro & Bornheim, 1991: 3). Podemos inferir, assim, que as ações e os seus fins dependem da atividade (*energeia*) em que se realizam, ou seja, o fim da ação pode ser a atividade em si mesma ou algo produzido pela atividade e distinto desta.

Nos trabalhos de Leontiev, autor que inscreve na denominada *Teoria da Atividade*, a noção de *atividade*, na esteira de Marx, aparece associada à noção de *trabalho*. Comparando os humanos com os animais, o autor também especifica aquilo que há de particular e distintivo na atividade do trabalho humano.

O trabalho humano é em contrapartida uma **atividade originariamente social**, assente na cooperação entre indivíduo que supõe uma divisão técnica, embrionária que seja, das funções do trabalho. Assim, o trabalho é uma ação sobre a natureza, ligando assim os participantes, **mediatizando a sua comunicação**.

Leontiev, 2004: 81; **negrito nosso**

De acordo com esta perspectiva, o trabalho é entendido como uma atividade social que organiza as ações dos indivíduos. Isto significa que as ações individuais que regulam a atividade coletiva são, simultaneamente, também mediadas e reguladas pela atividade coletiva. Neste sentido, as atividades situam-se na esfera coletiva, enquanto as ações se situam na esfera individual. Por outro lado, a atividade está intrinsecamente ligada a um



motivo, pois não existe atividade sem um motivo. Porém, a atividade e a ação são relativamente independentes e não coincidentes, pois uma só ação (individual) pode ter diferentes motivos e, por isso, uma só ação pode ser realizada em diferentes atividades (coletivas) ou ser transferida de atividade, tal como um só motivo pode conduzir à realização de diferentes ações (Leontiev, [1978]2009: 100).

Além disso, Leontiev sublinha o caráter objetal da atividade:

A característica básica constituinte da atividade é que ela tem um objeto. Na verdade, o próprio conceito de atividade (fazer, Tätigkeit) implica o conceito de objeto da atividade. A expressão “atividade sem objeto” não tem sentido algum. Atividade pode parecer não ter objeto, mas a investigação científica da atividade necessariamente demanda a descoberta de seu objeto. Além disso, o objeto da atividade aparece em duas formas: primeiro, em sua existência independente, comandando a atividade do sujeito, e segundo, como uma imagem mental do objeto, como o produto da “detecção” do sujeito de suas propriedades, que é efetuada pela atividade do sujeito e não pode ser efetuada de outra forma.

Leontiev, 1972: 129

Neste sentido, se, por um lado, as atividades regulam as ações individuais do homem, por outro, as atividades são também reguladas e orientadas pelas suas necessidades. Conforme Leontiev (2004), o homem, através das atividades, adapta-se à natureza, modificando-as, consoante as suas necessidades, e apropria-se dos objetos e fenómenos historicamente desenvolvidos. A principal característica deste processo de apropriação é o desenvolvimento de novas aptidões e funções psíquicas no homem, como no caso da aquisição da linguagem.

Assim, a aquisição da linguagem não é outra coisa senão o processo de apropriação das operações de palavras que são fixadas historicamente nas suas significações; é igualmente a aquisição da fonética da língua que se efetua no decurso destes processos que se formam no homem as funções de articulação e de audição da palavra, assim como esta atividade cerebral a que os fisiólogos chamam o “segundo sistema de sinalização” (Pavlov).

Leontiev, [1978]2009: 261

## 1.1. Atividades gerais e atividades de linguagem

Retomando as noções de *atividade* e *ação* da *Teoria da Atividade*, assim como os princípios do Interacionismo Social, o trabalho do ISD, privilegiando uma abordagem descendente (Voloshinov, [1929]1977)<sup>9</sup>, do global para o particular, articula três níveis de análise:

a) no **primeiro nível**, estão incluídas as *dimensões da vida social (pré-construídos históricos)*:

Dimensões da vida social	Pré-construídos históricos	<ul style="list-style-type: none"><li>• Formações sociais (valores normas e instituições)</li><li>• Atividades coletivas<ul style="list-style-type: none"><li>○ Gerais</li><li>○ Atividades de linguagem</li></ul></li><li>• Mundos formais</li></ul>
--------------------------	----------------------------	---

**Quadro 2:** dimensões da vida social; elaborado a partir de Bronckart (2006a: 128-129)

Como se apresenta no quadro acima, os pré-construídos históricos incluem: as formações sociais (instituições, valores e normas); as atividades coletivas gerais (organizam as relações entre o indivíduo e o ambiente); as atividades de linguagem, que comentam as atividades gerais, explorando uma língua natural e que se materializam em diferentes textos; e os mundos formais ou estruturas de conhecimentos coletivos (Bronckart, 2006a: 128-129).

As atividades coletivas, como pré-construídos históricos, dizem respeito às “estruturas de cooperação/colaboração que organizam as interações dos indivíduos” (Bronckart, 2006a: 138), constituindo, assim, quadros organizadores das interações humanas. Nestas atividades, temos, por um lado, as que são classificadas de acordo com os seus motivos antropológicos, como, por exemplo, a nutrição e a reprodução e, por

---

<sup>9</sup> A abordagem descendente era também defendida por Bakhtin ([1979]1984), Rastier (2001a) e Adam (1990).

outro, atividades classificadas de acordo com as suas propriedades estruturais, que são dependentes das opções das formações sociais e, por isso, se transformam ao longo da história (Bronckart, 2006a: 138).

Além disso, as atividades coletivas, segundo Bronckart *et al.* (1985), estão associadas a lugares sociais, isto é, zonas de cooperação onde se desenvolve a atividade humana específica à qual se articula a atividade de linguagem. Em Bronckart *et al.* (1985: 33), propõe-se uma classificação de lugares sociais, contemplando diferentes tipos de instituições e aparelhos ideológicos da sociedade contemporânea, bem como zonas de exercício de práticas quotidianas.

Lugares sociais
1. Instituições económicas e comerciais
2. Instituições político-estatais
3. Instituição literária (ou literatura)
4. Instituição académico-científica
5. Instituições de cuidado
6. Instituições de repressão (justiça e política)
7. Instituição escolar
8. Instituição familiar
9. Instituições mediáticas
10. Lugares de práticas de lazer
11. Lugares de práticas de contacto quotidiano

**Quadro 3:** lugares sociais; extraído e traduzido de Bronckart *et al.* (1985: 3)

Quanto às atividades de linguagem, são estas que permitem o mecanismo de entendimento necessário à realização das diferentes atividades gerais, contribuindo para a sua regulação, planificação e avaliação. As atividades de linguagem também dependem das propriedades das formações sociais, pois estão dependentes das atividades gerais a que estão associadas.

b) no **segundo nível** de análise, estão os *comportamentos de mediação formativa*, que dizem respeito aos processos de integração dos *recém chegados* nos pré-construídos.

c) o **terceiro nível** de análise diz respeito aos *efeitos que esses processos de mediação exercem* sobre os indivíduos; neste nível, Bronckart distingue duas problemáticas: a primeira diz respeito ao processo de “transformação do psiquismo sensorio-motor num pensamento consciente”; a segunda corresponde às “condições de desenvolvimento das pessoas, no quadro de transações entre as representações individuais e as representações coletivas” (Bronckart, 2006a: 129).

### 1.1.1. Agir e ação

No quadro destas relações de interdependência, temos também as noções de *agir* e de *ação*. O *agir*, numa aceção geral, diz respeito a *todos os comportamentos ativos de um organismo*. Embora todas as espécies tenham comportamentos de *agir comunicativo*, a espécie humana é a única que possui a capacidade de realizar um *agir comunicacional verbal*, ou seja, a capacidade de produzir textos, mobilizando signos de uma língua natural. Neste âmbito, distingue-se ainda o *agir de linguagem* (verbal) do *agir geral* (Bronckart, 2006a: 137).

Quanto às relações entre as formas de agir e atividades, no ISD, o agir de linguagem, numa perspetiva coletiva, enquadra-se nas atividades de linguagem, que, por sua vez, regulam e comentam as atividades gerais. Por outro lado, o agir de linguagem depende do agir geral, tendo em conta que as **propriedades das atividades de linguagem dependem das atividades gerais a que estão associadas**. Além disso, o agir geral, numa perspetiva individual, corresponde a uma ação. Porém, como esclarece a citação seguinte, **a ação de linguagem constitui parte da atividade de linguagem assumida por um indivíduo**.

Pour l’interactionnisme socio-discursif, une des propriétés majeures de l’espèce humaine est de mettre en œuvre un agir langagier dont la fonction première est de produire des significations et de permettre ce faisant que s’établisse, au sein d’un groupe, une entente relative aux propriétés de l’agir non verbal (ou agir général) et aux propriétés du monde dans lequel ce dernier se déploie. Lorsque l’agir langagier est saisi au plan collectif des productions de groupe, nous le qualifions d’activité langagière ; lorsqu’il est saisi au plan des productions d’un individu, nous le qualifions d’action langagière. **L’action langagière constitue dans cette perspective la part de l’activité langagière assumée par un individu déterminé ou actant.**

Bronckart, 2010a: 28; **negrito nosso**

De acordo com esta perspectiva, a linguagem é uma forma de atividade nas diferentes esferas da interação humana. Assim, através da exploração dos recursos de uma língua natural, as atividades de linguagem, que comentam as atividades gerais, materializam-se em diferentes *espécies de textos*, cujas propriedades dependem, desta forma, das propriedades das atividades gerais e de linguagem. Considerando estas relações de dependência, o ISD defende que as produções de linguagem devem ser relacionadas, primeiramente, com a atividade humana em geral (Bronckart, [1997]1999: 107).

Para a compreensão do estatuto da linguagem no quadro do ISD e do seu papel no desenvolvimento humano, questão central no seu campo de trabalhos, são especialmente relevantes os contributos de Voloshinov ([1929]1977), Vygotsky ([1934]1997) e Saussure ([1916]1978; 2002).

## 1.2. Linguagem, atividade e desenvolvimento

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, obra que assinala o nascimento do Interacionismo Social, Voloshinov ([1929]1977), numa perspectiva marxista e a partir da Filosofia da Linguagem, bem como da questão das condições de desenvolvimento da ideologia<sup>10</sup>, procura esclarecer as *condições de constituição do pensamento humano*, baseando-se nos seguintes princípios:

a) toda a produção ideológica é de natureza semiótica, ou seja, embora as ideias reenviem a referentes, estas constituem signos das entidades referidas; b) estes “signos-ideias” não derivam da atividade de uma consciência individual. São produtos da interação social e são condicionados por esta; c) todo o discurso interior, pensamento ou consciência possui um caráter social, semiótico e dialógico.

Bronckart, 2006a: 127

Segundo Voloshinov, ([1929]1977: 30), *a consciência individual é um facto socio-ideológico*. Nesta perspectiva, não é da consciência que deriva a ideologia. A consciência ganha forma e existência através dos signos criados por um grupo nas suas

---

<sup>10</sup> “La seule façon d'amener la méthode sociologique marxiste à rendre compte de toutes les profondeurs et de toutes les subtilités des structures idéologiques «immanentes» est de partir de la philosophie du langage conçue comme philosophie du signe idéologique. Et cette base de départ doit être tracée et élaborée par le marxisme lui-même.” (Voloshinov, [1929]1977: 34).

relações sociais.

La logique de la conscience est la logique de la communication idéologique, de l'interaction sémiotique d'un groupe social. Si nous privons la conscience du contenu sémiotique et idéologique, il n'en reste rien.

Voloshinov [1929]1977: 30

Para o autor, os signos são marcados por um certo horizonte social de uma determinada época e de um grupo social. Deste ponto de vista, o facto de os signos resultarem das interações sociais dos indivíduos determina que estes sejam condicionados pelas mudanças nas formas de interação (Voloshinov [1929]1977: 41). O objetivo de Voloshinov era, assim, estudar as condições de constituição do pensamento humano, focando, num primeiro momento, os processos de interação social, incidindo depois sobre as formas de enunciação que materializam essas interações e, por fim, as unidades-signos no interior dessas formas (Bronckart, 2006a: 128). A tese de que é “a apropriação e a interiorização dos signos de uma língua natural que é constitutiva do pensamento humano consciente”, formulada por Voloshinov, é, entretanto, retomada por Vygotsky (Bronckart, 2008a: 22).

Para Vygotsky, são as atividades biológicas comportamentais dos seres humanos que lhes permitem realizar as atividades coletivas, que, por sua vez, são reguladas e mediadas pela linguagem. Essas atividades, das quais se apropriam os seres humanos, apresentam propriedades e fazem parte do seu meio, sendo assim quadros organizadores das suas relações. Neste processo de apropriação, os seres humanos interiorizam, por um lado, as propriedades das atividades coletivas e, por outro, os signos e as estruturas de linguagem que as mediatizam. Segundo Vygotsky, é este processo de interiorização das estruturas e significações sociais que transforma o psiquismo herdado da evolução e origina as capacidades do pensamento consciente. Conforme esclarece o autor:

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social

Vygotsky, 1989: 33

A psicologia de desenvolvimento proposta por Vygotsky é retomada pelo ISD, constituindo uma das principais influências epistemológicas e contribuindo de forma decisiva para a sua problemática central: o desenvolvimento humano. No âmbito desta problemática, o questionamento central do ISD é:

o do papel que a linguagem desempenha, e, mais precisamente, as práticas de linguagem, na constituição e no desenvolvimento das capacidades epistêmicas (ordem dos saberes) e praxeológicas (ordem do agir) dos seres humanos.

Bronckart, 2006b: 4

Para validar a tese vygotskiana e demonstrar que é a apropriação e a interiorização dos signos linguísticos que permitem o desenvolvimento do pensamento consciente na pessoa humana, o ISD apoia-se na dicotomia saussureana *significado/significante* – “essencial para a compreensão do estatuto das relações de interdependência entre a linguagem, as línguas e o pensamento humano” (Bronckart, [1997]1999: 23).

Na proposta de Saussure, o signo linguístico é biface (significante e significado), arbitrário e imotivado, ou seja, não existe uma relação natural e de semelhança entre o significado e o significante, sendo o elo social que permite criar o sistema linguístico. Como refere Bronckart (2008a: 29-30):

o valor ou o significado de um signo é o produto de acordos sociais (relativamente estabilizados) e organizados em sistema. O signo e o seu valor são, assim, em si mesmos ou em essência, de natureza fundamentalmente social, interativa.

Considerando a natureza social e interativa dos signos, Bronckart foca o seu enraizamento psíquico, sublinhando que o trabalho constitutivo dos signos é constitutivo das unidades de pensamento e que a constituição destas, por seu lado, é marcada pelo social.

os signos têm essa propriedade radicalmente nova na evolução de constituir cristalizações psíquicas de unidades de troca social, e a sua interiorização implica, a partir de então, inexoravelmente, essa socialização do psiquismo que, conforme sustentava Vygotsky (1934/1997), constitui a maior propriedade do funcionamento psicológico humano.

Bronckart, 2010a: 22; tradução nossa

Apesar de a obra *Cours de Linguistique Générale* ([1916]1978) de Ferdinand Saussure ter sido feita a partir de apontamentos de discípulos do autor, as reflexões

epistemológicas, as dicotomias apresentadas e as propostas de análise tiveram grande influência no desenvolvimento da Linguística até à segunda metade do século XX.

Nesta proposta fundadora, com a dicotomia *langue/parole*, estabeleceu-se que o objeto de estudo da Linguística seria a língua, dado que se entendia que esta enquanto Ciência devia estudar um objeto abstrato estável e não a individualidade do uso da língua (a fala).

Na perspetiva saussureana, assumir a linguagem como objeto de estudo implicaria lidar com a sua heterogeneidade:

(...) tomada no seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita; o cavaleiro de diferentes domínios (...); não se deixa classificar em nenhuma categoria de factos humanos, pois não se sabe como inferir a sua unidade.

Saussure, [1916]1978: 17

Para Saussure ([1916]1978: 22), é a língua que permite a unidade da linguagem, podendo ser estudada individualmente e, por isso, ao separar esta da fala, separa-se “1.º, o que é social do que é individual; 2.º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos accidental.”. Embora esta proposta inicial de Saussure ainda seja uma referência incontornável no âmbito da Linguística, a partir da segunda metade do século XX, a noção de *fala* ganha relevância com as propostas desenvolvidas por autores como Austin (1962) e Searle (1969) (*teoria dos atos de linguagem*) e Émile Benveniste ([1959]1966) (*teoria da enunciação*).

É precisamente esta viragem que é sublinhada por Marcuschi:

É nos anos 60, também, que se chega à fantástica descoberta de que com a língua não apenas se diz, mas se age. É com John Austin que uma determinada pragmática (Teoria dos Atos de Fala) surge com força vital que vem mostrar a **língua como uma forma de ação**. Com a língua pode-se agir. É a visão da língua como fenómeno não apenas envolvido na situação social e reproduzindo em certo sentido a variação social em suas formas, mas é a visão da língua em funcionamento diretamente ligado a contextos situacionais e não apenas sociais e cognitivos.

Marcuschi, 2016: 17; **negrito nosso**

O posicionamento assumido pelo ISD aproxima-se dos princípios postulados nos escritos de Saussure descobertos em 2002, nos quais o autor já não secundariza a fala em relação à língua, sublinhando que a língua só entra em ação através do discurso: “Il revient



à constater que toute la langue entre d'abord dans notre esprit par le discursif" (Saussure, 2002: 118).

Contudo, Saussure questiona o seguinte:

La langue n'est créée qu'en vue du discours, mais qu'est-ce qui sépare le discours de la langue, ou qu'est-ce qui, à un certain moment, permet de dire que **la langue entre en action comme discours**?

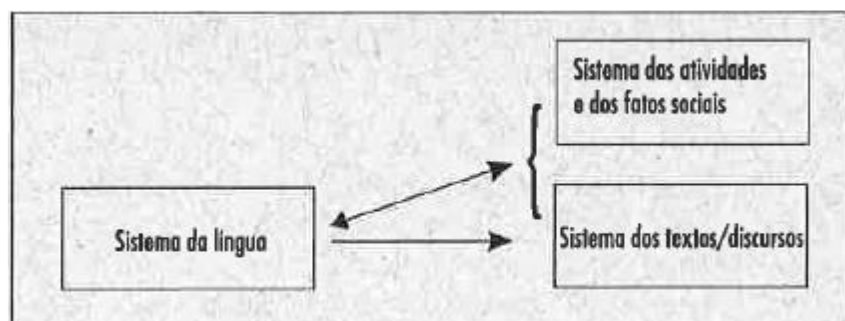
Saussure, 2002: 277; **negrito nosso**

Como resposta, Saussure refere o seguinte:

Le discours consiste, fût-ce rudimentairement, et par des voies que nous ignorons, à affirmer un lien entre deux des concepts qui se présentent revêtus de la forme linguistique, pendant que la langue ne fait préalablement que réaliser des concepts isolés, qui attendent d'être mis en rapport entre eux pour qu'il y ait signification de pensée.

Saussure, 2002: 277

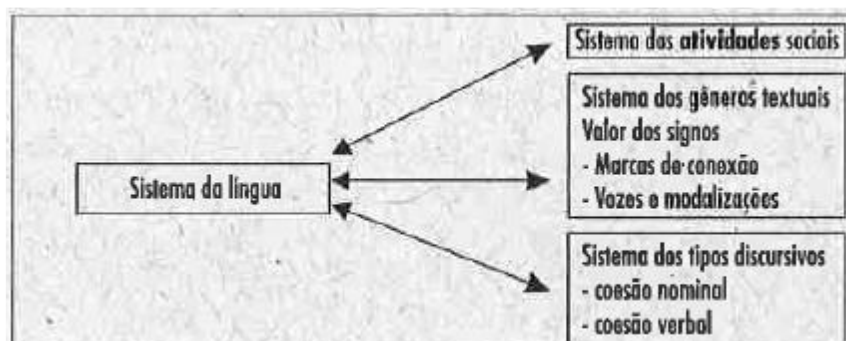
Conforme é observado por Bronckart (2008a: 38-39), no projeto saussureano, "a língua é apenas um dos sistemas implicados no facto linguageiro total" e, por isso, esta deverá ser articulada com o *sistema do social* e o *sistema dos textos/discursos*, numa *perspetiva intersistémica*, como ilustra o esquema que se segue.



**Esquema 1:** perspetiva intersistémica; extraído de Bronckart (2008a: 39)

Além disso, Bronckart sublinha, por um lado, que, na proposta de Saussure, o sistema dos textos/discursos foi abordado apenas parcialmente e, por outro, que ficou por clarificar o duplo estatuto do social.

Como refere o autor, “a língua é um sistema social diferente dos outros sistemas sociais e é articulada a eles” (Bronckart, 2008a: 39). No quadro do ISD, essa articulação é representada como no esquema seguinte.



**Esquema 2:** articulação de sistemas; extraído de Bronckart (2008a: 39)

Segundo o esquema de Bronckart, enquanto o sistema de gêneros é aquele que mantém uma maior interação com o sistema de atividades humanas, o sistema dos tipos discursivos depende apenas, em parte, do sistema de atividades humanas, o que explica, por um lado, a infinitude, a diversidade e a dependência da estruturação geral dos gêneros das atividades humanas, demonstrando a sua dimensão praxeológica e, por outro, o número finito de tipos discursivos, bem como a independência da sua estruturação interna das atividades humanas e a sua ligação às diferentes formas de realização de operações do pensamento humano (contar, explicar, narrar, entre outras), sublinhando, assim, a sua dimensão epistémica (Bronckart, 2008a: 41).

## 2. Géneros

Para o ISD, as atividades de linguagem que se materializam em textos são indissociáveis de géneros de texto. Neste sentido, um dos pressupostos deste trabalho de investigação – central no quadro teórico do ISD – é o de que qualquer texto se inscreve num género. Para tal, como define Coutinho, assumimos que os géneros são:

‘formas comunicativas’ elaboradas pela atividade de gerações precedentes e sincronicamente disponíveis, em termos de arquitexto, como instrumentos ou modelos que, no dizer de Bronckart, se apresentam aos utentes da língua sob a forma de nebulosa (onde coexistem géneros estabilizados e conjuntos de textos sem fronteiras fixas ou nítidas).

Coutinho, 2006: 4

Para situar esta definição de *géneros*, importa, antes de mais, recuar até às primeiras reflexões sobre a noção de *género* e dar conta de alguns dos principais contributos neste âmbito.

### 2.1. Dos géneros retóricos aos géneros do discurso

Desde a Antiguidade que há necessidade de diferenciar, classificar e definir tipologias para os textos. As primeiras propostas de classificação e definição de tipologias remontam a Aristóteles e a Platão. Aristóteles, no tratado *Retórica*, postula a existência de três *géneros de discursos retóricos: judicial ou forense, deliberativo ou político e epidíctico ou demonstrativo* (Aristóteles, tradução e notas de Júnior, Alberto & Pena, 2005: 38). Em Aristóteles, a classificação e distinção dos géneros retóricos baseiam-se em três critérios: o objetivo do orador, o tema e respetivos tópicos e o tipo de ouvinte. O discurso retórico judicial corresponde à defesa ou acusação de ações passadas e o orador visa *demonstrar a justiça ou injustiça do que foi feito*. Já no discurso deliberativo, o objetivo do orador é *demonstrar a vantagem ou desvantagem de uma determinada ação*. Por fim, no discurso epidíctico, o orador louva ou censura algo, procurando *demonstrar a virtude ou defeito* de uma pessoa ou objeto. (Aristóteles, tradução e notas de Júnior, Alberto &

Pena, 2005: 38). Quanto aos temas, Aristóteles associa cada um dos géneros retóricos a temas e tópicos específicos, como, por exemplo, os delitos, a transgressão consciente das leis, a justiça e a injustiça aparecem associados ao discurso retórico judicial; as finanças, a guerra e a paz são temas contemplados no discurso retórico deliberativo; os tópicos relacionados com a nobreza e virtude estão associados ao discurso retórico epidíctico. No que respeita aos tipos de ouvintes, enquanto o discurso epidíctico se destinava aos espetadores, os discursos judicial e deliberativo destinavam-se aos magistrados e/ou membros da assembleia (Aristóteles, tradução e notas de Júnior, Alberto & Pena, 2005: 38-40).

Nesta perspetiva, em Aristóteles, a distinção dos géneros retóricos assentava em critérios de ordem social. Isto significa que os géneros estavam associados às necessidades sociais da sociedade da época, tendo cada um deles um funcionamento social específico.

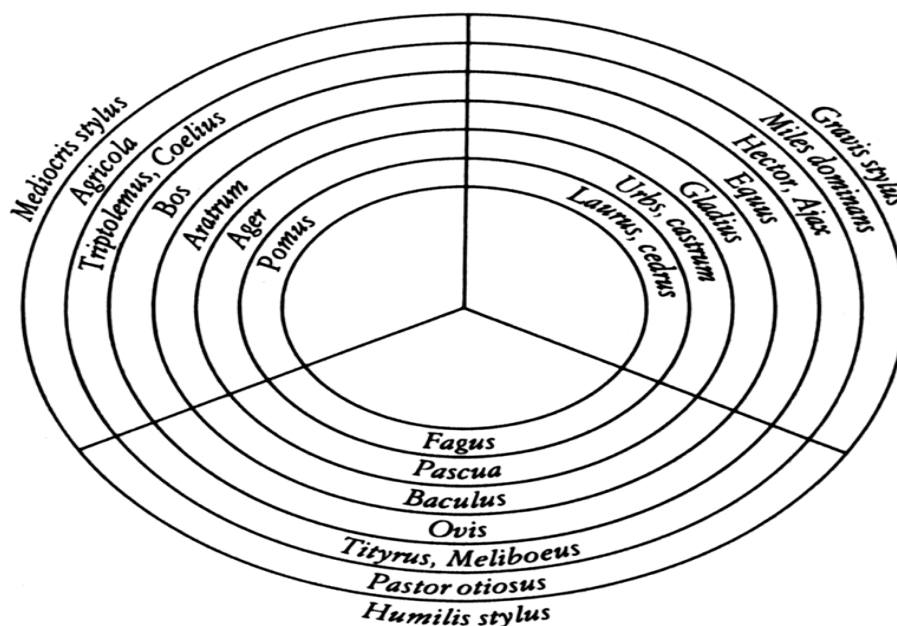
Para além da dimensão social dos géneros, o tratado de Aristóteles também contempla, no *Livro III*, aspetos relacionados com o estilo e composição do discurso. Entre outros, destacam-se as qualidades da expressão, a correção gramatical e a sua importância para a clareza da linguagem, bem como a adequação do *estilo* ao tema.

Como sublinham Júnior, Alberto e Pena (2005: 48):

Aristóteles não faz aqui distinção explícita entre os diferentes tipos de estilo (*genera dicendi*), mas já os pressupõe. Faz distinção entre o estilo de composição escrita e o estilo oratório. Ao discurso demonstrativo convém o estilo elevado, mais literariamente trabalhado. Ao discurso demonstrativo convém o estilo médio, exato. Ao discurso deliberativo convém o estilo oral natural e espontâneo.

Neste sentido, em Aristóteles, já existia uma reflexão sobre a adequação dos géneros, por um lado, como vimos, na distinção baseada no funcionamento social, ou seja, cada género de discurso servia um determinado objetivo, destinando-se a um tipo de ouvinte e estando associado a temas específicos e, por outro, na adequação do estilo do orador a cada um dos géneros.

Quanto à relação entre géneros literários e estilos, destaca-se ainda o esquema retórico-estilístico – *roda de Virgílio* – elaborado no final do século IV e amplamente difundido em toda a Idade Média. Neste esquema, conforme se apresenta em seguida, cada estilo aparece associado a um determinado tipo social (Aguilar e Silva, 2008: 108-109).



**Imagem 1:** rota Virgilli<sup>11</sup>

Nesta imagem, estão representados três estilos: *Humilis stylus* (presente nas *Éclogas*); *Mediocris stylus* (corresponde ao estilo adotado nas *Geórgias*); *Gravis stylus* (estilo da *Eneida*). Cada um destes estilos, como referimos, corresponde a um tipo social, que, por sua vez, está associado a atividades, personagens, instrumentos, animais específicos. Embora os géneros não sejam explicitamente referidos, os três tipos de estilo são definidos a partir das características diferenciadas das três obras de Virgílio. Estabelecendo paralelismo com os géneros retóricos aristotélicos, verifica-se que, tal como em Aristóteles, a dimensão social dos géneros e da produção textual, bem como a adequação do estilo já eram objeto de reflexão.

Quanto a Platão, no *Livro III*, de *A República*, estabeleceu uma divisão tripartida dos géneros que se tornaria num marco fundamental da teoria dos géneros literários. Na perspetiva platónica, os textos literários são “uma narrativa (*diegesis*) de acontecimentos passados, presentes ou futuros” (Pereira, 1976, *apud* Aguiar e Silva, 2008: 103). Na categoria global da diegese, Platão faz a seguinte classificação dos géneros literários: *género imitativo*, que contempla a tragédia e a comédia; o *género narrativo puro*, sendo

<sup>11</sup> Imagem disponível em: <[http://spazioinwind.libero.it/terzotriennio/quarto/lat/virg\\_buc.htm](http://spazioinwind.libero.it/terzotriennio/quarto/lat/virg_buc.htm)> [acesso a 1 de junho de 2017].

representado pelo ditirambo; e o *gênero misto*, representado pela epopeia (cf. Aguiar e Silva, 2008: 104).

Regressando à perspectiva aristotélica, na *Arte Poética*, Aristóteles postula que o fundamento da poesia é a imitação. Porém, a imitação pode realizar-se através de modos (narrativo e dramático) e submodos distintos. Além disso, como sintetiza Aguiar e Silva (2008: 106), Aristóteles distingue as modalidades poéticas, tendo como critérios, por um lado, aspetos relacionados com os conteúdos, diferenciando a imitação do homem superior (através da tragédia e a epopeia) da imitação do homem inferior (presente na comédia e paródia) e, por outro, aspetos relacionados com a organização estrutural dos textos, designadamente o tipo de verso. Deste ponto de vista, na perspectiva aristotélica, os conteúdos e a sua organização eram entendidos como propriedades diferenciadoras dos textos.

Embora na *Epistola ad Pisones* de Horácio não seja apresentada uma classificação dos géneros literários como as que encontramos nas propostas platónicas e aristotélicas, o autor latino relaciona os aspetos temáticos dos textos com a sua estrutura formal. Na perspectiva horaciana, tal como descreve Aguiar e Silva:

O poeta deve adoptar, em conformidade com os temas tratados, as convenientes modalidades métricas e estilísticas. A infração desta norma, que em termos da gramática do texto poderíamos considerar como reguladora da coerência textual, desqualifica radicalmente o poeta.

Aguiar e Silva, 2008: 107

Já Diomedes, no século IV, na *Ars grammatica*, distingue três géneros de poesia: um que não contém marcas da enunciação do poeta, mas apenas das personagens (*genus actiuum uel imitativum*); outro em que fala apenas o poeta (*genus enarrativum*); e, por último, um género que contempla marcas da enunciação do poeta e das personagens (Aguiar e Silva, 2008: 108). Temos, assim, uma distinção dos géneros baseada em critérios enunciativos.

Durante muitos séculos, os tratados aristotélicos e a divisão tripartida dos géneros de Platão foram retomados de forma diferenciada em várias épocas, influenciando de forma decisiva o estudo dos géneros literários, bem como a própria conceção de *gênero*.

No século XX, o estatuto dos géneros, subsidiário dos tratados aristotélicos e platónicos, começa a ser revisto por autores como Gérard Genette.

## Segundo Genette:

Não contando com ela, aquilo a que Aristóteles chama «maneira de imitar» equivale estritamente ao que Platão chamava *lexis*: não estamos ainda num sistema de géneros; o termo mais justo para designar esta categoria é sem dúvida o de **modo**, que a tradução Hardy emprega: não se trata, a falar propriamente, de «forma» no sentido tradicional, como na oposição entre verso e prosa, ou entre os diferentes tipos de versos, trata-se de **situações de enunciação**; para retomar os termos mesmos de Platão, no modo narrativo o poeta fala em seu nome próprio, no modo dramático são as próprias personagens, ou, mais exactamente, o poeta disfarçado doutras tantas personagens.

Genette, 1986: 29; **negrito nosso**

Porém, como observa o autor, a noção de *modo* não substitui ou anula a noção de *género*, pois os modos correspondem a **modos de enunciação dos textos** (Genette, 1986: 76-77), ou seja, ao que Bronckart apelida de tipos discursivos. Na perspectiva de Genette, os géneros são categorias literárias e os modos são de carácter universal, constituindo categorias linguísticas pertencentes ao domínio da pragmática (Genette, 1986: 79). O autor nota, ainda, que, na tripartição lírico, épico e dramático, estão incluídos vários *arquigéneros*, sublinhando a indissociabilidade destes da história e da cultura. Genette, retomando os postulados aristotélicos, reflete também sobre a relação entre temas, géneros e modos, referindo o seguinte:

As categorias modais e temáticas não têm entre elas nenhuma relação de dependência, o modo não inclui nem implica o tema, o tema não inclui nem implica o modo [...] mas os modos e os temas, ao cruzarem-se, co-incluem e determinam os géneros.

Genette, 1986: 87

Segundo esta perspectiva, por um lado, as categorias modais e temáticas são independentes entre si, por outro, os modos e temas são inerentes aos géneros, estando intrinsecamente associados, ou seja, os modos e os temas são constitutivos dos géneros.

Embora o trabalho de Genette se situe no domínio da moderna Teoria do Texto Literário, as suas teorizações e as categorias propostas, nomeadamente o conceito de *transtextualidade*, têm vindo ser retomados no âmbito dos estudos linguísticos e, em particular, na Linguística Textual.

A partir do início do século XX, com o advento da Linguística moderna, a definição de tipologias subsidiária dos tratados aristotélicos, que tradicionalmente se aplicava apenas aos textos literários, e a reflexão sobre os géneros passaram a estar

gradualmente direcionadas para todo o tipo de textos que circulam na sociedade, observando-se, desta forma, que a noção de *gênero* deixa de estar confinada aos estudos literários, passando a ser objeto de reflexão nos estudos linguísticos. Assim, os aspetos já observados pelos autores da Antiguidade, nomeadamente a dimensão social dos géneros e as suas propriedades (estilo, temas e organização), começam a ser analisados em todo o tipo de textos.

No âmbito dos estudos linguísticos, destacam-se, em primeiro lugar, os contributos de Voloshinov. Para Bronckart, a obra deste autor contribuiu decisivamente para uma mudança da conceção dos géneros.

Em *Le discours dans la vie et le discours en poésie* (1926/1981), o autor mostrou a continuidade existente entre as produções verbais ordinárias e as produções ditas literárias; mostrou que todos esses textos se organizam por meio de um mesmo sistema de regras gerais e, conseqüentemente, estendeu a noção de gênero a todas as espécies de textos que podem ser produzidos pelos membros de uma comunidade verbal.

Bronckart, 2010b: 168

Voloshinov, na já referida obra *Marxismo e filosofia da linguagem* ([1929]1977), introduz a noção de *formas de enunciação*. O autor defende que a enunciação é de natureza social: “la situation sociale la plus immédiate et le milieu social plus large déterminent entièrement, et cela de l’intérieur, pour ainsi dire, la structure de l’énonciation” Voloshinov, [1929]1977: 124). Para além da indissociabilidade das *formas de enunciação* dos processos de interação social, o autor sublinha ainda a sua diversidade e variabilidade (Voloshinov, [1929] 1977: 40).

Para Voloshinov, ([1929]1977), os textos devem ser analisados numa perspetiva descendente, considerando, em primeiro lugar, os tipos de interações sociais, no seu contexto, seguindo-se a análise dos géneros de texto produzidos no quadro dessas interações; e, por último, as unidades e estruturas linguísticas observáveis no interior dos géneros.

Na esteira dos trabalhos de Voloshinov, Bakhtin<sup>12</sup> propõe a noção de *géneros do*

---

<sup>12</sup> Importa sublinhar que os trabalhos de Bakhtin apresentam várias divergências e incoerências metodológicas. Como demonstram Bronckart e Bota (2011), a autoria dos textos Bakhtin é questionável, como é o caso de *Marxismo e filosofia da linguagem*, *O freudismo, um esboço crítico* e *O método formal nos estudos literários*, cuja autoria foi atribuída a Bakhtin, quando os dois primeiros são da autoria de Voloshinov e o último de Pavel Medvedev. Além disso, como nota Bronckart ([1997]1999: 143), o uso da terminologia na obra de Bakhtin apresenta também algumas oscilações e



*discurso.*

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua. [...] Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas **cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso.**

Bakhtin, [1979]1984: 279; **negrito nosso**

Na perspectiva do autor, as diferentes esferas da atividade humana estão vinculadas aos usos da língua, que, por sua vez, são variáveis. Segundo Bakhtin, a utilização da língua concretiza-se através de enunciados orais e escritos, empíricos e singulares, no âmbito de diferentes esferas de atividade.

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua — recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional. Estes três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação.

Bakhtin, [1979]1984: 279

Neste sentido, os enunciados revelam as propriedades das diferentes esferas da atividade humana, identificáveis através dos conteúdos temáticos, estilo e construção composicional. Tendo em conta que a utilização da língua (concretizada nos enunciados) está associada a determinados gêneros do discurso, estes três elementos referidos por Bakhtin constituem também propriedades dos gêneros, aspeto que retomaremos mais à frente.

Os gêneros são, assim, produtos das diferentes formas de interação social e o seu funcionamento e propriedades dependem dos usos da língua nas várias esferas de atividade. Neste sentido, como sublinha Bakhtin ([1979]1984: 279), os gêneros são dependentes dos tipos de atividade humana, dado que a sua variedade é determinada pela diversidade das atividades humanas.

---

imprecisões. Por uma questão de coerência e fidelidade epistemológica, Bronckart assume os trabalhos de Voloshinov e não os de Bakhtin (Bota & Bronckart, 2007).

Deste ponto de vista, os géneros modificam-se de acordo com as transformações que ocorrem nas esferas de atividade. Isto significa, por um lado, que a heterogeneidade dos géneros aumenta proporcionalmente com a diversidade das atividades e, por outro, que os géneros são condicionados pelas mutações que ocorrem no seio de uma dada esfera. Assim, do surgimento de novas atividades podem resultar novos géneros e/ou desaparecimento ou desuso de outros; as atividades que se ampliam podem também transformar os géneros já existentes ou ampliar o repertório de géneros.

Em suma, segundo Bakhtin, os géneros estão intrinsecamente ligados às necessidades comunicativas humanas, podendo assumir, por isso, múltiplas funções sociais. Os géneros são, assim, indissociáveis dos processos de interação social, que, por sua vez, são historicamente e culturalmente variáveis.

Para o autor, o confinamento dos estudos dos géneros à esfera literária deve-se, em grande medida, à diversidade funcional dos géneros. Segundo Bakhtin, para definir o carácter genérico de um enunciado, é fundamental distinguir os *géneros primários* dos *géneros secundários*. Os primeiros, nos quais o autor integra a *carta pessoal* e o *diálogo do quotidiano*, são de natureza simples e os segundos, como, por exemplo, o *romance*, são culturalmente e ideologicamente mais complexos. Sobre a relação entre os géneros primários e os géneros secundários, Bakhtin refere que os primeiros são absorvidos pelos segundos, tornando-se, assim, componentes dos géneros secundários. Neste processo, os géneros primários transformam-se dentro dos géneros secundários, perdendo, assim, a sua relação com a realidade imediata (Bakhtin, [1979]1984: 282).

## **2.2. O estudo dos géneros**

Apesar das oscilações terminológicas, nomeadamente entre *géneros do discurso* e *géneros de texto*, e das diferentes orientações teóricas e metodológicas, a inscrição histórica e o carácter social dos géneros são relativamente consensuais. Entre várias perspetivas teóricas que acolhem a noção de *género*, podemos distinguir os estudos de duas linhas com fronteiras pouco delimitadas: os que se inscrevem na linha anglófona e aqueles que pertencem a uma linha francófona.

Nos estudos anglófonos, temos os Estudos Retóricos de Género, nos quais se destacam os trabalhos de Carolyn Miller. Para a autora (Miller, 1984: 151), como explicita o título do artigo *Genre as social action*, o género é entendido como *artefacto cultural e forma de ação social*. Segundo Miller, considerar o género como ação implica o contexto e motivo em que este se insere, pois são estes que tornam qualquer ação humana interpretável (1984: 152). Em consonância com os trabalhos de Bakhtin, na perspetiva de Miller (1984: 165), os géneros estão intrinsecamente associados às diferentes esferas da atividade humana.

what we learn when we learn a genre is not just a pattern of forms or even a method of achieving our own ends. We learn, more importantly, what ends we may have. . . ; for the student, genres serve as keys to understanding how to participate in the actions of a community.

Miller, 1984: 165

Na esteira de Miller, Bazerman (1997; 2005; 2013), autor filiado na escola de géneros na linha da Nova Retórica de base pragmática, também sublinha a dimensão social dos géneros, referindo que estes são quadros para a ação social. Na perspetiva do autor, os géneros não são apenas categorias de formas textuais, mas também formas de interação social (Bazerman, 2013: 29). Para Bazerman, os géneros “moldam os nossos pensamentos e as comunicações pelas quais interagimos” (Bazerman, 1997: 19; tradução livre). Deste ponto de vista, os géneros têm um carácter mediador/regulador das interações humanas, mediando as relações entre as situações sociais e os textos que respondem estrategicamente às exigências dessas situações (Bazerman, 1997: 19).

Swales (2003), por seu lado, a partir do artigo *Genre in three traditions: Implications for ESL*, de Hyon (1996), compara a abordagem dos géneros em três tradições: a ESP internacional (“Escola de Sidney”), a “Nova Retórica” norte-americana e a da “Escola Sistémico-Funcional”. Citando Hyon (1996), o autor identifica as seguintes diferenças:

she notes that “many ESP scholars have paid particular attention to detailing the formal characteristics of genres while focusing less on the specialized functions of texts and their surrounding social contexts” (p. 695). In contrast, New Rhetoric scholars “have focused more on the situational contexts in which genres occur than on their forms and have placed special emphases on the special purposes, or actions, that these genres fulfill within these situations” (p. 696). For SFL scholars, genre is one element in a complex social semiotic system, delineating and exploring the textual features of which is empowering for both learners and (disadvantaged) citizens.

Swales, 2003: 3

De acordo com Hyon, relembra Swales, as diferenças entre as diferentes abordagens decorrem do facto de cada uma estar orientada para públicos-alvo distintos. Todavia, como sublinha Swales, embora ainda existam algumas diferenças entre as três tradições, as linhas que estabelecem esta divisão são cada vez mais ténues. Esta reaproximação entre as três tradições aparece atestada em trabalhos de autores como Bhatia (2004) *Worlds of Written Discourse: A Genre-based View*; Devitt (2004) *Writing Genres*; Frow (2006) *Genre*; e Swales (2004) *Research Genres: Explorations and Applications*, os quais, como observa o autor (*apud* Swales, 2003: 4), compartilham uma valorização dos trabalhos de autores anteriores, nomeadamente Bakhtin, Miller e Myers. Bathia (2004) e Swales (2004) inscrevem-se na tradição da “Escola de Sidney”, Devitt (2004) pertence à tradição da “Nova Retórica” norte-americana e Frow (2006), por seu lado, à tradição da “Escola Sistémico-Funcional” (*apud* Swales, 2003: 4).

No âmbito dos estudos francófonos, sem nos determos nas diferentes opções terminológicas e definições, destacamos os trabalhos de Jean-Michel Adam, no quadro da Análise dos Discursos, de Dominique Maingueneau, no âmbito da Análise do Discurso, de François Rastier, no quadro da Semântica Textual e, de Jean-Paul Bronckart, Bernard Schneuwly e Joaquim Dolz, no âmbito do Interacionismo Sociodiscursivo, bem como os seus continuadores, nomeadamente Ecaterina Bulea, Antónia Coutinho, Florencia Miranda, entre outros. Embora estes últimos autores tenham interesses específicos, como, por exemplo, a caracterização e didatização de géneros textuais, partilham a linha do Interacionismo Social, convergindo para a problemática do desenvolvimento humano, na qual os géneros, como formatos socio-históricos dependentes das diferentes formas de atividade humana, assumem especial relevância.

Em suma, embora as diferentes escolas dos estudos anglófonos e francófonos se distingam por privilegiar aspetos específicos dos géneros, a dimensão social dos géneros e a relevância do contexto em que se situam as diferentes formas de interação humana são transversais à maioria das abordagens.

### 2.3. Géneros de texto

No quadro do ISD, que assume a via metodológica descendente de Voloshinov, os géneros de texto situam-se no segundo nível de análise, conforme é sublinhado nas seguintes afirmações:

Sur la base de l'ensemble de ces prises de position, Voloshinov a alors énoncé son célèbre programme méthodologique, dont la logique est fondamentalement “descendante” : - analyser d'abord les épisodes d'interaction verbale dans leur cadre social concret ; - **analyser ensuite les genres de textes mobilisés dans ces interactions**; - procéder enfin à l'examen des propriétés linguistiques formelles de chacun des genres.

Bronckart, 2010a: 16; **negrito nosso**

Como já mencionado, um dos pressupostos centrais do quadro teórico do ISD é o de que *qualquer texto é produto da interação entre uma ação de linguagem e um género* (Bronckart, 1996: 10)<sup>13</sup>. Isto significa que qualquer texto constitui uma ação de linguagem que é realizada mediante a interação com um dos modelos de géneros sincronicamente disponíveis (Bronckart, 1996: 12). Neste sentido, para o ISD, os géneros, como categorias e objetos de estudo, são centrais, dado que as práticas sociais de linguagem que se concretizam linguisticamente em textos estão intrinsecamente associadas aos géneros, conforme sublinha Miranda (2017). Para a autora, esta centralidade dos géneros está, deste modo, relacionada:

com o fato de os géneros articularem a dimensão praxeológica, a dimensão epistêmica e a dimensão semiótica das práticas humanas. Esse papel de articulação implica que tanto a análise das práticas quanto a análise linguística (ou ambas integradas) devem necessariamente levar em consideração a diversidade de géneros. Em última análise, na perspectiva do ISD, o estudo dos géneros é uma condição não apenas para o conhecimento dos géneros em si mesmos, mas também para desenvolver qualquer estudo sobre as práticas sociais de linguagem ou sobre as formas linguísticas.

Miranda, 2017: 815

Segundo esta perspetiva, embora os géneros sejam de natureza diferenciada dos textos, os primeiros, como modelos de carácter abstrato e heterogéneo, e os segundos, objetos empíricos, a análise de géneros passa necessariamente pela análise dos textos

---

<sup>13</sup> Tal como Bronckart, Rastier (2001a: 299) também defende que todo o texto releva de um género.

empíricos e a análise dos textos deve também considerar os géneros de que eles relevam (Miranda, 2010: 145). Esta perspetiva adequa-se, assim, à duplicidade de objetos de estudo deste trabalho, tendo em conta que se pretende analisar, simultaneamente, os textos empíricos e os géneros em que se inscrevem. De acordo com Miranda (2017: 815-817), é possível distinguir metodologicamente três planos de apreensão dos géneros: *psicológico*, *social* e *semiótico*.

Por um lado, no *plano psicológico*, os géneros constituem “instrumentos disponíveis e necessários para a organização do uso da linguagem em unidades de comunicação, ou seja, em textos” (Miranda, 2017: 815). Por outro, constituem pré-construídos históricos, na medida em que “são o resultado das práticas de linguagem das gerações passadas e dos contemporâneos”. Por fim, no plano semiótico, os géneros “são configurações de opções (semio)linguísticas relativamente estabilizadas e conformam formatos textuais” (Miranda, 2017: 815-817). Estes três planos de apreensão dos géneros que se interrelacionam implicam, assim, vários aspetos a considerar.

Em primeiro lugar, importa sublinhar que, na produção de qualquer texto, o emissor que se encontra numa *situação de ação de linguagem* específica, a partir do conhecimento que tem do conjunto de géneros e da forma como avalia e perspetiva a situação da ação (mediante as representações contextuais), num procedimento duplo, *seleciona/adota* o modelo de género que considera mais adequado à situação e *adapta* aos parâmetros específicos situação comunicativa (Bronckart, 1996: 12).

Neste sentido, na produção de qualquer texto, são mobilizados conhecimentos dos géneros armazenados no *arquitexto*<sup>14</sup>, ou seja, o conjunto de conhecimentos que integram a memória textual, do qual fazem parte o repertório de géneros sincronicamente disponíveis. Este repertório de géneros que está momentaneamente cristalizado pelo uso organiza-se em *nebulosa*, na qual coexistem géneros com fronteiras mais nítidas e textos sem fronteiras fixas (Bronckart, [1997]1999).

---

<sup>14</sup> Em Bronckart ([1997]1999), ainda era utilizado o termo *intertexto* para designar os conhecimentos e representações que integram a memória textual, mas, posteriormente o autor optou pelo termo *arquitexto*, dado que este “(...) marca o facto de que aí se trata de uma organização – por mais vaga que seja – de textos preexistentes” (cf. Bronckart, 2006a: 145).

Por outro lado, esta nebulosa em que se organizam os géneros é dinâmica e mutável, dado que acompanha as mudanças históricas e as necessidades comunicativas das sociedades.

Nos termos de Bronckart:

os géneros de textos são produtos de configurações de escolhas entre esses possíveis, que se encontram momentaneamente “cristalizados” ou estabilizados pelo uso. Tais escolhas dependem do trabalho que as formações sociais de linguagem desenvolvem, para que os textos adaptados às atividades que eles comentam, adaptados a um dado meio comunicativo, eficazes diante um desafio social etc.

Bronckart, 2006a: 144

Por este motivo, Bronckart sublinha que, devido ao seu dinamismo e à sua variabilidade, os géneros podem separar-se das “motivações que lhes deram origem, para ficarem autónomos e, assim, ficarem disponíveis para a expressão de outras finalidades” (Bronckart, 2006a: 144). Neste sentido, os géneros surgem a partir de necessidades sociais, cumprindo, desta forma, determinadas finalidades comunicativas, mas podem servir novas finalidades, consoante as mudanças que ocorrem no seio das sociedades, mudando, assim, também o seu funcionamento social.

Segundo Gonçalves (2011b), existem várias fases na história de um género:

- 1) génese do género
- 2) estabilização do género
- 3) estabilidade do género
- 4) desaparecimento do género

Gonçalves, 2011b: 5

A primeira fase, génese do género, corresponde ao seu nascimento e este decorre, como se referiu atrás, de uma necessidade social, isto é, o género nasce para cumprir uma determinada função na sociedade. As fases de estabilização e de estabilidade do género, como refere Gonçalves (2011b: 5), são relativas, pois os géneros estão em contínua evolução, podendo sofrer mudanças em menor ou maior grau. Por fim, o desaparecimento do género corresponde ao seu não uso em sociedade. Segundo Gonçalves (2011b: 5), “esta fase não é uma condição *sine qua non* à história do género, já que nem todos os géneros desaparecem.”. A este respeito, importa sublinhar que o repertório de géneros é um conjunto aberto, no qual podem entrar novos géneros, sair outros em desuso e

transformar os que dele fazem parte. Se, por um lado, a nitidez destas fronteiras depende do grau de estabilização do género, que, por sua vez, depende do seu funcionamento em sociedade, por outro, são as experiências textuais dos produtores que determinam a maior ou menor familiarização com os géneros, ou seja, o conhecimento que um falante possui de um determinado género irá depender das suas práticas comunicativas. Isto significa que cada falante tem um conhecimento parcial e pessoal dos géneros em uso, ou seja, o seu repertório de géneros, cujas dimensões e características são determinadas pelas suas práticas comunicativas, que, por sua vez, estão vinculadas a determinadas atividades sociais. É, assim, expectável, por exemplo, que um investigador conheça melhor os géneros da esfera académica, como, por exemplo, o *artigo científico* e a *dissertação*, do que um mecânico, provavelmente mais familiarizado com géneros que o investigador não domina, como, por exemplo, o manual de mecânica. Deste ponto de vista, o ser humano, desde a infância, vai construindo e transformando o seu repertório de géneros, começando pelos géneros conversacionais, passando pelos géneros que a Escola veicula, até aos géneros de que se vai apropriando nos diversos contextos profissionais e sociais. É, assim, este repertório de géneros que regula as suas práticas comunicativas e possibilita a sua inserção em diferentes atividades da vida social.

Por outro lado, os géneros são portadores de *indexações*, ou seja, o conhecimento da sua dimensão linguística implica também o conhecimento de determinados aspetos dos seus contextos de uso (Bulea & Bronckart, 2012: 4). Neste âmbito, importa distinguir:

- a) Uma indexação referencial (que tipo de atividade é que o género está associado de maneira privilegiada?)
- b) Uma indexação comunicacional (qual é o tipo de interação social no quadro no qual o género é geralmente produzido?)
- c) Uma indexação cultural (qual é o “valor social acrescentado” de um género de texto, e que efeito dos mecanismos e jogos de poder que organizam as produções textuais?)

Bulea & Bronckart, 2012: 4; tradução nossa

Neste sentido, na seleção e adaptação de um modelo de género, o agente possui um determinado “horizonte de expectativas”<sup>15</sup> em relação às características do género,

---

<sup>15</sup> A expressão “horizonte de expectativas” foi difundida por Hans Robert Jauss nas décadas de 70 e 80. Segundo o autor (1970), “uma obra não se apresenta nunca, nem mesmo no momento em que aparece, como uma absoluta novidade, num vácuo de informação, predispondo antes o seu público para uma forma bem determinada de receção, através de informações, sinais mais ou menos manifestos, indícios familiares ou referências implícitas. Ela evoca obras já lidas, coloca o leitor numa determinada situação emocional, cria, logo desde o início, expectativas a respeito do ‘meio e do fim’ da obra que, com o decorrer da leitura,



nomeadamente sociais, contextuais, comunicacionais, culturais, linguísticas, estruturais e temáticas, sendo, assim, mobilizadas múltiplas representações. A nitidez destas representações é também, desta forma, determinada pelos conhecimentos que o emissor tem do género, que, por sua vez, também dependem de vários fatores, nomeadamente a maior ou menor estabilidade do género e o grau de familiaridade que o agente tem com o modelo género.

Embora o ISD foque, sobretudo, o papel dos géneros na produção textual, as representações dos modelos de género também regem e orientam o processo de receção/interpretação textual, pois é o conjunto de *referências architextuais* que nos permite identificar o género a que está associado o texto. Por este motivo, quando o emissor seleciona um modelo de género, também são mobilizadas representações relativas ao recetor, ou seja, o emissor também equaciona o papel social do recetor como destinatário e os conhecimentos que o seu estatuto envolve/pressupõe, bem como a finalidade do texto.

Neste sentido, quando o produtor seleciona um modelo de género, este não se limita a copiar o modelo, mas adapta-o, de acordo com as representações que possui, que, por sua vez, são determinadas por variadíssimos fatores, designadamente a sua *cosmovisão*<sup>16</sup> e o modo singular como cada agente avalia e perspetiva cada situação comunicativa.

Segundo Adam, por um lado, os géneros são influenciados pelos parâmetros contextuais e, por outro, regulam a produção textual através de um *princípio de identidade* (repetição) e de um *princípio de diferença* (variação) (Adam, 2001: 38). Neste sentido, é expectável que do processo de seleção e adaptação do género resultem exemplares com características singulares decorrentes das propriedades específicas da situação da ação e características (mais ou menos estáveis) do modelo de género selecionado. Estas características genéricas, como sublinhado por Miranda (2010; 2017), embora não sejam

---

podem ser conservadas ou alteradas, reorientadas ou ainda ironicamente desrespeitadas, segundo determinadas regras de jogo relativamente ao género ou ao tipo de texto.” (Jauss, [1970]1993: 66-67).

<sup>16</sup> O termo *cosmovisão*, habitualmente utilizado nos estudos literários, diz respeito ao conjunto de valores e crenças privilegiadas por cada indivíduo ou grupo social (Paz & Moniz, 1997: 51). Neste sentido, a cosmovisão é determinada/condicionada pelas vivências individuais, bem como por fatores históricos, culturais e sociais. Embora a cosmovisão seja um critério para diferenciar/caracterizar os períodos e correntes literárias, aqui o termo é utilizado para evidenciar a singularidade de cada texto.

exclusivas, ou seja, não pertencem a um só género, poderão ser específicas e, por isso, indiciam a sua identidade genérica, aspeto que desenvolveremos mais à frente.

## 2.4. Géneros e atividades

No ponto anterior, observámos que o funcionamento social dos géneros e a sua estreita interação com as diferentes atividades humanas são centrais no âmbito do ISD. Em 2.1., demos conta que a noção de *género*, no âmbito dos estudos linguísticos, independentemente das oscilações terminológicas, é subsidiária das propostas da Antiguidade, nas quais, como vimos, já existia uma reflexão sobre a dimensão social dos géneros, como, por exemplo, nos critérios de ordem social em que se baseava a distinção dos géneros retóricos.

Regressando à proposta de Voloshinov, como já foi referido, o autor defende a indissociabilidade das *formas de enunciação* dos processos de interação social, bem como a sua diversidade e variabilidade. Também na perspetiva de Bakhtin, ([1979]1984: 279), como mencionámos, os géneros e as suas propriedades dependem dos tipos de atividade humana. A propósito do estilo, o autor distingue o estilo individual do estilo funcional, referindo que o primeiro é mais recorrente nos géneros literários e que o segundo é o “estilo de um género peculiar a uma dada esfera da atividade e da comunicação humana” (Bakhtin, [1979]1984: 283-284). De acordo com estas perspetivas, as propriedades dos géneros são condicionadas pelas propriedades das diferentes esferas de atividade humana. Neste sentido, a relação entre atividades e géneros não é uma questão recente e tem vindo a ser abordada por diferentes autores, sob diferentes perspetivas teóricas.

Para abordar esta problemática, na esteira de Miranda (2012), retomamos o diálogo entre o quadro da Semântica Textual desenvolvida por François Rastier (2001a) e a perspetiva de Jean-Paul Bronckart (2008b).

As propostas de Rastier e Bronckart convergem na perspetiva de pensar a linguagem nas suas interações com as dimensões sociais e praxeológicas. Além disso, os dois autores assumem que todo o texto se inscreve num género e, partilhando uma metodologia de análise descendente (do global para o local), defendem que as propriedades dos textos dependem das práticas sociais a que estão associados.

Para Rastier (2001a), as práticas linguísticas codificadas correspondem a tipos de discurso e estão associadas a determinadas práticas sociais. Cada tipo de prática social corresponde a um discurso que se divide em géneros textuais orais ou escritos.

Como sintetiza Miranda e se apresenta no quadro abaixo, na proposta de Rastier:

Cada prática social se divide em atividades específicas às quais corresponde um sistema de géneros em coevolução; portanto, são específicos aos discursos. Além disso, Rastier propõe a noção de campo genérico para dar conta de grupos de géneros que contrastam no interior de um mesmo domínio de atividade.

Miranda, 2012: 124

<i>Praxeologia</i>	<i>Domínio de atividade</i>	<i>Campo prático</i>	<i>Prática</i>	<i>Curso de ação</i>
<i>Linguística</i>	<i>Discurso</i>	<i>Campo genérico</i>	<i>Gênero</i>	<i>Texto</i>

**Quadro 4:** componentes praxeológicos e componentes linguísticos (Rastier, 2001a: 131); extraído de Bronckart (2008b: 43)

Entre outras oscilações terminológicas e epistemológicas, Miranda (2012: 123) destaca que aquilo que são os *tipos de discurso* na perspetiva de Rastier corresponde à noção de *atividade de linguagem* assumida no quadro do Interacionismo Sociodiscursivo.

Além disso, Bronckart critica dois aspetos: o primeiro diz respeito à apresentação do quadro de Rastier.

La première critique, mineure, a trait à la configuration du tableau de la citation 41, et plus spécifiquement à la ***mise en correspondance terme à terme des composantes du registre praxéologique et de celles du registre linguistique***. Étant donné le caractère nécessairement réducteur de ce type de schéma, cette critique pourrait paraître inutilement tatillonne, mais une telle disposition semble impliquer l'existence d'une correspondance bi-univoque entre les composantes des deux registres, et aller ainsi à l'encontre de la conception de l'autonomie du textuel-linguistique si fortement défendue par l'auteur.

Bronckart, 2008b: 43; **negrito nosso**

Na perspetiva de Bronckart, o quadro de Rastier sugere que há uma relação biunívoca entre os componentes do registo praxeológico e os componentes do registo linguístico, não tendo em conta, por um lado, que diferentes géneros podem corresponder a

uma prática social e, por outro, que os géneros possam ser mobilizados em outras práticas, como expressam as afirmações seguintes:

D'une part, comme celui-ci le mentionne par ailleurs, divers genres peuvent "correspondre" à une même pratique, mais surtout, la transmission historique fait en sorte que des genres initialement élaborés en rapport à un champ pratique peuvent se trouver empruntés et **réélaborés ultérieurement dans d'autres champs ou dans d'autres pratiques singulières**.

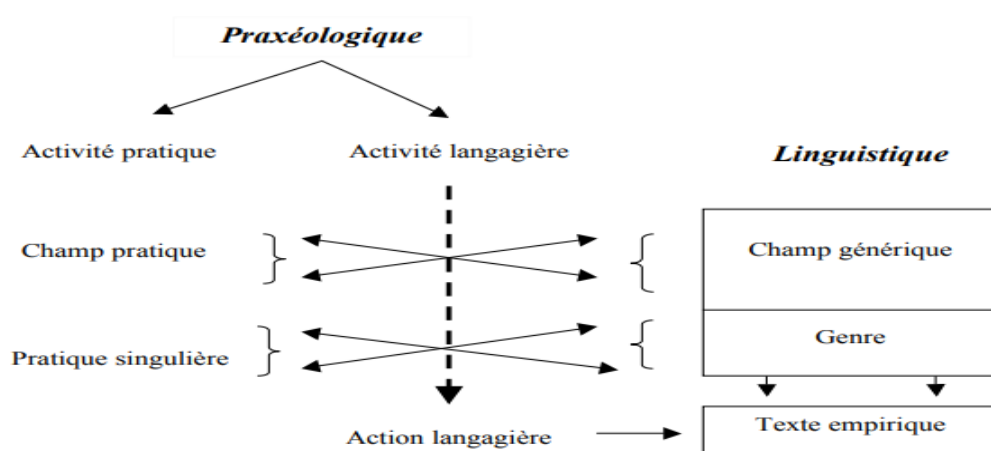
Bronckart, 2008b: 43; **negrito nosso**

O segundo aspeto que Bronckart critica diz respeito à utilização da noção de *campo genérico*:

Et il semble bien par ailleurs que si, pour certains champs pratiques, le champ générique (ou réservoir de genres adaptés) est assez contraint ou limité (dans le champ juridique, par exemple, pour cette raison si fréquemment évoqué), pour d'autres champs pratiques (les rapports commerciaux ou les interactions familiales, par exemple), les genres mobilisables sont à ce point variés que la notion même de «champ générique» paraît excessive, voire non appropriée.

Bronckart, 2008b: 43

De facto, como sublinha Bronckart (2008b: 45) e discute Miranda (2012: 122), a noção de *campo genérico* é um pouco redutora, tendo em conta que só é aplicável em alguns campos, sendo insuficiente para dar conta dos géneros que são mobilizados em outros campos práticos. Bronckart reformula o quadro de Rastier e propõe o esquema seguinte:



**Esquema 3:** interação entre componentes praxeológicos e componentes linguísticos; extraído de Bronckart (2008b: 45)

Através das setas, Bronckart (2008b: 45) ilustra a complexidade e dinamismo dos movimentos que ocorrem entre os componentes do registo praxeológico e os componentes do registo linguístico.

Sintetizando, o autor descreve as condições de produção dos textos da seguinte forma:

Enfin, les conditions de production des textes empiriques sont figurées dans la partie inférieure droite du schéma: ceux-ci sont construits sur le modèle d'un genre, par une personne déployant une action langagière, la situation de cette action étant déterminée par les connaissances qu'a cette personne de son contexte d'agir d'une part, des modalités de rapports entre champs pratiques et champs génériques établis dans sa communauté d'autre part.

Bronckart, 2008b: 47

Todavia, como é notado por Miranda (2012: 125), dada a multiplicidade e dinamismo de movimentos entre os dois registos, a caracterização das relações entre géneros e atividades não está isenta de dificuldades. Para esclarecer a natureza destas relações, retomamos a seguinte definição de Bronckart:

(...) os géneros de textos são produtos de configurações de escolhas entre esses possíveis, que se encontram momentaneamente “cristalizados” ou estabilizados pelo uso. Tais escolhas **dependem do trabalho que as formações sociais de linguagem desenvolvem**, para que os textos **adaptados às atividades que eles comentam**, adaptados a um dado meio comunicativo, eficazes diante um desafio social etc.

Bronckart, 2006a: 143-144; **negrito nosso**

Além disso, o autor sublinha ainda o modo como os géneros dão a ver as relações de interdependência entre as propriedades dos textos e as propriedades das atividades sociais:

cette généricité constitue le lieu de manifestation des rapports d'interdépendance entre les propriétés des textes et celles des activités sociales dans le cadre desquels ils sont produits.

Bronckart, 2008b: 39

Neste sentido, se é nos géneros que se manifestam as relações de interdependência entre as propriedades das atividades e as propriedades dos textos, os géneros e os textos que os atualizam dependem das atividades. Todavia, como já foi mencionado anteriormente, para Bronckart, a mutabilidade das formações sociais faz com que os géneros sejam também mutáveis, podendo, por isso, tornarem-se autónomos e cumprir

outras finalidades (Bronckart, 2006a: 144). De acordo com esta perspectiva, o autor defende que não é possível estabelecer uma relação biunívoca entre os gêneros e as atividades e, por isso, não podemos estabelecer uma classificação estável e definitiva dos gêneros, em função das suas finalidades sociais<sup>17</sup>.

Todavia, tal como observa Miranda:

Para o estudo dos gêneros e para a análise de textos precisamos enquadrar a produção e a compreensão de textos no âmbito das atividades coletivas. Além disso, parece ser necessário contar com categorias que permitam dar conta de grupos de gêneros que se relacionam quer no interior de um mesmo campo prático, quer na interação entre campos diversificados.

Miranda, 2012: 128

Neste sentido, embora corroboremos com a perspectiva de Bronckart, tal como Miranda (2012), sublinhamos a necessidade de caracterizar os gêneros, considerando as suas finalidades sociais. Porém, assumimos que esta será sempre uma caracterização provisória e sem limites estanques, tendo em conta os gêneros estão apenas momentaneamente estabilizados. Deste ponto de vista, qualquer caracterização desta natureza deverá ser o mais abrangente possível, para que seja possível apreender, ainda que de forma parcial, o funcionamento social dos gêneros, pois é este que nos permite explicar as propriedades dos textos. Por outro lado, como observa Miranda (2012: 131), embora, em alguns casos, a identificação da atividade social seja relativamente consensual, noutros, verifica-se que um só género pode estar associado a várias atividades e pode combinar as atividades de forma diferenciada. Face a este problema metodológico, a autora aponta para um percurso possível:

Penso que a consequência principal é que no estudo dos textos e dos gêneros (ou no seu ensino) não devemos tentar identificar a que atividade particular estão associados, mas devemos, antes, **indagar a rede de atividades que influenciam (de modos diferentes) essas formas de organização da linguagem**. Em última análise, o nosso trabalho deve ser, também, explorar e mostrar as tensões do funcionamento dos gêneros (realizados em textos) na dinâmica das práticas coletivas e singulares.

Miranda 2012: 135-136; **negrito nosso**

---

<sup>17</sup> Neste sentido, não pode haver tipologia genérica nem discursiva como aquelas que são propostas por Maingueneau (1991) e Rastier (2001a; 2001b).

Para desenvolver esta via de abordagem, são especialmente relevantes as noções de *sistemas de géneros* e *sistemas de atividades* de Charles Bazerman (2005).

#### 2.4.1. Sistemas de géneros e sistemas de atividades

De acordo com Bazerman (2005: 22), os textos encaixam-se em atividades estruturadas, que, por sua vez, dependem e são influenciadas por textos anteriormente produzidos. Quando um texto é bem sucedido, gera um determinado facto social para os leitores. Para Bazerman, os factos sociais são “ações sociais significativas realizadas pela linguagem, ou atos de fala”. Deste ponto de vista, acolhendo as propostas de Austin e Searle, sobretudo, a *teoria dos atos de fala*, o autor assume uma perspetiva pragmática sublinhando que “todo enunciado incorpora atos de fala” (Bazerman, 2005: 26).

Tendo como ponto de partida a ocorrência dos atos de fala, Bazerman define os géneros como *fenómenos de reconhecimento psicossocial*:

Se começamos a seguir padrões comunicativos com os quais as outras pessoas estão familiarizadas, elas podem reconhecer mais facilmente o que estamos dizendo e o que pretendemos realizar. Assim, podemos antecipar melhor quais serão as reações das pessoas se seguimos essas formas padronizadas e reconhecíveis. Tais padrões se reforçam mutuamente. As formas de comunicação reconhecíveis e auto-reforçadoras emergem como géneros. [...] A tipificação dá uma certa forma e significado às circunstâncias e direciona os tipos de ação que acontecerão.

Bazerman, 2005: 29

Por isso, o autor sublinha que os géneros, para além da forma textual, tipificam também “o modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais” (Bazerman, 2005: 31).

Segundo Bazerman (2013: 23), os géneros são, desta forma, “ways of doing things” e, por isso, incorporam traços do tempo e do espaço das ações e motivos que realizam. Para caracterizar o modo como os géneros se enquadram nas organizações e atividades, o autor propõe três noções que se sobrepõem: *conjunto de géneros*, *sistema de géneros* e *sistema de atividades* (Bazerman, 2005: 32). A primeira, *conjunto de géneros*, corresponde à “coleção de tipos de textos que uma pessoa num determinado papel tende a produzir” (Bazerman, 2005: 32). Neste sentido, os *sistemas de géneros* dizem respeito aos “diversos conjuntos de géneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma

forma organizada, e também as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos.” (Bazerman, 2005: 32). Por outro lado, os gêneros estão inseridos em *sistemas de atividades* que reconhecemos e nos quais nos situamos, constituindo quadros organizadores das ações humanas. Deste ponto de vista, a definição de um sistema de gêneros passa pela identificação desse quadro organizador. Isto significa que os espaços sociais dos gêneros são desenvolvidos com os sistemas de atividades em que podem inscrever-se. Na perspectiva de Bazerman:

Activity systems are historically emerged networks of people and artifacts (such as buildings, machines, and products, as well as texts and files) that carry out typified kinds of work and other activities over extended periods, and that have developed ways of coordinating the work and attention of participants in ways that become familiar to all participants. That is, to operate successfully within each you have to become aware of their historically emerged way of doing what they do, and to coordinate your actions with those roles, procedures, regulations, and formats that direct activity within each.

Bazerman, 2013: 25

As dimensões dos sistemas de atividades são variáveis, ou seja, uns são maiores do que outros, e cada sistema coordena a distribuição do trabalho dos vários participantes, definindo os seus papéis e formas de ação (Bazerman, 2013: 25). Deste ponto de vista, os sistemas de atividades regulam as diversas formas de atividade humana, nas quais se incluem as ações que realizam os gêneros. Por outro lado, como nota Bazerman, enquanto alguns sistemas de atividades são imediatamente visíveis, como, por exemplo, um jogo de *baseball*, no qual se manifestam a organização da equipa e as regras que estão subjacentes, outros sistemas, devido ao seu carácter concetual, não são passíveis de uma apreensão imediata. Além disso, alguns sistemas de atividades são também mais rígidos do que outros, como explica o autor:

Some activity systems are more tightly or bureaucratically bound than others, involving technical considerations of precise timing and form, while others have greater opportunity for flexible intervention at multiple points in somewhat novel form to accommodate local situations, mobilizing individual motives and resources.

Bazerman, 2013: 28

Nesta perspectiva, os gêneros associados a sistemas de atividades menos flexíveis são também mais rígidos no que respeita às ações que realizam.

Para Bazerman (2005: 34), “levar em consideração o sistema de atividades junto com o sistema de gêneros é focalizar o que as pessoas fazem e como os textos ajudam as pessoas a fazê-lo, em vez de focalizar os textos como fins em si mesmos.”.



A esta abordagem está também subjacente uma questão essencial: como reconhecer e analisar um género. Segundo Bazerman (2005: 38), a maioria dos géneros possui características que indiciam a sua identidade genérica. Estas características que nos permitem o seu reconhecimento estão intrinsecamente associadas às funções genéricas, ou seja, às ações realizadas pelo género. Deste facto decorre a tendência para analisar os géneros, mediante a observação das suas características distintivas e regulares, considerando o nosso conhecimento do mundo. Porém, como nota o autor, esta tendência é um pouco redutora, pois limita-nos à compreensão dos aspetos que já conhecemos do género, não contemplando os modos particulares de receção dos textos, isto é, o conhecimento particular dos géneros e dos sistemas a que pertencem, assim como os posicionamentos específicos assumidos perante determinados géneros e diferentes atividades. Por outro lado, é igualmente necessário considerar que estas características regulares não são um fim em si mesmas, dado que qualquer exemplar de género pode variar relativamente ao conteúdo, à situação e aos objetivos comunicativos do produtor. Neste sentido, a tendência para perspetivar os géneros como uma coleção de características e regularidades oculta a mutabilidade e maleabilidade que lhes são inerentes (Bazerman, 2005: 40). Para ultrapassar uma abordagem que se limita à catalogação das características dos géneros, Bazerman propõe, entre outros aspetos, que se considere: i) *se há consistências dentro do mesmo género que vão além das características distintivas mais óbvias*; ii) *incluir um maior número e uma maior variedade de textos que ainda podem ser considerados do mesmo género. Mais exemplos nos permitem ver como a forma dos textos varia*; iii) *informações da situação retórica de cada um dos exemplos [...] para analisar como essas variações estão relacionadas com diferenças das situações e interações*; iv) *como podem existir diferenças de padrões naquilo que se chama “o mesmo gênero” em diferentes áreas ou campos*; v) o conjunto de géneros, pois permite observar a extensão e variedade do trabalho escrito requerido por um determinado papel, e o sistema de géneros, para *compreender as interações práticas, funcionais e sequenciais de documentos*; vi) o sistema de atividades, para *compreender o trabalho total realizado pelo sistema e como cada texto escrito contribui para o trabalho como um todo*.

Sobre estes aspetos referidos, destacamos, ainda, as seguintes afirmações do autor:

Se começarmos a olhar para artigos de pesquisas experimentais em Biologia e Psicologia, podemos observar diferenças características entre eles. Podemos, então, considerá-los naquilo em que são o mesmo género, e até onde se pode considerá-los diferentes. Assim,

**podemos refletir como as diferenças nas formas estão relacionadas às diferenças na organização social e na organização da atividade de cada campo.**

Bazerman, 2005: 41; **negrito nosso**

Deste ponto de vista, importa, assim, analisar, para além das regularidades, as irregularidades dos textos e dos géneros, bem como o modo como estas são pré-determinadas pelas atividades sociais.

## 2.5. Propriedades genológicas

Tal como a relação entre atividades e géneros, a questão das propriedades genológicas<sup>18</sup> também remonta às primeiras propostas da Antiguidade, nas quais se procurava distinguir e caracterizar os géneros, de acordo com as suas propriedades linguísticas e extralinguísticas, como, por exemplo, estilo do orador, tipo de ouvinte, organização formal, objetivos, temas contemplados, entre outras.

Algumas das propostas mais recentes que privilegiam uma classificação genológica<sup>19</sup> dos textos procuram identificar as propriedades inerentes aos géneros, sublinhando a relevância do seu estudo, como é o caso de Bakhtin:

Ignorar a natureza do enunciado e as **particularidades de gênero** que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo lingüístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.

Bakhtin, [1979]1984: 282-283; **negrito nosso**

Na perspetiva de Bakhtin, ([1979]1984: 279), como vimos, os *temas*, o *estilo* e a *organização composicional* são propriedades distintivas dos géneros. Embora estas sejam

---

<sup>18</sup> O adjetivo genológicas deriva de *genologia*, termo proposto por Paul van Tieghem que designa a teoria dos géneros literários (cf. Reis, 1996: 229).

<sup>19</sup> Segundo Coutinho (2014), a classificação genológica implica dar conta das classes de textos que circulam socialmente. Já a classificação dos textos, como sublinha a autora, é resultado de tipologização. Deste ponto de vista, classificar textos implica pré-definir as classes em que estes se inserem, considerando uma ou mais propriedades. Neste sentido, as expressões *géneros de texto* e *tipos de texto* não são sinónimas: enquanto os géneros constituem modelos de natureza empírica, dinâmica e mutável que circulam socialmente, os tipos de textos constituem uma classe fechada (Coutinho & Jorge, 2019: 8).

propriedades linguísticas, o autor não deixa de sublinhar a sua dependência das propriedades extralinguísticas.

Também na proposta de Petijean (1989: 86), a propósito das classificações textuais, inserindo os géneros nas classificações heterogéneas, o autor sublinha que os géneros de texto são classes de textos estabelecidas de acordo com propriedades de natureza heterogénea. Na perspetiva do autor, a heterogeneidade dos géneros determina que a sua classificação se baseie em critérios igualmente heterogéneos, como, por exemplo, o objetivo comunicativo, o modo enunciativo, os conteúdos temáticos, entre outros.

No âmbito da Análise do discurso, Maingueneau (1996) sublinha que existem regras definidoras dos géneros e estas incidem sobre as seguintes dimensões:

- o estatuto dos enunciadores e dos coenunciadores;
- as circunstâncias temporais e locais da enunciação;
- suporte e modos de difusão;
- os temas que podem ser introduzidos;
- a dimensão, o modo de organização, etc.

Maingueneau, 1996: 54

Em 2002, o autor reformula um pouco a proposta inicial, deixando de integrar a dimensão *estatuto dos enunciadores e dos coenunciadores*, e identifica cinco *componentes de género: finalidade, lugar, temporalidade, apresentação material e plano de texto*. São, assim, na perspetiva do autor, estas as componentes em que se inscrevem as regras que definem os géneros (cf. Maingueneau, 2002a).

No âmbito da Linguística Textual, Jean-Michel Adam (2011: 40-41), por seu turno, identifica oito *componentes de género*: enunciativa, pragmática, composicional, semântica, estilístico-fraseológica, material, peritextual e metatextual.

Conforme se sintetiza em Silva & Rosa (2019: 8-10), estas componentes dizem respeito a propriedades de natureza diferenciada que contribuem para a caracterização e delimitação dos géneros textuais. Nas componentes pragmática e enunciativa, Adam situa as propriedades dos géneros relacionadas com fatores externos aos textos, como, por exemplo, a área de atividade, os papéis socioprofissionais assumidos e os objetivos comunicativos.

Na componente composicional, Adam situa as propriedades relativas à estrutura ou organização dos textos, incluindo-se o plano de texto, as sequências e as relações entre elementos verbais e não verbais. A componente estilístico-fraseológica contempla as propriedades de natureza microlinguística. Na componente material, Adam (2011: 40-41) insere as propriedades relacionadas com o suporte físico e meio de produção e circulação dos textos, bem como os aspetos gráficos (paginação, formatação tipográfica, entre outros). Na componente peritextual, são contemplados os elementos que se situam nas fronteiras dos textos. Já na componente metatextual, o autor inscreve os discursos e teorias produzidas sobre o género em causa (Adam, 2011: 40-41)

A partir do exposto, retiramos duas conclusões: a primeira é a de que todas as propostas mais recentes contemplam propriedades linguísticas e extralinguísticas, sendo, assim, também consideradas as componentes contextuais e o funcionamento social dos géneros; em segundo lugar, é a de que não podemos generalizar a importância e a adequabilidade das componentes a todos os géneros, pois estas manifestam-se de forma muito heterogénea, quer entre géneros, quer num só género, tendo em conta a sua dimensão social e a maleabilidade e a evolução que dela decorrem.

É nesta perspetiva que Jorge (2014) faz as seguintes afirmações:

A dificuldade (ou mesmo impossibilidade) em identificar dimensões genológicas universalmente válidas relaciona-se com a natureza social dos géneros, ou seja, com as práticas comunicativas (localizadas historicamente e socialmente) em que estes ocorrem. Tal dificuldade poderá ser uma das causas da heterogeneidade de classificações de que os géneros textuais têm sido alvo, desde a Antiguidade Clássica. Se os sistemas de atividade de linguagem se encontram em constante coevolução, o mesmo acontece com os formatos textuais produzidos no seio desses sistemas.

Jorge, 2014: 42

Deste ponto de vista, o modo como cada propriedade influencia os géneros depende do seu funcionamento social. Nos pontos que se seguem, tendo em conta a sua relevância para a presente investigação, iremos abordar, num primeiro momento, o suporte, seguindo-se os temas.

### 2.5.1. Suporte

A história dos sistemas orais e escritos da sociedade humana mostra-nos que o suporte é indissociável dos processos de produção e receção textuais. Antes da invenção da escrita, na época glaciária, o registo das ações humanas era feito através de pinturas rupestres, nas quais as imagens se foram tornando gradualmente em símbolos. O Homem procurava, assim, representar a sua realidade, utilizando um suporte disponível no seu meio ambiente. Posteriormente, desenvolveram-se os antigos sistemas de escrita: primeiro os cuneiformes sumérios, depois os mesopotâmios, os hieróglifos egípcios, os hititas e os caracteres chineses (Labarre, 1981: 7). Com estes sistemas, a pictografia evolui, num primeiro momento, para ideogramas, ou seja, os desenhos passaram a representar ideias ou conceitos e não apenas objetos, como, por exemplo, a ideia de calor e luz representada pelo desenho do sol. Posteriormente, escrita começa a representar símbolos de sons: primeiro, surgem os sistemas em que cada som corresponde a um símbolo, seguindo-se os sistemas silábicos, as escritas consonânticas e, por fim, surge o alfabeto fenício, aproximadamente entre os séculos XVI e XV a.C. No século IX a.C., os gregos adotam o alfabeto fenício, aquele que daria origem aos alfabetos modernos, adicionando-lhe as vogais e a orientação da escrita da esquerda para a direita (Labarre, 1981: 7). Neste sentido, com a passagem para os sistemas de escrita por palavras, perdeu-se o caráter não arbitrário entre o desenho e a ideia por ele expresso (Duarte, 2000: 378).

Em suma, durante milhares de anos, os textos foram sendo fixados manualmente em variadíssimos suportes.

É conhecido de todos o exemplo dos assírios e babilónicos, que criaram verdadeiras bibliotecas com as suas tabuletas de barro cozido, gravadas com caracteres cuneiformes, os mais apropriados para esse modo de escrita. A pedra, a casca das árvores, a pele dos animais, o pano, as chapas de metal, tudo serviu para tal fim, desde que pudesse suportar a gravura ou a escrita.

A. Vilela, 1992: 25

Com a invenção da imprensa no século XV, surge o suporte impresso, mudando, desta forma, em grande medida, os modos de produção de receção textuais.

A segunda grande mudança observada neste âmbito ocorreu já no século XX, com o surgimento do suporte digital, através do grande desenvolvimento da informática e dos

meios audiovisuais. Com o suporte digital, a natureza dos textos mudou e com ela mudaram também os nossos hábitos culturais e cognitivos, conforme sublinha Rossana De Angelis, a propósito da passagem do texto impresso para o texto digital:

Les textes numériques possèdent pourtant une dimension matérielle qui entraîne des pratiques d'exploration inédites. Ces nouvelles pratiques ont un impact important sur nos habitudes culturelles et cognitives, car elles demandent un transfert de compétences de la culture des textes imprimés vers la culture des textes numériques.

De Angelis, 2018: 459

Neste sentido, se até algumas décadas a questão da existência material dos textos se circunscrevia à dicotomia oral/escrita (Bronckart, [1997]1999: 184-185), isto é, às duas modalidades de produção textual, atualmente, é consensual que o suporte é essencial para a circulação dos textos na sociedade, constituindo uma das propriedades dos gêneros e um dos marcadores materiais que maior influência tem nos textos (Marcuschi, 2003; Miranda, 2010: 55). De acordo com Maingueneau (2002b: 70), embora a oposição oral/escrita seja cômoda e dê conta de diferenças importantes entre estes dois modos de produção dos textos, esta é uma distinção simplificadora e sumária, pois não contempla, por exemplo, as diferenças entre os textos impressos e manuscritos, sendo também, assim, insuficiente para a descrição das especificidades das formas de construção textual emergentes.

Para o autor (Maingueneau, 2002b: 70-71), o suporte é uma dimensão essencial da comunicação verbal, não podendo, por isso, ser entendido como mero meio de transmissão do discurso, dado que o suporte influencia os conteúdos e usos que dele fazemos. De acordo com Maingueneau:

Uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero do discurso: um debate político pela televisão é um gênero de discurso totalmente diferente de um debate em uma sala para um público exclusivamente formado pelos ouvintes presentes. O que chamamos “texto” não é, então, um conteúdo a ser transmitido por este ou aquele veículo, pois o texto é inseparável de seu modo de *suporte/transporte* e de *estocagem*, logo, de *memorização*.

Maingueneau, 2002b: 68

Já Marcuschi (2003: 10), um dos autores que aborda esta questão, embora sublinhe que o suporte tem influência na natureza do gênero, refere que isto não significa que o suporte determine o gênero, mas sim que o gênero exige um determinado suporte. Todavia, como observa o autor, este ponto de vista é questionável, dado que existem casos em que o suporte determina a distinção do gênero.

Marcuschi, procurando clarificar a natureza do suporte, apresenta a seguinte definição:

entendemos como suporte de um gênero um *locus* físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. Numa definição sumária, pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto.

Marcuschi, 2003: 11

Esta definição de *suporte* implica os seguintes aspetos:

- (a) suporte é um lugar físico ou virtual;
- (b) suporte tem formato específico;
- (c) suporte serve para fixar e mostrar o texto.

Marcuschi, 2003: 11

Deste ponto de vista, a materialidade (física ou virtual) é inerente ao suporte, embora seja mais difícil apreender a materialidade dos textos orais. À materialidade dos textos estão também intrinsecamente associados o espaço que estes ocupam e o suporte que o evidencia, como nota De Angelis (2018: 459):

Envisagé en tant qu'écrit, le texte se présente comme un objet linguistique qui occupe un espace. Cet espace n'est pas seulement celui de la ligne d'écriture, mais aussi celui bi- ou tri-dimensionnel de son support.

De acordo com este ponto de vista, o texto implica necessariamente um suporte que constitui um objeto material que o transporta e revela o espaço da existência textual, sendo que é através da escrita, no caso dos textos escritos, que se organiza o espaço ocupado pelo texto (De Angelis, 2016: 317).

Por outro lado, regressando à definição de Marcuschi (2003), os suportes têm sempre um formato específico, como, por exemplo, formato livro ou revista. Essa particularidade decorre do facto de os suportes serem criados para fixar os textos, ou seja, o suporte tem uma função específica. Deste ponto de vista, o suporte como fixador do texto é o que nos permite produzir, divulgar e aceder aos textos, assegurando, assim, a sua existência no espaço e no tempo (Gonçalves & Rosa, 2019: 3-4). Embora em alguns casos os textos possam ser fixados em suportes ocasionais, ou seja, em suportes que não foram criados para ter essa funcionalidade, mas que cumprem ocasionalmente essa função, como, por exemplo, as paredes, o pavimento e mobiliário urbanos.

Para Marcuschi (2003: 29), estes suportes são *incidentais*:

Tal como lembrado acima, os suportes aqui denominados incidentais são apenas meios casuais que emergem em situações especiais ou até mesmo corriqueiras, mas não são convencionais, como os apontados no item anterior. Ninguém nega que uma porta de banheiro porta textos, mas isto não é comum em todos os banheiros, como não é comum todos terem seus corpos com inscrições ou que as calçadas, as paredes e os muros em geral estejam cheios de inscrições. Em cidades ou locais de maior cuidado, evitam-se inscrições nestes lugares, o que indica que não são suportes convencionais para textos escritos.

Embora as relações entre géneros e suportes sejam bastante complexas, é relativamente consensual que cada género tem os seus suportes e cada suporte influencia e condiciona os géneros de forma diferenciada. Em alguns casos, o suporte de produção coincide com o suporte de circulação, mas noutros, os suportes são diferenciados e, consequentemente, textos distintos, como por exemplo, os textos orais (suporte de produção) e as transcrições desses textos (suporte de circulação) (Miranda, 2010: 55).

Alguns géneros admitem diferentes suportes, não sendo comprometido o seu funcionamento social, se houver uma mudança, como, por exemplo, no género *artigo científico*, os textos podem circular em suporte digital ou em suporte impresso. Veja-se também, por exemplo, a *dissertação*, agora entregue em formato digital, para que seja incluída nos repositórios institucionais e divulgada através das respetivas plataformas, mas que era, até há relativamente pouco tempo, sempre entregue em suporte impresso, para que fosse avaliada pelo júri designado para o efeito. Noutros casos, como, por exemplo, o *maço de tabaco* e a *embalagem de medicamento*, o suporte e os géneros estão intrinsecamente associados. Embora os textos sejam produzidos em suporte digital, é o suporte da embalagem de circulação que cumpre o objetivo comunicativo dos textos, assegurando, desta forma, o funcionamento social do género. Um outro aspeto diz respeito ao facto de a organização textual privilegiada na produção em suporte digital ter em vista o suporte de circulação dos textos. Isto significa, por um lado, que o suporte depende do funcionamento social do género e, por outro, que este tem uma grande influência nas escolhas do produtor, refletindo-se na organização textual e na forma como esta é evidenciada. Nos exemplos acima referidos (embalagens de medicamento e de tabaco), a existência material das produções textuais é, aparentemente, suporte de circulação e género. Para esclarecer esta questão, vejamos as seguintes considerações de Marcuschi:

Podemos dizer, por exemplo, que uma embalagem é um suporte na relação com o género rótulo, mas um envelope não é um suporte na relação com a carta pessoal. Contudo, o envelope é um suporte para o endereço, o que mostra que a questão em certo sentido define-se com um contínuo de relações que se sobrepõem e determinam funções que



constituem o fenômeno. Assim, o suporte é um tipo de artefato funcional constituído numa relação com o gênero.

Marcuschi, 2003: 15

De facto, é relativamente simples distinguir o rótulo da embalagem, por exemplo, numa garrafa de água, dado que são fisicamente separáveis na maioria dos casos. Contudo, numa embalagem de medicamento e numa embalagem de tabaco, o rótulo é, frequentemente, parte constitutiva da embalagem. Neste caso, a questão que se coloca é saber como distinguir o formato do suporte do gênero.

Na perspetiva de Marcuschi:

O mais importante neste caso é distinguir entre suporte e gênero, o que nem sempre é fácil pela ausência de limites naturais. Há quem sustente que dicionários e enciclopédias sejam suportes ou portadores de texto, mas isso não é correto porque eles são gêneros e não suportes. Eu mesmo, em trabalhos anteriores, havia identificado o *outdoor* como gênero, o que ainda é feito por vários autores, em especial nos livros didáticos, mas hoje admito claramente que o *outdoor* é um suporte para vários gêneros, com preferência para publicidades, anúncios, propagandas, comunicados, convites, declarações, editais. Não é qualquer gênero que aparece num *outdoor*, pois esse é um suporte para certos gêneros, preferencialmente na esfera discursiva comercial ou política.

Marcuschi, 2003: 13

Deste ponto de vista, é conveniente distinguir a embalagem do rótulo, dado que a embalagem poderá, eventualmente, ser suporte de outros gêneros, embora essa relação não seja ocasional, pois, por um lado, uma embalagem não admite textos de todos os gêneros e, por outro, os gêneros privilegiam determinados suportes, uns mais do que outros, consoante o seu funcionamento social. Assim, a embalagem é o suporte e os gêneros são o *rótulo de embalagem medicamento* e *rótulo de embalagem de tabaco*. De acordo com Marcuschi (2003: 29):

Este é um caso interessante, pois no geral a embalagem não seria tida como um suporte. Contudo, tomamos a embalagem como um suporte na medida em que nas embalagens podem estar vários gêneros. Embalagens de produtos comestíveis muitas vezes trazem não só o rótulo do produto, mas uma receita.

Esta separação metodológica é, a nosso ver, aceitável, se tivermos em conta, por exemplo, que um rótulo de tabaco idêntico é muitas vezes utilizado em embalagens de plástico, nomeadamente na comercialização de tabaco a granel. Neste caso, o rótulo é separável da embalagem, ao contrário das embalagens de cartão.

Quanto ao caso da embalagem de medicamento, como esclarece Marcuschi (2003: 30), esta não é suporte da bula, mas recipiente da mesma, sendo, desta forma, suporte apenas do rótulo:

O rótulo é um gênero e a embalagem é um suporte em que podem estar vários gêneros. Já a bula que vem dentro de uma embalagem de remédio não tem na embalagem o seu suporte, pois aqui a embalagem estaria para a bula como uma espécie de recipiente.

Marcuschi, 2003: 30

Por fim, parece-nos ainda relevante distinguir o material que constitui o suporte (papel, cartão, etc.) com o formato desse suporte (livro, embalagem, revista). Quanto a esta distinção, importa salientar que a relação entre gênero e material do suporte também não é aleatória, tendo em conta que nem todos os gêneros admitem que o suporte seja em materiais de natureza diferenciada. Veja-se o caso dos rótulos de embalagem de medicamento e de tabaco: são produzidos em suporte digital, circulam em suporte impresso, em papel ou cartão.

Como já mencionámos, para além dos formatos convencionais e suportes digitais, existem formatos que assumem ocasionalmente a função de suporte, podendo acolher vários gêneros ou tipos de textos sem fronteiras fixas ou nítidas. Referimo-nos, por exemplo, aos suportes do espaço urbano, como os muros e as paredes, nos quais podem ser afixados cartazes e panfletos (um suporte que acolhe outro), que, por sua vez, podem acolher também diferentes gêneros.

Além disso, estes formatos menos convencionais também poderão constituir suporte de textos de natureza heterogénea, como, por exemplo, o *graffiti*. Devido ao caráter transgressivo da maioria das produções textuais, são textos potencialmente efémeros. Neste caso, as tecnologias que permitem registar e divulgar a imagem destes textos, tornando-se num novo suporte de circulação. Contudo, como sublinha Campos (2007: 252) “o *graffiti* é uma forma de linguagem ligada umbilicalmente ao seu suporte que, independentemente da sua qualidade, deve estar exposta no espaço público e, de preferência, com bastante visibilidade”. De facto, ainda que não seja consensual o que é ou não *graffiti*, a verdade é que a designação remete inequivocamente para textos produzidos em suportes específicos (cf. Rosa, 2018b; Rosa, Ricciardi & Gonçalves, 2019). Deste ponto de vista, ainda que o digital possa ser o suporte de circulação, a existência material deste tipo de produções textuais e o seu funcionamento social original estão vinculados a determinados suportes. Neste caso, os contextos de produção e circulação dos textos coincidem, ainda que, posteriormente, possam deixar de existir no primeiro e circular num outro suporte. Esta breve referência ao exemplo do *graffiti* sublinha que, em alguns casos, o suporte pode constituir uma propriedade específica e diferenciadora dos textos e dos gêneros. Neste sentido, na nossa perspetiva, é necessário proceder a uma distinção metodológica

das dimensões inerentes a esta propriedade genológica, não com o objetivo de apresentar uma categorização estanque aplicável a todos os textos de todos os géneros, mas dar conta de algumas das relações que podem ser estabelecidas entre géneros, textos e suportes. No quadro que se segue, distinguimos cinco dimensões: contexto, tipo, função, formato e material.

		Contexto	Tipo	Função	Formato	Material
Suportes	Convencionais OU Ocasionais	Produção OU Circulação	Impresso	Fixar o texto no espaço (imagem gráfica)	Livro Revista Embalagem...	Papel Cartão
			Digital		PDF Word...	Virtual
			Manuscrito		Livro Caderno ...	Papel Cartão Betão ...
			Oral	Mostrar o texto no tempo (imagem acústica)	Ondas sonoras	Som

**Quadro 5:** dimensões do suporte

Em primeiro lugar, os suportes, como já referimos, podem ser convencionais e ocasionais, por um lado, em relação ao texto e, por outro, em relação ao género. Isto significa que um suporte pode ser ocasional em relação ao texto, quando este não foi criado para fixar o texto, assumindo ocasionalmente essa função, mas poderá ser convencional em relação ao género, quando a ocasionalidade do suporte é uma característica do(s) género(s), referimo-nos ao caso particular do *graffiti*. Por outro lado, parece-nos ainda relevante considerar a dimensão contexto, distinguindo os suportes de produção e circulação, tendo em conta que estes podem ou não ser coincidentes e que uma mudança de contexto pode implicar ou não uma mudança de suporte. Relativamente aos tipos de suporte, distinguimos quatro (o impresso, o digital, o manuscrito e o oral) e estes correspondem ao meio de acesso aos textos, ou seja, o lugar ou modo como o texto é fixado ou mostrado quando acedemos ao mesmo. Deste ponto de vista, um texto produzido inicialmente em suporte oral pode circular, num segundo momento, em suporte digital e, por fim, em suporte impresso. Seguindo a mesma lógica, um texto inicialmente manuscrito pode circular em suporte digital ou em suporte impresso. No caso do *corpus* analisado neste trabalho, embora tenhamos acedido aos textos dos géneros *rótulo de embalagem de*

*tabaco, rótulo de embalagem de medicamento e bula de medicamento* em suporte impresso, pois é neste tipo de suporte que os géneros circulam, ao digitalizar os textos mudámos o seu suporte. Com esta mudança de suporte, os textos dos géneros referidos foram desvinculados do seu funcionamento social habitual, embora seja esse aquele que nos servirá de referência para a análise dos textos e dos géneros. Nestes quatro tipos, três têm como função fixar o texto no espaço, o que se traduz numa imagem gráfica, e um assume a função de mostrar o texto no tempo (imagem acústica). As duas últimas dimensões correspondem ao formato e material: enquanto o primeiro é o objeto concreto ou virtual que cumpre a função de suporte, o segundo é a constituição do mesmo. Deste ponto de vista, o formato e o material dependem do tipo de suporte, que, por sua vez, varia consoante o contexto.

### 2.5.2. Temas

Uma outra propriedade dos géneros que contribui para a sua diferenciação e caracterização diz respeito aos temas. Antes de abordarmos a relação entre géneros e temas, importa definir o que é o tema no âmbito do texto. Numa aceção geral, o tema (ou tópico) diz respeito ao assunto que é tratado (Mendes, 2013: 1750). Neste sentido, no âmbito do texto, o tema é a sua unidade semântica e “como todas as unidades semânticas, um tema é uma construção, não um dado” e, por isso, a sua identificação, na perspectiva de Rastier (2014), depende das condições de interpretação.

Segundo Maingueneau (1996: 97-98), a noção de *tema* pode ser utilizada para referir dois domínios: frásico e textual. Naquele que abordamos, no domínio textual, o tema diz respeito “ao que intuitivamente se pode exprimir como “De que fala isso?”. Na perspectiva do autor, qualquer texto coerente, independentemente da sua dimensão, deve ser passível de resumo, no que respeita à sua *macroestrutura semântica* (Maingueneau 1996: 98). A noção de *macroestrutura*, introduzida por van Dijk para “descrever a estrutura semântica global de um texto”, diz respeito a uma “representação abstracta da estrutura global de significado de um texto” (van Dijk, 1983: 55 *apud* Reis & Lopes, 2007: 229). Como sintetizam Reis & Lopes, esta noção é especialmente útil para a apreensão do tema na globalidade do texto:

de facto, só num quadro macroestrutural se consegue equacionar e explicar o **resumo**, operação pela qual se produz uma síntese equivalente ao conteúdo global do texto. Isto

significa que há efetivamente um nível global de organização do sentido, apreendido de forma intuitiva e susceptível de ser explicado.

Reis & Lopes, 2007: 230

No âmbito do ISD, Bronckart ([1997]1999: 97) utiliza a expressão *conteúdo temático* (ou *referente*), para designar o conjunto de informações que são explicitamente verbalizadas nos textos. Segundo o autor, os textos podem ter como temas referentes do *mundo físico*, do *mundo social*, do *mundo subjetivo* ou articular referentes dos diferentes mundos, aspeto que desenvolveremos mais à frente, quando abordarmos as *condições de produção dos textos*. Se, por um lado, a apreensão intuitiva dos temas é necessariamente efetuada a partir dos textos empíricos, por outro, os conteúdos tematizados num dado texto dependem, em grande medida, da sua inscrição genérica. Neste sentido, as relações entre géneros e temas não são arbitrárias e aleatórias. Isto significa que cada género tem os seus temas, ou seja, contempla e admite temas específicos e, consequentemente, os géneros também se diferenciam pelos seus temas, pois se nenhum tema é, geralmente, exclusivo de um género, este poderá ser específico e distingui-los de outros. Porém, também podemos afirmar que o tema, por si só, sem considerar outras propriedades, não permite o reconhecimento da inscrição genérica dos textos, embora haja um certo “horizonte de espera” em relação aos temas que podem ou não ocorrer nos textos de um determinado género. Alguns géneros admitem temas de natureza muito diversa, como, por exemplo, o *artigo científico* e, por outro, existem géneros onde não há variação temática significativa, como é o caso da *bula de medicamento*. Isto significa que os temas contemplados e admitidos num texto podem, em parte, indiciar a sua categoria genérica, constituindo, tal como o suporte, uma propriedade que contribui para a caracterização dos géneros. Por outro lado, o grau de variação temática decorre, necessariamente, do funcionamento social dos géneros, sendo, assim, expectável que um género que se inscreve num sistema de atividades mais alargado e complexo possa servir a realização de ações mais diversificadas e, por isso, admitir uma maior variação temática. Seguindo a mesma lógica, um género mais estabilizado tende a ser mais previsível no que respeita aos temas contemplados do que géneros em fase de estabilização. Além disso, tendo em conta a inscrição histórica e cultural dos géneros, os temas contemplados variam no tempo e espaço, acompanhando a vida dos géneros e refletindo, em grande medida, as mudanças sociais, históricas e culturais das sociedades onde os textos são produzidos. Por outro

lado, os temas contemplados num dado género dependem também, entre outros fatores extralinguísticos, dos objetivos comunicativos do produtor do texto.

Uma outra questão diz respeito à relação entre a denominação dos géneros e os temas. Tal como os textos e os géneros, as etiquetas de género também dependem das determinações sociais, dado que “o nome dos géneros é instituído na sequência de uma intenção comunicativa específica” (Miranda, 2010: 94). Neste sentido, a designação dos géneros surge a partir da necessidade de identificação dos textos no âmbito de uma atividade social. Alguns géneros têm mais do que uma etiqueta genérica, como, por exemplo, *bula de medicamento* e *folheto informativo*. Embora a primeira nos pareça mais recorrente e aquela que, de certa forma, indicia os temas contemplados no género, a segunda, *folheto informativo*, é a etiqueta que ocorre efetivamente nos textos, indiciando o seu funcionamento social e não os temas contemplados. Já as etiquetas *artigo científico* (ou *artigo de divulgação científica*) e *edital*, estas, mais do que remeter para os temas contemplados, criam no leitor um certo “horizonte de expectativas” em relação ao modo como temas contemplados estão organizados no espaço textual. Por fim, existem ainda *espécies de textos* que não possuem ainda uma designação genérica, ou seja, “conjuntos de textos com contornos vagos e interseção parcial (gêneros para os quais as definições e os critérios de classificação ainda são móveis e/ou divergentes)” (Bronckart, [1997]1999: 74). Neste sentido, o facto de um género não possuir uma etiqueta que o identifique não elimina a sua inscrição genérica, dado que todo o texto se inscreve necessariamente num género. Tendo em conta, como já referimos, que as etiquetas genéricas são socialmente motivadas, o facto de um género não possuir designação poderá, desta forma, decorrer, por um lado, da ausência dessa necessidade social de designação e, por outro, da sua heterogeneidade e das impossibilidades que esta gera em termos de classificação.

### 3. Texto

Como foi abordado inicialmente, a aceção de *texto* foi mudando ao longo do trajeto da Linguística Textual, acompanhando, assim, a sua evolução. O texto começou, desta forma, por ser perspectivado como mero prolongamento na frase, no âmbito nas Análises Transfrásicas, depois como objeto abstracto e unidade qualitativamente distinta da frase, nas abordagens das Gramáticas Textuais e, por fim, no âmbito das Teorias do Texto, como *unidade comunicativa*, passando a ser analisado nos seus contextos de produção e receção.

Apesar da significativa oscilação concetual<sup>20</sup>, quer entre as diferentes áreas de investigação, quer entre os diferentes quadros teóricos que nelas se increvem, a maioria das propostas converge na perspectiva de pensar os textos nas suas interações com as dimensões sociais e praxeológicas, como revela, por exemplo, a definição de texto como “unidade de sentido em contexto”, proposta por Halliday e Hasan (1976: 23), ou como “une suite linguistique empirique attestée, produite dans une pratique sociale déterminée, et fixée sur un support quelconque”, apresentada por Rastier (1994: 2), no quadro da Semântica Textual.

---

<sup>20</sup> Referimo-nos à significativa oscilação na utilização dos termos *texto* e *discurso*, consoante as perspectivas teóricas, pois o termo *discurso* tanto pode ser utilizado como sinónimo de *texto*, como pode remeter para um outro conceito. Por exemplo, no âmbito do ISD, Bronckart apresenta uma aceção de discurso mais “reduzida” do que as que são apresentadas por Maingueneau (2005), Rastier (2001a) e Jean-Michel Adam (1990), aproximando-se das propostas de Benveniste ([1959]1966) e Weinrich ([1964]1973), como damos conta mais adiante. No caso de Rastier (2001a), o autor utiliza a expressão *tipos de discurso* para designar as práticas linguísticas codificadas, que, por sua vez, estão associadas a determinadas práticas sociais. Já no âmbito da Análise do Discurso, Dominique Maingueneau sublinha que o discurso deve ser perspectivado “como intricação de um texto e de um lugar social: o seu objeto não é nem a organização textual nem a situação de comunicação, mas o que as liga através de um modo de enunciação específico” (Maingueneau, 2005: 85).

### 3.1. O estatuto dos textos no ISD

Para o ISD, o termo *texto* designa “toda a **unidade de produção de linguagem** que veicula uma mensagem linguisticamente organizada e que tende a produzir um efeito no destinatário” (Bronckart, [1997]1999: 71). Neste sentido, o termo *texto* remete para produções de linguagem com dimensões e características muito diversas. Todavia, apesar da sua heterogeneidade, os textos apresentam propriedades comuns:

chaque texte est en relation d'interdépendance avec les propriétés du contexte dans lequel il est produit; chaque texte se caractérise par un mode déterminé d'organisation de son contenu référentiel (ou par une forme particulière de planification de son contenu); chaque texte est composé de phrases articulées les unes aux autres selon des règles de composition plus ou moins strictes; chaque texte enfin met en œuvre des mécanismes de textualisation et de prise en charge énonciative destinés à lui assurer sa cohérence interne.

Bulea & Bronckart, 2012: 2

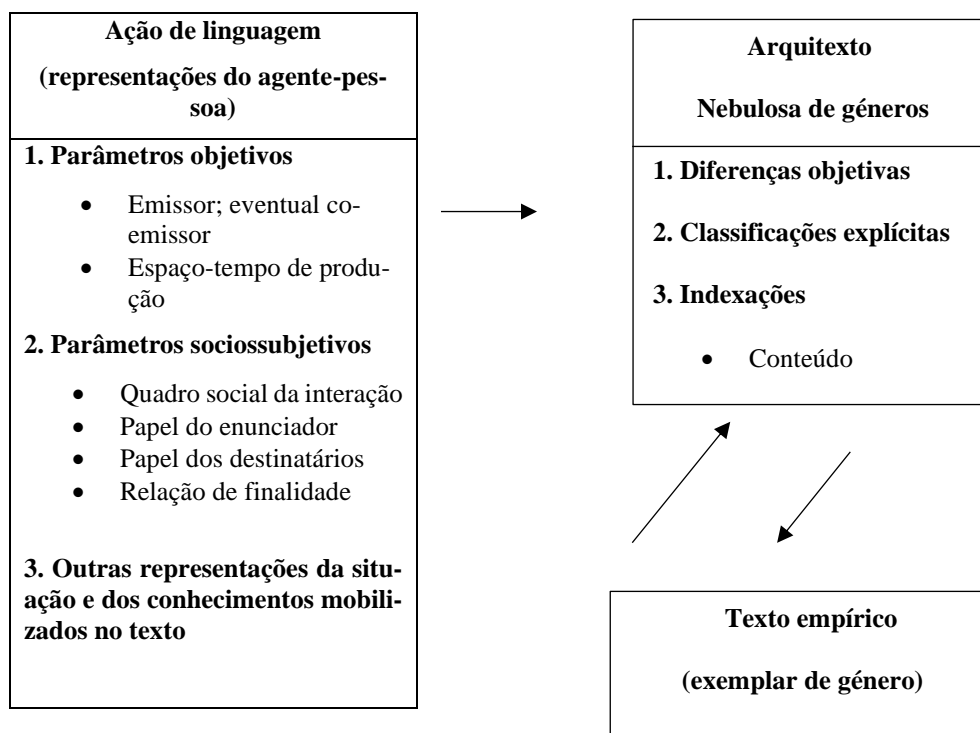
Além disso, os textos são produtos da atividade humana e das suas necessidades, sendo, deste modo, os correspondentes empíricos e linguísticos das atividades de linguagem. Deste ponto de vista, o texto singular resulta de uma “ação de linguagem situada”, correspondendo a uma realização concreta do sistema linguístico numa determinada situação comunicativa (Bronckart, [1997]1999: 75).

Todavia, apesar de todo o texto mobilizar unidades linguísticas de uma língua natural, não é em si próprio uma unidade linguística, mas uma *unidade comunicativa*, porque as suas condições de abertura e fechamento não derivam do linguístico, sendo determinadas pela ação que o gerou e agir geral a que se articula (Bronckart, 2010a: 28). Isto significa que a organização e funcionamento dos textos não dependem apenas dos recursos e das regras de uma língua natural, mas envolvem também as propriedades das atividades com que se articulam, bem como das particularidades contextuais da situação produção e, consequentemente, das escolhas individuais de cada produtor. Vejamos, então, no próximo ponto, os elementos implicados na produção textual, começando por definir *situação de ação de linguagem*.



### 3.1.1. Situação de ação de linguagem

De acordo com Bronckart (2006a: 146), a produção dos textos envolve três elementos: *representações do agente-pessoa*, *arquitexto* e o *texto empírico*.



**Esquema 4:** condições de produção dos textos; extraído de Bronckart (2006a: 146)

Segundo o esquema de Bronckart, numa situação de ação de linguagem, o agente, por um lado, seleciona o modelo de gênero, arquitextualmente disponível, que lhe parece mais adequado à situação da ação e, por outro, adapta esse modelo às propriedades específicas da situação. Deste duplo processo resulta, assim, o texto empírico que apresenta propriedades do gênero selecionado e características que derivam das especificidades da situação da ação. Neste sentido, o agente que produz um texto encontra-se numa *situação de ação de linguagem* e esta expressão diz respeito às propriedades de mundos formais, que, por sua vez, constituem conjuntos de

representações sociais. Acolhendo as proposições de Habermas, Bronckart distingue três ordens de saberes, ou *mundos formais*:

- O mundo objetivo
- O mundo social
- O mundo subjetivo

Neste âmbito, Bronckart ([1997]1999: 91) distingue a *situação de ação de linguagem externa* da *situação de ação de linguagem interna*. A primeira corresponde às características dos mundos formais, enquanto a segunda diz respeito às representações desses mundos, ou seja, o modo como um agente as interioriza. Embora só tenhamos acesso direto à situação de ação de linguagem externa, são as propriedades da *situação de ação interiorizada* que influenciam a produção textual. Neste sentido, as ações de linguagem de que resultam os textos são “unidades psicológicas sincrônicas que reúnem as representações de um agente sobre contextos de ação, em seus aspetos físicos, sociais e subjetivos” (Bronckart, [1997]1999: 107). Importa, porém, sublinhar que, para além dos parâmetros sincronicamente implicados na situação de ação, temos ainda, recorde-se, os pré-construídos da história social humana (praxeológicos e gnosiológicos). Os de ordem praxeológica correspondem às já referidas atividades coletivas não-verbais (ou atividades práticas) e às atividades coletivas de linguagem. Quanto aos pré-construídos de ordem gnosiológica, estes são o conjunto de saberes produzidos pelas gerações anteriores.

### 3.1.2. Texto e contexto

Como referido atrás, a realização de qualquer ação de linguagem implica a existência de um agente que dispõe de três conjuntos de representações: referentes aos parâmetros contextuais de ordem física, aos parâmetros de ordem social e subjetiva, bem como outras representações e conhecimentos. Deste ponto de vista, para o ISD, o *contexto* é entendido como o conjunto de parâmetros físicos e sociosubjetivos que influenciam a construção textual e são as representações destes que constituem as propriedades dos mundos formais.

Ação de linguagem	Contexto	Físico	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Emissor</li> <li>○ Recetor</li> <li>○ Momento</li> <li>○ Lugar</li> </ul>
		Sociossubjetivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Quadro social</li> <li>○ Papel social do emissor (enunciador)</li> <li>○ Papel social do recetor (destinatário)</li> <li>○ Finalidade(s) da interação</li> </ul>
	Outros conhecimentos e representações (tema(s))		

**Quadro 6:** parâmetros contextuais; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 93)

Tal como se sistematiza no quadro acima, os parâmetros contextuais de ordem física são os sujeitos físicos, distinguindo-se, por um lado, o emissor, como a pessoa (ou máquina) que produz o texto, na modalidade escrita ou oral e, por outro, o recetor, como a(s) pessoa(s) que irão receber o texto.<sup>21</sup> Além disso, de ordem física, temos também o momento e o lugar em que se realiza a ação, ou seja, onde e quando é que o texto é efetivamente produzido. Relativamente ao contexto sociossubjetivo, Bronckart decompõe em quatro parâmetros: o quadro social (instituição ou quadro da interação em que se realiza a ação), o papel social assumido pelo emissor (enunciador) e o papel social atribuído ao recetor (destinatário). Isto significa que o(s) emissor(es) e recetor(es) físicos assumem ou lhes são atribuídos diferentes papéis sociais, consoante o quadro social da interação. Outro parâmetro de ordem sociossubjetiva é a *finalidade* e diz respeito ao efeito que o texto é susceptível de produzir no destinatário (Bronckart, [1997]1999: 93).

Relativamente a outras representações e conhecimentos, estes dizem respeito, entre outros, ao conjunto de conhecimentos que o agente dispõe sobre os temas verbalizados no texto. Como já foi referido anteriormente, os textos podem tematizar referentes do *mundo físico*, do *mundo social*, do *mundo subjetivo* ou articular referentes dos diferentes mundos (Bronckart, [1997]1999: 97).

---

<sup>21</sup> Como sublinha Miranda (2010: 50), estes “agentes da produção e da receção podem ser individuais ou coletivos, e, para o interlocutor, identificáveis ou não”. Benveniste (1989: 84) parece assumir uma perspectiva semelhante: “(...) desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este *outro*. ”.

### 3.1.3. Uma perspectiva de complexidade

Conforme observámos anteriormente, na perspectiva do ISD, o texto é encarado como resultado de um processo dinâmico que envolve múltiplos elementos de natureza heterogénea em interação. Neste sentido, esta abordagem das condições de produção dos textos e o estatuto do texto como unidade comunicativa constituem uma forma de reconhecer e lidar com a complexidade textual, conforme observado por Coutinho (2003), Miranda (2010) e Gonçalves (2010). Esta perspectiva de complexidade é ainda mais evidente, se confrontarmos alguns dos princípios do paradigma da complexidade com a abordagem do ISD, tal como se apresenta no quadro que se segue.

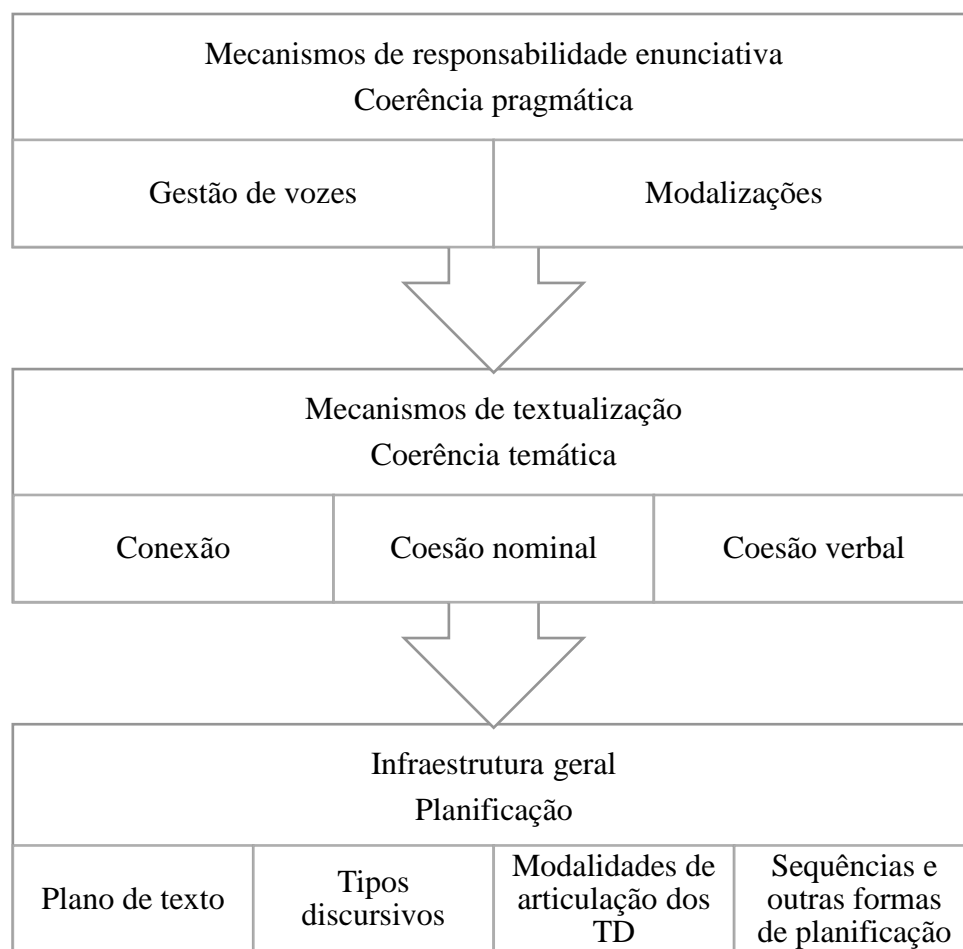
<b>Paradigma da Complexidade</b> <b>Morin, [1982]2005: 332-334; Morin, Ciurana &amp; Motta 2003: 34-38</b>	<b>ISD</b> <b>Bronckart, [1997]1999; 2008b</b>
<i>Ser capaz de pensar o real como um todo e não de o reduzir arbitrariamente a elementos redutores</i>	Texto como <i>unidade empírica comunicativa</i> Objeto complexo
<i>Validade, mas insuficiência do princípio da universalidade. Princípio complementar e inseparável da inteligibilidade do local e do singular</i>	Singularidade de cada texto como o resultado de uma <i>ação de linguagem situada</i> ; realização concreta do sistema linguístico numa determinada situação comunicativa
<i>Necessidade de ligar o conhecimento dos elementos ou partes aos conjuntos ou sistemas que os constituem</i>	Textos como produtos da atividade humana e das suas necessidades, sendo os correspondentes empíricos e linguísticos das atividades de linguagem.
<i>Princípio de distinção, mas não disjunção entre o objeto ou ser e o seu meio ambiente</i>	Distinção, mas não disjunção do texto do seu contexto de produção
<i>Reconhecimento da impossibilidade de isolar as unidades elementares</i> <i>O todo não é igual à soma das partes: unidade e multiplicidade</i>	O texto não é a soma dos elementos que o constituem, mas é constituído pela totalidade desses elementos (unidade) A apreensão da complexidade dos textos não é feita a partir da análise isolada dos elementos que entram na sua constituição, mas considerando a interação entre os diferentes elementos (multiplicidade)
<i>Necessidade de fazer intervir a história e os eventos em todas as descrições explicações</i>	<i>Pré-contruídos da história social humana: ordem praxeológica</i> (atividades coletivas não-verbais e atividades coletivas de linguagem); <i>ordem gnosiológica</i> (conjunto de saberes produzidos pelas gerações anteriores)

**Quadro 7:** princípios do paradigma da complexidade e pressupostos do ISD

No quadro anterior, apresentamos, na primeira coluna, alguns dos principais princípios do paradigma da complexidade e, na segunda, pressupostos do ISD. Apesar de esta sistematização não dar conta de todas relações que podem ser estabelecidas entre os princípios do paradigma da complexidade e o quadro do ISD, existem pontos de convergência relevantes. Um aspeto fundamental é que a aceção do texto como *unidade comunicativa* implica a necessidade de analisar o texto como um todo que não é redutível à soma das suas partes, pois a sua unidade e multiplicidade só podem ser apreendidas se forem tidas em conta as relações entre os elementos que intervêm e interagem na produção textual. Neste sentido, os textos, devido à sua singularidade e à especificidade das diferentes situações de comunicação em que são produzidos, não podem ser analisados a partir de leis gerais, ou seja, tal como na perspectiva da complexidade, é necessário considerar o local e o singular. Além disso, a abordagem descendente privilegiada pelo ISD, que parte do global (social) para o particular (linguístico), também está em consonância com os princípios da complexidade, dado que as propriedades dos textos são relacionadas e dependem das propriedades das atividades com que se articulam, bem como das condições contextuais da situação produção e, consequentemente, das escolhas individuais de cada produtor. Nesta perspectiva, embora se distinga o texto do contexto, o segundo faz parte do primeiro, dado que a situação de ação de linguagem só se concretiza pelas representações contextuais do agente. Neste sentido, a aceção do texto como *unidade comunicativa* implica não reduzi-lo à soma dos elementos que o integram, mas considerar totalidade desses elementos em interação na sua globalidade. Isto significa, por um lado, que nenhum dos elementos que intervêm na produção textual tem uma relação de semelhança com o todo (o texto) e, por outro, são os múltiplos e heterogéneos elementos em interação que constituem o texto.

### 3.2. O modelo da arquitetura interna dos textos

Para além do modelo de ação de linguagem, Bronckart, baseando-se na análise de textos empíricos (Bronckart *et al.*, 1985), propõe o *modelo da arquitetura textual*, para descrever a organização interna dos textos. Neste modelo de análise textual, o texto é concebido como um “folhado” que integra três camadas que se sobrepõem, evidenciando, assim, o carácter relativamente hierárquico da organização textual (Bronckart, [1997]1999: 119). O modelo abaixo apresentado corresponde ao esquema inicial desenvolvido por Bronckart.



**Esquema 5:** modelo da arquitetura interna dos textos; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 119)

Apesar de se manter a distinção metodológica de três níveis sobrepostos, este modelo de análise tem vindo a sofrer algumas modificações (Bronckart, 2008b), como, por exemplo, a exclusão da coesão verbal dos mecanismos de textualização, associando-a à estruturação temporal dos tipos discursivos.

De acordo com Bronckart (2008b: 51):

Sur cette base, comme on le devine, nous soutiendrons dans le point suivant que cette acception “autre” peut être reformulée en termes de «types de discours» et nous nous livrerons à une énième analyse des propriétés et du statut de ces types, en insistant sur le caractère décisif de leur structuration temporelle. Ce qui nous permettra de proposer une version amendée de notre propre modèle de l’architecture textuelle, et de clore par un examen des modalités complexes d’interaction entre le palier des genres et celui des types de discours.

### 3.2.1. Mecanismos de responsabilidade enunciativa

A camada mais superficial deste modelo de análise diz respeito aos *mecanismos de responsabilidade enunciativa*. Relativamente independentes da progressão temática, estes mecanismos evidenciam os posicionamentos enunciativos, isto é, revelam as instâncias que “assumem (ou às quais são atribuídas) a responsabilidade do que é enunciado”, bem como as avaliações dessas vozes que se manifestam, nomeadamente opiniões, juízos de valor, entre outras (Bronckart, [1997]1999: 326).

As vozes podem ser de personagens, vozes sociais, bem como a voz do autor. Todavia, tal como sublinha Bronckart, o texto é, geralmente, polifónico, ou seja, nele podem ser identificadas diferentes vozes do mesmo tipo, mas também podem ser ouvidas diferentes combinações de vozes (Bronckart, [1997]1999: 328-329). Embora as vozes possam estar implícitas, não sendo linguisticamente evidenciadas, em alguns casos, são expressas por marcas linguísticas específicas, como, por exemplo, pronomes e sintagmas pronominais. Por outro lado, as avaliações das vozes sobre os conteúdos tematizados no texto são explicitadas através de *modalizações*. Bronckart distingue quatro tipos de modalizações: *lógicas*, *deônticas*, *apreciativas* e *pragmáticas* (Bronckart, [1997]1999: 132).

As modalizações lógicas correspondem aos julgamentos sobre *o valor de verdade das proposições enunciadas*, podendo ser possíveis, certas, prováveis, improváveis, entre outras. As modalizações deônticas dizem respeito à avaliação dos factos enunciados,

considerando os *valores sociais*. Já as modalizações apreciativas correspondem a *avaliações subjetivas*, isto é, de acordo com a perspectiva de quem avalia. Por último, as modalizações pragmáticas<sup>22</sup>, como são definidas por Bronckart, são responsáveis pela introdução de um “julgamento sobre uma das facetas da responsabilidade de um personagem em relação ao processo de que é agente (...)” (Bronckart, [1997]1999: 132).

As modalizações, independentemente do tipo a que pertencem, concretizam-se nos textos através de *modalidades* que contemplam unidades linguísticas de diferentes níveis, designadamente formas verbais, advérbios, tipos de frases, auxiliares de modalização, entre outras (Bronckart, [1997]1999: 132).

### 3.2.2. Mecanismos de textualização

O segundo nível da arquitetura interna dos textos diz respeito aos *mecanismos de textualização* que, através de processos isotópicos, contribuem para a coerência linear e temática dos textos. No modelo inicial do modelo da arquitetura textual, Bronckart distingue três tipos de mecanismos de textualização: *conexão* e *coesão nominal* e *coesão verbal* (Bronckart, [1997]1999: 122).

Os mecanismos de conexão marcam articulações da progressão temática, através *organizadores textuais*, ao nível da infraestrutura geral (plano de texto, transição entre tipos discursivos e modalidades de articulação) ou nas articulações locais<sup>23</sup>. Os mecanismos de coesão nominal assumem a função de introduzir os temas e/ou personagens e asseguram a sua retoma ou substituição no texto, através de anáforas. Os mecanismos de coesão verbal, por seu lado, têm a função de assegurar a organização temporal e/ou hierárquica dos estados, acontecimentos e ações, através dos tempos verbais. Como observa Bronckart, os tempos verbais coocorrem com outras formas linguísticas com valor temporal, como, por exemplo advérbios e organizadores temporais. Além disso, mais do que a conexão e coesão nominal, a distribuição dos mecanismos de coesão verbal depende, em grande medida, dos tipos discursivos (Bronckart, [1997]1999:

---

<sup>22</sup> Este tipo de modalidade foi posteriormente abandonado (Bronckart, 2008b).

<sup>23</sup> Mais à frente, aprofundaremos a noção de *organizadores textuais*, bem como o seu papel dos na delimitação / transição dos tipos discursivos e na marcação do plano de texto.



122-127), o que acabou por conduzir à vinculação da coesão verbal aos tipos discursivos (Bronckart, 2008b).

### 3.2.3. Infraestrutura geral

A camada mais profunda do modelo da arquitetura interna dos textos corresponde à *infraestrutura geral do texto*, que, por sua vez, contempla o *plano geral de texto*, os *tipos discursivos*, as formas de articulação entre estes (encaixe e fusão), as eventuais sequências e outras formas de planificação. Como sintetiza Bronckart ([1997]1999: 119-120), o plano de texto é responsável pela organização global do texto, os tipos discursivos, por seu lado, correspondem a diferentes segmentos constituídos por formas linguísticas específicas que entram na constituição de qualquer texto e de qualquer género (Bronckart, [1997]1999: 138). Quanto às sequências, na perspectiva de Bronckart, seguindo o modelo sequencial de Adam (1992), entretanto várias vezes reformulado pelo autor, dizem respeito aos “modos de planificação da linguagem que se desenvolvem no interior do plano geral de texto” (Bronckart, [1997]1999: 121). Na perspectiva de Adam (1999: 204), “as sequências são unidades textuais complexas, compostas por um número limitado de conjuntos de proposições-enunciados: as macroproposições”. Por outro lado, estas macroproposições podem combinar-se de cinco formas, distinguindo-se, assim, cinco tipos de sequências: *narrativa*, *argumentativa*, *explicativa*, *dialogal* e *descritiva* (Adam, 1999: 204).

Contudo, as sequências acabam por ser excluídas da infraestrutura geral dos textos (Bronckart, 2008b), pois, ao contrário de Adam, Bronckart defende que os tipos discursivos têm mais importância ao nível da infraestrutura geral do que as sequências, tendo em conta que existem textos sem sequências.

Como observa o autor:

Esta tese se baseia, de um lado, sobre o facto de que, se todo o texto é necessariamente composto de tipos de discurso baseados em operações constitutivas dos mundos discursivos, as sequências, tal como Adam as define, só aparecem no texto eventualmente, como manifestações de operações suplementares, de carácter dialógico. De outro lado, essa tese decorre da constatação de que a distribuição dos tipos de sequências é, em grande parte, (mas não completamente), determinada pelos tipos de discurso.

Bronckart, [1997]1999: 250

Quanto às outras formas de planificação, estas dizem respeito aos scripts e às esquematizações, constituindo modalidades elementares ou mínimas de planificação. Bronckart associa os scripts aos tipos discursivos da ordem do narrar e as esquematizações aos tipos da *ordem do expor* (Bronckart, [1997]1999: 243).

Dada a centralidade do *plano de texto* e dos *tipos discursivos* na investigação, os próximos pontos serão dedicados a estas duas noções.

#### **4. A composicionalidade textual: a noção de *plano de texto***

Ser um todo é ter princípio, meio e fim. Princípio é aquilo que, em si mesmo, não sucede necessariamente a outra coisa, mas depois do qual aparece naturalmente algo que existe ou virá a existir. Pelo contrário, fim é aquilo que aparece depois de outra coisa, necessariamente ou na maior parte dos 30 casos, e a que não se segue nada. Meio é aquilo que é antecedido por um e seguido pelo outro. Portanto, é necessário que os enredos bem estruturados não comecem nem acabem ao acaso, mas sim apliquem os princípios anteriormente expostos.

Aristóteles, *Poética*, tradução e notas de Valente, 2008: 51

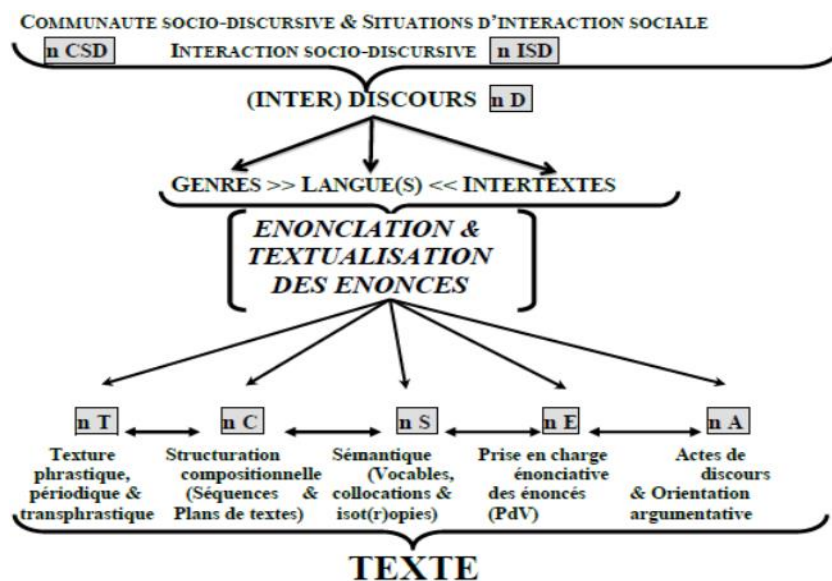
Como evidencia o excerto acima apresentado, a reflexão sobre a organização e estrutura formal dos textos já estava presente nas primeiras propostas de definição de tipologias, como, por exemplo, na *Arte Poética* de Aristóteles, em que os conteúdos e a sua organização eram entendidas como propriedades diferenciadoras dos textos, bem como, na *Epistola ad Pisones* de Horácio, na qual o autor relacionava os aspetos temáticos dos textos com a sua estrutura formal. Entre os estudos mais recentes que procuram analisar a composicionalidade textual, destacam-se os contributos da Teoria das Superestruturas, proposta por van Dijk (1980), as já referidas sequências prototípicas de Jean-Michel Adam (1999) e o plano de texto, noção também desenvolvida por Adam e retomada pelo ISD no Modelo da Arquitetura Textual ([1997]1999).

#### **4.1. O estatuto do plano de texto no ISD**

Integrando a *infraestrutura geral*, camada mais profunda do *modelo da arquitetura interna dos textos*, o plano de texto diz respeito ao que Bakhtin ([1979]1984: 60) designava por estrutura composicional, uma das três propriedades dos géneros. Como observa Bronckart ([1997]1999: 120), o plano de texto é responsável pela organização global do texto, correspondendo, desta forma, à “organização de conjunto do conteúdo temático”. Além disso, de acordo com o autor, o plano de texto pode assumir formas muito variáveis, pois depende do género a que pertence e de vários fatores, nomeadamente das dimensões do texto, da natureza dos conteúdos tematizados, do suporte, da modalidade (escrita ou oral), entre outros. Neste sentido, um plano de texto pode ser mais ou menos previsível, consoante o género a que pertence o texto. Importa, ainda, sublinhar, que o plano de texto é visível na leitura (ou escuta) e é reconstruído na escrita (ou na oralidade), assumindo, desta forma, um papel fundamental na orientação da leitura, interpretação e produção textuais. Embora a introdução do plano de texto neste instrumento de análise textual do ISD sublinhe a “necessidade de identificar uma unidade de estruturação (ou composição) que permita apreender a globalidade do texto” (Miranda, 2010: 136), esta noção, tal como admite Bronckart, continua a ser utilizada num “sentido fraco e não técnico” (Bronckart, [1997]1999: 248), necessitando, por isso, de um aprofundamento teórico. Importa, assim, abordar o trabalho de Jean-Michel Adam no que se refere ao plano de texto, dado que foi o autor que propôs esta noção.

#### **4.2. O trabalho de Jean-Michel Adam**

Assumindo que os textos são altamente complexos, Adam (2013) propõe um *modelo de complexidade*, sublinhando que é necessário distinguir os níveis que constituem a sua globalidade. Neste modelo, a seguir apresentado, cada nível corresponde a uma unidade de análise ligada às restantes, mas específica e distinta das outras.



**Esquema 6:** modelo de complexidade; extraído de Adam (2013: 20)

Conforme é ilustrado no esquema, através de siglas, como, por exemplo, ISD e CDS, Adam especifica os módulos de análise em que se inscrevem diferentes quadros e perspectivas teóricas.

Assim, para analisar o texto como um todo complexo, neste modelo, o autor distingue e identifica na base cinco planos de organização textual que se interrelacionam: atos de discurso, enunciação, semântica, textura e estrutura composicional (Adam, 2013: 20).

Como se observa no esquema, o plano de texto situa-se ao nível da estrutura composicional. Neste nível, Adam distingue um micronível, no qual se integram as *sequências prototípicas* e um macronível, onde se situa o plano de texto. Como sublinha Adam (2008: 254), “o reconhecimento do texto como um todo passa pela percepção de um plano de texto, com suas partes constituídas, ou não, por sequências identificáveis”.

Estabelecendo correspondência entre os níveis de organização textual e as componentes dos géneros identificadas por Adam, o plano de texto integra a dimensão composicional, correspondendo, assim, a uma das oito componentes dos géneros: enunciativa, pragmática, composicional, semântica, estilístico-fraseológica, material, peritextual e metatextual.

Contudo, importa sublinhar que, embora o plano de texto se inscreva na componente composicional, as suas propriedades dependem das propriedades de outras componentes dos géneros.

Na perspetiva de Adam, o plano de texto é o principal fator unificador da estrutura composicional, desempenhando um papel fundamental na composição macrotextual de sentido (Adam, 2002a: 377-378; 2008: 255-256). Segundo o autor, o plano de texto corresponde ao que a Retórica Clássica designava por *dispositio* (ou disposição), “parte da arte de escrever e da arte oratória que regravava a ordenação dos argumentos tirados da invenção” (Adam, 2008: 255). Contudo, observando que o modelo da Retórica não abrange todas as possibilidades de planos de texto, Adam faz a distinção entre os planos convencionais e os planos ocasionais, consoante a maior ou menor fixação dos géneros (Adam, 2002a: 377-378; 2008: 256). Neste sentido, os planos de texto, entendidos como uma das propriedades dos géneros, integram, com os géneros, a memória textual dos grupos sociais, permitindo, como já se referiu, reconstruir a organização global do texto associada ao género.

Tal como sublinha Adam (2008: 256), “um plano de texto pode ser convencional, isto é, fixado pelo estado Histórico de um género (...)” ou “(...) ocasional, inesperado, deslocado em relação ao género (...)”. Deste ponto de vista, alguns géneros pré-determinam um plano de texto fixo, como, por exemplo, a estrutura do soneto, a comédia clássica em três atos, e a tragédia em cinco (Adam, 2011: 54). Por outro lado, a convencionalidade ou ocasionalidade do plano de texto dos géneros dependem de múltiplos fatores, conforme se observa em Silva & Rosa (2019: 11):

De fato, em alguns gêneros, o plano de texto é tipicamente muito estável (como na *ata* e no *requerimento*), enquanto em outros são atestados diversos graus de flexibilidade (como na *tese de doutoramento* e na *notícia*). Para tal, concorrem múltiplos fatores, como a área de atividade socioprofissional em que o gênero é usado, os objetivos que se pretende atingir, o grau de cristalização na sincronia atual, entre outros. O conceito de *plano de texto* é, então, aplicável a qualquer texto de qualquer gênero, em contraste com o *dispositio* da Retórica Clássica, que incidia em textos da tríade de gêneros argumentativos—deliberativo, judicial e epidítico.

Dando continuidade ao trabalho de Adam, mais recentemente, alguns investigadores têm procurado aprofundar esta noção, identificando os componentes que devem ser contemplados na descrição do plano de texto e esclarecendo a relevância deste na organização textual. De acordo com Gonçalves (2011a: 9), “para analisar o plano de texto, é

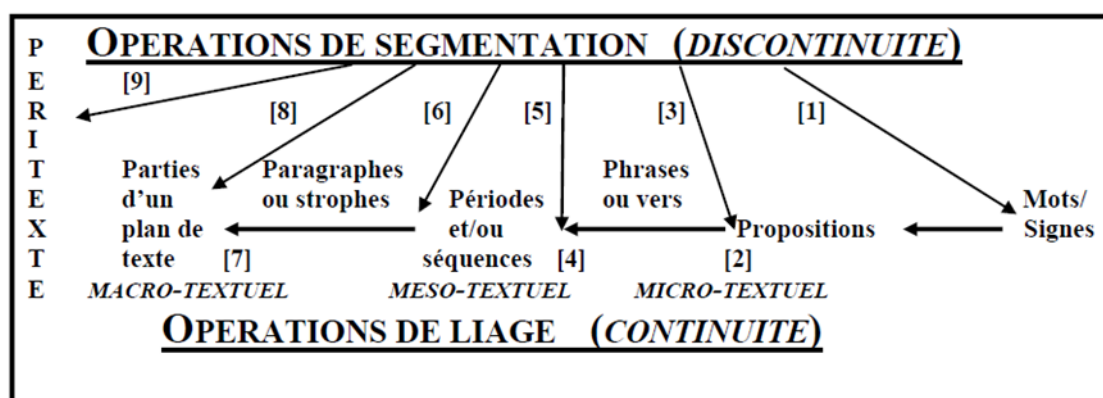
preciso identificar as diversas secções que organizam o texto e que fazem parte da composição textual, descrever como se interrelacionam e como são segmentadas no espaço textual”. Já Silva (2016: 193), por seu lado, sublinha que o plano de texto “consiste na distribuição dos conteúdos manifestados e, em suporte escrito, na segmentação formal atestada num texto”. Destas duas citações, destacamos dois elementos que nos parecem fundamentais: a *segmentação* e a *distribuição*.

A segmentação corresponde à *divisão formal do texto*, quando produzido em suporte escrito, e a distribuição diz respeito à *articulação e ordenação dos conteúdos* (Silva, 2016: 194). De acordo com Coutinho (2019: 45), “a segmentação é, portanto, um recurso que marca (dá a ver) o plano de texto, de forma mais ou menos explícita, através de recursos vários.”. Segundo Silva (2016: 194), na maioria dos géneros, os mecanismos de segmentação dependem dos conteúdos tematizados e a distribuição dos conteúdos depende da sua seleção prévia. Para Adam (2008: 261), a macrossegmentação é que sustenta a operação de reconstrução, tanto na produção como na interpretação textuais, do plano de texto. Neste sentido, a segmentação é inerente ao *plano de texto*, pois é esta que o evidencia, dando a ver distribuição dos conteúdos no espaço textual (cf. Adam, 2002b: 433-434).

Tendo em conta que na maioria dos géneros não existe uma “segmentação canónica”, a questão que se coloca é saber o que é que determina/influencia os mecanismos de segmentação mobilizados nos textos. Se, em alguns casos, como no exemplo do soneto, existe uma segmentação pré-determinada pelo género, noutros, os mecanismos de segmentação mobilizados são bastante variáveis. Como observa Silva (2016: 194), na maioria dos géneros, os mecanismos de segmentação dependem dos conteúdos tematizados e do grau de convencionalidade do género – logo, também do plano de texto que lhe está associado. Isto significa que os conteúdos contemplados e/ou admitidos pelo género condicionam a segmentação atestada nos textos. Nesta perspetiva, é expectável que os géneros que contemplem e admitam uma maior diversidade temática se caracterizem também por uma maior variabilidade de mecanismos de segmentação e, consequentemente, uma maior ocasionalidade do plano de texto. Importa também sublinhar, como referimos anteriormente, que a maior ou menor variação temática num dado género depende de múltiplos fatores, nomeadamente dos objetivos comunicativos do produtor do texto e da menor ou maior estabilidade do género, o que atesta a interdependência das propriedades dos géneros.

Para Adam (2013: 25), “le “tissu du discours” subit deux tensions constitutives: une tension entre segmentation et liage des unités, et une tension entre répétition et progression”. A interação entre estas duas tensões (entre segmentação e ligação das unidades e entre repetição e progressão) é inerente à textualização (Adam, 2013: 25). Neste sentido, por um lado, as unidades textuais são desagrupadas através de operações de segmentação e, por outro, são agregadas, através de operações de ligação, tornando, assim, o texto *contínuo no descontínuo* (Adam, 2013: 28).

Como ilustra o esquema que se segue, o “tecido do discurso” é, assim, construído por *operações de ligação e segmentação*, em três níveis: *microtextual*, *mesotextual* e *macrotextual*.



**Esquema 7:** tensão entre a segmentação (descontinuidade) e a ligação (continuidade); extraído de Adam (2013: 29)

Neste esquema de Adam, as setas na horizontal ilustram as *operações de ligação/continuidade* entre os três níveis e as setas verticalmente oblíquas evidenciam as *operações de segmentação*. Observa-se, assim, que as operações de ligação se situam num *continuum* que vai da textura assegurada pelas ligações microtextuais [2] à estrutura das ligações macrotextuais [7], através da ligação mesotextual intermediária (Adam, 2013: 29).

No nível microtextual, Adam inscreve as operações de ligação e segmentação estabelecidas entre as palavras/signos, proposições e frases/versos. No nível mesotextual, estão as operações de ligação e segmentação dos períodos, das sequências e dos parágrafos/estrofes. Quanto ao nível macrotextual, é aqui que Adam situa as partes do plano de texto e as ligações que as unificam.

Les liages [7] du schéma 1 unifient les parties d'un plan de texte. La structuration compositionnelle des textes prend la forme de plans de textes soit conventionnels – imposés par l'état historique d'un genre –, soit occasionnels. Le plan de texte est une macro-unité compositionnelle contrainte par la linéarité linguistique de l'écriture et de la lecture (...).

Adam, 2013: 37

Neste esquema, para além do nível macro, os componentes peritextuais e elementos não verbais aparecem também associados ao plano de texto:

Je propose d'intégrer dans le concept de plan de texte les composantes péritextuelles verbales (titre et sous-titre, mais aussi intertitres, dédicaces, signatures, systèmes de notes) et éventuellement iconiques (vignette, illustrations), en particulier dans les iconotextes plurisémiotiques de type recettes de cuisine, articles de presse écrite, publicités, affiches, etc.

Adam, 2013: 37

De acordo com Adam, o *peritexto*, situando-se ao nível das operações de macro-segmentação [9], é responsável pela marcação das fronteiras do texto. Nos dois poemas utilizados como exemplo, o título e a dedicatória, na perspetiva de Adam, são os elementos peritextuais do plano de texto (Adam, 2013: 37). Por outro lado, o autor sublinha ainda a relevância dos fenómenos gráficos na sinalização do plano de texto.

Les phénomènes de démarcations graphiques locales et de marquage global du plan de texte (segmentation) sont des aspects de la spatialisation écrite de la chaîne verbale, un premier lieu d'instruction pour l'empaquetage et le traitement des unités linguistiques. Je range dans ce plan particulier d'organisation textuelle [connectivité] non seulement les indications de changement de chapitre et de paragraphe, mais les titres et sous-titres, la mise en vers et strophes en poésie, la mise en pages en général, le choix des caractères typographiques, la ponctuation. Organismes textuels et connecteurs peuvent également venir souligner un plan de texte.

Adam, 2011: 55

Embora Adam pareça dar maior destaque aos fenómenos gráficos, ou seja, àqueles que são responsáveis pela *segmentação visível*, o autor não deixa de sublinhar que os *organizadores textuais* e *conectores* podem ser responsáveis pela marcação do plano de texto. Como se verá no próximo ponto, todos os mecanismos que assinalam um plano de texto (de forma mais ou menos explícita) desempenham a função de organização textual.

#### 4.3. Mecanismos de organização textual

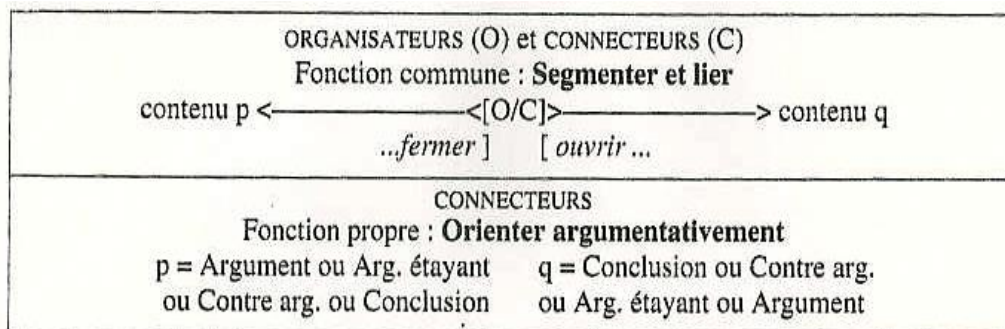
Para evidenciar as diferentes operações de planificação textual que o termo *conetor* não contemplava, Schneuwly, Rosat e Dolz (1989: 40) propuseram a noção de



*organizadores textuais*, correspondendo, segundo os autores, a “trace[s] privilégiée[s] de certaines opérations langagières dépendant de la planification textuelle”.

A noção *organizadores textuais* tem vindo a ser retomada por vários autores orientados por perspectivas teóricas distintas, observando-se, desta forma, divergências terminológicas, assim como diferentes propostas de categorização que conduziram a várias sobreposições e divergências entre os termos *organizadores textuais*, *conectores*, *conectores argumentativos* e *marcadores de discurso* (Coutinho, 2004a:1; 2004b: 283; 2019: 56).

De acordo com a proposta de Adam (1999), os organizadores textuais fazem parte da categoria geral dos conectores, distinguindo-se subcategorias, consoante o tipo de função que assumem: conexão, marcação da(s) responsabilidade(s) enunciativa(s) e orientação argumentativa. Embora o autor distinga os conetores dos organizadores textuais, dado que os primeiros têm a função específica da orientação argumentativa, ambos partilham a função de organização textual, ou seja, segmentam e ligam as partes do texto, conforme ilustra o esquema seguinte.



**Esquema 8:** organizadores e conectores; extraído de Adam (1999: 59)

Conforme sistematizamos no quadro que se segue, os organizadores textuais classificam-se de acordo com a função assumida nas seguintes subcategorias: *temporais*, *espaciais*, *organizadores enumerativos aditivos*, *marcadores de integração linear*, *marcadores de mudança de topicalização* e *marcadores de ilustração* (Adam, 1999: 181).

Organizadores textuais	Organizadores espaciais		<i>à esquerda/à direita, antes/depois, ...</i>
	Organizadores temporais		<i>então, antes, em seguida, e então, ...</i>
	Organizadores enumerativos	Aditivos	<i>e, ou, também, assim como, ainda, igualmente, além disso, ...</i>
		Marcadores de integração linear	<i>de um lado, inicialmente, primeiramente, em primeiro lugar, .../ em seguida, depois, em segundo lugar, .../ por outro lado, em último lugar, em conclusão, ...</i>
	Marcadores de mudança de topicalização		<i>quanto a, no que concerne a, ...</i>
	Marcadores de ilustração e exemplificação		<i>por exemplo, em particular, como, entre outros, assim, ...</i>

**Quadro 8:** organizadores textuais, elaborado a partir de Adam (1999: 181) e Coutinho (2008: 199)

Quanto aos organizadores temporais e espaciais, estes “ordenam as partes da representação discursiva nos eixos maiores do tempo e do espaço” enquanto os restantes “estruturam, essencialmente, a progressão do texto e a indicação de suas diferentes partes” (Adam, 1999: 181). Relativamente a estes últimos, temos os organizadores enumerativos, que podem ser simples aditivos, tendo uma função de adição, ou marcadores de integração linear, quando asseguram a abertura, continuidade ou fechamento de uma série (Adam, 1999: 183). No que concerne à passagem de um objeto do discurso a outro, esta é assegurada pelos organizadores de mudança de topicalização que, segundo Adam, têm um papel fundamental na sinalização e ordenação das partes do texto. Relativamente aos marcadores de ilustração/exemplificação, como explicitam as designações, têm como função ilustrar e/ou introduzir exemplos (Adam, 1999: 181).

Apesar de Adam não integrar a pontuação na categorização dos organizadores textuais, o autor atribui-lhe um importante papel na marcação do plano de texto (cf. Adam, 2013).

Neste âmbito, Adam (2013: 29) distingue os sinais de pontuação convencionais (*punctuation noire*) dos mecanismos de segmentação gráficos (*punctuation blanche*), que

correspondem aos espaços em branco que ocorrem entre unidades de diferentes tipos e dimensões, como as palavras, os parágrafos, as partes e secções, as margens das páginas e as fronteiras dos textos, aspeto igualmente sublinhado por Coutinho.

Aos sinais convencionais de pontuação, interessa ainda acrescentar outros processos de segmentação gráfica – como títulos e intertítulos, numerações, espaços em branco, etc. – que correspondem igualmente a processos de delimitação de unidades.

Coutinho, 2004a: 5

Coutinho, por seu lado, utiliza a expressão de *mecanismos de organização textual* para designar todos os mecanismos que sinalizam um plano de texto, incluindo, desta forma, a pontuação, os mecanismos gráficos, os organizadores textuais linguísticos, bem como os fenómenos prosódicos, no caso dos textos orais (Coutinho, 2004a: 5).

Em trabalhos anteriores (Rosa, 2017b; Rosa *et al.* 2018), observou-se que o mesmo organizador textual pode assumir diferentes funções no plano de texto.

as funções dos organizadores textuais são construídas textualmente e, por isso, a mesma forma linguística, como é o caso do *e*, pode ter um funcionamento diferenciado a diferentes níveis do texto. Neste sentido, o funcionamento dos organizadores textuais depende das propriedades do plano de texto, que, por sua vez, são mais ou menos predeterminadas pelo género, consoante a sua maior ou menor estabilidade.

Rosa *et al.*, 2018: 251

Embora neste trabalho tenha sido considerado o funcionamento de uma forma específica, o *e*, tido como enumerativo aditivo na categorização de Adam, os resultados obtidos fornecem pistas pertinentes para a presente investigação, nomeadamente sobre o funcionamento de diferentes mecanismos de organização textual nos vários géneros, ou seja, importa averiguar, por um lado, se a convencionalidade do plano de texto implica ou não a presença de mecanismos de organização textual com funções específicas e, por outro, em que medida a maior ou menor estabilidade de um género determina os mecanismos de organização textual mobilizados e as funções por estes assumidas. Outro aspeto igualmente relevante, abordado mais à frente, diz respeito, por um lado, ao papel dos mecanismos de organização textual na transição/articulação dos tipos discursivos e, por outro, à relação entre plano de texto e tipos discursivos.

#### 4.4. Para uma definição de plano de texto

Tendo como ponto de partida a noção de *esquematização discursiva* (Grice, 1990), Caldes refere o seguinte:

admite-se que há unidades composicionais que estão, de forma recorrente, vinculadas a um género textual específico, constituindo, por este motivo, um traço da sua identidade; salvo eventuais exceções, o mesmo acontece relativamente à disposição que estas unidades assumem no espaço gráfico do texto; desta forma, o que está em causa é a mobilização de uma configuração própria de um género, isto é, da imagem semiótica que lhe é característica.

Caldes, 2009a: 72

De acordo com estas afirmações, determinadas unidades composicionais estão associadas a géneros específicos e a disposição que assumem no espaço textual também pode constituir uma configuração característica do género. Na nossa perspetiva, o plano de texto, como responsável pela organização dos conteúdos tematizados, implica, deste modo, estas duas vertentes, por um lado, o conteúdo das unidades composicionais e, por outro, a forma, isto é, a disposição destas, e é o modo como as duas vertentes se embricam que o evidencia. Deste ponto de vista, o plano de texto corresponde, assim, ao modo como a forma evidenciada pela segmentação organiza os conteúdos na superfície textual. Para sustentar esta aceção de *plano de texto*, inspiramo-nos na teoria saussureana do signo linguístico. Segundo Saussure:

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho dos nossos sentidos;

[1916]2006: 79

De acordo com esta perspetiva, o signo linguístico é uma entidade psíquica biface, sendo representada da seguinte forma:



**Imagem 2:** bifacialidade do signo linguístico; extraída de Saussure ([1916]1978: 80)

Conforme o esquema apresentado, enquanto uma das faces, o conceito mentalmente representado, consiste no significado do signo linguístico, a segunda, definida como uma “imagem acústica” que é manifestada fisicamente e apreendida através da audição, diz respeito ao significante. Isto significa que o significado constitui a face conceitual, ou seja, o conteúdo, e o significante diz respeito à face material, isto é, à expressão. Porém, como refere Bulea:

(...) uma das originalidades da abordagem saussureana reside na apreensão da própria natureza dos dois elementos que se encontram ligados num signo. A dualidade do signo não diz respeito à relação entre palavras e coisas, nem à relação entre sons e ideias; consiste numa dualidade interna à “ordem espiritual”, sendo os dois elementos envolvidos de natureza psíquica (...).

Bulea, 2014: 66-67

Por outro lado, o signo linguístico é arbitrário e imotivado, ou seja, não existe uma relação natural e de semelhança entre o significado e o significante, mas existe uma relação socialmente convencionada, como, por exemplo, os diferentes significantes do significado da palavra francesa *boeuf* (Saussure, [1916]1978: 81). Tal como sublinha Bulea (2014: 73), apesar de os conceitos (significados) e imagens acústicas (significantes) serem elaborados ao nível psicológico, não é isto que garante a correspondência entre estes: “a associação geradora de unidades semióticas realiza-se necessariamente sob a forma social (...)”. Deste ponto de vista “a relação semiótica convencional gera socialmente a relação psicologicamente imotivada entre conceitos e imagens acústicas.” (Bulea, 2014: 73).

Neste sentido, são os acordos sociais (relativamente estabilizados e organizados em sistema) que determinam o valor ou o significado de um signo (Bronckart, 2008b: 29-30).

Por este motivo, os signos, tal como as línguas, são entidades mutáveis e dinâmicas. Para Bulea (2014: 89), “a dinâmica do signo não é nem um reflexo de uma outra dinâmica nem determinada por ela, tem a ver com uma interação permanente entre os sistemas semiótico, psicológico e social”.

Como mencionado atrás, o plano de texto corresponde ao modo como a forma evidenciada pela segmentação organiza os conteúdos na superfície textual. Estabelecendo uma analogia, no plano de texto, tal como no signo linguístico, temos a associação de

dois elementos heterogêneos e distintos entre si: forma e conteúdo<sup>24</sup>. Enquanto a primeira corresponde a uma imagem gráfica ou acústica (no caso dos textos orais), a segunda diz respeito aos conteúdos tematizados. Embora as duas faces sejam distintas, estas são indissociáveis, dado que é a interação de ambas que gera um plano de texto<sup>25</sup>.

Por outro lado, o modo como se embricam a forma e os conteúdos depende do género e do seu funcionamento social, não existindo desta forma uma relação de semelhança, mas uma relação socialmente convencionada, embora esta relação, ao contrário do signo linguístico, possa ser mais ou menos estável. Do mesmo modo que um significado pode ter diferentes significantes, os mesmos conteúdos podem ser organizados por diferentes formas. Neste sentido, como iremos demonstrar na segunda parte deste trabalho, existem géneros mais convencionais quanto à forma, admitindo, porém, uma grande variação temática, outros que poderão apresentar convencionalidade tanto na forma como nos conteúdos e, por fim, géneros com um plano de texto ocasional, nos quais a forma e os conteúdos tematizados são pouco previsíveis. Partimos, assim, do pressuposto de que o tipo de plano de texto mobilizado – convencional, **semiconvencional** ou ocasional – depende, em grande medida, do funcionamento social do género. Deste ponto de vista, assumimos que a distinção convencional/ocasional, de Adam (2002a: 377-378; 2008: 256), embora válida e pertinente, não é suficiente para dar conta de diferentes níveis de convencionalidade do plano de texto. Propomos, assim, a etiqueta **semiconvencional**<sup>26</sup> para designar planos de texto convencionais com alguma flexibilidade.

---

<sup>24</sup> Nos trabalhos de van Dijk (1980), privilegiando uma abordagem cognitiva, a forma corresponde às *macroestruturas formais*, ou seja, estruturas globais da forma, e o conteúdo às *macroestruturas semânticas*, que dizem respeito às estruturas globais do significado. Para distinguir estas noções, o autor propôs a noção de *superestruturas*. Como refere van Dijk (1980: 108-109), “to differentiate, however, between these global structures and the global semantic structures we have analyzed thus far, we speak of (schematic) superstructures. Hence, superstructure is the schematic form that organizes the global meaning of a text.”. Neste sentido, as superestruturas dizem respeito a estruturas esquemáticas da forma global do conteúdo.

<sup>25</sup> Esta perspetiva que assumimos aproxima-se, assim, da que é apresentada por Coutinho (2011: 200): “(...) o plano de texto corresponde a um processo organizacional global que evidencia, a nosso ver, a indissociabilidade entre superestruturas e macroestruturas – ou, se se preferir, entre forma(s) e conteúdo(s) textuais.”.

<sup>26</sup> O prefixo latino *semi-* permite expressar a ideia de um plano de texto flexível e, simultaneamente, dotado de algumas propriedades relativamente estabilizadas.

## 5. Tipos discursivos

Conforme foi exposto em pontos anteriores, para o ISD, os géneros de texto, embora intuitivamente diferenciáveis, são potencialmente maleáveis e heterogéneos, não sendo possível, por isso, uma classificação estável e definitiva.

Todavia, dando continuidade aos trabalhos de Benveniste ([1959]1966), Simonin-Grumbach (1975), Weinrich ([1964]1973) e Genette (1979), na perspetiva do ISD, independentemente do género a que pertençam, os textos são constituídos por diferentes segmentos que se articulam na sua constituição. A este tipo de diferentes segmentos constituídos por formas linguísticas específicas, Bronckart designa de *discurso*, que consoante as regularidades linguísticas, pode ser classificado em *tipos discursivos*<sup>27</sup> (Bronckart, [1997]1999: 138). Os tipos discursivos são, assim, segmentos constitutivos de qualquer texto e de qualquer género e, na perspetiva de Bronckart, é “unicamente ao nível desses segmentos que podem ser identificadas regularidades de organização e de marcação linguísticas” (Bronckart, [1997]1999: 138).

Considerados em função das suas condições de produção/enunciação, os tipos discursivos constituem diferentes planos da enunciação, sendo identificáveis quatro tipos: *interativo*, *teórico*, *relato interativo* e *narração*. Os tipos discursivos são correspondentes linguísticos de mundos discursivos, que, por sua vez, surgem da relação estabelecida, por um lado, entre as coordenadas temporais que organizam textualmente os conteúdos temáticos e as coordenadas temporais da situação de enunciação e, por outro, entre as instâncias de agentividade mobilizadas no texto e as instâncias de agentividade associadas à situação de produção (Miranda, 2008: 85).

Como ilustra o quadro seguinte, a construção dos quatro mundos discursivos baseia-se em dois tipos de operações: organização temporal e organização agentiva.

---

<sup>27</sup> *Tipos discursivos* é a atual designação dos *tipos de discurso*, tendo sido proposta por Jean-Paul Bronckart em julho, 2016, no âmbito de um seminário da *Summer School - Lisbon Summer School and Graduate Conference in Linguistics*, realizado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. Neste trabalho, optamos por utilizar sempre a designação *tipos discursivos*.

		Organização temporal	
		Conjunção EXPOR	Disjunção NARRAR
Organização agentiva	Implicação	Discurso interativo	Relato interativo
	Autonomia	Discurso teórico	Narração

**Quadro 9:** tipos discursivos; adaptado de Bronckart, [1997]1999: 157

A organização temporal diz respeito à localização temporal dos acontecimentos representados em relação à situação de produção. A construção das coordenadas temporais que organizam o conteúdo temático pode concretizar-se de duas formas: se as coordenadas temporais que organizam os conteúdos temáticos expressarem acontecimentos simultâneos à situação de enunciação, há um valor de conjunção temporal. Neste caso, temos a construção de mundos discursivos na *ordem do expor*, cujas vertentes linguísticas são os tipos discursivos teórico e interativo. Por outro lado, se as coordenadas temporais verbalizadas expressarem acontecimentos que não são simultâneos à situação de enunciação, há um valor de disjunção temporal e, neste caso, temos a construção de mundos discursivos na *ordem do narrar*, sendo os tipos *narração* e *relato interativo* as suas vertentes linguísticas. Deste ponto de vista, aquilo que distingue a *ordem do narrar* da *ordem do expor* é a relação que é estabelecida entre a organização temporal dos conteúdos tematizados e as coordenadas do *mundo ordinário*. Estas operações de construção da organização temporal cruzam-se com duas possibilidades de organização agentiva: implicação e autonomia. As instâncias de agentividade verbalizadas no texto podem ter um valor de implicação, quando se verifica que há inscrição dos parâmetros da situação da ação de linguagem no texto, nomeadamente do emissor, do recetor, ou referências à sua localização no tempo e espaço da ação. Neste caso, são construídos mundos discursivos implicados no mundo ordinário, sendo as suas vertentes linguísticas os tipos *interativo* e *relato interativo*. Por outro lado, há um valor de autonomia, quando os parâmetros da situação da ação não se manifestam textualmente, sendo, assim, construídos mundos discursivos autónomos do mundo ordinário: tipos *teórico* e *narração*.



Os mundos discursivos constituem, desta forma, mundos virtuais textualmente construídos e evidenciados pelo tipo de relação que mantêm com o *mundo ordinário/real*, isto é, com o mundo dos agentes de produção. Deste ponto de vista, os tipos discursivos, enquanto correspondentes linguísticos dos mundos discursivos, estão necessariamente associados a operações do pensamento humano, pois concretizam a verbalização de diferentes operações psicológicas e modos de raciocínio específicos. Segundo Bronckart (2004: 107), o discurso interativo está associado a raciocínios práticos, o discurso teórico corresponde à verbalização de raciocínios lógicos (ou quase lógicos) e o relato interativo e a narração constituem a expressão de raciocínios causais-cronológicos.

Neste sentido, os tipos discursivos são, simultaneamente, operações psicológicas e operações discursivas, correspondendo, por um lado, no plano abstrato, a *arquétipos psicológicos* e, por outro, no nível concreto, a *tipos linguísticos*<sup>28</sup> que dizem respeito à concretização/verbalização dessas operações do pensamento humano.

Em termos metafóricos, os tipos linguísticos e as suas propriedades constituem a “ponta do icebergue” dos tipos discursivos, ou seja, são aquilo a que temos acesso nos textos empíricos (Rosa, 2018d: 72). Assim, embora as operações psicológicas implicadas na construção dos mundos discursivos sejam de carácter universal, a concretização dos tipos discursivos em tipos linguísticos depende das características e recursos da língua natural em uso.

Como descreve Bronckart ([1997]1999: 78-79), a identificação dos quatro tipos discursivos e a delimitação das suas características linguísticas foram efetuadas a partir da análise de um *corpus* maioritariamente constituído por textos escritos e orais (os segundos em menor número) em francês de géneros convencionais. Embora a recolha dos textos empíricos tenha sido guiada pelo critério da representatividade, Bronckart esclarece o seguinte:

devido à heterogeneidade e à perpetua mobilidade das produções textuais, ainda não existe nenhum procedimento que permita assegurar, *a priori*, esse carácter de representatividade de *corpus* de texto, qualquer que seja a sua amplitude.

Bronckart, [1997]1999: 78

---

<sup>28</sup> Segundo Bronckart ([1997]1999: 156; 165), os tipos linguísticos correspondem ao nível concreto dos tipos discursivos, ou seja, designam os tipos discursivos semiotizados numa língua natural, distinguindo-se do carácter abstrato dos arquétipo psicológicos.

Em termos metodológicos, o trabalho foi desenvolvido em quatro etapas: leitura/observação (aspetos *semânticos*, *léxico-semânticos* e *paralinguísticos*); recorte hipotético de segmentos que pertencem a um determinado tipo discursivo; análises quantitativas (validação do recorte inicial).

As análises quantitativas, por sua vez, foram desenvolvidas em três etapas: grade de análise (recenseamento das ocorrências de 27 categorias linguísticas); análise de variância (significação estatística das diferenças observadas entre tipos discursivos); por um lado, análise discriminante (para uma visão de conjunto da configuração linguística dos tipos) e, por outro, análise fatorial (atesta a classificação provisória inicial dos tipos discursivos) (Bronckart, [1997]1999: 78-79).

## **5.1. Configuração linguística dos tipos discursivos**

Como já mencionado, ao contrário das operações psicológicas implicadas na construção dos mundos discursivos, as propriedades dos tipos linguísticos dependem dos recursos da língua natural em que foram produzidos os textos. Vejamos, então, a configuração linguística dos tipos discursivos em francês, começando pela *ordem do expor* (interativo e teórico), seguindo-se os tipos discursivos da *ordem do narrar* (relato interativo e narração) ([1997]1999: 165-179).

### **5.1.1. Ordem do expor: interativo e teórico**

Como referido atrás, na ordem do expor, a construção das coordenadas temporais que organizam os conteúdos temáticos expressa acontecimentos simultâneos à situação de enunciação, existindo um valor de conjunção temporal. Todavia, como também mencionámos, a organização temporal cruza-se com duas possibilidades de organização agentiva: implicação, no tipo interativo, e autonomia, no tipo teórico. No quadro que se segue, damos conta das unidades linguísticas que caracterizam os dois tipos discursivos em francês.

	<i>Ordem do expor</i>
<b>Interativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Diálogo ou monólogo / oral ou escrito</li> <li>• Turnos de fala nos diálogos</li> <li>• Presença de unidades que remetem para a interação verbal (real ou encenada)</li> <li>• Presença de frases não declarativas (interrogativas, imperativas, exclamativas)</li> <li>• Tempos verbais do plano do discurso (presente, pretérito perfeito do indicativo e futuro perifrástico<sup>29</sup>)</li> <li>• Presença de unidades que remetem para objetos acessíveis no tempo e/ou no espaço (ostensivos, dêiticos espaciais e temporais)</li> <li>• Nomes próprios, verbos, pronomes e adjetivos de 1.ª e 2.ª pessoa (singular e plural) com valor exofórico</li> <li>• densidade verbal elevada e densidade sintagmática baixa</li> </ul> <p>Presença de outras unidades com valor parcialmente discriminativo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ pronome indefinido “on”, como pronome de 1.ª pessoa do singular ou plural</li> <li>○ anáforas pronominais</li> <li>○ auxiliares de modo e outros auxiliares com valor pragmático</li> </ul>
<b>Teórico</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Monologado e escrito</li> <li>• Ausência de frases não declarativas</li> <li>• Tal como no discurso interativo, há a exploração dos tempos verbais do plano do discurso, porém, distingue-se pela predominância das formas do presente e pretérito perfeito com valor genérico</li> <li>• Ausência de unidades que remetem para objetos acessíveis no tempo e/ou no espaço (ostensivos, dêiticos espaciais e temporais)</li> <li>• Ausência de nomes próprios, verbos, pronomes e adjetivos de 1.ª e 2.ª pessoa (singular e plural) com valor exofórico</li> <li>• Possível presença de formas na primeira pessoa do plural (“on”) que remetem para os pólos da interação, mas não para os protagonistas</li> <li>• Organizadores com valor lógico e argumentativo</li> <li>• Modalizações lógicas e presença do auxiliar de modo “poder”</li> <li>• Procedimentos de focalização (metatextuais); procedimentos de referência intratextual e intertextual</li> <li>• Presença de frases passivas</li> <li>• Presença de anáforas pronominais e/ou nominais, bem como procedimentos de referenciação dêitica intratextual</li> <li>• Densidade verbal baixa e densidade sintagmática muito elevada</li> </ul>

**Quadro 10:** configuração linguística dos tipos interativo e teórico; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 165-179)

<sup>29</sup>Como refere Bronckart ([1997]1999: 168), estes três tempos verbais “exprimem a relação que é estabelecida entre o momento dos acontecimentos verbalizados no texto e o momento da tomada da palavra da interação”. Assim, em termos de valor temporal, o presente tem valor de simultaneidade, o pretérito perfeito de anterioridade e o futuro de posterioridade.

### 5.1.2. Ordem do narrar: relato interativo e narração

Na ordem do narrar, a construção das coordenadas temporais que organizam os conteúdos temáticos expressa acontecimentos disjuntos da situação de enunciação, existindo, por isso, um valor de disjunção temporal. Tal como nos tipos discursivos da ordem do expor, a organização temporal cruza-se com duas possibilidades de organização agentiva: implicação, no relato interativo, e autonomia, na narração. No quadro abaixo, damos conta das unidades linguísticas que caracterizam os dois tipos discursivos em francês.

<i>Ordem do narrar</i>	
<b>Relato interativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geralmente monologado (real ou encenado)</li> <li>• Turnos de fala nos diálogos</li> <li>• Presença de unidades que remetem para a interação verbal (real ou encenada)</li> <li>• Ausência de frases não declarativas</li> <li>• Exploração dos tempos verbais do <i>plano do história</i> (Benveniste) ou <i>tempos narrativos</i> (Weinrich): pretérito perfeito, pretérito imperfeito, mais-que-perfeito, futuro simples e futuro do pretérito</li> <li>• Presença de organizadores temporais que decompõem o narrar desenvolvido a partir da origem espaço-temporal, explícita ou não</li> <li>• Presença de pronomes e adjetivos de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoa (singular e plural) que remetem para os protagonistas da interação verbal do relato</li> <li>• Presença de anáforas pronominais, por vezes, associadas a anáforas nominais (com repetição fiel do antecedente)</li> <li>• Densidade verbal elevada (semelhante ao discurso interativo) e densidade sintagmática baixa.</li> </ul>
<b>Narração</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geralmente escrito e sempre monologado</li> <li>• Presença exclusiva de frases declarativas</li> <li>• Exploração dos tempos verbais do <i>plano da história</i>, com predominância das formas do pretérito perfeito e imperfeito (marcação de isocronia e contrastes aspetuais); formas no pretérito mais-que-perfeito composto (na marcação de relação retroativa) e futuro do pretérito (em português); e formas complexas (auxiliar no imperfeito + infinitivo), na marcação de relação de projeção</li> <li>• Tal como no relato interativo, presença de organizadores temporais que decompõem o narrar desenvolvido a partir da origem espaço-temporal, explícita ou não</li> <li>• Ausência de pronomes e adjetivos de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoa (singular e plural) que remetam para o produtor ou destinatário do texto</li> <li>• Presença conjunta de anáforas pronominais e anáforas nominais (por substituição lexical)</li> <li>• Densidade verbal média e densidade sintagmática média</li> </ul>

**Quadro 11:** configuração linguística dos tipos relato interativo e narração; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 165-179)

A configuração linguística dos tipos discursivos apresentada corresponde às unidades linguísticas que os concretizam e caracterizam em francês. Tendo em conta que uma forma linguística pode ser comum a mais do que um tipo, para a identificação de um tipo discursivo, é necessário, por um lado, analisar a forma como interagem as unidades linguísticas e não apenas a ocorrência de uma unidade isolada e, por outro, considerar que um tipo discursivo pode ser identificado a partir da ocorrência de apenas parte destas unidades. Isto significa, por exemplo, que num segmento do tipo interativo é bastante provável que não ocorram todas as unidades linguísticas que o caracterizam, mas apenas parte delas.

Embora os estudos realizados comprovem que os arquétipos discursivos são identificáveis em textos produzidos em outras línguas, verifica-se que a marcação linguística dos tipos varia consoante os recursos da língua natural em causa. Apesar de a caracterização efetuada por Bronckart (1997) dizer respeito às formas e construções linguísticas associadas aos tipos discursivos em textos do francês, na tradução da obra do autor (Bronckart, [1997]1999), já são tidas em conta algumas das particularidades linguísticas do português. Porém, ainda que a caracterização apresentada integre essas adaptações, não deixa de ser necessário efetuar trabalhos que analisem a configuração linguística dos tipos discursivos em português europeu. Ainda que este não seja o objetivo central da presente investigação, julgamos que as análises efetuadas poderão constituir um contributo neste âmbito.

## **5.2. Modalidades de articulação, tipos mistos e variantes dos tipos discursivos**

A classificação e caracterização dos tipos discursivos levantam algumas questões e desafios, nomeadamente no que diz respeito às *variações dos tipos discursivos* e à *permeabilidade/impermeabilidade das suas fronteiras* (Bronckart, [1997]1999: 187). Para Bronckart, os tipos discursivos têm grande importância na organização textual, distinguindo-se os *textos homogêneos* (constituídos por um só tipo) dos *textos heterogêneos* (constituídos por vários tipos) (Bronckart [1997]1999: 252-253). Segundo o autor, a maioria dos textos é composta por vários tipos discursivos e, nestes casos, os textos integram um tipo principal e um ou vários tipos discursivos secundários, que, por sua vez, podem ter outros tipos secundários subordinados. Bronckart identifica duas

modalidades gerais de articulação de um tipo secundário ao tipo principal: *encaixe e fusão* (Bronckart [1997]1999: 120-121). Em encaixe, os tipos de discursivos emergem delimitados e ordenados, ou seja, é explícita a relação de dependência e subordinação entre os segmentos. Essa relação entre os segmentos pode ser evidenciada através de mecanismos gráficos (como, por exemplo, parágrafos, espaçamento), pontuação ou mecanismos linguísticos, como, por exemplo, organizadores textuais linguísticos, aspeto que procuramos evidenciar na análise apresentada. Em fusão, os diferentes tipos de discursivos integram-se num mesmo segmento, não sendo, por isso, claras as suas fronteiras. Nestes casos, num só segmento coocorrem marcas de diferentes tipos discursivos, sem que seja possível identificar quando é que começam e acabam, constituindo tipos mistos. Enquanto em encaixe os tipos discursivos emergem *delimitados e ordenados*, em fusão, os tipos discursivos fusionam-se em *modalidades variáveis* (Bronckart, [1997]1999: 253-254). Como o autor sublinha, “devido ao número e à diversidade dos tipos, essas modalidades de articulação são os elementos essenciais que permitem apreender a homogeneidade-heterogeneidade dos textos” (Bronckart, [1997]1999: 252-253). Neste sentido, por um lado, as operações constitutivas dos tipos discursivos parecem poder ser resumidas a decisões de carácter binário, por outro, diversos textos permitem atestar que, em alguns segmentos, os tipos discursivos não são totalmente diferenciáveis, ou seja, sobrepõem-se e/ou aparecem fusionados (Bronckart, [1997]1999: 187). Para Bronckart, é, assim, possível identificar variantes e diferentes possibilidades de fusão de tipos discursivos. Vejamos, então, em primeiro lugar, as variantes e as possibilidades de fusão do tipo interativo.

<b>Variantes do tipo interativo</b>	<p><b>Tipos interativos primários (autênticos)</b></p> <p><i>Um mundo discursivo específico é constituído e relacionado com o mundo ordinário dos agentes da interação.</i></p> <p><i>As instâncias de agentividade mobilizadas remetem diretamente para os participantes da interação (deixis externa).</i></p>	<p><b>Géneros/textos</b></p> <p><i>Géneros orais (conversação, entrevista...)</i></p>
	<p><b>Tipos interativos secundários</b></p> <p><b>a)</b> <i>Constituídos por segmentos de discurso direto, frequentemente encaixados em discurso relato interativo ou narração (discursos principais); depende da construção de um mundo específico que não se desenvolve no mundo ordinário (deixis interna).</i></p>	<p><b>a)</b> <i>Géneros escritos (romance, novela, conto...)</i></p> <p><b>b)</b> <i>Género peça de teatro</i></p>

	<b>b)</b> <i>Constituído pelo discurso interativo, originalmente escrito, relacionando-se com um mundo ordinário “representado”: o mundo das personagens e dos acontecimentos que serão colocados em cena.</i>	
<b>Fusão do tipo interativo</b>	<b>Fusão do tipo interativo e do tipo teórico (misto interativo-teórico)</b>  <i>Constituído pela ocorrência simultânea de unidades linguísticas características dos dois tipos discursivos, sem que estejam delimitadas as fronteiras entre estes.</i>	<i>Exposições orais (científicas, pedagógicas, políticas) e exposições escritas (manuais, editoriais, etc.)</i>

**Quadro 12:** variantes do tipo interativo e tipo misto interativo-teórico; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 187-189)

Conforme se apresenta no quadro acima, a principal diferença entre os tipos interativos primários e os tipos interativos secundários é que, enquanto nos primeiros, os segmentos remetem diretamente para o mundo ordinário dos participantes da interação, nos segundos, os segmentos remetem para personagens e ações textualizadas, sendo pertencentes a um mundo textualmente construído. Relativamente à fusão dos tipos interativo e teórico, nestes casos, no mesmo segmento ocorrem marcas características dos dois tipos discursivos, não sendo possível identificar as fronteiras que os separam, constituindo um tipo misto interativo-teórico. Embora o mundo discursivo do tipo teórico tenda a ser autónomo do mundo ordinário, essa autonomia nunca é verdadeiramente absoluta, sendo, por isso, identificáveis diferentes níveis de autonomia. A propósito disto, Bronckart ([1997]1999: 191) dá como exemplos a forma como o sujeito empírico aparece implicado na assinatura peritextual, elemento recorrente em vários géneros, e o modo como são apresentados os posicionamentos do autor. Para Bronckart ([1997]1999: 193-194), o fusionamento dos dois tipos discursivos, teórico e interativo, decorre da necessidade do autor, por um lado, expor informações/verdades autónomas da situação de produção e, por outro, solicitar a atenção do destinatário/recetor do texto, sendo, por isso, habitual em textos produzidos na modalidade oral, mas também em textos escritos, sobretudo, em textos de carácter didático.

Por outro lado, em alguns casos, os dois tipos discursivos, teórico e interativo, ocorrem nos textos de forma totalmente delimitada, constituindo, desta forma, uma variante do tipo teórico.

<b>Variante do tipo teórico</b>	<b>Intercalação teórico-interativo</b> <i>Intercalação entre segmentos com características de discurso teórico e segmentos com marcas do discurso interativo.</i>	<b>Gêneros/textos</b> <i>Monografia científica (os segmentos de discurso teórico são entrecortados por segmentos de discurso interativo monologados).</i>
---------------------------------	--	--

**Quadro 13:** variante do tipo teórico; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 190-193)

Quanto ao relato interativo, Bronckart, tal como no tipo interativo, distingue os relatos interativos primários dos relatos interativos secundários.

<b>Variantes do relato interativo</b>	<b>Relatos interativos primários</b> <i>O mundo dos acontecimentos relatados relaciona-se com o mundo ordinário dos participantes da interação</i> <i>A instâncias de agentividade mobilizadas remetem para os participantes (deixis externa)</i>	<b>Gêneros / textos</b> <i>Gêneros orais (intervenção política, conversação, entrevista...)</i>
	<b>Relatos interativos secundários</b> <i>Encaixados em segmentos de discursos interativos, o mundo discursivo relaciona-se com os parâmetros da interação no discurso interativo secundário (deixis interna)</i>	<i>Gêneros escritos (romance, peça de teatro...)</i>

**Quadro 14:** variantes do relato interativo; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 190-193)

A diferença entre os relatos interativos primários e secundários reside no tipo de relação que os parâmetros de interação estabelecem, ou seja, enquanto nos primários se relacionam com o mundo ordinário, nos secundários relacionam-se com os parâmetros da interação no discurso interativo secundário. Quanto ao tipo narração, Bronckart distingue duas variantes e um tipo misto.

<b>Variantes do tipo narração</b>	<b>a)</b> <i>constituído pronomes de 1.ª pessoa, mas sem pronomes de 2.ª pessoa; estes pronomes têm uma função interna, pois remetem para a instância que assume a atividade narrativa, estabelecendo-se uma relação de identidade entre o narrador e a(s) personagem(s) da história, não remetendo, assim, para o autor empírico.</i>
-----------------------------------	--



	b) <i>constituído pelas ocorrência que têm como tempo base uma forma particular de presente (presente histórico, presente dramático, presente de narração).</i>	
<b>Fusão do tipo narração</b>	<b>Fusão dos tipos narração e teórico</b> <b>Tipo misto narrativo-teórico</b> <i>Quando simultaneamente são abordados acontecimentos históricos e expostas informações atuais, ocorrendo características linguísticas dos dois tipos discursivos no mesmo segmento.</i>	<b>Gêneros/textos</b> <i>Obras históricas e monografias científicas</i>

**Quadro 15:** variantes do tipo narração e tipo misto narrativo-teórico; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 195-209)

Conforme foi exposto, os tipos discursivos apresentam algumas variações, podendo emergir de forma particular e articularem-se em modalidades variáveis. Para uma visão de conjunto dessas possibilidades, apresentamos o Quadro 16.

		<b>Organização temporal</b>	
		<b>Conjunção EXPOR</b>	<b>Disjunção NARRAR</b>
<b>Organização agentiva</b>	<b>Implicação</b>	Tipo interativo Primários Secundários: a) e b) <div>Misto interativo-teórico</div>	Relato interativo Primários Secundários
	<b>Autonomia</b>	<div>Tipo teórico</div> Intercalação teórico-interativo <div>Misto narrativo-teórico</div>	Narração a) b)

**Quadro 16:** variantes dos tipos discursivos e tipos mistos

De acordo com este quadro, todos os tipos discursivos têm variantes, mas apenas três, o teórico, o interativo e narração, podem, aparentemente, fusionar-se com outros. Deste ponto de vista, o relato interativo não pode, em princípio, fusionar-se com nenhum dos outros tipos discursivos. Por outro lado, os tipos discursivos parecem também ter alguns contrangimentos quanto aos tipos com que se podem articular em fusão. O tipo interativo só se funde com o tipo teórico, que, por sua vez, pode articular-se em fusão também com o tipo narração. Por outro lado, podemos inferir que os tipos interativo-teórico e narrativo-teórico constituem, simultaneamente, tipos mistos dos dois tipos discursivos, ou seja, o tipo interativo-teórico é um tipo misto do tipo interativo e do tipo teórico e o tipo narrativo-teórico é um tipo misto dos tipos narração e teórico. Neste âmbito, para definir a que tipo discursivo pertence, podemos ter como critério a distinção entre tipo principal e tipo secundário. Embora não seja claro o que nos permite distinguir o tipo principal do tipo secundário, parece-nos que Bronckart assume um critério de ordem intuitiva, ou seja, o tipo que predomina no texto é o principal e aquele que lhe está subordinado é o secundário.

Relembrando que os quatro tipos discursivos puros verbalizam operações psicológicas, correspondendo a “modalidades de organização do conhecimento (registro gnosiológico)” (Bronckart, 2017b: 48), podemos, por um lado, inferir que os tipos de segundo nível (as variantes e tipos mistos) traduzem uma complexificação dessas operações e, por outro, questionar se não existem outras variantes, tipos mistos e outras modalidades de articulação que concretizam operações do pensamento humano mais complexas, como, por exemplo, a fusão de mais do que dois tipos discursivos no mesmo segmento, a intercalação do tipo teórico com os tipos narração e relato interativo, ou a fusão do relato interativo com diferentes tipos discursivos. Embora sejam apenas hipóteses, julgamos que devem ser exploradas, a partir da análise de textos empíricos, pois são estes que nos permitem atestar a possibilidades e impossibilidades dos tipos discursivos.

### **5.3. Tipos discursivos e géneros de texto**

Para Bronckart, os géneros de texto, considerando a sua maleabilidade, dinamismo e heterogeneidade, não podem ser objeto de uma classificação estável e

definitiva. Além disso, o autor defende que “é unicamente ao nível desses segmentos [tipos discursivos] que podem ser identificadas regularidades de organização linguísticas” (Bronckart, [1997]1999: 138). Deste ponto de vista, apesar de os tipos discursivos entrarem na constituição de qualquer género, no ISD, assume-se que não é possível estabelecer uma relação biunívoca entre os géneros de texto e os tipos discursivos, ou seja, não podemos identificar os géneros textuais a partir da ocorrência dos tipos discursivos. Contudo, entre os tipos discursivos e os géneros de texto há uma relação necessária, ou seja, um género é sempre constituído por um ou mais tipos discursivos. Esta relação vinculativa, como observa Miranda (2008: 87), está também subjacente nas próprias noções de *géneros de texto* e de *tipos discursivos*: por um lado, a noção de *género* como “configuração de escolhas” implica a seleção dos tipos discursivos e, por outro, na definição de tipos discursivos como “segmentos constitutivos de um género”. Segundo Miranda (2008: 87):

O termo ‘constitutivo’ indica, então, uma relação vinculativa necessária, de modo que os tipos de discurso não seriam simples configurações eventuais nos géneros, mas constituintes fundamentais. Poder-se-ia dizer, portanto, que um primeiro modo ou nível de relação entre géneros e tipos é esta espécie de ligação em que uns estão constitutivamente vinculados aos outros. Isto implica que os géneros mobilizam sempre, e necessariamente, pelo menos um tipo de discurso.

Por outro lado, como se observou no ponto anterior, Bronckart, para explicitar a marcação linguística dos tipos discursivos, das variantes e dos tipos mistos, refere géneros em que os tipos de primeiro e de segundo nível ocorrem. De acordo com o autor, os tipos interativos primários ocorrem em géneros orais, como, por exemplo, *entrevista*, *conversação*, *intervenção política* (Bronckart, [1997]1999: 187), o primeiro subconjunto dos tipos interativos secundários está associado a géneros escritos como o *romance*, *novela* ou *conto* e o segundo subconjunto ocorre no género *peça de teatro* (Bronckart, [1997]1999: 188-189). Mais à frente, a propósito do tipo misto interativo-teórico, Bronckart ([1997]1999: 192) refere que este ocorre no âmbito de exposições orais e em exposições escritas, como, por exemplo, *manuals*, *editoriais*, *brochuras* etc). Já os relatos interativos primários são associados pelo autor a géneros orais (*intervenção política*, *conversação* e *entrevista*), enquanto os secundários, ocorrem em géneros escritos (*romance* e *peça de teatro*) (Bronckart, [1997]1999: 194). Quanto ao tipo narrativo teórico, na caracterização apresentada pelo autor, aparece associado a obras históricas e

à *monografia científica*, género a que também é associado o tipo misto interativo-teórico (Bronckart, [1997]1999: 209).

Além disso, a propósito da distinção de textos homogêneos e textos heterogêneos, Bronckart refere o seguinte:

Podem ser considerados homogêneos os exemplares de texto que são compostos por um único e mesmo tipo de discurso. Pertencem a este primeiro subconjunto os **exemplares do género conto, romance, novela, etc., compostos exclusivamente** pelo tipo narração e nos quais não aparece, portanto, nenhum segmento de discurso relatado nem nenhum segmento de comentário de autor. Pertencem também ao subconjunto dos textos homogêneos os **exemplares do género enciclopédia, dicionário, etc., compostos exclusivamente** pelo tipo discurso teórico (...)

Bronckart, [1997]1999: 253; **negrito nosso**

A partir destas afirmações, podemos inferir que as relações entre géneros de texto e tipos discursivos não são totalmente aleatórias. Isto significa que determinados géneros tendem a ser compostos por tipos discursivos específicos, existindo, assim, alguma previsibilidade nos tipos discursivos que podem ou não ocorrer num dado género, como também sublinham as seguintes afirmações de Bronckart.

Um mesmo tipo discursivo pode, portanto, aparecer como elemento constitutivo de numerosos géneros diferentes. A narração, por exemplo, aparece, geralmente, como tipo principal nos géneros romance, novela, conto, policial, etc., mas pode também aparecer como tipo menor nos géneros enciclopédia, manual, monografia, monografia científica, etc., mas aparece, também frequentemente, como tipo secundário nos géneros romance, conto, novela, etc.

Bronckart, [1997]1999: 250

Embora o autor refira que os tipos discursivos não são exclusivos de um género, ao sublinhar que um só tipo pode ocorrer num grande número de géneros, não deixa de associar a ocorrência dos tipos discursivos a géneros específicos, bem como o número de tipos que são mobilizados, evidenciando que a sua ocorrência em determinados géneros é relativamente estável e previsível.

Tal como observa Miranda (2008: 87):

Isto permite considerar que não é qualquer tipo de discurso que aparece em qualquer género, mas que os géneros de texto estabilizam a mobilização de determinado(s) tipo(s) de discurso. Assim, haveria um ‘recorte’ operado no plano praxiológico. De facto, a opção por tipos de discurso específicos poderia ser vista como uma das escolhas que – organizadas em feixe – constituem uma configuração genérica particular.

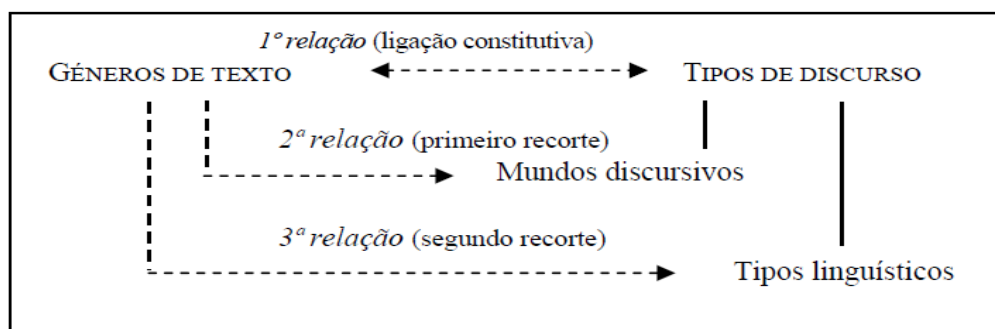
Nesta perspetiva, podemos questionar se a ocorrência dos tipos discursivos não nos possibilita, em parte, a identificação de um género e, em que medida, a inscrição genérica dos textos determina a maior ou menor previsibilidade na ocorrência dos tipos discursivos. Como referido inicialmente, embora Bronckart não tenha aprofundado as relações entre géneros de texto e tipos discursivos, nos trabalhos mais recentes, o autor foca a necessidade de “identificar os recursos do sistema da língua que são utilizados de modo privilegiado para os géneros X e os recursos usados de modo privilegiado pelos tipos” (Bronckart, 2008: 41).

Neste sentido, considerando que os tipos discursivos são constitutivos de qualquer género, a identificação dos recursos da língua privilegiados num dado género passa também pela identificação dos tipos discursivos, que, por sua vez, implicam a mobilização de recursos de uma língua natural. Por outro lado, a necessidade de identificar os recursos privilegiados pelos tipos conduz-nos a uma outra questão: a de saber se um tipo discursivo, ao ser mobilizado em diferentes géneros, apresenta especificidades, isto é, uma configuração linguística específica. Além disso, mais recentemente, Bronckart sublinha o seguinte:

Enfim, resta um enorme trabalho a ser feito para identificar os níveis da organização dos textos nos quais se manifestam os traços da genericidade, as eventuais restrições de seleção sobre os tipos de discurso (na nossa perspectiva) ou os tipos de sequências (na de Adam), às eventuais seleções de subparadigmas lexicais, passando por outros aspectos ainda da complexa organização dos textos/discursos.

Bronckart, 2017b: 50

Para estas questões, são especialmente relevantes os trabalhos de Miranda (2007; 2008). Segundo a autora, podemos identificar três níveis de articulação entre géneros de texto e tipos discursivos, conforme evidencia o seguinte esquema:



**Esquema 9:** relações entre géneros de texto e tipos discursivos; extraído de Miranda (2008: 98)

No primeiro nível, sublinha-se a relação vinculativa entre os géneros e tipos discursivos, dada a sua inseparabilidade. Quanto ao segundo nível, este corresponde à escolha de um ou mais mundos discursivos, da ordem do narrar, da ordem do expor ou em ambas. Já o terceiro nível de articulação diz respeito à seleção de unidades linguísticas específicas para cada género, consoante o(s) mundo(s) discursivo(s) escolhido(s) (Miranda, 2008: 98).

Os trabalhos de Miranda fornecem, assim, pistas pertinentes, ao demonstrar, por exemplo, que o tipo interativo apresenta uma configuração linguística específica em determinados géneros. Porém, em consonância com os objetivos do presente trabalho, a autora sublinha o seguinte:

Seria preciso, neste sentido, aprofundar a descrição das unidades linguísticas e identificar os factores que intervêm nessa espécie de recorte, quer no plano das influências dos factores contextuais, quer no que diz respeito às restrições do próprio sistema da língua natural. Além disso, seria preciso ainda observar se esta hipótese pode ser colocada relativamente aos restantes tipos de discurso (teórico, narração e relato interativo). Esta pista de investigação junta-se a outras acima mencionadas, por exemplo, o aprofundamento do trabalho de caracterização dos tipos de discurso em outros géneros e em diversas línguas.

Miranda, 2008: 99

Neste sentido, o presente trabalho de investigação objetiva, por um lado, averiguar se a ocorrência dos tipos discursivos indicia a inscrição genérica dos textos, assim como os fatores que determinam a sua maior ou menor regularidade, nomeadamente o funcionamento social dos géneros e os parâmetros contextuais e, por outro, analisar a configuração linguística dos tipos discursivos nos diferentes géneros, tendo em vista a identificação de eventuais especificidades.

Por outro lado, na nossa perspetiva, tendo em conta que um só tipo discursivo é transversal a vários géneros, para a distinção e caracterização dos géneros de texto, é necessário articular a análise da ocorrência dos tipos discursivos com uma outra propriedade constitutiva de qualquer texto de qualquer género: o plano de texto.

#### 5.4. Tipos discursivos e plano de texto

Embora no quadro do ISD não se aborde muito a relação entre tipos discursivos e plano de texto, ambas as noções, como vimos, integram a *infraestrutura geral* – camada mais profunda do modelo da arquitetura interna dos textos. Se, por um lado, Bronckart sublinha o papel do plano de texto na organização do conteúdo temático, por outro, também refere que o plano é determinado “pela combinatória dos tipos de discurso, das sequências e das outras formas de planificação que ocorrem no texto” (Bronckart, [1997]1999: 120). Por outro lado, no nível global, o texto pode ser constituído por um tipo ou mais tipos discursivos (Bronckart, [1997]1999: 247). Neste sentido, se, por um lado, quando o texto é constituído por um tipo discursivo, o plano do texto confunde-se com o plano do discurso, por outro, como refere o autor, “quando um texto comporta vários tipos de discurso, o plano geral que o organiza é, geralmente, de enorme complexidade” (Bronckart, [1997]1999: 247). Bronckart apresenta alguns exemplos que ilustram esta complexidade, nomeadamente, quando há dupla subordinação dos tipos discursivos, como no caso das monografias científicas, nas quais ocorre o teórico como tipo principal que se organiza numa sucessão de esquematizações, nas quais podem também ocorrer segmentos de narração. Para o autor, dadas as múltiplas possibilidades de combinação dos tipos discursivos e de outras formas de planificação, não é possível classificar os planos de texto. Contudo, Bronckart acaba por associar os tipos discursivos a modos de planificação específicos: por um lado, a ordem do narrar (relato interativo e narração) ao script (modo mínimo de planificação) e à sequência narrativa (forma convencional de planificação) e, por outro, na ordem do expor, associa a sequência dialogal ao tipo interativo dialogado, enquanto as esquematizações (modo mínimo de planificação) e a sequência injuntiva, argumentativa e explicativa (formas de planificação convencionais) associa aos tipos teóricos, mistos interativo-teórico e interativos monologados.

Porém, como reconhece o autor, a análise que faz do plano de texto não considera a ocorrência dos tipos discursivos, nem outras formas de planificação, mas tendo em conta a codificação num resumo do conteúdo temático (Bronckart, [1997]1999: 248). Neste sentido, embora os tipos discursivos sejam organizados pelo plano de texto, analisar o

modo como é organizado o conteúdo temático não implica, necessariamente, a análise dos tipos discursivos. Contudo, tendo em conta o seu papel na organização dos tipos, parece-nos, assim, necessário dar conta em que medida as propriedades do plano de texto determinam a ocorrência dos tipos discursivos. Importa, também, sublinhar, por um lado, que o plano de texto, tal como os tipos discursivos, é constitutivo de qualquer texto de qualquer género e que as suas propriedades dependem de múltiplos fatores, nomeadamente da maior ou menor fixação dos géneros, que, por sua vez, dependem, em grande medida, do funcionamento social do género, como referimos anteriormente. Neste sentido, a questão que se coloca é saber como é que essas propriedades se refletem na ocorrência dos tipos discursivos.

A respeito disto, é especialmente relevante o trabalho de Coutinho (2004c), no qual a autora analisa a ocorrência da *ordem do expor* em dois géneros académicos (o *artigo didático* e o *artigo científico*). A partir da análise de exemplares dos géneros, a autora observa que, embora tipo teórico seja predominante em ambos, a emergência do tipo interativo é distinta. Como conclui Coutinho (2004c), enquanto nos artigos didáticos, “o discurso interactivo emerge de forma mais ou menos pontual, de acordo com necessidades ou estratégias de condução do destinatário, sem obedecer a outra regularidade identificável”, nos artigos científicos, o tipo interativo emerge “em momentos-chave do plano, como a abertura e a conclusão de unidades macroestruturais” (Coutinho, 2004c: 9). Além disso, a autora observa ainda que a emergência do tipo interativo está “diretamente associada ao próprio processo de investigação em curso, a implicação do agente produtor (investigador) faz-se preferencialmente nos momentos do texto em que a investigação é tematizada enquanto tal” (Coutinho, 2004c: 14). Estes resultados demonstram, assim, que a emergência dos tipos de discursivos é regulada pelo plano de texto e, por isso, é distinta nos dois géneros. Assim, a articulação destas duas propriedades – plano de texto e tipos discursivos – inerentes a qualquer texto de qualquer género poderá contribuir para a caracterização e diferenciação dos géneros textuais.

É nesta perspetiva que neste trabalho de investigação desenvolvemos um instrumento de análise dos textos e dos géneros que visa contribuir para caracterização diferencial dos géneros textuais, tendo em vista a sua aplicabilidade, por um lado, no âmbito da didática dos géneros e, por outro, na atividade de revisão textual: a noção de *padrão discursivo* – instrumento de análise apresentado e desenvolvido na segunda parte deste trabalho. Contudo, antes disso, tendo em conta duplicidade de objetos de análise e



o objetivo deste trabalho, é necessário considerar alguns dos aspetos que envolvem a descrição e análise de textos e de géneros, assim como os trabalhos que têm abordado esta questão.

## 6. Descrever e analisar textos e géneros

Para Bronckart ([1997]1999: 73), os géneros de texto, devido ao seu carácter histórico, à sua diversidade e mutabilidade, não podem ser objeto de uma classificação estável e definitiva. Segundo o autor, “o critério mais objetivo que poderia ser identificado para identificar e classificar os géneros de texto é o das **unidades** e das **regras linguísticas específicas** que mobilizam.” (Bronckart, [1997]1999: 74). Por outro lado, Bronckart sublinha que os critérios linguísticos também não são suficientes para definir o género a que pertence um texto.

Porém, embora a classificação dos géneros não seja uma tarefa isenta de dificuldades, esse facto não impossibilita a sua descrição, como sublinham Coutinho e Miranda (2009):

Without questioning the validity of these arguments, nonetheless, methodologically, the impossibility of any exhaustive classification of genres does not necessarily correspond to a radical impossibility of description.

Coutinho & Miranda, 2009: 36

Contudo, os instrumentos de análise do ISD, em particular, o *modelo da arquitetura textual*, do qual já falámos, foram concebidos para a descrição de textos, não implicando, desta forma, a sua inscrição genérica, embora nos trabalhos mais recentes, Bronckart tenha vindo a sublinhar a necessidade de analisar as características próprias dos géneros textuais (Bronckart 2008: 41).

Como observam Coutinho & Miranda (2009: 39):

Jean-Paul Bronckart has underlined systematically that between an empirical text and the genre that it depends on is established a double relation of adoption and of adaptation, as the situation is realized by the producer. However, separating textual architecture from the notion of genre obscures where and how the adoption and the adaptation are done.

Deste ponto de vista, embora no ISD se enfatize que os textos empíricos resultam deste duplo processo de seleção e adaptação de um modelo de género, este instrumento de análise, o modelo da arquitetura textual, como vimos, não permite observar a relação entre o modelo selecionado/adaptado e as propriedades do texto empírico.

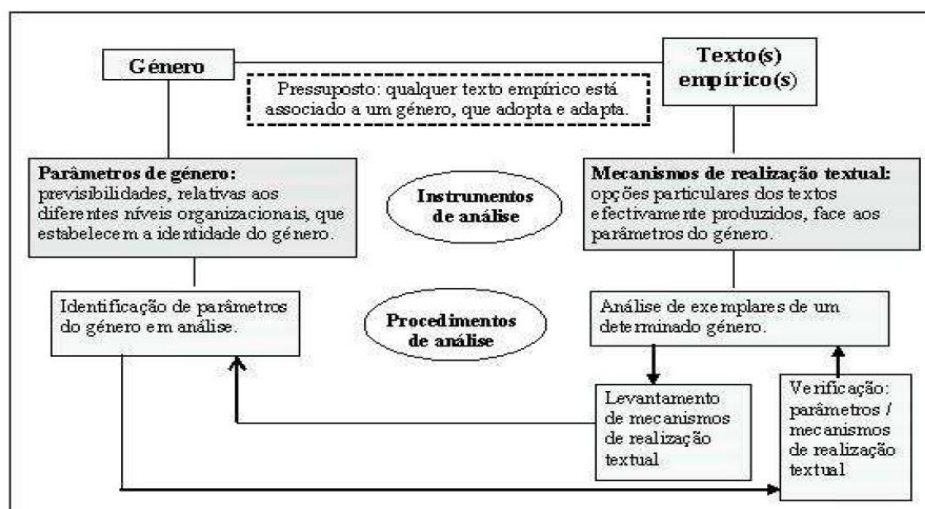
Além disso, como sublinha Coutinho (2007: 39), o facto de qualquer texto se inscrever num género conduz-nos à necessidade “(...) de pensar, em termos metodológicos, a viabilidade de descrição de géneros de texto.”. Neste sentido, para descrever géneros, é necessário analisar os textos empíricos e a forma como estes assumem as características dos géneros textuais. Neste âmbito, são especialmente relevantes as noções de *parâmetros de género* e de *mecanismos de realização textual*, propostas e desenvolvidas em Coutinho *et al.* (2005).

De acordo com Coutinho:

(...) são estas noções que sustentam a possibilidade de dar conta de dois tipos de objectos diferentes, apesar de muito próximos: por um lado, os géneros, destituídos de realidade ontológica e funcionando como factores de (relativa) estabilidade e normatividade; por outro, os textos empíricos que, aproveitando as possibilidades de variação genérica, constituem sempre, em última análise, casos singulares.

Coutinho, 2007: 644

Estas duas noções integram um modelo de análise desenvolvido no âmbito do projeto GeTOC (*géneros textuais e organização do conhecimento*), inserido no trabalho do Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa, que procura dar conta, simultaneamente, da descrição dos textos e dos géneros (Coutinho, 2005 *et al.*; 2007).



**Esquema 10:** GeToc – instrumentos e procedimentos de análise, extraído de Coutinho *et al.* (2005)

Com este instrumento, pretende-se, assim, articular a descrição de textos com a descrição de géneros. Porém, como sublinha Coutinho (2007: 645):

(...) sem pretender qualquer fixação da maleabilidade e mutabilidade características da categoria género: com efeito, a distinção entre parâmetros de género e mecanismos de realização textual permite captar a variação (sincrónica) e, nessa mesma medida, contribuir para a possibilidade de a perspectivar diacronicamente (identificando então o processo de mudança genérica).

Neste sentido, conforme é apresentado no esquema acima, os parâmetros de género correspondem às “caraterísticas previsíveis que constituem a identidade do género” e os mecanismos de realização textual dizem respeito às “opções particulares dos textos efetivamente produzidos, face aos parâmetros do género” (Coutinho, 2006: 7). Porém, como nota Miranda (2010: 153), não é possível estabelecer uma relação biunívoca entre os parâmetros de género e os mecanismos de realização textual, dado que o mesmo parâmetro pode ser atualizado através de diferentes mecanismos e os mecanismos dependem das opções individuais e da singularidade de cada texto. É através dos mecanismos de realização textual que reconhecemos os parâmetros que indiciam a “identidade genérica”, ou seja, estes mecanismos desempenham a função de *marcadores de género* (Miranda, 2007: 1046; 2010: 154-155). Segundo Miranda:

a noção de “marcador de gênero” dá conta do funcionamento dos mecanismos de realização textual no processo de recepção/interpretação dos textos (incluindo as situações de crítica e/ou análise textual). Os mecanismos funcionam como (ou têm o papel de) marcadores de gênero na medida em que permitem identificar traços que se associam especificamente a um gênero. Sendo assim, o marcador é um mecanismo semiótico (de qualquer espécie) que funciona como pista ou indício da atualização de um parâmetro genérico com valor distintivo.

Miranda, 2007: 1046

Quanto ao tipo de marcadores, Miranda (2007: 1046; 2010: 155) distingue os *marcadores auto-referenciais* dos *marcadores inferenciais*. Os primeiros são aqueles que rotulam de forma explícita a categoria genérica do texto, como, por exemplo, as etiquetas genéricas que ocorrem no peritexto (*artigo de opinião, crónica, notícia, receita, revisão crítica*, entre outros), bem como os sintagmas nominais que ocorrem no corpo do texto e remetem de forma explícita para a categoria genérica do texto (“o presente artigo”, “nesta dissertação”). Os segundos, os marcadores inferenciais, ao contrário dos anteriores, indiciam de forma implícita a categoria genérica a que pertence o texto, ou seja,

geralmente, para identificar o género a que pertence o texto, é necessário identificar mais do que um marcador. Assim, se os textos não possuem marcadores auto-referenciais, são os marcadores inferenciais que permitem averiguar se os textos possuem características específicas e delimitar o género a que pertencem. Além disso, Miranda (2007: 1046) sublinha o seguinte:

Em princípio, qualquer classe de mecanismo de realização textual pode vir a ser marcador de género (o léxico, a sintaxe, a organização enunciativa, os mecanismos de apresentação material como a tipografia e a variação cromática, etc.).

Deste ponto de vista, os tipos discursivos e o plano de texto, duas propriedades dos textos e dos géneros, poderão constituir marcadores de género. Aliás, Coutinho (2006) sublinha que os tipos discursivos podem ter um papel relevante como parâmetros de género. Como já referimos, também Silva (2016), por seu lado, refere que o plano de texto constitui uma das propriedades que mais contribui para caracterização dos géneros.

Neste sentido, na segunda parte deste trabalho, iremos averiguar se o padrão discursivo, que resulta da articulação dos tipos discursivos e plano de texto, indicia a “identidade genérica” dos textos, constituindo um marcador inferencial de género, contribuindo, assim, para a caracterização diferencial dos géneros textuais.

### III. A NOÇÃO DE PADRÃO DISCURSIVO: TEXTOS E GÊNEROS EM

#### ANÁLISE

Sustentada pela exposição teórico-metodológica do capítulo anterior, neste capítulo, apresentamos a análise dos textos e dos gêneros, privilegiando, tal como na primeira parte, e, em conformidade com a perspectiva de complexidade assumida, uma abordagem descendente, isto é, partindo do social e contextual para o linguístico.

Para tal, a análise é desenvolvida em três pontos: *gêneros e atividades, parâmetros contextuais e padrão discursivo*. O primeiro ponto contempla o funcionamento social dos gêneros, partindo da sua gênese até à identificação da rede de atividades. No segundo ponto, procede-se ao levantamento dos parâmetros contextuais físicos e sociossubjetivos. O terceiro ponto é dedicado à análise do padrão discursivo dos textos e dos gêneros, sendo esta, como referido inicialmente, desenvolvida em três momentos – análise qualitativa de textos, análise qualitativa de gêneros e análise quantitativa – e contemplando os seguintes aspetos:

- plano de texto (distribuição do conteúdo temático/secções);
- tipos discursivos (primeiro nível, tipos mistos, variantes, modalidades de articulação);
- condições de emergência dos tipos discursivos (momentos do plano em que ocorrem);
- configuração linguística dos tipos discursivos.

Por fim, partindo do pressuposto de que os gêneros de texto e o conhecimento das suas características são relevantes para domínios disciplinares distintos, apresentamos dois exemplos da aplicabilidade do padrão discursivo, por um lado, na atividade de revisão textual e, por outro, no âmbito da didática dos gêneros. Assim, tendo os gêneros textuais como elo entre estes dois domínios disciplinares distintos, espera-se, desta forma, demonstrar, por um lado, que o padrão discursivo pode ser uma das dimensões ensináveis

dos géneros e, por outro, que o conhecimento desta dimensão pode ser relevante para o trabalho do revisor.

### **A: apresentação do *corpus*: textos e géneros em análise**

Dado que se pretende testar a aplicabilidade do padrão discursivo a um número alargado de textos e de géneros, a delimitação do *corpus* foi guiada pelo critério da genericidade<sup>30</sup>.

O *corpus* monolingue é constituído por 80 textos escritos do português europeu, produzidos entre 2009 e 2017, recolhidos entre 2016 e 2017, e inscritos em oito géneros: *artigo científico*, *póster científico*, *chamada de trabalhos*, *bula de medicamento*, *rótulo de embalagem de medicamento*, *rótulo de embalagem de tabaco*, *projeto de lei* e *edital*.

Os textos inscritos no género *artigo científico* foram selecionados em repositórios institucionais e em revistas científicas nacionais. Os textos do género *póster científico* foram selecionados nas páginas do *Encontro Ciência 2016* e *Encontro Ciência 2017*, dada a multidisciplinaridade dos eventos. Os textos do género *chamada de trabalhos* foram recolhidos em *sítios web* de instituições académicas portuguesas. Já as bulas de medicamento, as embalagens de medicamento e os rótulos de embalagem de tabaco foram obtidos através de recolha direta. Os textos do género *projeto de lei* foram selecionados a partir de pesquisa na página da *Procuradoria-Geral da República*. Quanto aos exemplares do género *edital*, estes foram recolhidos em *sítios web* de organismos e instituições públicas.

No quadro que se segue, apresenta-se o *corpus* de investigação<sup>31</sup> selecionado, sendo utilizada uma sigla constituída pelas iniciais das denominações dos géneros adotadas e um número para identificar os exemplares.

---

<sup>30</sup> Na perspetiva de Rastier (2002: s. p.), “un corpus est adéquat ou non à une tâche en fonction de laquelle on peut déterminer les critères de sa représentativité et de son homogénéité.”. Disponível em: <[http://www.revue-texto.net/1996-2007/Inedits/Rastier/Rastier\\_Enjeux.html](http://www.revue-texto.net/1996-2007/Inedits/Rastier/Rastier_Enjeux.html)> [acesso a 18 de maio de 2018].

<sup>31</sup> No final, apresentamos as referências dos textos e os *links* de acesso aos mesmos, no caso dos exemplares dos géneros *artigo científico*, *póster científico* e *projeto de lei*.

<b>Gêneros</b>	<b>Textos</b>	<b>Sigla</b>
<b>Artigo Científico</b>	<i>Fatores explicativos do consumo de medicamentos não sujeitos a receita médica em Portugal</i>	<b>ACF1</b>
	<i>Demodex folliculorum: Detecção em paciente com blefarite crónica</i>	<b>ACF2</b>
	<i>O Preço dos Medicamentos Genéricos em Portugal (2011-2012): Estado, Cidadão e Farmácia</i>	<b>ACF3</b>
	<i>Willingness to pay (vontade para pagar) por um serviço de preparação individualizada da medicação (PIM)</i>	<b>ACF4</b>
	<i>O medicamento no doente idoso</i>	<b>ACF5</b>
	<i>Nos 40 anos da Constituição: uma revisitação da constituinte de 1976 num novo olhar pelo estatuto constitucional do Presidente da República</i>	<b>ACD1</b>
	<i>A pobreza perante o Direito</i>	<b>ACD2</b>
	<i>O presente e o futuro das relações familiares e sucessórias internacionais no Direito da União Europeia. Um ponto da situação</i>	<b>ACD3</b>
	<i>A entrada em vigor do Direito de iniciativa de cidadania europeia</i>	<b>ACD4</b>
	<i>Modelos jurisdicionais tributários: uma abordagem de direito comparado</i>	<b>ACD5</b>
<b>Póster científico</b>	<i>Utilização de Extrato de Alecrim Livre e Microencapsulado como Ingrediente Bioativo para o Desenvolvimento de Alimentos Funcionais</i>	<b>PCA1</b>
	<i>A Utilização de Coberturas Verdes na Retenção de Águas Pluviais em Condições Mediterrânicas</i>	<b>PCA2</b>
	<i>O Potencial do Silício na Tolerância do Castanheiro ao Stresse Hídrico</i>	<b>PCA3</b>
	<i>Camomila Utilizada como Elemento Conservante na Aplicação em Diferentes Matrizes Alimentares</i>	<b>PCA4</b>
	<i>Ferramenta quimiométrica para identificação de cogumelos irradiados</i>	<b>PCA5</b>
	<i>EnoTerm: Da Lexicografia de Especialidade à elaboração de um dicionário de degustação do vinho</i>	<b>PCL1</b>
	<i>Realização dos Valores de Obrigação e Necessidade: uma Análise Juslinguística do Modal Poder</i>	<b>PCL2</b>

	<i>Terminologia, Cognição e a acessibilidade do Conhecimento Especializado:</i>	<b>PCL3</b>
	<i>Dados Preliminares de uma investigação em Curso</i>	<b>PCL4</b>
	<i>Fraseamento Prosódico no Português Europeu</i>	<b>PCL5</b>
<b>Chamada de trabalhos</b>	<i>Colóquio Internacional Cultura, Ciência e Política na Época do 2º Visconde de Santarém</i>	<b>CT1</b>
	<i>4ª Conferência Internacional em Gramática e Texto – GRATO 2015</i>	<b>CT2</b>
	<i>Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria</i>	<b>CT3</b>
	<i>VIII Postgraduate Conference: Management, Hospitality &amp; Tourism</i>	<b>CT4</b>
	<i>Conferência Internacional A Guerra no Mar: combates e poder naval nos séculos XIX e XX</i>	<b>CT5</b>
	<i>Conferência Internacional Judeus de Portugal e a Diáspora Judaica Luso-Espanhola</i>	<b>CT6</b>
	<i>Sextas Jornadas Internacionais de Análise do Discurso &amp; Segundo Congresso Internacional de Estudos do Discurso</i>	<b>CT7</b>
	<i>Linguagens de Poder / Languages of Power Congresso internacional / International Conference</i>	<b>CT8</b>
	<i>VII Jornadas de Secretariado e Assessoria Comunicação, multiculturalidade e mudança</i>	<b>CT9</b>
	<i>Conferência internacional Género na Arte de Países Lusófonos: Corpo, Sexualidade, Identidade, Resistência</i>	<b>CT10</b>
<b>Bulas de medicamento</b>	<i>Panadol Extra</i>	<b>BM1</b>
	<i>Cêgripe</i>	<b>BM2</b>
	<i>Mebocaína Forte</i>	<b>BM3</b>
	<i>Canesten</i>	<b>BM4</b>
	<i>Bisolvon</i>	<b>BM5</b>
	<i>Ul – 250</i>	<b>BM6</b>
	<i>Mucoral</i>	<b>BM7</b>
	<i>Locabiosol</i>	<b>BM8</b>
	<i>Ibuprofeno Farmoz</i>	<b>BM9</b>
	<i>Halibut</i>	<b>BM10</b>
<b>Rótulo de embalagem de medicamento</b>	<i>Voltarem Emulgel</i>	<b>EM1</b>
	<i>Spidifen</i>	<b>EM2</b>
	<i>Cetix</i>	<b>EM3</b>
	<i>Paracetamol</i>	<b>EM4</b>
	<i>Metibasol</i>	<b>EM5</b>
	<i>Zolpidem Actavis</i>	<b>EM6</b>
	<i>Ben-u-ron</i>	<b>EM7</b>
	<i>Levocetirizina</i>	<b>EM8</b>
	<i>Flagyl</i>	<b>EM9</b>
	<i>Bisoprolol</i>	<b>EM10</b>



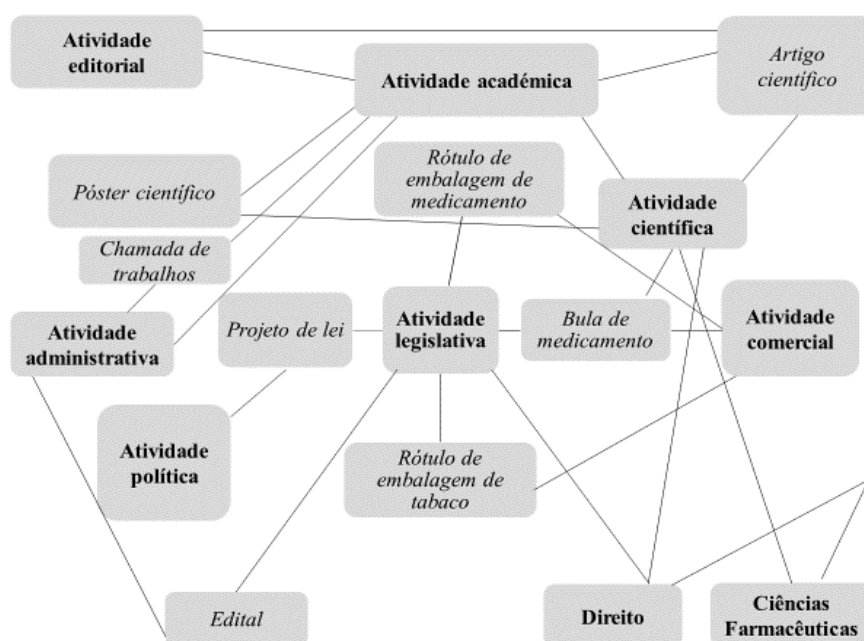
<b>Rótulo de embalagem de tabaco</b>	<i>Lucky Strike</i>	<b>RT1</b>
	<i>Chesterfield</i>	<b>RT2</b>
	<i>John Player Special</i>	<b>RT3</b>
	<i>Marlboro</i>	<b>RT4</b>
	<i>L&amp;M</i>	<b>RT5</b>
	<i>Rothmans</i>	<b>RT6</b>
	<i>Ventil</i>	<b>RT7</b>
	<i>Marlboro</i>	<b>RT8</b>
	<i>Camel</i>	<b>RT9</b>
	<i>Elixir</i>	<b>RT10</b>
<b>Projeto de lei</b>	<i>Projeto de Lei n.º 149 /XIII</i>	<b>PL1</b>
	<i>Projeto de Lei n.º 424/XIII/2.ª</i>	<b>PL2</b>
	<i>Projeto de Lei n.º 405/XIII/2.ª</i>	<b>PL3</b>
	<i>Projeto de Lei n.º 155/XIII</i>	<b>PL4</b>
	<i>Projeto de Lei n.º 142/XIII-1.ª</i>	<b>PL5</b>
	<i>Projeto de Lei n.º 399/XIII/2.ª</i>	<b>PL6</b>
	<i>Projeto de Lei n.º 409/XIII</i>	<b>PL7</b>
	<i>Projeto de Lei n.º 421/XIII/2.ª</i>	<b>PL8</b>
	<i>Projeto de lei n.º 927/XII/4.ª</i>	<b>PL9</b>
	<i>Projeto de Lei n.º 1029/XII 4.ª</i>	<b>PL10</b>
<b>Edital</b>	<i>Autoridade Tributária e Aduaneira</i>	<b>ED1</b>
	<i>Câmara Municipal de Lisboa</i>	<b>ED2</b>
	<i>Unidade de Coordenação territorial</i>	
	<i>Escola Superior de Comunicação Social</i>	<b>ED3</b>
	<i>Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa</i>	<b>ED4</b>
	<i>Instituto Superior Técnico</i>	<b>ED5</b>
	<i>Câmara Municipal de Mafra</i>	<b>ED6</b>
	<i>Município de Arganil</i>	<b>ED7</b>
	<i>Município da Azambuja / Câmara Municipal</i>	<b>ED8</b>
	<i>ISPGAYA / Instituto Superior Politécnico</i>	<b>ED9</b>
	<i>Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos</i>	<b>ED10</b>

**Quadro 17:** *corpus*

Para além do *corpus* de investigação apresentado (cf. Anexo 6), sempre que necessário, considerando a maleabilidade inerente aos géneros, são utilizados outros exemplares para ilustrar e/ou exemplificar outras possibilidades de realização dos géneros, quer noutros contextos socio-históricos, quer quando são mobilizados noutras esferas de atividade (cf. Anexo 7).

Dado que pretendemos analisar a influência das mesmas atividades nos diferentes géneros, um dos critérios utilizados para a seleção dos géneros foi o facto de partilharem atividades: por exemplo, a atividade legislativa é comum aos géneros *projeto de lei*, *bula de medicamento*, *rótulo de embalagem de medicamento* e *rótulo de embalagem de tabaco*. Já a atividade académica é partilhada pelos géneros *artigo científico*, *chamada de trabalhos* e *póster científico*. Para o *artigo científico*, selecionámos textos de duas áreas – Direito e Ciências Farmacêuticas. Já os exemplares do género *póster científico* inscrevem-

se nas áreas da Linguística e das Ciências Agrárias. Embora o próximo ponto seja dedicado às relações entre géneros e atividades, é possível antecipar a identificação, de modo intuitivo, de algumas das múltiplas atividades que influenciam os géneros. Conforme se ilustra no esquema que se segue, as diferentes atividades estão implicadas em vários géneros e, por outro, cada género está associado a mais do que uma atividade.



**Esquema 11:** géneros e atividades

## 1. Géneros e atividades

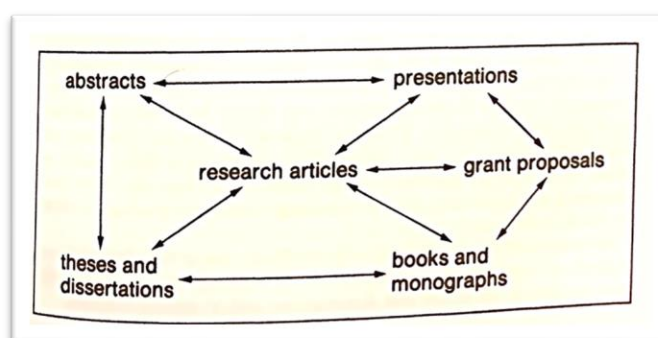
Como referido anteriormente, os géneros são dependentes dos tipos de atividade humana, pois a sua variedade é determinada pela diversidade das atividades humanas (Bakhtin, [1979]1984: 279). Por outro lado, os géneros modificam-se de acordo com as transformações que ocorrem nas esferas de atividade. Deste ponto de vista, para dar conta do funcionamento social dos géneros considerados, é necessário que estes sejam enquadrados no âmbito das atividades sociais em que são mobilizados.

## 1.1. Funcionamento social dos géneros

Face ao exposto, este ponto foca a relação entre géneros e atividades, contemplando o funcionamento social dos géneros, considerando, num primeiro momento, a sua génese e enquadramento atual, seguindo-se a identificação das atividades a que estão associados os géneros, bem como a forma estas se manifestam nos textos.

### 1.1.1. Artigo científico

O género *artigo científico* constitui uma das formas de comunicação do trabalho científico, relacionando-se, neste âmbito, com outros géneros, designadamente apresentações em eventos científicos, os resumos de comunicação e as dissertações (Swales, 1990: 177).



**Imagem 3:** o *artigo científico* e outros géneros; extraída de Swales (1990: 177)

Neste sentido, o *artigo científico* está associado à Publicação Científica, que, por sua vez, de acordo com o *Guia de Publicação Científica* (GPC) da FEUP, se insere no contexto mais vasto da Comunicação Científica, que, por sua vez, contempla as “diferentes formas de comunicação dos resultados de investigação (formal vs informal, escrita vs verbal), que, por seu lado, se insere no contexto ainda mais amplo da Investigação Científica”, representando-se da seguinte forma.



**Imagem 4:** contextos da Publicação Científica<sup>32</sup>

A génese do *artigo científico* remonta aos séculos XVI e XVII, quando estudiosos da época começaram a trocar cartas, como forma de divulgação das suas descobertas em diversas áreas científicas.

A prática de troca de correspondência entre estudiosos e interessados foi algo comum tanto nas áreas reconhecidas como ciências naturais, quanto nas áreas de humanas. A abrangência da prática foi de tal ordem, que o período acabou por constituir uma grande comunidade virtual, denominada “República das Letras”.

Jardim & Guerra, 2017: 779

A partir do século XVII, começam a ser publicadas revistas científicas, observando-se uma importante transformação no modo de divulgar o trabalho científico, anteriormente partilhado, como já se referiu, quase exclusivamente através de cartas ou de atas de reuniões científicas (Stumpf, 1996: 1)<sup>33</sup>.

Porém, com o aparecimento das revistas científicas, não deixaram de existir cartas e atas, mas observou-se, como sublinha Stumpf (1996: 1), uma definição do papel de cada um dos modos de divulgação científica:

Houve, isto sim, uma definição de papel entre os diversos canais de divulgação da ciência: a correspondência tomou apenas um carácter de comunicação pessoal entre os cientistas,

---

<sup>32</sup> Imagem extraída de: <<https://libguides.fe.up.pt/publicacao-cientifica/contextos>> [acesso a 12 de maio de 2018].

<sup>33</sup> De acordo com Stumpf (1996: 1), as atas ou memórias “consistiam em transcrições das descobertas que eram relatadas durante as reuniões de uma sociedade e depois impressas na forma resumida para servirem de fonte de consulta e referência aos membros dessas sociedades”, sendo, desta forma, já próximas das atuais atas de conferência.

e as atas, também conhecidas como memórias ou anais, passaram a se constituir em um documento de registro dos trabalhos apresentados em reuniões científicas e profissionais.

Stumpf, 1996: 1

Ainda que constituídas inicialmente por artigos mais breves do que os atuais, as revistas científicas<sup>34</sup> foram ganhando credibilidade como principal meio de comunicação científica. A publicação de artigos de científicos, tal como na atualidade, constituía uma forma de obter reconhecimento e prestígio no meio académico. Com a disseminação das publicações impressas, surgiram também os editores como classe profissional, tornando-se, assim, num importante interveniente nas práticas de divulgação científica, pois eram estes que decidiam o que era ou não publicado.

Segundo Jardim e Guerra (2017: 782):

Na segunda metade do século XVIII, as publicações periódicas começaram a padronizar critérios para a atividade científica, o que concedeu às instituições e pessoas que estavam à frente da organização do que seria publicado, certo controle sobre tal atividade (...).

Também no século XVIII, a par de periódicos não especializados, começam a surgir por toda a Europa revistas especializadas em áreas científicas específicas. Já no século XIX, observou-se um aumento significativo da produção de revistas científicas, devido ao aumento da atividade científica e aos avanços das técnicas de impressão. No século XX, este aumento acentuou-se com o facto de a publicação das revistas estar quase exclusivamente veiculada aos editores comerciais, ao Estado e às universidades (Stumpf, 1996: 3). Embora o formato das revistas científicas não tenha sofrido alterações substanciais, com os avanços tecnológicos das últimas décadas, o suporte digital generalizou-se, alterando as práticas científicas, tanto na produção como na receção. Por outro lado, mantém-se a prática de publicar numa língua conhecida, atualmente o inglês, não sendo, por isso, raro encontrar quase exclusivamente textos em inglês, no âmbito de determinadas áreas científicas, como, por exemplo, na Engenharia e na Medicina.

Atualmente, o *artigo* é o principal meio de divulgação do trabalho científico e o seu uso está generalizado a todas as áreas, embora, como iremos ver, com características

---

<sup>34</sup> As duas primeiras revistas científicas surgiram em 1665: o periódico francês *Journal des Sçavants* e o *Philosophical Transactions da Royal Society of London*. Segundo Stumpf (1996: 2), estes periódicos “contribuíram como modelos distintos para a literatura científica: o primeiro influenciou o desenvolvimento das revistas dedicadas à ciência geral, sem comprometimento com uma área específica, e o segundo se tornou modelo das publicações das sociedades científicas, que apareceram em grande número na Europa, durante o século XVIII.”.

específicas, de acordo com os diferentes modos de fazer e divulgar Ciência. Por outro lado, no âmbito do *artigo científico*, é possível distinguir dois tipos: os artigos originais e os artigos de revisão. Enquanto os primeiros tematizam resultados inéditos, os segundos correspondem à discussão de resultados e trabalhos já apresentados. Não obstante, conforme é sublinhado no GPC da FEUP, tanto uns como outros deverão estar sujeitos ao processo de Revisão por Pares (Peer-Review). Neste âmbito, para além dos dois tipos já referidos e aqueles que consideramos nesta investigação, temos ainda os seguintes:

- **Rapid Communications ou Letters:** meio de divulgar, de forma resumida, o trabalho que está ser desenvolvido num determinado projeto, e cuja divulgação de resultados tem um timing bastante urgente.
- **Letters to the editor (Cartas ao Editor):** textos de opinião sobre um artigo publicado numa determinada revista ou sobre um tema em discussão na comunidade científica (Öchsner, 2013: 12).
- **Editorials ou Editoriais:** artigos que fazem uma apresentação sumária do conteúdo de um fascículo de uma revista (Öchsner, 2013: 12).
- **Microarticles:** formato resumido de artigos, com a extensão máxima de duas páginas.

GPC da FEUP<sup>35</sup>

De acordo com o GPC da FEUP, para publicar qualquer um destes tipos de artigos, é necessário selecionar uma revista, considerando vários critérios, designadamente o tipo de revista (área, periodicidade, indexação, fator de impacto, prestígio) público-alvo, entre outros.

Além disso, é fundamental observar de forma detalhada as diretrizes para os autores e normas de publicação (*Author Guidelines*), pois são consideravelmente variáveis e contemplam múltiplos aspetos a considerar antes da submissão<sup>36</sup>.

Importa ainda sublinhar que o processo, desde a produção do artigo até à sua publicação, é, geralmente, moroso, contemplando várias fases, nomeadamente a produção, a submissão, aceitação para avaliação, a revisão por pares, eventual revisão, consoante as propostas dos avaliadores, nova submissão, publicação.

Em conformidade com o exposto, observa-se que o *artigo científico* é um género associado à atividade de investigação, no âmbito da atividade académica, que, por sua vez, depende da atividade científica de diferentes áreas. Embora tenhamos considerado

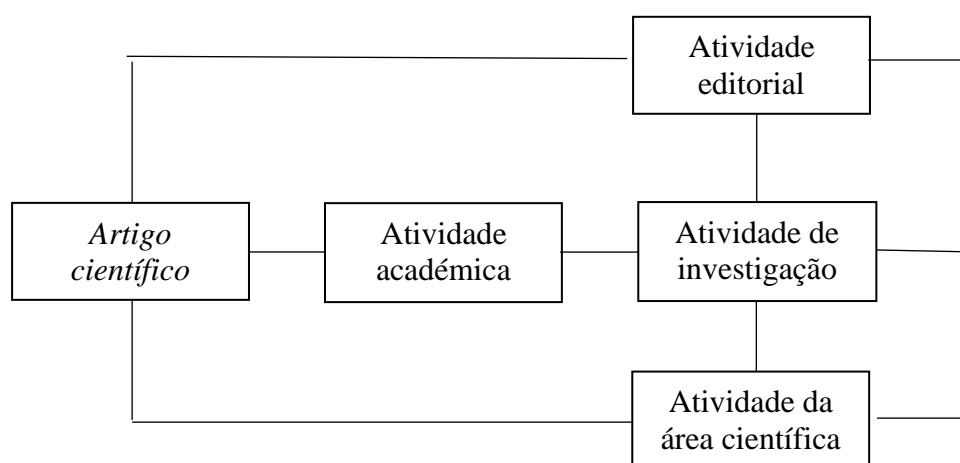
---

<sup>35</sup> Disponível em: <<https://libguides.fe.up.pt/publicacao-cientifica/tipos>> [acesso a 20 de junho de 2018].

<sup>36</sup> Um exemplo de diretrizes para autores disponível em:

<<http://diacritica.ilch.uminho.pt/index.php/dia/about/submissions>> [acesso a 20 de junho de 2018].

artigos de duas áreas científicas (ACD1-ACD5 e ACF1-ACF5), o artigo científico pode ser mobilizado em muitos outros domínios científicos, como, por exemplo, História, Psicologia, Engenharia, etc. Além disso, a atividade de comunicação científica, associada à atividade académica, também depende das normas e diretrizes da atividade editorial, que, por sua vez, também é regulada, numa relação de condicionamento mútuo, pela atividade de investigação e, mais especificamente, pela área científica com que se articula. Compreende-se, assim, que textos de diferentes áreas científicas, como é o caso dos exemplares considerados, sejam publicados de acordo com diferentes normas e que, também por isso, apresentem características distintas e singulares. Estas interações entre atividades e o género podem ser representadas da seguinte forma:



**Esquema 12:** atividades e género *artigo científico*

De acordo com o esquema apresentado, o género *artigo científico* está associado, pelo menos, a quatro atividades sem fronteiras totalmente definidas, pois consideramos que as atividades interagem, como, por exemplo, a interação da atividade académica com as restantes. Importa, então, dar conta do modo como estas atividades se evidenciam nos textos.

Começando pela atividade de investigação, articulada à atividade académica e à atividade da área científica<sup>37</sup>, esta é evidenciada pela presença de algumas unidades composicionais, nomeadamente através das secções peritextuais previsivelmente associadas a géneros académicos e às práticas de investigação (resumo/*abstract*/palavras-chave/*keywords*), bem como a etiqueta *autorreferencial artigo original*, no caso dos exemplares de Ciências Farmacêuticas.



**Imagem 5:** secções peritextuais do exemplar ACF1

Além disso, todos os exemplares contemplam a indicação da filiação institucional dos autores, sendo que, em alguns, ainda são fornecidas informações relativas à sua formação académica, como se transcreve no quadro seguinte.

<sup>37</sup> Fazemos esta especificação, por considerarmos que a atividade académica, para além da atividade de investigação, implica também outras esferas de atividade: administração, organização, ensino, entre outras. Por outro lado, distinguimos a atividade de investigação da atividade da área científica. A primeira corresponde à prática científica e a segunda aos domínios do saber em que essa prática de fazer Ciência se concretiza. Reconhecemos, no entanto, que as fronteiras entre as atividades referidas são relativamente fluídas e, por isso, difíceis de determinar. Em Coutinho (2019: 89), considerando a proximidade entre a atividade académica e a atividade científica, opta-se pela designação *atividade académica/científica*.



<b>ACF1</b>	<i>Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra</i>
<b>ACF2</b>	<i>Licenciatura em Farmácia; Licenciatura em Ciências Farmacêuticas Análises Químico-Biológicas; Curso de Especialização de Pós-Licenciatura em Análises Clínicas; Especialidade em Análises Clínicas pela Ordem dos Farmacêuticos. Departamento de Microbiologia. Medicina Laboratorial Dr. Carlos Torres – a Unilabs Company</i>
<b>ACF3</b>	<i>Centro de Estudos Farmacêuticos. Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra Grupo de Bromatologia, Farmacognosia e Ciências Analíticas, Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra</i>
<b>ACF4</b>	<i>Mestranda em Ciências Farmacêuticas, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz (ISCSEM) Doutora em Farmácia, professora associada, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz (ISCSEM), Centro de Investigação Interdisciplinar Egas Moniz (CiiEM)</i>
<b>ACF5</b>	<i>Mestre em Ciências Farmacêuticas Pós-Graduação em Cuidados Farmacêuticos Diretora Técnica da Farmácia Central Licenciada em Química Farmacêutica Pós-Graduação em Cuidados Farmacêuticos Diretora Técnica da Farmácia da Prelada – Porto</i>
<b>ACD1</b>	<i>Faculdade de Direito / Universidade de Coimbra</i>
<b>ACD2</b>	<i>Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade do Porto; Investigador do CIJE</i>
<b>ACD3</b>	<i>Professora da Faculdade de Direito da Universidade do Porto</i>
<b>ACD4</b>	<i>Mestre em Direito e Professora Auxiliar Convidada da Universidade Portucalense Infante D. Henrique</i>
<b>ACD5</b>	<i>Doutor em Direito e Professor na Escola de Direito da Universidade do Minho</i>

**Quadro 18:** dados que remetem para a filiação institucional e formação académica dos autores (ACF-ACD)

Por outro lado, as atividades de investigação e da área científica são também evidenciadas através da organização dos conteúdos, dado que esta reflete os diferentes modos de fazer e divulgar Ciência nas duas áreas, como explicitam os intertítulos que delimitam as secções no espaço textual. Enquanto que, na maioria dos exemplares de Ciências Farmacêuticas, os intertítulos explicitam as etapas de um processo de investigação, nos artigos de Direito, os intertítulos que delimitam as secções são numerados, na maioria dos exemplares, indiciando uma organização mais hierarquizada dos conteúdos, consoante o tema objeto de reflexão (cf. Rosa, 2019; Silva & Rosa, 2019). Vejamos alguns exemplos:

Organização mais sequencial (etapas de um processo de investigação)	<i>Introdução / MNSR / Métodos / Resultados / Conclusões (ACF1); Introdução / Taxonomia, morfologia e ciclo de vida / Fisiopatologia / Epidemiologia / Fatores desencadeantes / Objetivo / Material e métodos / Resultados e discussão (ACF2); Introdução / Objetivos / Métodos e modelos de estudo / Ética e confidencialidade dos dados / Análise de dados / Resultados / Principais resultados / Discussão / Conclusão (ACF4).</i>
Organização mais hierarquizada (tematização de um tema objeto de reflexão)	<i>1. Bem-hajam!, Senhores Constituintes... / 2. Algumas “recordações” da Constituinte sobre o Presidente da República / 3. (Des)adequação do conceito chefe de Estado no estatuto do Presidente da República numa concepção republicana / 4. Breve apontamento sobre o estatuto constitucional do Presidente português numa concepção republicana (ACD1); 1. Introdução / 2. A recepção da pobreza na ordem jurídica / 3. O conceito jurídico de pobreza e distinção de figuras afins / 3.1 Pobreza e mendicância / 3.2 Pobreza e exclusão social / 3.3 Pobreza e desemprego / 3.4 Pobreza e trabalho (in-work poverty) / 4. Os direitos dos pobres a nível do direito internacional / 4.1 Direito internacional comum / 4.2 Direito europeu não comunitário / 4.3 Direito europeu comunitário / 5. Direito interno / 6. Pobreza e preconceitos jurídicos (...) (ACD2); 1. Introdução / 2. Os traços comuns das soluções de Direito Comunitário ... / 3. Dificuldade (e necessidade) / 4. Omissões e lacunas. (ACD3).</i>

**Quadro 19:** organização dos conteúdos no artigo científico

No que respeita ainda à atividade da área científica, esta é igualmente evidenciada pela ocorrência de termos<sup>38</sup> que remetem para conceitos das diferentes áreas do saber. Utilizando a ferramenta de análise de textos *Voyant Tools*<sup>39</sup>, observa-se, por exemplo, num dos exemplares de Ciências Farmacêuticas, que os termos mais frequentes são *MNSRM* (Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica) (71 ocorrências), *consumo* (53 ocorrências), *saúde* (48 ocorrências) e *medicamentos* (28 ocorrências).

Tendências		Termos do documento			?
#	Termo	Contagem	Relativo	Tendência	
1	mnsrm	71	10,802		
1	consumo	53	8,063		
1	saúde	48	7,303		
1	medicamentos	28	4,260		

**Imagem 6:** termos mais frequentes em ACF1; extraída a partir de *Voyant Tools*

<sup>38</sup> Para Remígio, Roberto e Costa (2006: 86), o *termo* constitui uma unidade lexical da especialidade que representa conhecimentos específicos de um determinado domínio do saber e consiste na representação linguística dos conceitos.

<sup>39</sup> Disponível em: <<https://voyant-tools.org>> [acesso 21 de junho de 2018]. “Voyant Tools is a web-based text reading and analysis environment. It is a scholarly project that is designed to facilitate reading and interpretive practices for digital humanities students and scholars as well as for the general public.”.

Já num dos exemplares de Direito (ACD5), os termos mais frequentes são: *tribunais* (102 ocorrências), *jurisdicional* (52 ocorrências), *tribunal* (45 ocorrências) e *tributária* (43 ocorrências).



#	Termo	Contagem ↑	Relativo	Tendência
1	tribunais	102	11,150	
1	jurisdicional	52	5,684	
1	tribunal	45	4,919	
1	tributária	43	4,700	

**Imagem 7:** termos mais frequentes em ACD5; extraída a partir de *Voyant Tools*

Quanto à atividade editorial, como referimos anteriormente, esta é também regulada, numa relação de condicionamento mútuo, pela atividade de investigação e pela atividade da área científica. Embora esta interação entre o género e a atividade editorial não seja, aparentemente, tão evidente nos textos, como as anteriores, todos os exemplares contemplam a identificação da revista científica onde se encontram publicados. Observa-se que os exemplares que foram publicados na mesma revista apresentam as mesmas características gráficas, devido ao facto de a sua produção ter sido regulada pelas mesmas normas de submissão e publicação, designadamente no que respeita às questões de formatação, organização, entre outros aspetos. Por outro lado, identificamos características recorrentes em exemplares publicados em revistas distintas, como, por exemplo, a significativa hierarquização dos conteúdos nos exemplares de Direito, através de pontos numerados e de procedimentos de reenvio intratextual (notas de rodapé), a presença de imagens, gráficos, tabelas, entre outros elementos, que complementam o que é linguisticamente expresso, no caso dos exemplares de Ciências Farmacêuticas, bem como a secção *sumário*, comum a três dos cinco exemplares de Direito, dois publicados na mesma revista (*RED – Revista Eletrónica de Direito*) (ACD2 e ACD3) e um publicado numa outra revista (*e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público*) (ACD1). Trata-se de uma secção que não ocorre nos exemplares de Ciências Farmacêuticas, precisamente porque nos artigos de áreas do tipo experimental a organização dos conteúdos é mais previsível, não existindo desta forma a necessidade da sua explicitação prévia. A ocorrência da secção

*sumário* em exemplares publicados em duas revistas distintas atesta, assim, a forma como os modos de fazer e divulgar Ciência em uso nas atividades de investigação e das áreas científicas condicionam a atividade editorial. Em seguida, apresentamos a secção *sumário* dos três exemplares referidos.

<p><i>Sumário: 1. Bem-hajam!, Senhores Constituintes... 2. Algumas “recordações” da Constituinte sobre o Presidente da República 3. (Des)adequação do conceito chefe de Estado no estatuto do Presidente da República numa concepção republicana 4. Breve apontamento sobre o estatuto constitucional do Presidente português numa concepção republicana (ACD1)</i></p>
<p><i>Sumário: 1. Introdução 2. A recepção da pobreza na ordem jurídica 3. O conceito jurídico de pobreza e distinção de figuras afins: 3.1. Pobreza e mendicidade; 3.2. Pobreza e exclusão social; 3.3. Pobreza e desemprego; 3.4. Pobreza e trabalho (in-work poverty) 4. Os direitos dos pobres a nível do direito internacional: 4.1. Direito internacional comum; 4.2. Direito europeu não comunitário 4.3. Direito europeu comunitário 5. Direito interno 6. Pobreza e preconceitos jurídicos 7. Epílogo Bibliografia (ACD2)</i></p>
<p><i>Sumário: 1. Introdução. A intervenção da União Europeia no Direito Internacional Privado da família e das sucessões através dos regulamentos comunitários. 2. Os traços comuns das soluções de Direito Comunitário que regulam os conflitos de leis nas relações familiares e sucessórias internacionais. 3. Dificuldade (e necessidade) de harmonização dos vários regulamentos comunitários no âmbito do Direito Internacional Privado da família e das sucessões. Alguns exemplos. 4. Omissões e lacunas na regulação comunitária das relações familiares e sucessórias internacionais. Bibliografia citada (ACD3)</i></p>

**Quadro 20:** sumários; extraídos de ACD1, ACD2 e ACD3

### 1.1.2. *Póster científico*

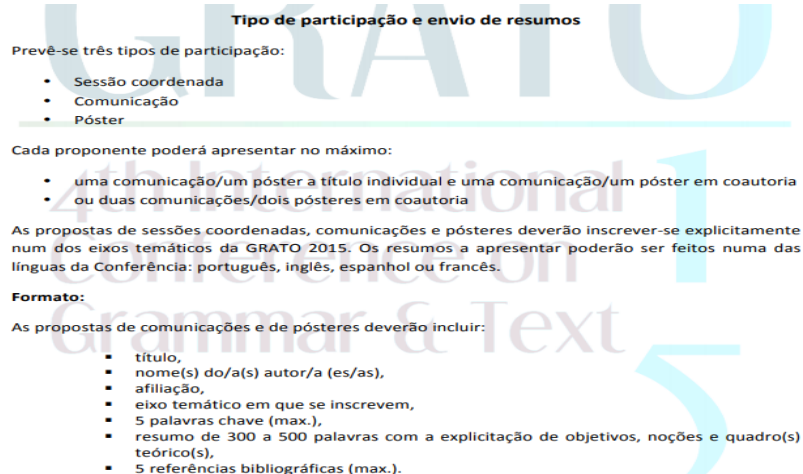
Tal como o *artigo*, o género *póster científico* constitui uma forma de comunicação do trabalho científico. A sua origem remonta à Antiguidade, quando os gregos e romanos utilizavam o *póster* como meio de satirização de grupos sociais. Por outro lado, enquanto na Idade Média, o *póster* constituía um importante veículo de divulgação artística, no século XIX, este já era um dos principais instrumentos da propaganda política (Pereira & Oliveira, 2007).

Atualmente, temos o *póster* como género intrinsecamente associado a eventos científicos e estes surgiram da necessidade de os estudiosos partilharem e debaterem as suas descobertas. Segundo Hess, Tosney e Liegel (2009), o *póster* começou a ser usado como instrumento de divulgação científica nos anos 70 do século XX, nos Estados Unidos, e, desde então tornou-se bastante comum, em parte, devido à necessidade de ultrapassar as limitações espaciais e temporais dos encontros científicos que surgiram com o crescimento exponencial da comunidade científica.

Ao contrário do *artigo*, geralmente autónomo, o *póster científico* é, por vezes, destinado a ser complementado com uma exposição oral em eventos científicos, embora se distinga da comunicação oral, pois a comunicação em póster implica uma exposição oral de cariz mais breve. Deste ponto de vista, o *póster científico* é um género escrito, na maioria das vezes, associado a uma apresentação oral, embora o carácter da mesma seja variável, consoante as normas do evento científico em causa, tendo em conta que em alguns eventos o autor apenas expõe o póster e o apresenta sinteticamente quando lhe é solicitado pelo público que se aproxima e demonstra interesse pelo trabalho exposto. O modo como irá decorrer a exposição do póster é, na maioria dos casos, referido na chamada de trabalhos (cf. Anexo 6, CT1-CT10).

De acordo com Ranse e Aitken (2008: 1-2), comparando com outros modos de divulgação científica, o *póster* apresenta inúmeras vantagens, nomeadamente a apresentação do trabalho num contexto mais informal, a rápida produção e divulgação do mesmo, ao contrário do muito tempo e trabalho que requer a publicação de artigos em periódicos científicos, a possibilidade imediata de partilhar e debater ideias com os pares, estabelecer contactos para eventuais parcerias, entre outras. Dado o carácter sintético que requer a sua exposição, a produção de um póster científico deve ter em conta, por um lado, as normas e diretrizes do evento científico e, por outro, a legibilidade do mesmo, tendo em conta que deverá atrair o público, devendo, por isso, contemplar apenas a informação essencial de uma determinada investigação ou tema. Segundo Costa (2001: 2), o *póster* deverá ser sintético e apelativo, isto é, visualmente atrativo. Para tal, é necessário que a informação chave seja visível a dois metros de distância; que o grafismo seja visualmente apelativo; que não contenha texto em excesso; que a leitura seja simples e intuitiva, de modo a que o leitor compreenda o trabalho em pouco tempo (Costa, 2001: 2). As normas para apresentação de pósteres variam consoante o evento científico, podendo ser mais ou menos específicas.

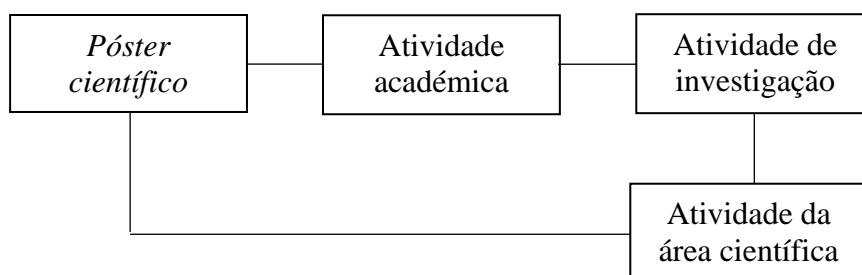
Geralmente, para participar num evento científico, caso não resulte de convite, é necessário submeter uma proposta de comunicação ou de póster, para que seja avaliada pela comissão científica do evento. Esta proposta deverá ser produzida de acordo os critérios definidos e apresentados na *chamada de trabalhos*, como ilustra o excerto seguinte.



**Imagem 8:** diretrizes para a submissão de propostas; extraída de CT2

Neste sentido, o *póster científico* distingue-se ainda do *artigo científico* por decorrer obrigatoriamente de uma *chamada de trabalhos* para participação da comunidade científica num determinado evento.

Deste ponto de vista, tal como o *artigo científico*, o *póster científico* é um género mobilizado no âmbito da atividade académica, estando associado à atividade de investigação. Porém, o *póster* não está associado à atividade editorial, dado que não se destina a ser publicado em revistas científicas, mas a ser exposto em eventos científicos, conforme ilustra o esquema que se segue.



**Esquema 13:** atividades e género *póster científico*

À semelhança do *artigo científico*, a atividade de investigação é evidenciada nos textos pela presença de elementos que remetem para a filiação institucional dos autores, conforme se apresenta no quadro seguinte.

<b>PCA1</b>	<i>Centro de Investigação de Montanha (CIMO), ESA, Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia Ap. 5300-253 Bragança, Portugal. Laboratório de Processos de Separação e Reação (LSRE), Laboratório Associado LSRE/LCM, Instituto Politécnico de Bragança, Campus Santa Apolónia Ap. 1134, 5300-857 Bragança, Portugal. GIP-USAL, Faculdade de Farmácia, Universidade de Salamanca, Campus Miguel de Unamuno, 37007 Salamanca, Espanha.</i>
<b>PCA2</b>	<i>Universidade de Lisboa Instituto Superior de Agronomia LEAF - Linking Landscape, Environment, Agriculture and Food Tapada da Ajuda, 1349-017 Lisboa, Portugal Co-ordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Bloco L, Lote 06, Edifício Capes – CEP: 70.040-020 – Brasília, DF- Brasil 4; E3c – Centro de Ecologia, Evolução e Alterações Ambientais, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa Campo Grande, Bloco C2, Piso 5, 1749-016 Lisboa, Portugal</i>
<b>PCA3</b>	<i>CITAB -Centro de Investigação e Tecnologias Agroambientais e Biológicas DeBA-Departamento de Biologia e Ambiente UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)</i>
<b>PCA4</b>	<i>Centro de Investigação de Montanha (CIMO), ESA, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal Laboratório de Processos de Separação e Reação (LSRE), Laboratório de Catálise e Materiais (LSRE-LCM), Instituto Politécnico de Bragança REQUIMTE/LAQV, Faculdade de Farmácia, Universidade do Porto, Portugal</i>
<b>PCA5</b>	<i>Centro de Investigação de Montanha (CIMO), ESA, Instituto Politécnico de Bragança, Portugal REQUIMTE/LAQV, Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, Portugal. Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares - C2TN, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa, Portugal</i>
<b>PCL1</b>	<i>Bolseira da FCT -Programa KRUse Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa CLUNL- Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa</i>
<b>PCL2</b>	<i>Centro de Linguística da Universidade do Porto</i>
<b>PCL3</b>	<i>Doutorando em Linguística Aplicada Faculdade de letras da Universidade de Lisboa   Departamento de Linguística Geral e Românica</i>
<b>PCL4</b>	<i>Centro de Linguística, Universidade de Lisboa</i>
<b>PCL5</b>	<i>Universidade de Lisboa, Centro de Linguística</i>

**Quadro 21:** dados relativos à filiação institucional dos autores (PCA-PCL)

Porém, no caso do *póster científico*, estes elementos são também indicados, em todos os exemplares, através de logótipos das instituições e entidades financiadoras. Esta característica deve-se ao facto de o *póster* requerer uma exposição visualmente atrativa, o que faz do logótipo um recurso importante, dado que a comunicação do trabalho científico nesta modalidade depende, em grande medida, do impacto visual. Em todos os exemplares, os logótipos são distribuídos pelas margens superiores, inferiores, ou em ambas, de modo a não comprometer a legibilidade da informação chave. Neste sentido, a ocorrência dos logótipos relativos às instituições a que pertencem os autores constitui também uma manifestação da atividade académica, demonstrando que esta atividade tem

uma influência específica e distinta no género *póster*, evidenciando-se também, por isso, nos textos de modo distinto. Por outro lado, como desenvolvido mais à frente, as atividades de investigação e da área científica também se manifestam através da organização dos conteúdos tematizados, tendo em conta que esta dá a ver as especificidades dos processos de investigação e dos modos de fazer e divulgar Ciência nas respetivas áreas, como ilustram os seguintes exemplos.

Secções de exemplar de Ciências Agrárias (PCA1)	Secções de exemplar de Linguística (PCL1)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Título; logótipo do evento; nome dos autores e filiação institucional</li> <li>• Introdução</li> <li>• Materiais e Métodos</li> <li>• Resultados</li> <li>• Conclusão</li> <li>• Referências; agradecimentos; logótipos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Título; logótipos (filiação institucional e financiamento; nome da autora)</li> <li>• 1. Resumo: O quê? / Porquê? / Como? / Para Quem? / Domínio e subdomínio / Língua de trabalho / Enquadramento teórico / Objetivo central</li> <li>• 2. Objetivos</li> <li>• 3. Motivação</li> <li>• 4. Problema</li> <li>• 5. Metodologia</li> <li>• 6. Base de dados a base de conhecimento</li> <li>• 7. Produto final</li> <li>• Informação adicional</li> </ul>

**Quadro 22:** secções (PCA1 e PCL1)

No que respeita à atividade de investigação, em alguns exemplares, é utilizado um logótipo que remete para os eventos em causa (*Encontro Ciência 2016 / Encontro Ciência 2017*), sendo estes os quadros sociais das diferentes práticas de investigação.

Ainda relativamente à atividade da área científica, tal como nos artigos, esta também se manifesta através da frequência de termos que remetem para domínios do saber. Como se observa na imagem seguinte, em PCA2, os termos mais frequentes são do domínio das Ciências Agrárias.



Tendências

Termos do documento





#	Termo	Contagem	Relativo	Tendência
1	precipitação	43	22,029	
1	escoamento	23	11,783	
1	mm	23	11,783	
1	plantas	22	11,270	
1	retenção	21	10,758	
1	phoenicoides	20	10,246	
1	brachypodium	19	9,734	

**Imagem 9:** termos mais frequentes em PCA2; extraída a partir de *Voyant Tools*

Já no exemplar PCL5, os termos mais frequentes são do âmbito da Linguística, evidenciando, desta forma, a área científica nos textos.

Tendências

Termos do documento

#	Termo	Contagem	Relativo	Tendência
1	minimizadores	12	21,818	
1	negação	12	21,818	
1	neg	11	20,000	
1	indefinidos	6	10,909	

**Imagem 10:** termos mais frequentes em PCL5; extraída de partir de *Voyant Tools*

### 1.1.3. Chamada de trabalhos

A *chamada de trabalhos* consiste num género amplamente utilizado na comunidade académico-científica, tendo em vista a divulgação de trabalho científico. Contudo, ao contrário do *artigo* e do *póster*, este género, embora associado à atividade académica, não constitui diretamente instrumento de comunicação científica, mas antes uma forma

de incentivo à mesma e de promoção das instituições que estão associadas ao evento divulgado na chamada. A *chamada de trabalhos* está, assim, associada à realização de eventos científicos. No século XVI, estes encontros, inicialmente de caráter informal, funcionavam como pequenas reuniões, algumas até secretas. Para Stumpf (1996: 1):

Os relatos e as conclusões desses encontros eram muitas vezes registrados, e as cópias, distribuídas como cartas ou atas a amigos que estavam desenvolvendo pesquisas análogas. Quando o número de participantes dos colégios se tornava muito grande, os membros se dispersavam ou se transformavam em organizações mais estruturadas e visíveis, como as academias e as sociedades científicas.

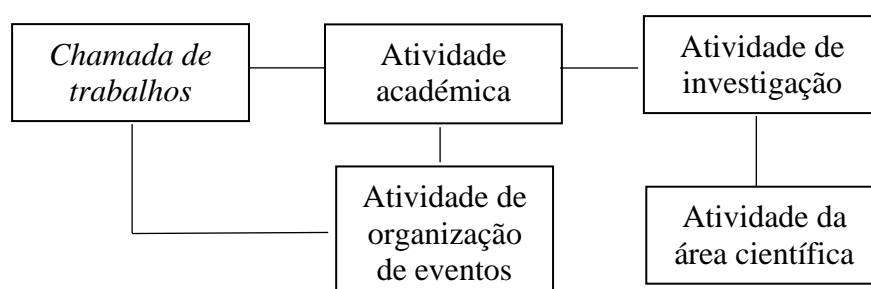
O desenvolvimento de meios de transporte a vapor, a partir do século XVII, foi especialmente importante no que respeita à realização de eventos científicos, observando-se um crescimento significativo e o surgimento de congressos internacionais (Burke, 2011). Era através dos jornais que se divulgava uma grande parte dos eventos culturais e científicos, como é o caso do manifesto publicado em 1871 no jornal “A Revolução de Culhina”, a anunciar a realização das célebres *Conferências Democráticas do Casino Lisbonense*. Neste manifesto, assinado por um grupo de intelectuais da época, constavam algumas das informações contempladas nas atuais chamadas de trabalhos, nomeadamente os eixos temáticos e objetivos do encontro, o convite à apresentação de trabalhos e os membros organizadores do evento<sup>40</sup>.

Atualmente, com os avanços tecnológicos que marcaram as últimas décadas, a divulgação dos eventos científicos, como já se referiu a propósito do *póster*, é feita através de chamadas de trabalhos publicadas nas páginas das instituições, em redes sociais e em plataformas criadas para o efeito, bem como enviadas através de correio eletrónico, entre outros meios. As chamadas de trabalhos têm outras designações, nomeadamente *chamadas para* (ou *de*) *comunicações*, *call for papers*, *chamadas de resumos*, entre outras. Estes textos podem ser mais ou menos específicos, contemplando mais ou menos informações. Geralmente, uma chamada de trabalhos contempla o nome do evento e tipo (conferência, simpósio, workshop, jornadas, entre outros), bem como a data e o local. Além disso, são também tematizadas informações relativas às modalidades de participação (comunicação, póster, simpósio, entre outras) e condições (datas de submissão, aceitação, entre outras).

---

<sup>40</sup> Disponível em: <[http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/eca\\_queiroz/manifesto.html](http://www.citi.pt/cultura/literatura/romance/eca_queiroz/manifesto.html)> [acesso a 26 de junho de 2018].

Face ao exposto, observa-se que o género *chamada de trabalhos*, tal como o *artigo* e *póster científico*, está associado às atividades académica, de investigação e da área científica. Por outro lado, está também associado à atividade de organização de eventos na esfera académica, como se apresenta no esquema que se segue.



**Esquema 14:** atividades e género *chamada de trabalhos*

Neste sentido, a *chamada de trabalhos* tem um funcionamento social distinto, pois embora o género tenha atividades em comum com os géneros já considerados, o modo como estas interagem com género é particular e, por isso, as atividades irão também manifestar-se nos textos de forma diferenciada.

Quanto à atividade académica, importa sublinhar que todos exemplares estão associados a uma ou mais instituições académicas e isso é linguisticamente expresso nos textos: Universidade de Lisboa (CT1), Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa – CLUNL, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (CT2), ISCA – Universidade de Aveiro (CT3), Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, da Universidade do Algarve (CT4), Instituto de História Contemporânea – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa (CT5), Universidade de Lisboa e Universidade do Porto (CT6), Centro de Linguística da Universidade do Porto e Faculdade de Letras da Universidade do Porto (CT7), Centro de Estudos Humanísticos – Instituto de Letras e Ciências Humanas Universidade do Minho Portugal (CT8), Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda – Universidade de Aveiro (CT9), CHAIA – Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora e CICS. NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (CT10). Na maioria dos exemplares, ocorrem, tal como no *póster científico*, também logótipos das instituições

académicas, das entidades financiadoras, entre outros. Porém, neste caso, o que se pretende evidenciar é o vínculo do evento às instituições, conferindo, por um lado, legitimidade e credibilidade ao mesmo e, por outro, prestígio às instituições em causa. Além disso, o género está também associado à atividade de organização de eventos na esfera académica, como atesta a ocorrência de diversas informações relativas aos eventos em causa, dando, assim, a ver que o modo como o género obedece a determinados critérios e práticas, nomeadamente no que concerne ao tipo de evento, às modalidades e condições de participação (graus académicos, custos de participação), ao modo como proposta de participação é submetida e avaliada, entre outras.

Quanto à atividade de investigação, esta evidencia-se nos textos, quando são enunciadas as modalidades de participação nos eventos (*comunicação, póster, workshop*, entre outras), tendo em conta que são estas que concretizam a atividade, bem como nos objetivos referidos nos textos, conforme ilustram os excertos que se seguem.

<b>CT1</b>	<i>Aceitam-se propostas para cada um dos seguintes quatro painéis temáticos, tendo o 2º Visconde de Santarém como objecto (...).</i>  <i>(...) reunir especialistas da História Política e Diplomática, da História da Arte, da História Cultural e da Historiografia, bem como da História da Geografia e da Cartografia, para em conjunto debaterem e lançarem novas hipóteses de estudo e investigação sobre o legado e o impacto científico, cultural e político do Visconde no seu século.</i>
<b>CT2</b>	<i>Prevê-se três tipos de participação: • Sessão coordenada • Comunicação • Póster</i> <i>A 4ª Conferência Internacional em Gramática e Texto – GRATO 2015 visa explorar este cruzamento de fronteiras (...).</i>
<b>CT3</b>	<i>Os trabalhos podem assumir a forma de comunicação (com ou sem discussão) ou de projeto de investigação (...).</i> <i>As melhores comunicações serão propostas para inclusão num número especial da Revista Contabilidade e Gestão (digital) dedicado ao XVI CICA. Será atribuído um prémio à melhor comunicação apresentada no Congresso.</i>
<b>CT4</b>	<i>Comunicações: 20 minutos (mais 10 m de discussão) integradas em painéis temáticos, com moderação e participação de peritos doutorados.</i> <i>Posters: (dimensão A1, 594mm x 841mm) expostos e apresentados em horário definido na WTT: We Talk</i> <i>Together - mostra de trabalhos de investigação com possibilidade de debate entre autores e participantes.</i> <i>(...) espaço informal de debate multidisciplinar, de apresentação e partilha do trabalho e de âmbito internacional.</i>
<b>CT5</b>	<i>A Conferência terá intervenções proferidas por conferencistas convidados e apresentações submetidas através de call for papers.</i>
<b>CT6</b>	<i>(...) uma proposta de comunicação na conferência internacional acima mencionada.</i>
<b>CT7</b>	<i>Sessões plenárias: conduzidas por conferencistas convidados.</i> <i>Sessões de comunicações individuais, selecionadas por submissão de resumos.</i> <i>As comunicações individuais terão a duração de 20 minutos, acrescidos de 10 minutos para discussão.</i>

	<i>Participação em painéis temáticos: poderão ser submetidas propostas de painéis temáticos de um máximo de 5 cinco participantes e um mínimo de 4 (um deles será o coordenador), em que serão discutidos temas afins ao Congresso. (...). Participação com poster: admite-se também a participação no Encontro através de poster</i>
<b>CT8</b>	<i>Condições de participação Sessões plenárias: realizadas por conferencistas convidados. Sessões paralelas: comunicações individuais, submetidas a revisão por pares. As comunicações individuais terão a duração de 20 minutos, acrescidas de 10 minutos para discussão.</i>
<b>CT9</b>	<i>Convidam-se, pois, todos os interessados a submeter os seus trabalhos (nas modalidades de Comunicação ou Póster) às VII Jornadas de Secretariado e Assessoria (...)</i>
<b>CT10</b>	<i>Por favor envie resumos ou propostas em português - até 250 palavras para resumos individuais e até 500 palavras para propostas de painéis (...)</i>

**Quadro 23:** atividade de investigação; excertos extraídos de CT1-CT10

No que respeita à atividade da área científica, consideramos que é evidenciada nos textos nos momentos em que são referidos os painéis temáticos e/ou áreas científicas em que se inscrevem os eventos e que orientam a participação nos mesmos.

<b>CT1</b>	<i>(...) 2º Visconde de Santarém como objecto: (1) Fontes bio-bibliográficas e iconográficas sobre o 2º Visconde de Santarém; (2) Sociabilidades, instituições e redes científicas em que participou; (3) Impacto dos seus trabalhos na História Diplomática, História Política e História Institucional; (4) Contributos do 2º Visconde de Santarém para a História da Geografia, da História da Cartografia e da Memória dos Descobrimentos. Aceitam-se, também, propostas que incidam sobre a Época do Visconde de Santarém (primeira metade do século XIX), nomeadamente: (1) Conjuntura política; (2) Tradições científicas; (3) Correntes culturais; (4) Relações entre Portugal e a Europa.</i>
<b>CT2</b>	<i>A 4ª Conferência Internacional em Gramática e Texto – GRATO 2015 visa explorar este cruzamento de fronteiras, explicitado nos seguintes eixos temáticos: 1. Das configurações textuais/discursivas às formas e construções linguísticas 2. Das formas e construções linguísticas às configurações textuais/discursivas 3. Perspetivas didáticas em Gramática e Texto.</i>
<b>CT3</b>	<i>Áreas Temáticas A) Normalização Contabilística e Relato Financeiro B) Auditoria C) Fiscalidade D) Contabilidade e Controlo de Gestão E) Finanças Empresariais e Mercados Financeiros F) Corporate Governance G) Gestão e Organização H) Contabilidade e Gestão Ambiental I) Setor Público e Setor Não Lucrativo J) Novas Tecnologias e Contabilidade K) Ensino e Investigação em Contabilidade L) História da Contabilidade M) Ética e Responsabilidade Social N) Outros Temas de Contabilidade e Auditoria</i>
<b>CT4</b>	<i>Áreas científicas de submissão dos trabalhos:</i> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo</li> <li>• Hotelaria</li> <li>• Marketing</li> <li>• Gestão</li> <li>• Tecnologias de Informação e Comunicação</li> <li>• Línguas e Literaturas</li> </ul>
<b>CT5</b>	<i>(...) a Conferência será orientada em torno dos seguintes eixos temáticos (não exclusivos): • Armamento e defesa. • Tática e estratégia. • Poder Naval Operacional. • Construção naval e tecnologia. • A guerra submarina. • Transportes e instalações portuárias.</i>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Arqueologia Náutica e Subaquática.</i></li> <li>• <i>Comunicações. (...)</i></li> </ul>
<b>CT6</b>	<p><i>Tópicos de comunicação:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Judeus e Judaísmo na Arte</i></li> <li>• <i>Obras de Literatura e Espiritualidade (...).</i></li> </ul>
<b>CT7</b>	<p><i>A noção de discurso enquanto exercício de poder está desde sempre presente nas várias correntes dos Estudos do Discurso. Trabalhada por alguns dos autores mais marcantes da área e com estatuto central nas correntes críticas do discurso, esteve na génese de escolas como a da chamada Escola Francesa de Análise do Discurso, a Linguística Crítica, a Análise Crítica do Discurso, entre outras. (...)</i></p> <p><i>Painel temático:</i></p> <p><i>Discurso político: os discursos presidenciais em análise este painel propõe como eixos de análise (embora não restrinja a) questões como as seguintes:</i></p> <p><i>- discursos políticos presidenciais e (novas formas de) comunicação social (...).</i></p>
<b>CT8</b>	<p><i>Tema do congresso: Linguagens de Poder (...)</i></p> <p><i>Linhas temáticas - Na multiplicidade que se reconhece de abordagens e temas, são privilegiados trabalhos que contemplem discursos não-verbais e verbais, nomeadamente discursos do quotidiano e discursos públicos, de que salientamos os discursos políticos, mediáticos, estéticos, científicos e ideológicos.</i></p>
<b>CT9</b>	<p><i>Instituindo-se como um fórum de discussão destas e de outras questões, as VII Jornadas de Secretariado e Assessoria visam promover a partilha, discussão e divulgação de conhecimentos, práticas e pesquisas realizadas nos domínios do secretariado e assessoria e da comunicação empresarial, reunindo estudantes, académicos e profissionais da área.</i></p> <p><i>Convidam-se, pois, todos os interessados a submeter os seus trabalhos (nas modalidades de Comunicação ou Póster) às VII Jornadas de Secretariado e Assessoria, subordinadas ao tema “Comunicação, interculturalidade e mudança” (...).</i></p>
<b>CT10</b>	<p><i>Esta conferência pretende reunir pessoas de diferentes países das lusofonias, vindas da academia, do activismo e de outras áreas, para reflectirem e dialogarem, de um modo crítico, transdisciplinar e sistémico, sobre a questão do género no foro da arte e da cultura contemporâneas.</i></p> <p><i>As contribuições devem focar-se na área das artes e da cultura e abordar, entre outras questões relevantes (...).</i></p>

**Quadro 24:** atividade da área científica; excertos extraídos de CT1-CT10

Observa-se, assim, que, apesar de os três géneros já considerados partilharem atividades, o modo como estas se evidenciam nos textos é distinto, o que demonstra a relação de condicionamento mútuo entre atividades e géneros e o funcionamento dos géneros como instrumentos reguladores da manifestação das atividades nos textos, dado que são estes que determinam o modo como cada atividade os influencia.

#### 1.1.4. Bula de medicamento

A *bula de medicamento*<sup>41</sup> constitui um género de carácter informativo e instrucional destinado a informar os consumidores, de modo a assegurar o uso correto dos medicamentos, ou os profissionais de saúde, para eventuais atualizações que requerem uma prescrição rigorosa.

Do latim, o termo *bull*a era utilizado para designar uma bola que lacrava os documentos, certificando a sua autenticidade e legitimidade, passando, a partir do século XV, a designar todos os documentos papais selados, nomeadamente indulgências, ordens, entre outros (Caldeira, Neves & Perini, 2008: 737).

Atualmente, a comercialização de medicamentos é indissociável da bula medicamento, essencial para o uso seguro e adequado dos medicamentos. Em Portugal, segundo o *Decreto-Lei 176/2006*, de 30 de agosto de 2006, “é proibido fornecer ao público medicamentos em acondicionamentos que não estejam rotulados ou que não contenham folhetos informativos (...)”<sup>42</sup>. O organismo responsável pela regulação, normalização e fiscalização neste âmbito é o INFARMED - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, I.P., que, por sua vez, obedece às diretrizes do Parlamento Europeu e do Conselho. De acordo com estas diretrizes, em todos os países da União Europeia, os medicamentos para uso humano implicam obrigatoriamente a inclusão de bula de medicamento<sup>43</sup>.

---

<sup>41</sup> Embora a etiqueta que ocorre nos textos seja *folheto informativo*, optamos pela designação *bula de medicamento*, por considerarmos que esta é a que explicita de forma inequívoca o género de texto em causa.

<sup>42</sup> Disponível em:

<[http://www.infarmed.pt/documents/15786/1068535/035E\\_DL\\_176\\_2006\\_10ALT.pdf/d2ae048e-547e-4c5c-873e-b41004b9027f](http://www.infarmed.pt/documents/15786/1068535/035E_DL_176_2006_10ALT.pdf/d2ae048e-547e-4c5c-873e-b41004b9027f)> [acesso a 30 de julho de 2018].

<sup>43</sup> Informação disponível no *Guideline on the readability of the labelling and package leaflet of medicinal products for human use*. Disponível em:

<[https://ec.europa.eu/health/sites/health/files/files/eudralex/vol2/c/2009\\_01\\_12\\_readability\\_guideline\\_final\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/health/sites/health/files/files/eudralex/vol2/c/2009_01_12_readability_guideline_final_en.pdf)> [acesso a 30 de julho de 2018].

Segundo o *Quality Review of Documents* (QRD), modelo europeu que regula a elaboração das bulas de medicamento, e o artigo 59.º da *Diretiva 2001/83/CE do Parlamento Europeu e do Conselho*<sup>44</sup>, as bulas têm de ser elaboradas em conformidade com o *Resumo das Características do Medicamento* e devem incluir obrigatoriamente pela seguinte ordem: *a)* a identificação do medicamento; *b)* as indicações terapêuticas; *c)* informações prévias à toma; *d)* as instruções de utilização; *e)* as reações adversas; *f)* o prazo de validade; *g)* data da última revisão da bula. Cada um destes aspetos deve contemplar informações específicas, como se apresenta no quadro abaixo elaborado a partir de um dos *templates* disponíveis no QRD.

Nome do produto medicinal
<b>2. Composição qualitativa e quantitativa</b> 2.1. Descrição geral 2.2. Composição qualitativa e quantitativa
<b>3. Forma farmacêutica</b>
<b>4. Particularidades clínicas</b> 4.1. Indicação terapêutica 4.2. Posologia e método de administração 4.3. Contraindicações 4.4. Avisos especiais e precauções no uso 4.5. Interação com outros medicamentos e outras formas de interação 4.6. Fertilidade, gravidez e amamentação 4.7. Efeitos na condução e uso de máquinas 4.8. Efeitos indesejáveis 4.9. Sobredosagem
<b>5. Propriedades farmacológicas</b> 5.1. Propriedades farmacodinâmicas 5.2. Propriedades farmacocinéticas 5.3. Dados de segurança pré-clínica
<b>6. Propriedades farmacêuticas</b> 6.1. Lista de excipientes 6.2. Incompatibilidades 6.3. Validade 6.4. Precauções especiais de conservação

<sup>44</sup> Disponível em:

<<https://www.ceic.pt/documents/20727/38724/Diretiva%2b200183CE%2bdo%2bParlamento%2bEurop eu%2be%2bdo%2bConselho%2bde%2b6%2bde%2bNovembro%2b2001/6bf813a2e8c7428da64a8ac84f4fc92d>> [acesso a 30 de julho de 2018].



6.5. Natureza e conteúdo
6.6. Precauções especiais de eliminação
<b>7. Titular da autorização de introdução no mercado</b>
<b>8. Número da autorização de introdução no mercado</b>
<b>9. Data da primeira autorização / renovação da autorização</b>
<b>10. Data de revisão do texto</b>

**Quadro 25:** organização das bulas de medicamento; elaborado a partir de *QRD product-information template version 10* (DOC/182 KB)<sup>45</sup>

Para além dos conteúdos e organização acima apresentados, a bula destinada aos doentes/utilizadores deve ser de fácil acesso, em termos de legibilidade. Segundo o INFARMED<sup>46</sup>, durante muito tempo, a bula de medicamento consistia numa cópia das secções mais importantes do *Resumo das Características do Medicamento* destinado aos profissionais de saúde, apresentando demasiados termos técnicos e científicos, o que comprometia a compreensão das informações necessárias à toma segura e adequada dos medicamentos por parte do doente/utilizador. Para assegurar que as bulas de medicamento apresentam estas informações de forma clara, legível e intuitiva, começaram a ser feitos testes de legibilidade, cujos resultados, em Portugal, devem ser apresentados ao INFARMED.

De acordo com o INFARMED, o termo *legibilidade* contempla os fatores que influenciam o sucesso na leitura e compreensão de um texto, designadamente:

- *Interesse e motivação do leitor;*
- *Aspectos relacionados com a impressão e ilustrações;*
- *Relação entre a complexidade das palavras e frases utilizadas e a capacidade de leitura do receptor.*

*Circular informativa, INFARMED<sup>47</sup>*

<sup>45</sup> Disponível em: <<https://www.ema.europa.eu/en/human-regulatory/marketing-authorisation/product-information/product-information-templates>> [acesso a 1 de agosto 2018].

<sup>46</sup> Informação disponível em: <[http://www.infarmed.pt/web/infarmed/entidades/medicamentos-uso-humano/autorizacao-de-introducao-no-mercado/legibilidade\\_folhetos\\_informativos](http://www.infarmed.pt/web/infarmed/entidades/medicamentos-uso-humano/autorizacao-de-introducao-no-mercado/legibilidade_folhetos_informativos)> [acesso a 1 de agosto de 2018].

<sup>47</sup> Informação disponível: <[http://www.infarmed.pt/documents/15786/17838/Circular\\_212.pdf/de06fbad-c195-4afb-b6c7-c63b13ed4878](http://www.infarmed.pt/documents/15786/17838/Circular_212.pdf/de06fbad-c195-4afb-b6c7-c63b13ed4878)> [acesso a 1 de agosto de 2018].

São estes os fatores que devem ser observados na comprovação da legibilidade das bulas de medicamento. De acordo com o artigo 63.º da *Diretiva 2001/83/CE do Parlamento Europeu e do Conselho*, a bula de medicamento “deve ser redigida em termos claros e compreensíveis, na ou nas línguas oficiais do Estado-Membro em que se procede à introdução no mercado, e de modo a ser facilmente legível.”. Segundo o artigo 61.º da *Diretiva 2001/83/CE do Parlamento Europeu e do Conselho*, quando é efetuado o pedido de autorização de introdução do medicamento no mercado, têm de ser submetidas às autoridades competentes amostras ou reprodução da embalagem externa e do acondicionamento primário, bem como o projeto da bula. Se estas estiverem em conformidade com as normas estipuladas e com as informações contidas no resumo das características do produto, as autoridades não se opõem à sua introdução no mercado. Em seguida, apresenta-se um excerto de um folheto informativo aprovado pelo INFARMED em 2004.

APROVADO EM  
15.03.2004  
INFARMED

**FOLHETO INFORMATIVO**

TERBINAFINA LABESFAL 250 mg comprimidos

*Leia atentamente este folheto antes de tomar o medicamento.*  
*Conserve este folheto. Pode ter necessidade de o ler.*  
*Caso tenha dúvidas, consulte o seu médico ou farmacêutico.*  
*Este medicamento foi receitado para si. Não deve dá-lo a outros; o medicamento pode ser-lhes prejudicial mesmo que apresentem os mesmos sintomas.*

**Composição**  
 Cada comprimido contém 250 mg de terbinafina, sob a forma de cloridrato.

**Forma farmacéutica e apresentação**  
 Comprimidos.  
 Embalagens de 14 e 28 comprimidos.

**Categoria fármaco-terapêutica**  
 1.2 – Antifúngicos.

**Titular da Autorização de Introdução no Mercado**  
 LABESFAL – Laboratórios Alnaro, S.A.  
 3465-051 Campo de Bateiras  
 Portugal

**Indicações terapêuticas**

- Infecções fúngicas da pele, para o tratamento de *Tinea corporis*, *Tinea cruris* e *Tinea pedis*, nos casos em que a terapêutica oral é geralmente considerada adequada atendendo ao local, gravidade ou extensão da infecção.
- Onicomicoses (infecções fúngicas das unhas) causadas por fungos dermatófilos.

*Nota:* A terbinafina administrada oralmente não é eficaz na *Pharyngotonsillite*.

**Contra-indicações**

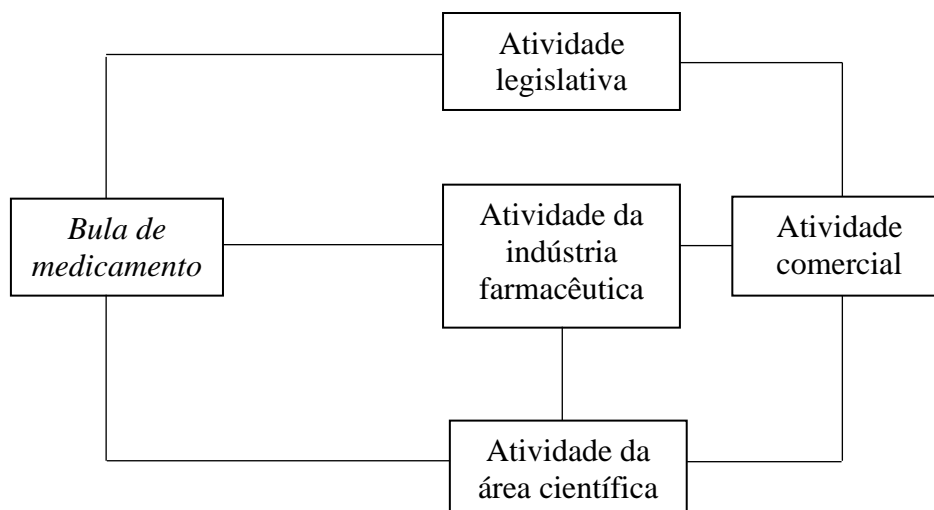
- Hipersensibilidade à terbinafina ou a qualquer dos excipientes.

**Efeitos indesejáveis**  
 Frequência estimada: muito comuns = 10 %, comuns = 1 % a < 10 %, pouco comuns = 0,1 % a < 1 %.

**Imagem 11:** projeto de folheto informativo<sup>48</sup>

<sup>48</sup> Extraído de: <[http://app7.infarmed.pt/infomed/download\\_ficheiro.php?med\\_id=35909&tipo\\_doc=fi](http://app7.infarmed.pt/infomed/download_ficheiro.php?med_id=35909&tipo_doc=fi)> [acesso a 3 de agosto de 2018].

Porém, qualquer alteração de elementos da rotulagem ou da bula que não esteja relacionada com o *Resumo das Características do Medicamento* tem de ser submetida para a apreciação das autoridades, tendo em vista a autorização da sua introdução no mercado. Neste sentido, o género *bula de medicamento* está associado à atividade da indústria farmacêutica, comercial, legislativa e da área científica<sup>49</sup>, conforme se esquematiza em seguida.



**Esquema 15:** atividades e género *bula de medicamento*

Como foi referido anteriormente, tudo o que ocorre numa bula de medicamento é legislado. Isto significa que a *bula*, apesar de ser produzida no âmbito da atividade da indústria farmacêutica, é um género fortemente influenciado pela atividade legislativa e isso é evidenciado, entre outros aspetos, pela significativa previsibilidade dos conteúdos e da sua organização, como se descreverá em 3.1.4. e se ilustra no quadro seguinte.

<sup>49</sup> Embora consideremos que, neste caso, a atividade da indústria farmacêutica implica a atividade da área científica, fazemos a distinção para sublinhar a especificidade da atividade da área científica, a Farmácia, como Ciência que se foca na investigação das propriedades químicas das substâncias para a preparação de medicamentos e drogas.

	BM1	BM3	BM7
Secções / conteúdos PERI- TEXTO	Etiqueta <i>folheto informativo</i>	Etiqueta <i>folheto informativo</i>	Etiqueta <i>folheto informativo</i>
	Nome do medicamento <i>Panadol Extra</i>	Nome do medicamento <i>Mebocaína</i>	Nome do medicamento <i>Mucoral</i>
	Forma farmacêutica e composição	Forma farmacêutica e compo- sição	Forma farmacêutica e compo- sição
	Informações gerais	Informações gerais	Informações gerais
	Índice	Índice	Índice
Secções / conteúdos CORPO DO TEXTO	1. O que é Panadol Extra e para que é utilizado	1. O que é Mebocaína Forte e para que é utilizado	1. O que é Mucoral e para que é utilizado
	2. Antes de tomar Panadol Extra	2. O que precisa de saber an- tes de utilizar Mebocaína Forte	2. O que precisa de saber an- tes de tomar Mucoral
	3. Como tomar Panadol Extra	3. Como utilizar Mebocaína Forte	3. Como tomar Mucoral
	4. Efeitos secundários pos- síveis	4. Efeitos secundários possí- veis	4. Efeitos secundários possí- veis
	5. Como conservar Panadol Extra	5. Como conservar Mebocaína Forte	5. Como conservar Mucoral
	6. Outras informações	6. Conteúdo da embalagem e outras informações	6. Conteúdo da embalagem e outras informações
	Titular da autorização de introdução de mercado e fabricante	Titular da autorização de in- trodução de mercado e fabri- cante	Titular da autorização de in- trodução de mercado e fabri- cante
	Data de revisão do folheto	Data de revisão do folheto	Data de revisão do folheto

**Quadro 26:** secções e conteúdos da *bula de medicamento* (BM1, BM3, BM7)

Observa-se, assim, que os três exemplares que integram o *corpus* são semelhantes, tanto nos conteúdos contemplados como na sua disposição no espaço textual, precisamente devido ao facto de estes aspetos serem regulados pela legislação em vigor.

Neste sentido, todas as atividades a que está associado o género *bula de medicamento* estão subordinadas à atividade legislativa, como atesta, para além dos conteúdos e da sua organização, a ocorrência de elementos que remetem para questões de ordem legal, nomeadamente a indicação do titular de autorização de introdução de mercado, a data da última revisão do folheto e, em alguns exemplares, o número de registo no INFARMED. Porém, as outras atividades também se manifestam textualmente, designadamente a atividade comercial, pois temos a presença de elementos que remetem para o modo como o

género se insere na atividade, como, por exemplo, a etiqueta de género e construção *folheto informativo: instruções para o utilizador*, presente em todos os exemplares, entre outras formas e construções linguísticas relativas à atividade comercial, designadamente *medicamento não sujeito a receita médica* (modo de comercialização) e *titular de autorização de introdução no mercado*.

Quanto à atividade farmacêutica, em estreita interação com a atividade da área científica, a Farmácia, esta é evidenciada não só pelos logótipos e referências alusivas às indústrias farmacêuticas em questão, mas também pela ocorrência de conceitos que remetem para estas atividades. Porém, como ilustra a imagem seguinte, observa-se que não ocorrem demasiados termos técnicos e científicos, o que decorre do facto de a produção das bulas ser regulada por critérios de legibilidade, o que também evidencia a subordinação destas atividades à atividade legislativa.



**Imagem 12:** termos mais frequentes em BM5; extraída a partir de *Voyant Tools*

### 1.1.5. Rótulo de embalagem de medicamento

À semelhança da bula, a embalagem externa é igualmente obrigatória na comercialização dos medicamentos, tal como é sublinhado no *Guideline on the readability of the labelling and package leaflet of medicinal products for human use* (2009):

According to Article 54, Article 55 and Article 59 of Directive 2001/83/EC of the European Parliament and of the Council of 6 November 2001 on the Community code relating to medicinal products for human use<sup>1</sup> (hereinafter: “Directive 2001/83/EC”) medicinal

products must be accompanied by outer and/or immediate packaging information (labeling) and a package leaflet.

A origem do acondicionamento de medicamentos é indissociável da história da Farmácia e do medicamento que, segundo Cabral e Pita (2015), “é tão antiga como a história da Humanidade”. Em Portugal, as primeiras boticas de armazenamento de medicamentos surgiram no século XIII. Embora já existissem os especieiros que desenvolviam terapêuticas com especiarias, foi com as boticas que surgiram os boticários, com funções próximas dos atuais farmacêuticos. Durante vários séculos, os medicamentos foram acondicionados em recipientes de vidro ou em faianças, bem como em boticas de madeira portáteis (Fernandes, 2008). As atuais embalagens de medicamento só surgiram com grande crescimento da indústria farmacêutica que se observou a partir dos séculos XIX e XX. Em Portugal, as primeiras embalagens comerciais surgiram com o desenvolvimento e difusão das artes gráficas no século XIX. Não existindo ainda profissionais especializados, as primeiras fábricas contratavam desenhadores para a elaboração dos rótulos e embalagens (Marcelo, 2010: 36-37).

De acordo com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), conforme o artigo 2.º do *Decreto-Lei n.º 366-A/97*, de 20 de dezembro, na sua redação atual, a embalagem diz respeito a “todos e quaisquer produtos feitos de materiais de qualquer natureza utilizados para conter, proteger, movimentar, manusear, entregar e apresentar mercadorias, tanto matérias-primas como produtos transformados, desde o produtor até ao utilizador ou consumidor (...)”. Neste âmbito, distingue-se três tipos: embalagem primária (embalagem de venda), embalagem secundária (embalagem grupada) e embalagem terciária (embalagem de transporte).

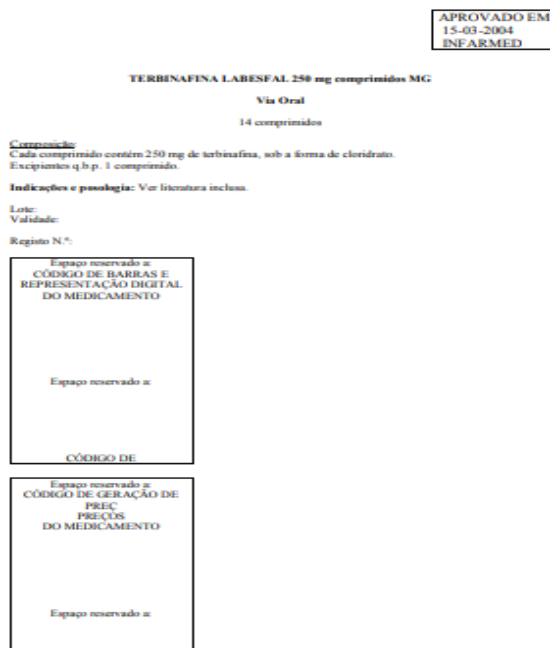
Conforme o artigo 3.º da *Diretiva 2001/83/CE do Parlamento Europeu e do Conselho*, a embalagem do medicamento corresponde ao acondicionamento secundário do medicamento, sendo que o acondicionamento primário diz respeito ao recipiente ou qualquer outra forma de acondicionamento que está em contacto direto com o medicamento, como, por exemplo, o frasco, a lamela ou a bisnaga que são comercializados inseridos no acondicionamento secundário.

A embalagem de medicamento tem, fundamentalmente, três funções: conservação e proteção do produto, utilização e informação.

Segundo o artigo 51.º da *Diretiva 2001/83/CE*, a embalagem externa de qualquer medicamento deve contemplar os seguintes elementos:

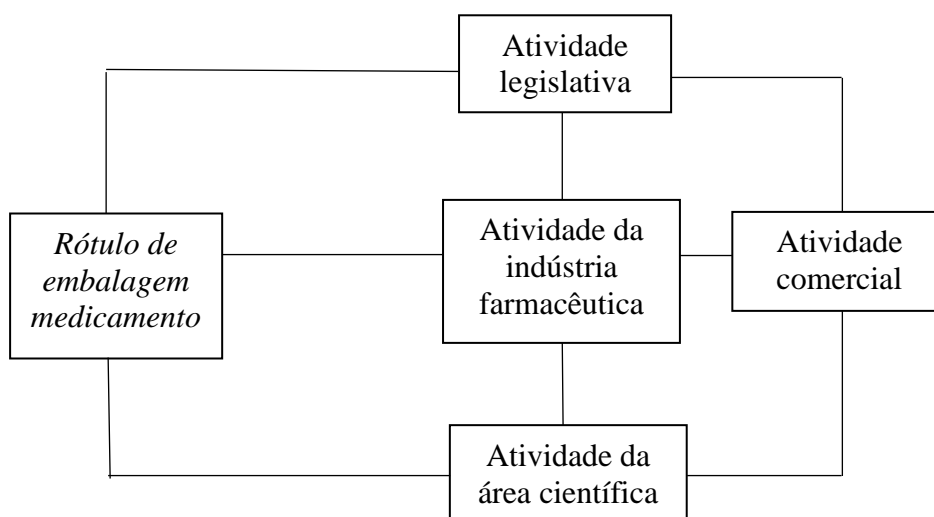
- a) A designação do medicamento seguida da designação comum, caso o medicamento contenha apenas uma substância activa e a sua designação seja ou não um nome de fantasia; caso existam para um medicamento várias apresentações e/ou dosagens distintas, a apresentação e/ou a dosagem (se for caso disso, para lactentes, crianças, adultos) devem constar da designação do medicamento;
- b) A composição qualitativa e quantitativa em substâncias activas por unidade de administração ou, em função do modo de administração, para um volume ou peso determinados, expressa em termos das designações comuns;
- c) A apresentação e conteúdo em peso, volume ou unidades de administração;
- d) A lista dos excipientes com acção ou efeito notórios previstos nas directrizes publicadas por força do artigo 65.º. No entanto, se se tratar de um produto injectável, de uma preparação tópica ou de um colírio, devem ser mencionadas todas as substâncias;
- e) O modo e, se necessário, a via de administração;
- f) Uma advertência especial indicando que o medicamento deve ser mantido fora do alcance das crianças;
- g) Uma advertência especial, se for necessária, para o medicamento em causa;
- h) O prazo de validade explícito (mês/ano);
- i) Os cuidados específicos de conservação, se for caso disso;
- j) Os cuidados específicos quanto à eliminação dos medicamentos não utilizados ou dos detritos provenientes desses medicamentos, se for caso disso;
- k) O nome e endereço do titular da autorização de introdução no mercado;
- l) O número da autorização de introdução no mercado;
- m) O número do lote de fabrico;
- n) A indicação de utilização para os medicamentos de automedicação.

Para que uma embalagem seja utilizada na comercialização de medicamentos, é necessário apresentar um projeto da mesma e só com a respetiva aprovação é que é dada a autorização de introdução no mercado. Para exemplificar, em seguida, apresenta-se um projeto de rotulagem aprovado em 2004 pelo INFARMED.



**Imagem 13:** projeto de rotulagem de acondicionamento secundário<sup>50</sup>

Neste sentido, tal como a *bula de medicamento*, o género *rótulo de embalagem de medicamento* está associado às atividades legislativa, comercial, da indústria farmacêutica e da área científica, conforme o esquema que se segue.



**Esquema 16:** atividades e género *rótulo de rótulo de embalagem de medicamento*

<sup>50</sup> Extraído de: <[http://app7.infarmed.pt/infomed/download\\_ficheiro.php?med\\_id=35909&tipo\\_doc=fi](http://app7.infarmed.pt/infomed/download_ficheiro.php?med_id=35909&tipo_doc=fi)> [acesso a 10 de agosto de 2018].



Comparando três exemplares do *corpus*, observa-se que o *rótulo de embalagem de medicamento* é significativamente estável e previsível no que respeita aos conteúdos contemplados e à sua organização, pois tal como a *bula*, é um género, como se referiu, regulado por várias disposições legais. Neste sentido, as disposições legais que abordámos anteriormente determinam que os exemplares do género contemplem determinados conteúdos, como se ilustra no quadro seguinte.

Conteúdos	EM2	EM5	EM6
Designação do medicamento	<i>Spidifen</i>	<i>Metibasol</i>	<i>Zolpidem</i>
Forma farmacêutica e composição	Granulado para solução oral ibuprofeno (arginato)	Cada comprimido contém 5 mg de tiamazol	Cada comprimido contém 10 mg de tartrato de zolpidem
Apresentação e conteúdo	20 saquetas de granulado	60 comprimidos	20 comprimidos revestidos por película
Excipientes	Cada saqueta contém 400 mg de ibuprofeno (sob a forma de arginato de ibuprofeno); Contém aspartamo (E951), sacarose e sódio (sob a forma de bicarbonato de sódio e sacarina sódica)	Cada comprimido contém 5 mg de tiamazol Contém lactose	Cada comprimido contém: 10 mg de tartrato de zolpidem equivalente a 8,03 de zolpidem Contém lactose
Via de administração	Via oral	Via oral	Via oral
Advertências	Manter fora da vista e do alcance das crianças	Manter fora do alcance e da vista das crianças	Manter fora do alcance e da vista das crianças
Prazo de validade	1/2018	10/2023	05/2019
Preço	3,68 euros	3,95 euros	2,96 euros
Modo conservação	Não são necessárias quaisquer precauções especiais de conservação	Conservar a temperatura inferior a 25°C	—
O nome e endereço do titular da autorização de introdução no mercado	Zambom – Produtos farmacêuticos, Lda Rua Comandante Henrique Maya, 1 – 1500-192 Lisboa	SANÓBIA Centro Saúde e Estética, Lda Rua Joaquim Paço d'Arcos, 11 – 1500-365 Lisboa	Actavis A/S Sucursal Ra Virgílio Correia, 11-A 1600-219 Lisboa
O número da autorização de introdução no mercado	Reg. N° 5912787	Reg. N° 9988022	Reg. N° 5926688

O número do lote de fabrico	335458	69727	160107108
Indicação de utilização para os medicamentos de automedicação	Medicamento sujeito a receita médica	Medicamento sujeito a receita médica	Medicamento sujeito a receita médica

**Quadro 27:** secções e conteúdos do *rótulo de embalagem de medicamento* (EM2, EM5, EM6)

Conforme observado nos exemplares do género *bula*, no *rótulo de embalagem de medicamento* também se manifestam textualmente as restantes atividades, sendo igualmente reguladas pela atividade legislativa, designadamente a atividade comercial, com a presença do preço do medicamento e da informação sobre o modo de comercialização, bem como as atividades farmacêutica e da área científica, como atesta a presença de informação relativa à farmacêutica responsável pela comercialização (titular de autorização de introdução no mercado) e de formas e construções linguísticas que remetem para a Farmácia, enquanto área científica, como, por exemplo, a composição dos medicamentos comercializados. Porém, a ocorrência de todos estes elementos no *rótulo de embalagem de medicamento* obedece a diretrizes e disposições legais.

#### 1.1.6. *Rótulo de embalagem de tabaco*

O *rótulo de embalagem de tabaco* é um género associado à forma de comercialização atual dos produtos de tabaco, embora esta e o consumo de tabaco na Europa existam, pelo menos, desde o século XV, quando os europeus descobriram a planta e o seu modo de consumo no contacto com os povos indígenas. Apesar de os efeitos nocivos do tabaco já serem há muito conhecidos, durante um longo período do século XX, era habitual que a publicidade e os rótulos de embalagens de tabaco transmitissem a imagem do tabagismo como um hábito socialmente positivo, associando-o, muitas vezes, a personalidades do desporto e do cinema, bem como a profissões socialmente prestigiadas<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Alguns exemplos disponíveis em: <<http://lx60.blogspot.com/2012/11/tem-lume.html>> [acesso a 6 de setembro de 2018].

Segundo Fraga *et al.* (2005: 224), “as primeiras medidas legislativas remontam aos finais do século XX, e tinham como objectivo a protecção de menores contra os efeitos do tabaco, tal como aconteceu nos Estados Unidos e na Noruega.”. De acordo com os autores, foi após a Segunda Guerra Mundial que começou a ser desenvolvida a legislação sobre o tabaco, sendo já recomendada em 1973 pelo Conselho da Europa a proibição de publicidade ao tabaco e sublinhada em 1974, pela Comissão de Especialistas da OMS, a necessidade de implementar medidas legislativas, dados os efeitos nocivos do tabagismo (Fraga *et al.*, 2005: 224).

Atualmente, em grande parte dos países da Europa, vigora a total proibição de publicidade direta ou indireta ao tabaco, como é o caso de Portugal, país onde é aplicada uma proibição total de todas as formas de publicidade aos produtos do tabaco, sendo ainda proibido o “patrocínio de programas televisivos por pessoas singulares ou coletivas cuja atividade principal seja o fabrico ou a venda de produtos do tabaco”<sup>52</sup>.

De acordo com a *Diretiva 2014/40/UE do Parlamento Europeu e do Conselho* (DPEC) de 3 de abril de 2014, cujas disposições foram transpostas em Portugal para a *Lei n.º 109/2015*, regulando as práticas de fabrico e comércio dos produtos de tabaco<sup>53</sup>, as embalagens de tabaco têm de apresentar “informações apropriadas e suficientes sobre a sua utilização segura, a fim de proteger a saúde e segurança humanas, deverão exibir advertências de saúde adequadas e não deverão incluir elementos ou características suscetíveis de induzir em erro”.

Segundo o artigo 8.º da DPEC, no que respeita à rotulagem e comercialização do tabaco, todas as embalagens de produtos de tabaco a comercializar em território nacional têm de apresentar, impressas ou apostas, advertências de nocividade, na língua oficial ou línguas oficiais do Estado-Membro em que o produto é comercializado. Além disso, as advertências têm de cobrir a totalidade da superfície da embalagem individual ou emba-

---

<sup>52</sup> Informação disponível em: <[file:///C:/Users/Rute/Downloads/MEMO-01-205\\_PT.pdf](file:///C:/Users/Rute/Downloads/MEMO-01-205_PT.pdf)> [acesso a 6 de setembro de 2018].

<sup>53</sup> Em Portugal, o cumprimento das disposições da DPEC, tanto no âmbito do fabrico como na comercialização, é assegurado por diversas entidades, nomeadamente pela Direção-Geral de Saúde (DGS), à qual os fabricantes ou importadores de produtos do tabaco “devem apresentar à anualmente, até 30 de Setembro, em suporte informático, a lista de todos os ingredientes e respectivas quantidades utilizados no fabrico dos seus produtos do tabaco, por marca e tipo individuais” (artigo 10.º da Lei n.º 37/2007 de 14 de Agosto), pelo Instituto Português de Acreditação, I. P., pela Autoridade Tributária e Aduaneira e pela Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

lagem exterior que lhe está reservada, não podendo ser comentadas, parafraseadas ou referidas. As advertências têm de ser impressas na embalagem, de modo totalmente visível e inamovível, indelével, não podendo ser dissimuladas pelos selos fiscais, marcas de preço ou elementos de segurança, devendo permanecer intactas na abertura da embalagem individual, exceto nos maços com aba macia articulada, em que a advertência é dividida, quando a embalagem é aberta.

Conforme o artigo 9.º, cada embalagem de tabaco tem de apresentar uma das seguintes advertências gerais: “Fumar mata – deixe já” ou “Fumar mata”, na parte inferior de uma das superfícies laterais das embalagens individuais. Além disso, é também obrigatória a presença da mensagem informativa “O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro”, na parte inferior da outra superfície lateral. Estas advertências não podem ter uma largura inferior a 20 mm. Já nos maços com forma de caixa com tampa articulada, a advertência e a mensagem informativa ocorrem na sua totalidade na maior das superfícies que se dividem na abertura.

Importa também sublinhar que a advertência geral e mensagem informativa têm de cobrir 50 % das superfícies e impressas em corpo negro helvética sobre fundo branco, embora os Estados-Membros possam determinar o tamanho da letra, de acordo com requisitos linguísticos, desde que o espaço maior destinado às advertências seja o adequado. As advertências deverão, ainda, ser impressas no centro da superfície que lhes é destinada e paralelas ao bordo lateral da embalagem individual ou da embalagem exterior.

Por outro lado, as advertências referidas têm de combinar-se com uma das 42 fotografias a cores que fazem parte do álbum para o efeito<sup>54</sup> e com uma das advertências que se apresentam no quadro que se segue.

- |  |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"><li>1. <i>Fumar provoca 9 em cada 10 cancros do pulmão</i></li><li>2. <i>Fumar provoca cancro da boca e da garganta</i></li><li>3. <i>Fumar danifica os seus pulmões</i></li><li>4. <i>Fumar provoca ataques cardíacos</i></li><li>5. <i>Fumar provoca acidentes vasculares cerebrais e incapacidades</i></li><li>6. <i>Fumar provoca a obstrução das artérias</i></li><li>7. <i>Fumar agrava o risco de cegueira</i></li><li>8. <i>Fumar provoca lesões nos seus dentes e gengivas</i></li><li>9. <i>Fumar pode matar o seu filho antes de ele nascer</i></li></ol> |
|--|

---

<sup>54</sup> Disponíveis, por exemplo, na Lei n.º 109/2015 de 26 de agosto:

<<https://dre.pt/application/conteudo/70114078>> [acesso a 6 de setembro de 2018].

- |  |
|--|
| <p>10. <i>O seu fumo prejudica os seus filhos, família e amigos</i></p> <p>11. <i>Os filhos de fumadores têm maior propensão para fumar</i></p> <p>12. <i>Deixe de fumar já — pense em quem gosta de si</i></p> <p>13. <i>Fumar reduz a fertilidade</i></p> <p>14. <i>Fumar agrava o risco de impotência</i></p> |
|--|

**Quadro 28:** lista de advertências; elaborada a partir da *Diretiva 2014/40/UE*  
do Parlamento Europeu e do Conselho de 3 de abril de 2014: 34

Por outro lado, as advertências incluem, obrigatoriamente, informações para deixar de fumar, nomeadamente números de telefone, endereços de correio eletrónico e/ou *sítios web* para informar os consumidores sobre os programas de apoio à cessação tabágica; estas advertências cobrem 65% de ambas as faces externas dianteira e traseira das embalagens e estas apresentam a mesma advertência em texto e a correspondente fotografia a cores nos dois lados; estas advertências ocorrem junto do bordo superior de uma embalagem e devem estar posicionadas na mesma direção que qualquer outra informação que ocorra nessa superfície. No caso dos maços de cigarros, as advertências têm de ter altura não inferior a 44 mm e largura não inferior a 52 mm. Na embalagem de tabaco, combinam-se, assim, obrigatoriamente, advertências agrupadas em três séries<sup>55</sup>.

Quanto à apresentação do produto, o artigo 13.º da Diretiva sublinha que tanto a rotulagem da embalagem como o produto não podem apresentar elementos que promovam o consumo de tabaco, que sugiram que o produto é menos nocivo do que outro e, por isso, atualmente as embalagens já não apresentam a referência aos índices de nicotina e alcatrão, nem que façam referência ao sabor ou odor, que se assemelhem aos produtos alimentares e cosméticos, que sugiram que o produto tem vantagens ambientais, que indiquem vantagens económicas, nomeadamente descontos e promoções. No que respeita à aparência e conteúdo das embalagens individuais, estas têm, obrigatoriamente, uma forma paralelepípedica, enquanto as embalagens individuais de tabaco de enrolar podem ter forma paralelepípedica, cilíndrica, ou de bolsa. As embalagens individuais de cigarros são produzidas para conter 20 cigarros e as embalagens de tabaco de enrolar contêm pelo menos 30 g de tabaco. Relativamente ao material, as embalagens individuais de cigarros

---

<sup>55</sup> Cada série é utilizada num determinado ano e em rotação anual. Cabe aos Estados-Membros assegurar que “cada advertência de saúde combinada disponível para utilização num determinado ano seja ostentada, na medida do possível, em igual número em cada marca de produtos do tabaco” (Diretiva 2014/40/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 3 de abril de 2014: 20).

podem ser de cartão ou material macio, não podendo apresentar nenhuma abertura que possa voltar a ser fechada ou selada depois de aberta.

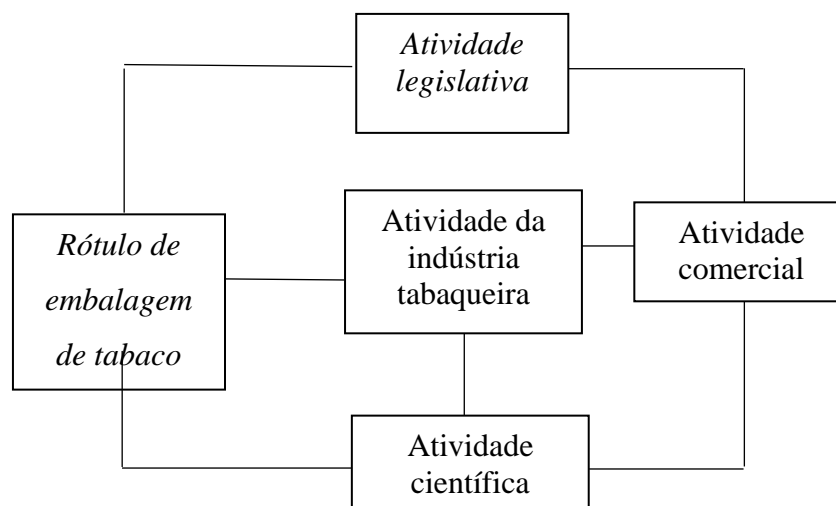
Para assegurar a rastreabilidade dos produtos de tabaco, nos Estados-Membros, todas as embalagens individuais apresentam um identificador impresso ou afixado de modo inamovível, indelével, não podendo este ser dissimulado ou separado por nenhum outro elemento. No caso dos produtos fabricados fora da União Europeia, estas obrigações só se aplicam aos que são destinados ao mercado da União ou comercializados na União. Conforme o artigo 15.º, o identificador único permite determinar:

a) A data e o local de fabrico; b) A instalação de fabrico; c) A máquina utilizada para fabricar os produtos do tabaco; d) O turno de produção ou a hora de fabrico; e) A descrição do produto; f) O mercado a retalho visado; g) A rota de expedição prevista; h) Quando aplicável, o importador para a União; i) A rota de expedição realmente percorrida desde o fabrico até ao primeiro estabelecimento retalhista, incluindo todos os armazéns utilizados, bem como a data de expedição, o destino da expedição, o ponto de partida e o destinatário; j) A identidade de todos os compradores desde o fabrico até ao primeiro estabelecimento retalhista; k) A fatura, o número de encomenda e os registos de pagamento de todos os compradores desde o fabrico até ao primeiro estabelecimento retalhista.

DPEC; artigo 15.º: 22

Para além do identificador único, as embalagens de tabaco têm também de apresentar um elemento de segurança inviolável, constituído por elementos visíveis e invisíveis. Neste sentido, tudo o que ocorre no rótulo da embalagem de tabaco é fortemente legislado.

Para além da atividade legislativa, o género está associado à atividade da indústria de tabaco, à atividade comercial e à atividade científica, designadamente à Toxicologia, enquanto Ciência multidisciplinar que contempla vários domínios do conhecimento (Química, Genética, entre outros) e investiga os efeitos nocivos de diferentes substâncias químicas no organismo.



**Esquema 17:** atividades e género *rótulo de embalagem de tabaco*

Como vimos anteriormente, todas as secções e conteúdos de um rótulo de embalagem de tabaco são legislados, sendo, inclusivamente, fornecidas aos fabricantes as advertências e imagens que têm de ser obrigatoriamente combinadas em qualquer rótulo, não existindo grande margem de escolha neste âmbito, conforme se ilustra no quadro que se segue.

	Secções/conteúdos	RT1	RT5	RT6
		<i>Lucky Strike</i>	<i>LM</i>	<i>Rothmans</i>
Frente	Advertência	Fumar danifica os pulmões	Deixe de fumar já – pense em quem gosta de si	Os filhos de fumadores têm maior propensão para fumar
	Contactos de apoio à cessação tabágica	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>
	Imagem Logótipo	Com a frase “ferida aberta após operação aos pulmões”	Imagem Logótipo	Imagem Logótipo

Verso	Imagem Advertência	Fumar danifica os pulmões	Deixe de fumar já – pense em quem gosta de si	Os filhos de fumadores têm maior propensão para fumar
	Contactos de apoio à cessa- ção tabágica	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou www.dgs.pt	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou www.dgs.pt	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou www.dgs.pt
Lateral es- querda	Logótipos Mensagens informativas	O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causado- ras de cancro	Fumar mata – deixe já.	O fumo do tabaco contém mais de 70 substân- cias causado- ras de cancro
Lateral direita	Advertência Logótipo Símbolo ponto verde Fabrico Código de barras	Fumar mata – Deixe já.	O fumo do tabaco con- tém mais de 70 substân- cias causado- ras de cancro	Fumar mata – Deixe já.
Lateral su- perior	Marca	Logótipo da marca	Logótipo da marca	Logótipo da marca
Lateral in- ferior	Marca e preço	Marca e preço	Marca e preço	Marca e preço

**Quadro 29:** secções e conteúdos do rótulo de embalagem de tabaco (RT1, RT5, RT6)

Como ilustramos no quadro 29 e aprofundamos mais à frente, as advertências que ocorrem na frente e verso são variáveis, porém terão sempre de corresponder a uma das 14 legalmente permitidas (cf. Quadro 28) e de funcionar como legenda da imagem selecionada. Por outro lado, como já foi referido a propósito da legislação em vigor, a mensagem informativa relativa a contactos de apoio à cessação tabágica é obrigatória, situando-se sempre entre a advertência e imagem, na frente da embalagem, na zona de abertura, e na margem inferior do verso. Além disso, são também obrigatórias as advertências nas laterais, mas neste caso apenas uma delas admite uma pequena variação, a já mencionada “Fumar mata – deixe já” ou “Fumar mata”. As ocorrências dos restantes elementos são igualmente legisladas, não existindo nenhum elemento que promova o consumo de tabaco de forma explícita, embora o logótipo da marca e as cores utilizadas possam ser consideradas, a nosso ver, um modo subtil de promoção.



Relembramos que até há poucos anos era indicada a quantidade de substâncias nocivas, o que poderia levar os consumidores a comprar determinado produto de tabaco, por considerar que este seria menos nocivo. Embora tenha sido proibida esta indicação, assim como a ocorrência de expressões como *light*, as cores continuam a ser um orientador para os consumidores, sendo que as cores mais fortes, como o preto e vermelho, estão associadas ao tabaco com maior quantidade de nicotina, alcatrão, entre outras substâncias, enquanto as mais suaves, como o azul, branco e cinzento, a menores índices destas substâncias.

Esta característica, na nossa perspetiva, constitui não apenas uma marca da atividade comercial, mas também uma estratégia de *marketing*, estando implícita uma ténue distinção, talvez apenas perceptível pelos consumidores de tabaco, o que na realidade acaba por não se refletir de forma significativa nos hábitos de consumo. Na verdade, este facto atesta que o género está também associado à atividade publicitária, ainda que de forma implícita, tendo em conta que a legislação em vigor não permite publicidade ao tabaco e a produtos derivados. Ainda relativamente à atividade comercial, temos sempre a ocorrência de um código de barras, do preço do produto e este é igualmente legislado, constituindo um fator determinante para os hábitos de consumo atuais.

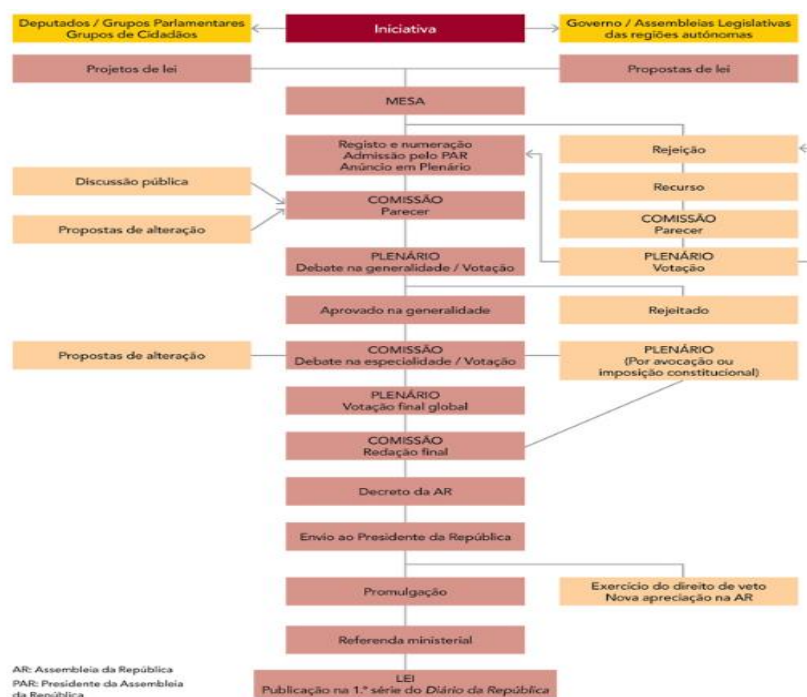
Além disso, a atividade da indústria de tabaco é evidenciada pela ocorrência da sua identificação numa das laterais (*made in EU under authority of Phillip Morris, Products S. A. Neuchâtel Switzerland*), sendo que todos os exemplares contemplam ainda uma referência em inglês ao tipo de folha e modo de fabrico, como, por exemplo, a expressão *fine cut*, geralmente incorporada no logótipo da marca. Subjacente a esta referência está também a atividade das diferentes áreas científicas implicadas na produção de tabaco, designadamente a Toxicologia.

Porém, como já sublinhado, todas as ocorrências são reguladas por disposições legais, o que torna, desta forma, o género *rótulo de embalagem de tabaco*, tal como a *bula* e o *rótulo de embalagem de medicamento*, bastante dependente das mudanças que ocorrem no âmbito da atividade legislativa.

### 1.1.7. Projeto de lei

O *projeto de lei* constitui uma iniciativa legislativa apresentada à Assembleia da República, cuja génese remonta à origem da democracia como regime político, em particular, à eclésia do século V a.C., órgão da democracia ateniense que detinha as funções legislativas e deliberativas. Na eclésia eram propostas, discutidas e aprovadas as leis, função que, atualmente e em Portugal, cabe à Assembleia da República, órgão que assume o papel constitucional de “assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses”<sup>56</sup>.

Quando a iniciativa legislativa cabe aos Deputados ou aos Grupos Parlamentares, designam-se *projetos de lei*, quando são apresentadas pelo Governo ou Assembleias Legislativas das regiões autónomas, as iniciativas legislativas constituem propostas de lei. Em seguida, apresenta-se o fluxograma que contempla as diversas etapas das iniciativas legislativas referidas, desde que são apresentadas, até à sua publicação.



**Imagem 14:** fluxograma do processo legislativo comum<sup>57</sup>

<sup>56</sup> Informação disponível em: <<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/assembleia-como-orgao-soberania.aspx>> [acesso a 1 de outubro de 2018].

<sup>57</sup> Extraído de: <<https://www.parlamento.pt/Parlamento>> [acesso a 2 de outubro de 2018].

Além disso, grupos de cidadãos eleitores também podem apresentar iniciativas legislativa à Assembleia da República, tal como participar no procedimento legislativo a que derem origem. De acordo com a *Lei n.º 17/2003*, de 4 de junho<sup>58</sup>, para exercer o direito de iniciativa legislativa, os cidadãos têm de estar definitivamente inscritos no recenseamento eleitoral, quer no território nacional, quer no estrangeiro. A iniciativa legislativa de cidadãos pode contemplar todas as matérias incluídas na competência legislativa da Assembleia da República, exceto as que dizem respeito a: *a) As alterações à Constituição; b) As reservadas pela Constituição ao Governo; c) As reservadas pela Constituição às Assembleias Legislativas Regionais dos Açores e da Madeira; d) As do artigo 164.º da Constituição, com exceção da alínea i); e) As amnistias e perdões genéricos; f) As que revistam natureza ou conteúdo orçamental, tributário ou financeiro.*

As iniciativas legislativas de cidadãos são livres e gratuitas, e devem ser apresentadas contemplando os seguintes aspetos:

- a) Uma designação que descreva sinteticamente o seu objeto principal;
- b) Uma justificação ou exposição de motivos de onde conste a descrição sumária da iniciativa, os diplomas legislativos a alterar ou com ela relacionados, as principais consequências da sua aplicação e os seus fundamentos, em especial as respetivas motivações sociais, económicas, financeiras e políticas;
- c) A identificação de todos os proponentes, em suporte de papel ou por via eletrónica, consoante a modalidade de submissão, com indicação do nome completo, do número do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão, do número de eleitor e da data de nascimento correspondentes a cada cidadão subscritor.

Segundo o *Guia prático de regras a observar na elaboração de atos normativos da Assembleia da República* (GPAR)<sup>59</sup>, a elaboração das propostas de lei obedece às regras que constam do Regimento do Conselho de Ministros. O primeiro passo de uma iniciativa legislativa é definir o problema e avaliar o seu âmbito material, seguindo-se a verificação do quadro normativo superior, a determinação dos objetivos a atingir, a análise das alternativas à intervenção normativa, a recolha e análise de informação, isto é,

---

<sup>58</sup> Disponível em:

<[https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao\\_Anotada/IniciativaLegislativaCidadaosAnotada.pdf](https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/IniciativaLegislativaCidadaosAnotada.pdf)> [acesso a 2 de outubro de 2018].

<sup>59</sup> Disponível em:

<[https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma\\_Parlamento/Guia\\_legistica\\_materia1.pdf](https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma_Parlamento/Guia_legistica_materia1.pdf)> [acesso a 2 de outubro de 2018].

recolha e análise de soluções normativas vigentes ou anteriores que dizem respeito à matéria em causa, a organização dos meios humanos envolvidos nas atividades necessárias à elaboração do projeto de lei, a realização estudos de impacto normativo para fundamentar possíveis alternativas à intervenção normativa apresentada. Depois de percorridas as etapas referidas, segue-se a redação do texto normativo, em conformidade com todas as regras de legística formal.

Conforme as regras de legística, na elaboração de atos normativos pelo Governo, os projetos de atos normativos devem considerar as orientações vigentes no GPAR “disponível em sítio na Internet de acesso público e suscetível de atualização permanente”<sup>60</sup>. Os atos normativos do Governo têm de apresentar um preâmbulo e uma exposição de motivos: enquanto o primeiro objetiva apresentar de forma clara e concisa as linhas orientadoras do diploma e a sua motivação, constituindo um corpo único, a exposição de motivos visa fornecer as informações necessárias para que Assembleia da República decida de forma fundamentada. Para tal, o preâmbulo e a exposição de motivos deverão incluir:

- As linhas orientadoras da lei e a sua motivação (incluindo estudos de impacto em que se saliente, em especial, a necessidade de um novo acto, a relação entre custo e benefício e a definição clara dos objectivos a atingir);
- A realização de consultas a cidadãos eleitores (uma vez que o direito de participação é um dos alicerces de um verdadeiro Estado de direito democrático);
- A negociação e a participação ou audição de entidades (procedendo--se à identificação das entidades envolvidas e do seu carácter obrigatório ou facultativo, quando for caso disso).

## GPAR

Segundo este guia, tanto o preâmbulo como a exposição de motivos não podem apresentar exposições doutrinárias, nem referir matéria alheia ao diploma que se apresenta.

As disposições da iniciativa legislativa devem ser organizadas de forma sistemática, ordenadas numericamente e identificadas através de numeração romana, em confor-

---

<sup>60</sup> Disponível em:

<[https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma\\_Parlamento/guialegisticaformal.pdf](https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma_Parlamento/guialegisticaformal.pdf)> [acesso a 2 de outubro de 2018]. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 90-B/2015 republica as regras de legística a observar no processo legislativo do Governo, entretanto atualizadas. Informação disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/70961384>> [acesso a 2 de outubro de 2018].

midade com as unidades seguintes: a) Livros ou partes; b) Títulos; c) Capítulos; d) Secções; e) Subsecções; f) Divisões; g) Subdivisões. Embora possam ser dispensadas nos diplomas de menor dimensão. Conforme o artigo 6.º das regras de legística na elaboração de atos normativos pelo Governo, publicadas no Diário da República, 1.ª série - N.º 219 - 9 de novembro de 2015, na parte inicial dos atos normativos, devem ser apresentados, de forma concisa, o seu objeto, âmbito, princípios gerais, bem como normas definitórias de conceitos, caso sejam necessárias à sua compreensão. Os atos normativos deverão apresentar-se de forma articulada em artigos, sendo que cada um deverá contemplar uma única matéria, podendo ser subdividido em números e alíneas. Quanto aos artigos, os números e alíneas, estes não devem contemplar mais do que um período, e a identificação dos artigos e números deverá ser efetuada através de algarismos, enquanto as alíneas deverão ser identificadas através de letras minúsculas do alfabeto português. Quando o diploma contempla um único artigo, deverá ser designado pela expressão “artigo único”. Ainda no que respeita às alíneas, se o número destas for superior ao número de letras do alfabeto português, dobra-se a letra e recomeça-se o alfabeto. Por outro lado, as alíneas podem ainda ser subdivididas em subalíneas, devendo ser identificadas com recurso à numeração romana, em minúsculas. Neste âmbito, é também necessário observar as normas relativas às remissões, epígrafes, anexos, republicações, bem como no que concerne às disposições complementares, transitórias e finais.

Importa também mencionar algumas das disposições<sup>61</sup> concernentes à:

a) Clareza do discurso: *devem ser utilizadas frases simples e concisas; deve ser adotado o português padrão; deve ser evitado o uso de conceitos indeterminados e vagos; as regras devem ser enunciadas na voz ativa e de forma afirmativa, evitando-se a dupla negativa; os termos deverão ser usados no seu sentido corrente, embora se use terminologia técnica, sempre que necessário.*

b) Linguagem não discriminatória: *recomenda-se a neutralização ou minimização da especificação do género, privilegiando formas inclusivas ou neutras, nomeadamente genéricos verdadeiros ou pronomes invariáveis.*

---

<sup>61</sup> Informação extraída da Resolução do Conselho de Ministros n.º 90-B/2015 (disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/70961384>>) e do *Guia prático de regras a observar na redação de atos normativos da Assembleia da República*. Disponível em:

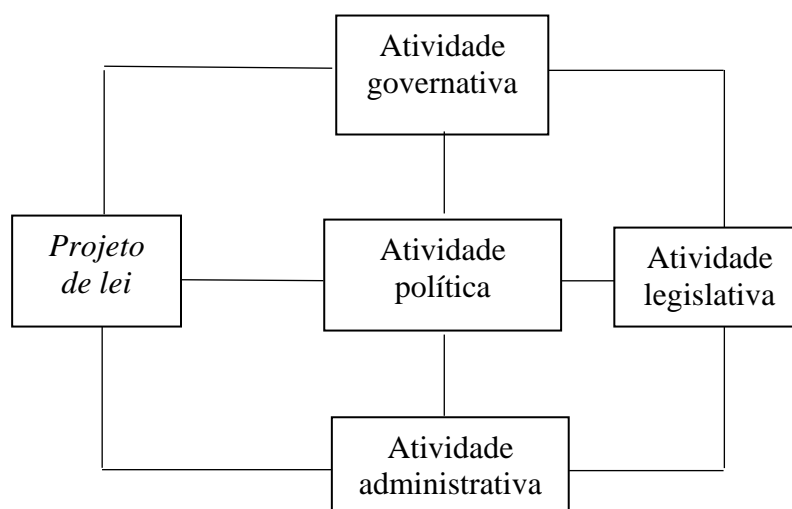
<[https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma\\_Parlamento/guialegisticaformal.pdf](https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma_Parlamento/guialegisticaformal.pdf)> [acesso a 3 de outubro de 2018].

c) Uniformidade de expressões e conceitos: *as expressões devem ser utilizadas com o sentido que têm no ordenamento jurídico e de modo uniforme.*

d) Expressões em idiomas estrangeiros: *só devem ser utilizadas, quando não existem termos correspondentes em português; quando utilizadas, devem ocorrer em itálico.*

e) Tempo verbal: *recomenda-se o uso do presente do indicativo*<sup>62</sup>.

São ainda apresentadas várias recomendações relativas ao uso adequado de maiúsculas, minúsculas, abreviaturas, fórmulas científicas, siglas e acrónimos, pontuação, numerais, negritos, itálicos e aspas. Neste sentido, a redação de um projeto de lei, dado o seu carácter normativo, obedece a múltiplas regras, que vão desde a organização composicional, o plano de texto, até às escolhas lexicais. Face ao exposto, verifica-se que o género *projeto de lei* está associado às atividades legislativa, política, governativa e administrativa.



**Esquema 18:** atividades e género *projeto de lei*

---

<sup>62</sup> Conforme referido no *Guia prático de regras a observar na redação de atos normativos da Assembleia da República*, “o tempo verbal deve reflectir que a norma é actual”. Além disso, “o presente do indicativo deve ainda utilizar-se nos seguintes casos: em normas que remetem para acontecimentos futuros (exemplo: “A partir de 1 de Janeiro de 2007, os funcionários recebem subsídios”) em normas com efeitos retroactivos, que se projectam para acontecimentos já ocorridos (exemplo: “A atribuição da nacionalidade portuguesa produz efeitos desde o nascimento, ...”); em norma de condicionalidade implícita (exemplo: “O Governo regula o presente diploma no prazo de 180 dias”).” Disponível em:

<[https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma\\_Parlamento/guialegisticaformal.pdf](https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma_Parlamento/guialegisticaformal.pdf)> [acesso a 4 de outubro de 2018].

Como se apresenta no esquema acima, o género *projeto de lei*, como iniciativa legislativa apresentada à Assembleia da República por grupos parlamentares, está, por um lado, associado à atividade política, dado que constitui uma iniciativa de grupos políticos e, por outro, à atividade legislativa, pois o objetivo último do mesmo é legislar determinada matéria, sendo esta uma das funções do Governo do país e, por isso, está também associado à atividade governativa. Porém, como vimos anteriormente, a produção de um projeto de lei é regulada pelas orientações vigentes no *Guia prático de regras a observar na redação de atos normativos da Assembleia da República*. Embora estas regras não tenham a força legal das Diretrizes que regulam a produção das bulas e rótulos de embalagens de medicamento e de embalagem de tabaco, não deixam de constituir um constrangimento para o género que se reflete nos exemplares que nele se inscrevem.

No que diz respeito à atividade legislativa, esta manifesta-se nos conteúdos tematizados e na sua organização, como se desenvolve em 3.1.7. e exemplifica no quadro seguinte.

	Secções	Conteúdo(s)
<b>Peritexto</b>	<b>Logótipo</b>	Identificação do partido responsável pela proposta normativa
	<b>Título</b>	<i>Projeto de Lei n.º 149 /XIII</i> (identificação da proposta)
	<b>Resumo /preâmbulo</b>	<i>Regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de dissolução de uniões de facto</i>  (síntese dos objetivos da proposta)
<b>Corpo do texto</b>	<b>Subtítulo (anúncio da secção)</b>	<i>EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS</i>
	<b>Exposição de motivos</b>	<i>Através da Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro, procedeu-se a uma alteração relevante do Código Civil no domínio do Direito da Família que, entre outras matérias, permitiu a agilização dos procedimentos (...)</i>  (motivações da proposta normativa)
	<b>Proposta normativa 1.º - 3.º artigos</b>	Proposta normativa <i>Artigo 1.º</i> <i>Objeto</i> <i>A presente lei estabelece o regime de regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de separação de facto, dissolução de união</i>

		<i>de facto, bem como entre pais não casados nem unidos de facto.</i> (...)  (apresentação da proposta normativa)
<b>Peritexto</b>	<b>Local, data e assinaturas</b>	Palácio de São Bento, 31 de março de 2016 Os Deputados, (Pedro Delgado Alves) (Ana Catarina Mendes) (Susana Amador) (Filipe Neto Brandão) (Isabel Moreira) (Elza Pais)

**Quadro 30:** organização dos conteúdos do projeto de lei (PL1)

Apesar de cada exemplar do género que constitui o *corpus* visar a legislação de matérias distintas, todos os textos apresentam estas secções no *peritexto* e no corpo do texto, demonstrando, assim, que apesar de as regras de redação não terem força legal, os textos obedecem a critérios fixos, no que respeita à organização dos conteúdos, existindo, como se viu, regras para a sua articulação e disposição. Se, por um lado, o género visa legislar, por outro, é regulado, de modo a evitar dificuldades de interpretação e falta de legibilidade que poderiam comprometer as diversas fases implicadas na iniciativa legislativa, tornando-a num processo menos claro, mais moroso e complexo.

Como se mencionou, a atividade legislativa evidencia-se também textualmente nos termos que ocorrem nos textos. Utilizando a ferramenta *Voyant Tools*, no exemplar PL1, observa-se que os termos mais frequentes são do âmbito da atividade legislativa, como, por exemplo, *lei* (22 ocorrências), *parentais* (20 ocorrências) e *Civil* (18 ocorrências).

Tendências		Termos do documento		
#	Termo	Contagem	Relativo	Tendência
1	lei	22	11,122	
1	parentais	20	10,111	
1	responsabilid...	20	10,111	
1	civil	18	9,100	
1	setembro	17	8,595	
1	leis	15	7,583	
1	artigo	14	7,078	
1	registo	14	7,078	

**Imagem 15:** termos mais frequentes em PL1; extraída de *Voyant Tools*



Quanto à atividade política, consideramos que existem vários elementos que a evidenciam, nomeadamente o logótipo inicial que identifica o partido responsável pela iniciativa legislativa, o segmento textual que anuncia a proposta legislativa (*Assim, nos termos das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Partido Socialista abaixo-assinados apresentam o seguinte Projeto de Lei*; PL1) e a secção final destinada às assinaturas dos deputados. Em todos os exemplares, temos estas ocorrências, o que sublinha, por um lado, a vinculação das iniciativas legislativas aos grupos parlamentares, e, assim, a vinculação da atividade legislativa à atividade política, e, por outro, o modo como as atividades política, legislativa e governamental interagem e se manifestam textualmente. Embora a atividade governativa não seja explicitamente evidenciada, na nossa perspetiva, são as ocorrências que manifestam a atividade legislativa e política que também a evidenciam, dado que estas atividades estão implicadas na atividade governativa. Por outro lado, a atividade administrativa está também implicada na atividade governativa, interagindo com a atividade legislativa, considerando que a atividade administrativa constitui, tal como a legislativa, uma das funções do Governo.

#### **1.1.8. *Edital***

Concernente a *edicto*<sup>63</sup>, do latim *edictum*, -i, *declaração pública* ou que se *faz público*, o edital consiste num ato administrativo escrito, cuja finalidade é apresentar publicamente e de forma oficial informação de natureza diversa, constituindo, desta forma, um instrumento previsto no âmbito do *Código do Procedimento Administrativo*<sup>64</sup>. Para tal, os editais são normalmente afixados em lugares públicos e/ou divulgados da imprensa, páginas de instituições e de diferentes órgãos, tendo em vista o conhecimento geral ou de interessados específicos.

O caráter legal e informativo do *edital* é subsidiário de documentos produzidos na Antiguidade. A primeira vez de que há registo da fixação pela escrita de uma decisão de

---

<sup>63</sup>*Edicto*, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <<https://dicionario.priberam.org/edicto>> [acesso a 5 de outubro de 2018].

<sup>64</sup> Disponível em: <<https://www.ipl.pt/sites/default/files/ficheiros/servicos/CPA.pdf>> [acesso a 5 de outubro de 2018].

uma comunidade foi no início do século V na ilha de Creta: “escrita sobre uma pedra exposta ao olhar em lugar público, está sob as vistas de todos.” (Cerqueira, 2002: 5).

Foi, porém, a Civilização Romana que publicou os primeiros éditos, tais como o *Édito de Milão*, documento proclamado em 313 d.C., no qual é determinado o fim da perseguição religiosa, depois de acordo entre o Imperador Constantino e o Imperador Licínio, bem como o *Édito de Constantino*, proclamado pelo Imperador Constantino em 321 d.C., no qual é determinado de forma oficial e pública o domingo como dia de descanso. Embora o atual *edital* cumpra também múltiplos propósitos, o édito esteve associado, durante vários séculos, às determinações dos líderes dos regimes monárquicos e da Igreja Católica. Atualmente, o *edital*, como já se referiu, constitui um ato administrativo, situando-se, assim, no âmbito do Direito Administrativo, campo autónomo do Direito Público desenvolvido a partir do século XVIII, após a consagração do Estado de Direito impulsionada, em grande medida, pela Revolução Francesa de 1789 (Filho, 2004: 167).

De acordo com o artigo 148.º do *Decreto-Lei n.º 4/2015*<sup>65</sup>, consideram-se atos administrativos “as decisões que, no exercício de poderes jurídico-administrativos, visem produzir efeitos jurídicos externos numa situação individual e concreta”.

Conforme o artigo 151.º, constam como menções obrigatórias do ato administrativo:

- a) A indicação da autoridade que o pratica e a menção da delegação ou subdelegação de poderes, quando exista;
- b) A identificação adequada do destinatário ou destinatários;
- c) A enunciação dos factos ou atos que lhe deram origem, quando relevantes;
- d) A fundamentação, quando exigível;
- e) O conteúdo ou o sentido da decisão e o respetivo objeto;
- f) A data em que é praticado;
- g) A assinatura do autor do ato ou do presidente do órgão colegial que o emana.

Importa ainda sublinhar que estas menções de carácter obrigatório deverão ser enunciadas de forma clara, de modo a que o seu sentido, efeitos e alcance sejam inequívocos.

---

<sup>65</sup> Disponível em:

<[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?ficha=101&artigo\\_id=&nid=2248&pagina=2&abela=leis&nversao=&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?ficha=101&artigo_id=&nid=2248&pagina=2&abela=leis&nversao=&so_miolo)> [acesso a 5 de outubro de 2018].

Conforme é referido no *Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná* (2005: 47), no contexto brasileiro, tal como em Portugal, os editais têm múltiplas funções, nomeadamente aquisição e recuperação de material, abertura de concursos para cargos públicos, intimações, notificações, avisos, entre outros. Além disso, neste manual, é também apresentada uma sistematização das partes de um edital, bem como um modelo. De acordo com este manual, o edital está organizado em quatro partes: *denominação do ato; ementa; texto; assinatura*.

- a) título: denominação do ato, muitas vezes seguido do seu número de ordem e data de expedição. Outras vezes, o título é completado com a espécie de edital de que se trata: de citação, de anulação, etc. Não sendo colocada junto ao título, a data aparece após o texto;
- b) ementa: resumo do assunto do edital. Não é parte obrigatória e aparece, principalmente, em editais de concorrência pública e tomada de preço. Oferece a vantagem de propiciar o conhecimento prévio e sucinto do que é exposto em seguida;
- c) texto: desenvolvimento do assunto. Havendo vários parágrafos, convém numerá-los com algarismos arábicos, de preferência, e, se necessário, desdobrá-los em itens e alíneas. Não se numera o primeiro parágrafo;
- d) assinatura: nome da autoridade competente, indicando-se seu cargo ou função. Os editais de licitação deverão seguir a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 8 de junho de 1994. É necessário que se tenha conhecimento da referida lei para a elaboração do Instrumento Convocatório.

*Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná*, 2005: 48

Observa-se, assim, que a organização identificada neste manual brasileiro contempla a maioria dos aspetos referidos nas menções obrigatórias dos atos administrativos.

Por outro lado, importa ainda sublinhar que, apesar de a etiqueta *edital* ser transversal a este tipo de atos administrativos, os editais têm, por vezes, uma designação mais específica, consoante o fim do mesmo, podendo, assim, constituir um edital de citação, de licitação, de convocatória, de um contrato, de serviços e informações variadas, de concurso público, de provas académicas, entre outros. No entanto, é comum a todos os textos o seu carácter legal e informativo, bem como a finalidade de apresentar e divulgar publicamente a informação, independentemente da natureza da mesma. Por exemplo, no caso do edital de citação, este é utilizado quando é necessário contactar alguém para participar num processo judicial, não tendo sido possível por outros meios, e esta se encontra em parte incerta ou a sua identidade não é inequívoca. Para tal, a pessoa é citada num edital

afixado num local público e na *internet*, na qual é também publicado o motivo da citação, a localização, entre outras informações mais específicas<sup>66</sup>.

Em alguns órgãos do Estado, como, por exemplo, nas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, são disponibilizados modelos de editais para múltiplos fins, facilitando, em grande medida, as tarefas dos funcionários responsáveis por estes atos administrativos. Embora o acesso a estes modelos esteja geralmente limitado aos funcionários, alguns estão disponíveis nos respetivos *sítios web* com instruções relativas à sua utilização, como se apresenta no excerto seguinte<sup>67</sup>.

Disponibilizam-se em formato Word os vários modelos de editais, credenciais, alvarás, pacotes/sobrescritos e demais impressos a utilizar durante o processo eleitoral pelos diretos intervenientes locais. Note-se, que na sua maioria são utilizados pelas mesas eleitorais (v. modelos AL-25 a AL-44), cuja execução compete às Câmaras Municipais.

Aliás, a quase totalidade destes modelos deve ser mandada executar pelas Câmaras Municipais, pois só os modelos AL-22, 23 e 24 são da responsabilidade das JF/CR e o AL-14 da responsabilidade do eleitor requerente do voto antecipado. Sugere-se, contudo, face à larga predominância da intervenção da Câmara Municipal que a reprodução de todos os modelos seja da sua responsabilidade e que nos casos apontados no parágrafo anterior haja uma estreita ligação com as JF/CR.

No caso do modelo AL-14 julga-se que deverá ser facultado modelo aos eleitores que o solicitem. Recomenda-se que os modelos de sacos/pacotes/sobrescritos destinados a conter o material para as mesas de voto, bem como os que serão utilizados pelas mesas no final dos trabalhos, com vista a serem entregues às entidades previstas na lei, tenham os tamanhos adequados. Devem, também, ser visíveis os espaços destinados à identificação da freguesia e secção de voto de onde são oriundos, tendo em vista facilitar a sua triagem e identificação, nomeadamente, pela Assembleia de Apuramento Geral.

Neste caso, são disponibilizados modelos de editais associados a atos administrativos do âmbito da administração eleitoral, nomeadamente editais de *eleição de órgãos de autarquias locais* (AL-1), editais de *substituição dos membros das assembleias de voto* (modelo AL-11), edital de *determinação de locais para afixação de propaganda eleitoral* (modelo AL-13), edital de *funcionamento de Junta de Freguesia* (AL-23), entre outros.

---

<sup>66</sup> Informação disponível em: <<https://justica.gov.pt/Servicos/Consultar-citacao-edital>> [acesso a 5 de outubro de 2018].

<sup>67</sup> Extraído de:

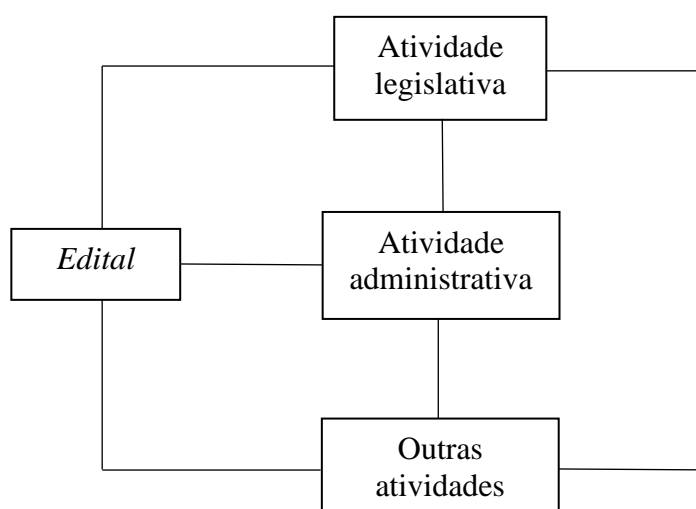
<[https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4Q9V11NhVpEJ:https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/EleicoesReferendos/AutarquiasLocais/Documents/Editais\\_AL2013.doc+&cd=13&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt&client=opera](https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:4Q9V11NhVpEJ:https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/EleicoesReferendos/AutarquiasLocais/Documents/Editais_AL2013.doc+&cd=13&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt&client=opera)> [acesso a 5 de outubro de 2018].

Cada um dos vários modelos disponíveis é acompanhado por uma nota com indicações específicas relativas aos locais, prazos e modos de afixação dos editais, entre outras, como se apresenta em seguida:

NOTA: Este edital deve ser afixado à porta das Juntas de Freguesia, no prazo de dois dias após a designação, sendo, no entanto, elaborado pela Câmara Municipal, que o enviará às Juntas. \*Lei Eleitoral dos Titulares dos Órgãos das Autarquias Locais. **(Modelo AL-8)**

NOTA: Este edital deve ser enviado, imediatamente, após a sua publicação à Junta de Freguesia. \*Lei Eleitoral dos Titulares dos Órgãos das Autarquias Locais. **(Modelo AL-11)**

Neste âmbito, os funcionários dispõem ainda de guias práticos que contemplam legislação relativa aos diversos atos administrativos e modelos<sup>68</sup>. Deste ponto de vista, o *edital*, enquanto ato administrativo que dá cumprimento à lei, está associado, simultaneamente, às atividades legislativa e administrativa. Além disso, está associado a uma outra atividade variável, consoante o tipo de edital e a finalidade do mesmo, como, por exemplo, à atividade académica, no edital de provas académicas, como se sistematiza no esquema que se segue.



**Esquema 19:** atividades e género *edital*

<sup>68</sup> Como, por exemplo, a publicação *Eleição dos Órgãos das Autarquias Locais - 1 de outubro de 2017* Guia Prático do Processo Eleitoral. Disponível em:

<<https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/EleicoesReferendos/AutarquiasLocais/Documents/GUIA%20PRATICO%202017.pdf>> [acesso a 6 de outubro de 2018].

Embora os editais possam cumprir diversas funções, o seu carácter legal, como se referiu, é transversal, dado que a sua produção visa o cumprimento da obrigatoriedade de tornar público, ou seja, é legalmente pré-estabelecido que determinadas informações têm de ser publicamente publicadas e o edital constitui o instrumento que cumpre essa função. Por outro lado, é regulado pelas disposições que regulam a produção de atos administrativos, sendo, por isso, um género também legislado neste âmbito. Essa influência das atividades legislativa e administrativa manifestam-se textualmente. No entanto, como retomaremos em 3.1.8., tanto os conteúdos como a sua organização variam consoante o objeto do edital e modelo utilizado.

	<b>Secções/Conteúdo(s)</b>	<b>ED3</b>	<b>ED7</b>
<b>Peritexto</b>	<b>Logótipo(s)</b> Identificação da entidade responsável pela publicação do edital	Escola Superior de Comunicação Social	Arganil Município
	<b>Título</b> Identificação do edital	Edital Eleições	Edital Taxas do IMI
<b>Corpo do texto</b>	<b>Corpo do edital</b> Identificação da(s) pessoa(s) que assume(m) a publicação do edital Tema, motivações e/ou determinações do edital	Membros do Conselho de Representantes  1. No âmbito do artigo 10º do Procedimento (...) 5. A Comissão Eleitoral será presidida (...)	Ricardo João Barata Pereira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil:  (...) fixar para aplicar no ano de 2017, a seguinte Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (...)  Para constar se publica o presente edital (...)
<b>Peritexto</b>	<b>Fecho</b> Data e assinatura	Lisboa, 3 de fevereiro de 2014 Presidente da Comissão Eleitoral  Carlos Nuno	Paços do Município, 10 de novembro de 2016 O Presidente da Câmara Municipal Ricardo Pereira Alves, Eng.

**Quadro 31:** secções e conteúdos do *edital* (ED3, ED7)

Tendo em conta que a publicação em edital consiste num procedimento legalmente pré-determinado, para que a informação de que nele consta seja publicamente divulgada, as secções acima identificadas variam de acordo com o objeto do edital.

Neste sentido, como já se referiu, embora esteja associado às atividades legislativa e administrativa, o edital pode estar associado a múltiplas atividades e isso reflete-se nas suas características composicionais.

Comparando dois exemplares que constituem o *corpus*, de acordo com a ocorrência de termos, verifica-se que os mais frequentes estão relacionados com os diferentes objetos dos dois editais.



#	Termo	Contagem	Relativo	Tendência
1	chassis	3	6,250	
1	citroen	3	6,250	
1	código	3	6,250	
1	hdi	3	6,250	
1	marca	3	6,250	
1	matricula	3	6,250	
1	modelo	3	6,250	
1	picasso	3	6,250	

**Imagem 16:** termos mais frequentes em ED1; extraída de *Voyant Tools*



#	Termo	Contagem	Relativo	Tendência
1	alínea	3	9,967	
1	atual	3	9,967	
1	câmara	3	9,967	
1	estrada	3	9,967	
1	municipal	3	9,967	
1	município	3	9,967	

**Imagem 17:** termos mais frequentes em ED6; extraída de *Voyant Tools*

Deste ponto de vista, o facto de o *edital* poder ser utilizado para fins específicos distintos, estando associado a diferentes atividades, manifesta-se nos termos que ocorrem nos textos.

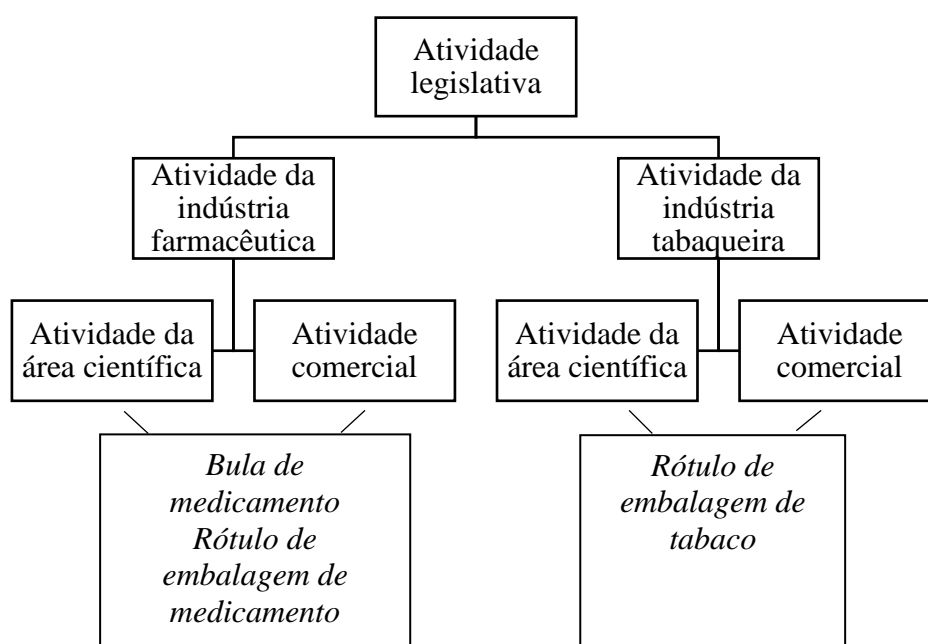
## 1.2. Relações hierárquicas

Nos pontos anteriores, para darmos conta do funcionamento social dos géneros, partimos da sua génese, seguindo-se o seu enquadramento atual nas atividades sociais em que são mobilizados. Observámos que os géneros têm funcionamentos sociais distintos e, embora tenham pelo menos uma atividade em comum, as atividades não influenciam os géneros de igual forma, manifestando-se nos textos de modo particular, consoante o género em que se inscrevem. A partir da análise efetuada, no que respeita à natureza da interação géneros atividades, podemos distinguir, por um lado, os géneros que se enquadram em sistemas de atividades com alguma variabilidade e, por outro, géneros que se enquadram em sistemas de atividades estáveis. Nos primeiros, incluímos o *artigo científico*, o *póster científico*, a *chamada de trabalhos* e o *edital* e, nos segundos, a *bula de medicamento*, o *rótulo de embalagem de medicamento* e o *rótulo de embalagem de tabaco* e o *projeto de lei*. Quanto aos géneros que se inserem em sistemas de atividades variáveis, vimos, por exemplo, que o *artigo científico*, o *póster científico* e a *chamada de trabalhos*, embora se enquadrem no âmbito da atividade académica e partilhem outras atividades, podem estar associados a múltiplos domínios científicos. Por outro lado, o género *projeto de lei*, embora este possa visar a legislação de matérias distintas, o seu funcionamento social é relativamente estável, ao contrário do *edital*, tendo em conta que os exemplares do género podem cumprir múltiplas finalidades. No entanto, estes dois últimos géneros são regulados por disposições legais, sendo, por isso, influenciados pela atividade legislativa.

No que respeita à *bula*, *rótulo de embalagem de medicamento* e *rótulo de embalagem de tabaco*, estes géneros estão sempre associados às mesmas atividades, sendo regulados por disposições legais, tal como o *projeto de lei* e *edital*, porém a atividade legislativa tem uma influência diferenciada. Enquanto no *projeto de lei* e *edital* as atividades



influenciam-se mutuamente, na *bula de medicamento*, *rótulo de embalagem de medicamento* e no *rótulo de embalagem de tabaco*, todas as atividades estão subordinadas à atividade legislativa. Deste ponto de vista, para além da estabilidade do sistema de atividades, no caso da *bula de medicamento*, do *rótulo de embalagem de medicamento* e do *rótulo de embalagem de tabaco*, existe um sistema hierárquico, no qual as atividades não estão ao mesmo nível, como se representa no esquema que se segue.



**Esquema 20:** relações hierárquicas entre atividades e géneros

No caso do *projeto de lei e edital*, embora os géneros sejam também influenciados pela atividade legislativa, esta também é influenciada pelas restantes atividades, ou seja, os géneros são também diretamente influenciados pelas outras atividades e a atividade legislativa é também influenciada pelas restantes atividades, ou seja, não há uma relação unilateral em que uma só atividade influencia as restantes. Enquanto num *projeto de lei* é a interação das atividades legislativa, política, governativa que determina as características dos exemplares do género, na *bula de medicamento* é a atividade legislativa que influencia as restantes atividades, ou seja, o modo como estas influenciam o género e se manifestam nos textos. Esta relação hierárquica de atividades, em que a atividade legis-

lativa está no topo, faz com que o gênero esteja sujeito a constrangimentos legais significativos. Quanto aos gêneros *artigo científico*, *póster científico* e *chamada de trabalhos*, nestes, é ainda mais evidente a relação de condicionamento mútuo entre atividades. No *artigo científico*, a atividade editorial condiciona e é condicionada pela atividade da área científica e atividade de investigação, no *póster* e na *chamada de trabalhos*, a atividade científica condiciona e é condicionada pelas restantes. Neste sentido, as atividades influenciam os gêneros de modos diversos e essa influência depende do gênero em que se inscrevem os textos.

Na nossa perspetiva, se por um lado, os gêneros estão inseridos em sistemas de atividades, sendo por estas influenciados, por outro, funcionam como mediadores da relação entre os textos e atividades, ou seja, são os gêneros que dão a ver e regulam o modo como as atividades sociais se manifestam nas propriedades dos textos. Depois de darmos conta do funcionamento social dos gêneros, importa agora observar os parâmetros contextuais dos textos.

## **2. Parâmetros contextuais**

Para o ISD, o contexto corresponde ao conjunto de parâmetros físicos (emissor, recetor, momento e lugar) e socio subjetivos (quadro social da ação, papéis sociais do enunciador e destinatário, finalidade(s)) que influenciam a produção textual (Bronckart [1997]1999: 93). Deste ponto vista, como vimos no segundo capítulo (cf. II, 3.1.), numa situação de ação de linguagem, o agente seleciona e adapta um modelo de gênero, consoante as representações destes parâmetros. Vejamos, então, no próximo ponto, as particularidades dos parâmetros que influenciam a produção textual dos exemplares dos gêneros considerados.

### **2.1. Parâmetros físicos e socio subjetivos**

Quanto aos exemplares dos gêneros *artigo científico* e *póster científico*, começando pelos parâmetros físicos, observa-se que têm um ou mais produtores, sendo estes

explicitamente referidos nos textos. Porém, não é possível identificar os recetores físicos dos textos. Embora algumas unidades linguísticas remetam para o local e momento de produção, importa sublinhar, por um lado, que o local referido poderá corresponder à localização das instituições a que pertencem os autores, coincidindo ou não com os locais em que os textos foram efetivamente produzidos, e, por outro, que o ano indicado nos textos corresponde à data de publicação, no caso dos artigos científicos, não coincidindo, geralmente, com o ano em que os textos foram efetivamente produzidos. Já nos pósteres científicos, na maioria dos exemplares, não é explicitado o momento em que os textos foram produzidos, tendo sido considerado o ano em que se realizaram os eventos em que os textos foram expostos.

Relativamente aos parâmetros sociossubjetivos, observa-se que estes são transversais a todos os textos dos dois géneros, observando-se, porém, algumas particularidades: enquanto nos exemplares do género *artigo científico*, as revistas científicas, neste caso nacionais, constituem o quadro social de circulação, nos pósteres, são os eventos científicos; nos exemplares dos dois géneros, os textos são produzidos no âmbito de instituições académicas, nas quais os emissores, como enunciadores, assumem o papel social de investigador(es) que produzem textos destinados aos seus pares e à comunidade académico-científica em geral (professores, estudantes), tendo como objetivo geral a comunicação e divulgação de trabalho científico, apresentando um processo de investigação, resultados de uma pesquisa e/ou uma reflexão sobre um tema relevante para a área científica em causa (cf. Anexo 1, quadros 1 e 2).

Passando aos textos do género *chamada de trabalhos*, no que concerne aos parâmetros físicos, consideramos que os produtores dos textos são os membros da Comissão Organizadora, embora estes possam ter sido produzidos apenas por um dos membros. Por outro lado, em alguns exemplares, não é possível identificar a identidade dos produtores, dado que esta não é explicitamente referida, sendo apenas mencionada a instituição a que pertencem (CT3, CT4, CT7, CT9, CT10). Além disso, não podemos identificar o recetor, tal como no *artigo científico* e *póster*, bem como o local e o momento de produção dos textos, pois as datas e os locais mencionados remetem para o evento científico a ser divulgado e não para o momento de produção dos textos, sendo apenas possível inferir que os textos foram produzidos, aproximadamente, cerca de um ano antes da data do evento. No que diz respeito aos parâmetros sociossubjetivos, os enunciadores assumem o papel

social de comissão organizadora do evento que produz um texto, no âmbito de uma instituição académico-científica, destinado a destinatários com o papel social de investigadores e/ou docentes da área, tendo como objetivo a divulgação de um evento científico e o convite à participação no mesmo. Para cumprir estas finalidades, o quadro social de circulação dos textos abrange *sítios web*, páginas de instituições académicas, entre outros (cf. Anexo 1, quadro 3).

Quanto aos exemplares dos géneros *bula* e *rótulo de embalagem de medicamento*, os produtores, isto é, os agentes da produção explicitados nos textos, são coletivos, assumindo o papel social de farmacêutica que produz textos, cuja finalidade geral é informar os utilizadores. Embora não seja possível identificar os agentes da receção, estes assumem o papel social de utilizadores e isso é explicitado em alguns exemplares do género *bula de medicamento (informação para o utilizador)*. Como local de produção, consideramos as localizações das farmacêuticas, partindo do pressuposto de que os textos foram aí produzidos. Já no que respeita ao momento de produção, apesar de não ser identificável, a partir da data da última revisão, no caso das bulas, e da data de validade, no caso das embalagens de medicamento, sabemos que os textos foram produzidos num determinado intervalo temporal. Embora a indústria farmacêutica seja o quadro social de produção, o circuito comercial da venda e consumo de medicamentos é o quadro social de circulação (cf. Anexo 1, quadros 4 e 5).

Relativamente aos exemplares do género *rótulo de embalagem de tabaco*, não ocorrem elementos que nos permitam identificar os parâmetros físicos do contexto de produção, designadamente os produtores, os recetores, os locais e os momentos em que foram produzidos. Quanto aos parâmetros sociossubjetivos, podemos inferir que o enunciador é a Tabaqueira, empresa de fabrico, distribuição e comercialização de tabaco em Portugal, sendo os textos produzidos no quadro social da indústria tabaqueira e destinados a informar os consumidores, papel social assumido pelos recetores como destinatários. O quadro social de circulação é o circuito de comercialização e consumo de tabaco (cf. Anexo 1, quadro 6).

Quanto aos exemplares do género *projeto de lei*, a maioria dos parâmetros contextuais físicos é identificável, sendo explicitamente referidos os produtores, o momento e o local da produção dos textos. Os produtores, como enunciadorees, assumem o papel social de deputados de partidos políticos/grupos parlamentares e os textos são produzidos

no quadro social de uma instituição governamental/órgão legislativo do Estado (a Assembleia da República). A finalidade dos textos é a apresentação de uma proposta normativa, tendo como destinatários os restantes membros da Assembleia, ou seja, os deputados pertencentes aos diferentes grupos parlamentares. Quanto ao quadro social de circulação, o mais usual é o *sítio web* institucional da Assembleia da República (cf. Anexo 1, quadro 7).

No que respeita aos parâmetros contextuais dos exemplares do género *edital*, apesar de os produtores dos textos serem identificáveis, os recetores só são explicitamente referidos em três exemplares (ED1, ED2 e ED6), o que é previsível em editais de notificação. Por outro lado, tanto o local como o momento de produção são identificáveis em todos os textos. Quanto aos parâmetros sociossubjetivos, identificamos algumas particularidades, pois os papéis sociais dos enunciadores e dos destinatários variam, consoante o quadro social da interação, o tipo de edital e as finalidades dos editais, sendo estes parâmetros igualmente variáveis. Os diferentes *sítios web* de organismos e instituições públicas constituem os quadros sociais de circulação. Neste sentido, os exemplares do género *edital*, ao contrário dos géneros anteriores, apresentam parâmetros sociossubjetivos pouco estáveis, o que deriva do facto de o género poder cumprir múltiplos objetivos comunicativos em diferentes quadros sociais (cf. Anexo 1, quadro 8).

### **2.1.1. Suporte**

Na primeira parte, apresentou-se uma proposta de classificação das dimensões do suporte, distinguindo-se metodologicamente cinco dimensões: contexto, tipo, função, formato e material.

Quanto à dimensão contexto, consideramos apenas o contexto em que tivemos acesso aos textos, sendo esta dimensão que determina as características das seguintes, ou seja, o tipo, a função, o formato e o material. Na segunda dimensão, o tipo, observa-se que os textos analisados estão associados a dois tipos de suporte: digital, no caso do *artigo científico*, *póster científico*, *chamada de trabalhos*, *projeto de lei* e *edital*; impresso, no caso da *bula de medicamento*, *rótulo de embalagem de medicamento* e *rótulo de embalagem de tabaco*. Embora todos os textos em suporte digital possam circular também em suporte impresso, cumprindo, de igual modo, as suas finalidades comunicativas, não se

poderá afirmar o mesmo em relação às bulas e rótulos, dado que as suas finalidades comunicativas mais usuais se concretizam em suporte impresso. No caso do *póster científico*, embora tenhamos acedido aos exemplares em suporte digital, em formato PDF, no quadro de circulação mais usual, exposição em eventos científicos, os textos circulam em suporte impresso, nos formatos A0 ou A1. Além disso, apesar de os textos do género *póster científico* serem produzidos em suporte digital, as escolhas na produção dos textos são feitas de acordo com o tipo de suporte de circulação mais usual. Neste sentido, alguns géneros admitem apenas um tipo de suporte na produção, mas diferentes tipos no contexto de circulação, como é o caso do *artigo científico*, do *póster* e da *chamada de trabalhos*. Quanto à segunda, a função, tendo em conta que só consideramos textos inscritos em géneros escritos, a função de fixar o texto no espaço é transversal a todos os textos dos oito géneros.

A quarta dimensão é o formato e a quinta o material deste, tendo em conta que alguns géneros estão associados a formatos de materiais específicos, como é o caso do *rótulo de embalagem medicamento* e do *rótulo de embalagem de tabaco*. Apesar de os textos serem produzidos num formato digital, é o formato e material de circulação que assegura o funcionamento social do género. Neste sentido, os textos inscritos em diferentes géneros podem estar associados ao mesmo tipo de suporte (impresso) e a formatos distintos, como é o da *bula de medicamento* (formato folheto) e dos rótulos de embalagem de medicamento e de tabaco (formato embalagem). Sintetizando, as relações entre géneros e as dimensões do suporte não são aleatórias, pois cada género tem os seus tipos, formatos e materiais, que, por sua vez, podem ou não variar, consoante o contexto (produção, circulação e receção). Deste ponto de vista, a relevância das dimensões consideradas nesta distinção metodológica depende dos géneros em que se inscrevem os textos. Para alguns géneros, como no caso do *artigo científico*, poderá não ser relevante distinguir o tipo de suporte e formato do contexto de produção do tipo e o formato do contexto de circulação, tendo em conta que não se observam mudanças significativas nas características composicionais dos textos. Porém, noutros géneros, como é o caso do *rótulo de embalagem de medicamento* e do *rótulo de embalagem de tabaco*, é importante distinguir estas dimensões, dado que as características composicionais dos textos dependem, em grande medida, do tipo de suporte e formato do contexto de circulação. No quadro seguinte, considerando o contexto de acesso aos textos, identificamos os tipos, os formatos e materiais destes.

<b>Gêneros</b>	<b>Contexto</b>	<b>Tipo</b>	<b>Formato</b>	<b>Material</b>
<i>Artigo científico</i>	Circulação	Digital	PDF	Virtual
<i>Pôster científico</i>		Digital	PDF	Virtual
<i>Bula de Medicamento</i>		Impresso	Folheto	Papel
<i>Rótulo de embalagem de medicamento</i>		Impresso	Embalagem	Cartão
<i>Rótulo de embalagem de tabaco</i>		Impresso	Embalagem	Cartão
<i>Projeto de lei</i>		Digital	PDF	Virtual
<i>Editais</i>		Digital	PDF	Virtual

**Quadro 32:** dimensões do suporte de circulação dos exemplares dos gêneros considerados

### 2.1.2. Conteúdos temáticos

Como se referiu anteriormente (cf. II, 2.5.2.), os conteúdos tematizados<sup>69</sup> dependem, em grande medida, da inscrição genérica dos textos, ou seja, as relações entre géneros e conteúdos temáticos não são arbitrárias. Cada género contempla e admite conteúdos específicos e, conseqüentemente, os géneros também se diferenciam pelos seus conteúdos, pois, se nenhum conteúdo é, geralmente, exclusivo de um género, poderá, mesmo assim, ser específico e distingui-lo de outros. Por outro lado, as possibilidades e impossibilidades temáticas dos géneros dependem das atividades a que estão associados. Neste sentido, é expectável, por um lado, que os géneros associados a sistemas de atividades mais estáveis apresentem mais contrangimentos no que diz respeito aos conteúdos admitidos e, por outro, que os géneros inscritos num sistema de atividades variável admitam uma maior diversidade de conteúdos temáticos.

Deste ponto de vista, os géneros *artigo científico*, *póster científico* e *chamada de trabalhos*, por poderem estar associados a diferentes domínios científicos, admitem conteúdos temáticos mais diversificados. Já os géneros *projeto de lei* e *edital* podem também contemplar diferentes conteúdos, pois, no primeiro, os textos podem ter como objeto de legislação diferentes matérias e, no segundo, os textos poderão cumprir múltiplas funções específicas.

Quanto à *bula de medicamento*, *embalagem de medicamento* e *rótulo de medicamento*, estes são géneros com constrangimentos temáticos consideráveis, ou seja, não admitem variabilidade temática, pois, como vimos anteriormente, tudo o que ocorre em exemplares destes géneros, incluindo os conteúdos tematizados, é regulado por determinações legais. Neste sentido, os conteúdos tematizados nos textos dependem, por um lado, da sua inscrição genérica e, por outro, das atividades que estão associadas ao género e do modo como estas o influenciam. Além disso, em alguns géneros, os objetivos comunicativos específicos dos autores, como é o caso do *artigo científico* e *póster científico*, também determinam os conteúdos tematizados nos textos.

---

<sup>69</sup> Em vez de *tema*, privilegiamos a expressão *conteúdo temático* (Bronckart, [1997]1999), utilizando o verbo *tematizar* para designar a verbalização de conteúdos temáticos nos textos.



### 3. Padrão discursivo

Este ponto é dedicado à análise do *padrão discursivo* dos textos e dos gêneros: 80 exemplares inscritos nos gêneros *artigo científico*, *póster científico*, *chamada de trabalhos*, *bula de medicamento*, *rótulo de embalagem de medicamento*, *rótulo de embalagem de tabaco*, *projeto de lei* e *edital*. Para tal, considerando a duplicidade de objetos de estudo, a análise é desenvolvida em três etapas: análise qualitativa de textos, análise qualitativa de gêneros e análise quantitativa. Neste sentido, procuramos articular a análise de textos com a análise de gêneros, para identificarmos, por um lado, as particularidades do padrão discursivo dos textos (singularidade) e, por outro, as especificidades dos gêneros (genericidade).

#### 3.1. Análise de textos

Neste primeiro ponto dedicado ao padrão discursivo, apresenta-se a análise textual qualitativa dos exemplares dos gêneros considerados (cf. Anexos 2 e 3<sup>70</sup>). Para darmos conta das especificidades do padrão discursivo dos textos em análise, considerar-se-á o plano de texto, os tipos discursivos (primeiro nível, tipos mistos, variantes, modalidades de articulação); as condições de emergência dos tipos discursivos (momentos do plano em que ocorrem) e a sua configuração linguística.

##### 3.1.1. *Artigo científico*

Como mencionado na apresentação do *corpus*, os exemplares do gênero *artigo científico* inscrevem-se em duas áreas relativamente contrastivas – Direito e Ciências Farmacêuticas – para dar conta do modo como domínios científicos distintos, associados a

---

<sup>70</sup> No Anexo 2, são apresentadas 80 grelhas individuais. No Anexo 3, apresentamos grelhas relativas aos exemplares de cada gênero que sintetizam a análise efetuada.

diferentes formas de fazer e divulgar Ciência, influenciam o padrão discursivo dos textos e géneros em análise.

Começando pelo plano de texto, observa-se, por um lado, alguma previsibilidade nas secções peritextuais e, por outro, uma significativa variabilidade nos conteúdos contemplados e na sua distribuição no corpo do texto (cf. Anexo 3, grelhas de análise 1 e 2; Anexo 6). Quanto ao peritexto, em todos os textos, temos secções dedicadas à identificação do artigo e dos seus autores. Já a identificação da publicação (revista) está presente em todos os exemplares, exceto em ACD5.

Além disso, em ACD5, também não temos as secções *resumo / abstract* e *palavras-chave / keywords*, presentes nos restantes exemplares<sup>71</sup>. No entanto, em três artigos de Direito, dois publicados na mesma revista (*RED – Revista Eletrónica de Direito*) (ACD2 e ACD3) e um publicado numa outra revista (*e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público*) (ACD1), temos a secção *sumário*. Como já mencionado, a propósito do funcionamento social do género (cf. III, 1.1.1.), esta secção, que funciona como um índice do artigo, dando ao leitor uma orientação prévia no que respeita aos conteúdos tematizados e à sua disposição no espaço textual, não ocorre nos exemplares de Ciências Farmacêuticas, dado que nos textos de áreas do tipo experimental a organização dos conteúdos é um pouco mais previsível, não existindo desta forma necessidade da sua explicitação prévia<sup>72</sup>.

Por outro lado, constata-se que a etiqueta de género (*marcador autorreferencial*, nos termos de Miranda, 2010) só ocorre em quatro textos (ACF1, ACF2, ACF3, ACF4), sendo estes de Ciências Farmacêuticas. Nestes exemplares, temos as etiquetas *artigo original* (ACF1, ACF2, ACF4) e *artigo de revisão* (ACF3), que não ocorrem no exemplar ACF5, embora este tenha sido publicado na mesma revista que os exemplares ACF1, ACF2 e ACF3.

Tendo em conta que a etiqueta *artigo original* ocorre num exemplar publicado numa outra revista (ACF4), podemos inferir que na área de Ciências Farmacêuticas há

---

<sup>71</sup> O título, a secção dedicada à explicitação da autoria dos textos, o *resumo/abstract* e as *palavras-chave/keywords* são secções que ocorrem em exemplares de outros géneros académicos, como, por exemplo, a *dissertação*. Para além de género incluído (Rastier, 2001a), o *resumo* pode também funcionar como género rapsódico (Rastier, 2001a), como no caso do *resumo de comunicação*.

<sup>72</sup> O *sumário* tem, assim, um funcionamento diferenciado dos resumos e dos *abstracts* que ocorrem nos restantes artigos, tendo em conta que estes últimos indicam apenas os conteúdos contemplados e não a sua organização/distribuição (Silva & Rosa, 2019).

uma maior de necessidade de especificação do tipo de artigo, dado que se trata de uma área previsivelmente do tipo experimental<sup>73</sup>. Outra particularidade que se destaca nas secções peritextuais diz respeito aos diferentes modos de referência bibliográfica. Enquanto nos textos de Ciências Farmacêuticas as referências são sempre apresentadas no final do plano, nos artigos de Direito, em três exemplares, as referências ocorrem em notas de rodapé (ACD1, ACD4, ACD5), embora em ACD4 sejam também apresentadas no final.

Outra especificidade é a utilização das notas de rodapé como forma de complementar e/ou clarificar o que é referido no corpo de texto, tendo em conta que esse procedimento só é utilizado nos textos de Direito. As notas de rodapé nos textos de Ciências Farmacêuticas ocorrem apenas em três exemplares (ACF1, ACF2, ACF3), para indicar a filiação académica dos autores, entre outras informações. Neste sentido, os procedimentos de envio intertextual e intratextual dependem das diretrizes das revistas responsáveis pela publicação, bem como das práticas em uso nas diferentes áreas.

Passando ao corpo do texto, em primeiro lugar, observa-se que os conteúdos estão organizados em *introdução*, *desenvolvimento* e *conclusão*, sendo que o desenvolvimento contempla secções em número variável (cf. Anexo 2 e Anexo 3, grelhas de análise 1 e 2). Estas secções delimitadas através de intertítulos podem ser exclusivamente verbais, no caso dos artigos de Direito, ou mistas, nos exemplares de Ciências Farmacêuticas, sendo nestes últimos utilizados gráficos, tabelas e imagens para ilustrar aquilo que é linguisticamente expresso (cf. ACF1-ACF5).

Além disso, os conteúdos são distribuídos por uma ou duas colunas, consoante as diretrizes das revistas responsáveis pela publicação dos textos, estas secções podem ou não ser numeradas e a sua disposição e o modo como são explicitadas são igualmente variáveis, como se ilustra nas imagens seguintes.

---

<sup>73</sup> Como vimos atrás (cf. III, 1.1.1.), enquanto os artigos originais tematizam resultados inéditos, os artigos de revisão abordam resultados e trabalhos já apresentados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise das médias na Tabela 2, constata-se que o consumo de MNSRM (8,2%) apenas para fins de nutrição foi superior ao consumo de MNSRM para fins de automedicação (6,2%). Além disso, observa-se que metade dos indivíduos inquiridos consumiu, nas últimas duas semanas, MNSRM (54,53%), o que representa uma diferença bastante significativa comparativamente ao consumo de MNSRM (14,4%). Apesar da relevância crescente do fenómeno da

automedicação, e sua prevalência fica muito aquém do consumo de medicamentos prescritos. O grupo dos MNSRM para fins de automedicação dividem-se em medicamentos para as dores, para a constipação, para as alergias, para o estômago e outros. Como se constata na Figura 4, o maior consumo reside nos medicamentos para as dores (42%), seguido dos medicamentos para as constipações (32%). Exemplos deste tipo de medicamentos é o paracetamol e o voltaren. A Tabela 3 apresenta os resultados da regressão.

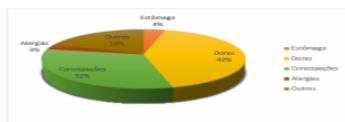


Figura 4. Principais categorias de MNSRM (automedicação)

Tabela 3. Associação entre as variáveis e o consumo de MNSRM

variável	MNSRM para automedicação		MNSRM para nutrição	
	Odds Ratio (IC 95%)	P-value	Odds Ratio (IC 95%)	P-value
Masculino	0,751 (0,482-0,827)	0,000	0,781 (0,717-0,850)	0,000
Num_consultas	1,004 (0,994-1,014)	0,409	1,003 (0,994-1,012)	0,548
Formador	1,293 (1,152-1,450)	0,000	1,252 (1,130-1,387)	0,000
Doença crónica	2,017 (1,401-2,759)	0,000	1,964 (1,776-2,172)	0,000
Consumo de MNSRM	0,732 (0,650-0,823)	0,000	0,822 (0,749-0,902)	0,000
15_24	1,351 (1,070-1,704)	0,012	1,290 (1,019-1,534)	0,032
25_34	1,429 (1,168-1,749)	0,001	1,172 (0,980-1,401)	0,082
35_44	1,530 (1,302-1,798)	0,000	1,268 (1,125-1,437)	0,000
45_54	1,348 (0,982-1,842)	0,083	1,020 (0,850-1,208)	0,779

62

## 3.1. Pobreza e mendicância

Pobreza e mendicância são situações muito próximas: ambas se caracterizam pela ausência de recursos para satisfazer as necessidades essenciais ou vitais; porém, enquanto um mendigo é um pobre, um pobre só se torna num mendigo se recorrer, em público, à prática da caridade ou da esmola. De qualquer modo, a adopção de medidas repressivas contra a mendicância atinge necessariamente os pobres (infra).

## 3.2. Pobreza e exclusão social

O conceito de exclusão social possui um conteúdo claramente pluri-dimensional<sup>74</sup>, na medida em que compreende todas as situações involuntárias de impossibilidade ou incapacidade de as pessoas (indivíduos ou grupos) beneficiarem dos níveis de participação nos bens ou dos direitos sociais (educação, saúde, trabalho, etc.) que a maioria dos cidadãos usufrui. Tem, por isso, um conteúdo mais amplo do que a noção de pobreza — basicamente entendida como falta de recursos económicos, como se disse —, abrangendo ainda a falta de oportunidades e de competências, a discriminação, a ausência de protecção social, o desemprego ou a precariedade no emprego. Apesar da dimensão polimórfica do conceito, é evidente a existência de uma ligação entre a exclusão social e a pobreza, na medida em que a falta de recursos económicos é uma característica das pessoas excluídas do exercício dos direitos sociais de cidadania.

Por vezes, recorre-se ao conceito de exclusão social para designar a pobreza, o que pode ser entendido como uma forma de evitar a utilização de uma noção com conotações sociais mais negativas<sup>75</sup>, na medida em que é o significante de uma realidade social muito mais problemática do que, por exemplo, o desemprego ou a precariedade laboral. Contudo, no plano jurídico-político, a integração do conceito de pobreza no de exclusão social pode ter a vantagem de evidenciar o carácter social ou colectivo, e não meramente individual, do problema, dando-se assim destaque à ideia de que se trata de um problema associado ao tipo de relações sociais e jurídicas existentes numa dada comunidade.

## Imagens 18 e 19: ACF1 e ACD2

Conforme se apresenta na grelha de análise 2 (cf. Anexo 3), na maioria dos exemplares de Ciências Farmacêuticas, ocorrem as secções *introdução*<sup>74</sup> e *conclusão*, embora se observem algumas oscilações no que respeita à etiquetagem da secção de fecho do corpo do texto: *conclusão* (ACF2 e ACF4), *considerações finais e conclusões* (ACF3), *conclusões* (ACF1 e ACF5). Nos exemplares de Direito, embora ocorra a secção *introdução*, esta só é explicitamente anunciada em dois exemplares (ACD2, ACD3), dado que, em ACD1, temos o intertítulo *Bem-hajam!, Senhores Constituintes* e em ACD4 e ACD5 as secções introdutórias não são explicitadas. Por outro lado, há também uma significativa variação na etiquetagem das secções de fecho: *Breve apontamento sobre o estatuto constitucional do Presidente português numa concepção republicana* (ACD1); *Epílogo* (ACD2); *Omissões e lacunas* (ACD3); *Conclusão* (ACD4); *Conclusões* (ACD5). Neste sentido, nos textos de Direito há uma maior flexibilidade e menor previsibilidade do que

<sup>74</sup> No que respeita à secção *introdução*, importa destacar o *modelo da introdução do artigo científico* desenvolvido por Swales (1990: 141), na área do Inglês para Fins Académicos. Estabelecendo uma analogia ecológica, este modelo define os três movimentos que devem ser contemplados na introdução do artigo (i) delimitar um território; ii) delimitar um nicho e iii) ocupar o nicho), bem como os passos que os concretizam. Conforme se observa em Silva & Rosa (2019: 4), este modelo tem vindo a ser aplicado a outros géneros académicos, nomeadamente à *tese de doutoramento* e à *dissertação de mestrado*. “Note-se, contudo, que o modelo se aplica geralmente a secções desses géneros académicos — como a introdução (Feak e Swales 2011, Chen e Kuo 2012), a revisão da literatura (Kwan 2006), a discussão (Liu e Buckingham 2018) e a conclusão (Bunton 2005, Maswana, Kanamaro e Tajino 2015, Adel e Moghadam 2015) — e mais raramente à totalidade dos exemplares de cada um desses géneros (Paltridge e Starfield 2007).”.

nos exemplares de Ciências Farmacêuticas, no que respeita à forma como as secções de abertura e fecho do corpo do texto são explicitadas.

O mesmo se observa nas restantes secções, pois em três dos cinco exemplares de Ciências Farmacêuticas, ocorrem intertítulos que podem ser replicados em outros textos da área ou de outras áreas do tipo experimental, semelhante ao plano IMRDC (Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão e Conclusão) (Swales, 1990): *Métodos/Resultados e discussão* (ACF1); *Objetivos / Material e métodos / Resultados e discussão* (ACF2); *Análise de dados / Resultados / Principais Resultados / Discussão* (ACF4). A previsibilidade de alguns intertítulos dos exemplares de Ciências Farmacêuticas é ainda mais evidente, comparando com exemplares de outras áreas tipicamente experimentais, como, por exemplo, Engenharia Civil. Observando um exemplar desta área<sup>75</sup>, identificamos algumas semelhanças, tendo em conta que alguns intertítulos também explicitam as etapas de um processo experimental: *3. materiais, composições e procedimentos de ensaio / 2. apresentação e análise dos resultados obtidos* (ACE). Nos artigos de Direito, os intertítulos que delimitam e anunciam as secções dificilmente serão replicados em outros textos, exceto as secções de abertura e fecho de alguns exemplares, pois explicitam os conteúdos tematizados (cf. Anexo 3, grelha de análise 2). Comparando com um exemplar de Linguística Textual<sup>76</sup>, observa-se que também neste são privilegiados intertítulos que explicitam os conteúdos tematizados *2. Textos, géneros de texto, tipos de discurso / 3. Parâmetros de género* (ACL). Deste ponto de vista, a organização dos conteúdos e o modo como estes são explicitados dependem, em grande medida, dos processos de investigação adotados, sendo, por isso, mais previsível, quando é tematizado um processo experimental e menos, quando o artigo é dedicado a um tema objeto de reflexão. Embora a descrição de processos experimentais esteja previsivelmente associada às Ciências Naturais/Exatas e a tematização de um tema objeto de reflexão às Ciências Sociais e Humanas, o processo de investigação adotado depende dos objetivos dos autores.

---

<sup>75</sup> Silva, Camões & Vasconcelos (2014). *Material compósito à base de gesso reforçado com fibras: caracterização mecânica*.

Exemplar disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/31027/1/1963-pag.5-14.pdf>> [acesso a 26 de dezembro de 2018] (cf. Anexo 7).

<sup>76</sup> Coutinho (2006). *O texto como objecto empírico: consequências e desafios para a linguística*. Exemplar disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo076.pdf>> [acesso a 26 de dezembro de 2018] (cf. Anexo 7).

Além disso, são ainda evidentes algumas diferenças, no que se refere à relação entre conteúdos e segmentação. Enquanto nos artigos de Ciências Farmacêuticas predomina a ocorrência de um nível de secções, nos exemplares de Direito, é privilegiada a distribuição por dois ou mais níveis. Na maioria dos exemplares de Ciências Farmacêuticas, quando são tematizadas etapas de processos de investigação, a segmentação evidencia uma organização sequencial dos conteúdos. Em dois exemplares de Direito (ACD2 e ACD5), a segmentação dá a ver uma organização mais hierarquizada dos conteúdos, dado que os conteúdos aparecem distribuídos por dois ou mais níveis de secções. Deste ponto de vista, a relação entre conteúdos tematizados e a segmentação atestada nos textos depende, em grande medida, das especificidades das áreas científicas, nomeadamente no que respeita à natureza dos processos de investigação privilegiados, bem como dos temas contemplados/admitidos nas mesmas. Se, por um lado, é possível argumentar que algumas áreas científicas poderão admitir diferentes práticas, no que concerne à produção e divulgação de Ciência, como é o caso da Linguística textual, por outro, também é expectável que outros domínios, como Engenharia e Direito, sejam mais restritivos no que diz respeito aos modos de investigação adotados, de carácter experimental no primeiro caso e de cunho mais reflexivo no segundo.

Relativamente aos tipos discursivos, observa-se que os tipos teórico, interativo e narração ocorrem em todos os exemplares, articulando-se em fusão e em encaixe, exceto em ACD5, em que os tipos discursivos se articulam apenas em encaixe, sendo que o tipo relato interativo só ocorre nos textos ACF1 e ACD1. Relativamente às variantes, no exemplar ACD2, no início e fecho do plano de texto, temos a ocorrência dos tipos interativo e relato interativo secundários. Por outro lado, o tipo misto narrativo-teórico ocorre em todos os textos, exceto em ACD5, tal como o tipo misto interativo-teórico ocorre em todos os textos, exceto em ACF1 e ACD5 (cf. Anexo 2, grelhas de análise 1-10; Anexo 3, grelha de análise 3).

No entanto, a ocorrência dos tipos discursivos é bastante variável (cf. Anexo 2). Observa-se que os tipos discursivos ocorrem em diferentes momentos do plano de texto, não obedecendo, aparentemente, a nenhuma regularidade. Por exemplo, enquanto o tipo interativo ocorre no início e final do corpo do texto, em ACD1, e pontualmente, no fecho e abertura de secções, em ACD5, o tipo narração ocorre em todas as secções do corpo de texto em ACF3, ocorrendo apenas nas notas de rodapé em ACD5.

Todavia, embora variável, a ocorrência dos tipos discursivos não é totalmente aleatória. Em todos os exemplares, o tipo predominante é o teórico, ocorrendo em todas as secções, sendo privilegiado nos momentos em que são tematizadas informações genéricas e autónomas da situação da enunciação, designadamente na explicitação/descrição do tema da investigação. Quanto à ocorrência do tipo interativo, nos exemplares de Ciências Farmacêuticas, esta é mais pontual, comparando com o predomínio do tipo teórico e ocorrência do tipo narração. Como se exemplifica no quadro que se segue, na maioria dos casos, o tipo interativo é privilegiado nos momentos em que os autores se implicam no processo de investigação ou na sintetização de ideias e conclusões.

*Alguns dos resultados obtidos no nosso estudo estão em consonância com estes, nomeadamente, o maior risco de consumo em faixas etárias mais baixas e em grupos com maior nível de escolaridade. (ACF1)*  
*Já no caso dos fumadores e dos doentes crónicos, observamos um maior risco de consumo, tal como para a automedicação. (ACF1)*  
*Em jeito de conclusão final, e ainda que apenas a título de autores, parece-nos que no ano de 2013 se deve procurar rever (...). Assim, e sem querer sugerir nada seja a quem quer que seja, mas tendo em conta os atuais riscos vividos no setor dos medicamentos em ambulatório, parece-nos evidente que uma “espécie de pacto de regime” entre Governo / Farmácias / Indústria Farmacêutica / Distribuição Grossista (...). (ACF5)*

**Quadro 33:** tipo interativo nos exemplares de Ciências Farmacêuticas

Já nos textos de Direito, a ocorrência do tipo interativo é também pontual, embora mais evidente na maioria dos exemplares, exceto em ACD4, sendo privilegiado nos momentos em que são tematizados posicionamentos/pontos de vista e questionamentos dos autores ou como estratégia de orientação/captação da atenção dos leitores.

*Tudo somado, podemos afirmar que, em cada um dos três artigos que estabelecem competências do Presidente da República, se encontram estatuídos actos muito heterogéneos. (ACD1)*  
*Por outras palavras: será Presidente da República um conceito sinónimo do de chefe de Estado? (ACD1)*  
*(...) tenho dúvidas de que semelhante rigor tenha paralelo, à mesma escala, relativamente a muitos outros tipos de despesa do Estado. (ACD2)*  
*Poderemos falar assim de uma completa, harmónica, e articulada regulação das relações privadas internacionais na União Europeia e, em especial, no âmbito das relações familiares e sucessórias? Terá sido cumprido o “sonho” de Savigny? É o que pretendemos discutir neste trabalho. (ACD3)*  
*Comecemos por estes últimos. (ACD5)*

**Quadro 34:** tipo interativo nos exemplares de Direito

Quanto ao tipo narração, como se ilustra no quadro seguinte, nos textos das duas áreas, este é privilegiado no enquadramento teórico do tema, bem como na descrição do processo de investigação, no caso dos exemplares de Ciências Farmacêuticas.

*Em 2009, apenas em 14 países da Europa era possível a venda livre de MNSRM (Bulgária, Dinamarca, Eslovénia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Noruega, Polónia, Portugal, Suíça, Reino Unido, República Checa e Roménia)13. Em Portugal, até ao início do século XX assistiu-se a uma convergência dos direitos de propriedade de estabelecimento, produção e comercialização dos medicamentos. (ACF1)*

*Um outro tipo menos frequente, Demodex brevis foi evidenciado por Akbulatova em 1963. (ACF2)*

*Foram extraídos, aleatoriamente, na região inflamada, 3 cílios da borda palpebral superior do olho direito, colocados sobre lâmina e fixados através de fita adesiva. (ACF2)*

*Os resultados foram tratados em SPSS, versão 19.0, utilizando análise estatística bivariada (testes de t-Student e qui-quadrado) e trabalhando com um intervalo de confiança a 95 por cento. O estudo foi aprovado pela Comissão de Ética do ISCSEM. (ACF4)*

*A elaboração do projecto de estatuto do Presidente da República, bem como o dos outros órgãos que integrariam a organização do poder político, na Parte III da futura Constituição, ficou a cargo da 5.ª Comissão da Assembleia Constituinte, cujo parecer articulado foi divulgado a 25 de Novembro de 1975. (ACD1)*

*Entre a segunda metade do sec. XVI e o século XVII, a pobreza assumiu na Europa uma tal amplitude ao ponto de ser objecto da intervenção dos poderes instituídos. Em diferentes países europeus surgiram então um conjunto de leis sobre os pobres, como foi o caso das Poor Laws em Inglaterra, de 1601, ou a Ordenance de Moulins em França, de 1556. (ACD2)*

*(...) o Tratado da Comunidade Europeia e o Tratado da União Europeia foi assinado em Lisboa em 13 de Dezembro de 2007 e publicado no JOUE C 306 de 17 de Dezembro de 2007 (2007/C 306/01, pp. 1 a 271). Entrou em vigor em 1 de Dezembro de 2009, com o final das ratificações pelos Estados membros. (ACD4)*

#### Quadro 35: tipo narração nos exemplares ACF e ACD

Relativamente à ocorrência pontual do relato interativo em dois exemplares (ACF1 e ACD1), constata-se que este ocorre nas secções introdutórias. Todavia, no exemplar ACF1, é privilegiado para implicar o autor no processo de investigação que se contextualiza, e em ACD1, para implicar o autor no tema objeto de reflexão que se introduz.

<p><i>Para avaliar a associação entre as diversas variáveis e o consumo de MNSRM recorreremos à regressão logística múltipla.</i></p> <p style="text-align: center;">[...]</p> <p><i>A base de dados por nós utilizada permitiu no entanto explorar mais fatores preditores do consumo. (ACF1)</i></p>	<p><i>Mas, no meu caso particular, obrigada, também, pelo tanto que me auxiliaram quando enfrentei a solitária, e, por vezes, desesperante, tarefa de elaborar uma Tese de Doutoramento em Direito. Com efeito, as vossas discussões, os vossos argumentos, as vossas divergências constituíram, para mim, uma luz na investigação que levei a cabo... Quando decidi prosseguir os estudos na área do Direito Constitucional, escolhi um objecto ao mesmo passo clássico mas, ainda, problemático – o estatuto constitucional do Presidente da República, aquela instituição que, entre</i></p>
--	---



	<i>muitos outros epítetos, foi já apelidada de “ca-maleónica”.</i> (ACD1)
--	---

**Quadro 36:** tipo relato interativo nos exemplares ACF1 e ACD1

A articulação dos tipos discursivos em encaixe é assegurada por múltiplos mecanismos de organização textual (gráficos, linguísticos e pontuação), sendo que estes também evidenciam a organização dos conteúdos dentro de cada secção, ou seja, sinalizam o plano de texto, como ilustram os exemplos seguintes.

<p><i>No que diz respeito à liberalização dos medicamentos fora das farmácias, esta assenta num aumento do acesso dos medicamentos através de uma alargada distribuição geográfica dos pontos de venda, visando também a diminuição do preço impulsionada pela entrada de novos concorrentes no mercado. No entanto, a liberalização ainda não é uma questão tão generalizada quanto a existência de MNSRM nas farmácias. Países como a Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia Espanha, Estónia, Finlândia, França, Grécia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Suécia e Turquia apenas vendem MNSRM em farmácias. Em 2009, apenas em 14 países da Europa era possível a venda livre de MNSRM (Bulgária, Dinamarca, Eslovénia, Holanda, Hungria, Irlanda, Itália, Noruega, Polónia, Portugal, Suíça, Reino Unido, República Checa e Roménia)13.</i> (ACF1)</p> <p><i>Independentemente de o apoio à pobreza ser encarado como um dever de caridade, uma obrigação moral, um dever de solidariedade ou uma verdadeira obrigação pública6, a assistência aos pobres tem sido uma constante ao longo da história.</i></p> <p><i>Na Idade Média, a luta contra a pobreza foi encarada como um problema de solidariedade, de proximidade e um dever de caridade cristã; o sistema de interdependência social em que assentava o regime feudal fazia com que a inserção dos pobres numa determinada comunidade constituísse uma garantia de protecção, a qual se expressava não só a nível vertical, do senhor feudal para com os seus servos, como a nível horizontal, através das relações familiares ou de vizinhança.</i> (ACD2)</p>
--

**Quadro 37:** articulação dos tipos discursivos em encaixe (ACD/ACF)

No que concerne às variantes e aos tipos mistos, como se referiu, no exemplar ACD2, temos a ocorrência dos tipos interativo e relato interativo secundários, na abertura e fecho do plano de texto (cf. Anexo 2, grelha de análise 7; Anexo 6). Nestes segmentos, as unidades linguísticas remetem para personagens e ações textualizadas, isto é, pertencentes a um mundo textualmente construído.

<p><i>- A verdade não veio nua ao mundo, mas vestida com imagens e nomes. E a mentira? Que roupagens vestirá a mentira?...</i></p> <p><i>- As mesmas da verdade... Cabe-nos a nós distingui-las.</i></p> <p><i>RICHARD ZIMLER, O último cabalista de Lisboa</i></p>
---

*Termino com Almada Negreiros: «... quando eu nasci, as frases que hão-de salvar a humanidade já estavam todas escritas, só faltava uma coisa — salvar a humanidade» (A Invenção do Dia Claro). (ACD2)*

**Quadro 38:** interativo secundário e relato interativo secundário (ACD)

Apesar de predominarem os tipos discursivos de primeiro nível em todos os textos, também ocorrem os tipos mistos interativo-teórico e narrativo-teórico, exceto em ACD5. Nestes casos, no mesmo segmento, ocorrem formas linguísticas características de dois tipos discursivos, não sendo possível determinar, com total precisão, os seus limites. Quanto ao tipo misto interativo-teórico, conforme referido na primeira parte, a fusão dos dois tipos discursivos, teórico e interativo, decorre da necessidade do autor, por um lado, de expor informações/verdades autónomas da situação de produção e, por outro, de solicitar a atenção do destinatário/recetor do texto (Bronckart, [1997]1999: 193-194). Nestes segmentos, temos a coocorrência de unidades do âmbito do tipo teórico, como, por exemplo, formas verbais no infinitivo e presente do indicativo, e de formas linguísticas que remetem para o tempo e sujeitos da interação, designadamente deícticos temporais e pessoais, sendo por isso do âmbito do tipo interativo, como ilustram os exemplos seguintes.

*Como a relevância patológica da infestação por Demodex na blefarite ainda é controversa, gostaríamos de partilhar o nosso achado laboratorial, a sua interpretação com base nas taxas de infestação descritas na literatura e assim evidenciar a importância do diagnóstico etiológico na correta orientação terapêutica que previna recidivas diminuindo assim, a cronicidade. (ACF2)*  
*O declínio da fecundidade associado ao aumento da esperança média de vida é um dos binómios responsáveis pelo processo de envelhecimento a que se tem vindo a assistir em Portugal e que se agravou na última década. (ACF4)*  
*Sem semelhante qualificação, assumimos algum cepticismo relativamente ao grau de densificação da-quele preceito constitucional, mais especificamente quanto à possibilidade de o mesmo impor ao Estado uma obrigação de resultado, traduzida na garantia de uma adequação mínima das prestações sociais, especialmente as de natureza não contributiva, às necessidades básicas das pessoas com carência de recursos. (ACD2)*  
*Nos últimos dez anos esta dificuldade foi sendo progressivamente ultrapassada com a publicação de vários regulamentos comunitários que criam Direito de Conflitos uniforme para os Estados-Membros da União Europeia. (ACD3)*

**Quadro 39:** tipo misto interativo-teórico (ACD e ACF)

Além disso, ocorre também, em alguns segmentos, a fusão dos tipos teórico e narração, ou seja, um tipo misto narrativo-teórico. Nestes casos, temos a presença de ca-

racterísticas linguísticas no mesmo segmento dos tipos teórico e narração, quando simultaneamente são abordados acontecimentos históricos e expostas informações atuais (Bronckart, [1997]1999: 209), o que se observa nos exemplares de Direito. Porém, no caso dos artigos de Ciências Farmacêuticas, a fusão dos dois tipos ocorre nos momentos em que se descreve as etapas e procedimentos de investigação realizados e se tematiza informações atuais. Tal como nos exemplos apresentados por Bronckart ([1997]1999: 209), nestes segmentos, temos a coocorrência de unidades linguísticas do âmbito dos dois tipos discursivos, nomeadamente formas verbais que remetem para ações realizadas numa temporalidade disjunta da situação de produção, como, por exemplo, formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito, bem como organizadores temporais sem valor deítico, e características próprias do tipo teórico, designadamente formas verbais no presente do indicativo.

*O trabalho de campo para recolha dos dados decorreu entre fevereiro de 2005 e janeiro de 2006. A amostra abrangida por este inquérito é constituída pelos indivíduos que residiam em alojamentos familiares no país, à data da realização das entrevistas. Foi excluído do inquérito a população residente em alojamentos coletivos. O total de inquiridos foi de 41193. (ACF1)*

*Contabilizaram-se 4 ácaros de Demodex folliculorum em 3 cílios, sendo a taxa de infestação de 1,3 no presente caso (Fig. 4). (ACF2)*

*Na Holanda, este serviço contava já em 2011 com cerca de 360 mil utilizadores, número que se deve, em parte, às alterações na legislação holandesa num sentido que privilegia o farmacêutico como profissional capaz para realizar a gestão da terapêutica de doentes, nomeadamente em lares e casas de repouso4. (ACF4)*

*Verificou-se ainda que a disponibilidade para pagar pelo serviço parece ser influenciada pela perceção da sua utilidade, quer se trate de utilidade para o próprio ( $p=0,001$ ) quer de utilidade para outrem ( $p<0,001$ ). Por último, constata-se ainda que, entre os utentes que se apercebem das suas dificuldades no cumprimento da terapêutica, observou-se uma maior proporção de indivíduos disponíveis para pagar pelo serviço ( $p=0,045$ ) (Tabela 3). (ACF4)*

*Lembre-se, por exemplo, que o rendimento mínimo de inserção foi criado em França, em 1988, e em Itália em 1997. (ACD2)*

*Neste contexto, a iniciativa directa por parte dos cidadãos surge, no contexto da União, dirigida à Comissão que desempenha o papel de gestora e encaminhadora da proposta, e, no sistema jurídico português, a iniciativa popular foi introduzida com a alteração constitucional de 1997 que abriu a possibilidade directa aos cidadãos dirigida ao Parlamento. (ACD4)*

**Quadro 40:** tipo misto narrativo-teórico (ACD/ACF)

Quanto à configuração linguística dos tipos discursivos, o tipo teórico caracteriza-se, por um lado, pela ausência de unidades linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação e, por outro, pela ocorrência de formas verbais no presente do indicativo, de frases passivas e de procedimentos intertextuais (citações, paráfrases, entre

outros). Além disso, nos segmentos do tipo teórico, ocorrem também vários procedimentos de reenvio intratextual. Enquanto nos textos de Direito predominam as notas de rodapé, nos exemplares de Ciências Farmacêuticas são mais frequentes as notas de fim, embora nestes sejam utilizadas, na maioria dos casos, para referenciar.

Relativamente ao tipo interativo, embora este seja marcado em todos os exemplares através de formas verbais e pronomes de primeira pessoa (singular e plural), verifica-se que as frases não declarativas (interrogativas e exclamativas) só ocorrem nos segmentos de tipo interativo nos exemplares de Direito, como ilustram os excertos apresentados.

*Por outras palavras: será Presidente da República um conceito sinónimo do de chefe de Estado? (ACD1)*

*A questão que, imediatamente, se coloca é: que comunidade é esta que o Presidente representa? (ACD1) Poderemos falar assim de uma completa, harmónica, e articulada regulação das relações privadas internacionais na União Europeia e, em especial, no âmbito das relações familiares e sucessórias? Terá sido cumprido o “sonho” de Savigny?*

*É o que pretendemos discutir neste trabalho.*

[...]

*Qual a lei aplicável? A das regras de conflitos do DIP nacional? E será coerente com a lei indicada pelo Regulamento sobre a lei aplicável ao divórcio? (ACD3)*

*E o ordenamento jurídico-tributário português? Como pode a respectiva configuração ser perspectivada? (ACD5) Ora, tendo presente esta caracterização e diferenciação genéricas, o que se pode dizer em termos de resultados da justiça tributária e de eventuais fragilidades do modelo? Tais fragilidades, terão elas alguma ligação com o tipo de edifício jurisdicional que o ordenamento jurídico-tributário português consagra? (ACD5)*

#### Quadro 41: configuração linguística do tipo interativo (ACD)

Este facto deve-se às especificidades das áreas científicas, pois o carácter ensaístico-reflexivo da área de Direito faz com que os textos produzidos sejam mais propensos à subjetividade e questionamento expressos pelas frases não declarativas. Além disso, as formas verbais e pronomes de primeira pessoa do singular só ocorrem nos textos de Direito, o que poderá decorrer do facto de os textos serem produzidos por um único autor, o que atesta a influência dos parâmetros contextuais nas propriedades linguísticas dos textos. No entanto, importa sublinhar que o uso da primeira pessoa plural é igualmente recorrente em artigos produzidos por um autor, dependendo, por vezes, dos usos na área científica, bem como das preferências dos autores, como se observa num dos exemplares de Direito (ACD1), no qual ocorrem também formas verbais e pronomes de segunda pessoa do plural.

No que respeita ao tipo narração, constatamos que, nos artigos de Ciências Farmacêuticas, nos momentos de descrição do processo de investigação, na maioria dos segmentos deste tipo, não temos organizadores temporais que explicitem a ancoragem das ações numa temporalidade disjunta. Nesses segmentos, o que marca o valor de temporal de disjunção e a autonomia é a ocorrência de formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito e a ausência de unidades que remetam para os sujeitos da interação. Já nos textos de Direito, para além das formas verbais, é recorrente a presença de organizadores temporais sem valor deítico.

Quanto à emergência pontual do tipo relato interativo em dois exemplares (ACD1 e ACF1), neste caso, coocorrem formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito, na primeira pessoa do singular, no exemplar de Direito, e na primeira pessoa do plural, no texto de Ciências Farmacêuticas, com pronomes de primeira pessoa no singular (ACD) ou no plural (ACF), diferença também observada na configuração do tipo interativo, o que atesta a ocorrência de diferentes níveis de implicação nos exemplares do género.

### **3.1.2. *Póster científico***

Relativamente ao plano de texto dos exemplares género *póster científico*, em todos os textos, os conteúdos estão distribuídos por secções graficamente delimitadas, em colunas ou em caixas de texto verticais ou horizontais, ainda que os mecanismos gráficos utilizados variem significativamente, consoante o *template* selecionado pelos autores.

No que concerne às secções peritextuais, as secções *identificação do póster* (título), a *identificação dos autores* e a *filiação académica dos autores* são transversais a todos os exemplares, embora sejam evidenciadas de modo diferenciado (cf. Anexo 2, grelhas 11-20; Anexo 3, grelha 4). Nos textos de Ciências Agrárias, a filiação académica dos autores é apresentada através de notas alfabeticamente ou numericamente ordenadas, exceto em PCA3, o que não se observa nos exemplares de Linguística. Por outro lado, a secção *referências* ocorre em todos os textos, exceto em PCL1, tratando-se de uma especificidade deste exemplar. Importa, porém, sublinhar que há alguma variação na etiquetagem desta secção nos exemplares de Linguística, ocorrendo as etiquetas *referências* (PCL5, PCA1, PCA2, PCA3, PCA4, PCA5), *referências selecionadas* (PCL4), *biblio-*

*grafia de base* (PCL2), *referências bibliográficas* (PCL3), característica também observada nos exemplares do género *artigo científico*. Quanto à secção *agradecimentos*, esta ocorre em quatro dos cinco exemplares de Ciências Agrárias (PCA1, PCA3, PCA4, PCA5), não estando presente em nenhum póster de Linguística. No que concerne aos logótipos, apenas quatro exemplares apresentam um logótipo relativo aos eventos em causa, sendo estes de Ciências Agrárias (PCA1, PCA2, PCA3, PCA5). Além disso, verifica-se que há alguma variação na disposição no espaço textual dos logótipos relativos às instituições a que pertencem os autores e às entidades financiadoras, ora ocorrendo nas margens superiores (PCA3, PCL1, PCL3) ora nas inferiores (PCA4, PCA5, PCL2 e PCL5) ou em ambas (PCA1, PCA2 e PCL4).

Quanto ao corpo do texto, é significativa a diferença entre os exemplares de Ciências Agrárias e os de Linguística, no que diz respeito às secções e à sua explicitação. Conforme se sistematiza na grelha de análise 5 (cf. Anexo 3), à exceção do texto PCA4, os conteúdos dos exemplares de Ciências Agrárias estão distribuídos pelas secções *Introdução*, *Materiais e Métodos*, *Resultados* e *Conclusão*, sendo, assim, explicitados nos intertítulos as etapas de um processo de investigação. Esta etiquetagem das secções, como observámos anteriormente, também estava presente no corpo do texto dos exemplares de Ciências Farmacêuticas do género *artigo científico* (*Métodos / Resultados e discussão* (ACF1); *Objetivos / Material e métodos / Resultados e discussão* (ACF2); *Análise de dados / Resultados / Principais Resultados / Discussão* (ACF4), atestando, assim, a influência das áreas científicas e, em particular, dos diferentes modos de fazer Ciência na configuração e marcação do plano de texto. No caso do texto PCA4, embora seja possível identificar as secções de abertura e fecho (*introdução* e *conclusão*), estas não são explicitadas. Já nos exemplares de Linguística, observa-se uma significativa variação na etiquetagem das secções, bem como nos conteúdos contemplados, designadamente nas secções de abertura e fecho do corpo do texto (*1. Resumo / 7. Produção final*, PCL1; *Apresentação / Conclusões*, PCL2; *Introdução / Conclusões*, PCL3; *Fraseamento Prosódico / Discussão e Trabalho futuro*, PCL4; *Minimizadores: o que são? / Evolução dos minimizadores*, PCL5). Quanto às restantes secções dos pósteres de Linguística, estas são igualmente variáveis, sendo que a maioria dos intertítulos explicita os conteúdos tematizados, embora em PCL1, PCL3 e PCL4 tenhamos intertítulos que explicitam etapas do processo de investigação, designadamente a secção 5. *Metodologia*, PCL1, as secções

*Objetivos e Metodologia*, PCL3 e as secções *Perguntas de investigação e objetivos / Metodologia / Resultados preliminares*, PCL4 (cf. Anexo 2, grelhas 11-20; Anexo 6). Além disso, embora o plano de texto de todos os exemplares do género *póster científico* se caracterize pela coocorrência de secções verbais e mistas (constituídas por unidades verbais e não verbais) delimitadas através de intertítulos, o tipo de unidades não verbais (figuras, gráficos, quadros, esquemas, entre outros) depende dos conteúdos tematizados em cada exemplar, variando, por isso, de forma significativa.

Passando aos tipos discursivos, tal como nos exemplares do género *artigo científico*, nos textos do género *póster científico*, predomina o tipo teórico, articulando-se com o tipo relato interativo, num exemplar (PCL2), com o tipo narração e tipo interativo, embora em dois exemplares (PCA1 e PCL4) não tenhamos observado a articulação de tipos discursivos dentro cada uma das secções analisadas, precisamente devido ao facto de articulação de tipos discursivos coincidir com a transição de secções (cf. Anexo 2, grelhas 11-20). No exemplo abaixo apresentado, temos um segmento de tipo teórico na secção *introdução* e o tipo narração na secção *Materiais e métodos*, sendo os tipos discursivos e as secções delimitadas através do espaçamento e do intertítulo. Este caso atesta o modo como os mecanismos que assinalam o plano de texto asseguram a articulação em encaixe dos tipos discursivos, ou seja, o intertítulo funciona como um mecanismo de organização textual que delimita as secções e, simultaneamente, como mecanismo de articulação dos tipos discursivos, aspeto desenvolvido mais à frente.

Atualmente tem-se acentuado a procura de alimentos com características funcionais para além das suas propriedades nutricionais, permitindo a obtenção de benefícios para a saúde incluindo a prevenção de doenças. Neste contexto, o alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.) utilizado desde tempos ancestrais como erva aromática e medicinal, é uma importante e diversificada fonte de compostos bioativos responsáveis por diferentes propriedades, tais como antioxidantes, antimicrobianas e anti-inflamatórias [1]. Assim, o alecrim apresenta grande potencial como fonte de ingredientes bioativos para alimentos conferindo outras bioatividades ao produto final. No entanto, o uso de extratos de plantas em bases alimentares pode apresentar limitações devido à sua instabilidade mediante diversos fatores como pH, humidade, condições de processamento e armazenamento do alimento, que conduz a uma diminuição das suas propriedades biológicas [2]. A microencapsulação surge como uma alternativa para ultrapassar esta problemática.

#### **Materiais e métodos**

O extrato aquoso foi obtido com 2 g de amostra em 100 mL de água destilada em ebulição. O extrato hidroetanólico foi obtido a partir da maceração de 2 g de amostra em 30 mL etanol:água (80:20 v/v).

A análise dos compostos fenólicos foi efetuada, por cromatografia líquida de alta eficiência em fase reversa acoplada a deteção por diodos e espectrometria de massa (HPLC-DAD-ESI/MS). A separação cromatográfica foi efetuada numa coluna S3 ODS-2 C18 Spherisorb Waters, utilizando como fase móvel uma mistura água/acetoneitrilo com 0,1% de ácido fórmico, em modo de gradiente.

A atividade antioxidante dos extratos foi avaliada através do efeito captador de radicais livres (DPPH), poder redutor (PR) e inibição da peroxidação lipídica (TBARS), no entanto, a atividade antioxidante dos requeijões foi apenas avaliada pelos dois primeiros ensaios.

As microesferas foram preparadas recorrendo à técnica atomização/coagulação, onde a solução de alginato de sódio que contém o extrato aquoso (proporção extrato/alginato de sódio: 50/400, mg/mg) foi atomizada através do nozzle (0,35 mm) e coagulado numa solução de cloreto de cálcio (4%, v/v).

Todas as amostras de requeijão foram preparadas em duplicado na empresa Queijos Casa Matias (Seia, Portugal). Os requeijões foram produzidos com soro de leite proveniente da produção de queijo. A incorporação dos extratos bioativos foi realizada de forma individual imediatamente antes do embalamento, a fim de garantir uma melhor distribuição de extrato no requeijão.

A composição em macronutrientes foi avaliada de acordo com as normas oficiais de análise de alimentos, tendo sido também determinada a sua composição em lactose e ácidos gordos utilizando técnicas cromatográficas.



**Imagem 20:** excerto de PCA1

Como se sintetiza da grelha de análise 6 (cf. Anexo 3), o encaixe é a modalidade de articulação mais frequente, pois ocorre em todos os textos, ainda que, em dois exem-



plares, coincida com a transição de secções, sendo, por isso, considerada nas grelhas individuais que se apresentam (cf. Anexo 2, grelhas 11-20). Além disso, enquanto o tipo narração só ocorre em um dos cinco exemplares de Linguística, ocorrendo em todos os textos de Ciências Agrárias, o tipo interativo ocorre em todos os textos, embora seja de forma pontual em alguns exemplares, designadamente no peritexto, na secção dedicada à identificação dos autores (cf. Anexo 2, grelhas 11-20).

O tipo teórico articula-se, pontualmente, em fusão com o tipo relato interativo, no exemplar PCL2, ocorrendo, neste caso, o tipo misto relato interativo-teórico. Como se observa no quadro seguinte, embora predominem unidades do âmbito do tipo teórico, localmente, ocorrem unidades características do relato interativo, designadamente formas verbais no pretérito perfeito, na primeira pessoa do plural.

*Por razões operacionais, designámos o conjunto destes elementos contextuais de substrato por constante nomológica, na medida em que se torna absolutamente necessário tê-los presentes para se obter a expressão modal da proposição compatível com o contexto em que é produzida.*  
*III. Nesta tipologia de textos jurídicos, vimos que o verbo poder opera valores de obrigação ou necessidade (forte) quando utilizado em estruturas semelhantes aos modelos apresentados em (2) e (3), apesar de ser tradicionalmente tido como um 'modal fraco'.*  
**(PCL2)**

**Quadro 42:** tipo misto relato interativo-teórico (PCL2)

Já nos exemplares PCA2 e PCA3, o tipo teórico articula-se em fusão com o tipo narração. Nestes casos, ocorrem localmente marcas do tipo narração, designadamente formas verbais no pretérito perfeito do indicativo.

*Estes valores encontram-se próximos dos referidos em outros estudos, por exemplo em coberturas verdes intensivas e extensivas em Adelaide na Austrália, as quais atingiram um valor médio de retenção de 88,6% e 74,0% respectivamente (Razzaghmanesh et al., 2014).* **(PCA2)**  
*Analisando os resultados, pode-se verificar que a exposição ao stresse hídrico induziu a uma acumulação substancial de H<sub>2</sub>O<sub>2</sub> nas plantas sem Si (-Si), enquanto a aplicação de Si permitiu uma redução do seu conteúdo, de 0,610 (-Si) para 0,259 (Si) µMg-1 FW, o que corresponde a uma redução de 58% (Fig. 1).* **(PCA3)**

**Quadro 43:** tipo misto narrativo-teórico (PCA2 e PCA3)



Por outro lado, o tipo teórico articula-se, predominantemente, em encaixe, com os tipos interativo e narração. O modo de articulação em encaixe é marcado de forma bastante variável. Começando pelo encaixe com o tipo interativo, observa-se que a delimitação dos tipos discursivos pode ser efetuada com recurso a diferentes mecanismos. Como ilustram os exemplos abaixo apresentados, em PCA1, os nomes dos autores constituem um segmento de tipo interativo, no qual encaixa o tipo teórico, através de um mecanismo de reenvio intratextual, as notas ordenadas alfabeticamente. Em PCA3, temos um segmento de tipo teórico precedido de um segmento de tipo interativo e, neste caso, é o espaçamento e a pontuação que delimitam os dois tipos discursivos. Já em PCL1, os dois tipos discursivos aparecem delimitados com recurso a caixas de texto e à pontuação.

### **Utilização de Extrato de Alecrim Livre e Microencapsulado como Ingrediente Bioativo para o Desenvolvimento de Alimentos Funcionais**

Andreia Ribeiro,<sup>a,b</sup> Cristina Caleja,<sup>a,b</sup> Lillian Barros,<sup>a</sup> Celestino Santos Buelga,<sup>c</sup> Maria Filomena Barreiro<sup>\*b</sup>, Isabel C.F.R. Ferreira<sup>\*a</sup>

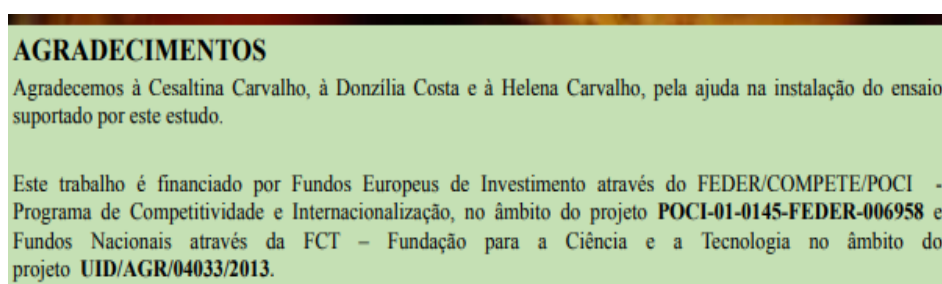
<sup>a</sup> Centro de Investigação de Montanha (CIMO), ESA, Instituto Politécnico de Bragança, Campus de Santa Apolónia Ap. 5300-253 Bragança, Portugal.

<sup>b</sup> Laboratório de Processos de Separação e Reação (LSRE), Laboratório Associado LSRE/LCM, Instituto Politécnico de Bragança, Campus Santa Apolónia Ap. 1134, 5300-857 Bragança, Portugal.

<sup>c</sup> GIP-USAL, Faculdade de Farmácia, Universidade de Salamanca, Campus Miguel de Unamuno, 37007 Salamanca, Espanha.

barreiro@ipb.pt ou iferreira@ipb.pt

**Imagem 21:** encaixe dos tipos teórico e interativo; excerto PCA1



**Imagem 22:** encaixe dos tipos teórico e interativo; excerto PCA3

O QUÊ?	PORQUÊ?	COMO?
• Dicionário da degustação do vinho	• Para tornar explícita a conceptualização da ASE / fazer uma classificação sistemática para os intervenientes	• Tornando o conhecimento explícito (os termos e os significados)
DOMÍNIO / SUBDOMÍNIO	LÍNGUA DE TRABALHO	ENQUADRAMENTO TEÓRICO
• Enologia > ASE > degustação	• Monolíngue – Português Europeu	• Lexicografia de Especialidade

**Imagem 23:** encaixe dos tipos teórico e interativo; excerto PCL1

Quanto à articulação em encaixe com o tipo narração, embora na globalidade dos textos predomine o tipo teórico, nos exemplares de Ciências Agrárias, é frequente a intercalação deste com segmentos de tipo narração, como ilustra o exemplo seguinte.

*Dos 37 eventos de precipitação analisados, 22 deles não resultaram em escoamento no tratamento com (mistura de plantas vasculares e briófitos) e 16 não resultaram em escoamento no tratamento com (Brachypodium phoenicoides).*  
*Com os resultados obtidos é possível verificar que o comportamento das coberturas verdes, quanto à retenção de precipitação, é influenciado pela altura de precipitação, pela intensidade média, e também por factores como a situação antecedente relativa ao teor de água do substrato, duração da precipitação e tipo de substrato. Os maiores valores de percentagem de retenção ocorreram quando a altura de precipitação foi inferior a 10 mm e quando a intensidade média foi inferior a (mm/ 10 min).*  
**(PCA2)**

**Quadro 45:** encaixe dos tipos narração e teórico (PCA2)

Por outro lado, em PCL5, temos a ocorrência pontual da variante interativo secundário, dado que há a construção de um mundo que não se desenvolve no mundo ordinário. Neste sentido, como se observa em seguida, temos um segmento de tipo interativo, no qual a frase interrogativa remete para os sujeitos da interação e um segmento, apresentado como exemplo, em que as frases não declarativas e as formas verbais (*veja* e *guia-te*) remetem para ações e personagens pertencentes a um mundo criado textualmente.

### Minimizadores : o que são?



**Imagem 24:** interativo secundário em PCL1

Como se observa na grelha de análise 6 (cf. Anexo 3), os tipos discursivos ocorrem em diferentes momentos do plano de texto, sendo, no entanto, possível, associá-los à tematização de conteúdos específicos.

No caso do tipo teórico, o tipo predominante, tal como foi observado a propósito da sua ocorrência no *artigo científico*, é privilegiado nos momentos em que são tematizadas informações genéricas e autónomas da situação da enunciação, designadamente na explicitação/descrição do tema/processo da investigação.

*As coberturas verdes são uma das estruturas implementadas para amenizar esse problema, pelo armazenamento da precipitação e utilização de uma parte da água no processo de evapotranspiração das plantas, reciclando dessa forma 45% de toda a precipitação (Kolb et al., 2014). (PCA2)*

**Quadro 45:** tipo teórico (PCA2)

Quanto à ocorrência do tipo interativo, o nome dos autores nas secções peritextuais constituem segmentos deste tipo, pois traduzem um valor implicação dos produtores dos textos. Por outro lado, o tipo interativo, em alguns exemplares, é privilegiado nas secções introdutórias (PCA4, PCL1, PCL2, PCL5), nos agradecimentos (PCA3, PCA4) e nas conclusões (PCL2). Deste ponto de vista, o tipo interativo tende a ocorrer nas secções de abertura e fecho do plano de texto. Por outro lado, consideramos como sendo do âmbito do tipo interativo os segmentos em que ocorrem formas verbais no pretérito perfeito composto<sup>77</sup>, tendo em conta que estas expressam um valor de continuidade e/ou relevância para o presente: tem-se acentuado (PCA1), tem aumentado (PCA2), tem procurado (PCA4), tem sido (PCA5), tem sido (PCL1), tem sido (PCL2).

Quanto ao tipo narração, como já mencionado, ocorre em todos os exemplares de Ciências Agrárias, sendo privilegiado nos momentos em que é narrado o processo de investigação. Já no exemplar de Linguística em que o tipo narração ocorre, verifica-se que é privilegiado na tematização de factos históricos relevantes para a investigação apresentada.

*O extrato aquoso foi obtido com 2g de amostra em 100 mL de água destilada em ebulição. O extrato hidroetanólico foi obtido a partir da maceração de 2g de amostra em 30 mL etanol: água (80:20v/v). (PCA1)*

---

<sup>77</sup> Para Campos & Xavier, “o pretérito perfeito composto não só tem necessariamente como localizador aspetual o tempo T0 da enunciação mas, além disso, T0 tem de ser um dos instantes da sequência T2 associada ao acontecimento linguístico construído” (Campos & Xavier, 1991: 334). Neste sentido, o pretérito perfeito composto tem um valor temporal de simultaneidade e de imperfectividade em relação a Sit0 (situação de enunciação) (1991: 336).

*Neste caso, quanto maior foi o aumento de precipitação, menor retenção se obteve com os dois tratamentos analisados. (PCA2)*  
*A aplicação de Si facilitou, mesmo sob stresse hídrico, a absorção contínua de água. (PCA3)*  
*Até determinada altura, nenhum elemento de NEG 2 podia expressar sozinho negação (o não pré-verbal - NEG1- era obrigatório):*  
**(PCL5)**

**Quadro 46:** tipo narração (PCA e PCL)

Quanto às particularidades da configuração linguística, começando pelo tipo teórico, este, nas secções introdutórias, em alguns exemplares, é marcado pela presença de formas verbais no presente do indicativo e no infinitivo impessoal e de frases passivas: *O stresse hídrico é considerado um dos principais fatores limitantes na produção agrícola*, (PCA3). Relativamente ao tipo narração, destaca-se também a ocorrência de frases passivas (verbo *ser* no pretérito perfeito + particípio passado do verbo principal) no exemplar PCA1, como, por exemplo, *O extrato aquoso foi selecionado para ser incorporado em requeijões por possuir maior quantidade de compostos fenólicos e maior capacidade antioxidante*. Nos restantes exemplares, o tipo narração é evidenciado pelo predomínio de formas verbais no pretérito perfeito, nomeadamente *foi, ocorreu, demonstraram* (PCA2), *permitiu, induziu* (PCA3), *demonstraram, provocou* (PCA4), *apresentaram, produziram* (PCA5). Já no exemplar de Linguística (PCL5) em que ocorre o tipo narração, este é marcado por formas verbais no pretérito imperfeito (*podia, podiam, tinham, era*). No que concerne ao tipo interativo, para além da ocorrência de nomes próprios e da pontual ocorrência de formas verbais na primeira pessoa do plural e de formas no pretérito perfeito composto, destaca-se, em PCL1 e PCL2, o recurso às frases interrogativas na abertura de secções: *O quê? / Porquê e Como?* (PCL1) e *Minimizadores: o que são?* (PCL5). Estes casos, na nossa perspetiva, traduzem o valor de implicação do emissor, mas também do recetor, antecipando as questões deste, funcionando, desta forma, como estratégia de captação da atenção.

### 3.1.3. Chamada de trabalhos

Quanto ao plano de texto dos exemplares do género *chamada de trabalhos*, começando pelo peritexto, observa-se que todos os textos contemplam, em início de plano de texto, o nome do evento, locais e datas de realização, exceto CT4, em que a data é mencionada na primeira secção do corpo de texto. Já no que concerne à etiqueta de género, esta não ocorre em dois exemplares (CT1, CT2), sendo variável nos restantes, ocorrendo as designações *chamada de trabalhos* (CT3, CT9, CT10), *1.ª Chamada de Comunicações* (CT4), *Call for Papers* (CT5, CT6), *Second Call for Papers* (CT7), *Chamada de trabalhos/Call for Papers* (CT8) (cf. Anexo 2, grelhas 21-30; Anexo 3, grelha 7; Anexo 6). Ainda no que se refere às secções peritextuais, a maioria dos exemplares contempla logótipos relativos às instituições a que estão associados os eventos e, em alguns casos, um logótipo relativo ao evento em causa (CT1, CT2, CT3, CT4, CT10). Quanto aos logótipos das instituições, estes podem ocorrer no início do plano, no final, em ambos ou em rodapé, ou seja, a sua distribuição no espaço textual é variável. Além disso, em alguns exemplares, não ocorrem logótipos relativos às instituições, como é o caso de CT8 e CT9. Em CT3, o logótipo do evento é emoldurado por uma imagem de fundo da cidade de Aveiro, local onde irá decorrer o evento em causa.

Relativamente ao corpo do texto, no que concerne aos conteúdos contemplados, observam-se várias particularidades. Na maioria dos textos, ocorre uma secção inicial em que se contextualiza o evento em causa, exceto em CT3, CT4 e CT6. Quando a secção não é explicitada, como nos exemplares CT1, CT2, CT5, CT7 e CT9, atribuímos a designação *contextualização*. Já em dois exemplares, a secção é explicitada através dos títulos *descrição* (CT8) e *apresentação* (CT10). Esta variabilidade também se observa nas restantes secções do corpo do texto, pois apesar de os conteúdos tematizados serem, em parte, semelhantes, a sua distribuição no espaço textual e a sua explicitação oscilam. Conforme a grelha de análise 7 (cf. Anexo 3), a secção dedicada aos painéis temáticos/às áreas científicas dos eventos ocorre em todos os exemplares, sendo explicitada de modo diversificado: *painéis temáticos*, CT1; *painéis temáticos*, CT2; *áreas temáticas*, CT3; *áreas científicas*, CT4; *eixos temáticos*, CT5; *tópicos de comunicação*, CT6; *painel temático*, CT7; *linhas temáticas*, CT8; *tema*, CT9; *tópicos*, CT10. Além disso, em todos os textos, são também tematizadas informações relativas às datas de submissão dos trabalhos, bem como as condições/normas de submissão. Como se observa nos textos (cf.

Anexo 2, grelhas 21-30), estas informações são tematizadas e organizadas de modo bastante heterogéneo. Quando está prevista mais do que uma modalidade de participação nos eventos, são explicitadas as definições das mesmas (CT2, CT3, CT4, CT7, CT9), de forma mais ou menos específica. Na maioria dos textos, são indicadas as línguas de trabalho dos eventos (CT1, CT2, CT3, CT4, CT6, CT7, CT8), bem como os elementos das comissões organizadoras dos mesmos (CT1, CT2, CT5, CT6, CT8). No entanto, a comissão científica (CT1), os conferencistas convidados (CT2, CT4), a publicação posterior das comunicações (CT3, CT4, CT6) e inscrições/pagamentos (CT2, CT3, CT4, CT8, CT10) são informações que ocorrem de forma mais pontual, dado que são disponibilizadas nos *sítios web* dos eventos, não sendo, por isso, incluídas nas chamadas de trabalhos.

Por outro lado, embora a distribuição dos conteúdos por secções graficamente delimitadas seja transversal a todos os exemplares, os mecanismos de organização textual mobilizados são bastante diversificados. Por exemplo, em CT1, a secção dedicada aos painéis temáticos é evidenciada, para além do espaçamento, através do recurso ao negrito e a tópicos numerados. Já em CT2, temos tópicos numerados e tópicos com a formulação de questões. Em CT3, a secção *áreas temáticas* é evidenciada através de um intertítulo, seguindo-se a especificação das diferentes áreas, através de alíneas alfabeticamente ordenadas. Neste exemplar (CT3), as cores dos intertítulos que delimitam as secções são semelhantes às utilizadas no logótipo do evento. Além disso, em CT2 e CT4, ocorrem quadros em que são sistematizadas informações relativas a pagamentos de inscrições e respetivos prazos. Em CT5, para além do título sublinhado em posição peritextual, são utilizados vários mecanismos gráficos no corpo de texto, nomeadamente o negrito, o espaçamento, entre outros. Em CT6, destaca-se a imagem de fundo que emoldura toda a chamada de trabalhos, bem como o formulário final. Já em CT7, o contraste cromático delimita o corpo de texto do peritexto, sendo ainda de destacar o recurso a vários mecanismos gráficos que destacam e delimitam conteúdos e secções específicas, como é o caso da secção *painel temático*. Em CT8, as secções são delimitadas através do espaçamento e de intertítulos a negrito. Já em CT9, destaca-se a organização em pontos numerados e alíneas da secção dedicada às normas para a submissão dos resumos. Em CT10, as secções são delimitadas através de intertítulos em maiúsculas e sublinhados com cor de realce. Em suma, o plano de texto dos exemplares é evidenciado por múltiplos mecanismos de organização textual gráficos.

No que concerne aos tipos discursivos, o tipo teórico predomina em todos os exemplares, articulando-se em encaixe com o tipo narração, em todos os textos, em encaixe com o tipo interativo, nos exemplares CT2, CT6, CT9 e CT10, e em fusão com o tipo interativo, nos exemplares CT4, CT8 e CT10.

Quanto à ocorrência do tipo narração, em dois exemplares (CT1 e CT5), este tipo discursivo é privilegiado na abertura do corpo do texto, na secção dedicada à contextualização dos eventos. Nestes casos, os eventos divulgados estão associados à área de História, domínio científico focado no estudo do “passado”, e, por isso, a sua contextualização implica a referência a factos históricos e/ou dados precedentes (Rosa, 2018d: 76).

*A Época do 2º Visconde de Santarém - nascido em Lisboa em 1791 e falecido em Paris em 1856 - conheceu profundas transformações a nível das sensibilidades artísticas, literárias e culturais, em vários domínios do conhecimento científico e alterações fracturantes de regimes políticos, com a transição, por vezes brutal, do Antigo Regime para o do Liberalismo europeu e sul-americano. A Europa influenciou e foi influenciada, observou e foi observada por um reino geograficamente periférico, mas onde as convulsões internas andaram a par de movimentos culturais e científicos, académicos e periódicos muito ricos e diversos. (CT1)*

*Da pirataria ao domínio de rotas comerciais marítimas, da competição por um território ultramarino ao prolongamento de uma campanha terrestre, o mar foi sempre um território de conflito. As embarcações foram adaptadas para o combate e constituíram-se as primeiras marinhas de guerra, com a função não só de procurar o melhor desempenho em combate como também realizar bloqueios e transportar tropas e equipamentos. (CT5)*

**Quadro 47:** tipo narração (CT1 e CT5)

No que concerne às modalidades de articulação dos tipos discursivos, observa-se que o tipo teórico encaixa no tipo narração, de forma mais ou menos delimitada. Esta articulação dos dois tipos discursivos evidencia a transição de secções do plano de texto, ou seja, a passagem do tipo narração para o tipo teórico delimita as secções em que são contextualizados os eventos das secções que se seguem. Nestes casos, ao contrário dos habituais mecanismos gráficos, como, por exemplo, os intertítulos que delimitam os blocos textuais e explicitam os conteúdos tematizados, a articulação dos dois tipos discursivos sublinha a configuração do plano de texto.

*Inserido numa rede transeuropeia de sociedades científicas, o 2º Visconde de Santarém dialogou com interlocutores de renome, nacionais e internacionais, tendo deixado uma marca indelével no seu tempo, que importa entender no contexto, nas sociabilidades, nos diálogos críticos entre autores e na mentalidade da época.*

*O Colóquio pretende reunir especialistas da História Política e Diplomática, da História da Arte, da História Cultural e da Historiografia, bem como da História da Geografia e da Cartografia, para em conjunto debaterem e lançarem novas hipóteses de estudo e investigação sobre o legado e o impacto científico, cultural e político do Visconde no seu século. (CT1)*

*As marinhas civis por sua vez tiveram também de se adaptar para sobreviver à guerra no mar, optando por táticas de navegação em comboio ou evitando zonas patrulhadas pelas marinhas inimigas. As forças aéreas dos vários Estados criaram unidades especializadas em patrulhamento marítimo e guerra naval.*

*O poder naval e a real possibilidade de uma guerra no mar adquirem um peso determinante nas decisões políticas dos Estados beligerantes e o mar enquanto teatro de operações não pode de modo algum ser ignorado. Quando não em conflito, os meios navais são empregues na manutenção da soberania das águas nacionais, ou no âmbito de alianças e acordos internacionais, em missões de manutenção de paz e mesmo no combate à pirataria. (CT5)*

#### **Quadro 48:** encaixe dos tipos teórico e narração (CT)

Embora o tipo narração seja transversal a todos os exemplares, temos segmentos que apresentam características linguísticas particulares e distintas dos exemplos anteriores. Conforme ilustram os excertos seguintes, nestes segmentos, são tematizadas ações disjuntas da situação de produção com valor de posterioridade. Relembramos que a descrição apresentada por Bronckart não contempla exemplos de tipo narração em que as unidades linguísticas verbalizem ações disjuntas e futuras, associando-se o tipo narração a géneros constituídos por segmentos em que as unidades linguísticas expressam um valor de anterioridade, como, por exemplo, o *romance* e a *novela* (Bronckart, [1997]1999: 253).

*A resposta aos proponentes será efectuada até 8 de Dezembro de 2015. (CT1)*

*As comunicações serão de 20 minutos cada, seguidas de 10 minutos de debate. Cada sessão coordenada terá uma duração total de 90 minutos. (CT2)*

*As melhores comunicações serão propostas para inclusão num número especial da Revista Contabilidade e Gestão (digital) dedicado ao XVI CICA. Será atribuído um prémio à melhor Comunicação apresentada no Congresso. (CT3)*

*Todos os resumos dos trabalhos apresentados na conferência serão publicados no livro de resumos da VIII Postgraduate Conference. (CT4)*

*A Conferência terá intervenções proferidas por conferencistas convidados e apresentações submetidas através de call for papers. (CT5)*

*Os trabalhos apresentados na Conferência serão posteriormente publicados, após revisão académica, em volume de trabalhos da mesma. (CT6)*

*As comunicações individuais terão a duração de 20 minutos, acrescidas de 10 minutos para discussão. (CT8)*

*O tempo disponível para cada comunicação será, no máximo, de 15 minutos. (CT9)*



*Será publicado na web um livro de resumos das comunicações apresentadas na conferência. Posteriormente à conferência, todos os oradores serão chamados a submeter um artigo que será sujeito a revisão cega por pares. Os artigos seleccionados serão publicados num número especial da revista Faces de Eva (indexada na SciELO e na LATINDEX). (CT10)*

#### **Quadro 49:** tipo narração (CT)

A partir destes exemplos, observa-se que, apesar de as unidades linguísticas expressarem um valor de disjunção temporal, estas remetem para ações futuras, ou seja, têm um valor de posterioridade e não de anterioridade, como nos exemplos anteriores, predominando formas verbais no futuro do indicativo na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular e plural, bem como construções compostas que situam as ações numa temporalidade disjunta e autónoma da situação de produção, ao contrário das construções perifrásticas, como veremos mais à frente, que situam as ações num futuro próximo/imediato em relação a T0 (tempo de produção). Vejamos o seguinte exemplo: “Será publicado na web um livro de resumos das comunicações apresentadas na conferência.” (CT10). Em CT10, os *acontecimentos linguísticos* (T2), nos termos de Campos e Xavier (1991: 300), são localizados numa temporalidade disjunta e autónoma de T0. Porém, na nossa perspetiva, “comunicações apresentadas na conferência” constitui um acontecimento iniciado e terminado num determinado intervalo temporal no futuro, estando por isso fechado. Já “será publicado na web” é um acontecimento posterior ao primeiro, situando-se num intervalo temporal aberto, não delimitado.

-----T0--- [T2]---]/////T2////[-----

**Diagrama 1:** CT10

Relativamente ao tipo interativo, em CT2, CT6, CT9 e CT10, articula-se com o tipo teórico em encaixe. Nestes segmentos, a delimitação dos tipos discursivos é evidenciada através de mecanismos diversos, designadamente pontuação, espaçamento, tópicos, entre outros. Deste modo, como ilustram os segmentos a seguir apresentados, os mecanismos de organização textual, responsáveis pela marcação do plano de texto, asseguram a articulação dos tipos discursivos em encaixe, delimitando-os no espaço textual.

*Privilegiando trabalhos que se enquadrem de forma explícita num dos eixos referidos, a GRATO 2015 proporcionará uma reflexão alargada que se pode desde já perspetivar através de questões como as que se seguem:*

- *Que quadros teóricos e que metodologias viabilizam a convergência entre gramática e texto/tipo?*
- *Como pensar a constituição de corpora quando se pretende contemplar o cruzamento entre gramática e texto/tipo?* (CT2)

*As comunicações podem ser apresentadas em Inglês, Português, Espanhol e Hebraico.*

*Contamos com o vosso interesse em participar nesta conferência.*

*Atenciosamente,*

*Prof. Moises Orfali, Bar-Ilan University*

*Prof. Dov Claude Stuczynski, Bar-Ilan University*

*Prof. José Alberto Tavim, Centro de História, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa (...)* (CT6)

*Também para os profissionais de secretariado, comunicação e assessoria é hoje evidente a necessidade de pautar a sua atuação pela constante abertura a novas e diversas realidades, exigindo respostas diferenciadas, atuais e culturalmente conscientes e fundamentadas.*

*Concretamente, de que modo gerem os profissionais estes constantes desafios de adaptação? Assume a comunicação um papel decisivo para o sucesso destas mudanças quotidianas? Como se refletem nas práticas diárias de secretários e assessores as exigências associadas à multiculturalidade em que se ancoram as atuais sociedades?* (CT9)

- *Personae e máscaras de género que rompem e questionam os tipos sociais, nomeadamente os dos meios de comunicação de massas, considerados responsáveis pela alienação, deturpação e criação de estereótipos de género, e pela percepção das sexualidades como meras mercadorias dessubjectivadoras.*

#### **SUBMISSÃO DE COMUNICAÇÕES**

*Por favor envie resumos ou propostas em português - até 250 palavras para resumos individuais e até 500 palavras para propostas de painéis -, uma nota biográfica curta (até 50 palavras) e o seu contacto para [generonaarte2017@gmail.com](mailto:generonaarte2017@gmail.com) até 15 de SETEMBRO de 2017 e será contactado até 18 de SETEMBRO sobre a elegibilidade da sua proposta.* (CT10)

#### **Quadro 50: encaixe dos tipos teórico e interativo (CT)**

Por outro lado, como já se referiu, nos exemplares CT4, CT8 e CT10, temos a ocorrência de segmentos em que os tipos teórico e interativo se articulam em fusão.

- *Mestrandos* (podem apresentar o projeto)
- *Mestres* (que tenham obtido o grau nos últimos 5 anos)
- *Doutorandos* (podem apresentar o projeto)
- *Recém-doutorados* (que tenham obtido o grau nos últimos 5 anos)
- *Pós-graduandos* (podem apresentar o projeto)

(CT4)

*Na multiplicidade que se reconhece de abordagens e temas, são privilegiados trabalhos que contemplem tipos não-verbais e verbais, nomeadamente tipos do quotidiano e tipos públicos, de que salientamos os tipos políticos, mediáticos, estéticos, científicos e ideológicos.*

(CT8)

*Com esta conferência procuramos juntar pessoas de diferentes contextos e proveniências que debatam estas questões de modo a contribuir para a construção de uma plataforma de troca de ideias, de experiências, de oportunidades de criação, de partilha e de solidariedade.*

(CT10)

**Quadro 51:** tipo misto interativo-teórico (CT4, CT8 e CT10)

Nestes segmentos, embora predominando o tipo teórico, temos a coocorrência de unidades do âmbito dos dois tipos discursivos, não sendo, assim, possível determinar, de forma inequívoca, os limites de ambos. Porém, em CT4, o tipo interativo não é marcado por unidades linguísticas que remetem para os sujeitos da interação, mas por deícticos temporais. Em CT8 e CT10, as formas verbais flexionadas na primeira pessoa do plural do presente do indicativo têm, simultaneamente, valor deítico pessoal e valor deítico temporal.

No que concerne à ocorrência dos tipos discursivos no plano de texto, observa-se que o tipo teórico predomina em todos os exemplares, sendo privilegiado em todos os momentos em que são expressas informações autónomas da situação de produção. Neste sentido, o tipo teórico ocorre em diferentes momentos do plano de texto, estando associado a conteúdos diversificados (cf. Anexo 2, grelhas 21-30; Anexo 3, grelha 8; Anexo 6).

Quanto ao tipo narração, como já mencionado, ocorre em todos os exemplares. Porém, com valor de anterioridade, ocorre apenas em dois exemplares (CT1 e CT5), sendo em ambos privilegiado nas secções de abertura do corpo do texto, ou seja, nos momentos em que é feita uma contextualização teórica/histórica dos temas dos eventos. Porém, predomina a ocorrência do tipo narração com valor de posterioridade, estando associado à tematização de ações futuras relacionadas com os eventos em causa. Já a ocorrência do tipo interativo está associada aos momentos de implicação dos emissores nas informações expostas e dos recetores (eventuais interessados) em instruções específicas.

Relativamente à configuração linguística, o tipo teórico é predominante, sendo marcado pela presença de formas verbais no presente do indicativo com valor genérico, na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular e plural, de formas verbais no infinitivo impessoal, de frases passivas, bem como pela ausência de unidades deícticas que remetam para o sujeito(s),

espaço tempo da interação. Neste âmbito, destaca-se a ocorrência reiterada de verbos auxiliares modais (*poder, dever e ter*), na expressão de possibilidade e obrigatoriedade em relação às diversas informações expostas. Porém, observam-se, em alguns segmentos, características linguísticas particulares, como ilustram os excertos seguintes.

*Os resumos das propostas (dimensão máxima: 2000 caracteres), juntamente com um breve resumo do percurso académico dos proponentes (dimensão máxima: 1500 caracteres), deverão ser submetidos até 15 de Novembro de 2015, para o mail [coloquio.visconde.santarem@gmail.com](mailto:coloquio.visconde.santarem@gmail.com). (CT1)*

*Cada Proponente poderá apresentar no máximo:*

*As Propostas de sessões coordenadas, comunicações e pósteres deverão inscrever-se explicitamente num dos eixos temáticos da GRATO 2015.*

*Os resumos a apresentar poderão ser feitos numa das línguas da Conferência:*

**Formato:** *As propostas de comunicações e de pósteres deverão incluir: (CT2)*

*Depois de preenchido, deverá ser remetido por e-mail para: [pgconference2017@ualg.pt](mailto:pgconference2017@ualg.pt) (CT4)*

*As propostas devem ser enviadas para: [Dahan.Center@mail.biu.ac.il](mailto:Dahan.Center@mail.biu.ac.il) Dahan Center, Bar-Ilan University, Ramat Gan 5290002, ISRAEL*

*As comunicações podem ser apresentadas em Inglês, Português, Espanhol e Hebraico. (CT6)*

*As propostas devem conter os seguintes elementos:*

*As propostas poderão ser submetidas em português, inglês, espanhol ou francês, para os endereços eletrónicos: (CT7)*

*Notas e referências: devem aparecer no final do texto de acordo com o estilo APA 6th.*

*4 – Normas para apresentação dos pósteres*

*O póster deverá conter um cabeçalho com o título do trabalho (o mesmo apresentado no resumo) e o(s) nome(s) do(s) autor(es), o(s) seu(s) endereço e a(s) instituição(ões) de origem.*

*O tamanho do póster deverá ser A0 (1189 x 841 mm) com orientação vertical. (CT9)*

#### **Quadro 52:** configuração linguística do tipo teórico (CT)

Porém, ao contrário do que foi observado a propósito do tipo narração com valor de posterioridade, nestes segmentos, as formas verbais no futuro do indicativo na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular e plural, bem como as construções perifrásticas com verbos modais que expressam um valor modal deôntico<sup>78</sup> situam as ações num futuro próximo, como, por exemplo, a construção *deverão ser* (verbo *dever* flexionado no futuro do indicativo + infinitivo do verbo *ser*). Embora seja possível argumentar que estas construções perifrás-

<sup>78</sup> Nestes exemplos, a modalidade deôntica tem um valor de obrigação.

ticas expressam um valor de disjunção temporal, consideramos que há um valor de conjunção temporal, devido ao facto de as ações verbalizadas se situarem num futuro próximo em relação a T0 (tempo de produção). Conforme se representa no diagrama temporal abaixo apresentado, em CT1 (“...deverão ser submetidos até 15 de Novembro de 2015...”), o *acontecimento linguístico* (T2) é construído como tendo um intervalo de tempo fechado à direita, como evidencia o adjunto temporal<sup>79</sup> sem valor deítico (*até 15 de Novembro de 2015*), ou seja, aponta para um acontecimento que sabemos quando acaba. Porém, o intervalo de tempo é aberto à esquerda, pois a ação verbalizada situa-se num futuro imediato em relação a T0 (tempo de produção).

-----T0---]/////T2////] -----

**Diagrama 2: CT1**

Quanto ao tipo interativo, este é marcado linguisticamente de modo variável: através de frases não declarativas (*Que quadros teóricos e que metodologias viabilizam a convergência entre gramática e texto/tipo?*), em CT2, (*Como se refletem nas práticas diárias de secretários e assessores as exigências associadas à multiculturalidade em que se ancoram as atuais sociedades?*), em CT9; pela presença de unidades que remetem para os sujeitos da interação, designadamente formas verbais na 1.<sup>a</sup> pessoa do plural e pronomes possessivos (2.<sup>a</sup> pessoa do plural e 3.<sup>a</sup> pessoa do singular) (*contamos com o vosso interesse em participar nesta conferência*, CT6), (*de que salientamos os tipos políticos, mediáticos, estéticos, científicos e ideológicos*, CT8), (*Com esta conferência procuramos juntar pessoas de diferentes contextos e proveniências...O campo do Descritivo é fundamental para que possamos localizar o seu pagamento.*, CT10); expressões temporais com valor deítico (*nos últimos cinco anos*, CT4). No exemplar CT10, o tipo interativo é também marcado pela presença de formas verbais no imperativo, pronomes pessoais na 1.<sup>a</sup> pessoa do plural e possessivos na 3.<sup>a</sup> pessoa do plural (*por favor envie.../No caso de ser aplicável, refira de igual modo informações que considere necessárias sobre as suas necessidades técnicas, espaciais, temporais ou outras/Se tiver outras necessidades de acessibilidade por favor contacte-nos via email*).

<sup>79</sup> Sobre os adjuntos temporais localizadores de eventos, ver Duarte (2000: 318).

Relativamente à configuração linguística do tipo narração, com valor de anterioridade, predominam formas verbais no pretérito perfeito do indicativo sem valor deítico (*A Europa influenciou e foi influenciada, observou e foi observada por um reino geograficamente periférico, mas onde as convulsões internas andaram a par de movimentos culturais e científicos, académicos e periodísticos muito ricos e diversos*, CT1). Já nos segmentos em que o tipo narração é privilegiado para tematizar factos/ações futuras, como vimos anteriormente, predominam formas verbais no futuro do indicativo (simples e composto), sendo igualmente marcado pela ausência de unidades linguísticas deíticas que remetam para o espaço/tempo/sujeitos da interação.

#### **3.1.4. Bula de medicamento**

Como demos conta anteriormente (cf. III, 1.1.4.), tudo o que ocorre numa bula de medicamento é legislado. Embora os textos sejam produzidos no âmbito da atividade farmacêutica, o género é significativamente regulado pela atividade legislativa, o que se evidencia no plano de texto, tanto nos conteúdos contemplados como na sua organização no espaço textual. Analisando o plano de texto dos 10 exemplares selecionados, observa-se que a maioria dos textos contempla secções específicas peritextuais e no corpo do texto (cf. Anexo 2, grelhas 31-40; Anexo 3, grelha 9).

Consideramos as secções *folheto informativo* (etiqueta de género), nome do medicamento, forma farmacêutica e composição, informações gerais e índice do âmbito do peritexto e as restantes pertencentes ao corpo do texto. Começando pelo peritexto, todos os exemplares, exceto BM1, contemplam, em início de plano, a etiqueta *folheto informativo*. Esta etiqueta de género é acompanhada pela explicitação da função do texto e do que contempla (*informação para o utilizador*). Apesar de o exemplar BM1 não ter esta secção em início de plano, ocorre uma construção, também presente nos restantes exemplares, que assume a mesma função: *Este folheto contém informações importantes para si*. Neste exemplar (BM1), a secção de abertura do plano de texto é o nome do medicamento e, neste caso, ocorre numa caixa de texto com fundo vermelho na forma de logótipo, acompanhado de duas utilizações gerais do medicamento. Nos restantes exemplares, o nome do medicamento ocorre depois da etiqueta *folheto informativo*, embora possa

ocorrer em diferentes posições no espaço textual (alinhado à esquerda, à direita ou centrado) e com propriedades gráficas particulares, variando a cor, o tamanho de letra, o fundo, entre outros. A secção que contempla a forma farmacêutica e a composição do medicamento é transversal a todos os exemplares, sendo que, tal como nas secções anteriores, varia no que diz respeito ao grafismo. Importa sublinhar que as particularidades gráficas, embora legisladas, decorrem das opções comerciais das farmacêuticas em causa<sup>80</sup>. Segue-se uma secção com informações/recomendações prévias de carácter geral. Como ilustram os exemplos seguintes, os conteúdos contemplados não variam significativamente, identificando-se apenas pequenas diferenças, como explicitamos em seguida através de sublinhado.

*Leia com atenção todo este folheto antes de começar a tomar este medicamento pois contém informação importante para si. Tome este medicamento exatamente como está descrito neste folheto, ou de acordo com as indicações do seu médico ou farmacêutico.*

- *Conserve este folheto. Pode ter necessidade de o ler novamente.*
- *Caso precise de esclarecimentos ou conselhos, consulte o seu farmacêutico.*
- *Se tiver quaisquer efeitos secundários, incluindo possíveis efeitos secundários não indicados neste folheto, fale com o seu médico ou farmacêutico.*
- *Se não se sentir melhor ou se piorar após 3 dias, tem de consultar um médico. (BM2)*

*Leia com atenção todo este folheto antes de começar a tomar este medicamento pois contém informação importante para si.*

- *Conserve este folheto. Pode ter necessidade de o ler novamente.*
- *Caso ainda tenha dúvidas fale com o seu médico ou farmacêutico.*
- *Este medicamento foi receitado apenas para si. Não deve dá-lo a outros. O medicamento pode ser-lhes prejudicial mesmo que apresentem os mesmos sinais de doença.*
- *Se tiver quaisquer efeitos secundários, incluindo possíveis efeitos secundários não indicados neste folheto, fale com o seu médico ou farmacêutico. (BM6)*

**Quadro 53:** secção dedicada às informações/recomendações prévias (BM2 e BM6)

Quanto ao índice, transversal a todos os exemplares, esta secção fecha o peritexto, anunciando as secções contempladas no corpo do texto. Neste caso, o *índice* tem como finalidade facilitar o acesso dos utilizadores aos diferentes tipos de informação. Através do índice, o utilizador consegue localizar no texto a informação que procura, não sendo

<sup>80</sup> Na página do INFARMED, mediante pesquisa, são disponibilizados os projetos dos folhetos informativos aprovados, ou seja, o folheto informativo sem o grafismo utilizado na comercialização do medicamento, como ilustram os projetos dos folhetos dos exemplares BM2 (disponível em: <[http://app7.infarmed.pt/infomed/download\\_ficheiro.php?med\\_id=44633&tipo\\_doc=fi](http://app7.infarmed.pt/infomed/download_ficheiro.php?med_id=44633&tipo_doc=fi)>) e BM7 (disponível em: <[http://app7.infarmed.pt/infomed/download\\_ficheiro.php?med\\_id=5807&tipo\\_doc=fi](http://app7.infarmed.pt/infomed/download_ficheiro.php?med_id=5807&tipo_doc=fi)>) [acesso a 2 de janeiro de 2019].

necessária a leitura do texto na sua totalidade, pois o índice explicita os conteúdos tematizados em cada uma das secções, funcionando, desta forma, como um mecanismo de reenvio intratextual. Neste sentido, o índice na *bula de medicamento* tem um funcionamento semelhante *sumário* dos artigos de Direito, pois esta secção fornece ao leitor uma orientação prévia no que respeita aos conteúdos tematizados e à sua disposição no espaço textual. Porém, no caso do *artigo científico*, o *sumário* não visa, à partida, facilitar o acesso a uma determinada informação, ou seja, o objetivo não é reenviar o leitor para uma determinada secção, mas dar uma visão global dos conteúdos tematizados, facilitando o processo de leitura e interpretação textual. O índice é, assim, replicado nos intertítulos que delimitam as secções no corpo do texto (1. *O que é ... e para que é utilizado* / 2. *Antes de tomar...* / 3. *Como tomar...* / 4. *Efeitos secundários possíveis* / 5. *Como conservar...* / 6. *Outras informações*). Em todos os exemplares, os conteúdos do corpo de texto estão distribuídos por seis blocos textuais, não existindo variabilidade neste âmbito, embora estas secções possam estar distribuídas por uma ou duas colunas na horizontal. Além disso, no interior dessas secções, aparecem delimitadas subsecções menores, em número variável, através de intertítulos não numerados e grafados, na maioria dos casos, a negrito. Para compararmos a organização interna da mesma secção, apresenta-se, em seguida, imagens da segunda secção do corpo do texto de dois exemplares, para que não haja alterações no grafismo.

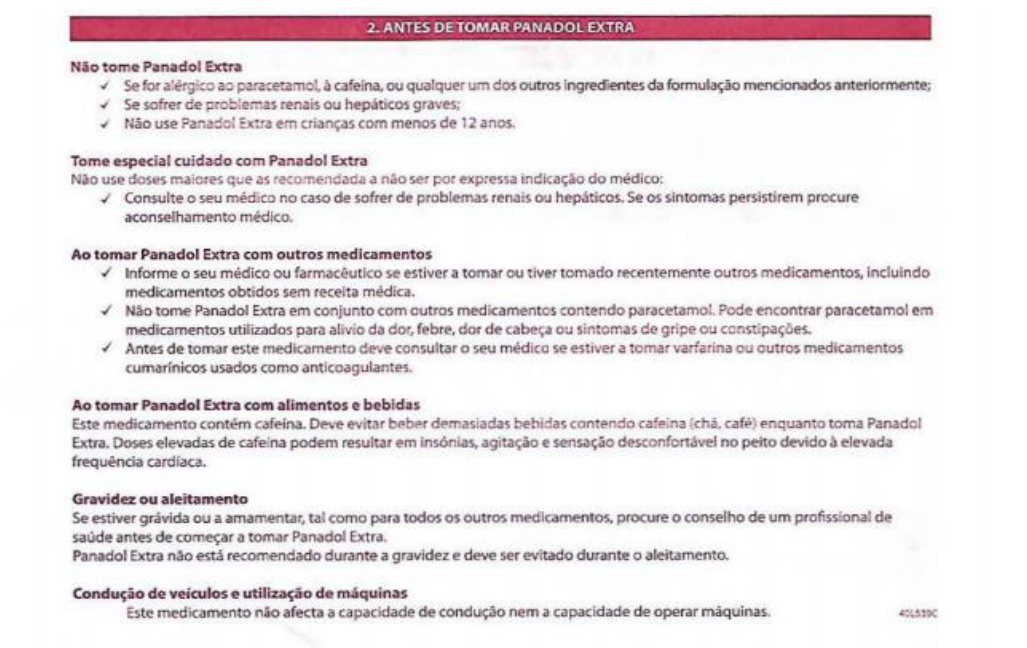


Imagem 25: BM1



**2. O que precisa de saber antes de tomar Mucoral**  
**Não tome Mucoral:**  
- Se tem alergia (hipersensibilidade) à carbocisteína ou a qualquer outro componente deste medicamento (indicados na secção 6).  
- Se tiver úlcera gastroduodenal ativa.  
- Se a sua criança tem menos de 2 anos.

**Advertências e precauções**  
Fale com o seu médico, farmacêutico ou enfermeiro antes de tomar Mucoral.  
- Se tiver antecedentes de doença ulcerosa recomenda-se a redução da dose.  
- Quando do aparecimento de reacções alérgicas, deve parar-se imediatamente o tratamento e consultar um médico.  
Deve ter-se algumas precauções especiais nos doentes asmáticos e nos doentes debilitados/acamados: pela diminuição do reflexo da tosse há risco de obstrução da via aérea por aumento da quantidade de secreções. E, também algumas advertências como não o associar com um antitussígeno nem com um secante de secreções. O uso do mucolítico implica uma diminuição da viscosidade e a remoção do muco, tanto através da atividade ciliar do epitélio, quer pelo reflexo da tosse, sendo portanto de esperar um aumento da expectoração e da tosse.

**Outros medicamentos e Mucoral**  
Informe o seu médico ou farmacêutico se estiver a tomar, ou tiver tomado recentemente, ou se vier a tomar outros medicamentos.  
Não há conhecimento de relatos de interações entre a carbocisteína e outros medicamentos.

**Gravidez, amamentação e fertilidade**  
Se está grávida ou a amamentar, se pensa estar grávida ou planeia engravidar, consulte o seu médico ou farmacêutico antes de tomar este medicamento.

**Gravidez:**  
Recomenda-se não utilizar na mulher grávida, especialmente durante os primeiros 3 meses de gravidez, ainda que não tenham sido detetados efeitos teratogénicos.

**Amamentação:**  
Não é recomendável a sua utilização no aleitamento por não haver dados de segurança, respeitantes à passagem da carbocisteína no leite materno.  
Tendo em conta a sua baixa toxicidade, no caso de tratamento da mãe com este produto, os potenciais riscos para a criança parecem desprezíveis.

**Condução de veículos e utilização de máquinas**  
Não foram observados efeitos sobre a capacidade de condução e a utilização de máquinas.  
Mucoral contém sacarose. Se foi informado pelo seu médico que tem intolerância a alguns açúcares, contacte-o antes de tomar este medicamento.  
Mucoral contém para-hidroxibenzoato de metilo (E218). Pode causar reacções alérgicas (possivelmente retardadas).

**Imagem 26: BM7**

Como se observa nas imagens anteriores, enquanto em BM1 as subsecções estão delimitadas através de intertítulos a negrito e espaçamento, em BM7 não existe espaçamento entre estas, criando uma imagem gráfica mais compacta, o que poderá ter consequências na leitura e compreensão textual. No interior das subsecções, os conteúdos são organizados e delimitados, por um lado, através da pontuação e espaçamento e, por outro, através de marcas de listagem diversas. Por outro lado, como se sistematiza no quadro seguinte, as diferenças, no que respeita aos conteúdos contemplados e à sua organização, são pouco significativas, embora se observe uma ligeira variabilidade na forma como são explicitados nos intertítulos.

<b>BM1</b>	<b>BM7</b>
2. Antes de tomar Panadol Extra	2. O que precisa de saber antes de tomar Mucoral
Não tome Panadol Extra	Não tome Mucoral
Tome especial cuidado com Panadol Extra	Advertências e precauções
Ao tomar Panadol Extra com outros medicamentos	Outros medicamentos e Mucoral
Ao tomar Panadol Extra com alimentos e bebidas	—
Gravidez ou aleitamento	Gravidez, amamentação e fertilidade
Condução de veículos e utilização de máquina	Condução de veículos e utilização de máquinas

**Quadro 54:** secção 2 de BM1 e BM7

Além disso, os folhetos informativos dos medicamentos com modos de administração específicos podem incluir nas respectivas secções imagens ilustrativas dos mesmos, como é o caso dos exemplares BM8 e BM10. Todavia, como se observa em seguida, em BM8, as imagens que ilustram o modo de utilização são incluídas na secção 3. *Como utilizar Locabiosol 125 microgramas*, enquanto, em BM10, ocorrem no final do plano de texto.



Imagem 27: BM10

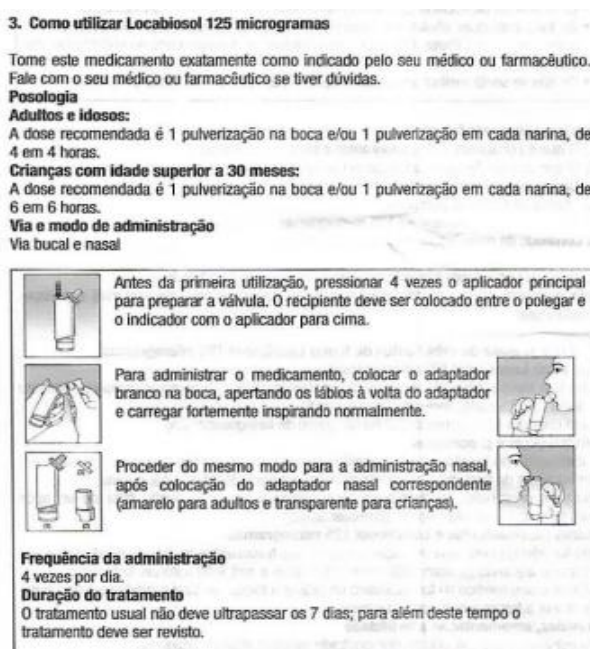


Imagem 28: BM8

A partir da análise dos exemplares considerados, observa-se que o plano de texto é significativamente previsível, tanto nos conteúdos contemplados como na sua distribuição no espaço textual (cf. Anexo 2, grelhas 31-40; Anexo 3, grelha 9). A maioria das particularidades observadas nos textos decorre dos diferentes grafismos adotados e das especificidades dos medicamentos em causa, como, por exemplo, os modos de administração. Esta convencionalidade do plano de texto, como se viu, deve-se ao facto de o género ser regulado pela legislação em vigor. O carácter legislável da *bula de medicamento* é transversal a outros contextos, como, por exemplo, no Brasil, país em que a entidade que assegura o processo regulatório neste âmbito é a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)<sup>81</sup>. Esta entidade disponibiliza na sua página bulas de medicamento destinadas a pacientes e a profissionais. O exemplar que se apresenta em anexo<sup>82</sup> (cf. Anexo 7) circula no contexto brasileiro é destinado a pacientes e refere-se a um medicamento cuja bula é também contemplada no *corpus* de investigação (BM5). Comparando os dois exemplares, observam-se, por um lado, algumas semelhanças, nomeadamente no que respeita aos conteúdos contemplados e à sua distribuição por secções graficamente delimitadas e, por outro, diferenças, designadamente na organização dos conteúdos. No texto BMC, os conteúdos tematizados são distribuídos por duas secções peritextuais e nove secções no corpo do texto, diferenciando-se do exemplar BM5, no qual os conteúdos, tal como nos restantes exemplares, são distribuídos por uma secção peritextual e seis secções do corpo do texto. Quanto às secções peritextuais de BMC, as secções iniciais contemplam o nome do medicamento, a forma farmacêutica, o modo de administração, não apresentando as recomendações gerais e o índice que ocorre em todos os exemplares do *corpus* de investigação (BM1-BM10). A secção peritextual final de BMC dedicada às informações relativas ao fabricante e registo, em BM5, é incluída na sexta secção do corpo de texto (*outras informações*), embora ocorram em ambos no final do plano de texto. No que concerne ao corpo do texto, embora os conteúdos contemplados sejam semelhantes, a sua organização no espaço textual é diferenciada. Em BMC, os mesmos conteúdos contemplados em BM5 são distribuídos por um maior número de secções: por

---

<sup>81</sup> *Sítio web* disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br>> [acesso a 12 de janeiro de 2019]. Para uma visão global da evolução do processo regulatório das bulas de medicamento no Brasil, consultar Fujita, Machado & Teixeira (2014).

<sup>82</sup> O exemplar para comparação é apresentado no anexo 7 e está disponível em: <<https://consultas.anvisa.gov.br/#/medicamentos/25351353385201762/?nomeProduto=Bisolvon>> [acesso a 12 de janeiro de 2019].

exemplo, os conteúdos da secção 1 de BM5 (*o que é e para que é utilizado*), em BMC, estão distribuídos por três secções: *1. Para que este medicamento é indicado?* / *2. Como este medicamento funciona* / *3. Quando devo usar em medicamento?* (cf. Anexo 7).

Outra particularidade do texto BMC diz respeito aos intertítulos que explicitam os conteúdos tematizados, implicando o recetor nas questões colocadas. Esta organização em sequência dialogal, estruturação pergunta-resposta, foi observada por Miranda (2010: 331) e, segundo a autora, constitui (ou constituía na época), em alguma medida, uma inovação, podendo ser associada a géneros conversacionais, como a “consulta médica”. Segundo a autora, esta é “uma estratégia que visa fazer com que o leitor se sinta identificado (ou reflectido) nessa primeira pessoa que questiona.” (Miranda, 2010: 332). Embora os exemplares do *corpus* de investigação também apresentem a estruturação pergunta-resposta, como veremos em seguida, o leitor não é implicado na primeira pessoa, mas na segunda, como se fosse o médico ou farmacêutico a questionar e dar resposta às questões do leitor. Neste sentido, embora os dois exemplares do género sejam regulados pela atividade legislativa, o modo como atividade influencia o género, evidenciado nos textos empíricos, depende do contexto socio-histórico em que este é mobilizado.

Relativamente aos tipos discursivos, destaca-se a total predominância dos tipos interativo e teórico, não ocorrendo tipos mistos e variantes. Como ilustram as grelhas de análise em anexo (cf. Anexo 2, grelhas 31-40; Anexo 3, grelha 10), a ocorrência dos tipos discursivos é relativamente previsível. No peritexto, nas primeiras duas secções, ocorre o tipo teórico, seguindo-se secções em que ocorre o tipo interativo, embora, em BM1, a secção dedicada às informações gerais seja constituída por segmentos de tipo interativo em que encaixa um segmento de tipo teórico.

*Este folheto contém informações importantes para si. Leia-o atentamente.*

*Este medicamento pode ser adquirido sem receita médica. No entanto, é necessário tomar Panadol Extra com precaução para obter os devidos resultados.*

✓ *Conserve este folheto. Pode ter necessidade de o ler.*

✓ *Caso precise de esclarecimentos ou conselhos, consulte o seu farmacêutico.*

**Quadro 55:** encaixe dos tipos teórico e interativo (BM1)

Nos textos BM1, BM3, BM8, BM9 e BM10, como não ocorre o logótipo/nome da farmacêutica em início de plano, consideramos que não há ocorrência do tipo interativo. A secção em posição final do peritexto, o índice, é transversal a todos os exemplares, sendo constituída por segmentos de tipo teórico e interativo articulados em encaixe, ou seja, de forma delimitada. Consideramos como sendo do âmbito do tipo interativo os segmentos em que ocorrem pronomes (*o que*) e advérbios interrogativos (*como*), tendo em conta que são introdutores de frases interrogativas, e os segmentos em que não temos marcas de implicação do âmbito do tipo teórico.

BM4	BM6
<i>O que contém este folheto:</i>	<i>O que contém este folheto:</i>
1. <i>O que é Canesten Creme e para que é utilizado</i>	1. <i>O que é UL-250 e para que é utilizado</i>
2. <i>O que precisa de saber antes de utilizar Canesten Creme</i>	2. <i>O que precisa de saber antes de tomar UL-250</i>
3. <i>Como utilizar Canesten Creme</i>	3. <i>Como tomar IJL-250</i>
4. <i>Efeitos secundários possíveis</i>	4. <i>Efeitos secundários possíveis</i>
5. <i>Como conservar Canesten Creme</i>	5. <i>Como conservar UL-250</i>
6. <i>Conteúdo da embalagem e outras informações</i>	6. <i>Conteúdo da embalagem e outras informações</i>

**Quadro 56:** encaixe dos tipos teórico e interativo (BM4 e BM6)

Quanto ao corpo do texto, a maioria das secções é constituída por segmentos dos tipos teórico e interativo intercalados e encaixados. Os segmentos dos dois tipos discursivos são em número varável, existindo secções em que predomina o tipo teórico e outras em que predomina o tipo interativo. Além disso, os dois tipos discursivos parecem estar associados a conteúdos específicos: o tipo teórico a informações e recomendações gerais e o tipo interativo a instruções específicas para os utilizadores. Porém, em alguns segmentos, como na secção 3 do exemplar BM8 (cf. Imagem 28), o tipo teórico também é privilegiado na tematização das instruções de administração do medicamento, sendo utilizadas formas verbais no infinitivo com valor imperativo genérico<sup>83</sup>, nos segmentos que complementam as imagens apresentadas.

<sup>83</sup> O que atesta o facto de o valor de autonomia associado ao tipo teórico não ser, na maioria dos casos, absoluto.

Já em BM10, na secção peritextual *formas de aplicação*, ocorrem os tipos teórico e interativo encaixados nos segmentos que ilustram as imagens apresentadas (cf. Imagem 27). No quadro abaixo, apresentamos a ocorrência dos dois tipos discursivos na terceira secção do corpo do texto de dois exemplares, observando-se que o tipo interativo tende a ser privilegiado na abertura e fecho da secção. O encaixe dos dois tipos discursivos é assegurado por mecanismos gráficos de organização textual e pela pontuação. Estes mecanismos, como se observa em seguida, asseguram, simultaneamente, a mudança de topicalização e a integração linear, evidenciando o plano de texto.

<p>3. Como tomar Cêgripe®</p> <p><i>Tome este medicamento exatamente como indicado pelo seu médico ou farmacêutico. Fale com o seu médico ou farmacêutico se tiver dúvidas.</i></p> <p><i>Os comprimidos de Cêgripe® são para administração oral.</i></p> <p><i>Adultos e crianças com idade superior a 12 anos: 1 a 2 comprimidos a cada 6 ou 8 horas (3 ou 4 vezes por dia).</i></p> <p><i>Recomenda-se que uma das tomas seja efetuada ao deitar.</i></p> <p><i>A dose máxima diária recomendada é de 8 comprimidos com um intervalo mínimo de 6 horas entre cada toma.</i></p> <p><i>Cêgripe® não é recomendado em crianças com idade inferior a 12 anos ou com peso inferior a 30 Kg.</i></p> <p><i>Utilizar sempre a dose menor eficaz.</i></p> <p><i>Iniciar o tratamento logo que surjam os primeiros sintomas e suspender à medida que estes forem desaparecendo.</i></p> <p><i>Em caso de agravamento ou não melhoria do estado de saúde, após 3 dias consulte o seu médico.</i></p> <p><b>(BM2)</b></p>	<p>3. Como utilizar Mebocaína Forte</p> <p><i>Utilize este medicamento exatamente como está descrito neste folheto, ou de acordo com as indicações do seu médico ou farmacêutico. Fale com o seu médico ou farmacêutico se tiver dúvidas.</i></p> <p><i>A dose recomendada é:</i></p> <p><i>Crianças dos 6 aos 12 anos: 1 pastilha a cada 2 ou 3 horas.</i></p> <p><i>Dose máxima diária: 3 pastilhas</i></p> <p><i>Adultos e crianças com mais de 12 anos:</i></p> <p><i>Infeções graves - 1 pastilha cada 1 ou 2 horas.</i></p> <p><i>Casos menos graves - 1 pastilha cada 2 ou 3 horas.</i></p> <p><i>Dose máxima diária: 12 pastilhas</i></p> <p><i>Utilização em crianças</i></p> <p><i>Mebocaína Forte não está recomendado a crianças com menos de 6 anos.</i></p> <p><i>Modo de administração</i></p> <p><i>Deixar que a pastilha se dissolva lentamente na boca. Não mastigar ou engolir.</i></p> <p><i>Se lhe parecer que o eleito de Mebocaína Forte é demasiado forte ou demasiado fraco, fale com o seu médico ou farmacêutico.</i></p> <p><i>Mebocaína Forte está indicada para utilização no máximo 5 a 7 dias consecutivos sem consultar um médico. Se os sintomas persistirem após 5 a 7 dias consulte um médico.</i></p> <p><b>(BM3)</b></p>
--	--

**Quadro 57:** encaixe dos tipos teórico e interativo (BM2 e BM3)

No entanto, na primeira secção do corpo do texto, o tipo interativo ocorre de modo mais pontual, apenas no intertítulo que explicita a secção e, pontualmente, no fecho da secção, como ilustram os exemplos seguintes.



<p><i>1. O que é Bisolvon Linctus Adulto e para que é utilizado</i></p> <p><i>BISOLVON LIN CTUS ADULTO xarope está indicado como adjuvante mucolítico do tratamento antibacteriano das infecções respiratórias em presença de hipersecreção brônquica. Bisolvon Linctus Adulto reduz a viscosidade das secreções brônquicas. o muco torna-se mais fluido.</i></p> <p><i>Bisolvon Linctus Adulto tem um efeito estimulador sobre a mucosa brônquica para produzir secreções brônquicas mais fluidas. Além disso, fica facilitada a drenagem do material tensoativo dos alvéolos pulmonares e dos brônquios. Juntamente com a ativação do epitélio ciliar da mucosa brônquica, estes mecanismos mantêm e melhoram a capacidade de autopurificação das vias aéreas. Facilita e acelera a eliminação do muco dos alvéolos pulmonares com a sua ação fluidificante e expetorante.</i></p> <p><i>Se não se sentir melhor ou se piorar após 7 dias, tem de consultar um médico. (BM5)</i></p>	<p><i>1. O que é Ibuprofeno Farmoz e para que é utilizado</i></p> <p><i>O IBUPROFENO FARMOZ contém ibuprofeno, substância ativa que pertence ao grupo dos anti-inflamatórios não esteroides (AINE), que atuam aliviando a dor, reduzindo a inflamação/edema e a febre.</i></p> <p><i>O IBUPROFENO FARMOZ está indicado no alívio da dor ligeira a moderada, de curta duração, nas seguintes situações: dores de cabeça, dores de dentes, dores menstruais (dismenorreia primária), dores musculares ligeiras a moderadas, dores pós-traumáticas, associadas, por exemplo, a contusões, luxações e entorses.</i></p> <p><i>Está também indicado na redução da febre com duração inferior a 3 dias, nomeadamente em caso de gripe ou constipação. (BM9)</i></p>
--	---

**Quadro 58:** encaixe dos tipos teórico e interativo (BM5 e BM9)

Consideramos ainda do âmbito do tipo interativo os segmentos em que ocorre o nome das farmacêuticas, pois embora não tenhamos marcas explícitas de implicação e conjunção temporal, consideramos que estes explicitam um emissor coletivo que corresponde à entidade que assume a responsabilidade do que é enunciado.

Por outro lado, em todos os exemplares, no momento em que é tematizada a data da última revisão do folheto, no final do plano de texto, ocorre uma construção que consideramos ser do âmbito do tipo narração, pois, como se observa nos exemplos seguintes, coocorrem formas verbais (pretérito perfeito + auxiliar da passiva) e organizadores temporais que remetem para coordenadas temporais disjuntas da situação de produção dos textos.

<p><i>Este folheto foi revisto pela última vez em setembro de 2012. (BM5)</i></p> <p><i>Este folheto foi revisto pela última vez em janeiro 2013. (BM6)</i></p> <p><i>Este folheto foi revisto pela última vez em Abril de 2014 (BM7)</i></p> <p><i>Este folheto foi aprovado pela última vez em: 12 2012. (BM10)</i></p>
---

**Quadro 59:** tipo narração (BM)

Passando à configuração linguística dos tipos discursivos, começando pelo tipo teórico, para além da presença de frases declarativas e passivas e de formas verbais no presente do indicativo, destaca-se a ocorrência de formas verbais no infinitivo com valor imperativo<sup>84</sup>.

*Tomar* Panadol Extra sempre de acordo com as indicações do médico. (BM1)  
*Conservar* a temperatura inferior a 25°C. *Manter* este medicamento fora da vista e do alcance das crianças. (BM4)  
*Manter* este medicamento fora da vista e do alcance das crianças. *Conservar* a temperatura inferior a 25°C. *Conservar* na embalagem de origem. (BM5)  
*Administrar* por via oral. *Ver* as recomendações de dosagem para adultos. (BM7)  
*Conservar* a temperatura inferior a 25°C. *Manter* fora do alcance e da vista das crianças. (BM9/BM10)

**Quadro 60:** configuração linguística do tipo teórico (BM)

Além disso, nos segmentos de tipo teórico, há também a presença acentuada de *anáforas diretas por repetição*<sup>85</sup> e verbos auxiliares modais com valor epistémico de possibilidade (*poder*) e valor deôntico de obrigação (*dever*).

Como todos os medicamentos, *Panadol Extra* pode causar efeitos secundários, no entanto estes não se manifestam em todas as pessoas. Nas doses recomendadas, *Panadol Extra* é geralmente bem tolerado. (BM1)  
*Cêgripe*® contém os corantes amaranthe, corante verde e tortozino. *Cêgripe*® contém 12 mg de sódio por comprimido, o que pode ser prejudicial (...) (BM2)  
 Nos três primeiros meses da gravidez, como todos os medicamentos, *Canesten Creme* só deverá ser utilizado por recomendação e vglância médica.  
 A amamentação deve ser descontinuada durante o tratamento com *Canesten Creme*. (BM4)  
 Bisolvon Linctus Adulto pode ter um efeito laxante moderado. (BM5)  
 UL-250, sendo constituído por células vivas não deve ser utilizado com líquidos levados a temperaturas superiores a 50-c°. (BM6)

**Quadro 61:** configuração linguística do tipo teórico (BM)

<sup>84</sup> Embora tenha valor imperativo, consideramos que constitui uma marca de discurso teórico, pois o seu valor é genérico, diferenciando-se do valor das formas verbais que remetem para o interlocutor de forma explícita.

<sup>85</sup> “As anáforas directas caracterizam-se pelo facto de o nome em posição anafórica e o nome em posição antecedente serem co-referentes, ao passo que, nas anáforas indirectas, há uma relação de não co-referência, estabelecendo-se uma ligação entre o antecedente e a expressão anafórica com base numa relação de implicação.” (Silva & Ferreira, 2008: 130) Sobre esta tipologia de anáforas, consultar também Koch (2005) e Silva (2005).



Relativamente aos segmentos de tipo interativo, observa-se que estes caracterizam-se pela presença de unidades linguísticas que remetem para o recetor da interação, designadamente formas verbais no imperativo, bem como possessivos de terceira pessoa (seu).

**Tome** este medicamento exatamente como indicado pelo seu médico ou farmacêutico. **Fale** com o seu médico ou farmacêutico se tiver dúvidas. (BM2)

**Tome** este medicamento exatamente como indicado pelo seu médico. **Fale** com o seu médico ou farmacêuticos e tiver dúvidas. (BM6)

**Consulte** o seu médico ou farmacêutico antes de tomar qualquer medicamento. **Não tome** este medicamento durante a gravidez ou aleitamento a não ser que seja especificamente receitado pelo médico. (BM9)

Em caso de ingestão accidental de uma grande quantidade de Mebocaína Forte, fale com o seu médico ou farmacêutico. (BM3)

**Quadro 62:** configuração linguística do tipo interativo (BM)

Ainda no que concerne à configuração do tipo interativo, como ilustram os exemplos seguintes, caracteriza-se pela ocorrência de interrogativos e de orações adverbiais condicionais introduzidas por *caso* e *se*.

**Como** conservar Panadol Extra (BM1)

**Qual** o aspeto de Cêgripe® e conteúdo da embalagem (BM2)

2. **O que** precisa de saber antes de utilizar Mebocaína Forte (BM3)

1. **O que** é Bisolvon Linctus Adulto e para que é utilizado (BM5)

**Qual** o aspeto de IBUPROFENO FARMOZ e conteúdo da embalagem IBUPROFENO (BM9)

**Caso** ainda tenha dúvidas sobre a utilização deste medicamento, fale com o seu médico ou farmacêutico. (BM2)

**Se** tem alguma doença renal ou hepática grave, cardíaco ou pulmonar, anemia, **se** tem a tensão ocular elevada (glaucoma). (BM2)

**Caso** precise de esclarecimentos ou conselhos, consulte o seu farmacêutico.

**Se** tiver quaisquer efeitos secundários, incluindo possíveis efeitos secundários não indicados neste folheto, fale com o seu médico ou farmacêutico.

**Se** não se sentir melhor ou se piorar após 5 a 7 dias, tem de consultar um médico. (BM3)

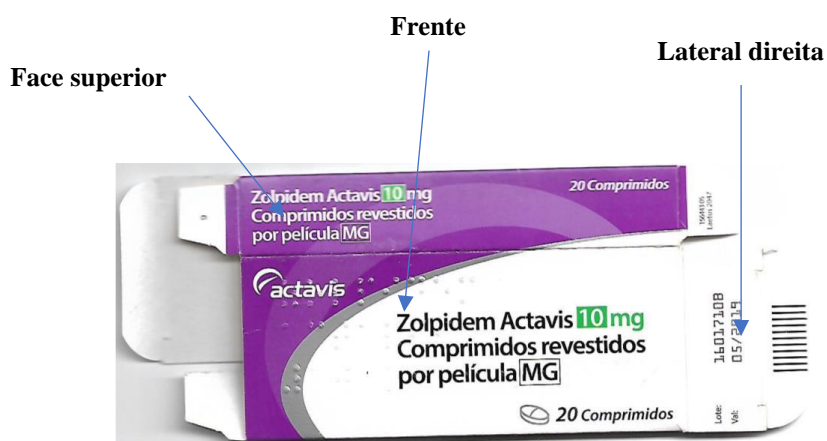
**Quadro 63:** configuração linguística do tipo interativo (BM)

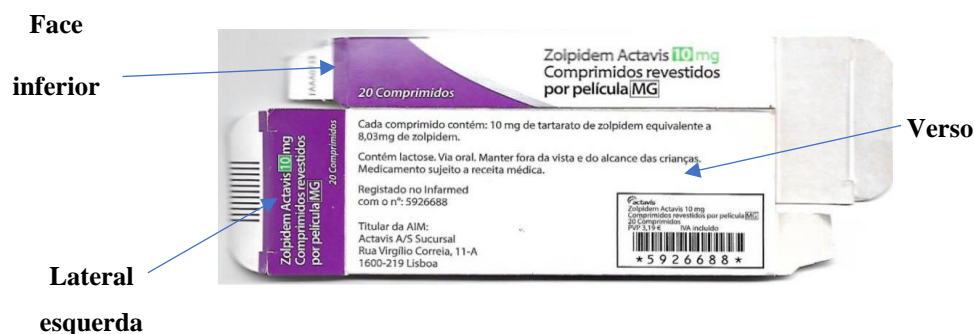
### 3.1.5. Rótulo de embalagem de medicamento

Como mencionado na apresentação do *corpus*, os exemplares do género *rótulo de embalagem de medicamento* foram obtidos através de recolha direta, ou seja, no seu contexto de circulação mais usual. Neste sentido, uma das particularidades dos textos, comparando com os exemplares dos géneros já analisados, diz respeito às características do suporte. Considerando a nossa proposta de classificação das dimensões do suporte, os exemplares, embora produzidos em suporte digital, circulam em suporte impresso, no formato embalagem.

Na nossa perspetiva, estas particularidades do suporte refletem-se nas propriedades do plano de texto dos exemplares considerados. Ao contrário dos textos anteriormente analisados, nos textos do género *rótulo de embalagem de medicamento*, não é possível distinguir de forma inequívoca o peritexto do corpo do texto, pois as secções que os constituem estão distribuídas por um objeto tridimensional (a embalagem).

Deste ponto de vista, é o formato do suporte que determina, em grande medida, a configuração do plano de texto, ou seja, o modo como se distribuem os conteúdos no espaço textual. Neste sentido, os conteúdos tematizados estão distribuídos por seis secções que correspondem a cada uma das superfícies da embalagem. Para analisar o plano de texto dos exemplares considerados, distinguimos na embalagem as secções indicadas nas imagens seguintes.





**Imagens 29 e 30: exemplar EM6**

Como ilustram as imagens apresentadas, os conteúdos tematizados são distribuídos por seis secções: frente, verso, lateral esquerda, lateral direita, margem superior e margem inferior. Além disso, em cada uma destas secções, delimitadas pelo formato do suporte, identificamos subsecções que contemplam diferentes conteúdos, como se apresenta no quadro seguinte e em anexo (cf. Anexo 3, grelha 11).

Secções	Conteúdos / subsecções
<b>Frente</b>	Logótipo da farmacêutica / Nome do medicamento / Composição/ Forma farmacêutica
<b>Verso</b>	Composição / Via de administração / Instruções / Advertências / Regime de venda / N.º de registo no Infarmed / Regime de venda / Nome da farmacêutica e contactos / Código de barras / PVP
<b>Margem superior</b>	Nome do medicamento / Composição / Forma farmacêutica / Logótipo de medicamento genérico
<b>Margem inferior</b>	Nome do medicamento / Composição / Forma farmacêutica / Logótipo de medicamento genérico
<b>Lateral esquerda</b>	Composição / Forma farmacêutica / Logótipo de medicamento genérico
<b>Lateral direita</b>	Validade/lote

**Quadro 64: plano de texto do exemplar EM6**

Observa-se que vários dos conteúdos contemplados na frente e no verso, as secções mais visíveis, a nosso ver, na perspectiva do consumidor, são replicados nas restantes secções: o nome do medicamento ocorre nas restantes secções, exceto nas laterais; a composição e a forma farmacêutica ocorrem em todas as secções, exceto na lateral direita, secção exclusivamente dedicada ao preço e lote do medicamento. Além disso, estes conteúdos aparecem delimitados e destacados no espaço textual, através de diferentes mecanismos gráficos, designadamente do espaçamento, das maiúsculas e do contraste cromático, como mecanismos de destaque de informações-chave, o logótipo que emoldura e destaca diferentes conteúdos, a caixa de texto com o código de barras, entre outros. Importa sublinhar que, apesar das especificidades gráficas, como, por exemplo, os logótipos e as cores utilizadas, os conteúdos contemplados são relativamente estáveis, não variando de modo significativo. No entanto, existe alguma variabilidade na sua distribuição no espaço textual (cf. Anexo 2, grelhas 41-50; Anexo 3, grelha 11). Por exemplo, o modo de administração/aplicação, presente na frente e no verso dos exemplares EM2, EM3 e EM4, em EM1, só ocorre na margem superior. Já a forma farmacêutica ocorre na frente e verso em EM1, EM3 e EM4 e apenas na frente em EM2. Em EM2, a validade/lote/PVP e código de barras ocorrem na margem inferior, em EM1, em EM3, na lateral esquerda e, em EM4, na lateral direita. Em EM1 e EM3, o n.º de registo no Infarmed ocorre na margem inferior, em EM2, no verso e, em EM4, na margem superior. Na nossa perspectiva, estas oscilações decorrem do facto de o formato (embalagem de medicamento) poder apresentar dimensões variáveis, de acordo com o tipo de medicamento, ou seja, uma embalagem para acondicionar um tubo de gel, como EM1, não tem o mesmo tamanho que uma embalagem de medicamento em saquetas, como é o caso de EM2. Neste sentido, os conteúdos são distribuídos de acordo com as características da embalagem, que, por sua vez, dependem do medicamento em causa. Esta flexibilidade que o formato apresenta traduz-se em alguma variabilidade na distribuição dos conteúdos, atestando, desta forma, o modo com as características do suporte influenciam a configuração do plano de texto.

Quanto aos tipos discursivos, predomina o tipo teórico, ocorrendo pontualmente o tipo interativo (cf. Anexo 2, grelhas 41-50; Anexo 3, grelha 12). Ao contrário do que se observou nos exemplares do género *bula de medicamento*, em que há uma certa regularidade na intercalação dos dois tipos discursivos, na embalagem de medicamento, a emergência do tipo interativo, na maioria dos exemplares, é bastante pontual e está associada

ao nome das farmacêuticas. Na nossa perspectiva, o nome das farmacêuticas (*GlaxoSmith-Kline*, EM1; *Zambom*, EM2; *Medinfar*, EM3; *Ratiopharm*, EM4; *Sanóbia*, EM5; *Actavis*, EM6; *Bene*, EM7; *Generis*, EM8; *Vitória*, EM9; *Generis*, EM10), à semelhança dos nomes próprios no *artigo científico*, remetem para os sujeitos emissores da interação verbal, sendo, por isso, marcas do âmbito do tipo interativo. Porém, em dois textos, temos a ocorrência do tipo interativo associada às instruções específicas para o utilizador, tal como observado nas bulas de medicamento. Nestes segmentos, o tipo interativo articula-se em encaixe com o tipo teórico, como se observa no quadro abaixo.

*Posologia: aplicar 3 a 4 vezes por dia. Para mais instruções, consulte o folheto informativo. (EM1)*

*Advertência: Doses superiores às recomendadas podem provocar lesões no fígado. Não utilize paracetamol sem consultar o seu médico ou dentista se tiver problemas com o álcool ou lesões no fígado ou se utilizar outros medicamentos para as dores que contenham paracetamol. (EM4)*

**Quadro 65:** encaixe dos tipos teórico e interativo (EM1 e EM4)

No que respeita aos momentos do plano em que ocorrem os dois tipos discursivos, como seria expectável, varia consoante a distribuição dos conteúdos, que, por sua vez, como vimos, depende das características da embalagem (formato). No entanto, podemos associar o tipo teórico a todo o tipo de recomendações e informações gerais e o tipo interativo à identificação das farmacêuticas e, pontualmente, às instruções específicas para o utilizador. Na frente e no verso, predomina a articulação em encaixe dos tipos interativo e teórico, embora, em EM1 e EM3, ocorra apenas tipo teórico e, em EM10, o tipo interativo ocorra na frente. Nas margens, embora ocorra o tipo interativo encaixado no tipo teórico, temos vários segmentos em que emerge apenas o tipo teórico, numa ou nas duas secções, como, por exemplo, EM2, EM3, EM5, EM7, EM8, EM9, EM10. Já nas laterais, tanto na esquerda como na direita, há uma clara predominância do tipo teórico, exceto na lateral direita de EM8 e EM10, em que ocorre também o tipo interativo (cf. Anexo 2, grelhas 41-50; Anexo 3, grelha 12). No que respeita à configuração linguística dos tipos discursivos, o tipo teórico é evidenciado pela ausência de unidades linguísticas com valor deítico e pela presença de formas verbais no presente do indicativo, predominantemente na terceira pessoa do singular com valor genérico.

Reduz a dor aguda em 1 hora. (EM1)  
 Cada saqueta contém 400mg de ibuprofeno (...). (EM2)  
 Cada comprimido para chupar contém 10 mg de dicloridrato de cetirizina. (EM3)  
 Cada comprimido contém 1000 mg (= 1 g) de paracetamol (EM4)  
 Cada comprimido contém 5 mg de tiamazol (EM5)  
 Cada comprimido contém: 10 mg de tartarato de zolpidem equivalente a 8,03mg de zolpidem. (EM6)  
 Cada comprimido contém 500 mg de paracetamol. (EM7)  
Contém amido de trigo (EM9)

**Quadro 66:** configuração linguística do tipo teórico (EM)

Além disso, tal como nas bulas de medicamento, nos segmentos de tipo teórico, predominam formas verbais no infinitivo com valor imperativo genérico. Importa sublinhar que alguns segmentos são transversais a todos os exemplares, demonstrando que a sua ocorrência é legalmente pré-determinada.

Consultar o folheto informativo antes de utilizar.  
 (EM1/EM2/EM3/EM4/EM5/EM7/EM8/EM9)  
Ver folheto incluso (EM10)  
Manter fora da vista e do alcance das crianças.  
 (EM1/EM2/EM3/EM4/EM5/EM6/EM7/EM8/EM9/EM10)  
Conservar a temperatura inferior a 25°C (EM5)  
 Não conservar acima de 25°C (EM7)  
Conservar na embalagem de origem para proteger da luz e da humidade (EM9)  
 Não conservar acima de 30°C (EM10)

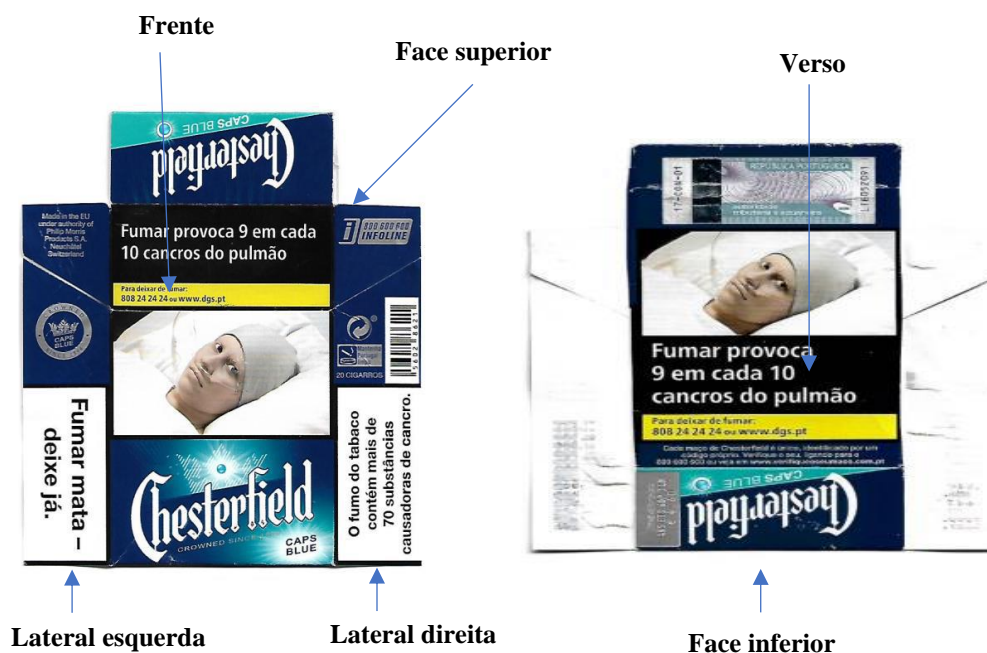
**Quadro 67:** configuração linguística do tipo teórico (EM)

Quanto à configuração linguística do tipo interativo, como se referiu, este tipo discursivo ocorre de forma pontual, sendo marcado pela presença do nome das farmácias que remete para o emissor. No entanto, em dois exemplares (EM1 e EM4), ocorrem formas verbais no imperativo que remetem para os recetores.

### 3.1.6. Rótulo de embalagem de tabaco

À semelhança dos rótulos de embalagem de medicamento, os rótulos de embalagem de tabaco, embora produzidos em suporte digital, circulam em suporte impresso, no

formato embalagem. Como ilustram as imagens seguintes, ao invés da tradicional distinção peritexto/corpo de texto, o formato delimita seis superfícies por onde são distribuídas as unidades composicionais: frente, verso, face superior, face inferior, lateral esquerda e lateral direita.



Imagens 31 e 32: exemplar RT2

Conforme demos conta anteriormente (cf. III, 1.1.6.), tudo o que ocorre num rótulo de uma embalagem de tabaco é regulado por disposições legais, ou seja, as unidades linguísticas e não linguísticas são legalmente pré-determinadas, não existindo variabilidade significativa. Os constrangimentos legais que regulam a produção dos textos traduzem-se, como seria expectável, num plano de texto convencional, tanto na forma, como no conteúdo. Nos dez exemplares, observa-se que os conteúdos tematizados e a sua disposição no espaço textual são semelhantes (cf. Anexo 2, grelhas 51-60; Anexo 3, grelha 13). Apesar de as advertências que ocorrem na frente e replicadas no verso serem variáveis, estas, como vimos, correspondem a uma das 14 legalmente permitidas, funcionando como legenda das imagens. Além disso, como observámos atrás (cf. III, 1.1.6.), as dimensões das imagens e das caixas de texto das advertências são igualmente reguladas.

Em conformidade com a legislação em vigor, a mensagem informativa relativa a contactos de apoio à cessação tabágica situa-se sempre entre a advertência e imagem, na frente da embalagem, na zona de abertura, e na margem inferior do verso. Quanto às laterais, na lateral esquerda ou direita, ocorre a advertência *fumar mata – deixe já*, combinando-se com a mensagem informativa *o fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro*. No que respeita às faces superiores e inferiores, também nestas não se observa variabilidade, ocorrendo sempre o logótipo da marca na face superior e o preço e a marca na face inferior. Embora o código de barras esteja presente na lateral direita da maioria dos exemplares, em RT7, ocorre no verso e, em RT3, na face inferior. Apesar de ser o formato que delimita as secções do plano de texto, em cada secção, identificamos subsecções delimitadas através de caixas texto. Como ilustra a imagem de um exemplar recolhido em Londres, todos os textos produzidos em países que obedecem às disposições das diretivas do Parlamento Europeu e do Conselho apresentam características composicionais semelhantes. Apesar de serem mobilizados recursos linguísticos da língua natural em causa, as advertências e mensagens informativas são idênticas às que ocorrem nos exemplares em português, sendo uma tradução das mesmas, tal como a sua disposição no espaço textual e os mecanismos que a evidenciam, sendo também combinadas com uma imagem ilustrativa da advertência.



Imagem 33: RTL



A convencionalidade do plano de texto observada traduz-se na regularidade da ocorrência dos tipos discursivos (cf. Anexo 2, grelhas 51-60; Anexo 3, grelha 14). Nos dez exemplares ocorrem apenas os tipos teórico e interativo, sendo articulados em encaixe, ou seja, totalmente delimitados no espaço textual. No âmbito do tipo teórico, temos as mensagens informativas e as advertências gerais e, do tipo interativo, as advertências específicas para o consumidor. Neste caso, não temos o nome do fabricante, como nos rótulos de embalagem de medicamento, mas informação em inglês, como, por exemplo, *made in EU under authority of Philip Morris Products S. A. Neuchâtel Switzerland*, não podendo, assim, ser considerada na análise efetuada, pois restringimo-nos à análise dos tipos discursivos em português europeu. Como se observa na grelha de análise 14 (cf. Anexo 3), nas advertências e mensagens informativas comuns a todos os textos, predomina o tipo teórico. No entanto, nos segmentos *fumar mata – deixe já*, um segmento de tipo interativo encaixa num segmento de tipo teórico, sendo o travessão que assegura a delimitação dos dois tipos discursivos. Em alguns exemplares, os tipos discursivos são delimitados através de caixas de texto, ou seja, os mecanismos gráficos que asseguram a delimitação dos conteúdos no espaço textual dão a ver, simultaneamente, a articulação dos tipos em encaixe e a organização dos conteúdos no espaço textual.



**Imagem 34:** encaixe dos tipos teórico e interativo

Quanto às advertências complementares, consideramos do âmbito do tipo interativo as que contêm marcas de implicação e do tipo teórico as advertências em que não

ocorre qualquer unidade linguística que remeta para os parâmetros da situação de produção (sujeito, tempo, espaço).

<i>O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro.</i> (RT1-RT10)
<i>Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a></i> (RT1-RT10)
<i>Fumar mata – deixe já.</i> (RT1-RT10)
<i>Fumar provoca ataques cardíacos</i> (RT1)
<i>Fumar agrava o risco de cegueira</i> (RT2)
<i>Fumar provoca obstrução das artérias</i> (RT3)
<i>Fumar agrava o risco de impotência</i> (RT4)
<i>Fumar provoca lesões nos seus dentes e gengivas</i> (RT5)
<i>Fumar danifica os seus pulmões</i> (RT6)
<i>Um cigarro único, produzido exclusivamente em Portugal</i> (RT7)
<i>O seu fumo prejudica os seus filhos, família e amigos</i> (RT2, RT7)
<i>Deixe de fumar já – pense em quem gosta de si</i> (RT9)
<i>Fumar pode matar o seu filho antes de ele nascer</i> (RT10)
<i>Mantenha Portugal limpo</i> (RT4, RT5, RT7)

**Quadro 68:** configuração linguística dos tipos teórico e interativo (RT1-RT10)

Como ilustram os excertos acima apresentados, o tipo teórico é marcado pela presença de formas verbais no infinitivo e no presente do indicativo na terceira pessoa do singular, sendo recorrente a construção *infinitivo + presente do indicativo*, bem como pela ausência de unidades deícticas. Já o tipo interativo é evidenciado pelas unidades linguísticas que remetem para os recetores da interação, designadamente formas verbais no imperativo, na terceira pessoa do singular (*deixe, pense, mantenha*), possessivos de terceira pessoa (*seu, seus*) e pronome pessoal (*si*). Nos segmentos de tipo interativo, temos também as características linguísticas do tipo teórico, mas em coocorrência com unidades com valor de implicação.

Por outro lado, os tipos discursivos, ao estarem associados a conteúdos específicos, estão também dispostos de modo particular no espaço textual (cf. Anexo 2, grelhas 51-60; Anexo 3, grelha 14). Embora o tipo teórico predomine, em algumas secções, articula-se em encaixe com o tipo interativo. Quando temos a presença do tipo teórico na secção *frente*, como os conteúdos são replicados no verso, nessa secção, há também a ocorrência exclusiva de tipo teórico, como é o caso dos exemplares (RT1, RT2, RT3, RT4). Neste sentido, quando o tipo interativo encaixa no tipo teórico na frente, temos também a articulação dos dois tipos no verso, como é o caso dos exemplares (RT5, RT6, RT7, RT9, RT10). Além disso, na lateral esquerda da maioria dos exemplares, exceto

RT1, RT6, RT9, temos, como já referimos, encaixe dos tipos interativo e teórico, mais especificamente, no segmento *fumar mata – deixe já*, cuja ocorrência é legalmente imposta. Por outro lado, em RT4, RT7 (lateral esquerda) e RT5 (lateral direita), ocorre a frase, acompanhada de imagem, *mantenha Portugal limpo*, sendo, neste caso, do âmbito do tipo interativo. Quanto às faces inferiores e superiores, nestas secções, temos a ocorrência pontual tipo teórico na face inferior de RT3 e RT7, pois, como já se referiu, não consideramos as unidades linguísticas em inglês.

### **3.1.7. Projeto de lei**

Os exemplares do género *projeto de lei* foram selecionados a partir de pesquisa na página da Procuradoria-Geral da República. Por constituir uma iniciativa legislativa apresentada por Grupos Parlamentares à Assembleia da República, contemplar textos produzidos por deputados pertencentes a diferentes Grupos foi um dos critérios que orientou a escolha dos textos.

Como observado anteriormente (cf. III, 1.1.7.), os textos do género *projeto de lei* são produzidos de acordo com as orientações vigentes no *Guia prático de regras a observar na redação de atos normativos da Assembleia da República* e estas regulam os conteúdos contemplados e a sua organização no espaço textual.

Quanto ao plano de texto dos exemplares selecionados, verifica-se que este é relativamente estável no que concerne à disposição das unidades composicionais (cf. Anexo 2, grelhas 61-70; Anexo 3, grelha 15). No peritexto, os conteúdos estão distribuídos por 3 secções: o logótipo, cuja função é identificar o partido responsável pela proposta normativa; o título (identifica a proposta normativa e constitui a etiqueta de género); e o resumo que explicita o objetivo geral da proposta. Estas secções estão presentes em todos os exemplares e aparecem delimitadas através do espaçamento. Quanto ao corpo do texto, os conteúdos são sempre distribuídos por duas secções maiores: a exposição de motivos, secção onde não explicitadas as motivações da proposta normativa; e a secção onde é apresentada a proposta normativa. A primeira secção do corpo do texto, exposição de motivos, é explicitamente anunciada, na maioria dos exemplares, através do intertítulo *exposição de motivos*, nomeadamente em PL1, PL2, PL6, PL7, PL8, PL9, PL10. Em PL3 e PL4, não ocorre qualquer intertítulo e, em PL5, temos o intertítulo *preâmbulo*. Nesta

secção, os conteúdos são distribuídos por vários blocos textuais delimitados pelo espaçamento entre estes e por outros mecanismos gráficos, como, por exemplo, marcas de lista. No entanto, no interior desses blocos, destacam-se também os mecanismos de organização textual linguísticos que asseguram, simultaneamente, a descontinuidade e progressão temática, como ilustra o exemplo seguinte.

**Em primeiro lugar**, o artigo 3.º, n.º 1, prevê que as mães e pais estudantes abrangidos pela presente lei cujos filhos tenham até 3 anos de idade gozem dos seguintes direitos: [...] **Para além disso**, tendo em conta que a presente medida visa incentivar os jovens a prosseguir a sua formação, limitar a idade dos filhos para acesso aos direitos de ensino aos 3 anos de idade irá certamente dificultar aquele objectivo, o que justifica que aqueles gozem dos direitos previstos no artigo 3.º.

**Depois**, consideramos não ser suficiente limitar, por estabelecimento de um regime especial de faltas, as faltas justificadas para assistência a filhos aos pais e mães estudantes com filhos até aos 3 anos de idade. **(PL2)**

Se, **por um lado**, podemos considerar que os critérios de apreciação e fixação de insuficiência económica, por exemplo, previstos na LADT nos artigos 8.º e 8.º A, são excessivamente rígidos, **por outro lado** também podemos considerar que o valor das custas processuais é em certos casos muito elevado. **Para além disso**, quando da aferição da suficiência ou insuficiência económica do requerente, não é tido em conta [...] **(PL7)**

#### Quadro 69: mecanismos de organização textual linguísticos (PL)

O fecho da secção *exposição de motivos* e abertura da secção seguinte são evidenciados através de diferentes mecanismos de organização textual, nomeadamente do organizador textual linguístico *assim* e da pontuação (dois pontos) que assumem, como ilustram os exemplos abaixo apresentados, a função de marcadores de integração linear.

**Assim**, nos termos das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Partido Socialista abaixo-assinados apresentam o seguinte Projeto de Lei: **(PL1)**

**Assim**, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, o Deputado do PAN apresenta o seguinte projecto de lei: **(PL2)**

Nestes termos, ao abrigo da alínea b) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar do PCP, apresentam o seguinte Projeto de Lei: **(PL3)**

**Assim**, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados apresentam o seguinte projeto de lei: **(PL4)**

Nestes termos, ao abrigo da alínea b) do artigo 156.º da Constituição e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento, os Deputados abaixo-assinados do Grupo Parlamentar do PCP apresentam o seguinte Projecto de Lei: **(PL5)**

**Assim**, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados apresentam o seguinte projeto de lei: **(PL8)**

#### Quadro 70: mecanismos de organização textual linguísticos (PL)

Além disso, a abertura da segunda secção do corpo do texto é evidenciada pela presença de intertítulos e expressões que marcam o início da tematização da proposta de lei. Na maioria dos exemplares, exceto em PL8 (projeto de lei de artigo único), no artigo 1.º, é explicitado o objeto/âmbito da proposta de lei, o que também é referido no resumo peritextual que antecede o corpo do texto.

<p><b>Artigo 1º</b> <b>Objeto</b> <i>A presente lei estabelece o regime de regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de separação de facto, dissolução de união de facto, bem como entre pais não casados nem unidos de facto. (PL1)</i></p> <p><b>Artigo 1º</b> <b>Objeto</b> <i>A presente lei procede à alteração da Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que define as medidas de apoio social às mães e pais estudantes. (PL2)</i></p> <p><b>Artigo 1º</b> <b>Âmbito</b> <i>A presente lei procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, assegurando o direito à declaração conjunta dos menores em caso de divórcio ou de separação de casal em união de facto, desde que a mesma seja determinada por decisão judicial ou por decisão de separação de facto. (PL3)</i></p> <p><b>Artigo 1º</b> <b>Objeto</b> <i>A presente lei define o regime de classificação e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprovou o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico das Obras em Prédios Arrendados. (PL4)</i></p>
---

**Quadro 71:** abertura da segunda secção do corpo do texto (PL)

Os conteúdos da segunda secção do corpo do texto estão distribuídos por subsecções em número variável, sendo que cada uma corresponde a um artigo da proposta normativa e cada um contempla uma única matéria. Como observado (cf. III, 1.1.7.), a organização em artigos é uma das regras previstas no artigo 6.º das *regras de legística na elaboração de atos normativos pelo Governo*. Além disso, recomenda-se o uso da designação “artigo único”, quando o diploma contempla um único artigo, como é o caso do exemplar PL8. Embora o número de artigos seja variável (cf. grelha de análise), dependendo do objeto da proposta de lei, o fecho do corpo do texto é marcado por um artigo referente à produção de efeitos e/ou entrada em vigor.

<p><i>A presente lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte à sua publicação. (PL6)</i></p> <p><i>A presente lei entra em vigor com o orçamento de Estado subsequente à sua aprovação. (PL7)</i></p> <p><i>A presente lei entra em vigor no dia seguinte à sua publicação. (PL9)</i></p> <p><i>O Disposto na presente lei entra em vigor no primeiro dia do ano civil após a sua publicação. (PL10)</i></p>
---

**Quadro 72:** fecho do corpo do texto (PL)

Por outro lado, os conteúdos dos artigos numerados, subsecções da proposta normativa, aparecem na sua maioria organizados em pontos numerados e alíneas, em conformidade com as *regras de legística na elaboração de atos normativos pelo Governo* (cf. III, 1.1.7.). Além disso, são também utilizados diversos procedimentos intertextuais, designadamente alusões, citações, destacando-se a ocorrência reiterada de marcas de supressão de texto citado (parênteses retos), sobretudo nos projetos de lei que propõem alterações cirúrgicas em leis já existentes. O final do plano de texto é marcado pela secção peritextual dedicada à referência aos locais, data e aos nomes dos deputados do Grupo Parlamentar que assumem a autoria da proposta normativa.

No concerne aos tipos discursivos, predomina o tipo teórico, ocorrendo o tipo interativo, em encaixe, na abertura e fecho do plano, nas secções dedicadas à identificação do partido, no início do plano, e no momento em que são explicitados o local, a data e os produtores dos textos, no final do plano (cf. Anexo 2, grelhas 61-70; Anexo 3, grelha 16). Em alguns exemplares (PL1, PL5, PL7, PL8), na primeira secção do corpo do texto, na *exposição de motivos*, temos a ocorrência do tipo interativo, predominantemente em fusão com o tipo teórico, exceto em PL2, em que os dois tipos também se articulam em encaixe. Nos exemplares PL1 e PL8, também se observa a ocorrência pontual do tipo narração em fusão com o tipo teórico. No primeiro caso, temos o tipo misto interativo-teórico e, no segundo, o tipo misto narrativo-teórico.

Quanto ao tipo misto interativo-teórico, embora predominem características do tipo teórico, nomeadamente formas verbais no presente do indicativo sem valor deítico, ocorrem, pontualmente, marcas do tipo interativo, como, por exemplo, adverbiais temporais localizadores, como, por exemplo, *presentemente*, *nos últimos anos*, entre outros, dado que são referencialmente interpretados pela sua localização em relação à situação da enunciação.

*Presentemente, é, pois, possível aos pais casados que, no âmbito de um processo de divórcio por mútuo consentimento integralmente tramitado junto das Conservatórias do Registo Civil, procedam à fixação do acordo sobre o exercício de responsabilidades parentais, minorando os encargos pessoais do processo e agilizando substancialmente os procedimentos, com inegável vantagem face ao regime anterior. (PL1)*

*Multiplicam-se nos últimos anos as situações de titulares de cargos políticos que exercem os seus mandatos mantendo ligações – profissionais ou outras – a interesses económicos e financeiros, de forma mais ou menos dissimulada, contribuindo para a constatação de que existe efetivamente um problema de promiscuidade entre poder económico e poder político. [...] Casos como o do BES ou Banif, demonstram que há claras ligações entre os principais grupos económicos e os partidos que têm governado o nosso país nos últimos 38 anos. (PL5)*

**Quadro 73:** tipo misto interativo-teórico (PL1 e PL5)

Na segunda secção do corpo do texto, proposta normativa, temos a ocorrência exclusiva do tipo teórico, embora no início e fecho das secções ocorram as construções *a presente lei* e *a presente diploma*. Porém, neste caso, ao contrário dos exemplos anteriores, a interpretação referencial é textual<sup>86</sup>, ou seja, não depende das coordenadas da situação da enunciação (cf. Quadro 74) e, por isso, consideramos estes segmentos como sendo do âmbito do tipo teórico.

*A presente lei estabelece o regime de regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de separação de facto, dissolução de união de facto, bem como entre pais não casados nem unidos de facto. [...] O presente diploma entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação. (PL1)*

*A presente lei procede à alteração da Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que define as medidas de apoio social às mães e pais estudantes. [...] A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação. (PL2)*

*A presente lei define o regime de classificação e proteção de estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural, procedendo à 3.ª alteração à Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, que aprovou o Novo Regime do Arrendamento Urbano, e à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico das Obras em Prédios Arrendados. [...] A presente lei entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação. (PL4)*

**Quadro 74:** tipo teórico (PL)

Relativamente ao tipo misto narrativo-teórico, nestes segmentos, temos a coocorrência de unidades linguísticas dos dois tipos discursivos, organizadores temporais sem

<sup>86</sup> Sobre a distinção da referência déctica da referência anafórica, ver Campos & Xavier (1991: 359-379).

valor deítico e formas verbais no pretérito perfeito, unidades do âmbito do tipo narração, e as formas verbais no presente do indicativo, como unidades do âmbito do tipo teórico.

*Através da Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro, procedeu-se a uma alteração relevante do Código Civil no domínio do Direito da Família que, entre outras matérias, permitiu a agilização dos procedimentos nos casos de divórcio por mútuo consentimento, assegurando que a efetivação da regulação das responsabilidades parentais se possa fazer também nessa sede, desde que exista acordo dos cônjuges. (PL1)*

*Todavia, desde 2002, que os órgãos oficiais da freguesia e respetivos símbolos heráldicos, vêm utilizando a denominação de “Parada do Bouro”, tal como as restantes entidades, pois foi esta que vingou na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que operou o processo de reorganização administrativa. (PL8)*

**Quadro 75:** tipo misto narrativo-teórico (PL)

Como se observa na grelha de análise 16 (cf. Anexo 3), há alguma previsibilidade na ocorrência dos tipos discursivos: mais variável na primeira secção do corpo do texto, consoante as motivações e enquadramento da proposta normativa, e mais previsível na segunda secção, ocorrendo sempre o tipo teórico. Além disso, a ocorrência pontual do tipo narração em dois dos dez exemplares atesta o predomínio da ordem do expor, destacando-se o teórico como tipo principal e o interativo como tipo secundário, sendo privilegiado na abertura e fecho do plano de texto e, mais pontualmente, na exposição de motivos. Esta previsibilidade, a nosso ver, deve-se, em grande medida, às orientações que constam no *Guia prático de regras a observar na redação de atos normativos da Assembleia da República*, pois, conforme vimos atrás (cf. III, 1.1.7.), entre outros usos, recomenda-se que seja privilegiado o presente do indicativo, pois, como já citado, “o tempo verbal deve reflectir que a norma é actual”<sup>87</sup>. Neste sentido, estas e outras orientações também se refletem nas unidades linguísticas que marcam os tipos discursivos.

Começando pela configuração linguística do tipo teórico, como ilustram os excertos abaixo apresentados, observa-se que este é marcado pela predominância de formas verbais no infinitivo, no presente do indicativo e no presente do conjuntivo, de verbos

---

<sup>87</sup> Informação disponível em:

<[https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma\\_Parlamento/guialegisticaformal.pdf](https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma_Parlamento/guialegisticaformal.pdf)> [acesso a 10 de fevereiro de 2019].



auxiliares modais com valor epistémico de possibilidade (*poder*) e valor deôntico de obrigação (*dever*), destacando-se ainda a ocorrência de procedimentos intertextuais.

*Quando os progenitores **pretendam** regular por mútuo acordo o exercício de responsabilidades parentais de filhos menores ou proceder à alteração de acordo já homologado, **podem require-lo** a todo o tempo junto de qualquer Conservatória do Registo Civil, nos termos previstos **nos artigos 275.º a 277.º do Código do Registo Civil.** (PL1)*

*A **Lei n.º 90/2001**, de 20 de Agosto, ao **definir** as medidas de apoio social às mães e pais estudantes, **tem** elevada importância por **facilitar** a conciliação entre o exercício das responsabilidades parentais e a escolarização e formação de jovens. **Permite** que os jovens possam **constituir** família, não comprometendo o prosseguimento dos estudos e contribuindo para a diminuição do abandono e insucesso escolar. (PL2)*

*Os artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 157/2006, 8 de Agosto, **retificado** pela Declaração de Retificação n.º 68/2006, de 3 de outubro, e **alterado** pelo Decreto-Lei n.º 306/2009, de 23 de outubro e pela Lei n.º 30/2012, de 14 de agosto, **passam** a ter a seguinte redação: (PL4)*

*No prazo de seis meses após a sua entrada em funcionamento pleno, a unidade de missão **deve entregar** um relatório ao Presidente da Assembleia da República de onde **constem** as conclusões do trabalho realizado e as alterações ao regime legal das custas judiciais que a unidade de missão **considere** necessárias para **garantir** o cumprimento dos princípios constitucionais em matéria de acesso ao direito e aos tribunais. Esse relatório **deve ser disponibilizado** aos Deputados e ao Governo e **deve ser** objeto de debate na Assembleia da República. (PL6)*

*São alterados os artigos 3.º, 4.º, 8.º, 27.º e 33.º aprovados pela Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro, e alterada pela Lei n.º 43/2008, de 27/8, pelo Decreto-Lei n.º 181/2008, de 28/8, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31/12, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28/4, pelo Decreto-Lei n.º 52/2011, de 13/4, pela Lei n.º 7/2012, de 13/2, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31/12, pelo Decreto-Lei n.º 126/2013, de 30/8, que passam a ter a seguinte redação: (PL7)*

*- **Alargar** a isenção do IMI para sujeitos passivos com baixos rendimentos ou com deficiência, quando o imposto a pagar seja devido por habitação própria e permanente;*

*- **Revogar** o escandaloso benefício fiscal de isenção de IMI atribuído aos fundos imobiliários. (PL10)*

#### Quadro 76: configuração linguística do tipo teórico (PL)

Já no tipo interativo, temos, por um lado, segmentos em que é marcado por unidades linguísticas que remetem para os sujeitos da interação, nomeadamente nomes próprios e logótipos, no início e no final do plano de texto, formas verbais no presente do indicativo na primeira pessoa do plural, na primeira secção do corpo do texto e, por outro, a ocorrência pontual de unidades linguísticas sem marca de pessoa que remetem para as coordenadas temporais da situação de produção, designadamente advérbios e expressões temporais com valor deítico.

**Propomos** três alterações à referida lei. [...]

Depois, **consideramos** não ser suficiente limitar, por estabelecimento de um regime especial de faltas, as faltas justificadas para assistência a filhos aos pais e mães estudantes com filhos até aos 3 anos de idade. [...] Neste sentido, **consideramos** que, tendo em conta a diferença de idade dos filhos em ambos os regimes, se justifica a equiparação. (PL2)

Casos como o do BES ou Banif demonstram que há claras ligações entre os principais grupos económicos e os partidos que têm governado o nosso país **nos últimos 38 anos**.

Além de aumentar o período de impedimento de três para cinco anos, em que os titulares de cargos públicos não podem exercer funções em empresas privadas do setor que tutelaram, **eliminamos** a condição, para que esse impedimento se verifique, que a empresa privada tenha recebido benefícios fiscais ou tenha sido alvo de um processo de privatização. (PL5)

**Desde há muito e até à presente data**, os respetivos habitantes, bem como os das freguesias vizinhas, as autoridades paroquiais e religiosas e associações culturais e recreativas, sempre utilizaram a denominação de “Parada de Bouro” para designar a freguesia. (PL8)

#### Quadro 77: configuração linguística do tipo interativo (PL)

### 3.1.8. *Edital*

Apesar de o *edital* constituir um instrumento legal que cumpre a finalidade de tornar pública determinada informação, sendo influenciado pelas disposições que regulam a produção de atos administrativos, pode cumprir objetivos específicos muito díspares e isso, como iremos ver, traduz-se nas características composicionais e discursivas dos textos.

Relativamente ao plano de texto, no edital, os conteúdos estão distribuídos por três blocos textuais: identificação do edital, corpo do edital e fecho. Como se apresenta em anexo (cf. Anexo 2, grelhas 71-80; Anexo 3, grelha 17), no primeiro bloco, são contempladas informações relativas à entidade que assume a publicação do edital, a etiqueta genérica *edital* e, em alguns exemplares, ocorre um subtítulo que explicita o objeto do edital ou processo em que se enquadra (ED2, ED3, ED7, ED8, ED9, ED10). Apesar de nenhum dos exemplares contemplar uma designação que explicita as finalidades mais específicas dos textos, a partir dos conteúdos tematizados, é possível inferir que os exemplares ED1, ED2 e ED6 são editais de notificação, ED3 é um edital de divulgação da abertura e das condições do processo eleitoral para eleição dos representantes dos docentes, ED4 constitui um edital de realização de provas de Doutoramento, ED5 de anúncio da edição do Prémio Maria de Lourdes Pintasilgo, ED7 de deliberação, ED8 de ordem de trabalhos de uma reunião extraordinária, ED9 da abertura de inscrições em provas para

maiores de 23, ED10 de realização de sondagem de pesquisa no *deep offshore* da Bacia do Alentejo.

O segundo bloco textual, o corpo do edital, contempla os conteúdos que se pretendem tornar públicos. Quanto ao fecho, este contempla uma secção dedicada ao local, data e assinatura dos autores do edital, exceto em ED5. Além disso, em três exemplares (ED1, ED3, ED4), são ainda explicitados os endereços e contactos da entidade a que está associado o edital. Neste sentido, as secções peritextuais são relativamente estáveis, não existindo variabilidade significativa neste âmbito.

Já o corpo do edital, este é relativamente variável, tanto nos conteúdos contemplados, pois variam consoante o objeto e finalidade específica do edital, como na sua distribuição no espaço textual, variando consoante o modelo utilizado, que, por sua vez, depende do objeto do edital e da entidade responsável pelo mesmo. Porém, em 5 dos 10 exemplares (ED1, ED4, ED6, ED7, ED8), a abertura do corpo do texto é dedicada, em primeiro lugar, à identificação da pessoa que assume a publicação, seguindo-se o enquadramento/explicação do tema do edital, conforme ilustram os excertos seguintes.

*Olimpia Noya Portela, Diretora da Alfândega de Viana do Castelo, faz saber que por esta Alfândega corre tramites o processo administrativo de fazendas abandonadas n.º 1/2015 de 11-09-2015, com origem no processo de contraordenação n.º 129/2013, no qual foi constituído Fiel Depositário do veículo automóvel marca Citroen, modelo Picasso 2.0 HDI, matrícula suíça JU46650, chassis n.º VF7CHRHBYB39653231, HORÁCIO MANUEL VALADIM PERALTA, portador do cartão de cidadão n.º 10497156 8 ZY7, NIF 185167071, com última residência conhecida na Avenida António Caldas n.º 105 1.0 Frt., 4970-430 Arcos de Valdevez. (ED1)*

*Doutor José Artur de Sousa Martinho Simões, Professor Catedrático e Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, faz saber, relativamente às Provas de Doutoramento no ramo de Informática, Especialidade de Engenharia Informática, da mesma Faculdade, requeridas pelo Mestre Miguel Ângelo Leal da Costa, que: (ED4)*

*Ricardo João Barata Pereira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil: FAZ PÚBLICO, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, que por proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião de 16/08/2016, a Assembleia Municipal de Arganil em sessão realizada a 03/09/2016, deliberou, nos termos do disposto nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) aprovado pelo Decreto de Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua atual redação, fixar para aplicar no ano de 2017, a seguinte Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis: (ED7)*

**Quadro 78:** abertura do corpo do texto (ED)

Nos restantes cinco exemplares, na abertura do corpo do texto, temos a tematização de diferentes conteúdos, consoante o objeto do edital. Em ED2, em início do corpo do edital, é tematizada a notificação, seguindo-se as várias determinações numericamente ordenadas. Em ED3, são tematizadas, também numericamente ordenadas, as disposições relacionadas com o processo eleitoral para eleição dos representantes dos docentes, sendo que estas constituem a totalidade do corpo do edital. Em ED5, ED9, e ED10, na abertura do corpo do edital, são explicitados os temas dos editais. Porém, em ED5, seguem-se as várias disposições ordenadas com recurso à numeração romana. Em ED9, seguem-se conteúdos distribuídos por quatro secções delimitadas através de intertítulos que explicitam os conteúdos contemplados (*avaliação de capacidade, classificação da avaliação de capacidade, documentação para inscrição, preçário*). No interior destes blocos textuais, são utilizados vários mecanismos de organização textual com diferentes funções, designadamente o espaçamento e a numeração, na mudança de topicalização, os asteriscos como procedimentos de reenvio intratextual, as tabelas, na sintetização de informações, entre outros. Em ED10, são tematizadas as várias determinações relacionadas com o tema do edital, sendo, inclusive, utilizada uma tabela e um mapa para ilustrar o que é linguisticamente expresso.

Nos restantes exemplares, destaca-se o espaçamento na delimitação dos blocos textuais que tematizam diferentes conteúdos, bem como o negrito, as maiúsculas como mecanismos de destaque de informações-chave, entre outros mecanismos gráficos (cf. Anexo 6, ED1-ED10).

Em alguns exemplares, os mecanismos de organização textual linguísticos e a pontuação assumem igualmente um papel central na marcação do plano de texto. Vejamos alguns exemplos.

*Assim, fica HORÁCIO MANUEL VALADIM PERALTA legalmente notificado (n.º 3 art.º 110.0 do CPA), por afixação de três editais, um, nas instalações desta Alfândega de Viana do Castelo, outro, na porta da casa do último domicílio conhecido do notificando no país e, outro, na entrada da sede da respetiva da Junta de Freguesia, e por reprodução e publicação do conteúdo deste edital na Internet, no sítio institucional desta entidade pública . (ED1)*

*1 - O júri das referidas provas é constituído por:*

*Presidente:*

*Vogais:*

*– Doutor Luís Miguel Parreira e Correia, Professor Associado com Agregação e Presidente do Departamento de Informática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Presidente do júri por subdelegação de competências; (ED4)*

(...) *que terá lugar no Edifício da Junta de Freguesia das Ferreiras, pelas 21 :00 horas, do próximo dia 27 de Abril, com a seguinte:* (ED5)

(...) *fixar para aplicar no ano de 2017, a seguinte Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis:* (ED7)

(...) *pelas 15 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Azambuja, com a seguinte Ordem de Trabalhos:* (ED8)

*A avaliação de capacidade no ISPGaya integra:* (ED9)

(...) *sendo as operações suportadas a partir do Porto de Sines que se localiza a cerca de 88 km do local, com as seguintes coordenadas:* (ED10)

#### Quadro 79: mecanismos de organização textual (ED)

Em ED1, o organizador textual linguístico *assim* assume, por um lado, a mudança de topicalização, pois marca a passagem de um objeto do discurso a outro e, por outro, a integração linear, dado que assinala a abertura de uma secção. Na maioria dos exemplares, os dois pontos assumem também a função de marcador de integração linear, tendo em conta que marcam a abertura de uma série. Porém, em ED9, os dois pontos têm a função de marcador enumerativo aditivo e, em ED10, assumem a função de marcador de ilustração.

Quanto à numeração que organiza os conteúdos de alguns exemplares (ED2, ED3, ED4, ED5, ED9), esta também constitui um mecanismo de organização textual marcador enumerativo aditivo, função igualmente assumida pelo travessão em ED4.

No que respeita aos tipos discursivos, o tipo teórico é transversal a todos os exemplares, estando associado à tematização de conteúdos diversificados, consoante o objeto do edital e ocorrendo em diferentes momentos do plano de texto, tanto no corpo do texto como nas secções peritextuais (cf. Anexo 2, grelhas 71-80; Anexo 3, grelha 18).

*Nessa conformidade, através do presente edital, HORÁCIO MANUEL VALADIM PERALTA fica legalmente notificado para, com fundamento legal no art.º 1185 do Código Civil, no prazo de 15 dias, a contar da afixação do presente edital, proceder à entrega na morada desta Alfândega de Viana do Castelo, sita no Largo João Tomás da Costa, s/n, 4900-509 Viana do Castelo, do veículo automóvel marca Citroen, modelo Picasso 2.0 HDI, matrícula suíça JU46650, chassis n.º VF7CHRYB39653231, sob pena de incorrer no crime de violação das garantias aduaneiras previsto e punível nos termos do art.º 98.º do Regime Geral das Infrações Tributárias e art.º 355.º do Código Penal. (ED1)*

*No âmbito do artigo 10º do Procedimento eleitoral do Conselho de Representantes está aberto o processo eleitoral para eleição dos **representantes dos docentes** no Conselho de Representantes. (ED3)*

3 - O ato público de defesa da tese realiza-se no dia **04 de dezembro de 2014**, pelas **10h30**, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. A duração total não deve exceder as 2 horas e 30 minutos, dispondo o candidato de tempo igual ao das intervenções dos membros do júri; **(ED4)**

#### Quadro 80: tipo teórico (ED)

Quanto ao tipo interativo, este ocorre no início do plano de texto, no logótipo ou nome das entidades que estão associadas à publicação do edital e no final do plano, em todos os exemplares, exceto em ED5, no momento em que são tematizados os locais, datas e as assinaturas dos autores dos textos (ou que assumem a autoria). Apesar de em alguns exemplares ocorrerem nomes próprios na abertura do corpo do edital, consideramos que há um apagamento do *eu* intencional, sendo privilegiadas formas verbais na terceira pessoa (ED6), ou seja, unidades do âmbito do tipo teórico, anulando, desta forma, o valor de implicação.

**Olimpia Noya Portela**, Diretora da Alfândega de Viana do Castelo, **faz saber** que por esta Alfândega corre tramites o processo administrativo de fazendas abandonadas n.º 1/2015 de 11-09-2015, com origem no processo de contraordenação n.º 129/20138 (...) **(ED1)**

Doutor **José Artur de Sousa Martinho Simões**, Professor Catedrático e Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, **faz saber**, relativamente às Provas de Doutoramento no ramo de Informática, Especialidade de Engenharia Informática, da mesma Faculdade, requeridas pelo Mestre Miguel Ângelo Leal da Costa, **que:** **(ED4)**

**Joaquim Francisco Sardinha da Silva**, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra. -----  
**-Faz público**, por esta via (...) **(ED6)**

**António Manuel Montez Amaral**, Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Azambuja, **informa** da realização de uma Reunião Extraordinária da Câmara Municipal, no dia 25 de setembro de 2017, pelas 15 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Azambuja, com a seguinte Ordem de Trabalhos: **(ED8)**

#### Quadro 81: tipo teórico (ED)

No que respeita ao tipo narração, este ocorre em 7 dos dez exemplares, exceto em ED4, ED5 e ED8, articulando-se em fusão com o tipo teórico em 6 textos.

Não tendo sido possível alcançar a perfeição das notificações postais e pessoais que foram empreendidas no processo, uma vez que **HORÁCIO MANUEL VALADIM PERALTA** se encontra ausente em parte incerta, promove-se a presente notificação edital de acordo com o preceituado no art. n.º 110.0 do

*Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. (ED1)*

*Na sequência do levantamento efetuado pelos serviços municipais, apurou-se que alguns fogos do edifício sito na morada acima identificada revela(m) indícios de desocupação, designadamente a fração designada pela letra O. (ED2)*

*A sondagem de pesquisa será efectuada com recurso ao navio de perfuração "Saipem 12000" (Ultra-Deep Water Dynamic Positioning Drilling Ship), no local assinalado no mapa, localizado a cerca de 46,5 Km relativamente ao ponto mais próximo do litoral continental de Portugal (zona de Aljezur), a uma profundidade aproximada de 1070 metros, na zona Económica Exclusiva, sendo as operações suportadas a partir do Porto de Sines que se localiza a cerca de 88 km do local, com as seguintes coordenadas: (ED10)*

**Quadro 82:** tipo misto narrativo-teórico (ED)

Nestes segmentos, temos o tipo misto narrativo-teórico, tendo em conta que coo-  
correm unidades do âmbito dos dois tipos discursivos. Noutros segmentos, em dois exem-  
plares (ED3 e ED10), os dois tipos articulam-se em encaixe, ou seja, o tipo narração  
emerge de forma totalmente delimitada, sem que ocorram de unidades linguísticas com  
valor de conjunção temporal e implicação. Nestes casos, como nos excertos seguintes, a  
delimitação dos tipos discursivos é assegurada pelo espaçamento, numeração e pontua-  
ção, isto é, os mecanismos que evidenciam a configuração do plano de texto asseguram  
também a transição dos tipos discursivos.

*3. Os proponentes de cada lista devem identificar no ato da entrega da lista o seu mandatário e respetivo suplente.*

*4. O ato eleitoral terá lugar no dia 11 de Março de 2014, abrindo as urnas às 10h00m e encerrando às 19h00m.*

*5. A comissão eleitoral será presidida pelo Professor Carlos Nuno e constituída por este e pelos man-  
datários de cada lista. (ED3)*

*Foi determinada a prorrogação do prazo de consulta pública, por mais trinta dias, do pedido de Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM) para a realização de sondagem de pesquisa no deep offshore da Bacia do Alentejo. (ED10)*

*Nestes termos, torna-se público que o consórcio Eni/Galp, através do seu operador Eni Portugal BV, com morada para correspondência na Restelo Business Center, Avenida Ilha da Madeira, 35, Bloco " I", Piso 2ª, código postal 1400-203, Lisboa (...) (ED10)*

**Quadro 83:** encaixe dos tipos teórico e narração (ED)

Deste ponto de vista, nos exemplares considerados, o tipo narração, articulado em fusão e em encaixe com o tipo teórico, tanto é privilegiado na tematização de factos passados como de ações futuras. Deste ponto de vista, o valor de disjunção temporal pode ser de anterioridade ou de posterioridade, tal como se observou nos exemplares do género *chamada de trabalhos*.

No que concerne à configuração linguística dos tipos discursivos, observa-se que o tipo teórico é marcado, predominantemente, pela ocorrência de frases declarativas e passivas, de formas verbais na terceira pessoa (singular e plural) no presente do indicativo e no infinitivo, do verbo auxiliar modal *dever* com valor deôntico de obrigação, de procedimentos intertextuais, semelhantes aos identificados nos exemplares do género *projeto de lei*, bem como pela ausência de unidades linguísticas com valor deítico.

*Nessa conformidade, através do presente edital, HORÁCIO MANUEL VALADIM PERALTA fica legalmente notificado para, com fundamento legal no art.º 1185 do Código Civil, no prazo de 15 dias, a contar da afixação do presente edital, proceder à entrega na morada desta Alfândega de Viana do Castelo (...) (ED1)*

*2. Até 28 de Fevereiro devem ser apresentadas ao Presidente da Comissão Eleitoral do Conselho de Representantes as listas concorrentes, de acordo com o estipulado no artigo 9º do Procedimento eleitoral, contendo a indicação e ordenação dos 9 candidatos efetivos e respetivos suplentes.*

*3. Os proponentes de cada lista devem identificar no ato da entrega da lista o seu mandatário e respetivo suplente. (ED3)*

*IV – As candidaturas devem dar entrada no Instituto Superior Técnico até ao dia 25 de novembro de 2016. (ED5)*

*Estão abertas as inscrições para as Provas de avaliação de capacidade para a frequência dos ciclos de estudos de Licenciatura do ISPGaya para os Maiores de 23 Anos para o ano letivo 2017/2018. (ED9)*

*Assim, determina-se que o prazo para consulta pública do pedido é prorrogado até 3 de agosto de 2016, convidando-se todos os interessados para, querendo requerer para si a emissão do título com o mesmo objecto e finalidade ou apresentar objeções à atribuição do mesmo, por escrito e dirigido à DGRM. (ED10)*

#### Quadro 84: configuração linguística do tipo teórico (ED)

Quanto ao tipo interativo, este é evidenciado pela ocorrência de nomes próprios e unidades linguísticas que remetem diretamente para a(s) pessoa(s)/entidade(s), espaço(s) e momento(s) da situação de produção, em início e fecho de plano de texto, ainda que estas formas linguísticas não tenham valor deítico. Relativamente ao tipo narração, como já mencionado, este pode ser evidenciado por unidades linguísticas em que o valor de



disjunção temporal pode ser de anterioridade ou de posterioridade. Neste sentido, enquanto o valor de anterioridade é marcado pela presença de formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito, o valor de posterioridade é evidenciado por formas verbais no futuro do indicativo. Porém, o valor de autonomia é transversal, não ocorrendo, assim, nos segmentos de tipo narração, unidades com valor de implicação que remetam para os parâmetros da situação de produção.

### **3.2. Análise de géneros**

Nesta segunda etapa, para darmos conta da genericidade, privilegiando uma perspectiva comparativa, analisamos o padrão discursivo dos géneros considerados, tendo em conta os planos de texto de cada um dos géneros (convencionalidade e ocasionalidade, o funcionamento dos mecanismos de organização textual), tipos discursivos (modalidades de articulação, tipos mistos, variantes e configuração linguística).

#### **3.2.1. Planos de texto**

No ponto anterior, a partir da análise dos textos dos diferentes géneros, observaram-se as várias particularidades dos planos de texto. Neste ponto, procuramos dar conta das especificidades genéricas, ou seja, evidenciamos as características dos planos de texto de cada um dos géneros considerados e, a partir destas, discute-se a convencionalidade e ocasionalidade dos planos de texto, considerando a dicotomia forma (disposição evidenciada pela segmentação) e conteúdo das unidades composicionais, seguindo-se as particularidades genéricas do funcionamento dos mecanismos de organização textual.

##### **3.2.1.1. Convencionalidade e ocasionalidade**

Na nossa perspectiva, o plano de texto diz respeito ao modo como a forma evidenciada pela segmentação organiza o conteúdo das unidades composicionais na superfície textual. Para sustentar esta aceção de plano de texto, estabelecemos uma analogia com a dicotomia significado/significante do signo linguístico, pois o plano de texto é também resultado da associação de dois elementos heterogéneos e distintos entre si: forma e conteúdo. Embora as duas faces sejam distintas, é a imbricação de ambas que gera um plano de texto (cf. II, 4.) e o que a evidencia no espaço textual são os mecanismos de organização textual (linguísticos, gráficos e pontuação).

Além disso, partimos do pressuposto de que a natureza da imbricação destas duas faces depende do género e do seu funcionamento social, não existindo desta forma uma

relação de semelhança, mas uma relação socialmente convencionada. Por outro lado, referimos que, tal como um significado pode ter diferentes significantes, os mesmos conteúdos podem ser organizados por diferentes formas.

A partir da análise efetuada, constatamos que alguns dos géneros considerados apresentam planos de texto relativamente flexíveis, admitindo alguma variação, e outros têm planos fixos, não existindo grande variabilidade nas unidades composicionais nem na sua disposição. Neste sentido, temos géneros com planos de texto semiconvencionais e convencionais. Nos planos de texto semiconvencionais, a forma e conteúdo imbricam-se no espaço textual de modo heterogéneo, e nos planos convencionais, o conteúdo das unidades composicionais e a sua disposição no espaço textual são pouco variáveis, imbricando-se de forma relativamente estável.

Tendo como ponto de partida a análise dos exemplares analisados no ponto anterior, pois são os textos empíricos que nos possibilitam aceder às propriedades dos géneros, no grupo dos géneros com planos de texto semiconvencionais, incluímos o *artigo científico*, o *póster científico*, a *chamada de trabalhos* e o *edital*. Nos géneros com planos de texto convencionais, incluímos a *bula de medicamento*, o *rótulo de embalagem de medicamento*, o *rótulo de embalagem de tabaco* e o *projeto de lei*.

Começando pelo *artigo científico* e *póster científico*, como vimos, são géneros que podem estar associados a múltiplas áreas científicas e concretizar objetivos específicos díspares, dando a ver diferentes formas de fazer e divulgar Ciência.

Tanto o *artigo científico* como o *póster* apresentam planos de texto que contemplam unidades composicionais específicas, não significando isto que estas sejam exclusivas e transversais a todos os exemplares e que se realizem textualmente de igual forma, pois algumas, como é o caso do *sumário*, são previsíveis no âmbito de determinadas áreas científicas e outras, por seu lado, variam consoante diretrizes das revistas científicas, que, por sua vez, também dependem das práticas em uso nas diferentes áreas, como é o caso das notas de rodapé e das referências no final do plano<sup>88</sup>.

Como ilustram os exemplos seguintes (cf. imagens 35 e 36), os planos de texto do *póster científico* e do *artigo científico* apresentam algumas características composicionais

---

<sup>88</sup> Exemplos do modo como o mesmo parâmetro de género se concretiza através de diferentes mecanismos de realização textual.

previsíveis, bem como algumas semelhanças, destacando-se as secções peritextuais destinadas à identificação dos textos (título, autoria, filiação académica) e a disposição das unidades composicionais em *introdução*, *desenvolvimento* e *conclusão*, sendo que o desenvolvimento dos planos de texto dos dois géneros contempla unidades composicionais em número variável, sendo estas segmentadas<sup>89</sup>/ delimitadas do espaço textual através de intertítulos que dão a ver, por um lado, uma organização mais sequencial, quando é tematizado um processo de investigação e, por outro, uma organização mais hierarquizada, quando se privilegia a tematização de um tema objeto de reflexão.

Neste sentido, uma das características dos planos de texto dos dois géneros diz respeito à segmentação do texto em unidades composicionais sequencialmente ou hierarquicamente organizadas, consoante os conteúdos tematizados e os objetivos específicos dos autores.

Porém, no caso do *póster científico*, devido às especificidades do quadro social de circulação e do formato do suporte, o conteúdo das unidades composicionais tem de ser exposto de forma visualmente apelativa e sintética numa única superfície textual, o que se traduz numa disposição distinta do plano do *artigo científico*, observável, por exemplo, na distribuição cirúrgica dos conteúdos por caixas de texto com características gráficas heterogéneas, consoante o *template* selecionado.

Além disso, cada caixa de texto é introduzida por um intertítulo que explicita o conteúdo da mesma, sendo que, à semelhança do *artigo científico*, estes podem remeter para uma etapa do processo de investigação ou para o tema objeto de reflexão desenvolvido (cf. imagens 35 e 36).

---

<sup>89</sup> Como se observa em Silva & Rosa (2019: 5-6), “a segmentação em secções e as respetivas designações não são específicas de um dado exemplar, mas constituem uma forma estável e mais ou menos generalizada de estruturar a maneira como se comunica a investigação (e, num certo sentido, a maneira como se faz a investigação).”.

## 2

### Fatores explicativos do consumo de medicamentos não sujeitos a receita médica em Portugal

Factors accounting for the consumption of medicinal products not subject to medical prescription in Portugal

Quintal C.<sup>1</sup>, Sarmento M.<sup>2</sup>, Raposo V.<sup>3</sup>

1 Acta Farmacêutica Portuguesa 2015, vol. 4, n. 1, pp. 53-66

ARTIGO ORIGINAL | ORIGINAL ARTICLE

#### RESUMO

Este estudo tem como objetivo determinar os fatores que contribuem para o consumo de medicamentos não sujeitos a receita médica em Portugal. Esta análise usa dados provenientes do 4º Inquérito Nacional de Saúde e o modelo aplicado é o modelo de regressão logística múltipla. A variável dependente é dicotómica: toma/não toma MNSRM. Como variáveis explicativas consideram-se variáveis sociodemográficas, variáveis de estado de saúde, bem como variáveis relativas à utilização de cuidados de saúde. Os consumidores de MNSRM são divididos em dois grupos: os que consomem este tipo de produtos para fins de nutrição e os que consomem para fins de automedicação. O grupo dos não consumidores é usado como grupo de controlo nas duas análises. Em ambos os casos o grupo mais propenso ao consumo são as mulheres, com rendimentos mais elevados e maior grau de escolaridade.

**Palavras-chave:** MNSRM, Portugal, fatores explicativos do consumo

#### ABSTRACT

This study aims to identify the factors that contribute to the use of over-the-counter (OTC) medicines in Portugal. This analysis uses data from the 4th National Health Survey and the multiple logistic regression model is adopted. The dependent variable is binary: consuming / not consuming OTC. The explanatory variables include sociodemographic variables, health status variables as well as variables related to the use of health care. OTC drugs for nutrition and for self-medication are analysed separately and non-users are used as the control group in both cases. In both cases, consumption is more likely among women, among individuals with higher income and more educated.

**Keywords:** OTC, Portugal, factors contributing to consumption

<sup>1</sup>Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal.

Autor para correspondência: Carlota Quintal, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Avenida Dias da Silva, 165, 3004-512 Coimbra; qcarlota@fe.ucp.pt

Submitted/Submitted: 23 julho 2015 | Aceite/Accepted: 13 agosto 2015

© Ordem dos Farmacêuticos, SRP

ISSN: 2182-3340

Acta Farmacêutica Portuguesa, 2015, vol.4, n. 1

as variáveis do estado civil apresentam significância estatística.

Em termos da variável rendimento os resultados são semelhantes aos obtidos para a automedicação, sendo o risco de consumo ligeiramente superior no grupo acima dos 1500€ mas nenhuma variável é estatisticamente significativa.

Também no caso da nutrição, o impacto de uma consulta adicional é nulo. Já no caso dos fumadores e dos doentes crónicos, observamos um maior risco de consumo, tal como para a automedicação. Estas variáveis são estatisticamente significativas. No grau de escolaridade, o grupo com maior propensão para o consumo de vitaminas corresponde aos indivíduos que têm mais estudos (licenciatura, mestrado ou doutoramento). Neste caso, todas as variáveis são estatisticamente significativas.

Referente ao impacto dos trimestres, a propensão do consumo de vitaminas é superior no primeiro trimestre face ao quarto trimestre; o mesmo não acontecendo no segundo e terceiro trimestres, em que a propensão de consumo é menor à do quarto. O consumo de vitaminas deve-se à fazer durante todo o ano, no entanto, o consumo no primeiro e no quarto trimestres pode estar relacionado com o aumento de consumo de vitamina C, com o intuito de prevenir uma constipação ou gripe.

#### CONCLUSÕES

Este estudo foi realizado com o objetivo de identificar os fatores associados ao consumo de medicamentos não sujeitos a receita médica, fazendo a destrição entre o consumo de MNSRM, para fins de tratamento, e para fins nutritivos, ou seja, o consumo de vitaminas.

De acordo com os resultados deste estudo, a proporção dos indivíduos que consumiram MNSRM para tratamento foi de 6,2% e para nutrição foi de 8,2%. A finalidade mais comum para o uso de MNSRM para fins de tratamento foram problemas de dores (42%).

O que se conclui pela análise retratada é que existem muitas semelhanças entre os

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Barros, P.P.; Nunes, L.C. (2011) 10 anos de Política do Medicamento em Portugal, Nova School of Business & Economics.
2. Cruz, P.; Carmona, M.; Guerreiro, M. (2015), "Uma reflexão sobre a automedicação e sobre os medicamentos não sujeitos a receita médica em Portugal", Revista Portuguesa de Farmacoterapia 7: 83-90.
3. World Self-Medication Industry (v.1.1) "Responsible self-care and self-medication - a worldwide review of consumer surveys", Voltaire-France: The World Self-Medication Industry. Disponível em <http://www.wsmi.org/wp-content/data/pdf/wsmibro3.pdf> [acedido a 5 de junho de 2015].

Quintal C., Sarmento M., Raposo V.

#### INTRODUÇÃO

Os medicamentos não sujeitos a receita médica (MNSRM) apresentam vantagens e desvantagens. Do lado das vantagens destacam-se a maior acessibilidade a cuidados e a redução dos custos de tempo e monetários. Contudo, os MNSRM apresentam riscos já que a automedicação poderá levar o consumidor a uma dependência de medicamentos, ao retardar de um diagnóstico de uma doença, existindo ainda riscos associados ao mau uso e à interação medicamentosa<sup>1</sup>. Para que as medidas de política sejam delineadas tendo em conta as características dos seus destinatários e para que as próprias campanhas de informação se adequem ao seu público-alvo, é importante conhecer o perfil dos utilizadores deste tipo de medicamentos. Assim, o objetivo deste estudo é traçar esse perfil, identificando os fatores explicativos do consumo de MNSRM em Portugal. Os dados utilizados neste estudo provêm do 4º Inquérito Nacional de Saúde. Para avaliar a associação entre as diversas variáveis e o consumo de MNSRM recorremos à regressão logística múltipla. A variável dependente é dicotómica: consume/não consume MNSRM. Os utilizadores de MNSRM são divididos em dois grupos: os que consomem este tipo de produtos para fins de nutrição e os que consomem para fins de automedicação. Os não utilizadores são usados como grupo de referência em ambas as análises.

Existem alguns estudos sobre prevalência e fatores preditores do consumo de MNSRM em Portugal (conforme revisão de Cruz et al 2015)<sup>2</sup>, no entanto, dois dos quatro estudos citados têm uma abrangência local e nenhum estudo utilizou a base de dados do Inquérito Nacional de Saúde. Em termos de atualidade, apenas um é relativamente recente (respeitante a 2011). De acordo com estas análises, existe uma associação positiva entre o consumo de MNSRM e: menor idade;

escolaridade mais elevada; utilização de serviços de saúde; maior tempo de espera por uma consulta. Alguns dos resultados obtidos no nosso estudo estão em consonância com estes, nomeadamente, o maior risco de consumo em faixas etárias mais baixas e em grupos com maior nível de escolaridade. A base de dados por nós utilizada permitiu no entanto explorar mais fatores preditores do consumo. Este artigo encontra-se organizado do seguinte modo: na secção seguinte define-se o conceito de MNSRM e faz-se um breve apanhado das suas vantagens e desvantagens; na secção 3 procede-se à contextualização do uso de MNSRM em Portugal e na União Europeia; seguem-se os métodos (secção 4), os resultados (secção 5) e as conclusões (secção 6).

#### MNSRM: CONCEITO, VANTAGENS E DESVANTAGENS

Existem diferentes tipos de classificação dos medicamentos, variando de país para país, apesar de haver uma tentativa de uniformização entre os Estados-membros da UE. Em Portugal, os medicamentos são classificados em duas categorias: medicamentos sujeitos a receita médica (MSRM) e MNSRM. Os MSRM são assim denominados quando existe um certo nível de risco para a saúde pública, quando contém substâncias sob monitorização adicional, ou quando necessitam de ser administrados por via parentérica (através de injeção). Aqueles que não se enquadram neste âmbito são classificados como MNSRM (Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de agosto). Os MNSRM são medicamentos que não estão sujeitos a uma prescrição médica e se destinam a tratar problemas de saúde comuns, por exemplo, constipações e dores de cabeça (Tabela 1). Estes são aceites pelos consumidores em todo o mundo, têm de ser usados de forma adequada, com cuidado e com segurança, são apreciados pela sua ampla variedade e vistos por muitos como sendo tão eficazes como medicamentos de prescrição<sup>3</sup>.

Tabela 1. Incidência de doenças comuns (pelo menos uma vez por ano - % da população). (Fonte: World Self-Medication Industry, s.d.)

Doença	Reino Unido	USA	Índia	Rússia	Espanha
Constipação	66	60	69	85	73
Dor de cabeça	59	N.A.	48	63	71
Problemas digestivos	57	59	36	58	45
Dores musculares	52	37	42	38	40

54

## Peritexto

1. Publicação
2. Título
3. Autoria
4. Filiação
5. Resumo/palavras-chave e sumário (ACD)
6. Abstract/ keywords
7. Referências

## Corpo do texto

- a. Introdução
- b. Desenvolvimento
- c. Conclusão

## Imagens 35 e 36: plano de texto do artigo científico (ACF1)





Deste ponto de vista:

Nestas áreas, em que predominam as pesquisas de natureza reflexivo-ensaística, é mais frequentemente adotado um plano por tópicos, que consiste na divisão em secções cujos conteúdos e etiquetas variam de acordo com o tema tratado e com as opções do autor. Constituem exceção as secções que enquadram o estudo, que são muitas vezes designadas introdução e conclusão (Swales 2004) e que integram conteúdos equivalentes aos dos artigos com plano de texto IMRDC.

Silva & Rosa, 2019: 6

No entanto, o plano do tipo IMRDC não é aplicável a todos os exemplares de género associados a estas áreas. Como ilustram os exemplos seguintes, embora tenhamos unidades com a mesma etiqueta, estas são distintas. Enquanto no *resumo* de ACF4, são replicados alguns dos intertítulos que explicitam as etapas do processo de investigação descrito no corpo do texto (*Introdução, Objetivos, Métodos, Resultados e Conclusão*), em ACF5, o resumo constitui uma síntese do tema do artigo, pois apesar de se inscrever numa área tipicamente experimental, predomina a tematização um tema objeto de reflexão.

### Resumo

**Introdução:** A preparação individualizada da medicação (PIM) é um método útil de gestão da terapêutica em doentes idosos e polimedicados, permitindo maior facilidade na administração do medicamento certo, no dia e hora certos. A utilização deste sistema traduz-se numa maior adesão à terapêutica por parte do doente, com claros benefícios em termos da efetividade e segurança do medicamento, conduzindo consequentemente a uma melhor qualidade de vida.

**Objetivos:** Determinar a utilidade percebida sobre um serviço farmacêutico de PIM; avaliar a vontade do doente para receber e pagar (*willingness to pay*) pelo mesmo.

**Métodos:** Realizou-se um estudo transversal numa amostra de três farmácias selecionadas intencionalmente (Grande Lisboa e Vale do Tejo e Alentejo), nas quais foram convidados a participar todos os utentes maiores de idade que, durante o período de estudo (um dia em cada farmácia), entrassem na farmácia. A informação foi recolhida através de um questionário composto por cinco perguntas, que se iniciava com uma breve explicação sobre a PIM (verbal e com imagem), sendo seguidamente avaliada a utilidade percebida do serviço e a sua vontade para pagar pelo mesmo. Os resultados foram tratados em SPSS, versão 19.0, utilizando análise estatística bivariada (testes de t-Student e qui-quadrado) e trabalhando com um intervalo de confiança a 95 por cento. O estudo foi aprovado pela Comissão de Ética do ISCSEM.

**Resultados:** Foram recolhidos 267 inquéritos, provenientes na sua maioria de utentes do sexo feminino (65,9 por cento); a idade média da amostra foi 56,24 anos (dp=17,824; [19-90]). Dos utentes inquiridos, 58 por cento (n=154) consideraram o serviço útil para si, 71 por cento (n=188) consideraram o serviço útil para outrem e 53,4 por cento (n=142) referiram que estariam disponíveis para pagar pelo serviço caso fosse disponibilizado pela farmácia. Verificou-se que a perceção de utilidade esteve associada ao comportamento considerado aderente, sendo os considerados não aderentes os que perceberam o serviço como mais útil (p < 0,001). Verificou-se ainda que a utilidade percebida esteve associada à disponibilidade para pagar pelo mesmo (p < 0,001).

**Conclusão:** Este estudo sugere que o sistema DAA pode ser viável em farmácia comunitária, dada a elevada percentagem de utentes que considerou o serviço útil para si ou para outrem. Adicionalmente, verificou-se que uma proporção importante destes utentes se encontra disponível para pagar pelo serviço, embora talvez não o suficiente para cobrir todos os seus custos. Por fim, é importante mencionar que os dados recolhidos não são generalizáveis para outras regiões do país, embora sejam um incentivo para que todos os interessados invistam na prestação de serviços farmacêuticos.

**Palavras-chave:** Adesão à terapêutica, serviços farmacêuticos, disponibilidade para pagar, utilidade, preparação individualizada.

**Imagem 38:** secção *resumo* de ACF4

## Resumo

O uso de Medicamentos Potencialmente Inapropriados (MPIs) nos doentes idosos é bastante prevalente e está associado a um risco aumentado de Reações Adversas aos Medicamentos (RAMs), de morbilidade e de utilização dos recursos de saúde. Deste modo há necessidade de prestar atenção especial à terapêutica do doente geriátrico para aumentar a sua segurança através da instituição de medidas abrangentes envolvendo diversas instituições e profissionais de saúde. Os critérios de Beers de Medicamentos Inapropriados nos doentes idosos têm sido amplamente usados para documentação desta problemática nos diversos níveis de cuidados de saúde.

**Palavras-chave:** Idosos, Medicamentos Potencialmente Inapropriados, Critérios de Beers.

### Imagem 39: secção *resumo* de ACF5

Deste ponto de vista, neste caso, o conteúdo do *resumo*, secção comum a todos os exemplares, é distinto, evidenciando que este se adapta às especificidades das pesquisas apresentadas. Por outro lado, como ilustram os exemplos abaixo, apesar de os dois textos inscritos no género *póster científico* tematizarem um processo de investigação, apresentando um plano tipicamente IMRDC, tanto o conteúdo das unidades composicionais como a sua disposição são distintas, ou seja, a imbricação da forma e do conteúdo concretiza-se de modo diferenciado. Comparando uma das secções comuns aos dois exemplares, *Materiais e métodos*, são ainda mais evidentes a flexibilidade e adaptabilidade do plano de texto, pois na tematização das mesmas etapas dos processos de investigação, temos unidades composicionais distintas, tanto no conteúdo destas como na sua disposição, de acordo com as especificidades das pesquisas tematizadas.

#### **Materiais e métodos**

O extrato aquoso foi obtido com 2 g de amostra em 100 mL de água destilada em ebulição. O extrato hidroetanólico foi obtido a partir da maceração de 2 g de amostra em 30 mL etanol:água (80:20 v/v).

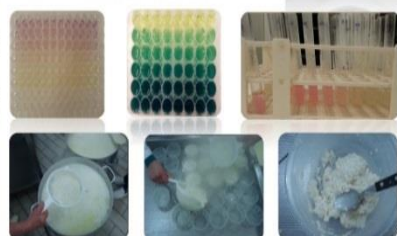
A análise dos compostos fenólicos foi efetuada, por cromatografia líquida de alta eficiência em fase reversa acoplada a deteção por diodos e espetrometria de massa (HPLC-DAD-ESI/MS). A separação cromatográfica foi efetuada numa coluna S3 ODS-2 C18 Spherisorb Waters, utilizando como fase móvel uma mistura água/acetonitrilo com 0,1% de ácido fórmico, em modo de gradiente.

A atividade antioxidante dos extratos foi avaliada através do efeito captador de radicais livres (DPPH), poder redutor (PR) e inibição da peroxidação lipídica (TBARS), no entanto, a atividade antioxidante dos requeijões foi apenas avaliada pelos dois primeiros ensaios.

As microesferas foram preparadas recorrendo à técnica atomização/coagulação, onde a solução de alginato de sódio que contém o extrato aquoso (proporção extrato/alginato de sódio: 50/400, mg/mg) foi atomizada através do nozzle (0,35 mm) e coagulado numa solução de cloreto de cálcio (4%, v/v).

Todas as amostras de requeijão foram preparadas em duplicado na empresa Queijos Casa Matias (Seia, Portugal). Os requeijões foram produzidos com soro de leite proveniente da produção de queijo. A incorporação dos extratos bioativos foi realizada de forma individual imediatamente antes do embalamento, a fim de garantir uma melhor distribuição de extrato no requeijão.

A composição em macronutrientes foi avaliada de acordo com as normas oficiais de análise de alimentos, tendo sido também determinada a sua composição em lactose e ácidos gordos utilizando técnicas cromatográficas.



### Imagem 40: secção *materiais e métodos* do exemplar PCA1





**Imagem 41:** secção materiais e métodos do exemplar PCA3

Neste sentido, tanto o *artigo científico* como o *póster científico* têm planos de texto semiconvencionais, pois, se, por um lado, identificamos unidades composicionais transversais aos exemplares dos dois géneros, por outro, a sua disposição e o conteúdo destas são variáveis, dando a ver que estas dependem, entre outros fatores, das particularidades dos processos de investigação e dos objetivos dos específicos dos mesmos.

Quanto à *chamada de trabalhos*, em traços gerais, o género caracteriza-se, no peritexto, pela presença de secções dedicadas à explicitação do evento em causa (nome, local e datas) e, no corpo de texto, pela presença de unidades composicionais, em número variável, com informações relativas aos eventos em causa, podendo estas ser mais ou menos específicas e estando dispostas no espaço textual de forma heterogénea.

No exemplo seguinte, sistematizamos a configuração do plano de texto do género *chamada de trabalhos*, sendo que algumas unidades composicionais estão mais ritualizadas do que outras, como é o caso das que ocorrem na fronteira peritextual inicial, bem como as que explicitam os painéis temáticos/áreas dos eventos, as normas e datas para a submissão de trabalhos.

	1 Chamada de trabalhos Call for papers	
2	Linguagens de Poder / Languages of Power Congresso internacional / International Conference	
	Centro de Estudos Humanísticos Instituto de Letras e Ciências Humanas Universidade do Minho Portugal	3
4	12 e 13 de julho de 2018 12-13 July 2018	
	<b>Versão portuguesa</b> <b>Tema do congresso:</b> <i>Linguagens de Poder</i>	
	<b>Descrição</b> O Encontro internacional Linguagens de Poder visa discutir, de forma interdisciplinar e transdisciplinar, lógicas e situações de exercício do Poder, nas suas diversas enunciações, agregando assim discursos verbais e não-verbais como a música e o cinema, entre outros. Pretende-se dar centralidade e saliência aos discursos como práticas linguísticas e sociais de poder, criadas e simultaneamente geradoras de tensões e confluências que sustentam dinâmicas variadas de relação com o outro, tanto a nível de poderes democráticos como não democráticos. A abertura a diferentes áreas de exercício do poder e também a diferentes abordagens teórico-metodológicas é um dos objetivos fundamentais do evento.	
a.		
	<b>Linhas temáticas</b> - Na multiplicidade que se reconhece de abordagens e temas, são privilegiados trabalhos que contemplem discursos não-verbais e verbais, nomeadamente discursos do quotidiano e discursos públicos, de que salientamos os discursos políticos, mediáticos, estéticos, científicos e ideológicos.	
b.		
	<b>Objetivos</b> - Aprofundar a discussão existente sobre as lógicas de construção do poder em contextos discursivos variados. - Dar lugar à apresentação e discussão da investigação gerada, em particular, no âmbito de 2 projetos em curso: <i>O discurso do Presidente. Cem anos de discursos presidenciais em Portugal;</i> <i>MEMITA</i> ("Memory, Identity, Integration to identify analysis models in media communication").  - Promover a análise do impacto societal da investigação com incidência no âmbito de uma literacia dos discursos públicos.	
c.		
	<b>Organização</b> Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho. Grupo de investigação <i>Pragmática. Discurso. Cognição</i> (PraDiC). Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho	
d.		
	<b>Comissão organizadora:</b> Maria Aldina Marques, ILCH/CEHUM – Universidade do Minho Sérgio Guimarães de Sousa, ILCH/CEHUM – Universidade do Minho	
	<b>Parceria:</b> <i>MEMITA</i> ("Memory, Identity, Integration to identify analysis models in media communication")	
	<b>Condições de participação</b> Sessões plenárias: realizadas por conferencistas convidados. Sessões paralelas: comunicações individuais, submetidas a revisão por pares. As comunicações individuais terão a duração de 20 minutos, acrescidas de 10 minutos para discussão. Línguas de trabalho: Português, Espanhol, Francês e Inglês.	
e.		
	<b>Inscrição:</b> Inscrição até 30 de maio de 2018: 80 euros Inscrição até 30 de junho de 2018: 100 euros	
	<b>Submissão dos resumos</b> Data limite de envio das propostas: 30 de março de 2018 Data limite de notificação de aceitação: 15 de maio de 2018 Endereço eletrónico: <a href="mailto:linguagensdopoder2018@gmail.com">linguagensdopoder2018@gmail.com</a>	
f.		
	<b>Instruções de submissão:</b> Duas cópias da proposta: 1 cópia anónima: Resumo (até 300 palavras) e palavras-chave (3 a 5); 1 cópia com indicação de: Título da comunicação; nome do(s) autor(es); filiação institucional e contacto (email)	
g.		
	Prevê-se a publicação de um volume com uma seleção das comunicações apresentadas no Encontro, em regime de revisão por pares.	

## Peritexto

1. Etiqueta
2. Nome do evento
3. Local
4. Data

## Corpo do texto

- a. Enquadramento/descrição
- b. Linhas temáticas
- c. Objetivos
- d. Organização
- e. Modalidades de participação
- f. Inscrição
- g. Submissões

**Imagens 42 e 43:** plano de texto do género *chamada de trabalhos* (CT8)

Embora algumas das unidades identificadas sejam transversais à maioria dos textos, como é o caso da que é relativa aos painéis temáticos dos eventos, estas são delimitadas/sinalizadas de forma variável.

Apesar de o conteúdo das unidades composicionais ser semelhante, a sua disposição é distinta, evidenciando que a imbricação da forma e do conteúdo pode concretizar-se de modo heterogéneo. Esta flexibilidade do plano de texto, a nosso ver, deve-se, em parte, ao facto de o plano de texto da *chamada de trabalhos* não ser formalmente regulado.

**Aceitam-se propostas para cada um dos seguintes quatro painéis temáticos, tendo o 2º Visconde de Santarém como objecto:** (1) Fontes bio-bibliográficas e iconográficas sobre o 2º Visconde de Santarém; (2) Sociabilidades, instituições e redes científicas em que participou; (3) Impacto dos seus trabalhos na História Diplomática, História Política e História Institucional; (4) Contributos do 2º Visconde de Santarém para a História da Geografia, da História da Cartografia e da Memória dos Descobrimentos.

**Aceitam-se, também, propostas que incidam sobre a Época do Visconde de Santarém (primeira metade do século XIX), nomeadamente:** (1) Conjuntura política; (2) Tradições científicas; (3) Correntes culturais; (4) Relações entre Portugal e a Europa.

**Imagem 44:** secção *painéis temáticos* de CT1

A 4ª Conferência Internacional em Gramática e Texto – GRATO 2015 visa explorar este cruzamento de fronteiras, explicitado nos seguintes eixos temáticos:

1. Das configurações textuais/discursivas às formas e construções linguísticas
2. Das formas e construções linguísticas às configurações textuais/discursivas
3. Perspetivas didáticas em Gramática e Texto

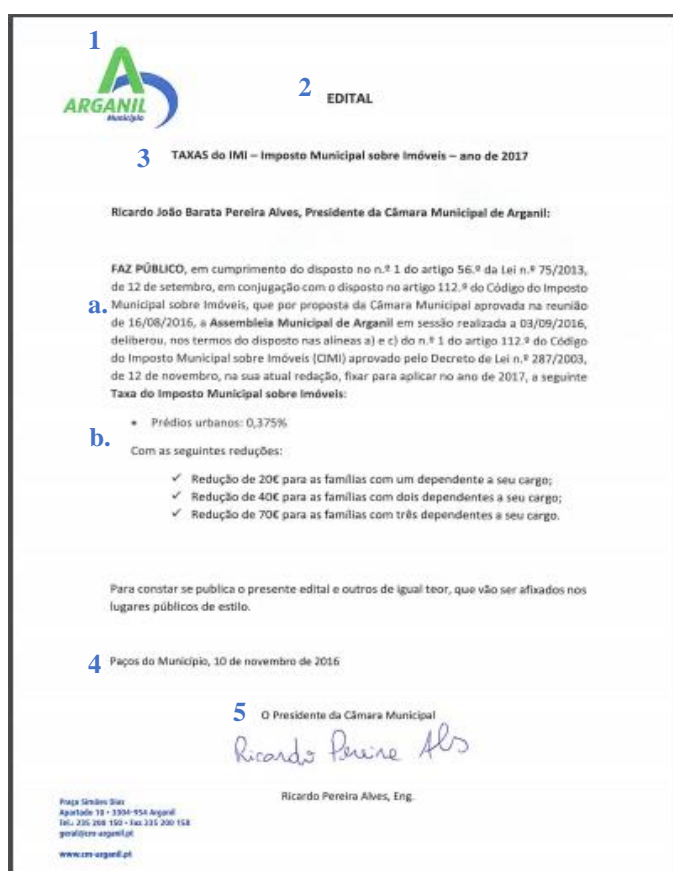
Privilegiando trabalhos que se enquadrem de forma explícita num dos eixos referidos, a GRATO 2015 proporcionará uma reflexão alargada que se pode desde já perspetivar através de questões como as que se seguem:

- Que quadros teóricos e que metodologias viabilizam a convergência entre gramática e texto/discurso?
- Como pensar a constituição de *corpora* quando se pretende contemplar o cruzamento entre gramática e texto/discurso?

**Imagem 45:** secção *painéis temáticos* de CT7

Quanto ao *edital*, como observado anteriormente (cf. III, 1.1.8.), apesar de existirem regras que regulam a produção de editais, o género pode cumprir objetivos específicos díspares, existindo, por isso, múltiplos modelos que possibilitam as diferentes formas de concretizar textualmente o “tornar público”, objetivo geral do *edital*.

No exemplo seguinte, sistematizamos a configuração do plano de texto do *edital*. Apesar de alguns exemplares contemplarem unidades composicionais peritextuais semelhantes ao exemplo apresentado, como é o caso do logótipo, etiqueta genérica e assinatura, o conteúdo das unidades composicionais e a sua disposição no corpo do texto variam significativamente, imbricando-se de modo heterogéneo no espaço textual, consoante, por um lado, o objeto do edital e, por outro, o modelo utilizado pela entidade responsável pela sua utilização.



#### Peritexto

1. Entidade
2. Etiqueta
3. Objeto do edital
4. Local, data
5. Assinatura

#### Corpo do texto

- a. Abertura
- b. Disposições

**Imagem 46:** plano de texto do género *edital* (ED7)

Na nossa perspetiva, a semiconvencionalidade do plano de texto do *edital* decorre do facto de não existir normalização com critérios uniformes neste âmbito (cf. III, 1.1.8.). Isto significa que apesar de existirem instrumentos reguladores destes atos administrativos, existem múltiplos modelos, por vezes, para um só tipo de edital.

Quanto aos géneros com planos de texto convencionais, neste grupo, como mencionado atrás, incluímos a *bula de medicamento*, o *rótulo de embalagem de medicamento*,

o rótulo da embalagem de tabaco e o projeto de lei. Relativamente à *bula de medicamento*, a partir da análise de textos empíricos, constatamos que, embora se observem algumas particularidades que decorrem dos diferentes grafismos adotados e das especificidades dos medicamentos em causa, a disposição e conteúdo das unidades composicionais são significativamente estáveis. Conforme se ilustra no exemplo seguinte, o plano de texto do género *bula de medicamento* apresenta a seguinte configuração.

**1** Folheto informativo: Informação para o utilizador

**2** MERCK

**3** UL-250 250 mg pó para suspensão oral

**4** Saccharomyces boulardii

**5** Leia com atenção todo este folheto antes de começar a tomar este medicamento pois contém informação importante para si.

**6** O que contém este folheto:

**a.** 1. O que é UL-250 e para que é utilizado

**b.** 2. O que precisa de saber antes de tomar UL-250

**c.** 3. Como tomar UL-250

**d.** 4. Efeitos secundários possíveis

**e.** 5. Como conservar UL-250

**f.** 6. Outras informações...

## Peritexto

1. Etiqueta
2. Logótipo
3. Nome do medicamento
4. Forma farmacêutica
5. Informações gerais
6. Índice

## Corpo do texto

- a. 1. O que é... e para que é utilizado...
- b. 2. Antes de tomar...
- c. 3. Como tomar...
- d. 4. Efeitos secundários...
- e. 5. Como conservar...
- f. 6. Outras informações...

Imagens 47 e 48: plano de texto do género *bula de medicamento* (BM6)



As secções acima identificadas estão presentes em todos os textos, verificando-se que tanto o conteúdo das unidades composicionais como a sua disposição no espaço textual são semelhantes, não existindo variabilidade significativa neste âmbito. Esta convencionalidade do plano de texto decorre do facto de o género ser regulado por disposições legais que pré-determinam as unidades composicionais admitidas, o seu conteúdo e a sua disposição.

No respeito ao *rótulo da embalagem de medicamento*, este é um género associado à comercialização de medicamentos, sendo regulado, tal como a *bula*, por várias disposições legais. A partir da análise dos textos empíricos, observa-se que o plano de texto apresenta a seguinte configuração.



#### Frente

1. Nome do medicamento
2. Composição
3. Forma farmacêutica

#### Verso

4. Composição
5. Administração
6. Instruções e advertências
7. N.º de autorização
8. Nome da farmacêutica e contactos

#### Face superior

9. Nome do medicamento; composição
10. Forma farmacêutica

#### Face inferior

11. Lote
12. Validade
13. PVP
14. Código de barras

#### Lateral esquerda

15. Composição
16. forma farmacêutica

#### Lateral direita

17. Composição
18. Forma farmacêutica

**Imagem 49:** plano de texto do género *rótulo de embalagem de medicamento* (EM2)

Conforme se ilustra no exemplo anterior, as unidades composicionais do plano de texto do *rótulo de embalagem de medicamento* estão dispostas por seis superfícies: frente, verso, face superior, face inferior, lateral esquerda e lateral direita. Neste sentido, é o formato tridimensional do suporte que determina a disposição (forma) das unidades composicionais no espaço textual.

Embora, como se mencionou, a disposição dependa das particularidades do formato (dimensões) e dos diferentes grafismos dos rótulos, o conteúdo das unidades composicionais e o modo como são organizadas no espaço textual são relativamente estáveis. A convencionalidade do plano de texto deste género, tal como na *bula*, deriva das disposições que regulam o conteúdo e a organização das unidades composicionais.

No respeito ao *rótulo da embalagem de tabaco*, como vimos, o género é também regulado por determinações legais. No entanto, estas são mais específicas e restritivas do que as que regulam a *bula de medicamento* e *rótulo de embalagem de medicamento*, o que se traduz em características composicionais significativamente estáveis.

Como demos conta anteriormente (cf. III, 1.1.6.), no *rótulo da embalagem de tabaco*, o conteúdo de todas as unidades composicionais e a sua disposição são legislados, ou seja, todas as unidades verbais e não verbais que ocorrem nos exemplares do género são legalmente pré-definidas. Os fortes constrangimentos legais que regulam o género determinam que todos os exemplares inscritos no género contemplem unidades composicionais específicas (cf. III, 3.1.6.), estando estas dispostas no espaço textual em conformidade com as disposições legais. Deste ponto de vista, embora se observem particularidades que decorrem dos grafismos dos rótulos, tal como se observou no rótulo de embalagem de medicamento, o plano de texto do género rótulo de embalagem de tabaco caracteriza-se pela forte estabilidade do conteúdo das unidades composicionais e da sua disposição, devido aos constrangimentos legais que regulam o género. Neste sentido, caso se realizem mudanças nas disposições legais que regulam a rotulagem das embalagens de tabaco, como tem vindo a acontecer na última década, como, por exemplo, a obrigatoriedade de os rótulos conterem imagens combinadas com advertências, essas poderão traduzir-se em alterações nas características composicionais dos textos e do género em que se inscrevem. Em seguida, considerando os textos empíricos analisados, apresenta-se a configuração composicional do plano de texto do *rótulo de embalagem de tabaco*.



#### Frente

1. Advertência
2. Contactos de apoio à cessação tabágica
3. Imagem
4. Logótipo

#### Verso

5. Imagem
6. Advertência
7. Contactos de apoio à cessação tabágica

#### Face superior

8. Marca
9. Logótipo

#### Face inferior

10. Logótipo
11. Preço

#### Lateral esquerda

12. Logótipo
13. Advertência

#### Lateral direita


14. Código de barras
15. Mensagem informativa

**Imagens 50 e 51:** plano de texto do género *rótulo de embalagem de tabaco* (RT2)

Quanto ao *projeto de lei*, este constitui um género mobilizado no âmbito de iniciativas legislativas e, dado o seu carácter normativo, a produção dos textos inscritos no género é regulada pelas orientações vigentes no *Guia prático de regras a observar na redação de atos normativos da Assembleia da República* (cf. III, 1.1.7.). Este guia contempla regras referentes às unidades composicionais, à sua disposição, bem como aos mecanismos de organização textual que devem ser utilizados na sua articulação dos conteúdos no espaço textual (artigos, alíneas, intertítulos, etc.). Neste sentido, embora o *pro-*



*jeto de lei* possa visar a legislação de matérias distintas e, por isso, apresentar especificidades no que respeita ao conteúdo das unidades composicionais, a imbricação da forma e do conteúdo das unidades composicionais concretiza-se de modo homogêneo, evidenciando a convencionalidade do plano de texto. Assim, o plano de texto do género *projeto de lei* apresenta a seguinte configuração composicional.




**2** Projeto de Lei n.º 149 /XIII

**3** Regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de dissolução de uniões de facto e casos similares

**a.** EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Através da Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro, procedeu-se a uma alteração relevante do Código Civil no domínio do Direito da Família que, entre outras matérias, permitiu a agilização dos procedimentos nos casos de divórcio por mútuo consentimento, assegurando que a efetivação da regulação das responsabilidades parentais se possa fazer também nessa sede, desde que exista acordo dos cônjuges. Presentemente, é, pois, possível aos pais casados que, no âmbito de um processo de divórcio por mútuo consentimento integralmente tramitado junto das Conservatórias do Registo Civil, procedam à fixação do acordo sobre o exercício de responsabilidades parentais, minorando os encargos pessoais do processo e agilizando substancialmente os procedimentos, com inegável vantagem face ao regime anterior. A experiência de mais de sete anos de aplicação do regime é reveladora de um balanço francamente positivo da medida, cumprindo um desiderato relevante de desburocratização, com vantagem para os cidadãos e para o Estado.

Tal faculdade, porém, não é reconhecida aos pais não casados que pretendam proceder à regulação das responsabilidades parentais, uma vez que não se abre o caminho dessa regulação por via agilizada na ausência de processo análogo ao do divórcio por mútuo consentimento junto das Conservatórias, seja porque as uniões de facto se dissolvem sem necessidade de formalidades adicionais, seja porque não há resposta expressa e agilizada para a regulação de responsabilidades parentais quando as mesmas não surgem enquadradas em casamentos ou uniões de facto.



**4** Artigo 5.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.


Palácio de São Bento, 31 de março de 2016

**5** Os Deputados,

(Pedro Delgado Alves)

(Ana Catarina Mendes)

(Susana Amador)



Consequentemente, e apesar da clareza das disposições constantes do Código Civil quanto ao regime substantivo a aplicar, fica inviabilizado o recurso às Conservatórias do Registo Civil para este efeito, mesmo havendo pleno acordo dos pais e os interesses dos menores estando devidamente acautelados. Paradoxalmente, nos casos em que nos deparamos com relações jurídico-familiares com menor intensidade de formalidade (o caso da união de facto) ou em que não existe entre os titulares do poder parental qualquer relação jurídico-familiar, o regime de regulação das responsabilidades parentais perante acordo das partes é mais oneroso do que nas situações de divórcio por mútuo consentimento.

Em suma, e apesar da clareza do regime substantivo, ainda recentemente objeto de revisão através da Lei n.º 122/2015, de 1 de setembro, o regime vigente no plano processual obriga nestes casos ao recurso direto aos meios judiciais o que, por sua vez acarreta encargos adicionais para as partes e uma sobrecarga desnecessária para o sistema judicial, ou, alternativamente, a manutenção de situações de resolução informal da regulação das responsabilidades parentais, com menor certeza e segurança jurídica para os menores e suas famílias.

Assim, nos termos das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Partido Socialista abaixo-assinados apresentam o seguinte Projeto de Lei:

**b.** Artigo 1.º

Objeto

A presente lei estabelece o regime de regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de separação de facto, dissolução de união de facto, bem como entre pais não casados nem unidos de facto.

Artigo 2.º

Alteração ao Código Civil

Os artigos 1909.º, 1911.º e 1912.º do Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 67/75, de 19 de fevereiro, 201/75, de 15 de abril, 261/75 de 27 de maio, 561/76, de 17 de julho, 605/76, de 24 de julho, 293/77, de 20 de julho, 496/77, de 25 de novembro, 200-C/80,

## Peritexto

1. Logótipo
2. Título
3. Resumo
4. Local e data
5. Assinaturas

## Corpo do texto

- a. Exposição de motivos
- b. Proposta normativa

Imagens 52, 53 e 54: plano de texto do género *projeto de lei* (PL1)

### 3.2.1.2. Mecanismos de organização textual

Os mecanismos de organização textual (linguísticos, gráficos e pontuação) assumem um papel fundamental na sinalização do plano de texto e as funções que assumem revelam-se textualmente (cf. Rosa *et al.*, 2018). A questão que se coloca agora é saber em que medida a maior ou menor estabilidade do plano de texto determina os mecanismos de organização textual mobilizados e as funções por estes assumidas.

Começando pelos géneros com planos de texto semiconvencionais, nestes, observa-se que os mecanismos de organização textual utilizados são relativamente variáveis, assumindo diferentes funções. No caso do *artigo científico*, como mencionado no ponto anterior, as secções do plano de texto são delimitadas através de intertítulos a negrito, podendo ser numerados ou não. Porém, no interior de cada secção, ocorrem diferentes mecanismos de organização textual com múltiplas funções. Como ilustram os exemplos que apresentamos em seguida, no *artigo científico*, a mudança de topicalização pode ser assegurada por diferentes mecanismos de organização textual. Em ACF1, temos organizadores textuais linguísticos (*em relação, no que diz respeito, ao nível*) a assegurar a mudança de topicalização. Já em ACD2, é sobretudo o espaçamento, a numeração dos pontos e a pontuação que cumprem essa função.

Em relação à automedicação, observa-se que os homens são menos propensos ao consumo de MNSRM comparativamente às mulheres. Este é um resultado comum na literatura sobre utilização de cuidados de saúde com as mulheres a tenderem a procurar mais cuidados de saúde do que os homens<sup>18</sup>. Este efeito é estatisticamente significativo. Os indivíduos que consomem MNSRM são menos propensos ao consumo de MNSRM, o que se compreende por possivelmente terem menos necessidade de recorrer a este tipo de medicamentos e até por algum efeito de substituição entre os medicamentos prescritos e os não prescritos. Novamente há significância estatística deste efeito.

Ao nível das faixas etárias observa-se que os indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos são mais propensos ao consumo deste tipo de medicamentos do que os indivíduos com idade superior a 64 anos. Dentro deste intervalo os mais propensos são os indivíduos com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos e entre os 25 e os 34 anos. Por norma, à medida que a idade aumenta, os indivíduos tendem a ter necessidade de mais cuidados de saúde, inerente à degradação do nível de saúde, o que explica a menor propensão ao consumo de MNSRM, esperando-se um aumento do consumo de MNSRM. As variáveis são estatisticamente significativas, excetuando, o intervalo dos 45 aos 54 anos. Este resultado em relação à idade está em consonância com outros estudos sobre Portugal em que se verificou uma maior prevalência para idades até 49 anos<sup>19</sup>.

Passando agora à análise das NUTS II observa-se que é na Região Norte que existe maior propensão ao consumo de MNSRM relativamente a todas as outras regiões, contudo, os efeitos são significativos apenas nos casos do Alentejo e do Algarve.

Em relação ao estado civil, os solteiros são menos propensos ao consumo de MNSRM do que os

casados. O ser casado tem um impacto positivo sobre o consumo de MNSRM porque o bem-estar do indivíduo casado também influencia o bem-estar do cônjuge e dos restantes membros familiares. Sendo assim, pode existir um incentivo adicional para o consumo de cuidados de saúde em geral incluindo medicamentos<sup>20</sup>.

No que diz respeito ao rendimento do agregado familiar o grupo base utilizado foram os rendimentos superiores a 1500€ por mês e neste nível de rendimento é maior o risco de consumo de MNSRM para fins de automedicação, no entanto, nenhuma das variáveis do rendimento é estatisticamente significativa.

A variável número de consultas não é estatisticamente significativa e sendo o Odds Ratio basicamente igual a 1, os resultados sugerem que o impacto de uma consulta adicional é nulo. Desta forma, não se obtém evidência de qualquer efeito de substituição entre consultas e consumo de MNSRM. Os indivíduos com doenças crónicas são mais propensos ao consumo de MNSRM. O risco de consumo de MNSRM aumenta 100% nos doentes crónicos. Estes doentes estão por regra habituados a gerir as suas doenças e esta capacitação e controlo sobre a própria saúde pode incentivar um consumo mais elevado de MNSRM.

Os fumadores têm mais propensão ao consumo do que os não fumadores. Tal poderá dever-se a uma maior incidência de doenças comuns nos fumadores.

Em relação ao nível de escolaridade, o grupo que corresponde aos indivíduos com licenciatura ou Mestrado ou Doutoramento é o que apresenta maior risco de consumo de MNSRM para fins de automedicação. A população com maior nível de escolaridade tem a capacidade de mais facilmente compreender os folhetos informativos bem como sentir maior segurança em automedicar-se, o que pode

#### 1. Introdução

1.1. Falar da pobreza (e dos pobres) e do seu enquadramento na ordem jurídica constitui um aspecto parcelar de um complexo e multidisciplinar problema, relativamente ao qual, importa reconhecer apesar da crescente relatividade dogmática com que as questões do social vêm sendo tratadas, o direito pode (e deve) desempenhar um papel relevante na sua redução ou eliminação, não obstante os principais meios para tal se situarem em campos que lhe são tecnicamente estranhos.

Esta limitação estruturante não impede, de modo algum, que se coloque a questão de saber se a ordem jurídica encara como deve (ou deveria) o problema na sua dimensão normativa global e se contém os mecanismos realmente possíveis que contribuam para a realização da dignidade da pessoa humana (art. 1º, da CRP) e do direito à igualdade social (arts. 2º e 13º, n.º 1, da CRP), imperativos que formalmente comandam a nossa organização política e social.

Se a privação dos recursos básicos é, antes de mais, um problema da economia, nas sociedades de (relativa) abundância como a nossa, não deixa de ser igualmente (ou mesmo principalmente) um problema de distribuição da riqueza, plano este em que o direito goza de alguma autonomia relativamente à infra-estrutura económica, seja na definição das esco-lhas, seja na fixação dos meios necessários e adequados ao combate à pobreza. Porém, a concretização dessa autonomia está dependente da atitude e interesse dos agentes decisores do direito.

1.2. As nossas considerações têm como referência o mundo ocidental; precisamente por isso, relembro a inquietação manifestada por Jorge Leite quando, a propósito da criação do rendimento mínimo garantido, instituído pela Lei n.º 19 - A/96, de 29-6, se interrogava sobre o porquê de os países ditos ricos terem necessidade de leis daquele tipo<sup>21</sup>.

**Imagens 55 e 56:** mecanismos de organização textual (ACF1 e ACD2)

Além disso, outros mecanismos de organização textual, como é o caso das alíneas nos exemplos que seguem (ACD5), podem funcionar também como marcadores de mudança de topicalização, assinalando a passagem de objeto do discurso e delimitando subsecções dentro de uma secção maior, à semelhança dos pontos numerados do excerto do exemplar anteriormente apresentado (ACD2). Ou seja, a mesma função é assumida por diferentes mecanismos de organização textual e o mesmo mecanismo pode assumir diferentes funções. Por outro lado, no excerto que se segue, observa-se que a integração linear pode ser, simultaneamente, sinalizada através da pontuação, das alíneas e de organizadores textuais linguísticos que marcam a abertura, continuidade e fechamento de uma dada série (*em primeiro lugar, em segundo lugar e em terceiro lugar*).

### 2.2.1. Integração parcial

#### a) Estados Unidos da América

O sistema garantístico norte-americano (aqui assim designado por comodidade linguística) assenta nas ideias fundamentais de antecipação conflitual e de acordo, no sentido em que toda a construção está orientada para a busca de consensos prévios entre o *Fisco* e o contribuinte, em detrimento da sujeição do litígio a apreciação jurisdicional – daí a importância dos *closing agreements*, da *arbitration* e da *mediation*, enquanto mecanismos prévios de evitação e resolução de dissídios em matéria tributária<sup>13</sup>. Porém, quando o desencadeamento desses mecanismos seja inviável, indesejável ou improficuo, a via contenciosa ou jurisdicional surge como a alternativa normal.

No domínio tributário, o edifício garantístico jurisdicional deste ordenamento distribui-se também por diversos patamares, a saber:

- i) o primeiro é constituído pelo Tribunal tributário propriamente dito (*Tax Court*), o qual se afirma como a instância adequada para questionar em sede pós-administrativa — e eventualmente com efeito suspensivo — os actos de liquidação ou actos equiparáveis<sup>14</sup>. Não será despidendo mencionar que este Tribunal, apesar de legalmente fixado em Washington DC, dispõe de salas espalhadas por todo o território<sup>15</sup>.
- ii) O segundo é integrado pelo Tribunal de recurso (*Court of Appeals*), o qual tem competência para proceder à revisão das decisões do *Tax Court*, e cuja jurisprudência é tendencialmente vinculativa para estes<sup>16</sup>.
- iii) Por último, o terceiro patamar é constituído pelo Tribunal supremo (*US Supreme Court*), que é o Tribunal superior de recurso em relação a todas as matérias, incluindo as matérias tributárias, embora a sua intervenção neste domínio não seja reiterada, apenas se admitindo mediante um pedido especial nesse sentido (*writ of certiorari*) ou quando se lhe requerem orientações vinculativas (*binding instructions*) para efeitos de firmar sentidos decisórios<sup>17</sup>.

Como se disse, os patamares jurisdicionais são três:

- i) **em primeiro lugar**, o *Tribunal de première instance*, o qual é um Tribunal de competência genérica (não especializada), na medida em que conhece litígios emergentes de relações jurídicas bastante heterogêneas do ponto de vista substantivo ou material. Com efeito, num quadro alargado, a par de questões relativas ao estado das pessoas, litígios sucessórios, dissolução de pessoas colectivas, expropriações por utilidade pública, responsabilidade civil no domínio da energia nuclear, ou protecção do meio marinho, o dito Tribunal tem competência para resolver litígios de natureza fiscal<sup>18</sup>.
- ii) **Em segundo lugar**, o Tribunal de recurso (*Cour d'appel*), que conhece em segundo grau de jurisdição das decisões proferidas em primeiro grau pelos Tribunais de base acima referidos<sup>19</sup>. Neste ponto, e no que diz respeito ao direito de recurso jurisdicional, torna-se fundamental assinalar que vigora no ordenamento belga uma importante limitação quantitativa: em geral, as decisões dos Tribunais inferiores relativas a causas com um valor que não ultrapasse € 1.860 não são susceptíveis de recurso e são, portanto, emanadas em último grau de jurisdição. Todavia, as decisões proferidas em contencioso fiscal “escapam” a esta restrição e são sempre, deste ponto de vista, recoráveis<sup>20</sup>.
- iii) **Em terceiro lugar**, como última e suprema instância, a *Cour de Cassation*, que se consagra como um Tribunal de recurso com competência igualmente genérica<sup>21</sup>.

Modelos de integração parecidos com o belga são os que a seguir se referirão, embora nestes a integração seja nos Tribunais da ordem jurisdicional administrativa. Referenciaremos sucessivamente os ordenamentos espanhol, francês, e do Reino Unido.

#### b) Espanha

### Imagens 57 e 58: mecanismos de organização textual (ACD5)

Relativamente ao *póster científico*, como referimos no ponto anterior, tal como no *artigo científico*, as secções são também delimitadas através de intertítulos (numerados ou não) que explicitam a etapa do processo de investigação descrito ou o tema objeto de reflexão. Por outro lado, no caso do *póster*, para além de intertítulos, são utilizados outros mecanismos de organização textual gráficos na delimitação e sinalização das secções, designadamente caixas de texto, mais ou menos delimitadas. Como ilustram os exemplos que se seguem, no *póster*, os mecanismos de organização textual que explicitam as secções são essenciais na orientação da leitura dos recetores, tendo em conta que todas as

secções estão numa única superfície textual, numa disposição variável. Além disso, como já mencionado, tendo em conta que o *póster* requer uma exposição sintética e visualmente atrativa, a materialidade linguística dos textos é muitas vezes reduzida, sendo utilizados mecanismos gráficos que possibilitam a sintetização de conteúdos, como, por exemplo, marcas de listagem e esquemas. Como se observa nos excertos seguintes, são estes mecanismos que evidenciam a organização dos conteúdos, assegurando a mudança de topicalização, a enumeração, a apresentação de exemplos, etc.

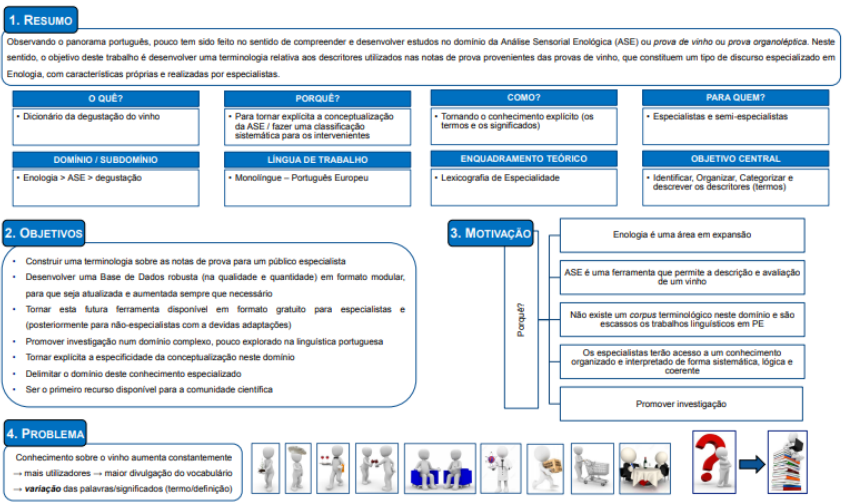


Imagem 59: mecanismos de organização textual (PCL1)

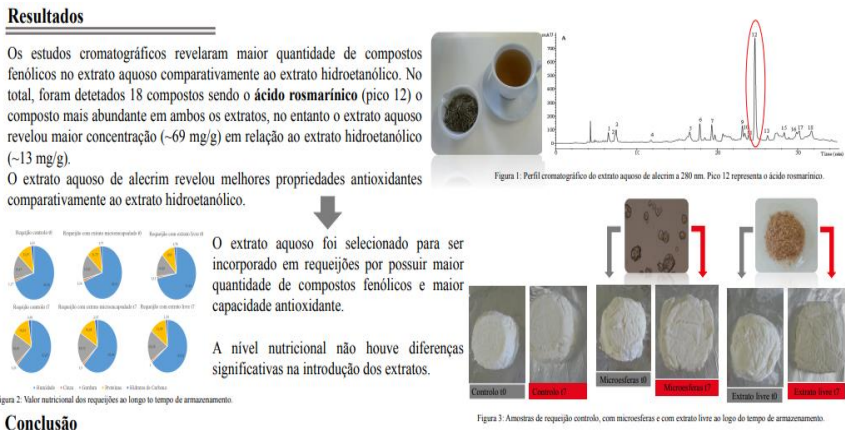


Imagem 60: mecanismos de organização textual (PCA1)

Nos excertos acima apresentados, em PCL1, temos, por exemplo, caixas de texto como marcadores de mudança de topicalização e marcas de listagem como marcadores

enumerativos aditivos. Já em PCA1, entre outros mecanismos, ocorrem barras na horizontal que sinalizam a abertura das secções e uma seta que assume a função de mudança de topicalização e, simultaneamente, orienta o percurso de leitura.

Neste sentido, os mecanismos de organização textual no *póster científico*, apesar de predominantemente gráficos, são relativamente variáveis, pois dependem, em grande medida, entre outros fatores, do *template* selecionado, dos conteúdos tematizados e dos objetivos específicos do trabalho exposto.

Quanto à *chamada de trabalhos*, neste género, as secções em número variável, consoante as informações fornecidas, são sinalizadas através de diferentes mecanismos de organização textual. Como ilustra o excerto abaixo apresentado, em CT1, o negrito e a pontuação (dois pontos) são os mecanismos gráficos que assinalam as diferentes secções, sendo ainda utilizada a numeração como marcador enumerativo aditivo nas secções dedicadas aos painéis temáticos. Noutros exemplares, como em CT10 e CT3, as secções são sinalizadas através de intertítulos a negrito e/ou com sublinhado e/ou maiúsculas, sendo explicitado o conteúdo de cada secção. Em CT10 e CT3, os intertítulos e o espaçamento entre as secções constituem mecanismos gráficos de mudança de topicalização. Além disso, são ainda utilizadas marcas de listagem (CT10) e numeração (CT3) com função enumerativa aditiva.

**Aceitam-se propostas para cada um dos seguintes quatro painéis temáticos, tendo o**

**2º Visconde de Santarém como objecto:** (1) Fontes bio-bibliográficas e iconográficas sobre o 2º Visconde de Santarém; (2) Sociabilidades, instituições e redes científicas em que participou; (3) Impacto dos seus trabalhos na História Diplomática, História Política e História Institucional; (4) Contributos do 2º Visconde de Santarém para a História da Geografia, da História da Cartografia e da Memória dos Descobrimentos.

**Aceitam-se, também, propostas que incidam sobre a Época do Visconde de Santarém (primeira metade do século XIX), nomeadamente:** (1) Conjuntura política; (2) Tradições científicas; (3) Correntes culturais; (4) Relações entre Portugal e a Europa.

Os resumos das propostas (dimensão máxima: 2000 caracteres), juntamente com um breve resumo do percurso académico dos proponentes (dimensão máxima: 1500 caracteres), deverão ser submetidos até 15 de Novembro de 2015, para o mail [coloquio.visconde.santarem@gmail.com](mailto:coloquio.visconde.santarem@gmail.com). A resposta aos proponentes será efectuada até 8 de Dezembro de 2015.

**Línguas de trabalho:** português, inglês, francês e castelhano.

**Comissão Científica:**

#### Áreas Temáticas

- A) Normalização Contabilística e Relato Financeiro
- B) Auditoria
- C) Fiscalidade
- D) Contabilidade e Controlo de Gestão
- E) Finanças Empresariais e Mercados Financeiros
- F) Corporate Governance
- G) Gestão e Organização
- H) Contabilidade e Gestão Ambiental
- I) Setor Público e Setor Não Lucrativo
- J) Novas Tecnologias e Contabilidade
- K) Ensino e Investigação em Contabilidade
- L) História da Contabilidade
- M) Ética e Responsabilidade Social
- N) Outros Temas de Contabilidade e Auditoria

#### Datas Importantes

- 31 de maio** Limite para submissão de trabalhos
- 10 de julho** Notificação da decisão de aceitação dos trabalhos
- 31 de julho** Limite para envio da versão final dos trabalhos
- 11 de setembro** Limite para inscrição de Congressistas com apresentação

**Imagens 61 e 62:** mecanismos de organização textual (CT1 e CT3)



## APRESENTAÇÃO

A conferência internacional *Género na Arte de Países Lusófonos: Corpo, Sexualidade, Identidade, Resistência* integra-se num conjunto de eventos organizados pelo Museu Nacional de Arte Contemporânea - Museu do Chiado (MNAC-MC), pelo Centro de História de Arte e Investigação Artística (CHAIA) da Universidade de Évora (UE) e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL) que têm como objetivo principal debater de um modo transdisciplinar as questões de género no panorama artístico de países lusófonos contemporâneo (século XXI) desafiando assim os modelos tradicionais de produção de conhecimento do Norte Global. Com esta conferência procuramos juntar pessoas de diferentes contextos e proveniências que debatam estas questões de modo a contribuir para a construção de uma plataforma de troca de ideias, de experiências, de oportunidades de criação, de partilha e de solidariedade. As contribuições vindas de académicos, artistas, curadores, activistas, entre outras pessoas que demonstrem interesse em reflectir sobre estes temas são bem-vindas.

## TÓPICOS

Esta conferência pretende reunir pessoas de diferentes países das lusofonias, vindas da academia, do activismo e de outras áreas, para reflectirem e dialogarem, de um modo crítico, transdisciplinar e sistémico, sobre a questão do género no foro da arte e da cultura contemporâneas.

As contribuições devem focar-se na área das artes e da cultura e abordar, entre outras questões relevantes:

- O cruzamento da arte focado no género com perspectivas feministas, LGBTI, queer e pós-coloniais;
- Representações de corporalidades e performatividades que questionam as categorias fixas de sexo, género, identidade sexual e desejo fazendo emergir novos discursos culturais identitários de subjectivação e autodeterminação, assertivos e autónomos;
- O género enquanto dimensão intrinsecamente ligada a outras, como a raça, a orientação sexual, a classe, a cultura, a idade, a (dis)capacidade e a educação, que conjuntamente produzem dinâmicas interaccionais específicas hierarquizadas;

### Imagem 63: mecanismos de organização textual (CT10)

Apesar da relativa flexibilidade do plano de texto do género *chamada de trabalhos*, o uso de mecanismos de organização textual com função enumerativa aditiva é recorrente, embora estes sejam variáveis (numeração, alíneas, marcas de listagem, entre outros). Na nossa perspetiva, esta característica está relacionada com a necessidade de delimitar e explicitar os diversos tipos de informação relacionados com os eventos em causa.

Relativamente ao edital, conforme concluímos no ponto anterior, possui um plano de texto semiconvencional, tendo em conta que o conteúdo das unidades composicionais e a sua disposição variam significativamente, consoante o objeto do edital e o modelo utilizado. Esta flexibilidade do plano de texto traduz-se na ocorrência de diferentes mecanismos de organização textual na sua sinalização. Como se observa nos exemplos que seguem, a mudança de topicalização tanto pode ser assegurada pelo espaçamento entre os blocos textuais (ED1) como através de pontos numerados (ED3).

# EDITAL

Olimpia Noya Portela, Diretora da Alfândega de Viana do Castelo, faz saber que por esta Alfândega corre tramites o processo administrativo de fazendas abandonadas n.º 1/2015 de 11-09-2015, com origem no processo de contraordenação n.º 129/2013, no qual foi constituído Fiel Depositário do veículo automóvel marca Citroen, modelo Picasso 2.0 HDI, matrícula suíça JU46650, chassis n.º VF7CHRYB39653231, **HORÁCIO MANUEL VALADIM PERALTA**, portador do cartão de cidadão n.º 10497156 8 ZY7, NIF 185167071, com última residência conhecida na Avenida António Caldas n.º 105 1.º Frt., 4970-430 Arcos de Valdevez.

O Destacamento Territorial de Arcos de Valdevez da GNR, tendo efetuado repetidas diligências, concluiu pela ausência em parte incerta de **HORÁCIO MANUEL VALADIM PERALTA** e desaparecimento do veículo automóvel marca Citroen, modelo Picasso 2.0 HDI, matrícula suíça JU 46650, chassis n.º VF7CHRYB39653231, confiado à sua guarda na morada de EN 101, n.º 173, Aspas de Sabadim.

Não tendo sido possível alcançar a perfeição das notificações postais e pessoais que foram empreendidas no processo, uma vez que **HORÁCIO MANUEL VALADIM PERALTA** se

## EDITAL ELEIÇÕES

### MEMBROS DO CONSELHO DE REPRESENTANTES

1. No âmbito do artigo 10º do Procedimento eleitoral do Conselho de Representantes está aberto o processo eleitoral para eleição dos **representantes dos docentes** no Conselho de Representantes.
2. Até 28 de Fevereiro devem ser apresentadas ao Presidente da Comissão Eleitoral do Conselho de Representantes as listas concorrentes, de acordo com o estipulado no artigo 9º do Procedimento eleitoral, contendo a indicação e ordenação dos 9 candidatos efetivos e respetivos suplentes.
3. Os proponentes de cada lista devem identificar no ato da entrega da lista o seu mandatário e respetivo suplente.
4. O ato eleitoral terá lugar no dia 11 de Março de 2014, abrindo as urnas às 10h00m e encerrando às 19h00m.
5. A comissão eleitoral será presidida pelo Professor Carlos Nuno e constituída por este e pelos mandatários de cada lista.

### Imagens 64 e 65: mecanismos de organização textual (ED1 e ED3)

Já nos exemplos que seguem (ED4 e ED7), a sinalização do plano de texto, designadamente na abertura e fecho das secções, é assegurada pelo uso de negrito e pontuação, destacando-se ainda as diversas marcas de listagem que assumem a função de organizadores enumerativos aditivos.

**EDITAL**

Doutor José Artur de Sousa Martinho Simões, Professor Catedrático e Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, faz saber, relativamente às Provas de Doutoramento no ramo de Informática, Especialidade de Engenharia Informática, da mesma Faculdade, requeridas pelo **Mestre Miguel Ângelo Leal da Costa**, que:

1) – O júri das referidas provas é constituído por:

**Presidente:**

- Doutor Luís Miguel Parreira e Correia, Professor Associado com Agregação e Presidente do Departamento de Informática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Presidente do júri por subdelegação de competências;

**Vogais:**

- Doutor Klaus Berberich, *Senior Researcher* *Max-Planck-Institut für Informatik* (Alemanha);
- Doutor Alípio Mário Guedes Jorge, Professor Associado Faculdade de Ciências da Universidade do Porto;

Ricardo João Barata Pereira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil

**FAZ PÚBLICO**, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em conjugação com o disposto no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, que por proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião de 16/08/2016, a **Assembleia Municipal de Arganil** em sessão realizada a 03/09/2016, deliberou, nos termos do disposto nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) aprovado pelo Decreto de Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua atual redação, fixar para aplicar no ano de 2017, a seguinte **Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis**:

Prédios urbanos: 0,375%

Com as seguintes reduções:

- ✓ Redução de 20€ para as famílias com um dependente a seu cargo;
- ✓ Redução de 40€ para as famílias com dois dependentes a seu cargo;
- ✓ Redução de 70€ para as famílias com três dependentes a seu cargo.

### Imagens 66 e 67: mecanismos de organização textual (ED4 e ED7)

Passando agora aos géneros com planos de texto convencionais, nestes, conforme demos conta no ponto anterior, as unidades composicionais e a sua disposição são relativamente estáveis.

O plano de texto da *bula de medicamento* é assinalado através de mecanismos de organização textual específicos, destacando-se, em primeiro lugar, os intertítulos a negrito que evidenciam as secções, anunciando a sua abertura e explicitando os conteúdos tematizados nas mesmas.

**1. O que é Cêgripe® e para que é utilizado**

Se não se sentir melhor ou se piorar após 3 dias, tem de consultar um médico.

Cêgripe® é uma associação de paracetamol que reduz a febre e alivia a dor e de clorfeniramina que ajuda a reduzir o corrimento nasal, o lacrimejar e os espirros. Cêgripe® está indicado no tratamento sintomático de síndromes gripais e constipações.

**2. O que precisa de saber antes de tomar Cêgripe®**

**Não tome Cêgripe®:**

- Se tem alergia (hipersensibilidade) às substâncias ativas ou a qualquer outro componente deste medicamento (indicados na secção 6);
- Em caso de doença hepática ou renal;
- Se está em tratamento com antidepressivos (ver "Outros medicamentos e Cêgripe®");
- Em crianças com idade inferior a 12 anos ou com peso inferior a 30 Kg.

o intestino ou bexiga, para tratar a doença de Parkinson ou para prevenir o enjoo do movimento), anticoagulantes orais derivados da cumarina ou da indanodiona, β-bloqueantes, propranolol, carvão ativado, contraceptivos orais, diuréticos de ansa, probenecid e zidovudina.

Se está em tratamento com algum destes medicamentos deve consultar o seu médico ou farmacêutico antes de tomar Cêgripe®.

O paracetamol que é um constituinte deste medicamento pode potenciar a toxicidade do cloranfenicol.

Se está em tratamento com outros medicamentos, consulte o seu médico ou farmacêutico antes de tomar Cêgripe®.

**Cêgripe® com alimentos, bebidas e álcool**

A toma deste medicamento com álcool pode potenciar os efeitos sedativos do álcool ou dos anti-histamínicos sobre o Sistema Nervoso Central. Portanto, não deve tomar bebidas alcoólicas enquanto durar o tratamento.

A utilização do paracetamol em doentes que consomem habitualmente bebidas alcoólicas (três ou mais bebidas por dia) pode provocar lesões hepáticas.

**Imagem 68:** mecanismos de organização textual (BM2)

Em segundo lugar, a pontuação, as marcas de listagem, o negrito e o espaçamento são os mecanismos que asseguram a organização dos conteúdos dentro de cada secção. As marcas de listagem assumem, na maioria dos casos, a função de organizadores enumerativos aditivos. Já o negrito e o espaçamento são os mecanismos que asseguram a mudança de topicalização, entre secções e dentro destas, conforme o exemplo seguinte.

**2. ANTES DE TOMAR PANADOL EXTRA**

**Não tome Panadol Extra**

- ✓ Se for alérgico ao paracetamol, à cafeína, ou qualquer um dos outros ingredientes da formulação mencionados anteriormente;
- ✓ Se sofrer de problemas renais ou hepáticos graves;
- ✓ Não use Panadol Extra em crianças com menos de 12 anos.

**Tome especial cuidado com Panadol Extra**

Não use doses maiores que as recomendada a não ser por expressa indicação do médico:

- ✓ Consulte o seu médico no caso de sofrer de problemas renais ou hepáticos. Se os sintomas persistirem procure aconselhamento médico.

**Ao tomar Panadol Extra com outros medicamentos**

- ✓ Informe o seu médico ou farmacêutico se estiver a tomar ou tiver tomado recentemente outros medicamentos, incluindo medicamentos obtidos sem receita médica.
- ✓ Não tome Panadol Extra em conjunto com outros medicamentos contendo paracetamol. Pode encontrar paracetamol em medicamentos utilizados para alívio da dor, febre, dor de cabeça ou sintomas de gripe ou constipações.
- ✓ Antes de tomar este medicamento deve consultar o seu médico se estiver a tomar varfarina ou outros medicamentos cumarínicos usados como anticoagulantes.

**Ao tomar Panadol Extra com alimentos e bebidas**

Este medicamento contém cafeína. Deve evitar beber demasiadas bebidas contendo cafeína (chá, café) enquanto toma Panadol Extra. Doses elevadas de cafeína podem resultar em insónias, agitação e sensação desconfortável no peito devido à elevada frequência cardíaca.

**Imagem 69:** mecanismos de organização textual (BM1)



Relativamente ao plano de texto do *rótulo de embalagem de medicamento*, como referido no ponto anterior, a disposição das unidades composicionais depende, em grande medida, das particularidades do formato. Neste sentido, o formato constitui um mecanismo de organização textual, pois como ilustram os exemplos seguintes, é este que segmenta e dá a ver a organização dos conteúdos no espaço textual, evidenciando assim a configuração do plano de texto. Além disso, nestas seis secções, que correspondem às faces do formato, temos subsecções evidenciadas através dos espaços em branco, do grafismo, do tipo, cor e tamanho da letra, sendo, assim, estes mecanismos que asseguram a mudança de topicalização.



**Imagem 70:** mecanismos de organização textual (EM1)



**Imagem 71:** mecanismos de organização textual (EM2)

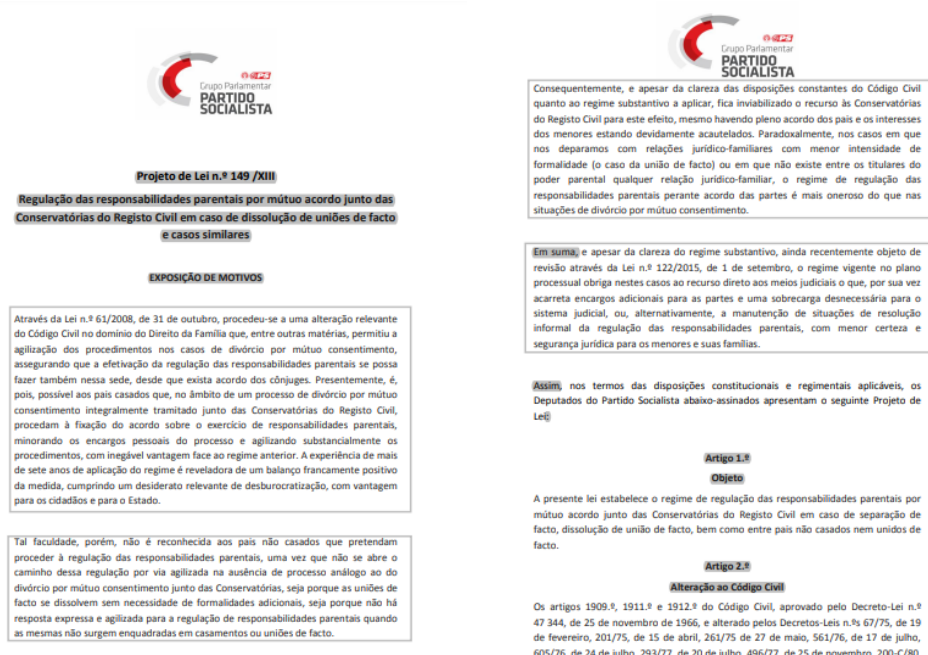
Tal como no *rótulo de embalagem de medicamento*, no plano de texto do género *rótulo de embalagem de tabaco*, o formato constitui um mecanismo de organização textual, segmentando e evidenciando a organização dos conteúdos no espaço textual. Por outro lado, em cada uma das superfícies do formato, também identificamos subsecções graficamente delimitadas através de caixas de texto, imagens, espaços em branco, sendo que as dimensões e características destes mecanismos estão legalmente pré-definidas. Esta delimitação gráfica das unidades composicionais distribuídas pelas superfícies do formato constitui um mecanismo que assume a função de mudança de topicalização.



**Imagem 72:** mecanismos de organização textual (RT1)

Relativamente ao género *projeto de lei*, o plano de texto caracteriza-se pela estabilidade da disposição das unidades composicionais no espaço textual, sendo evidenciado por mecanismos de organização textual específicos. A primeira secção do corpo do texto é sinalizada através do intertítulo *exposição de motivos*, anunciando a sua abertura. Nesta secção, os conteúdos estão distribuídos por blocos textuais em número variável, sendo delimitados através do espaçamento. No exemplo abaixo, o fecho da secção *exposição de motivos* é anunciado através do mecanismo de organização textual linguístico *em suma*, assumindo a função de marcador de integração linear, dado que assinala o fecho da secção. Em seguida, temos a pontuação (dois pontos) e o mecanismo linguístico *assim* que anunciam a abertura da secção do corpo de texto, constituindo marcadores de integração

linear<sup>90</sup>. Já na segunda secção do corpo texto, na qual se expõe a proposta normativa, os conteúdos são delimitados através de artigos numerados, de intertítulos que explicitam o âmbito do artigo e do espaçamento, como ilustram os excertos seguintes. Em conformidade com as disposições que constam no *Guia prático de regras a observar na redação de atos normativos da Assembleia da República*, os artigos em número variável estão subdivididos em números e alíneas.



**Imagens 73 e 74:** mecanismos de organização textual (PL1)

Neste ponto, tendo como ponto de partida a análise dos textos empíricos, discutimos a convencionalidade dos planos de texto dos géneros considerados, seguindo-se as particularidades genéricas dos mecanismos de organização textual. Para tal, num primeiro momento, partimos da dicotomia conteúdo (das unidades composicionais) e forma (disposição), observando como é que estes geram os planos de texto dos géneros considerados. Neste sentido, no grupo dos géneros com planos semiconvencionais, incluímos o

<sup>90</sup> O mecanismo de organização textual linguístico *assim* é utilizado em todos os exemplares do género, neste momento específico do plano de texto, como marcador de integração linear. Neste sentido, embora seja tido como marcador de exemplificação na categorização de Adam (1999), no *projeto de lei* assume uma função distinta, demonstrando que o funcionamento dos organizadores textuais depende do texto em si (Rosa *et al.*, 2018), mas também do género em que se inscreve o texto.

*artigo científico*, o *póster científico*, a *chamada de trabalhos* e o *edital*, seguindo-se os géneros com planos convencionais, a *bula de medicamento*, o *rótulo de embalagem de medicamento* e o *projeto de lei*, embora as fronteiras entre estes dois grupos sejam ténues, pois nenhum dos géneros revelou ocasionalidade significativa. No entanto, a partir da análise efetuada, complementada com exemplos, observou-se que os planos de texto convencionais pertencem aos géneros que mais são influenciados pela atividade legislativa, isto é, géneros em que a produção dos textos é regulada por constrangimentos legais. Por outro lado, dentro do grupo dos géneros com planos semiconvencionais, destacamos, por um lado, os géneros *artigo científico* e *póster científico*, cujas características composicionais dependem de vários fatores (área científica, diretrizes das revistas, objetivos dos autores, entre outros) e, por outro, a *chamada de trabalhos*, género que apresenta um plano de texto bastante flexível, devido ao facto de este não ser formalmente regulado, existindo alguma liberdade na escolha do conteúdo das unidades composicionais e da sua disposição e, por fim, o *edital*, no qual, apesar de ser regulado, tanto o facto de o género poder cumprir múltiplas finalidades específicas como a ausência de critérios uniformes fazem com que o plano de texto seja bastante maleável.

Quanto aos géneros com planos convencionais, destacamos o *rótulo de embalagem de medicamento* e o *rótulo de embalagem de tabaco*, pois apesar das especificidades dos formatos do suporte, particularmente no caso da embalagem de medicamento, dado que foram considerados diferentes tipos de embalagem, ao contrário das embalagens de tabaco, os géneros apresentam um plano de texto convencional, sendo evidente a influência dos constrangimentos legais no conteúdo das unidades composicionais e na sua disposição. No entanto, no caso do *rótulo de embalagem de tabaco*, as disposições legais que regulam os textos são mais específicas e restritivas e isso evidencia-se na significativa estabilidade das características composicionais do plano de texto. Relativamente à *bula de medicamento*, tal como nos rótulos, a convencionalidade do plano de texto decorre do facto de o género ser regulado por várias disposições legais, observando-se uma significativa estabilidade, tanto no conteúdo das unidades composicionais como na sua disposição. Já o *projeto de lei* é um género cuja produção dos textos está normalizada, sendo guiada por critérios específicos que regulam a disposição das unidades composicionais e a articulação destas no espaço textual.

Neste sentido, concluímos que a convencionalidade do plano de texto depende do género, do seu funcionamento social e, mais especificamente, do modo como as atividades o influenciam, dado que uma mesma atividade pode ter uma influência distinta, consoante o género, como no caso da influência da atividade legislativa nos géneros *edital* e *rótulo de embalagem de tabaco*. Por outro lado, em alguns géneros, em que não existe um sistema hierárquico de atividades no qual todas as restantes estão subordinadas a uma atividade, como é caso do *artigo científico* e *póster científico*, a flexibilidade do plano de texto decorre do facto de os géneros serem influenciados por múltiplas atividades que interagem e se condicionam mutuamente. Por fim, num segundo momento, demonstrámos que o grau de convencionalidade do plano de texto se reflete nos mecanismos de organização textual mobilizados, sendo mais previsíveis nos géneros com planos de texto convencionais e mais variáveis nos géneros com planos semiconvencionais. Em suma, são estes mecanismos que asseguram a imbricação da forma e do conteúdo no espaço textual, dando a ver o plano de texto.

### 3.2.2. Tipos discursivos

Neste ponto, procuramos dar conta das particularidades genéricas dos tipos discursivos, considerando a sua ocorrência no plano de texto, as modalidades de articulação e variantes e a sua configuração linguística.

Como seria expectável, nenhum dos quatro tipos discursivos é exclusivo de um género, sendo que os tipos teórico e interativo ocorrem em todos os géneros. Além disso, importa sublinhar que, por um lado, o tipo narração não ocorre nos géneros *rótulo de embalagem de medicamento* e *rótulo de embalagem de tabaco* e, por outro, o relato interativo só ocorre nos géneros *artigo científico* e *póster científico*.

	Teórico	Interativo	Narração	Relato interativo
<i>Artigo científico</i>	✓	✓	✓	✓
<i>Póster científico</i>	✓	✓	✓	✓
<i>Chamada de trabalhos</i>	✓	✓	✓	
<i>Bula de medicamento</i>	✓	✓	✓	
<i>Rótulo de embalagem de medicamento</i>	✓	✓		
<i>Rótulo de embalagem de tabaco</i>	✓	✓		
<i>Projeto de lei</i>	✓	✓	✓	
<i>Edital</i>	✓	✓	✓	

**Quadro 85:** géneros de texto e tipos discursivos

Neste sentido, embora a identificação dos tipos discursivos, por si só, não possibilite a distinção dos géneros, já podemos observar que alguns géneros tendem a contemplar tipos específicos, sendo mais ou menos restritivos neste âmbito, tendo em conta que temos, por um lado, géneros que admitem os quatro tipos discursivos, como é o caso do *artigo científico* e *póster científico* e, por outro, géneros que admitem apenas dois tipos discursivos, como é o caso do *rótulo de embalagem de medicamento* e o *rótulo de embalagem de tabaco*, nos quais ocorrem apenas os tipos teórico e interativo. Porém, sem nos

determos por agora na quantificação, pois será efetuada no próximo ponto, importa sublinhar que os tipos teórico e interativo são os únicos que ocorrem em todos os exemplares dos oito géneros, sendo que a ocorrência dos restantes é variável.

Quanto à ocorrência dos tipos discursivos ao nível do plano de texto, observa-se que o grau de convencionalidade do plano de texto traduz-se numa maior ou menor previsibilidade na ocorrência dos tipos discursivos, ou seja, por um lado, nos géneros com planos de texto semiconvencionais, a ocorrência dos tipos discursivos é variável e, por outro, nos géneros com planos convencionais, a ocorrência dos tipos discursivos é mais estável.

Começando pelos géneros com planos semiconvencionais, no caso do *artigo científico* e *póster científico*, observou-se que as características do plano de texto dependem, em grande medida, das práticas de investigação adotadas, sendo mais previsível nas áreas do tipo experimental e menos nas áreas em que se privilegia a tematização de investigações de natureza reflexiva e ensaística. Embora os diferentes modos de fazer Ciência estejam previsivelmente associados a áreas específicas, vimos que as práticas de investigação adotadas dependem também dos objetivos dos autores dos textos, podendo, assim, ser também privilegiada a tematização de uma investigação de cunho reflexivo em áreas tipicamente experimentais. Neste sentido, o plano de texto destes géneros é relativamente flexível, ou seja, a distribuição das unidades composicionais é variável. Apesar de não ser possível determinar os momentos dos planos em que ocorrem os tipos discursivos, pois a configuração composicional é variável, observa-se que a sua ocorrência não é totalmente aleatória, estando associada à tematização de conteúdos específicos, como se ilustra e sintetiza nos quadros que se seguem.

Teórico	<p><i>Este estudo tem como objetivo determinar os fatores que contribuem para o consumo de medicamentos não sujeitos a receita médica em Portugal. Esta análise usa dados provenientes do 4º Inquérito Nacional de Saúde e o modelo aplicado é o modelo de regressão logística múltipla. A variável dependente é dicotómica: toma/não toma MNSRM. (ACF1)</i></p> <p><i>No presente artigo, procura-se empreender um estudo comparativo, de natureza científica, entre o sistema português de justiça tributária e alguns sistemas estrangeiros que com o mesmo apresentem alguma familiaridade substantiva. (ACD5)</i></p>	<p>Descrição do processo de investigação (ACF) Explicitação do tema objeto de reflexão (ACD)</p>
---------	--	--

<b>Interativo</b>	<i>Já no caso dos fumadores e dos doentes crónicos, observamos um maior risco de consumo, tal como para a automedicação. (ACF1)</i> <i>Poderemos falar assim de uma completa, harmónica, e articulada regulação das relações privadas internacionais na União Europeia e, em especial, no âmbito das relações familiares e sucessórias? Terá sido cumprido o “sonho” de Savigny? (ACD3)</i>	Implicação no processo de investigação (ACF)  Problematização/tomada de posição/expressão de pontos de vista (ACD)
<b>Narração</b>	<i>Os resultados foram tratados em SPSS, versão 19.0, utilizando análise estatística bivariada (testes de t-Student e qui-quadrado) e trabalhando com um intervalo de confiança a 95 por cento. (ACF4)</i> <i>Entre a segunda metade do sec. XVI e o século XVII, a pobreza assumiu na Europa uma tal amplitude ao ponto de ser objecto da intervenção dos poderes instituídos. (ACD2)</i>	Enquadramento do processo de investigação (ACF) Enquadramento teórico/histórico do tema (ACD)
<b>Relato interativo</b>	<i>Para avaliar a associação entre as diversas variáveis e o consumo de MNSRM recorremos à regressão logística múltipla. (ACF1)</i> <i>Quando decidi prosseguir os estudos na área do Direito Constitucional, escolhi um objecto ao mesmo passo clássico mas, ainda, problemático – o estatuto constitucional do Presidente da República, aquela instituição que, entre muitos outros epítetos, foi já apelidada de “camaleónica”. (ACD1)</i>	Implicação no processo de investigação que se contextualiza (ACF) Implicar o autor no tema objeto de reflexão que se contextualiza (ACD)

**Quadro 86:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados no *artigo científico*

Neste sentido, no *artigo científico*, o tipo teórico está associado à descrição do processo de investigação, no caso dos exemplares de Ciências Farmacêuticas, ou à explicitação do tema objeto de reflexão, nos exemplares de Direito. Já o tipo interativo, nos exemplares de Ciências Farmacêuticas, é privilegiado na implicação dos autores no processo de investigação, nos textos de Direito, na tomada de posição/expressão de pontos de vista. Quanto à ocorrência do tipo narração, nos artigos de Ciências Farmacêuticas, está associada ao enquadramento do processo de investigação e, nos textos de Direito, ao enquadramento histórico/teórico do tema objeto de reflexão.

Relativamente à ocorrência pontual do relato interativo, este tipo é privilegiado nas secções introdutórias, na implicação dos autores no processo de investigação (ACF) ou no tema objeto de reflexão que se contextualiza (ACD).

<b>Teórico</b>	<i>A crescente urbanização tem aumentado as superfícies impermeáveis e reduzido as áreas verdes, tendo como consequência o aumento do escoamento de águas pluviais, agravando as cheias nos grandes centros urbanos (Zhang et al., 2013). As coberturas verdes são uma das estruturas implementadas para amenizar esse problema, pelo armazenamento da</i>	Enquadramento da investigação (PCA/PCL)
----------------	--	---



	<p><i>precipitação e utilização de uma parte da água no processo de evapotranspiração das plantas, reciclando dessa forma 45% de toda a precipitação (Kolb et al., 2014). (PCA2)</i></p> <p><i>Observando o panorama português, pouco tem sido feito no sentido de compreender e desenvolver estudos no domínio da Análise Sensorial Enológica (ASE) ou prova de vinho ou prova organoléptica. (PCL1)</i></p>	
<b>Interativo</b>	<p><i>Agradecemos à Cesaltina Carvalho, à Donzília Costa e à Helena Carvalho, pela ajuda na instalação do ensaio suportado por este estudo. (PCA3)</i></p> <p><i>Como?/Porquê? (PCL1)</i></p>	<p>Agradecimentos/impli- cação no processo de investigação (PCA) Problematização (PCL)</p>
<b>Narração</b>	<p><i>Neste caso, quanto maior foi o aumento de precipitação, menor retenção se obteve com os dois tratamentos analisados. (PCA2)</i></p> <p><i>A aplicação de Si facilitou, mesmo sob stresse hídrico, a absorção contínua de água. (PCA3)</i></p> <p><i>Até determinada altura, nenhum elemento de NEG 2 podia expressar sozinho negação (o não pré-verbal - NEG1- era obrigatório): (PCL5)</i></p>	<p>Descrição do processo de investigação (PCA) Enquadramento teórico /histórico do tema (PCL)</p>
<b>Relato interativo</b>	<p><i>Por razões operacionais, designámos o conjunto destes elementos contextuais de substrato por constante nomológica, na medida em que se torna absolutamente necessário tê-los presentes para se obter a expressão modal da proposição compatível com o contexto em que é produzida.</i></p> <p><i>III. Nesta tipologia de textos jurídicos, vimos que o verbo poder opera valores de obrigação ou necessidade (forte) quando utilizado em estruturas semelhantes aos modelos apresentados em (2) e (3), apesar de ser tradicionalmente tido como um 'modal fraco'. (PCL2)</i></p>	<p>Implicação na investigação</p>

**Quadro 87:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados no *póster científico*

No *póster científico*, o tipo teórico é privilegiado no enquadramento da investigação. Já o tipo interativo ocorre de forma pontual nas secções introdutórias e de fecho, designadamente na problematização inicial e na secção agradecimentos. Relativamente à narração, este tipo é privilegiado nos momentos dedicados à descrição do processo de investigação, no caso dos exemplares de Ciências Agrárias, e no enquadramento teórico /histórico do tema, nos textos de Linguística. Quanto ao relato interativo, observou-se apenas uma ocorrência, sendo em fusão com o tipo teórico, no momento em que se tematiza a implicação na investigação tematizada.

Na *chamada de trabalhos*, dada a flexibilidade do plano de texto, a ocorrência dos tipos discursivos é relativamente variável. O tipo teórico, predominante em todos os

exemplares, é privilegiado na tematização de informações de ordem vária, sendo, por isso, difícil associar a sua ocorrência a conteúdos específicos. Relativamente ao tipo narração, observa-se que é privilegiado, por um lado, na contextualização teórica/histórica dos temas dos eventos e, por outro, na tematização de ações futuras relacionadas com os eventos em causa. Quanto ao tipo interativo, este pode estar associado à implicação dos emissores nas informações expostas ou dos recetores (eventuais interessados).

<b>Teórico</b>	<i>As propostas devem ser enviadas para: Dahan.Center@mail.biu.ac.il Dahan Center, Bar-Ilan University, Ramat Gan 5290002, ISRAEL</i> <i>As comunicações podem ser apresentadas em Inglês, Português, Espanhol e Hebraico. (CT6)</i>	Tematização de informações diversificadas
<b>Interativo</b>	<i>Contamos com o vosso interesse em participar nesta conferência (...) (CT6)</i> <i>Concretamente, de que modo gerem os profissionais estes constantes desafios de adaptação? Assume a comunicação um papel decisivo para o sucesso destas mudanças quotidianas? Como se refletem nas práticas diárias de secretários e assessores as exigências associadas à multiculturalidade em que se ancoram as atuais sociedades? (CT9).</i> <i>Por favor envie resumos ou propostas em português - até 250 palavras para resumos individuais e até 500 palavras para propostas de painéis -, uma nota biográfica curta (até 50 palavras) e o seu contacto (...). (CT10)</i>	Implicação dos emissores nas informações expostas e dos recetores (eventuais interessados) em instruções específicas.
<b>Narração</b>	<i>A Europa influenciou e foi influenciada, observou e foi observada por um reino geograficamente periférico, mas onde as convulsões internas andaram a par de movimentos culturais e científicos, académicos e periodísticos muito ricos e diversos (...) (CT1)</i> <i>Será publicado na web um livro de resumos das comunicações apresentadas na conferência. Posteriormente à conferência, todos os oradores serão chamados a submeter um artigo que será sujeito a revisão cega por pares. Os artigos seleccionados serão publicados num número especial da revista Faces de Eva (indexada na SciELO e na LATINDEX). (CT10)</i>	Contextualização teórica/histórica dos temas dos eventos / tematização de ações futuras relacionadas com os eventos em causa

**Quadro 88:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados na *chamada de trabalhos*

Quanto ao *edital*, tal como a *chamada de trabalhos*, o tipo teórico é privilegiado na tematização de informações diversificadas. Já o tipo interativo ocorre pontualmente, sendo privilegiado nas secções de abertura e fecho do plano, mais especificamente nos logótipos e assinaturas que remetem para as entidades e pessoas que assumem a publicação do edital. Relativamente ao tipo narração, ocorre na tematização de factos passados

e ações futuras relevantes para os editais em causa, ou seja, está também associado a conteúdos muito diversificados.

<b>Teórico</b>	<p><i>No âmbito do artigo 10º do Procedimento eleitoral do Conselho de Representantes está aberto o processo eleitoral para eleição dos representantes dos docentes no Conselho de Representantes. (ED3)</i></p> <p><i>3 - O ato público de defesa da tese realiza-se no dia 04 de dezembro de 2014, pelas 10h30, na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. A duração total não deve exceder as 2 horas e 30 minutos, dispondo o candidato de tempo igual ao das intervenções dos membros do júri; (ED4)</i></p>	Tematização de informações diversificadas
<b>Interativo</b>	Logótipos, datas e assinaturas	Abertura e fecho do plano de texto
<b>Narração</b>	<p><i>4. O ato eleitoral terá lugar no dia 11 de Março de 2014, abrindo as urnas às 10h00m e encerrando às 19h00m.</i></p> <p><i>5. A comissão eleitoral será presidida pelo Professor Carlos Nuno e constituída por este e pelos mandatários de cada lista. (ED3)</i></p> <p><i>Foi determinada a prorrogação do prazo de consulta pública, por mais trinta dias, do pedido de Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM) para a realização de sondagem de pesquisa no deep offshore da Bacia do Alentejo. (ED10)</i></p>	Tematização de factos passados e ações futuras relevantes para os editais em causa

**Quadro 89:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados no *edital*

Passando agora à ocorrência dos tipos discursivos nos géneros com planos convencionais, verifica-se que ela é um pouco mais regular e previsível. No género *bula de medicamento*, o tipo teórico é privilegiado nos momentos dedicados à tematização informações e recomendações gerais relativas ao medicamento e o tipo interativo ocorre nos momentos em que são tematizadas instruções específicas para os utilizadores. Além disso, temos a ocorrência pontual do tipo narração, no final do plano de texto, na tematização da data de revisão do folheto.

<b>Teórico</b>	<i>O IBUPROFENO FARMOZ contém ibuprofeno, substância ativa que pertence ao grupo dos anti-inflamatórios não esteroides (AINE), que atuam aliviando a dor, reduzindo a inflamação/edema e a febre. (...) Está também indicado na redução da febre com duração inferior a 3 dias, nomeadamente em caso de gripe ou constipação. (BM9)</i>	Informações e recomendações gerais
<b>Interativo</b>	<i>Utilize este medicamento exatamente como está descrito neste folheto, ou de acordo com as indicações do seu médico ou farmacêutico. Fale com o seu médico ou farmacêutico se tiver dúvidas. (...) Se lhe parecer que o efeito de Mebocaína Forte é demasiado forte ou demasiado fraco, fale com o seu médico ou farmacêutico. (BM3)</i>	Instruções específicas para os utilizadores
<b>Narração</b>	<i>Este folheto foi revisto pela última vez em setembro de 2012. (BM5) Este folheto foi revisto pela última vez em janeiro 2013. (BM6)</i>	No final do plano de texto (data de revisão do folheto)

**Quadro 90:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados na *bula de medicamento*

No género *rótulo de embalagem de medicamento*, ocorrem apenas dois tipos discursivos: o tipo teórico, tal como na *bula*, aparece associado à tematização de informações e recomendações gerais; o tipo interativo, cuja ocorrência é pontual, está associado ao nome das farmacêuticas e instruções específicas para os utilizadores.

<b>Teórico</b>	<i>Consultar o folheto informativo antes de utilizar. (EM1/EM2/EM3/EM4/EM5/EM7/EM8/EM9) Ver folheto incluso (EM10) Manter fora da vista e do alcance das crianças. (EM1/EM2/EM3/EM4/EM5/EM6/EM7/EM8/EM9/EM10)</i>	Informações e recomendações gerais
<b>Interativo</b>	<i>GlaxoSmithKline (EM1); Zambom (EM2); Medinfar (EM3); Ratiopharm (EM4);  Para mais instruções, consulte o folheto informativo. (EM1)  Não utilize paracetamol sem consultar o seu médico ou dentista se tiver problemas com o álcool ou lesões no fígado ou se utilizar outros medicamentos para as dores que contenham paracetamol. (EM4)</i>	Nome das farmacêuticas e instruções específicas para os utilizadores

**Quadro 91:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados no *rótulo de embalagem de medicamento*

Quanto ao *rótulo de embalagem de tabaco*, também neste género temos a ocorrência exclusiva dos tipos teórico e interativo, estando associados a conteúdos específicos: o tipo teórico é privilegiado na tematização de mensagens informativas e advertências gerais; o tipo interativo está associado às advertências específicas para o consumidor.

Teórico	<p><i>O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro. (RT1-RT10)</i></p> <p><i>Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou www.dgs.pt (RT1-RT10)</i></p> <p><i>Fumar mata – deixe já. (RT1-RT10)</i></p> <p><i>Fumar provoca ataques cardíacos (RT1)</i></p> <p><i>Fumar agrava o risco de cegueira (RT2)</i></p>	Mensagens informativas e advertências gerais
Interativo	<p><i>Deixe de fumar já – pense em quem gosta de si (RT9)</i></p> <p><i>Fumar pode matar o seu filho antes de ele nascer (RT10)</i></p> <p><i>Mantenha Portugal limpo (RT4, RT5, RT7)</i></p>	Advertências específicas para o consumidor

**Quadro 92:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados no *rótulo de embalagem de tabaco*

Relativamente ao *projeto de lei*, neste género, ocorrem os tipos teórico, interativo e narração. O tipo teórico, embora ocorra e predomine nas duas secções do corpo do texto, é o único tipo que ocorre na tematização da proposta normativa. Quanto ao tipo interativo, ocorre, predominantemente, no início e final do plano de texto, nos logótipos peritextuais que explicitam o partido que assume a proposta normativa e nos segmentos que remetem para a(s) pessoa(s), espaço, momento de produção (local, data e assinaturas).

Teórico	<p><i>A presente lei estabelece o regime de regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de separação de facto, dissolução de união de facto, bem como entre pais não casados nem unidos de facto. [...] O presente diploma entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação. (PL1)</i></p> <p><i>A presente lei procede à alteração da Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que define as medidas de apoio social às mães e pais estudantes. (PL2)</i></p>	Proposta normativa
---------	---	--------------------

Interativo	<i>Palácio de São Bento, 31 de março de 2016 Os Deputados, (Pedro Delgado Alves) (...) (PL1)</i>	Predominantemente, no início e fim do plano de texto (logótipo, datas, assinaturas)
Narração	<i>Através da Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro, procedeu-se a uma alteração relevante do Código Civil no domínio do Direito da Família que, entre outras matérias, permitiu a agilização dos procedimentos nos casos de divórcio por mútuo consentimento (...). (PL1)</i>  <i>(...) pois foi esta que vingou na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que operou o processo de reorganização administrativa. (PL8)</i>	Pontualmente, na secção <i>exposição de motivos</i>

**Quadro 93:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados no *projeto de lei*

### 3.2.2.1. Modalidades de articulação, tipos mistos e variantes

Relativamente às modalidades de articulação, tipos mistos e variantes, também se observam algumas particularidades. Nos géneros *artigo científico*, *póster científico* e *projeto de lei*, os tipos discursivos articulam-se em encaixe e fusão, ocorrendo os tipos mistos narrativo-teórico e interativo-teórico. No *póster científico*, como já mencionado, temos ainda uma ocorrência pontual do tipo misto relato interativo-teórico. Já no género *chamada de trabalhos*, embora os tipos se articulem também em fusão e encaixe, temos apenas o tipo misto interativo-teórico, ou seja, fusão dos tipos teórico e interativo. Quanto ao *edital*, neste género, os tipos articulam-se também em fusão e encaixe, mas, neste caso, ocorre o tipo misto narrativo-teórico, isto é, fusão dos tipos narração e teórico. No que concerne aos géneros *bula de medicamento*, *rótulo de embalagem de medicamento*, *rótulo de embalagem de tabaco*, nestes, os tipos discursivos articulam-se exclusivamente em encaixe, ou seja, de forma delimitada no espaço textual, não ocorrendo tipos mistos. Quanto às variantes, observou-se, por um lado, a ocorrência pontual do tipo interativo secundário nos textos dos géneros *artigo científico* e *póster científico* e, por outro, do relato interativo secundário num exemplar do género *artigo científico*. Embora sejam ocorrências pontuais, atestam a heterogeneidade discursiva que os géneros em que ocorrem admitem.

	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Tipos mistos</b>	<b>Variantes</b>
<i>Artigo científico</i>	Teórico Interativo Narração Relato interativo	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico Misto interativo-teórico	Interativo secundário Relato Interativo secundário
<i>Póster científico</i>	Teórico Interativo Narração Relato interativo	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico Misto interativo-teórico Misto relato interativo-teórico	Interativo secundário
<i>Chamada de trabalhos</i>	Teórico Interativo Narração	Encaixe Fusão	Misto interativo-teórico	n. i.
<i>Bula de medicamento</i>	Teórico Interativo Narração	Encaixe	n. i.	n. i.
<i>Rótulo de embalagem de medicamento</i>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.	n. i.
<i>Rótulo de embalagem de tabaco</i>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.	n. i.
<i>Projeto de lei</i>	Teórico Interativo Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico Misto interativo-teórico	n. i.
<i>Edital</i>	Teórico Interativo Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico	n. i.

**Quadro 94:** géneros, modalidades de articulação, tipos mistos e variantes dos tipos discursivos

No que respeita às modalidades de articulação, o encaixe é a modalidade que está presente em todos os géneros, sendo a única nos géneros *bula de medicamento*, *rótulo de embalagem de medicamento* e *rótulo de embalagem de tabaco*. Neste sentido, embora no *projeto de lei* os tipos discursivos também se articulem em fusão, observa-se que nos géneros com planos de texto mais convencionais os tipos discursivos tendem a ocorrer de forma mais delimitada.

Como referimos na análise dos textos dos diferentes géneros, os mecanismos de organização textual, para além de sinalizarem o plano de texto, evidenciam a transição dos tipos discursivos, o que sublinha o papel do plano na organização dos tipos. Deste ponto de vista, a delimitação e encaixe dos tipos discursivos pode ser assegurada pela pontuação e espaçamento, o que se observa na maioria dos textos dos oito géneros, pelos organizadores linguísticos, como no caso do *artigo científico* e *projeto de lei*, e através

de mecanismos gráficos, como nos exemplares dos géneros *póster científico*, *rótulo de embalagem de medicamento* e *rótulo de embalagem de tabaco*. Deste ponto de vista, se nos géneros com planos convencionais tendem a ocorrer mecanismos de organização textual específicos, os mecanismos que asseguram o encaixe e transição dos tipos discursivos também dependem da convencionalidade do plano de texto.

Quando os tipos discursivos se articulam em fusão, como também foi mencionado na análise dos textos, não é possível definir os seus limites, constituindo, por isso, tipos discursivos mistos. Quanto ao tipo misto narrativo-teórico, nos géneros considerados, caracteriza-se, predominantemente, pela coocorrência de formas verbais no presente do indicativo e no pretérito perfeito, na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular.

<b>Misto narrativo-teórico</b>	
<i>Artigo científico</i>	<i>Verificou-se ainda que a disponibilidade para pagar pelo serviço parece ser influenciada pela percepção da sua utilidade, quer se trate de utilidade para o próprio (<math>p=0,001</math>) quer de utilidade para outrem (<math>p&lt; 0,001</math>). Por último, constata-se ainda que, entre os utentes que se apercebem das suas dificuldades no cumprimento da terapêutica, observou-se uma maior proporção de indivíduos disponíveis para pagar pelo serviço (<math>p=0,045</math>) (Tabela 3). (ACF4)</i>
<i>Póster científico</i>	<i>Analizando os resultados, pode-se verificar que a exposição ao stresse hídrico induziu a uma acumulação substancial de H<sub>2</sub>O<sub>2</sub> nas plantas sem Si (-Si), enquanto a aplicação de Si permitiu uma redução do seu conteúdo, de 0,610 (-Si) para 0,259 (Si) <math>\mu\text{Mg}^{-1}</math> FW, o que corresponde a uma redução de 58% (Fig. 1). (PCA3)</i>
<i>Edital</i>	<i>Não tendo sido possível alcançar a perfeição das notificações postais e pessoais que foram empreendidas no processo, uma vez que HORÁCIO MANUEL VALADIM PERALTA se encontra ausente em parte incerta, promove-se a presente notificação edital de acordo com o preceituado no art. n.º 110.0 do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. (ED1)</i>
<i>Projeto de lei</i>	<i>Todavia, desde 2002, que os órgãos oficiais da freguesia e respetivos símbolos heráldicos, vêm utilizando a denominação de “Parada do Bouro”, tal como as restantes entidades, pois foi esta que vingou na Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, que operou o processo de reorganização administrativa. (PL8)</i>

**Quadro 95:** géneros e tipo misto narrativo-teórico

Relativamente ao tipo misto interativo-teórico, podem coocorrer, neste caso, com as unidades do âmbito do tipo teórico, unidades linguísticas que remetem para as instâncias agentivas da interação, como, por exemplo, formas verbais na 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> pessoa ou unidades sem marca de pessoa que remetem para as coordenadas temporais da situação de produção, nomeadamente advérbios e expressões temporais com valor deítico.



Misto interativo-teórico	
Artigo científico	Sem semelhante qualificação, <i>assumimos</i> algum cepticismo relativamente ao grau de densificação daquele preceito constitucional, mais especificamente quanto à possibilidade de o mesmo <i>impor</i> ao Estado uma obrigação de resultado, traduzida na garantia de uma adequação mínima das prestações sociais, especialmente as de natureza não contributiva, às necessidades básicas das pessoas com carência de recursos. (ACD2)
Póster científico	Nesta tipologia de textos jurídicos, <i>vimos</i> que o verbo poder <i>opera</i> valores de obrigação ou necessidade (forte) quando utilizado em estruturas semelhantes aos modelos apresentados em (2) e (3), apesar de <i>ser</i> tradicionalmente <i>tido</i> como um 'modal fraco'. (PCL2)
Chamada de trabalhos	Recém-doutorados (que <i>tenham obtido</i> o grau nos últimos 5 anos) (CT4)  Na multiplicidade que se <i>reconhece</i> de abordagens e temas, <i>são</i> privilegiados trabalhos que <i>contemplem</i> tipos não-verbais e verbais, nomeadamente tipos do quotidiano e tipos públicos, de que <i>salientamos</i> os tipos políticos, mediáticos, estéticos, científicos e ideológicos. (CT8)
Projeto de lei	<i>Multiplicam-se</i> nos últimos anos as situações de titulares de cargos políticos que <i>exercem</i> os seus mandatos mantendo ligações – profissionais ou outras – a interesses económicos e financeiros, de forma mais ou menos dissimulada, contribuindo para a constatação de que existe efetivamente um problema de promiscuidade entre poder económico e poder político. (...) Casos como o do BES ou Banif, <i>demonstram</i> que <i>há</i> claras ligações entre os principais grupos económicos e os partidos que <i>têm</i> governado o <i>nosso país</i> nos últimos 38 anos. (PL5)

**Quadro 96:** géneros e tipo misto interativo-teórico

### 3.2.2.2. Configuração linguística dos tipos discursivos

Como referido anteriormente (cf. II, 5.4.), uma das questões a que procuramos responder com a análise do padrão discursivo é saber se um tipo discursivo, ao ser mobilizado em diferentes géneros, apresenta especificidades, isto é, uma configuração linguística específica. Para tal, neste ponto, tendo como ponto de partida a análise dos textos empíricos, comparamos a configuração linguística dos tipos discursivos nos géneros considerados.

No quadro seguinte, sistematiza-se a configuração linguística do tipo teórico nos oito géneros.

	Teórico
Artigo científico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de formas linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação.</li> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ procedimentos de reenvio intertextual e intratextual (citações, paráfrases, alusões, notas...);</li> <li>○ frases declarativas;</li> <li>○ frases passivas;</li> <li>○ formas verbais no presente do indicativo e do conjuntivo com valor genérico;</li> <li>○ formas verbais no infinitivo impessoal e flexionado;</li> <li>○ verbos auxiliares modais (<i>poder, dever e ter</i>).</li> </ul> </li> </ul>
Póster científico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de formas linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação.</li> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ frases declarativas;</li> <li>○ frases passivas;</li> <li>○ formas verbais no presente do indicativo com valor genérico.</li> </ul> </li> </ul>
Chamada de trabalhos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de formas linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação.</li> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ formas verbais no presente do indicativo;</li> <li>○ formas verbais no infinitivo;</li> <li>○ verbos auxiliares modais (<i>poder, dever e ter</i>);</li> <li>○ construções perifrásticas (verbo modal no futuro do indicativo + infinitivo).</li> </ul> </li> </ul>
Bula de medicamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de formas linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação (pessoa, espaço e tempo).</li> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ frases declarativas;</li> <li>○ frases passivas;</li> <li>○ anáforas diretas por repetição;</li> <li>○ verbos auxiliares modais com valor epistêmico de possibilidade (<i>poder</i>) e valor deôntico de obrigação (<i>dever</i>);</li> <li>○ formas verbais no presente do indicativo;</li> <li>○ formas verbais no infinitivo com valor imperativo genérico.</li> </ul> </li> </ul>
Embalagem de medicamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de formas linguísticas que remetam para parâmetros da situação da interação (pessoa, espaço e tempo).</li> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ frases declarativas;</li> <li>○ formas verbais no presente do indicativo;</li> <li>○ formas verbais no infinitivo com valor imperativo genérico.</li> </ul> </li> </ul>
Rótulo de embalagem de tabaco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de formas linguísticas que remetam para parâmetros da situação da interação (pessoa, espaço e tempo).</li> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ frases declarativas;</li> <li>○ formas verbais no infinitivo;</li> <li>○ formas verbais no presente do indicativo;</li> <li>○ construção infinitivo + presente do indicativo.</li> </ul> </li> </ul>
Projeto de lei	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de formas linguísticas que remetam para parâmetros da situação da interação (pessoa, espaço e tempo).</li> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ frases declarativas;</li> <li>○ frases passivas;</li> <li>○ formas verbais no presente do indicativo, no presente do conjuntivo e no infinitivo;</li> <li>○ verbos auxiliares modais (<i>poder e dever</i>).</li> </ul> </li> </ul>

<i>Edital</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de formas linguísticas que remetam para parâmetros da situação da interação (pessoa, espaço e tempo).</li> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ frases declarativas;</li> <li>○ frases passivas;</li> <li>○ procedimentos intertextuais;</li> <li>○ formas verbais no presente do indicativo e no infinitivo;</li> <li>○ formas na 3.<sup>a</sup> pessoa, no singular e plural;</li> <li>○ verbo auxiliar modal (<i>dever</i>).</li> </ul> </li> </ul>
---------------	---

**Quadro 97:** configuração linguística do tipo teórico e gêneros de texto

No tipo teórico, há um valor de conjunção temporal, ou seja, as coordenadas temporais que organizam os conteúdos temáticos expressam acontecimentos simultâneos à situação de enunciação, e de autonomia, isto é, as instâncias de agentividade verbalizadas no texto não são implicadas nas ações verbalizadas (cf. II, 5.).

Comparando os oito gêneros, observa-se que a ausência de formas linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação (pessoa, espaço e tempo) é uma característica transversal. No entanto, identificamos algumas particularidades no que concerne à sua configuração linguística.

Embora as frases declarativas sejam características da configuração linguística do tipo teórico dos oito gêneros, as frases passivas só ocorrem em cinco gêneros (*artigo científico, pôster científico, bula de medicamento, projeto de lei e edital*), não ocorrendo nos segmentos do tipo teórico dos gêneros *chamada de trabalhos, rótulo de embalagem de medicamento, rótulo de embalagem de tabaco*. Por outro lado, os procedimentos intertextuais são privilegiados nos gêneros *artigo científico, pôster científico, edital e projeto de lei*, não ocorrendo nos restantes gêneros.

Quanto às formas verbais, em alguns gêneros, o tipo teórico pode ser evidenciado pela ocorrência de formas verbais de diferentes tempos e modos, como no caso do *artigo científico*, no qual ocorrem formas verbais no presente do indicativo, no presente do conjuntivo, no pretérito perfeito composto do indicativo e no infinito impessoal e flexionado, enquanto noutros, as formas verbais que evidenciam o tipo teórico são pouco variáveis, como no caso da *bula de medicamento, rótulo de embalagem de medicamento e rótulo de embalagem de tabaco*. Nestes gêneros, são exclusivamente privilegiadas formas verbais no presente do indicativo e no infinitivo com valor imperativo genérico, sendo frequente a construção infinitivo + presente do indicativo, no gênero *rótulo de embalagem*

de *tabaco*. Por outro lado, uma particularidade do discurso teórico no género *bula de medicamento* diz respeito à ocorrência de anáforas diretas por repetição.

No caso do género *chamada de trabalhos*, como especificidade, temos a ocorrência de construções perifrásticas (verbo modal no futuro do indicativo + infinitivo), o que não observámos nos restantes géneros. Por outro lado, destaca-se ainda a presença de verbos auxiliares modais nos géneros *artigo científico*, *chamada de trabalhos*, *bula de medicamento*, *projeto de lei* e *edital*, o que não é identificável nos géneros *póster científico*, *rótulo de embalagem de medicamento* e *rótulo de embalagem de tabaco*.

Passando agora ao tipo interativo, no quadro que se segue, sistematizamos a sua configuração linguística nos diferentes géneros.

	Interativo
Artigo científico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de unidades linguísticas que remetem para os parâmetros da situação da ação de linguagem: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ formas verbais no presente do indicativo, na 1.ª pessoa do singular e plural;</li> <li>○ formas verbais no futuro do indicativo (simples e composto), no condicional;</li> <li>○ formas verbais no pretérito perfeito composto do indicativo;</li> <li>○ frases não declarativas (interrogativas e exclamativas);</li> <li>○ expressões temporais com valor deítico.</li> </ul> </li> </ul>
Póster científico	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de unidades linguísticas que remetem para parâmetros da situação da ação de linguagem: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ nomes próprios;</li> <li>○ frases não declarativas (interrogativas);</li> <li>○ formas verbais no pretérito perfeito composto do indicativo;</li> <li>○ formas verbais no presente do indicativo, na 1.ª pessoa do plural.</li> </ul> </li> </ul>
Chamada de trabalhos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de unidades linguísticas que remetem para parâmetros da situação da ação de linguagem: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ frases não declarativas (interrogativas);</li> <li>○ formas verbais no imperativo;</li> <li>○ formas verbais no presente do indicativo, na 1.ª pessoa do plural;</li> <li>○ possessivos na 2.ª e 3.ª pessoas;</li> <li>○ pronomes pessoais, na 1.ª pessoa do plural;</li> <li>○ expressões temporais com valor deítico.</li> </ul> </li> </ul>
Bula de medicamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de unidades linguísticas que remetem para parâmetros da situação da ação de linguagem: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ formas verbais no imperativo;</li> <li>○ possessivos de 3.ª pessoa;</li> <li>○ logótipos nomes das farmacêuticas;</li> <li>○ pronomes interrogativos;</li> <li>○ orações adverbiais condicionais introduzidas por <i>caso</i> e <i>se</i>.</li> </ul> </li> </ul>
Embalagem de medicamento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de unidades linguísticas que remetem para parâmetros da situação da ação de linguagem: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ formas verbais no imperativo;</li> <li>○ possessivos de 3.ª pessoa;</li> <li>○ logótipos e nomes das farmacêuticas;</li> <li>○ pronomes e advérbios interrogativos.</li> </ul> </li> </ul>

<i>Rótulo de embalagem de tabaco</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de unidades linguísticas que remetem para parâmetros da situação da ação de linguagem: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ formas verbais no imperativo;</li> <li>○ possessivos de terceira pessoa.</li> </ul> </li> </ul>
<i>Projeto de lei</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de unidades linguísticas que remetem para parâmetros da situação da interação: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ formas verbais no presente do indicativo, na 1.<sup>a</sup> pessoa do plural;</li> <li>○ advérbios e expressões temporais com valor deítico;</li> <li>○ nomes próprios e logótipos;</li> <li>○ datas, lugar e assinaturas.</li> </ul> </li> </ul>
<i>Editais</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de unidades linguísticas que remetem para parâmetros da situação da interação: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ logótipos, nomes próprios, datas e assinaturas.</li> </ul> </li> </ul>

**Quadro 98:** configuração linguística do tipo interativo e géneros de texto

Como referido anteriormente (cf. II, 5.), o tipo interativo distingue-se do tipo teórico por ter um valor de implicação das instâncias de agentividade verbalizadas no texto, existindo, desta forma, inscrição dos parâmetros da situação da ação de linguagem no texto. Porém, observa-se que a implicação das instâncias de agentividade poderá concretizar-se de modo particular, consoante o género, traduzindo-se em diferentes valores de implicação. Em alguns géneros, as unidades linguísticas que evidenciam o tipo interativo expressam um valor de implicação do emissor, como é o caso do *artigo científico*, *póster científico* e *projeto de lei*. Noutros géneros, como na *bula de medicamento*, no *rótulo de embalagem de medicamento* e *rótulo de embalagem de tabaco*, predomina a implicação do recetor. Por fim, temos ainda géneros em que as unidades linguísticas remetem para os dois polos da interação, emissor e recetor, como se observa na *chamada de trabalhos*.

Por outro lado, podemos ainda identificar diferentes graus de implicação, sendo utilizadas unidades linguísticas que podem remeter para um emissor individual, para vários emissores, ou para um emissor coletivo. No caso do *artigo científico*, tanto pode ser verbalizado um valor de implicação de um emissor individual como de vários emissores, sendo utilizadas unidades linguísticas no singular e/ou no plural, ou seja, o género admite diferentes valores de implicação. No *póster científico*, por seu lado, predominam unidades linguísticas no plural. Quanto à *chamada de trabalhos*, temos, por um lado, unidades linguísticas no plural que remetem para os emissores e no singular que remetem para os recetores. Na *bula de medicamento* e no *rótulo de embalagem de medicamento*, embora

predominem unidades linguísticas que remetem para o recetor, ocorrem unidades que remetem para um emissor coletivo, como é o caso do nome das farmacêuticas. No *rótulo de embalagem de tabaco*, as unidades linguísticas expressam, predominantemente, a implicação do recetor. Já no *projeto de lei* e *edital*, nestes géneros, temos, por um lado, os logótipos que remetem para emissores coletivos, partidos políticos e entidades de natureza heterogénea, e os nomes próprios e assinaturas que remetem para os diferentes emissores individuais.

Neste sentido, os valores/níveis de implicação variam consoante o género, sendo mais restritos nos géneros regulados por disposições de ordem legal, como a *bula*, o *rótulo de embalagem de tabaco* e *de medicamento*, o *projeto de lei* e o *edital*. Os diferentes valores de implicação traduzem-se numa configuração linguística específica, conforme se sistematizou no quadro 98.

Por outro lado, o discurso interativo é também evidenciado por unidades linguísticas com valor temporal. Porém, também observamos diferenças neste âmbito. Em alguns géneros, a ancoragem temporal na situação da interação é evidenciada exclusivamente pelo valor temporal das formas verbais, como é o caso da *bula de medicamento*, do *rótulo de embalagem de medicamento* e *rótulo de embalagem de tabaco*. Já noutros géneros, como no *artigo científico*, na *chamada de trabalhos*, no *edital* e no *projeto de lei*, ocorrem unidades linguísticas que constituem referências à localização no tempo e espaço da ação. No *artigo*, na *chamada de trabalhos* e *projeto de lei* ocorrem expressões e advérbios temporais com valor deítico. No *projeto de lei*, tal como no *edital*, também ocorrem unidades sem valor deítico que explicitam o momento e o espaço da interação (datas, nos dois géneros, local, no *projeto de lei*).

Quanto ao tipo narração, o valor de disjunção temporal cruza-se com um valor de autonomia das instâncias agentivas (cf. II, 5.). No quadro que se segue, sistematiza-se a configuração linguística do tipo narração.

	Narração
Artigo científico	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ausência de unidades linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação.</li> <li>Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito;</li> <li>frases passivas;</li> <li>frases declarativas;</li> <li>organizadores temporais sem valor deítico.</li> </ul> </li> </ul>

<i>Póster científico</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de unidades linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação.</li> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito;</li> <li>○ frases passivas;</li> <li>○ frases declarativas.</li> </ul> </li> </ul>
<i>Chamada de trabalhos</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de unidades linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação.</li> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito;</li> <li>○ formas verbais no futuro do indicativo (simples e composto);</li> <li>○ frases passivas;</li> <li>○ frases declarativas;</li> <li>○ organizadores temporais sem valor deítico.</li> </ul> </li> </ul>
<i>Bula de medicamento</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de unidades linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação.</li> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ construção no final do corpo do texto (auxiliar da passiva no pretérito perfeito + particípio) e organizador temporal.</li> </ul> </li> </ul>
<i>Projeto de lei</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de unidades linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação.</li> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito;</li> <li>○ frases passivas;</li> <li>○ frases declarativas;</li> <li>○ organizadores temporais sem valor deítico.</li> </ul> </li> </ul>
<i>Editais</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de unidades linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação.</li> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito;</li> <li>○ formas verbais no futuro do indicativo.</li> </ul> </li> </ul>

**Quadro 99:** configuração linguística do tipo narração e gêneros de texto

Uma das características da configuração linguística do tipo narração diz respeito à ausência de unidades linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação, tal como no tipo teórico. Porém, ao contrário do tipo teórico, no tipo narração, há um valor de disjunção temporal. No entanto, como se observa no quadro anterior, embora predomine a disjunção temporal com valor de anterioridade, em alguns gêneros, as unidades linguísticas expressam disjunção temporal com valor de posterioridade. No primeiro caso, com valor de anterioridade, predominam formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito do indicativo, sendo que nos gêneros *artigo científico*, *chamada de trabalhos* e *projeto de lei* o valor de disjunção e anterioridade é sublinhado por organizadores temporais sem valor deítico que explicitam a ancoragem temporal disjunta das ações verbalizadas.

No segundo caso, com valor de posterioridade, predominam formas verbais no futuro (simples e/ou composto) do indicativo, o que se observa nos géneros *chamada de trabalhos* e *edital*, nos quais, o valor de posterioridade decorre da necessidade de tematizar ações disjuntas e posteriores à situação de produção.

Embora tenhamos identificado o futuro do indicativo no género *artigo científico*, estas unidades linguísticas ocorrem em segmentos de frases não declarativas, sendo, por isso, do âmbito do tipo interativo. Quanto ao relato interativo, neste tipo, o valor de disjunção temporal, semelhante ao tipo narração, cruza-se com um valor de implicação das instâncias de agentividade, como no tipo interativo, embora só tenhamos identificado a sua ocorrência no género *artigo científico* e, muito pontualmente, no *póster científico*<sup>91</sup>.

Esta presença pontual também atesta o facto de o *artigo científico* admitir diferentes níveis de implicação.

Como se sistematiza no quadro seguinte, podem ser privilegiadas unidades linguísticas que remetem para um emissor individual ou para vários emissores. A nosso ver, o uso de unidades no singular ou plural não depende apenas do número de autores dos textos, mas também da área científica<sup>92</sup> e do estilo do autor.

---

<sup>91</sup> No *póster científico*, tendo em conta que o tipo relato interativo só ocorre num segmento em fusão com o tipo teórico, o número de unidades linguísticas não nos permite dar conta da configuração linguística deste tipo.

<sup>92</sup> Embora não tenhamos dados sobre esta questão e nem tenha sido este um dos critérios de escolha dos textos, comparando os parâmetros físicos dos exemplares do género *artigo científico* (cf. anexo 1), na área de Ciências Farmacêuticas, cada texto foi produzido por vários autores, o que não se observa nos exemplares de Direito, dado que são de autoria individual. Esta diferença é também observável nos exemplares do género *póster científico*, pois enquanto os exemplares de Ciências Agrárias foram produzidos por vários autores, os de Linguística são, maioritariamente, de autoria individual. Este facto leva-nos a questionar se estas diferenças não dependerão, em parte, da natureza das áreas e das práticas científicas em uso nas mesmas, sendo, assim, expectável que em áreas de natureza mais reflexiva-ensaística, como em Filosofia e Literatura, predominem artigos de autoria individual, e que em áreas de natureza experimental, como na Engenharia, haja um maior número de exemplares produzidos por vários autores. Por outro lado, o uso da 1.<sup>a</sup> pessoa do singular ou do plural é uma questão transversal a outros géneros académicos, como é o caso da *dissertação*. Embora já seja habitual o uso da 1.<sup>a</sup> pessoa do singular, esse uso não está generalizado a todas as áreas e depende, em grande medida, das opções de cada autor.



	Relato interativo
<i>Artigo científico</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito;</li> <li>○ frases passivas;</li> <li>○ frases declarativas;</li> <li>○ unidades linguísticas que remetem para a(s) pessoa(s) da interação (formas verbais e pronomes na primeira pessoa, no singular ou plural).</li> </ul> </li> </ul>

**Quadro 100:** configuração linguística do tipo relato interativo no *artigo científico*

### 3.3. Análise quantitativa

Neste ponto, através do programa SPSS<sup>93</sup>, procura-se expressar e validar quantitativamente os principais resultados da análise anteriormente efetuada. As técnicas de estatística descritiva e os instrumentos de organização e visualização dos dados que lhes são inerentes permitem-nos a sintetização e cruzamento dos dados, bem como avaliar/comparar em termos quantitativos a distribuição das ocorrências nos textos e nos géneros. Deste modo, através da análise de frequências, podemos quantificar, por exemplo, as ocorrências dos tipos discursivos nos textos dos diferentes géneros (de primeiro nível, variantes e tipos mistos). Por outro lado, as tabelas de contingência (*crosstabs*) permitem-nos averiguar se existem relações estatisticamente significativas entre atividades, géneros, plano de texto e tipos discursivos.

Por outro lado, como já se referiu, a articulação da análise qualitativa com a análise quantitativa permitir-nos-á apresentar uma visão de conjunto das especificidades do padrão discursivo dos géneros.

#### 3.3.1. Variáveis e dados

Conforme se visualiza nas imagens 75 e 76, o SPSS tem duas janelas principais: *variable view* e *data view*. A primeira possibilita a definição das variáveis e a segunda a inserção e visualização dos dados. Em termos genéricos, a variável diz respeito à propriedade analisada e os dados são os resultados dessa análise.

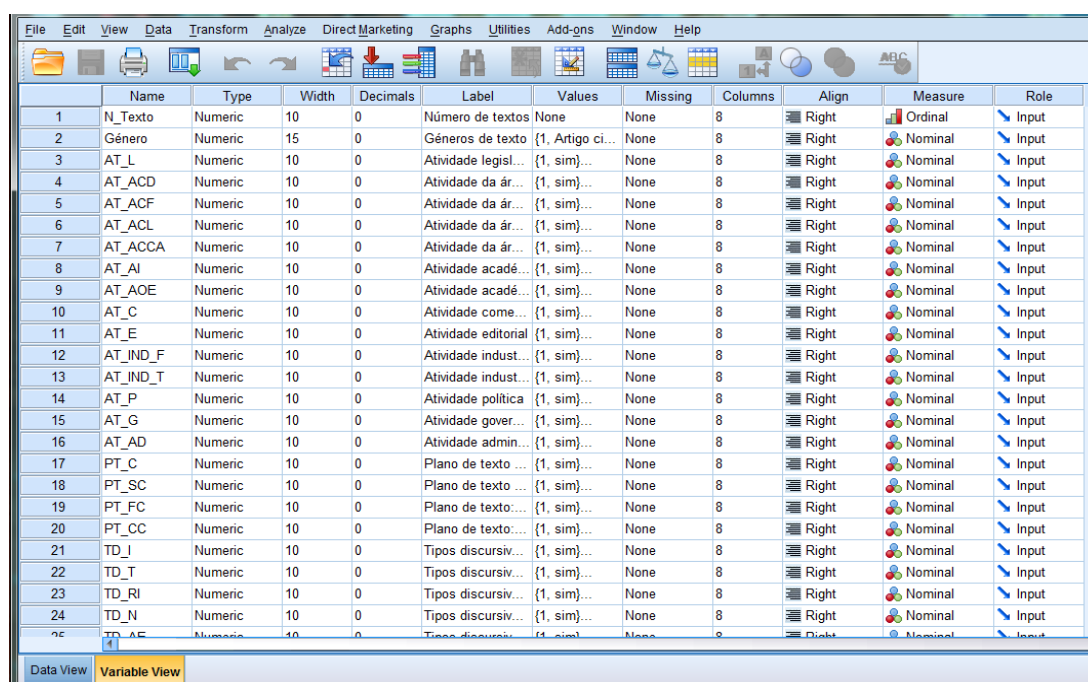
Assim, em primeiro lugar, definimos 31 variáveis, sendo 1 ordinal e 30 nominais (cf. Anexo 4, 1). Enquanto a variável ordinal diz respeito ao número de textos analisados, 29 das 30 variáveis nominais correspondem a diferentes características/propriedades. Estas variáveis são dicotómicas, tendo sido definidos valores para a ocorrência ou ausência

---

<sup>93</sup> O programa SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) constitui um recurso informático que possibilita a realização de análise estatística de dados, sendo aplicável em múltiplos domínios científicos. Embora a versão mais recente seja o SPSS STATISTICS 24, neste trabalho, utilizamos o SPSS STATISTICS 20, versão disponibilizada pelo núcleo de informática da FCSH/NOVA.

de determinada característica/propriedade, ou seja, o valor 1 corresponde a “sim” (ocorrência) e o valor 2 a “não” (ausência). Todas as variáveis têm uma sigla e um descritivo (*variable label*), com informações adicionais sobre o seu conteúdo (cf. Anexo 4, 1.). Com a definição destas variáveis, procuramos quantificar os seguintes aspetos: as atividades a que estão associados os textos e os géneros; convencionalidade e semiconvencionalidade do plano de texto; tipos discursivos (de primeiro nível, variantes e tipos mistos).

Além disso, criámos a variável nominal *géneros* e para identificarmos a categoria genérica dos textos, atribuímos um valor a cada, ou seja, *artigo científico* = 1, *póster científico* = 2, *chamada de trabalhos* = 3, *bula de medicamento* = 4, *rótulo de embalagem de medicamento* = 5, *rótulo de embalagem de tabaco* = 6, *projeto de lei* = 7, *edital* = 8. Num segundo momento, a partir dos resultados obtidos na análise efetuada, inserimos os dados, de acordo com os valores definidos acima referidos.



	Name	Type	Width	Decimals	Label	Values	Missing	Columns	Align	Measure	Role
1	N_Texto	Numeric	10	0	Número de textos	None	None	8	Right	Ordinal	Input
2	Gênero	Numeric	15	0	Gêneros de texto	{1, Artigo ci...	None	8	Right	Nominal	Input
3	AT_L	Numeric	10	0	Atividade legis...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
4	AT_ACD	Numeric	10	0	Atividade da ár...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
5	AT_ACF	Numeric	10	0	Atividade da ár...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
6	AT_ACL	Numeric	10	0	Atividade da ár...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
7	AT_ACCA	Numeric	10	0	Atividade da ár...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
8	AT_AI	Numeric	10	0	Atividade acadé...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
9	AT_AOE	Numeric	10	0	Atividade acadé...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
10	AT_C	Numeric	10	0	Atividade come...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
11	AT_E	Numeric	10	0	Atividade editoria...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
12	AT_IND_F	Numeric	10	0	Atividade indust...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
13	AT_IND_T	Numeric	10	0	Atividade indust...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
14	AT_P	Numeric	10	0	Atividade política	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
15	AT_G	Numeric	10	0	Atividade gover...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
16	AT_AD	Numeric	10	0	Atividade admin...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
17	PT_C	Numeric	10	0	Plano de texto ...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
18	PT_SC	Numeric	10	0	Plano de texto ...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
19	PT_FC	Numeric	10	0	Plano de texto:...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
20	PT_CC	Numeric	10	0	Plano de texto:...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
21	TD_I	Numeric	10	0	Tipos discursiv...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
22	TD_T	Numeric	10	0	Tipos discursiv...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
23	TD_RI	Numeric	10	0	Tipos discursiv...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
24	TD_N	Numeric	10	0	Tipos discursiv...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input
25	TD_AF	Numeric	10	0	Tipos discursiv...	{1, sim}...	None	8	Right	Nominal	Input

**Imagem 75:** variáveis (*variable view*)

	N_Texto	Gênero	AT_L	AT_ACD	AT_ACF	AT_ACL	AT_ACCA	AT_AI	AT_AOE	AT_C	AT_E	AT_IND_F	AT_IND_T	AT_P	AT_G	A'
1	1	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	2	2	
2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	2	2	
3	3	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	2	2	
4	4	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	2	2	
5	5	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	2	2	
6	6	1	2	1	2	2	2	1	2	2	1	2	2	2	2	
7	7	1	2	1	2	2	2	1	2	2	1	2	2	2	2	
8	8	1	2	1	2	2	2	1	2	2	1	2	2	2	2	
9	9	1	2	1	2	2	2	1	2	2	1	2	2	2	2	
10	10	1	2	1	2	2	2	1	2	2	1	2	2	2	2	
11	11	2	2	1	2	2	1	1	1	2	2	2	2	2	2	
12	12	2	2	1	2	2	1	1	1	2	2	2	2	2	2	
13	13	2	2	1	2	2	1	1	1	2	2	2	2	2	2	
14	14	2	2	1	2	2	1	1	1	2	2	2	2	2	2	
15	15	2	2	1	2	2	1	1	1	2	2	2	2	2	2	
16	16	2	2	1	2	1	2	1	1	2	2	2	2	2	2	
17	17	2	2	1	2	1	2	1	1	2	2	2	2	2	2	
18	18	2	2	1	2	1	2	1	1	2	2	2	2	2	2	
19	19	2	2	1	2	1	2	1	1	2	2	2	2	2	2	
20	20	2	2	1	2	1	2	1	1	2	2	2	2	2	2	
21	21	3	2	1	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	
22	22	3	2	1	2	1	2	1	1	2	2	2	2	2	2	
23	23	3	2	1	2	2	2	1	1	2	2	2	2	2	2	

**Imagem 76:** base de dados (*data view*)

### 3.3.3. Tabelas de frequência

Como referido anteriormente, as tabelas de frequência permitem-nos quantificar as ocorrências dos diferentes elementos considerados nos textos dos 8 géneros.

Quanto às atividades (cf. Anexo 4, 2.), o número de ocorrências é relativamente variável: 70 textos estão associados à atividade legislativa; 5 textos à atividade da área científica de Direito; 25 textos à atividade da área científica de Farmácia/Ciências Farmacêuticas; 8 à atividade da área científica da Linguística; 5 às Ciências Agrárias; 30 à atividade de investigação, na esfera académica; 30 à atividade comercial; 10 à atividade editorial; 20 à atividade industrial (farmacêutica); 10 à atividade industrial (tabaqueira); 10 à atividade política; 10 à atividade governativa; 20 à atividade administrativa; 20 a outras atividades.

Relativamente ao plano de texto, 40 dos 80 textos têm um plano de texto convencional e 40 um plano de texto semiconvencional. 30 dos textos são convencionais quanto ao conteúdo das unidades composicionais e 40 são convencionais quanto à forma. Neste

sentido, isto significa que nem todos os textos com planos de texto convencionais são convencionais no que concerne ao conteúdo das unidades composicionais.

No que concerne aos tipos discursivos, verifica-se que o tipo interativo ocorre em 76 textos, o tipo teórico em 80 (todos os textos), o relato interativo em 3 textos e o tipo narração ocorre em 45 textos. Deste ponto de vista, há uma total predominância dos tipos discursivos da ordem do expor. Por outro lado, a modalidade de articulação mais frequente é o encaixe, ocorrendo nos 80 textos, sendo que a articulação dos tipos discursivos em fusão só se observa em 27 textos. Quanto aos tipos mistos, o tipo interativo-teórico ocorre em 17 textos e o narrativo-teórico também em 17 textos. Além disso, temos uma ocorrência do tipo misto relato interativo-teórico. Quanto aos tipos discursivos secundários, identificamos apenas duas ocorrências do tipo interativo secundário.

Relativamente à configuração linguística dos tipos discursivos, tendo em conta que predominam os tipos da ordem do expor, em termos quantitativos, focamos apenas algumas das especificidades mais evidentes dos tipos teórico e interativo. Em 46 dos 80 textos, ocorre o tipo interativo com valor de implicação do emissor; em 36 textos, este tipo é evidenciado por unidades linguísticas que expressam a implicação do recetor, e, em 6 textos, temos a coocorrência de unidades linguísticas que remetem para os dois polos da interação (emissor e recetor). Quanto à configuração linguística do tipo teórico, em 50 dos 80 textos, ocorrem frases passivas e, em 40, temos a ocorrência de procedimentos intertextuais.

Embora as frequências nos permitam quantificar as ocorrências nos textos, para dar conta da existência de relações estatisticamente significativas entre as variáveis, é necessário cruzar as variáveis através de tabelas de contingência (*crosstabs*).

### **3.3.4. Tabelas de contingência**

Como se apresenta em anexo, as tabelas de contingência possibilitam a observação das relações entre os géneros de texto e as restantes variáveis (cf. Anexo 4, 3.). Começando pelas relações entre géneros e atividades, como sintetizamos no quadro 101<sup>94</sup>,

---

<sup>94</sup> Para distinguir o tipo atividades a que está veiculado o género, utilizamos cores: quando os 10 exemplares estão associados a uma determinada atividade, utilizamos o azul, considerando que esta é uma atividade principal; quando 5 ou mais textos e menos do que 9 estão associados a uma atividade, utilizamos

todos os géneros estão associados a mais do que uma atividade. No caso do *artigo científico*, verifica-se que o género está associado a duas atividades principais, as atividades de investigação e editorial, ou seja, as que estão associados os 10 textos, e a duas atividades secundárias, as das áreas científicas, tendo em conta que 5 textos estão associados à atividade de Ciências Farmacêuticas e 5 ao Direito como atividade da área científica. Deste ponto de vista, consideramos como atividades principais as que são comuns a todos os exemplares do género e as secundárias as atividades a que o género pode não estar necessariamente associado, pois se tivéssemos selecionado textos de outras áreas científicas, identificaríamos outras atividades secundárias. No caso do *póster científico*, os 10 textos estão associados à atividade de investigação, no âmbito da atividade académica, sendo, por isso, a atividade principal do género. Quanto às atividades secundárias, 5 textos estão associados à atividade científica das Ciências Agrárias e os outros 5 à Linguística. Tal como no *artigo científico*, género com o qual partilha a atividade de investigação, as atividades secundárias identificadas poderiam ser outras, caso tivéssemos escolhido exemplares de áreas distintas. Relativamente à *chamada de trabalhos*, tal como o *póster*, os 10 exemplares do género estão associados à atividade de investigação, no âmbito da atividade académica. Porém, os exemplares dos dois géneros, como vimos anteriormente (cf. III, 2.1.), concretizam objetivos comunicativos particulares e, por isso, as atividades exercem também uma influência diferenciada. Como selecionámos chamadas de trabalhos associadas a diferentes áreas científicas, identificámos 3 textos associados à atividade de Linguística enquanto área científica, considerando que os 7 exemplares restantes estão associados a outras atividades. Nos géneros *bula de medicamento* e *rótulo de embalagem de medicamento*, identificamos 4 atividades principais, isto é, a que estão associados os 10 exemplares de cada um dos géneros (atividade da área científica, legislativa, industrial e comercial), não sendo possível identificar atividades secundárias, ou seja, atividades a que os géneros poderiam não estar associados. O mesmo se observa em relação ao género *rótulo de embalagem de tabaco*, porém, embora tenha em comum as atividades legislativa e comercial como atividades principais, os 10 exemplares do género estão associados à atividade da indústria tabaqueira.

---

o rosa claro; quando mais do que 1 e menos do que 5 textos estão associados a uma atividade, utilizamos o verde claro. No caso do plano de texto, quando a característica observada está associada aos 10 exemplares do género utilizamos também o azul.

Relativamente ao género *projeto de lei*, os 10 exemplares estão associados a 4 atividades principais (legislativa, política, governativa e administrativa), não sendo identificáveis atividades secundárias. No caso do *edital*, embora os 10 exemplares do género estejam associados a duas atividades principais (legislativa e administrativa), estes também estão associados a outras atividades secundárias. Como abordámos anteriormente (cf. III, 2.1.), o facto de o género poder concretizar objetivos comunicativos relativamente díspares faz com que o género possa ser mobilizado em múltiplas esferas de atividade.

Em suma, temos, por um lado, géneros associados a atividades principais específicas, não sendo identificáveis atividades secundárias, como é o caso da *bula de medicamento*, *rótulo de embalagem de medicamento*, *rótulo de embalagem de tabaco* e *projeto de lei* e, por outro, géneros cujo sistema de atividades é mais flexível, pois embora estejam associados a atividades principais específicas, estão também veiculados a atividades secundárias variáveis, como no caso do *artigo científico*, *póster científico*, *chamada de trabalhos* e *edital*.

Como se observa nas tabelas de contingência (cf. Anexo 4, 3.) e no quadro 101, os géneros com um sistema de atividades menos flexível, a *bula de medicamento*, o *rótulo de embalagem de medicamento*, o *rótulo de embalagem de tabaco* e o *projeto de lei* têm planos de texto convencionais. Já os géneros associados a atividades secundárias variáveis, ou seja, a um sistema de atividades flexível, como é o caso do *artigo científico*, *póster científico*, *chamada de trabalhos* e *edital*, apresentam planos de texto semiconvencionais. Em 30 exemplares dos géneros com planos convencionais, tanto o conteúdo das unidades composicionais como a disposição destas (a forma) são convencionais, apresentando pouca variabilidade. Porém, no caso do *projeto de lei*, embora tenhamos considerado que o plano é convencional, há alguma variabilidade no que concerne ao conteúdo das unidades composicionais.

<b>Gêneros</b> <b>Atividades</b>	<i>Artigo científico</i>	<i>Póster científico</i>	<i>Chamada de trabalhos</i>	<i>Bula de medicamento</i>	<i>Rótulo de embalagem de medicamento</i>	<i>Rótulo de embalagem de tabaco</i>	<i>Projeto de lei</i>	<i>Edital</i>
<b>Atividade acadêmica: investigação</b>	10	10	10	0	0	0	0	0
<b>Atividade da área científica: Direito</b>	5	0	0	0	0	0	0	0
<b>Atividade da área científica: Ciências Farmacêuticas</b>	5	0	0	10	10	0	0	0
<b>Atividade da área científica: Linguística</b>	0	5	3	0	0	0	0	0
<b>Atividade da área científica: Ciências Agrárias</b>	0	5	0	0	0	0	0	0
<b>Atividade legislativa</b>	0	0	0	10	10	10	10	10
<b>Atividade comercial</b>	0	0	0	10	10	10	0	0
<b>Atividade editorial</b>	10	0	0	0	0	0	0	0



<b>Atividade industrial: farmacêutica</b>	0	0	0	10	10	0	0	0
<b>Atividade industrial: tabaqueira</b>	0	0	0	0	0	10	0	0
<b>Atividade política</b>	0	0	0	0	0	0	10	0
<b>Atividade governativa</b>	0	0	0	0	0	0	10	0
<b>Atividade administrativa</b>	0	0	0	0	0	0	10	10
<b>Outras atividades</b>	0	0	7	0	0	0	0	10
<b>Plano de texto convencional</b>	0	0	0	10	10	10	10	0
<b>Plano de texto semiconvencional</b>	10	10	10	0	0	0	0	10
<b>Plano de texto: convencional na forma</b>	0	0	0	10	10	10	10	0

<b>Plano de texto: convencional no conteúdo</b>	0	0	0	10	10	10	0	0
---	---	---	---	----	----	----	---	---

**Quadro 101:** quantificação do número exemplares de género (atividades e propriedades do plano de texto)

Quanto aos tipos discursivos, como se sintetiza no quadro 102<sup>95</sup>, no *artigo científico*, os tipos interativo, teórico e narração ocorrem em todos os exemplares. Já o relato interativo, a ocorrência deste tipo é menos previsível em exemplares do gênero, pois só foi observada em 2 textos<sup>96</sup>. Por outro lado, observa-se que os tipos discursivos se articulam em encaixe e fusão em todos os textos. Quanto aos tipos mistos, em 9 textos, ocorre o tipo misto interativo-teórico e em 8 o tipo misto narrativo-teórico. Já os tipos secundários, identificamos apenas uma ocorrência do tipo interativo secundário e um texto em que ocorre o relato interativo secundário. No *pôster científico*, os tipos teórico e interativo ocorrem nos 10 exemplares, o que já não se observa nos tipos relato interativo e narração, com 1 ocorrência do primeiro e 7 do segundo. Quanto às modalidades de articulação, os tipos articulam-se em encaixe nos 10 textos e em fusão em apenas 3 três textos, o que se reflete no número de ocorrências de tipos mistos: 0 do tipo misto interativo-teórico, 2 do tipo misto narrativo-teórico e 1 do tipo misto relato interativo-teórico. Já os tipos secundários, observa-se apenas 1 ocorrência do tipo interativo secundário. Na *chamada de trabalhos*, temos 10 ocorrências dos tipos teórico e narração, 6 do tipo interativo, sendo que estes se articulam em encaixe em 10 textos e em fusão em 3 textos, o que corresponde às 3 ocorrências do tipo misto interativo-teórico. Além disso, não ocorrem tipos discursivos secundários. Na *bula de medicamento*, nos 10 exemplares, ocorrem os tipos teórico, interativo e narração articulados em encaixe, não se observando a ocorrência de tipos mistos e de tipos secundários. No *rótulo de embalagem de medicamento*, nos 10 exemplares, temos a ocorrência dos tipos teórico e interativo articulados em encaixe, não sendo identificável a ocorrência de tipos mistos e de tipos secundários. No *rótulo de embalagem de tabaco*, em todos os exemplares, ocorrem os tipos teórico e interativo articulados em encaixe, não sendo identificável a ocorrência de tipos mistos e de tipos secundários.

---

<sup>95</sup> Tal como no quadro anterior (cf. Quadro 101), utilizamos as cores para distinguir ocorrências: quando um tipo discursivo ocorre nos 10 exemplares do gênero, utilizamos o azul; quando um tipo ocorre em 5 ou mais textos e menos do que 9, utilizamos o rosa claro; quando um tipo está presente em mais do que 1 texto e menos do que 5, utilizamos o verde claro.

<sup>96</sup> A quantificação das ocorrências diz respeito ao número de textos de cada gênero em que ocorre uma determinada característica e não ao número de ocorrências em cada texto, pois o que se pretende é quantificar a ausência ou presença da característica considerada na totalidade dos exemplares e não o número de vezes que ocorre num texto. Além disso, consideramos que não é possível definir um critério objetivo e preciso que permita quantificar as ocorrências dos tipos discursivos por cada texto. Se considerássemos, por exemplo, o número de palavras, teríamos de excluir os tipos mistos, dado que nestes não é possível identificar os limites dos tipos discursivos que se fusionam e, consequentemente, não poderíamos determinar com precisão as unidades que são do âmbito de cada tipo.

No *projeto de lei*, nos 10 exemplares, ocorrem os tipos interativo e teórico, em 1, o tipo narração, sendo que os tipos discursivos se articulam em encaixe em 5 textos e em fusão em 5 textos. Quanto aos tipos mistos, nos 10 textos, em 5, ocorre o tipo misto interativo-teórico; em 1, temos o tipo misto narrativo-teórico. No *edital*, nos 10 textos, ocorrem os tipos teórico e interativo; em 7, o tipo narração, articulando-se em encaixe em 10 textos e em fusão em 6 textos. Quanto aos tipos mistos, em 5 textos, ocorre o tipo misto interativo-teórico; em 1, o misto narrativo-teórico. Além disso, em nenhum dos 10 exemplares, foi possível identificar a ocorrência de tipos secundários.

<b>Gêneros</b>  <b>TD</b>	<i>Artigo científico</i>	<i>Póster científico</i>	<i>Chamada de trabalhos</i>	<i>Bula de medicamento</i>	<i>Rótulo de embalagem de medicamento</i>	<i>Rótulo de embalagem de tabaco</i>	<i>Projeto de lei</i>	<i>Editais</i>
<b>Interativo</b>	10	10	6	10	10	10	10	10
<b>Teórico</b>	10	10	10	10	10	10	10	10
<b>Relato interativo</b>	2	1	0	0	0	0	0	0
<b>Narração</b>	10	7	10	10	0	0	1	7
<b>Articulação em encaixe</b>	10	10	10	10	10	10	10	10

<b>Articulação em fusão</b>	10	3	3	0	0	0	5	6
<b>Tipo misto interativo-teórico</b>	9	0	3	0	0	0	5	0
<b>Tipo misto narrativo-teórico</b>	8	2	0	0	0	0	1	6
<b>Tipo misto Relato interativo-teórico</b>	0	1	0	0	0	0	0	0
<b>Interativo secundário</b>	1	1	0	0	0	0	0	0
<b>Relato interativo secundário</b>	1	0	0	0	0	0	0	0

**Quadro 102:** quantificação do número exemplares de género em que ocorrem os tipos discursivos (primeiro nível, tipos mistos e secundários)

### 3.4. Padrão discursivo: uma visão de conjunto

Nos pontos anteriores, analisámos o padrão discursivo, fazendo uma distinção metodológica dos diferentes elementos que integram o mesmo: plano de texto (forma e conteúdo); tipos discursivos (primeiro nível, modalidades de articulação, tipos mistos e tipos secundários); condições de emergência dos tipos discursivos (relação entre conteúdos tematizados e tipos discursivos); configuração linguística dos tipos discursivos. Neste ponto, para uma visão de conjunto do padrão discursivo, no quadro 103, como resultado da articulação da análise qualitativa com a análise quantitativa, sintetizamos os resultados da análise efetuada, de modo a evidenciar as especificidades padrão discursivo de cada um dos géneros considerados. Em primeiro lugar, observa-se que os géneros com um plano de texto convencional tendem a ser mais previsíveis na ocorrência dos tipos discursivos. No caso da *bula de medicamento*, *rótulo de embalagem de medicamento* e *rótulo de embalagem de tabaco*, os tipos discursivos são transversais a todos os exemplares, articulando-se sempre em encaixe, estando associados a conteúdos específicos e tendo uma configuração linguística específica e significativamente previsível, demonstrando que a configuração linguística dos tipos discursivos depende, em grande medida, da categoria genérica dos textos, como atestam as várias particularidades identificadas.

Além disso, nestes géneros, não ocorrem tipos mistos e tipos secundários. Já no *projeto de lei*, embora tenhamos considerado que o género tem um plano de texto convencional, o facto de o conteúdo das unidades composicionais apresentar alguma variabilidade traduz-se também em alguma irregularidade na ocorrência dos tipos discursivos, como é o caso do tipo narração que ocorre apenas em 1 texto e dos tipos mistos. Por outro lado, nos géneros com planos de texto semiconvencionais, a ocorrência dos tipos discursivos é significativamente variável. Apesar de os tipos teórico e interativo serem predominantes em todos os exemplares dos géneros considerados, a ocorrência dos tipos narração, relato interativo, dos tipos mistos e dos tipos secundários parece não obedecer a nenhuma regularidade. Por exemplo, no *póster científico*, o tipo narração ocorre em 7 textos, o relato interativo em 1, o tipo misto narrativo-teórico ocorre em 2, o tipo misto relato interativo-teórico ocorre em 1 e o tipo interativo secundário em 1. No *edital*, embora o tipo narração ocorra também em 7 textos, não ocorre o tipo relato interativo, sendo que o único tipo misto que ocorre é o narrativo-teórico. Neste sentido, nos géneros *artigo científico*, *póster científico*, *chamada de trabalhos* e *edital*, a irregularidade do padrão

discursivo constitui uma regularidade. Deste ponto de vista, tendo como critério a regularidade das características do padrão discursivo (cf. Quadro 103), é possível distinguir os géneros com padrão discursivo regular dos géneros com padrão discursivo irregular. Nos primeiros, as características do padrão discursivo são transversais a todos os exemplares de género, ou seja, a organização, configuração e emergência dos tipos discursivos ao nível do plano de texto são estáveis e, por isso, o padrão discursivo é relativamente previsível. Nos segundos, observa-se variabilidade significativa, caracterizando-se, deste modo, pela irregularidade do padrão discursivo.

Assim, nos géneros com padrão discursivo regular, incluímos a *bula de medicamento*, o *rótulo de embalagem de medicamento*, o *rótulo de embalagem de tabaco* e o *projeto de lei*. Neste âmbito, os três primeiros géneros são mais regulares, como atestam ocorrências nos textos, enquanto o último, o *projeto de lei*, é menos regular, pois como referido anteriormente, apesar de o plano de texto ser convencional no que respeita à forma, admite alguma variabilidade no conteúdo das unidades composicionais, o que se reflete na ocorrência dos tipos discursivos (cf. Quadro 103). Na nossa perspetiva, a regularidade do padrão discursivo depende, desta forma, do funcionamento social dos géneros.

Como observámos atrás, alguns géneros têm funcionamentos sociais relativamente estáveis, não existindo variabilidade no que respeita às atividades a que estão associados, como é o caso da *bula de medicamento*, do *rótulo de embalagem de medicamento*, do *rótulo de embalagem de tabaco* e do *projeto de lei*, ou seja, são géneros que se inscrevem em sistemas de atividades fixos, nos quais todas as atividades estão subordinadas à atividade legislativa. Nos outros géneros, o caso do *artigo científico*, *póster científico*, *chamada de trabalhos* e *edital*, embora seja possível identificar alguma estabilidade no seu funcionamento social, pois todos estão associados a atividades principais, isto é, aquelas que são comuns a todos os exemplares, também constatamos que estes estão associados a atividades secundárias variáveis. Além disso, verificou-se que os parâmetros contextuais que influenciam a produção textual dos exemplares dos géneros considerados também são distintos, observando-se várias particularidades que decorrem da singularidade de cada texto e também do funcionamento social de cada género (cf. Anexo 1).

Em suma, por um lado, são estas diferenças no funcionamento social dos géneros que determinam o seu padrão discursivo, ou seja, a regularidade do padrão discursivo é



mais ou menos rigidamente pré-determinada pelo género selecionado, que, por sua vez, é regulado pelas atividades sociais em que é mobilizado.

Apesar de algumas das características dos elementos que integram este instrumento análise serem comuns a diferentes géneros, como é o caso da ocorrência dos tipos teórico e interativo, o padrão discursivo, visto como um todo, é distinto nos oito géneros, constituindo, desta forma, uma característica diferencial dos géneros de texto. Embora não se possa afirmar que o padrão discursivo de um género seja exclusivo deste, consideramos que este pode constituir uma característica específica do género, quer seja regular ou irregular, pois como mencionado atrás, a irregularidade pode constituir uma regularidade do género, tal como a regularidade. Neste sentido, o padrão discursivo, que resulta da articulação dos tipos discursivos e do plano de texto, poderá indiciar a “identidade genérica” dos textos, constituindo um *marcador inferencial* de género, contribuindo, desta forma, para a caracterização diferencial dos géneros textuais. Segundo Miranda (2010: 135), os marcadores inferenciais requerem um maior esforço interpretativo, pois não explicitam a categoria genérica dos textos, funcionando como indício da mesma. No caso do padrão discursivo, tal como em todos os marcadores inferenciais, este não funciona isoladamente, pois como sublinha Miranda (2010: 135), “os marcadores – tal como os parâmetros que recuperam – são *específicos* de um género, mas não são *exclusivos*.”. Deste ponto de vista, os padrões discursivos apresentados em seguida constituem características específicas previsíveis, mas não exclusivas dos oito géneros considerados<sup>97</sup> (cf. Quadro 103).

---

<sup>97</sup> No quadro 103, optamos por não dar conta da configuração linguística do relato interativo, tendo em conta o número reduzido de ocorrências identificadas.

	Plano de texto		Tipos discursivos		
	Forma	Conteúdo	Primeiro nível (PN), modalidades de articulação (MA), tipos mistos (TM) e secundários (TS)	Ocorrência dos tipos discursivos e conteúdos tematizados	Configuração linguística TT: tipo teórico/TI: tipo interativo/TN: tipo narração
<i>Artigo científico</i>	<b>Semiconvencional:</b> conteúdos organizados em <i>introdução</i> , <i>desenvolvimento</i> e <i>conclusão</i> , distribuídos por unidades composicionais em número variável (verbais ou mistas), sendo estas variáveis quanto à forma (disposição sequencial, hierárquica ou mista) e quanto ao conteúdo, de acordo com os modos de fazer Ciência privilegiados e objetivos específicos das investigações, bem como consoante as diretrizes editoriais.		<b>PN:</b> teórico (10); interativo (10); narração (10); relato interativo (2) <b>MA:</b> encaixe (10); fusão (10) <b>TM:</b> misto interativo-teórico (9); misto narrativo-teórico (8) <b>TS:</b> interativo secundário (1); relato interativo secundário (1)	<b>TT:</b> descrição do processo de investigação (ACF); explicitação do tema objeto de reflexão (ACD) <b>TI:</b> implicação no processo de investigação (ACF); problematização/ tomada de posição (ACD) <b>TN:</b> enquadramento do processo de investigação (ACF); enquadramento teórico /histórico do tema (ACD)	<b>TT:</b> ausência de formas linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação. Presença de: procedimentos de reenvio intertextual e intratextual (citações, paráfrases, alusões, notas...); frases passivas. <b>TI:</b> formas verbais no presente do indicativo, na 1. <sup>a</sup> pessoa do singular e plural; formas verbais no futuro do indicativo (simples e composto), no condicional; frases não declarativas (interrogativas e exclamativas). <b>TN:</b> formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito; organizadores temporais sem valor deítico.
<i>Póster científico</i>	<b>Semiconvencional:</b> conteúdos organizados em <i>introdução</i> , <i>desenvolvimento</i> e <i>conclusão</i> , distribuídos por unidades composicionais em número variável (verbais ou mistas), sendo estas variáveis quanto à forma (disposição sequencial, hierárquica ou mista) e quanto ao conteúdo, de acordo com os modos de fazer Ciência privilegiados e objetivos específicos das investigações, sendo estas distribuídas por uma única superfície textual.		<b>PN:</b> teórico (10); interativo (10); narração (7); relato interativo (1) <b>MA:</b> encaixe (10), fusão (3) <b>TM:</b> misto narrativo-teórico (2); misto relato interativo-teórico (1) <b>TS:</b> tipo interativo secundário (1)	<b>TT:</b> enquadramento da investigação (PCA/PCL) <b>TI:</b> agradecimentos/implicação no processo de investigação (PCA); problematização (PCL) <b>TN:</b> descrição do processo de investigação (PCA); enquadramento teórico /histórico do tema (PCL)	<b>TT:</b> ausência de formas linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação. Presença de: frases declarativas; frases passivas. <b>TI:</b> nomes próprios; frases não declarativas (interrogativas); formas verbais no presente do indicativo, na 1. <sup>a</sup> pessoa do plural. <b>TN:</b> formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito.
<i>Chamada de trabalhos</i>	<b>Semiconvencional:</b> conteúdos organizados de acordo com as informações relativas aos eventos em causa, distribuídos por unidades composicionais em número variável (predominantemente verbais), sendo estas variáveis quanto à forma e quanto ao conteúdo.		<b>PN:</b> teórico (10); interativo (6); narração (10) <b>MA:</b> encaixe (10); fusão (3) <b>TM:</b> misto interativo-teórico (3)	<b>TT:</b> tematização de informações diversificadas <b>TI:</b> implicação dos emissores nas informações expostas e dos recetores (eventuais interessados) em instruções específicas.	<b>TT:</b> ausência de formas linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação. Presença de: verbos auxiliares modais ( <i>poder</i> , <i>dever</i> e <i>ter</i> ); construções perifrásticas (verbo modal no futuro do indicativo + infinitivo). <b>TI:</b> formas verbais no imperativo; formas verbais no presente do indicativo, na 1. <sup>a</sup> pessoa do plural;

			<b>TN:</b> contextualização teórica/histórica dos temas dos eventos/tematização de ações futuras relacionadas com os eventos em causa	possessivos na 2. <sup>a</sup> e 3. <sup>a</sup> pessoas; pronomes pessoais, na 1. <sup>a</sup> pessoa do plural. <b>TN:</b> formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito; formas verbais no futuro do indicativo (simples e composto).
<i>Bula de medicamento</i>	<b>Convencional:</b> conteúdos organizados de acordo com as disposições legais vigentes, distribuídos por unidades composicionais fixas, sendo pouco variáveis na forma e no seu conteúdo.	<b>PN:</b> teórico (10); interativo (10); narração (10) <b>MA:</b> encaixe (10)	<b>TT:</b> informações e recomendações gerais <b>TI:</b> instruções específicas para os utilizadores <b>TN:</b> no final do plano de texto (data de revisão do folheto)	<b>TT:</b> frases declarativas; frases passivas; anáforas fiéis; verbos auxiliares modais com valor epistémico de possibilidade ( <i>poder</i> ) e valor deontico de obrigação ( <i>dever</i> ). <b>TI:</b> formas verbais no imperativo; possessivos de 3. <sup>a</sup> pessoa; logótipos nomes das farmacêuticas; interrogativos; orações adverbiais condicionais introduzidas por <i>caso</i> e <i>se</i> . <b>TN:</b> construção no final do corpo do texto (auxiliar da passiva no pretérito perfeito + participípio) e organizador temporal.
<i>Rótulo de embalagem de medicamento</i>	<b>Convencional:</b> conteúdos organizados de acordo com as disposições legais vigentes, distribuídos por unidades composicionais que variam consoante as particularidades do formato tridimensional do suporte (predominantemente verbais), sendo, porém, pouco variáveis na forma e no conteúdo.	<b>PN:</b> teórico (10); interativo (10) <b>MA:</b> encaixe (10)	<b>TT:</b> informações e recomendações gerais <b>TI:</b> nome das farmacêuticas e instruções específicas para os utilizadores	<b>TT:</b> frases declarativas; formas verbais no presente do indicativo; formas verbais no infinitivo com valor imperativo genérico. <b>TI:</b> formas verbais no imperativo; possessivos de 3. <sup>a</sup> pessoa; logótipos e nomes das farmacêuticas; pronomes e advérbios interrogativos.
<i>Rótulo de embalagem de tabaco</i>	<b>Convencional:</b> conteúdos organizados de acordo com as disposições legais vigentes, distribuídos por unidades composicionais específicas (verbais e mistas), de acordo com as particularidades do formato tridimensional do suporte, sendo estas significativamente estáveis na forma e no conteúdo.	<b>PN:</b> teórico (10); interativo (10) <b>MA:</b> encaixe (10)	<b>TT:</b> mensagens informativas e advertências gerais <b>TI:</b> advertências específicas para o consumidor	<b>TT:</b> formas verbais no infinitivo; formas verbais no presente do indicativo; construção infinitivo + presente do indicativo. <b>TI:</b> formas verbais no imperativo; possessivos de terceira pessoa.
<i>Projeto de lei</i>	<b>Convencional/semiconvencional:</b> conteúdos organizados de acordo com as orientações normativas vigentes, distribuído por unidades composicionais predominantemente verbais, sendo estas pouco variáveis	<b>PN:</b> teórico (10); interativo (10); narração (1) <b>MA:</b> encaixe (10); fusão (5)	<b>TT:</b> proposta normativa <b>TI:</b> predominantemente, no início e fim do plano de texto (logótipo, datas, assinaturas)	<b>TT:</b> frases passivas; formas verbais no presente do indicativo, no presente do conjuntivo e no infinitivo; verbos auxiliares modais ( <i>poder</i> e <i>dever</i> ).

	quanto à forma e admitindo alguma variabilidade no conteúdo.	<b>TM:</b> misto interativo-teórico (5); misto narrativo-teórico (1)	<b>TN:</b> pontualmente, na secção exposição de motivos	<b>TI:</b> formas verbais no presente do indicativo, na 1. <sup>a</sup> pessoa do plural; advérbios e expressões temporais com valor deítico; nomes próprios e logótipos; datas, lugar e assinaturas. <b>TN:</b> formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito; organizadores temporais sem valor deítico.
<i>Edital</i>	<b>Semiconvencional:</b> conteúdos organizados de acordo com os objetivos particulares do edital e do modelo utilizado, distribuídos por unidades composicionais em número variável (predominantemente verbais), sendo estas variáveis na forma e no conteúdo.	<b>PN:</b> teórico (10); interativo (10); narração (7) <b>MA:</b> encaixe (10); fusão (6) <b>TM:</b> misto narrativo-teórico (6)	<b>TT:</b> tematização de informações diversificadas <b>TI:</b> abertura e fecho do plano de texto <b>TN:</b> tematização de factos passados e ações futuras relevantes para os editais em causa	<b>TT:</b> procedimentos intertextuais; formas verbais no presente do indicativo e no infinitivo; formas na 3. <sup>a</sup> pessoa, no singular e plural; verbo auxiliar modal ( <i>dever</i> ). <b>TI:</b> logótipos, nomes próprios, datas e assinaturas. <b>TN:</b> formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito; formas verbais no futuro do indicativo.

**Quadro 103:** padrão discursivo dos géneros em análise

### 3.5. Aplicabilidade do padrão discursivo: perspectivas formativas e didáticas

A noção de *padrão discursivo*, como mencionado nos pontos introdutórios deste trabalho (cf. I, 2.), teve como ponto de partida trabalhos desenvolvidos no seminário de Análise do Discurso, no âmbito do Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística, tendo sido formalmente proposta na dissertação deste ciclo de estudos (Rosa, 2015). Na presente tese, considerando que os resultados obtidos anteriormente não nos possibilitavam alcançar conclusões inequívocas, a partir da análise de um *corpus* mais alargado, demonstrou-se que o padrão discursivo é aplicável a análise de outros textos de diferentes géneros, dando a ver as particularidades dos textos e as especificidades dos géneros. No ponto anterior, constatámos que a regularidade e as especificidades do padrão discursivo dos géneros dependem, em grande medida, do funcionamento social destes. Deste ponto de vista, o padrão discursivo dá também a ver o modo como atividades sociais determinam as propriedades dos textos e dos géneros. Por outro lado, comparando os oito géneros, concluímos que o padrão discursivo constitui uma característica diferencial dos géneros de texto, observando-se especificidades desde o nível macrocomposicional até ao nível microlinguístico, como é o caso da configuração linguística dos tipos discursivos.

Neste sentido, partindo do pressuposto de que os géneros de texto e o conhecimento das suas características são relevantes para domínios disciplinares distintos, o objetivo deste ponto é apresentar dois exemplos da aplicabilidade do padrão discursivo, por um lado, na atividade de revisão textual e, por outro, no âmbito da didática dos géneros. Assim, tendo os géneros textuais como elo entre estes dois domínios disciplinares distintos, espera-se, desta forma, demonstrar, por um lado, que o padrão discursivo pode ser uma das dimensões ensináveis dos géneros e, por outro, que o conhecimento desta dimensão pode ser relevante para o trabalho do revisor.

Para tal, num primeiro momento, partindo da noção de *revisão*, retoma-se e amplia-se o instrumento apresentado na dissertação de Mestrado (Rosa, 2015), seguindo-se, um modelo didático do *artigo científico*, género que temos vindo a trabalhar ao longo deste percurso de investigação (Rosa, 2017a; 2018a; 2018c; 2018e; 2019; Silva & Rosa, 2019).

### 3.5.1. O padrão discursivo na revisão de texto

Derivado do substantivo latino *revisio*, *-onis*<sup>98</sup>, que, por sua vez, remete para o verbo *revideo*, o termo *revisão*, na sua gênese, significa “ver novamente”. Numa aceção geral, a definição de *revisão* remete para a consecução de uma ação de verificação e de fiscalização<sup>99</sup>. Quando essa ação tem como objeto o texto, o objetivo desta é a melhoria e aperfeiçoamento da escrita. Em francês, tal como em português europeu, a definição do termo *révision* remete para uma ação sobre o texto: “action d'examiner de nouveau, de mettre à jour, de modifier: Révision d'un texte”<sup>100</sup>. No entanto, a tradução e o significado do termo *revisão* evidenciam algumas imprecisões e sobreposições, observando-se, por um lado, que existem diferentes termos para designar a ação de revisão e, por outro, o termo pode remeter para ações diferenciadas, conforme sublinha Heurley:

Il faut ajouter à ces difficultés celles qui sont associées à la traduction même du mot «révision» de l'anglais vers le français. En anglais, trois termes sont utilisés: «revision», «revising» et «reviewing». Tandis que le mot *révision* s'emploie généralement pour faire référence au processus qui consiste à réexaminer de manière systématique un texte dans le but de l'améliorer (cf. notamment Hayes et coll., 1987), *revising* désigne le retour sur le texte accompagné de modifications ou de corrections et *reviewing* le retour sur... (Piolat, 1997) ou le réexamen d'un texte ou d'un passage pouvant ou non déboucher sur des modifications de ce dernier (Flower & Hayes, 1981 cités par Hayes et coll., 1987).

Heurley, 2006: 12

De acordo com a definição apresentada no *Dicionário de Termos Linguísticos*, a revisão consiste na “observação das provas tipográficas de um texto, por um revisor profissional ou pelo próprio autor. O objetivo é o de corrigir possíveis erros de impressão.” (Xavier & Mateus, 1990: 325). Esta definição restringe a revisão ao contexto de revisão de provas tipográficas, sublinhando-se que esta implica a observação de um texto e a sua correção. Por outro lado, para o termo *correção*, é apresentada a seguinte definição: “modificação, por revisor, da forma final de um texto, tal como é dada por um testemunho.”

---

<sup>98</sup> <<https://dicionario.priberam.org/revisão>> [acesso a 20 de outubro de 2019].

<sup>99</sup> <<https://www.lexico.pt/revisao/>> [acesso a 20 de outubro de 2019].

<sup>100</sup> <<https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/révision/69135>> [acesso a 20 de outubro de 2019].

(Xavier & Mateus, 1990: 108). Neste sentido, a revisão de texto implica ações variáveis de correção da escrita aplicadas aos textos<sup>101</sup>.

Para Athayde e Alves (2017: 2), embora existam múltiplas concepções de *revisão*, é possível agrupá-las em três grupos: *a revisão como alteração efetiva; revisão como componente do processo de escrita; revisão como controle da produção escrita*. Segundo os autores, apesar de estes três grupos se distinguirem pelo grau de profundidade da revisão, sendo o último o mais profundo, não é possível determinar de forma inequívoca o que está ou não incluído em cada grupo.

Neste âmbito, importa ainda distinguir a autorrevisão, habitualmente utilizada em contexto escolar como componente da produção escrita, seguindo-se à *planificação* e *textualização*, da heterorrevisão, revisão de um texto produzido por outra pessoa, ou seja, a revisão que é efetuada em contexto profissional. No entanto, o objetivo de aperfeiçoamento da escrita é partilhado nos dois âmbitos.

Apesar de predominarem os estudos dedicados à revisão no contexto escolar e de carácter monodisciplinar noutros domínios (Petillon & Ganier, 2006: 326), na última década, têm sido apresentados trabalhos e desenvolvidas investigações que abordam a revisão de texto como atividade profissional, nos quais se procura determinar as especificidades da revisão de texto e das tarefas do revisor (cf. Athayde, 2012; Athayde & Alves, 2017; Fidalgo, 2014; Rodrigues, 2015; Rosa, 2015).

Para Rodrigues (2015: 1), a atividade de revisão de texto é bastante heterogénea, podendo ocorrer em diversos contextos e de múltiplas formas. Essa variabilidade decorre do “estatuto do revisor de textos – se é um profissional experiente; se é o próprio escritor, quando revisa seu texto; se é um aprendiz”; da “modalidade em que a revisão é realizada: manuscrita ou informatizada; do “contexto da revisão: profissional ou escolar; dos níveis de focalização da revisão: unidades frásicas isoladas, textos inteiros ou livros.” (Rodrigues, 2015: 1).

Uma outra questão diz respeito ao campo de atuação do revisor. Segundo Malta (2000: 16), as tarefas do revisor são: *rever os originais aprovados para edição pelas edi-*

---

<sup>101</sup> No caso da revisão de provas tipográficas, são utilizados sinais convencionais (sinais de revisão) que explicitam nas margens das provas as alterações que devem ser efetuadas.

*toras; rever traduções, caso conheça outros idiomas; rever segundas provas; rever terceiras provas; examinar heliográficas*<sup>102</sup>; *rever filmes que deram ou darão origem a heliográficas; reler livros já publicados, tendo em vista uma nova edição (melhorada, ampliada, corrigida)*. Para Neto (2013: 59), são tarefas do revisor: *rever os originais (ou provas, ou heliográficas, ou fotolitos) aprovados para edições; rever traduções (tradução técnica); rever textos a serem disponibilizados na internet; rever livros já publicados, tendo em vista uma nova edição revista e/ou ampliada; proceder a quantas revisões forem acordadas com o cliente*. Apesar de os dois autores ser convergentes na maioria das tarefas enumeradas, observa-se que algumas não são exclusivas do revisor de texto, como é o caso da revisão de traduções, por vezes realizada por tradutores.

De acordo com Athayde (2012: 11), a revisão de texto diz respeito ao “conjunto das interferências não autorais no texto visando sua melhoria. Trata-se da reconsideração alheia a um texto original.”. Estas interferências podem ocorrer a diferentes níveis e envolver operações muito diversificadas, como, por exemplo, supressão, inclusão, inversão ou deslocação.

No entanto, ainda predomina a perspectiva redutora de que estas operações estão estritamente relacionadas com a correção linguística dos textos, atribuindo-se ao revisor o papel de fiscal da língua. Para esta perspectiva, contribui, em grande medida, o predomínio da formação do revisor exclusivamente guiada pelos instrumentos de normalização linguística tradicionais e centrada na aquisição de competências gramaticais, limitando, assim, o seu campo de atuação e competências (Athayde & Alves, 2017: 1).

No contexto português, para além de ser escassa a bibliografia especificamente dedicada à revisão como atividade profissional, há também necessidade de criar instrumentos que ultrapassem a abordagem estritamente linguística dos textos, contemplando fatores sociais e contextuais, assim como o papel dos géneros de texto. Indo ao encontro desta necessidade, em Rosa (2015), apresentámos uma proposta interacionista para a prática de revisão de texto, na qual articulamos os princípios teóricos do ISD, o *padrão discursivo*, noção desenvolvida a partir deste quadro, com alguns dos elementos constitutivos dos principais modelos descritivos do processo de revisão da escrita, designadamente as etapas e recursos mobilizados.

---

<sup>102</sup> No Brasil, o termo *heliográfica* designa uma prova de revisão com cor azulada (cianográfica).



Conforme demos conta em Rosa (2015: 26-29), nas últimas décadas, privilegiando a perspectiva da Psicologia Cognitiva, foram desenvolvidos vários modelos descritivos do processo de revisão da escrita, sendo estes aplicados no âmbito da didática da escrita.

O modelo inicial, proposto por Flower *et al.* (1986), foi o ponto de partida para a elaboração dos modelos posteriores. Neste modelo, embora a revisão seja entendida como componente do modelo da escrita, esta constitui um processo autónomo constituído por dois subprocessos: “leitura do texto já produzido e correção dos procedimentos (edição)” (Flower *et al.*, 1986, *apud* Aleixo, 2006: 83). Além disso, neste modelo, o processo de revisão integra quatro subprocessos sequenciais: *definição de tarefa*, *avaliação*, *seleção da estratégia* e *execução*. O segundo modelo, que retoma as últimas três etapas do modelo de Flower *et al.* (1986), foi desenvolvido por Scardamalia e Bereiter (1986). Neste modelo, assume-se que “a revisão pode ser expressa através de três operações cognitivas – Comparação, Diagnóstico e Operação” (Scardamalia & Bereiter, 1986, *apud* Aleixo, 2006: 84). O terceiro modelo, proposto por Butterfield, Hacker e Albertson (1996), atualiza o modelo de Flower *et al.* (1986), especificando o conhecimento e as estratégias implicadas nas etapas do processo de revisão, no qual a memória de trabalho assume especial relevância (Butterfield, Hacker & Albertson, 1996, *apud* Aleixo, 2006: 84). No quarto modelo, proposto por Fayol (1997), destacam-se os processos e conhecimentos (representações) implicados no processo de revisão (Fayol, 1997, *apud* Aleixo, 2006: 85). No modelo de Fayol (1997), definem-se quatro etapas no processo de revisão: *definição de tarefa*, *avaliação*, *deteção* e *instrução reflexiva*. O quinto modelo, proposto por Hayes (1996), integra três componentes: *a estrutura de controlo*; *os processos fundamentais*; *os recursos da memória de trabalho e da memória a longo prazo* (Hayes, 1996, *apud* Aleixo, 2006: 87-88).

Embora evidenciem algumas especificidades, os modelos sumariamente descritos são coincidentes no que respeita à natureza e etapas do processo de revisão da escrita (Aleixo, 2006). Conforme observado em Rosa (2015), em todos os modelos, o processo de revisão é entendido como sendo autónomo do processo da escrita. Por outro lado, os modelos coincidem na importância das representações do revisor em relação à tarefa de revisão e ao texto a ser revisto, bem como dos conhecimentos do revisor, como, por exemplo, de estratégias adequadas à resolução de problemas.

Em Rosa (2015), articulando organização destes modelos com a perspectiva teórica do ISD, apresentou-se um instrumento de recurso para a atividade de revisão de texto. Assim, privilegiando uma abordagem interacionista do processo de revisão, assumimos os seguintes pressupostos:

- a. a linguagem tem um papel central no processo de revisão: o revisor utiliza conhecimentos adquiridos através da linguagem para desempenhar a sua atividade e, simultaneamente, adquire conhecimento e desenvolve competências na diversidade de operações que efetua (através da linguagem) aplicadas à língua materializada nos textos;
- b. o processo de revisão implica a mobilização de conhecimentos linguísticos, textuais e contextuais armazenados nos dois tipos de memória que se complementam (memória de trabalho e memória a longo prazo). São as representações e conhecimentos prévios que permitem ao revisor definir a tarefa e os seus objetivos (representação da tarefa de revisão), avaliar o texto, selecionar estratégias adequadas e executar diferentes tipos de modificações;
- c. no processo de revisão dos textos, são também mobilizadas representações e conhecimentos relativos aos modelos de géneros (contextos de uso, características organizacionais e linguísticas).

Embora continuemos a assumir estes pressupostos, consideramos que o instrumento elaborado em 2015 não contempla aspetos entretanto aprofundados, designadamente a abordagem metodológica descendente do ISD, a relação entre atividades sociais e padrão discursivo. Como demos conta na análise efetuada ao longo deste trabalho, a regularidade do padrão discursivo depende do funcionamento social do género. Deste ponto de vista, o instrumento para a atividade de revisão que contemple o padrão discursivo deve integrar a relação entre géneros e atividades. Por outro lado, a análise de um *corpus* mais alargado permitiu-nos, por um lado, consolidar este instrumento de análise e, por outro, a partir da sua aplicação à análise dos textos e dos géneros, refletir sobre aspetos não explorados em 2015, como, por exemplo, o plano de texto e a configuração linguística dos tipos discursivos. Em anexo (cf. Anexo 5), apresentamos uma versão melhorada deste instrumento, considerando os aspetos referidos. Embora o foco desta investigação não seja a revisão de texto, parece-nos relevante retomar este instrumento para demonstrar o modo como o padrão discursivo pode ser considerado neste âmbito.

Neste instrumento, o processo de revisão decorre em cinco etapas: *definição de tarefa, avaliação, seleção de estratégias, execução e avaliação final*. Na versão anterior (Rosa, 2015), a etapa *avaliação final* era integrada na etapa execução, o que agora não nos parece totalmente adequado, dado que a avaliação final do texto revisto é posterior e distinta, podendo não contemplar alterações no texto revisto. Cada uma destas etapas contempla procedimentos e recursos, sendo mobilizados conhecimentos e representações heterogéneos armazenados na memória a longo prazo, que, por sua vez, numa relação de condicionamento mútuo ao longo de todo o processo, interage com a memória de trabalho, sendo esta responsável pelo armazenamento de informação e sequencialização dos processos cognitivos (cf. Anexo 5).

Na primeira etapa, *definição de tarefa*, sublinhamos alguns dos aspetos que o revisor deverá ter em conta, como, por exemplo, o objeto da revisão, o tipo de revisão solicitada, os materiais previamente fornecidos e os recursos de que dispõe para a realização da tarefa. Por outro lado, nesta etapa, assumindo-se que a revisão é uma atividade social, o texto a ser revisto é uma ação de linguagem situada e o revisor o recetor da mesma, sendo mobilizados conhecimentos e representações da atividade social da tarefa de revisão, do tipo de revisão e dos parâmetros do contexto físico e sociossubjetivo da tarefa de revisão. São estes conhecimentos e representações que estão na base da tomada de decisões relacionadas com a gestão de tempo, interação com o cliente, entre outras.

Na segunda etapa, na *avaliação*, numa primeira leitura, a partir de conhecimentos e representações mobilizados, o revisor irá confrontar-se com questões relativas à inscrição genérica do texto, à atividade em que o exemplar de género é mobilizado, à adequabilidade contextual, bem como a conformidade das características linguísticas e composicionais do texto com a sua inscrição genérica (cf. Anexo 5).

Numa segunda leitura, o revisor, a partir das representações referidas e de outros conhecimentos, vai identificar a natureza dos problemas que requerem a sua intervenção. Numa abordagem tradicional da tarefa de revisão, o revisor restringe-se à identificação de problemas ortográficos, gramaticais, de vocabulário, entre outros. Numa abordagem interacionista, o revisor vai observar estes aspetos, mas transcender a observação estritamente linguística do texto, considerando a sua inscrição genérica, o funcionamento social do género, sendo mobilizados conhecimentos e representações relativos às características

composicionais e linguísticas privilegiadas ou pré-determinadas no quadro social da interação em que é mobilizado o género: o padrão discursivo.

A partir da representação do padrão discursivo do género, o revisor poderá avaliar se as características composicionais e linguísticas do texto a ser revisto estão em conformidade com as que são expectáveis em exemplares do género. Como a regularidade do padrão discursivo depende do género e do seu funcionamento social, na avaliação por parte do revisor, interagem representações relativas ao género (atividades, contextos de uso e características genéricas), aspetos relacionados com a tarefa de revisão específica (instruções do cliente, livros de estilo, diretrizes editoriais, etc.) e o padrão discursivo do texto a ser revisto (cf. Anexo 5).

Considerando os géneros e textos analisados, no caso do *artigo científico*, para avaliar o padrão discursivo, é necessário que o revisor considere as diretrizes da atividade editorial, os diferentes modos de fazer e divulgar Ciência em uso nas áreas científicas, bem como as instruções dos autores, pois, como vimos, são estes fatores que determinam as características do plano de texto (organização dos conteúdos contemplados), os tipos discursivos mobilizados e a sua configuração linguística. No que concerne ao plano de texto do *artigo*, observou-se que as propriedades deste variam consoante as áreas científicas, apresentando uma organização mais sequencial e previsível nas áreas do tipo experimental e mais hierárquica e menos ritualizada nas áreas em que se tematiza um tema objeto de reflexão. Além disso, vimos, por exemplo, que os textos do género *artigo científico* admitem diferentes níveis de implicação, como evidencia a configuração linguística do tipo interativo. São estes fatores que o revisor deve considerar na avaliação do padrão discursivo.

Por outro lado, se o objeto de revisão for uma *bula de medicamento*, o revisor terá de ter em conta que o plano de texto é significativamente estável, contemplando secções e conteúdos específicos, sendo, por isso, fundamental que se observe as leis que regulam os textos do género, dado que são estas que determinam o que pode ou não ocorrer numa *bula*. Nos textos deste género, observou-se que os tipos discursivos ocorrem em determinados momentos do plano de texto, apresentando uma configuração linguística particular. Neste sentido, na avaliação de uma *bula*, o revisor também terá de considerar, por exemplo, se são ou não privilegiadas formas verbais no imperativo nos segmentos de tipo in-

terativo dedicados às instruções específicas para o utilizador. Se nestes segmentos ocorrerem, por exemplo, formas verbais no pretérito perfeito, embora não constituam erros do ponto de vista linguístico, esta não é a configuração linguística adequada ao género. Além disso, na *bula de medicamento*, ocorre um único segmento do tipo narração no final do plano de texto, sendo privilegiado para tematizar a data de revisão do folheto e evidenciado pela coocorrência de formas verbais (pretérito perfeito + auxiliar da passiva) e organizadores temporais que remetem para coordenadas temporais disjuntas da situação de produção dos textos. Se manipularmos estes exemplos, substituindo as formas verbais no pretérito perfeito por formas no presente do indicativo, embora sejam igualmente gramaticais, temos a tematização de uma ação no presente com valor de futuro, comprometendo a finalidade comunicativa daquilo que é tematizado, não sendo por isso adequado. Porém, este aspeto só é identificável, se conhecermos o género e o seu padrão discursivo (plano de texto, tipos discursivos mobilizados, momentos em que ocorrem e configuração linguística).

<i>Este folheto foi revisto pela última vez em setembro de 2012. (BM5)</i>
<i>Este folheto foi revisto pela última vez em janeiro 2013. (BM6)</i>
<i>Este folheto foi revisto pela última vez em Abril de 2014 (BM7)</i>
<i>Este folheto foi aprovado pela última vez em: 12 2012. (BM10)</i>
<i>Este folheto é revisto pela última vez em setembro de 2012. (BM5)</i>
<i>Este folheto é revisto pela última vez em janeiro 2013. (BM6)</i>
<i>Este folheto é revisto pela última vez em Abril de 2014 (BM7)</i>
<i>Este folheto é aprovado pela última vez em: 12 2012. (BM10)</i>

**Quadro 104:** segmentos do tipo narração (BM) e exemplos manipulados

No caso do *projeto de lei*, observou-se que o plano de texto, no que respeita à forma (distribuição dos conteúdos), apresenta uma estrutura fixa, sendo contempladas secções específicas, aspeto que terá de ser considerado pelo revisor, caso o objeto de revisão seja um exemplar do género. Além disso, constatámos que existem disposições que procuram regular as unidades linguísticas privilegiadas, como é o caso da recomendação do uso do presente do indicativo, tendo em conta que, como já citado, “o tempo verbal deve reflectir que a norma é actual”<sup>103</sup>.

<sup>103</sup> Disponível em:

Nos exemplos abaixo, apresentamos segmentos observados na abertura da segunda secção do plano de texto.

Nesta secção, transversal a todos exemplares, é apresentada a proposta normativa, ocorrendo o tipo discursivo teórico evidenciado pela ocorrência formas verbais no presente do indicativo. Se substituirmos estas formas por formas verbais no pretérito perfeito, não temos nenhum erro do ponto de vista linguístico, mas os conteúdos tematizados perdem a atualidade, não cumprindo a finalidade comunicativa prevista para o texto do género.

*A presente lei estabelece o regime de regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de separação de facto, dissolução de união de facto, bem como entre pais não casados nem unidos de facto. (PL1)*

*A presente lei procede à alteração da Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que define as medidas de apoio social às mães e pais estudantes. (PL2)*

*A presente lei estabeleceu o regime de regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo junto das Conservatórias do Registo Civil em caso de separação de facto, dissolução de união de facto, bem como entre pais não casados nem unidos de facto. (PL1)*

*A presente lei procedeu à alteração da Lei n.º 90/2001, de 20 de agosto, que definiu as medidas de apoio social às mães e pais estudantes. (PL2)*

**Quadro 105:** abertura da secção proposta normativa (PL) e exemplos manipulados

Deste ponto de vista, nestes exemplos (ainda que simulados<sup>104</sup>), a abordagem da correção tradicional seria claramente insuficiente, sendo necessário considerar a inscrição genérica dos textos, bem como o padrão discursivo: plano de texto e tipos discursivos (momentos em que são mobilizados, articulação e configuração linguística).

Na terceira etapa, *seleção de estratégias*, considerando os problemas identificados na etapa anterior, o revisor vai definir as estratégias adequadas à resolução dos mesmos, sendo, por um lado, mobilizadas as representações e conhecimentos convocados nas etapas anteriores (sociais, contextuais, genéricos, linguísticos e padrão discursivo) e, por

---

<[https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma\\_Parlamento/guialegisticaformal.p](https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma_Parlamento/guialegisticaformal.p)> [acesso a 20 de outubro de 2019].

<sup>104</sup> Embora o foco deste trabalho não seja a revisão de texto, sendo esta convocada para exemplificar a aplicabilidade do padrão discursivo em diferentes domínios, reconhecemos a necessidade de aplicar este instrumento em contexto de revisão.

outro, convocadas representações de problemas e estratégias, repertório cujas dimensões dependem da sua experiência como revisor.

A quarta etapa, *execução*, é dedicada à consecução de alterações no texto, podendo estas ser exclusivamente linguísticas, gráficas, de conteúdo, entre outras, ou do padrão discursivo. Neste sentido, embora as alterações ao nível do padrão discursivo possam contemplar alterações linguísticas, gráficas e de conteúdo, a consecução destas é feita a partir de uma outra perspetiva sobre o texto, pois, como vimos, a partir dos exemplos apresentados, a adequabilidade do padrão discursivo depende da inscrição genérica do texto, bem como do funcionamento social do género. As alterações efetuadas pelo revisor podem implicar diferentes tipos de operações, como, por exemplo, de eliminação, de adição, de reformulação, inserção, de comutação, entre outras. As operações efetuadas ao nível do padrão discursivo dependem da experiência do revisor e do conhecimento que este tem do género. Estando mais familiarizado com o género, o revisor terá uma representação mais nítida do padrão discursivo, identificando mais facilmente problemas a este nível e executando alterações através das operações mais adequadas a resolução dos mesmos.

Na última etapa, *avaliação final*, o revisor avalia o texto revisto, fazendo uma última leitura, a partir da qual, são comparadas as representações do texto inicial e do texto idealizado com o produto final: o texto revisto. A partir deste triplo movimento de comparação, o revisor irá deparar-se com questões como as seguintes: As alterações efetuadas são adequadas? Observa-se melhoria na qualidade do texto? O padrão discursivo é adequado ao género? Há necessidade de fazer mais alterações? A revisão efetuada está em conformidade com os critérios iniciais? Na formulação destas questões, são também mobilizadas as representações e conhecimentos convocados nas etapas anteriores.

Em suma, a partir da descrição sumária das etapas do processo de revisão, concluímos que a perspetiva da revisão de texto como atividade exclusivamente focada na correção dos aspetos gramaticais e ortográficos dos textos é redutora e simplificadora. Apesar de o padrão discursivo constituir um instrumento que contempla diferentes aspetos, articular uma perspetiva interacionista do processo de revisão, considerando os fatores sociais, contextuais e genéricos implicados no mesmo, com o padrão discursivo permite uma abordagem holística dos textos, sendo esta essencial para dar conta de aspetos que as abordagens tradicionais de revisão não consideram.

### 3.5.2. O padrão discursivo na didática dos géneros

No ponto anterior, discutiu-se a aplicabilidade do padrão discursivo na revisão textual como atividade profissional. Neste ponto, procura-se demonstrar a aplicabilidade do padrão discursivo no âmbito da didática dos géneros, através da apresentação de um modelo didático do género *artigo científico*. Para tal, num primeiro momento, foca-se os géneros como instrumentos didáticos, seguindo-se o modelo didático. Os conteúdos contemplados neste ponto já foram parcialmente apresentados em eventos científicos nacionais e estrangeiros, assim como em artigos publicados e submetidos para publicação (Rosa, 2017a; Rosa 2018a; Rosa, 2019; Silva & Rosa, 2019).

#### 3.5.2.1. Os géneros como instrumentos didáticos

É consensual de que é o conhecimento de diferentes géneros de texto que nos possibilita comunicar de forma adequada em diferentes situações comunicativas. Para Coutinho e Jorge (2019: 9), “faz parte da formação global da pessoa o domínio de diferentes géneros relevantes em termos sociais, profissionais e culturais.”. Neste âmbito, as instituições de ensino e os professores assumem um papel fundamental, dado que apropriação de diferentes géneros textuais é inerente a todo o percurso de ensino-aprendizagem, como atestam os principais documentos curriculares de referência para o ensino de Português no Ensino Básico e Secundário, designadamente o *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Secundário* (Buescu *et al.*, 2014), o *Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Básico*<sup>105</sup> (Buescu *et al.*, 2015), bem como os documentos orientadores mais recentes, as *Aprendizagens Essenciais* (2018)<sup>106</sup>.

---

<sup>105</sup> Disponíveis na página da Direção-Geral da Educação:

<<http://www.dge.mec.pt/portugues>><<https://www.dge.mec.pt/portugues-ch>> [acesso a 21 de outubro de 2019].

<sup>106</sup> Disponíveis em:

<<https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>>  
<<https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-secundario>> [acesso a 21 de outubro de 2019].



Assim, enquanto o trabalho a desenvolver em domínios como a Oralidade, a Leitura e a Escrita releva fundamentalmente de uma conceção escalar (textos e géneros vão sendo progressivamente mais complexos), no domínio da Educação Literária prevalece o princípio da representatividade, invariavelmente mobilizador de outros critérios centrais em qualquer dos géneros literários previstos.

*Programa e Metas Curriculares de Português do Ensino Secundário*, 2014: 5

No domínio da escrita, é esperado que, no final do 3.º ciclo, os alunos tenham atingido níveis elevados de domínio de processos, estratégias, capacidades e conhecimentos para escrita de textos de diversos géneros com vista a uma diversidade de objetivos comunicativos, com organização discursiva adequada, diversidade e propriedade vocabular, correção linguística e total correção ortográfica.

*Aprendizagens Essenciais* (3.º Ciclo, 9.º ano, Português), 2018: 5

Como ilustram os excertos apresentados, nestes documentos, o desenvolvimento dos diferentes domínios/competências – *Oralidade, Leitura, Escrita, Educação Literária e Gramática/Conhecimento explícito sobre a língua* – está associado à apropriação de diferentes géneros de texto<sup>107</sup>.

Para Schneuwly e Dolz (1999: 10), o recurso aos géneros de texto no âmbito do ensino possibilita:

(...) aprender a dominar o género, primeiramente, para melhor conhecê-lo ou apreciá-lo, para melhor saber compreendê-lo, para melhor produzi-lo na escola ou fora dela e, em segundo lugar, para desenvolver capacidades que ultrapassam o género e que são transferíveis para outros géneros próximos ou distantes.

Schneuwly & Dolz, 1999: 10

Neste sentido, a apropriação dos géneros de texto (das suas características) possibilita a apropriação das práticas comunicativas em uso em diferentes atividades sociais, constituindo, por isso, como sublinha Coutinho (2014), um “fator facilitador, tanto na perspetiva da produção como na da interpretação.”. A autora utiliza a expressão *familiaridade* com um dado género, ou seja, apropriar-se de um género é torná-lo

---

<sup>107</sup> Os documentos *Programa e Metas Curriculares* estão organizados em quatro domínios no 1.º e no 2.º Ciclo (Oralidade, Leitura e Escrita, Educação Literária, Gramática) e em 5 no 3.º Ciclo, ou seja, os mesmos domínios, mas com separação da Leitura do domínio da Escrita (cf. Buescu *et al.*, 2015). Já as *Aprendizagens Essenciais*, contemplando a *compreensão do oral*, a *expressão oral*, a *leitura*, a *educação literária*, a *expressão escrita* e o *conhecimento explícito sobre a língua*, explicitam “os conhecimentos, as capacidades e as atitudes a desenvolver por todos os alunos”, tendo em vista o desenvolvimento das áreas de competências apresentadas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

próximo, de modo a reconhecê-lo quando nos deparamos com ele, tal como reconhecemos um rosto que nos é familiar. Quando um texto de um dado género tem “ares de família”, reconhecemos características do género, podendo identificá-las (ou parte delas) em textos de outros géneros, ou reproduzi-las de forma mais ou menos próxima.

Para que um género seja objeto de ensino-aprendizagem, é necessário torná-lo ensinável, o que implica a *transformação* do mesmo, conforme sublinham Schneuwly e Dolz (1999: 10): “(...) é importante levar-se em conta o seguinte: o género funciona num outro lugar social, diferente daquele em que foi originado, ele sofre, forçosamente, uma transformação.”.

Tendo em vista a didatização dos géneros textuais, foram desenvolvidos dois instrumentos de transposição didática: a *sequência didática de género* (SDG) e o *modelo didático de género* (MDG).

O primeiro, a SDG, é um dispositivo prático constituído por módulos de ensino, nos quais é desenvolvido um conjunto de atividades escolares organizadas sistematicamente em torno das diferentes dimensões de um género textual. Neste sentido, uma SDG visa ajudar o aluno a apropriar-se de um género, “permitindo-lhe, assim, escrever ou falar de uma maneira mais adequada numa dada situação de comunicação” (Schneuwly & Dolz, 2004: 97). Para tal, uma SDG é desenvolvida em 4 etapas: *apresentação da situação*, *produção inicial*, *os módulos* e a *produção final*. A primeira etapa, *apresentação da situação*, corresponde à apresentação da tarefa aos alunos, informando-os sobre o género que vai ser trabalhado, os conteúdos visados, a situação de comunicação em que se irá inscrever a atividade de linguagem. Na segunda etapa, na *produção inicial*, é feita uma avaliação diagnóstica, ou seja, “os alunos tentam elaborar um primeiro texto oral ou escrito e, assim, revelam para si mesmos e para o professor as representações que têm dessa atividade” (Schneuwly & Dolz, 2004: 101). Com esta produção inicial, o professor identifica o que é que os alunos sabem do género e, em função disso, pode regular a sequência didática, adaptando-a às necessidades destes. Na etapa dedicada aos módulos, em cada módulo é trabalhada uma dimensão do género, através da realização de atividades selecionadas e adaptadas, de acordo com as necessidades específicas dos alunos. Neste sentido, a SDG constitui um instrumento metodológico adaptável a diferentes contextos de ensino-aprendizagem.

As atividades propostas ao longo da SD devem ser diversificadas, dando aos alunos a possibilidade de aceder, por diferentes vias, aos conteúdos abordados, ampliando as possibilidades de sucesso. Dolz & Schneuwly (1996) determinam três categorias de atividades que podem ser distinguidas: atividades de observação e de análise de texto; tarefas simplificadas de produção de texto; elaboração de uma linguagem comum. Ao longo destas atividades, os alunos constroem um documento síntese que controlará a performance na fase seguinte.

Cunha & Jorge, 2011: 157

Na última etapa, na *produção final*, os alunos colocam em prática as competências adquiridas com as atividades realizadas nos módulos, de modo a que o professor consiga avaliar os progressos dos alunos, comparando as produções iniciais com as produções finais.

O segundo, o MDG, por seu lado, constitui uma “descrição provisória das principais características de um género textual com o objetivo de ensiná-las” (Dolz, Gagnon & Decândio, 2010: 48). Deste ponto de vista, o MDG é um dispositivo teórico de carácter sintético que evidencia as dimensões ensináveis (ou parte delas) de um dado género, “com base nas quais diversas sequências didáticas podem ser construídas” (Schneuwly & Dolz, 2004: 82).

O desenvolvimento de um MDG deve ser orientado por três princípios: i) *princípio de legitimidade (referência aos conhecimentos que emanam da cultura ou elaborados por profissionais especialistas)*; ii) *Princípio de pertinência (referência às capacidades dos alunos, às finalidades e objetivos da escola, aos processos de ensino/aprendizagem)*; iii) *princípio de solidarização (tornar coerentes os conhecimentos em função dos objetivos)* (Schneuwly & Dolz, 1999: 11). Por outro lado, no que se refere ao princípio da legitimidade, Miranda (2014: 34), em consonância com De Pietro e Schneuwly (2003), sublinha que um modelo didático deverá basear-se em 4 tipos de fontes – i) *as práticas sociais de referência*; ii) *os estudos teóricos e descritivos existentes sobre o género*; iii) *as práticas de linguagem dos alunos*; vi) *as práticas escolares* – sendo as duas primeiras que asseguram o cumprimento do princípio da legitimidade. Importa também sublinhar que o facto de o MDG estar na base do

desenvolvimento das SDG não o torna estático, podendo, por isso, prever a progressão da aprendizagem (Schneuwly & Dolz, 1999: 11)<sup>108</sup>.

### 3.5.2.2. Modelo didático do *artigo científico*

O *artigo científico*, como demos conta ao longo deste trabalho, está veiculado à atividade de investigação, no âmbito da atividade académica, que, por sua vez, depende da atividade científica de diferentes áreas, sendo, desta forma, fundamental para a construção, comunicação e divulgação de Ciência. Por outro lado, embora os documentos curriculares de referência do Ensino Básico e do Ensino Secundário abordem os géneros incluídos, como é o caso da *síntese* e *resumo*, o *artigo científico* não é contemplado nos mesmos, sendo que a maioria dos alunos só contacta com exemplares do género, quando ingressa no ensino superior, o que se traduz em várias dificuldades, designadamente na interpretação e produção escrita (Rosa, 2019; Silva & Rosa, 2019).

Além disso, observa-se que os instrumentos de didatização dos géneros de texto (modelos didáticos e sequências didáticas) são destinados ao Ensino Básico e Ensino Secundário, sendo, desta forma, necessário desenvolver instrumentos que facultem a apropriação do *artigo científico* destinados ao Ensino Superior, tendo em conta a centralidade que o género assume no contexto académico. Embora o *artigo científico* não seja habitualmente considerado nas práticas de ensino<sup>109</sup>, têm vindo a ser desenvolvidos estudos que têm géneros académicos ou domínios dos mesmos como objeto de investigação, nomeadamente os que focam o desenvolvimento de competências ao nível da escrita académica

---

<sup>108</sup> Em Cunha & Jorge (2011: 156), é apresentado um modelo didático do género *discussão de ideias* que prevê a progressão no 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico. Também em Coutinho, Jorge & Tanto (2012: 31), o modelo didático do género *conto policial* contempla a progressão entre dois Ciclos contíguos.

<sup>109</sup> Neste âmbito, destaca-se o projeto *Práticas Textuais 17/18 – projeto de apropriação do género textual artigo científico por estudantes do Ensino Superior no ano letivo de 2017/2018* (Jorge, Coutinho, Fidalgo & Rosa) e do projeto *Práticas Textuais 18/19 – projeto de apropriação do género textual revisão crítica por estudantes do Ensino Superior no ano letivo de 2018/2019* (Gonçalves, Coutinho, Fidalgo, Jorge & Rosa). Os dois projetos foram desenvolvidos no âmbito da unidade curricular Práticas Textuais, que integra a estrutura curricular da licenciatura em Ciências da Linguagem na NOVA FCSH. O segundo ainda se encontra em fase de conclusão, não sendo, por isso, indicada referência no final deste trabalho.

(Hyland, 2000; 2009; Kamler & Tomson, 2006), os que são dedicados aos *gêneros incluídos*<sup>110</sup> (Rastier, 2001a), como é o caso do *resumo/abstract* e a *introdução* (Bunton, 2002; Kawase, 2015; Silva & Santos, 2015), quer os que consideram os *gêneros rapsódicos* (Rastier, 2001a), como é o caso do *artigo científico* (Santos & Silva, 2016; Rosa, 2019; Silva & Rosa, 2019), destacando-se para o estudo deste último género os já citados trabalhos de Swales (1990; 2004), na área do Inglês para Fins Académicos.

No que se refere ao *artigo científico*, ao longo deste trabalho investigação, demos conta das principais características do género, considerando os contributos de outros autores, bem como os trabalhos que fomos desenvolvendo nos últimos 4 anos. Em conformidade com o princípio de que a elaboração de um MDG implica a análise de exemplares de género (De Pietro, Erard & Kanemam-Pougatch, 1996), o modelo didático que se apresenta baseia-se na análise dos textos empíricos considerados no presente trabalho de investigação. No quadro que se segue, apresentamos o modelo didático do género *artigo científico*, no qual consideramos duas dimensões – dimensão contextual e social e a dimensão composicional. Na primeira, destacamos os aspetos sociais e situacionais do género passíveis de ser ensinados. Na segunda, consideramos o padrão discursivo.

		1.ª Etapa	2.ª Etapa
Dimensão social e contextual	Aspetos sociais	- Género mobilizado na <b>atividade académica</b> , no âmbito da <b>atividade de investigação</b>	- Género mobilizado na <b>atividade académica</b> , no âmbito da atividade de investigação - Atividades de diferentes <b>áreas científicas</b> - <b>Atividade editorial</b>

<sup>110</sup> Enquanto os géneros rapsódicos são considerados autónomos, os géneros incluídos são considerados dependentes. Por outro lado, existem ainda géneros que podem funcionar como autónomos ou como incluídos (Rastier, 2001a: 266-267).

		Aspetos situacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Um ou mais produtores que assumem o papel social de investigador(es)/docente(s), como especialistas na área científica em causa</li> <li>- Recetores que assumem um papel social na comunidade académico científica (estudantes/investigadores/docentes)</li> <li>- Finalidade geral: comunicação do trabalho científico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Um ou mais produtores que assumem o papel social de investigador(es)/docente(s), como especialistas na área científica em causa</li> <li>- Recetores que assumem um papel social na comunidade académico científica (estudantes/investigadores/docentes)</li> <li>- Finalidade geral: comunicação do trabalho científico</li> <li>- Objetivos específicos: apresentar um processo de investigação e os resultados de uma pesquisa OU uma reflexão sobre um tema relevante na área disciplinar em causa</li> <li>- Circulação em publicações científicas</li> </ul>
Dimensão composicional	Padrão discursivo	Plano de texto	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Secções peritextuais que explicitam a identificação do artigo:</b> autoria, filiação académica, título, resumo, <i>abstract</i>, palavras-chave/<i>keywords</i></li> <li>- <b>Semiconvencional:</b> conteúdos organizados em <i>introdução</i>, <i>desenvolvimento</i> e <i>conclusão</i>, distribuídos por unidades composicionais em número variável (verbais ou mistas)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Secções peritextuais que explicitam a identificação do artigo:</b> autoria, filiação académica, título, resumo, <i>abstract</i>, palavras-chave/<i>keywords</i></li> <li>- <b>Secções peritextuais que explicitam procedimentos de reenvio intertextual:</b> notas de rodapé, referências, entre outras</li> <li>- <b>Semiconvencional:</b> conteúdos organizados em <i>introdução</i>, <i>desenvolvimento</i> e <i>conclusão</i>, distribuídos por unidades composicionais em número variável (verbais ou mistas)</li> <li>- <b>Disposição das unidades composicionais:</b> <b>disposição (+) sequencial, (+) hierárquica ou mista</b>, de acordo com os modos de fazer Ciência privilegiados e objetivos específicos das investigações, bem como consoante as diretrizes editoriais</li> </ul>
		Tipos discursivos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilidade de ocorrência dos quatro tipos discursivos, predominando os tipos teórico, interativo e narração</li> <li>- Tipos discursivos articulados em encaixe e em fusão: tipos discursivos mistos (interativo-teórico e narrativo teórico)</li> </ul>	<p><b>Tipos discursivos mobilizados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Possibilidade de ocorrência dos quatro tipos discursivos, predominando os tipos teórico, interativo e narração</li> <li>- Tipos discursivos articulados em encaixe e em fusão: tipos discursivos mistos (interativo-teórico e narrativo teórico)</li> </ul> <p><b>Tipos discursivos e conteúdos tematizados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo teórico: descrição do processo de investigação; explicitação do tema objeto de reflexão</li> <li>- Tipo interativo: implicação no processo de investigação; problematização/tomada de posição</li> <li>- Tipo narração: enquadramento do processo de investigação; enquadramento teórico /histórico</li> </ul>

				<p><b>Configuração linguística</b></p> <p><b>Tipo teórico:</b> ausência de formas linguísticas que remetam para os parâmetros da situação da interação. Presença de: procedimentos de reenvio intertextual e intratextual (citações, paráfrases, alusões, notas...), de acordo com as diretrizes editoriais</p> <p><b>Tipo interativo:</b> expressão linguística de diferentes níveis de implicação, através de formas verbais no presente do indicativo, na 1.<sup>a</sup> pessoa do singular e/ou plural; formas verbais no futuro do indicativo (simples e composto), no condicional; frases não declarativas (interrogativas e exclamativas)</p> <p><b>Tipo narração:</b> formas verbais no pretérito perfeito e imperfeito; organizadores temporais sem valor dêitico</p>
--	--	--	--	--

**Quadro 106:** modelo didático do gênero *artigo científico*

O modelo didático apresentado prevê a progressão em duas etapas de aprendizagem, sendo contemplados, por um lado, os aspetos sociais e situacionais, dado que são estes que pré-determinam, em grande medida, as características composicionais do gênero, sendo estes também aspetos que podem ser objeto de ensino, por outro, o padrão discursivo.

Tendo em conta que este modelo didático é destinado a orientar as práticas de ensino e aprendizagem no âmbito de 1.º Ciclo do Ensino Superior, as duas etapas previstas foram pensadas para um semestre letivo, ainda que estas possam ser adaptadas às especificidades do contexto em causa, como, por exemplo, carga horária da unidade curricular, número de alunos, entre outras.

Adotando a lógica de progressão, nos aspetos sociais e situacionais, da 1.<sup>a</sup> para a 2.<sup>a</sup> etapa, há uma complexificação das características do gênero neste âmbito, destacando-se, por um lado, as atividades implicadas no funcionamento social do gênero e, por outro, no que se refere aos aspetos situacionais, parte-se dos parâmetros contextuais gerais para os objetivos específicos dos textos inscritos no gênero, evidenciando, assim, a variação do gênero.

Seguindo a mesma lógica de complexificação na progressão, no padrão discursivo, na primeira 1.<sup>a</sup> etapa, evidenciam-se as características do plano de texto e da ocorrência dos tipos discursivos que podem ser objeto de ensino. Na segunda etapa, para além da ocorrência dos tipos discursivos, estão previstas as características referentes à relação tipos discursivos e conteúdos tematizados, bem como à configuração linguística dos tipos discursivos, sendo especialmente relevante, a nosso ver, os procedimentos intertextuais na configuração do tipo teórico e expressão linguística de diferentes níveis de implicação, no caso do tipo interativo.

O padrão discursivo como dimensão ensinável do género evidencia as práticas de linguagem associadas ao género, fornecendo uma visão holística do mesmo. A partir do padrão discursivo, o professor pode desenvolver sequências didáticas focadas no desenvolvimento de diferentes competências (leitura e escrita), contemplando módulos constituídos por oficinas dedicadas a diferentes aspetos relacionados com esta dimensão, consoante as produções iniciais dos alunos, dado que são estas que permitem adaptar a sequência didática às necessidades reais dos mesmos. A apropriação destas características do género contribui para integração dos estudantes nas práticas comunicativas em uso na esfera académica, facilitando a apropriação de “outros géneros académicos, como, por exemplo, a *dissertação*, mas também competências transversais à apropriação de géneros mais distantes, nomeadamente a interpretação e exercitação linguística de diferentes tipos de raciocínios lógicos, práticos e cronológicos” (Rosa, 2019: 13).



#### IV. NOTAS CONCLUSIVAS

O trabalho apresentado que aqui concluímos é resultado da investigação iniciada há quatro anos e teve como ponto de partida, como referido inicialmente, a possibilidade de distinguir e caracterizar os géneros textuais a partir da ocorrência dos tipos de discursivos, tendo em conta o papel do plano de texto na sua organização na superfície textual (Rosa, 2015). Considerando esta possibilidade, propôs-se a noção de *padrão discursivo*, articulando as noções de *tipos discursivos* e *plano de texto*. No entanto, o número de textos e géneros analisados nessa proposta inicial não permitiu alcançar resultados e conclusões inequívocas, nomeadamente no que se refere à aplicabilidade deste instrumento a outros géneros e ao aprofundamento do papel do plano de texto na organização textual e discursiva, não contemplando também aspetos entretanto aprofundados, designadamente os fatores que determinam maior ou menor regularidade do padrão discursivo e a configuração linguística dos tipos discursivos.

Face ao exposto, o objetivo deste trabalho foi desenvolver o padrão discursivo como dispositivo de análise dos textos e de análise e caracterização diferencial dos géneros textuais. Para tal, analisámos um *corpus* constituído por 80 textos escritos do português europeu inscritos em oito géneros: *artigo científico*, *póster científico*, *chamada de trabalhos*, *bula de medicamento*, *rótulo de embalagem de medicamento*, *rótulo de embalagem de tabaco*, *projeto de lei* e *edital*. Privilegiando uma abordagem metodológica descendente, num primeiro momento, demos conta do funcionamento social dos géneros, seguindo-se os parâmetros contextuais, assumindo o pressuposto de que são estes os fatores que determinam o padrão discursivo dos textos e dos géneros (III, 1., 2.).

Relativamente ao funcionamento social dos géneros, observou-se que, mesmo quando os géneros têm atividades em comum, estas exercem uma influência diferenciada, manifestando-se nos textos de modo particular, consoante a inscrição genérica dos mesmos. Neste âmbito, considerando a interação entre géneros e atividades, distinguimos os géneros que se enquadram em sistemas de atividades com alguma variabilidade (*artigo científico*, o *póster científico*, a *chamada de trabalhos* e o *edital*) dos géneros que se en-

quadram em sistemas de atividades estáveis (a *bula de medicamento*, o *rótulo de embalagem de medicamento*, o *rótulo de embalagem de tabaco* e o *projeto de lei*). Ainda no que concerne à interação entre géneros e atividades, constatou-se, por um lado, a existência de sistemas em que há uma relação de condicionamento mútuo entre atividades, como no caso dos géneros *artigo científico*, *póster científico*, *chamada de trabalhos*, *projeto de lei* e *edital* e, por outro, géneros que se enquadram num sistema hierárquico de atividades, sendo que uma atividade influencia as restantes, como é o caso da *bula de medicamento*, do *rótulo de embalagem de medicamento* e do *rótulo de embalagem de tabaco* (cf. III, 1.2.). Quanto aos parâmetros contextuais (físicos e sociossubjetivos), identificámos várias particularidades que decorrem da singularidade de cada texto e do funcionamento social de cada género (cf. Anexo 1), sendo ainda relevantes as especificidades das relações entre géneros e suporte e entre géneros e conteúdos tematizados, tendo em conta que o suporte e conteúdo temático de um texto depende, em grande medida, da sua inscrição genérica (cf. III, 2.1.1. e 2.1.2.).

Numa segunda etapa (III, 3.), analisámos o padrão discursivo dos textos e dos géneros. Para tal, em primeiro lugar, para dar conta das especificidades do padrão discursivo dos textos (singularidade), analisámos os 80 exemplares dos géneros considerados (cf. III, 3.1.). Em segundo, analisámos as particularidades do padrão discursivo dos géneros (genericidade) (cf. III, 3.2.). Num terceiro momento, através do tratamento estatístico dos resultados obtidos na análise qualitativa, procedemos a uma análise de cunho quantitativo (cf. III, 3.3.). A articulação das duas metodologias de análise (qualitativa e quantitativa) permitiu-nos evidenciar os resultados da análise qualitativa e apresentar uma visão de conjunto do padrão discursivo dos géneros analisados (cf. III, 3.4.). Por último, apresentámos dois exemplos da aplicabilidade do padrão discursivo: na atividade de revisão textual e na didática dos géneros (cf. III, 3.5.).

Neste sentido, num primeiro momento, analisámos o padrão discursivo dos textos, considerando os géneros em que se inscrevem, seguindo-se a análise do padrão discursivo dos géneros, tendo em conta as particularidades dos textos. Para a aplicação do padrão discursivo à análise dos textos e dos géneros, por um lado, fizemos uma distinção metodológica dos diferentes elementos que integram este instrumento de análise, de modo a dar conta das especificidades dos textos (singularidade) e dos géneros (genericidade) e, por outro, como já se referiu, articulámos a análise qualitativa com a análise quantitativa, para apresentarmos uma visão de conjunto do padrão discursivo. Deste ponto de vista,

estas opções metodológicas foram orientadas pela perspectiva de que “é impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como é impossível conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes.” (Pascal, *apud* Morin, [1982]2005: 30). Neste sentido, a distinção (não separação) metodológica permitiu-nos analisar o particular do padrão discursivo e o global, considerando o particular. Nesta investigação, assumimos, assim, que “para pensar localizadamente, é preciso pensar globalmente, como para pensar globalmente é preciso pensar localizadamente.” (Morin, [1999]2003:25).

Os resultados alcançados permitem-nos concluir que o padrão discursivo como instrumento de análise evidencia as especificidades dos textos (singularidade) e dos géneros (genericidade), no que respeita à organização, articulação e configuração dos tipos discursivos ao nível do plano de texto, observando-se que os oito géneros considerados apresentam padrões discursivos distintos e específicos (cf. III, 3.4., Quadro 103). Deste ponto de vista, o padrão discursivo, como um todo, constitui uma característica diferencial dos géneros de texto. Neste âmbito, concluímos que podemos distinguir os géneros com padrão discursivo regular dos géneros com padrão discursivo irregular, sendo a regularidade e a irregularidade do padrão discursivo características dos géneros que dependem do seu funcionamento social.

A partir da análise efetuada, observou-se que os géneros com planos de texto convencionais tendem a ser mais previsíveis na ocorrência, articulação e configuração linguística dos tipos discursivos do que os géneros com planos de texto semiconvencionais, o que atesta a relevância do plano de texto para a constituição e organização discursivas, demonstrando-se, assim, a relevância e a necessidade de articular a análise dos tipos discursivos com a análise do plano de texto. Na *bula de medicamento*, *rótulo de embalagem de medicamento* e *rótulo de embalagem de tabaco*, géneros com planos de texto convencionais, constatámos que os tipos discursivos são transversais a todos os exemplares, articulando-se sempre de forma totalmente delimitada, estando associados a conteúdos particulares e tendo uma configuração linguística específica distinta e significativamente previsível, comprovando que a configuração linguística dos tipos discursivos depende, em grande medida, da categoria genérica dos textos, como atestam as várias particularidades identificadas. Já o género *projeto de lei*, apesar de este ter um plano de texto convencional quanto à forma, a variabilidade do conteúdo das unidades composicionais traduz-se também em alguma irregularidade na ocorrência dos tipos discursivos. Nos géneros com pla-

nos de texto semiconvencionais (*artigo científico, póster científico, chamada de trabalhos e edital*), a ocorrência dos tipos discursivos é relativamente variável, sendo, no entanto, possível identificar algumas características mais ou menos previsíveis (cf. III, 3.4. Quadro 103).

Neste sentido, o **padrão discursivo – a ocorrência, articulação e configuração linguística dos tipos discursivos ao nível do plano de texto** – dos textos e dos géneros depende, por um lado, do funcionamento social dos géneros, pois é este que pré-determina as possibilidades e impossibilidades genéricas (características contextuais, organizacionais e linguísticas admitidas pelos géneros) e, por outro, dos parâmetros contextuais, tendo em conta que a produção de um texto implica sempre a adaptação de um género a uma situação comunicativa específica. Recorde-se, por exemplo, o caso do *artigo científico*, género que admite diferentes níveis de implicação, consoante as opções particulares dos autores e usos das áreas científicas, observando-se, por isso, que o tipo interativo pode ser evidenciado através de pronomes e formas verbais na primeira pessoa, no singular ou no plural. Já na *bula de medicamento, rótulo de embalagem de medicamento e rótulo de embalagem de tabaco*, observou-se que o tipo interativo é predominantemente marcado por unidades que remetem para o recetor, o que decorre dos constrangimentos legais que regulam os géneros e da finalidade comunicativa dos textos inscritos nos mesmos.

Em suma, na investigação que aqui concluímos, desenvolvemos um instrumento de análise dos textos e de análise e caracterização diferencial dos géneros, articulando duas propriedades inerentes a qualquer texto de qualquer género – plano de texto e tipos discursivos – e os resultados obtidos atestaram a relevância desta articulação.

O trabalho desenvolvido permitiu-nos, desta forma, abordar questões que careciam de aprofundamento, nomeadamente a possibilidade de caracterizar os géneros (em número ilimitado) a partir da ocorrência dos tipos discursivos (em número limitado); a relação entre géneros de texto, tipos discursivos e plano de texto; a definição de plano de texto; e a configuração linguística dos tipos discursivos em português europeu em diferentes géneros. Com esta perspetiva de análise dos textos e dos géneros, esperamos, assim, contribuir para o desenvolvimento do quadro de investigação do ISD e para o surgimento de novos olhares que enfrentem os desafios da complexidade.

A complexidade permanece ainda, com certeza, uma noção ampla, leve, que guarda a incapacidade de definir e de determinar. É por isso que se trata agora de reconhecer os traços constitutivos do complexo, que não contém apenas diversidade, desordem, aleatoriedade, mas comporta, evidentemente também, suas leis, sua ordem, sua

organização. Trata-se, enfim e sobretudo, de transformar o conhecimento da complexidade em pensamento da complexidade.

Morin, [1982]2005: 8

## Referências bibliográficas

- Adam, J.-M. (1990). *Éléments de linguistique textuelle*. Liège: Pierre Mardaga.
- Adam, J.-M. (1992). *Les textes: types et prototypes. Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. (1.e éd.). Paris: Éditions Nathan.
- Adam, J.-M. (1999). *Linguistique textuelle. Des genres de discours aux textes*. Paris: Éditions Nathan.
- Adam, J.-M. (2002a). “Plan de texte”. In Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (Orgs.). *Dictionnaire d’analyse du discours*. Paris: Seuil, pp. 377-378.
- Adam, J.-M. (2002b). “Segmentation graphique”. In Charaudeau, P. & Maingueneau, D. (Orgs.). *Dictionnaire d’analyse du discours*. Paris: Seuil, pp. 433-434.
- Adam, J.-M. (2008). *A linguística textual. Introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez Editora.
- Adam, J.-M. (2011). *Les textes: types et prototypes*. 3.e éd. Paris: Armand Colin 1a éd. Éditions Nathan.
- Adam, J.-M. (2013). “Problèmes du texte”. In *Pré publications*. Université d’Aarhus. Disponível em:  
<[http://cc.au.dk/fileadmin/dac/Arrangementsfoto/Prepub\\_no\\_200\\_-\\_nov\\_2013.pdf](http://cc.au.dk/fileadmin/dac/Arrangementsfoto/Prepub_no_200_-_nov_2013.pdf)> [último acesso a 20 de novembro de 2019].
- Aguar e Silva, V. M. (2008). *Teoria e Metodologia Literárias*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Aleixo, C. A. (2006). “Processos de revisão. Construir a vez e a voz da escrita”. In Aleixo, C. A. *A Vez e a Voz da Escrita*. Lisboa: DGIDC, pp. 73-96.
- Aristóteles. *Retórica*. Prefácio e introdução de Júnior, M.; tradução e notas de Júnior, M., Alberto, P. & Pena, A. (2005). Lisboa: IN-CM.
- Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Vallandro, L. e Bornheim, G. da versão inglesa de Ross, W. D. (1991). São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Aristóteles. *Poética*. Prefácio de Pereira, M. H. R., tradução e notas de Valente, A. M. (2008). Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.
- Athayde, P. (2012). *Revisão de textos: teoria e prática*. São Paulo: AGBook.
- Athayde, P. & Alves, R. (2017). *Revisão de textos: teoria e prática. O retorno*. Belo Horizonte.
- Bakhtin, M. ([1979]1984). *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard.

- Bazerman, C. (1997). "The life of genre, the life in the classroom". In *Genre and writing: Issues, arguments, alternatives*. Bishop and Ostrom, pp. 19-26.
- Bazerman, C. (2005). "Atos de fala, gêneros textuais e sistemas de atividades: como os textos organizam atividades e pessoas". In *Gêneros textuais, Tipificação e Interação*, pp. 19-46. São Paulo: Cortez.
- Bazerman, C. (2013). *A Rhetoric of Literate Action*. vol. 1. The WAC Clearinghouse, Fort Collins, Colorado 80523-1052, Parlor Press, 3015 Brackenberry Drive, Anderson, South Carolina 29621.
- Beaugrande, R. & Dressler, W. (1981). *Introducción a la lingüística del texto*. Barcelona: Ariel.
- Bentes, A. C. (2001). "Linguística Textual". In Mussalim, F. & Bentes, A. C. (Orgs.). *Introdução à Linguística: Domínios e Fronteiras*. São Paulo: Cortez, vol. 1.
- Benveniste, É. ([1959]1966). *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- Benveniste, É. (1989). "O aparelho formal da enunciação". In *Problemas de Linguística Geral II*. Guimarães *et al.* (Trad.). Campinas, São Paulo: Pontes, pp. 81-90.
- Bernárdez, E. (1995). *Teoría y Epistemología del Texto*. Madrid: Cátedra.
- Bota, C. & Bronckart, J.-P. (2007). "Vochinov et Bakhtine: deux approches radicalement opposées des genres de textes et de leur statut". In *Linx*, 56, pp. 67-83.
- Disponível em: <<http://journals.openedition.org/linx/360>>; [último acesso a 21 de novembro de 2019].
- Bronckart, J.-P. *et al.* (1985). *Le fonctionnement des discours. Un modèle psychologique et une méthode d'analyse*. Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- Bronckart, J.-P. (1996). "Genres de textes, types de discours et opérations psycholinguistiques". In *Voies livres*, vol. 78, Lyon, pp. 1-20. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37323>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bronckart, J.-P. (1997). *Activité langagière, textes et discours – Pour un interactionisme socio-discursif*. Lausanne: Delachaux et Niestlé. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37758>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bronckart, J.-P. ([1997]1999). *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo*. Anna Raquel Machado (Trad.). São Paulo: EDUC.
- Bronckart, J.-P. (2001). "Langage et représentations". In Dortier, J.-F. (Ed.). *Le langage. Nature, histoire et usage*. Auxerre: Sciences Humaines Editions, pp. 303-308.

- Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37581>> [último acesso 21 de novembro 2019].
- Bronckart, J.-P. (2003). “Gêneros textuais, tipos de discursos, e operações psicolinguísticas”. In *Revista de Estudos da Linguagem*, n.º 11, pp. 49-69. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37306>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bronckart, J.-P. (2004). “Les genres de textes et leur contribution au développement psychologique”. In *Langages* n.º 153, pp. 98-108. doi: 10.3917/lang.153.0098 Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37303>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bronckart, J.-P. (2005). “Les différentes facettes de l’interactionnisme socio-discursif”. In *Calidoscópio*, vol. 3, n.º 3, pp. 149-159, Unisinos. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37301>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bronckart, J.-P. (2006a). *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Trad. Rosalvo Gonçalves Pinto. Campinas: Mercado de Letras<sup>111</sup>.
- Bronckart, J.-P. (2006b). Interacionismo Sócio-discursivo: uma entrevista com Jean Paul Bronckart. In *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. vol. 4, n.º 6. Trad. Cassiano Ricardo Haag e Gabriel de Ávila Othero. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37489>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bronckart, J.-P. (2008a). “A atividade de linguagem frente à LÍNGUA: homenagem a Ferdinand de Saussure”. In Guimarães, A. M. de Matos; Machado, A. R. & Coutinho A. (Ed.), *O interaccionismo sociodiscursivo. Questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 19-42. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37555>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bronckart, J.-P. (2008b). “Genres de textes, types de discours, et «degrés» de langue. Hommage a François Rastier”. In *Texto! Textes et cultures*, vol. 13, n.º. 1. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37287>> [último acesso a 21 de novembro 2019].

---

<sup>111</sup> Uma primeira versão de um texto que integra esta obra, “Os gêneros de Textos e os Tipos de Discurso como Formatos das Interações Propiciadoras de Desenvolvimento”, foi publicada em Menendez, F. (2005). *Análise do Discurso*. Lisboa: Hugin, pp. 37-39. Neste trabalho, utilizamos a versão de 2006.



- Bronckart, J.-P. (2010a). “La vie des signes en questions: des textes aux langues et retour”. In Brito, A. M.; Silva, F.; Veloso, J.; Fiéis, A. (Ed.). *Textos Seleccionados, XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Porto: APL, pp. 11-40. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37532>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bronckart, J.-P. (2010b). “Gêneros de textos, tipos de discurso e sequências. Por uma renovação do ensino da produção escrita”. In *Letras*, vol. 20, n.º 40, Gêneros Discursivos & Interfaces teóricas, pp. 163-176. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:81244>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bronckart, J.-P. (2017a). “Développement du langage et développement psychologique. L’approche de l’interactionnisme socio-discursif”. In *Veredas*, vol. 21, n.º 3, pp. 30-46. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:109875>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bronckart, J.-P. (2017b). “Os gêneros de texto, quadros organizadores da “verdadeira vida” dos signos”. In J.-P. Bronckart & E. Bulea Bronckart (Eds.). *As unidades semióticas em ação. Estudos linguísticos e didáticos na perspectiva do interacionismo sociodiscursivo*. Campinas: Mercado de Letras, pp. 37-50. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:109184>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bronckart, J.-P. & Bota C. (2011). *Bakhtine démasqué, Histoire d’un menteur, d’une escroquerie et d’un délire collectif*, Genève: Droz. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37748>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bulea, E. (2007). *Le rôle de l’activité langagière dans l’analyse des pratiques à visée formative*. Thèse de doctorat, Université de Genève.
- Bulea, E. (2013). “O signo em Ferdinand de Saussure: um campo chave para a chave dos campos”. In *Traduzires*, vol. 2, n.º 1, pp. 31-53. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:81869>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bulea, E. (2014). “É assim que vivem os signos?” In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies, O tema em questão*, 9, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 61-96. Disponível em: <[https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/61\\_93.pdf](https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/61_93.pdf)> [último acesso a 21 de novembro 2019].

- Bulea, E. & Bronckart, J.-P. (2008). “As potencialidades praxiológicas e epistêmicas dos (tipos de) discursos”. In *Scripta*, Belo Horizonte, vol. 12, n.º 22, 1º sem, pp. 42-83. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:37288>> [último acesso a 14 de dezembro 2019].
- Bulea, E. & Bronckart, J.-P. (2012). *Les textes. Statut, conditions de production et modes d'organisation*. Genève: Université de Genève, 25 p. Disponível em: <<https://archive-ouverte.unige.ch/unige:82426>> [último acesso a 21 de novembro 2019].
- Bunton, D. (2002). “Generic moves in PhD thesis introductions”. In J. Flowerdew (Ed.), *Academic Discourse*, pp. 57-75. London: Pearson Education Ltd.
- Burke, P. (2011). “A República das Letras Europeia, 1500-2000”. In *Estudos Avançados*, 25 (72), pp. 277-288. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10586>> [último acesso a 25 de novembro 2019].
- Cabral, C. & Pita, J. R. (2015). *Sinopse da História da Farmácia*. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20. ISBN: 978-972-8627-62-1. Disponível em: <[https://www.uc.pt/ffuc/patrimonio\\_historico\\_farmaceutico/publicacoes/catalogosdeexposices/catalogo\\_sinopse.pdf](https://www.uc.pt/ffuc/patrimonio_historico_farmaceutico/publicacoes/catalogosdeexposices/catalogo_sinopse.pdf)> [último acesso a 25 de novembro 2019].
- Caldeira, T. R., Neves, E. R. Z. & Perini, E. (2008). “Evolução histórica das bulas de medicamentos”. In *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 24, n.º 4, pp. 737-743, ISSN 0102-311X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2008000400003>> [último acesso a 25 de novembro 2019].
- Caldes, A. (2009a). “Esquematização e interpretação de texto(s).” In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 4, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 63-78. Disponível em: <<https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/4d-ana-caldes.pdf>> [último acesso a 25 de novembro 2019].
- Caldes, A. (2009b). “Gêneros de texto e recepção textual: estabilidade e dinâmica”. In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 3, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 153-169. Disponível em: <<https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/3g-ana-caldes.pdf>> [último acesso a 25 de novembro 2019].

- Campos, M. H. C. & Xavier M. F. (1991). *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Campos, R. (2007). *Pintando a cidade: uma abordagem antropológica ao graffiti urbano*. Tese de Doutoramento em Antropologia Visual. Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.2/765>> [último acesso a 25 de novembro de 2019].
- Cerqueira, F. V. (2002). “As origens do Direito ocidental na pólis grega”. In *Revista Justiça e História*, vol. 2, n.º 3. Disponível em: <[https://www.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaucha/revista\\_justica\\_e\\_historia/issn\\_1676-5834/v2n3/doc/04-Fabio.PDF](https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v2n3/doc/04-Fabio.PDF)> [último acesso a 25 de novembro 2019].
- Conte, M. E. (1989). *La linguistica testuale*. Milano, Campi del sapere/Feltrinelli.
- Costa, M. J. (2001). “Um guia de construção de Posters para estudantes”. In *Revista de Ensino de Bioquímica*, [S.l.], vol. 1, n.º 2, pp. 1-4, ISSN 2318-8790. Disponível em: <<http://bioquimica.org.br/revista/ojs/index.php/REB/article/view/9/8>> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- Coutinho, M. A. (2003). *Texto(s) e Competência Textual*. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coutinho, M. A. (2004a). “Organizadores textuais”. In *Gramática Textual do Português*. Disponível em: <<https://www.fcsh.unl.pt/cadeiras/texto/Organizadores%20textuais.pdf>> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- Coutinho, M. A. (2004b). “Organizadores textuais – Entre língua, discurso e género”. In Oliveira, F.; Duarte, I. M. (Orgs). *Da língua e do discurso*. Porto: Campo das Letras, pp. 283-298.
- Coutinho, M. A. (2004c). “A ordem do expor em géneros académicos do português europeu contemporâneo”. In *Calidoscópio*, vol. II, n.º 2. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pp. 9-15. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/6445>> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- Coutinho, M. A. (2004d). “Schématisation (discursive) et disposition (textuelle)”. In *Texte et discours: catégories pour l’analyse*. Dijon: Editions Universitaires de Dijon, pp. 29-42.

- Coutinho, M. A. (2005). “Para uma linguística dos géneros de texto”. In *Diacrítica*, n.º 19, vol. 1, pp. 73-88. Disponível em: <[http://cehum.ilch.uminho.pt/cehum/static/publications/diacritica\\_19-1.pdf](http://cehum.ilch.uminho.pt/cehum/static/publications/diacritica_19-1.pdf)> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- Coutinho, M. A. (2006). “O texto como objeto empírico: consequências e desafios para a linguística”. In *Veredas*. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo076.pdf>> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- Coutinho, M. A. (2007). “Descrever géneros de texto: resistências e estratégias”. In *Actas do IV SIGET - Simpósio Internacional de Estudos de Géneros Textuais*, Tubarão - Santa Catarina. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/Port/20.pdf>> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- Coutinho, M. A. (2008). “Marcadores discursivos e tipos de discurso”. In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n.º 2, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 193-210. Disponível em: <<https://clunl.fcs.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/21-maria-coutinho.pdf>> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- Coutinho, M. A. (2012). “Dos géneros de texto à gramática”. In *DELTA, Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada* 28, 1: pp. 27-50. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502012000100002>> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- Coutinho, M. A. (2011). “Macroestruturas e Microestruturas textuais”. In I. Duarte & O. Figueiredo (Org.) *Português, língua e ensino*, pp. 191-222. Série para saber, 23, 1.ª Edição. Porto: Universidade do Porto.
- Coutinho, M. A. (2013). “O desenvolvimento da escrita na perspetiva do Interacionismo Sociodiscursivo”. In L. Pereira & I. Cardoso (Coord.) *Reflexão sobre a escrita. O ensino de diferentes géneros textuais*, pp. 17-31. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Coutinho, M. A. (2014). *Géneros de texto – Noção teórica e ferramenta didática*. Conferência, Formação de Professores de Português, Programa e Metas, Português, Ensino Secundário, Ministério da Educação e cultura. Disponível em: <[http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Formacao/es\\_conf\\_generos\\_texto\\_ac.pdf](http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Formacao/es_conf_generos_texto_ac.pdf)> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- Coutinho, M. A. (2017). “Da natureza heurística da Teoria do Texto”. In *Investigações*, vol. 30, n.º 2, pp. 153-172. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/231381>> [último acesso a 1 de dezembro 2019].

- Coutinho, M. A. (2019). *Texto e(m) Linguística: teorias, cruzamentos, aplicações*. – 1.<sup>a</sup> ed. – (Extra Coleção). Edições Colibri. ISBN: 978-989-689-917-2.
- Coutinho, M. A. & Jorge, N. (Coord). (2019). *Ensinar géneros de texto: conteúdos, estratégias e materiais*. 1.<sup>a</sup> ed. [e-Book] Lisboa: Calameo. Disponível em: <[https://pt.calameo.com/read/005606479fa448551ceba?fbclid=IwAR2qjpK2gmph0uB\\_5LlhwVliHqmy2m-EFrZaTPRC\\_Ii8OI821Uvg\\_deR8t8](https://pt.calameo.com/read/005606479fa448551ceba?fbclid=IwAR2qjpK2gmph0uB_5LlhwVliHqmy2m-EFrZaTPRC_Ii8OI821Uvg_deR8t8)> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- Coutinho, M. A., Jorge, N., Tanto, C. (2012). “Para um modelo didático do conto policial”. In *Calidoscópico* 10, 1: pp. 24-32. Doi: 10.4013/cld.2012.101.03. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2012.101.03>> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- Coutinho, A., Leal, A., Tanto, C., Cunha, L., Jorge, N. (2012). “Géneros de texto e ensino da escrita”. In L. A. Pereira L. A. & I. Cardoso (Eds), *Reflexão sobre a escrita. O ensino de diferentes géneros de textos*, pp. 183-200. ISBN: 978-972-789. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Coutinho, M. A. & Miranda F. (2009). “To describe textual genres: problems and strategies”. In Ch. Bazerman, D. Figueiredo & A. Bonini (Org.). *Genre in a Changing World*, pp. 35-55. Colorado & Indiana: Parlor Press & WAC Clearinghouse. EDUC.
- Cunha, L. & Jorge, N. (2011). “A ‘discussão oral’: proposta de sequência didática”. In Teixeira, M.; Silva, I. & L. Santos (Ed.), *Novos Desafios no Ensino do Português*, pp. 152-165. ISBN: 978-972-9434-04-4. Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.15/689>> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- De Angelis R. (2018). “Textes et textures numériques. Le passage de la matérialité graphique à la matérialité numérique”. In *Signata: Sémiotique de l’écriture.*, pp. 459-484. Disponível em : <<http://journals.openedition.org/signata/1675>> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- De Angelis R. (2016). “De l'objet linguistique à l'objet d'écriture”. In *Dossiers d' Hel*, n.º 9 *Écriture(s) et représentations du langage et des langues*, pp. 317-332. Disponível em: <<http://htl.linguist.univ-paris-diderot.fr/hel/dossiers/numero9>> [último acesso a 1 de dezembro 2019].

- De Pietro, J.-F., Erard, S. & Kaneman-Pougatch, M. (1996). “Un modèle didactique du “débat”: de l’objet social à la pratique scolaire”. In *Enjeux*, n.º 39/40, pp. 100-129.
- De Pietro, J.-F. & Schneuwly, B. (2003). “Le modèle didactique du genre: un concept de l’ingénierie didactique. In *Les cahiers Théodile*, n.º 3, pp. 27-52. [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- Dolz, J., Gagnon, R. & Decândio, F. (2010). *Produção escrita e dificuldades de aprendizagem*. Campinas: Mercado das Letras.
- Duarte, I. (2000). *Língua Portuguesa: Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Fernandes, I. M. (2008). “Os boiões e canudos de botica da Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Novo”. In FONSECA, J. (Coord), *A Misericórdia de Montemor-o-Novo: história e património*. Montemor-o-Novo: Santa Casa da Misericórdia, pp. 231-245. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/12509>> [último acesso a 1 de dezembro 2019].
- Fidalgo, M. (2014). *Guia para revisores de texto: uma proposta para o exercício de uma profissão pouco (re)conhecida*. Trabalho de Projeto de Mestrado. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/13518>> [último acesso a 3 de dezembro 2019].
- Filho, F. S. A. M. (2004). “Nascimento e evolução do Direito Administrativo”. In *Revista de Direito Administrativo*, 238 pp. 167-174, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/44077/44750>> [último acesso a 3 de dezembro 2019].
- Fonseca, J. (1992). *Linguística e Texto/Discurso: teoria, descrição e aplicação*. Lisboa: Edição Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Fonseca, J. (1994). “O lugar da pragmática na teoria e na análise linguísticas”. In *Máthesis* 3, pp. 35-42. Disponível em: <[https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23981/1/mathesis3\\_artigo3.pdf?ln=ptpt](https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23981/1/mathesis3_artigo3.pdf?ln=ptpt)> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Fraga, S. et al. (2005). “O Tabagismo em Portugal”. In *Arquivos de Medicina* 19 (5-6), pp. 207-229, ISSN 0871-3413. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/am/v19n5-6/v19n5-6a05.pdf>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].

- Fujita, P. L., Machado, C. J. S. & Teixeira, M. O. (2014). “A bula de medicamentos e a regulação de suas configurações em termos de forma e conteúdo no Brasil”. In *Saúde Soc.* São Paulo, vol. 23, n.º 1, pp. 277-292. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n1/0104-1290-sausoc-23-01-00277.pdf>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Genette, G. (1979). *Introduction à l'architexte*. Paris: Seuil.
- Genette, G. (1982). *Palimpsestes*. Paris: Seuil.
- Genette, G. ([1986]1987). *Seuils*. Paris: Seuil.
- Gonçalves, M. (2008). “O espaço-branco como elemento semio-gráfico na construção textual”. In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 1: pp. 203-217. Disponível em: <<https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/M.-Goncalves.pdf>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Gonçalves, M. (2010). *La fragmentation dans la littérature portugaise contemporaine: indices énonciatifs, configurations textuelles et parcours interprétatifs*. Lille: ANRT.
- Gonçalves, M. (2011a). “Organização textual e (des)linearidade: o caso dos sítios web”. In *Estudos Linguísticos/Linguistics Studies*, 8: pp. 133-147. Disponível: <<https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/07/M.-Goncalves.pdf>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Gonçalves, M. (2011b). “Espécie de texto: contributo para a caraterização do sítio web”. In *Hipertextus*, pp. 1-12. Disponível em: <<http://www.hipertextus.net/volume7/02-Hipertextus-Vol7-Matilde-Goncalves.pdf>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Gonçalves, M. (2012). “Vai ser rápido, não foi?: entre o paradigma da simplicidade e o paradigma da complexidade”. In *Cadernos WGT- Gramática e Texto: teorias e metodologias*. Disponível em : <[https://clunl.fcsh.unl.pt/wpcontent/uploads/sites/12/2017/07/Artigo13WGT\\_MG.pdf](https://clunl.fcsh.unl.pt/wpcontent/uploads/sites/12/2017/07/Artigo13WGT_MG.pdf)> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Gonçalves, M. (2014). “Similitudes et différences textuelles dans les genres numériques: blog et site web”. In *Studii Lingvistica* vol. 4., pp. 75-91. Disponível em : <[https://litmedmod.ca/sites/default/files/pdf/goncalves\\_2014\\_textes\\_numeriques\\_genres\\_forme.pdf](https://litmedmod.ca/sites/default/files/pdf/goncalves_2014_textes_numeriques_genres_forme.pdf)> [último acesso a 4 de dezembro 2019].



- Gonçalves, M. (2018). Towards a text theory (within text linguistics). In *Grammar and text: Selected papers from the 10th and 11th Fora for Linguistic Sharing*, pp. 10-22. ISBN: 978-1-5275-0568-1. England: Cambridge Scholars Publishing.
- Gonçalves, M. & Miranda, F. (2007). “Analyse textuelle, analyse de genres: quelles relations, quels instruments?”. In *Autour des langues et du langage: perspective pluridisciplinaire*, pp. 47-53. Grenoble: PUG. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00452115/document#page=67>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Gonçalves, M. & Rosa, R. (2019). “O suporte digital na leitura e compreensão textual”. In A. M. Ferreira, C. Morais, M. F. Brasete, & R. L. Coimbra (Eds.), *Pelos mares da língua portuguesa 4* (Vol. 4, pp. 571-587). UA Editora, Universidade de Aveiro, Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia. Disponível em: <[https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/17827907/Milde\\_Gon\\_alves\\_O\\_suporte\\_digital\\_na\\_leitura.pdf](https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/17827907/Milde_Gon_alves_O_suporte_digital_na_leitura.pdf)> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Guia da Publicação Científica da FEUP. In *Serviços de Documentação e Informação*. Disponível em: <<https://feup.libguides.com/publicacao-cientifica>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Halliday, M. & Hasan, R. (1976). *Cohesion in English*. London & New York: Longman.
- Hess, G., Tosney, K. & Liegel, L. (2009). “Creating effective poster presentations”. AMEE Guide n.º 40. In *Med Teach*, 31(4) pp. 319-21. DOI:10.1080/01421590902825131 Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19404892>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Heurley, L. (2006). “La révision de texte: L'approche de la psychologie cognitive”. In *Langages*, 40e année, n.º 164. La révision de texte. Méthodes, outils et processus. pp. 10-25. DOI: 10.3917/lang.164.0010. Disponível em : <<https://www.cairn.info/revue-langages-2006-4-page-10.htm>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Hyland, K. (2000). *Disciplinary discourses: Social interactions in academic writing*. London: Longman.
- Hyland, K. (2009). *Academic discourse*. London/New York: Continuum.



- Jardim, W. T. & Guerra, A. (2017). “República das Letras, Academias e Sociedades Científicas no século XVIII: a garrafa de Leiden e a ciência no ensino”. In *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, vol. 34, n.º 3, pp. 774-797. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/2175-7941.2017v34n3p774>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Jauss, H. R. ([1970] 1993). *A Literatura como Provocação*. Trad. de Teresa Cruz. Lisboa: Vega.
- Jorge, N. (2014). *O género memórias. Análise linguística e perspetiva didática*. Tese de Doutoramento em Linguística – Texto e Discurso. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/12524>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Jorge, N., Coutinho, M. A., Fidalgo, M. & Rosa, R. (Eds.). (2018). *Práticas Textuais 17/18* [versão PDF]. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/42697>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Kamler, B. & Thomson, P. (2006). *Helping doctoral students write: Pedagogies for supervision*. Routledge: New York.
- Kawase, T. (2015). “Metadiscourse in the introductions of PhD theses and research articles”. In *Journal of English for Academic Purposes* (20), pp. 114-124.
- Koch, I. V. (1997). “Linguística Textual: Retrospectos e Perspectivas”. In *Alfa*. São Paulo: Unicamp. 41.<sup>a</sup> ed, pp. 67-78.
- Koch, I. V. (2005). “Léxico e progressão referencial”. In Graça Rio-Torto, Olívia Figueiredo e Fátima Silva (Eds.). *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*. Vol. I. Porto: FLUP, 263-275. Disponível em: <<https://ler.lettas.up.pt/uploads/ficheiros/4564.pdf>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Labarre, A. (1981). *História do livro*. São Paulo: Cultrix.
- Leal, A. (2011). *A Organização Textual do Género Cartoon: Aspectos Linguísticos e Condicionamentos não Linguísticos*. Tese de Doutoramento em Linguística – Teoria do Texto. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/6646>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Leontiev, A. ([1972] 2013). “Atividade e Consciência”. In *Marxists Internet Archive*, Souza e Silva, M. J. (Trad.).

- Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/leontiev/index.htm>> [último acesso a 1 de maio 2018].
- Leontiev, A. ([1978]2009). “Activity, Consciousness, and Personality“. In *Marxists Internet Archive*, Maris J. Hall (Trad.). Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/leontev/works/1978/activity-consciousness-personality.pdf>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Leontiev, A. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo*. Roballo, H (Trad.), 2.<sup>a</sup> edição. Centauro Editora, São Paulo.
- Maingueneau, D. (1991). *L'analyse du discours, introduction aux lectures de l'archive*. Paris: Hachette Université.
- Maingueneau, D. (1996). *Les termes clés de l'analyse du discours*. Paris: Seuil.
- Maingueneau, D. (2002a). “Un genre de discours”. In Dardy, C.; Ducard, D.; Mangueneau, D. *Un genre universitaire: le rapport de soutenance de these*. Paris, PUF, pp. 49-86.
- Maingueneau, D. (2002b). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez Editora.
- Maingueneau, D. (2005) “As Categorias da Análise do Discurso”. In Menendez, F. M. (org.). *Análise do Discurso*. Atas do Seminário Internacional de Análise do Discurso. Lisboa: Hugin Editores.
- Malta, L. R. (2000). *Manual do revisor*. São Paulo: WVC.
- Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná*. (2005). Departamento Estadual. Curitiba. Disponível em: <[http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/manual\\_comunicacao.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/manual_comunicacao.pdf)> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Marcelo, P. J. L. (2010). *Design de Embalagens em Portugal: Anos 30 e 40*. Dissertação de mestrado em Design. Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2911/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Paulo%20Marcelo.pdf>> [último acesso a 4 de dezembro 2019].
- Marcuschi, L. A. (2003). “A questão do suporte dos gêneros textuais”. In DLCV - vol. 1, N.º 1, João Pessoa, pp. 9-40. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/dclv/article/view/7435>> [último acesso a 7 de dezembro de 2019].
- Marcuschi, L. A. (2008). *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial.

- Marcuschi, L. A. (2016). “O papel da linguística no ensino de línguas”. In *Revista Diadorim*, Rio de Janeiro, Revista 18 vol. 2, pp. 12-31. Disponível em: <<https://doi.org/10.35520/diadorim.2016.v18n2a5358>> [último acesso a 7 de dezembro de 2019].
- Marx, K. ([1867]2013). *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro I. Tradução de Rubens Enderle. Editorial Boitempo.
- Mendes, A. (2013). “Organização textual e articulação de orações”. In Raposo, E. B. P., M. F. B. Nascimento, M. A. C. Mota, L. Segura & A. Mendes (Orgs.), *Gramática do Português*, Volume II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Miller, C. R. (1984). “Genre as social action”. In *Quarterly journal of speech*, 70, pp. 151-167. DOI: 10.1080/00335638409383686. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/238749675\\_Genre\\_as\\_Social\\_Action](https://www.researchgate.net/publication/238749675_Genre_as_Social_Action)> [último acesso a 7 de dezembro de 2019].
- Miranda, F. (2007). “Marcadores de gênero: uma pista para identificar a ficcionalização de gêneros textuais”. In *Proceedings of the 4th SIGET – International Symposium on Genre Studies*. Disponível em: <<http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/cd/Port/54.pdf>> [último acesso a 12 de dezembro de 2019].
- Miranda, F. (2008). “Gêneros de Texto e Tipos de Discurso na Perspetiva do Interacionismo Sociodiscursivo: Que Relações?”. In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n.º 1, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 81-100. Disponível em: <[http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n1\\_fulltexts/1e%20florencia%20miranda.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n1_fulltexts/1e%20florencia%20miranda.pdf)> [último acesso a 12 de dezembro de 2019].
- Miranda, F. (2009). “O Discurso interativo em diferentes gêneros: uma abordagem empírica”. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n.º 3, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa, pp. 365-381. Disponível em: <[http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n3\\_fulltexts/3v%20florencia%20miranda.pdf](http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n3_fulltexts/3v%20florencia%20miranda.pdf)> [último acesso a 12 de dezembro de 2019].
- Miranda, F. (2010). *Textos e gêneros em diálogo: uma abordagem linguística da intertextualização*. Lisboa: FCT/FCG.

- Miranda, F. (2012). “Os gêneros de texto na dinâmica das práticas da linguagem”. *Cadernos Cenpec*, vol. 2, n.º 1, São Paulo, pp. 121-139. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/viewFile/96/119>> [último acesso a 12 de dezembro de 2019].
- Miranda, F. (2014). “O “resumo de comunicação” como objeto de ensino”. In *Raído*, 8(16), 33-55. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raído/article/view/3745/2014>> [último acesso a 12 de dezembro de 2019].
- Miranda, F. (2017). “Análise interlinguística de gêneros textuais: contributos para o ensino e a tradução.” In *DELTA.*, 33.3, pp. 811-842. ISSN 0102-4450. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-445056244276863621>> [último acesso a 12 de dezembro de 2019].
- Miranda, F. & Coutinho, M. A. (2005). “Gêneros de texto e formas de interação”. In *Atas do Colóquio Internacional Linguagem e Interação*. [CD-ROM] S. Leopoldo: UNISINOS, [n.d.].
- Morin, E. ([1982]2005). *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand.
- Morin, E. ([1999]2003). *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez Editora.
- Morin, E., Ciurana, E.-R., Motta, R. D. (2003). *Educar na era planetária. O pensamento complexo como Método de aprendizagem no erro e na incerteza humana*. São Paulo: Cortez Editora.
- Neto, A. C. (2013). *Além da revisão: critérios para revisão textual*. 3.ª ed. Brasília: Editora Senac.
- Paz, O. & Moniz, A. (1997). *Dicionário Breve de Termos Literários*. Editorial Presença.
- Pereira, C. U. & Oliveira, D. M. (2007). “Produzindo um Pôster Científico”. In *Arquivos Brasileiros de Neurocirurgia* 26(2), pp. 64-71. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/2032/1/ProduzindoPosterCientifico.pdf>> [último acesso a 14 de dezembro de 2019].
- Pereira, M. L. Á. (2000). “As práticas de avaliação escrita”. In Pereira, M. L. Á., *Escrever em Português – Didáticas e Práticas*. Porto: Edições Asa, pp. 119-175.

- Petijean, A. (1989). “Les typologies textuelles”. In *Pratiques* 62, pp. 86-125. DOI: <https://doi.org/10.3406/prati.1989.1510>. Disponível em: [www.persee.fr/doc/prati\\_0338-2389\\_1989\\_num\\_62\\_1\\_1510](http://www.persee.fr/doc/prati_0338-2389_1989_num_62_1_1510) [último acesso a 14 de dezembro de 2019].
- Petillon, S. & Ganier, F. (2006). “L'étude de la révision de texte: De la mono-à la pluridisciplinarité”. In *Langages*, n.º 164, pp. 3-9. Disponível em: [http://www.vcharite.univ-mrs.fr/redactologie/IMG/pdf/Revision\\_du\\_texte.pdf](http://www.vcharite.univ-mrs.fr/redactologie/IMG/pdf/Revision_du_texte.pdf) [último acesso a 4 de dezembro de 2019].
- Prigogine, I. & Stengers, I. (1986). *A Nova Aliança: Metamorfose da Ciência*. Lisboa: Gradiva.
- Ranse, J. & Aitken, C. (2008). “Preparing and presenting a poster at a Scientific Conference”. In *Journal of Emergency Primary Health Care* (JEPHC), vol. 6, issue 1. Disponível em: <http://www.australianessay.com/wp-content/uploads/attachments/208927-poster-article.pdf> [último acesso a 14 de dezembro de 2019].
- Rastier, F. (1994). “Tropes et sémantique linguistique”. In *Langue française*, n.º 101, 1994. Les figures de rhétoriques et leur actualité en linguistique, sous la direction de Ronald Landheer. pp. 80-101. Disponível em : [www.persee.fr/doc/lfr\\_0023-8368\\_1994\\_num\\_101\\_1\\_5845](http://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1994_num_101_1_5845) [último acesso a 14 de dezembro de 2019].
- Rastier, F. (1995). “Pour une sémantique des textes”. In *Cahiers de l'ILSL*, n.º 6, pp. 183-212.
- Rastier, F. (2001a). *Arts et sciences du texte*. Paris: PUF.
- Rastier, F. (2001b). “Eléments de théorie des genres”. In *Texto!* Disponível em: <http://www.revue-texto.net/1996-2007/Inedits/Inedits.html> [último acesso a 16 de dezembro de 2019].
- Rastier, F. (2002). *Enjeux Épistémologiques de la Linguistique de Corpus*. Disponível em: [http://www.revue-texto.net/1996-2007/Inedits/Rastier/Rastier\\_Ejeux.html](http://www.revue-texto.net/1996-2007/Inedits/Rastier/Rastier_Ejeux.html) [último acesso a 16 de dezembro de 2019].
- Rastier, F. (2014). “Temática e Tópico” In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n.º 9. Lisboa: Edições Colibri, pp. 27-59. Disponível em: [https://clunl.fcsb.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/27\\_59.pdf](https://clunl.fcsb.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/27_59.pdf) [último acesso a 16 de dezembro de 2019].
- Reis, C. & Lopes A. C. ([1987]1998). *Dicionário de Narratologia*. Almedina: Coimbra.

- Remígio, A., Roberto, T., Costa, R. (2006). “Terminologia e representação do Conhecimento: uma Proposta de Posicionamento e Delimitação Conceptual das Ciências da Alimentação”. In *Revista da Sociedade Portuguesa das Ciências da Nutrição e alimentação*. vol. 12 n.º 3. Disponível em: <<http://www.spcna.pt/publicacoes/?imc=7n&publicacao=21&edicao=61&fmo=pa>> [último acesso a 16 de dezembro de 2019].
- Rodrigues, D. L. D. I. (2015). “Revisão de Texto: entre teoria e a prática”. In *Cadernos Cespuc*, n.º 26. Belo Horizonte. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/11446>> [último acesso a 16 de dezembro de 2019].
- Rosa, R. (2015). *Proposta Interacionista para a Prática de Revisão de Texto: o padrão discursivo dos textos académicos*. Dissertação de Mestrado em Consultoria e Revisão Linguística. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/15754>> [último acesso a 16 de dezembro de 2019].
- Rosa, R. (2017a). “Proposta para um modelo didático do género artigo científico”. Comunicação apresentada no VI *Simpósio Mundial de Estudos da Língua Portuguesa*. Escola Superior de Educação, Santarém. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/30456>>. [último acesso a 16 de dezembro de 2019].
- Rosa, R. (2017b). “O plano de texto do comentário linguístico: uma proposta de análise”. In M. T. Brocardo & C. Nunes Correia (orgs.), *Cadernos WGT: Comente o seguinte texto*. Lisboa: NOVA FCSH, pp. 15-20. Disponível em: <[https://clunl.fcsb.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/09/3\\_Rosa\\_cadernos16WGT.pdf](https://clunl.fcsb.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2017/09/3_Rosa_cadernos16WGT.pdf)> [último acesso a 16 de dezembro de 2019].
- Rosa, R. (2018a). “The Discursive Pattern of Academic Texts”. In Coutinho, M. A., *et al.* (Eds.). *Grammar and Text: Selected Papers from the 10th and 11th Fora for Linguistic Sharing*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholar Publishing: pp. 42-57.
- Rosa, R. (2018b). “The attribution of genre tags: the graffiti case”. In Coutinho, M. A., *et al.* (Eds.). *Grammar and Text: Selected Papers from the 10th and 11th Fora for Linguistic Sharing*. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholar Publishing: pp. 88-104.
- Rosa, R. (2018c). “A noção de padrão discursivo: balanço e perspetivas”. In Brocardo, M. T. & Correia, C. N. *Cadernos WGT. Balanços e perspetivas*. Lisboa: Centro

- de Linguística da Universidade Nova: pp. 1-6. Disponível em: [https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/stes/12/2018/04/3\\_17WGT\\_Rosa.pdf](https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/stes/12/2018/04/3_17WGT_Rosa.pdf) [último acesso a 16 de dezembro de 2019].
- Rosa, R. (2018d). “A ordem do expor e a ordem do narrar nos textos de divulgação científica”. In: M. Gonçalves e N. Jorge (Orgs), *Literacia científica na escola*. 1.<sup>a</sup> ed. [e-Book] Lisboa: NOVA FCSH – CLUNL, pp. 70-78.  
Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/65431> [último acesso a 16 de dezembro de 2019].
- Rosa, R. (2018e). “O plano de texto do artigo científico: conteúdos e segmentação” In *Atas do VII SIELP*. Simpósio Internacional de Ensino da Língua Portuguesa. Universidade do Minho, Braga. (submetido)
- Rosa, R. (2019). “Modelo didático do género artigo científico: um contributo para o ensino do Português como Língua Adicional”. In *BELT – Brazilian English Language Teaching Journal*. vol. 10, n.º 1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3640.2019.1.33154> [último acesso a 16 de dezembro de 2019].
- Rosa, R. et al. (2018). “Organizadores textuais e plano de texto: a forma e”. In *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, [online] (4), pp. 240-253. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/30455> [último acesso a 16 de dezembro de 2019]. ISSN 2183-9077.
- Rosa, R., Ricciardi, N. & Gonçalves, M. (2019). “O papel do graffiti na construção do (contra)poder: um estudo comparativo Portugal/Argentina”. In M. A. Marques e S. Guimarães de Sousa (eds), *Linguagens de Poder*. 1.<sup>a</sup> ed. V. N. Famalicão: Edições Húmus, pp. 263-281. ISBN 978-989-755-430-8.
- Rosental, M. & Iudin, P. (1946). *Diccionario filosofico Marxista*. Ediciones Pueblos Unidos, Montevideo: Uruguai.
- Santos, B. d. S. (1988). “Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna”. In *Estudos Avançados*, vol. 2, n.º 2, São Paulo, pp. 46-71. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141988000200007> [último acesso a 16 de dezembro 2019]
- Santos, J. V. & Silva, P. N. (2016). “Issues of textual hybridity in a major academic genre: PhD dissertations vs. research articles”. In *Redis: Revista de Estudos do Discurso*,



- 5, pp. 171-193. Disponível em: <<http://ojs.lettras.up.pt/index.php/re/article/view/2979/2715>> [último acesso a 16 de dezembro 2019].
- Saussure, F. ([1916]1978). *Curso de Linguística Geral* (trad.), 4.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Saussure, F. (2002). *Écrits de Linguistique Générale*. Paris: P.U.F.
- Schneuwly, B. & Dolz, J. (1999). *Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino*. Tradução de Gláís Sales Cordeiro.
- Schneuwly, B. & Dolz, J. (2004). *Gêneros orais e escritos na escola*. Tradução de G. S. Cordeiro e R. Rojo. Campinas: Mercado das Letras.
- Schneuwly, B., Rosat, M.-C. & Dolz, J. (1989). “Les organisateurs textuels dans quatre types de textes écrits (élèves de 10, 12 et 14 ans)”. In *Langue Française* 81, pp. 40-58.
- Silva, F. (2005). *Contributos para a Descrição da Anáfora Associativa em Português Europeu*. Tese de Doutoramento. Porto: Universidade do Porto.
- Silva, F. & Ferreira, I. (2008). “Anáfora Nominal e Modificação Adjettival”. In Oliveira, F. & Duarte, I. M. (Orgs), *O Fascínio da Linguagem - Atas do Colóquio de Homenagem a Fernanda Irene Fonseca*. Porto: Centro de Linguística da Universidade do Porto. ISBN: 978-972-8932-41-1 Disponível em: <<https://ler.lettras.up.pt/uploads/ficheiros/6699.pdf>> [último acesso a 16 de dezembro 2019].
- Silva, P. N. (2016). “Gênero, conteúdos e segmentação: em busca do plano de texto”. In *Diacrítica*. Revista do centro de estudos humanísticos; série ciências da linguagem 30 (1), pp. 181-224. Disponível em: <[http://ceh.ilch.uminho.pt/publicacoes/Diacritica\\_30-1.pdf](http://ceh.ilch.uminho.pt/publicacoes/Diacritica_30-1.pdf)> [último acesso a 16 de dezembro 2019].
- Silva, P. N. & Rosa, R. (2019). “O plano de texto do artigo científico: caracterização e perspectivas didáticas”. *DELTA*, São Paulo, vol. 35, n.º 4. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01024450201900040040&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01024450201900040040&lng=en&nrm=iso)>; <<http://dx.doi.org/10.1590/1678-460x2019350409>> [último acesso a 16 de dezembro 2019].
- Silva, P. N. & Santos, J. V. (2015). “Da Introdução ao Resumo/Abstract: o surgimento de um gênero híbrido nas atas da Associação Portuguesa de Linguística”. In *Revista Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, n.º 10, pp. 313-336. Disponível em: <[https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/313\\_336.pdf](https://clunl.fcsh.unl.pt/wp-content/uploads/sites/12/2018/02/313_336.pdf)> [último acesso a 16 de dezembro 2019].



- Simonin-Grumbach, J. (1975). “Pour une typologie des discours”. In J. Kristeva, J.-C. Milner & N. Ruwet (Ed.). *Langue, discours, société*. Pour Émile Benveniste, pp. 85-121. Paris: Seuil.
- Stumpf, I. R. C. (1996). “Passado e futuro das revistas científicas”. In *Ciência da Informação*, [S.l.], vol. 25, n.º 3. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/637>> [último acesso a 16 de dezembro 2019]. ISSN 1518-8353.
- Swales, J. (1990). *Genre Analysis. English in Academic and Research Settings*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Swales, J. (2003). “Worlds of Genre – Metaphors of Genre”. In C. Bazerman, A. Bonini, and D. Figueiredo (Eds.), *Genre in a Changing World*, pp. 1-16. Disponível em: <<https://wac.colostate.edu/books/genre/genre.pdf/#page=18>> [último acesso a 16 de dezembro 2019].
- Swales, J. (2004). *Research Genres. Explorations and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- van Dijk T. A. (2006). *De la Gramática del Texto al Análisis Crítico del Discurso Una breve autobiografía académica*. Universidad Pompeu Fabra, Barcelona.
- van Dijk T. A. (1980). *Macrostructures. An Interdisciplinary Study of Global Structures in Discourse, Interaction and Cognition*, Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates Publishers.
- Vilela, A. (1992). *O livro e suas técnicas*. Trofa: Só Livros.
- Voloshinov, V. N. ([1929]1977). *Le marxisme et la philosophie du langage*. Paris: Minuit.
- Vygotsky, L. S. ([1934]1997). *Pensée et langage* (traduzido por F. Séve). Paris: La Dispute.
- Vygotsky, L. S. (1989). *A formação social da mente*. Cole, M., John-Steiner V., Scribner S., Souberman, E. (Orgs). São Paulo – SP: Livraria Martins Fontes Editora.
- Weinrich, H. ([1964]1973). *Le temps: récit et commentaire* (trad. M. Lacoste). Paris: Seuil.
- Xavier, M. F. & Mateus, M. H. (Orgs.) (1990). *Dicionário de Termos Linguísticos*, Volume I. Lisboa: Edições Cosmos.

## Documentos orientadores

*Aprendizagens Essenciais - Ensino Básico* (2018).

Disponível em: <<https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-basico>> [último acesso a 20 de novembro de 2019].

*Aprendizagens Essenciais - Ensino Secundário* (2018).

Disponível em: <<https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensino-secundario>> [último acesso a 20 de novembro de 2019].

Buescu, H. C. *et al.* (2014). *Programa e Metas curriculares de Português do Ensino Secundário*. Ministério da Educação e Ciência. Governo de Portugal. Disponível em: <[https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/programa\\_metas\\_curriculares\\_portugues\\_secundario.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/programa_metas_curriculares_portugues_secundario.pdf)> [último acesso a 21 de novembro 2019].

Buescu, H. C. *et al.* (2015). *Programa e Metas curriculares de Português do Ensino Básico*. Ministério da Educação e Ciência. Governo de Portugal. Disponível em: <[https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Portugues/pmcpeb\\_julho\\_2015.pdf](https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Metas/Portugues/pmcpeb_julho_2015.pdf)> [último acesso a 21 de novembro 2019].

## Legislação e documentos normativos

*Circular n.º 212/CD.* Infarmed. *Comprovação da Legibilidade de Folhetos Informativos.*

Disponível em: <[https://www.infarmed.pt/documents/15786/17838/Circular\\_212.pdf/de06fbad-c195-4afb-b6c7-c63b13ed4878](https://www.infarmed.pt/documents/15786/17838/Circular_212.pdf/de06fbad-c195-4afb-b6c7-c63b13ed4878)> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

*Decreto-Lei n.º 176/2006.* Legislação Farmacêutica Compilada. Disponível em:

<[http://www.infarmed.pt/documents/15786/1068535/035E\\_DL\\_176\\_2006\\_10ALT.f/ae048e-547e-4c5c-873e-b41004b9027f](http://www.infarmed.pt/documents/15786/1068535/035E_DL_176_2006_10ALT.f/ae048e-547e-4c5c-873e-b41004b9027f)> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

*Decreto-Lei n.º 366-A/97.* *Diário da República.* — I Série - A n.º 293 - 20-12-1997.

Disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/659564>> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

*Decreto-Lei n.º 4/2015.* Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa.

Disponível em: <[http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?fica=101&artigo\\_id=&nid=2248&pagina=2&tabela=leis&nversao=&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?fica=101&artigo_id=&nid=2248&pagina=2&tabela=leis&nversao=&so_miolo)> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

*Diretiva 2001/83/CE* do Parlamento Europeu e do Conselho. *Jornal Oficial das Comunidades Europeias.* Disponível em:

<<https://www.ceic.pt/documents/20727/38724/Directiva+200183CE+do+Parlamento+Europeu+e+do+Conselho+de+6+de+Novembro+2001/6bf813a2-e8c7-428d-a64a-8ac84f4fc92d>> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

*Diretiva 2014/40/UE* do Parlamento Europeu e do Conselho. *Jornal Oficial da União Europeia.* Disponível em:

<[https://ec.europa.eu/health/sites/health/files/tobacco/docs/dir\\_201440\\_pt.pdf](https://ec.europa.eu/health/sites/health/files/tobacco/docs/dir_201440_pt.pdf)> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

*Guia prático de regras a observar na redação de atos normativos da Assembleia da República.* Disponível em:

<[https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma\\_Parlamento/guialegisticaformal.pdf](https://www.parlamento.pt/DossiersTematicos/Documents/Reforma_Parlamento/guialegisticaformal.pdf)> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

*Guideline on the readability of the labelling and package leaflet of medicinal products for human use.* (2009). Disponível em:

<[https://ec.europa.eu/health/sites/health/files/files/eudralex/vol2/c/2009\\_01\\_12\\_readability\\_guideline\\_final\\_en.pdf](https://ec.europa.eu/health/sites/health/files/files/eudralex/vol2/c/2009_01_12_readability_guideline_final_en.pdf)> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

Infarmed. *Comprovação da legibilidade de folhetos informativos*.

Disponível em: <<https://www.infarmed.pt/web/infarmed/entidades/medicamentos-uso-humano/autorizacao-de-introducao-no-mercado/legi>> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

*Lei n.º 17/2003*, de 4 de junho. Legislação. Versão anotada. Disponível em: <[https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao\\_Anotada/IniciativaLegislativaCidadaos\\_Anotada.pdf](https://www.parlamento.pt/Legislacao/Documents/Legislacao_Anotada/IniciativaLegislativaCidadaos_Anotada.pdf)> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

*Lei n.º 109/2015*, de 26 de agosto. Diário da República, 1.ª série- n.º 166 - 26 de agosto de 2015. Disponível em <<https://dre.pt/application/conteudo/70114078>> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

*Quality Review of Documents (QRD)*

Disponível em: <<https://www.ema.europa.eu/en/committees/working-parties-other-groups/chmp/working-group-quality-review-documents>> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

*QRD product-information template version 10*

Disponível em: <[https://www.ema.europa.eu/en/documents/template-form/qrd-product-information-annotated-template-english-version-101\\_en.pdf](https://www.ema.europa.eu/en/documents/template-form/qrd-product-information-annotated-template-english-version-101_en.pdf)> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

*Regras de legística na elaboração de atos normativos pelo Governo*. Diário da República, 1.ª série - n.º 219 - 9 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://dre.pt/application/conteudo/70961384>> [último acesso a 20 de dezembro 2019].

*Guia Prático do Processo Eleitoral*. Secretaria Geral. Ministério da Administração Interna. Disponível em:

<<https://www.sg.mai.gov.pt/AdministracaoEleitoral/EleicoesReferendos/AutarquiasLocais/Documents/GUIA%20PRATICO%202017.pdf>> [último acesso a 20 de dezembro de 2019].

## Referências dos textos analisados

- ACF1** Quintal C., Sarmiento M. & Raposo V. (2015). “Fatores explicativos do consumo de medicamentos não sujeitos a receita médica em Portugal”. In *Ata Farmacêutica Portuguesa*, vol. 4 n.º 1, pp. 53-66. ISSN: 2182-3340 Disponível em: <<http://www.actafarmaceuticaportuguesa.com/index.php/afp/article/view/60>>
- ACF2** Laranjeira, P., J. Barros M. R., Afonso A. & Gomes M. A. (2016). “Demodex folliculorum: Deteção em paciente com blefarite crónica”. In *Ata Farmacêutica Portuguesa*, vol. 5 n.º 2, pp. 105-114. ISSN: 2182-3340 Disponível em: <<http://www.actafarmaceuticaportuguesa.com/index.php/afp/article/view/138>>
- ACF3** Gomes, M. J. & Ramos, F. (2013). “O Preço dos Medicamentos Genéricos em Portugal (2011-2012): Estado, Cidadão e Farmácia”. In *Ata Farmacêutica Portuguesa*, vol. 2 n.º 2, pp. 135-148. ISSN: 2182-3340. Disponível em: <<http://www.actafarmaceuticaportuguesa.com/index.php/afp/article/view/8>>
- ACF4** Miranda, I. & Costa, F. A. (2014). “Willingness to pay (vontade para pagar) por um serviço de preparação individualizada da medicação (PIM)”. In *Revista Portuguesa De Farmacoterapia*, vol. 6 n.º 3, pp. 3-12. Disponível em: <<https://doi.org/10.25756/rpf.v6i3.24>>
- ACF5** Mosca, C. & Correia, P. (2012). “O medicamento no doente idoso”. In *Ata Farmacêutica Portuguesa*, vol. 1 n.º 2, pp. 75-81. Disponível: <<http://www.actafarmaceuticaportuguesa.com/index.php/afp/article/view/23>>
- ACD1** Veiga, P. (2016). “Nos 40 anos da Constituição: uma revisitação da constituinte de 1976 num novo olhar pelo estatuto constitucional do Presidente da República”. In *e-Pública: Revista Eletrónica de Direito Público*, vol.3 n.º 3 pp. 63-83. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2183184X201600300003&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2183184X201600300003&lng=pt&tlng=pt)>
- ACD2** Fernandes, F. L. (2014). “A pobreza perante o Direito”. In *RED: Revista Eletrónica de Direito*, n.º 2, pp. 1-18. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10216/82568>>
- ACD3** Mota, H. (2015). “O presente e o futuro das relações familiares e sucessórias internacionais no Direito da União Europeia. Um ponto da situação”. In *RED: Revista Eletrónica de Direito*, n.º 1, pp. 1-15. Disponível em: <[https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=101939](https://sigarra.up.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=101939)>
- ACD4** Alves, D. R. (2012). “A entrada em vigor do Direito de iniciativa de cidadania europeia”. In *Revista Interdisciplinar de Direito*, pp. 1-12. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11328/702>>.

- ACD5** Rocha, J. F. (2013). “Modelos jurisdicionais tributários: uma abordagem de direito comparado”. In *Scientia iuridica*. - Braga: L.C. - Tomo 62, n.º, pp. 269-298. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/59263/1/Modelos%20jurisdic%20tribut.pdf>>
- PCA1** Ribeiro, A. *et al.* (2016). “Utilização de Extrato de Alecrim Livre e Microencapsulado como Ingrediente Bioativo para o Desenvolvimento de Alimentos Funcionais”. In *Encontro CIÊNCIA '16 - Encontro com a Ciência e a Tecnologia em Portugal*, Lisboa, Portugal. Disponível em: <<http://www.encontrociencia.pt/2016/img/posters/045.pdf>>
- PCA2** Miranda, M. C. M. *et al.* (2016). “A Utilização de Coberturas Verdes na Retenção de Águas Pluviais em Condições Mediterrânicas”. In *Encontro CIÊNCIA '16 - Encontro com a Ciência e a Tecnologia em Portugal*, Lisboa, Portugal. Disponível em: <<http://www.encontrociencia.pt/2016/img/posters/368.pdf>>
- PCA3** Carvalho, C. A. *et al.* (2017). “O Potencial do Silício na Tolerância do Castanheiro ao Stresse Hídrico”. In *Encontro CIÊNCIA '17 - Encontro com a Ciência e a Tecnologia em Portugal*, Lisboa, Portugal. Disponível em: <<http://www.encontrociencia.pt/files/Poster%20Andreia%20Carvalho.pdf>>
- PCA4** Caleja, C. *et al.* (2016). “Camomila Utilizada como Elemento Conservante na Aplicação em Diferentes Matrizes Alimentares”. In *Encontro CIÊNCIA '16 - Encontro com a Ciência e a Tecnologia em Portugal*, Lisboa, Portugal. Disponível em: <[http://www.encontrociencia.pt/files/Ciencia2017\\_CristinaCaleja.pdf](http://www.encontrociencia.pt/files/Ciencia2017_CristinaCaleja.pdf)>
- PCA5** Fernandes, A. *et al.* (2017). “Ferramenta quimiométrica para identificação de coagumos irradiados”. In *Encontro CIÊNCIA '17 - Encontro com a Ciência e a Tecnologia em Portugal*, Lisboa, Portugal. Disponível em: <[http://www.encontrociencia.pt/files/Angela\\_Ciencia2017.pdf](http://www.encontrociencia.pt/files/Angela_Ciencia2017.pdf)>
- PCL1** Barbosa, S. (2016). “EnoTerm: Da Lexicografia de Especialidade à elaboração de um dicionário de degustação do vinho”. In *Encontro CIÊNCIA '16 - Encontro com a Ciência e a Tecnologia em Portugal*, Lisboa, Portugal. Disponível em: <[https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta/3400747/S\\_lvia\\_Poster.pdf](https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta/3400747/S_lvia_Poster.pdf)>
- PCL2** Ramos, J. C. (2017). “Realização dos Valores de Obrigação e Necessidade: uma Análise Juslinguística do Modal Poder”. In *Encontro CIÊNCIA '17 - Encontro com a Ciência e a Tecnologia em Portugal*, Lisboa, Portugal. Disponível em: <<http://www.encontrociencia.pt/files/Poster.pdf>>
- PCL3** Cavaco-Cruz, L. (2017). “Terminologia, Cognição e a acessibilidade do Conhecimento Especializado”. In *Encontro CIÊNCIA '17 - Encontro com a Ciência e a Tecnologia em Portugal*, Lisboa, Portugal. Disponível em: <[http://www.encontrociencia.pt/files/Poster\\_LuisCavacoCruz\\_FLUL.pdf](http://www.encontrociencia.pt/files/Poster_LuisCavacoCruz_FLUL.pdf)>

- PCL4** Barros, N. & Frota, S. (2017). “Dados Preliminares de uma investigação em Curso: Fraseamento Prosódico no Português Europeu”. In *Encontro CIÊNCIA '17 - Encontro com a Ciência e a Tecnologia em Portugal*, Lisboa, Portugal. Disponível em: <[http://www.encontrociencia.pt/files/Fraseamento\\_Prosodico\\_Portugues\\_Europeu.pdf](http://www.encontrociencia.pt/files/Fraseamento_Prosodico_Portugues_Europeu.pdf)>
- PCL5** Pinto, C. (2017). “Minimizadores e Negação: do Português Antigo ao Português Contemporâneo”. In *Encontro CIÊNCIA '17 - Encontro com a Ciência e a Tecnologia em Portugal*, Lisboa, Portugal. Disponível em: <[http://www.encontrociencia.pt/files/Poster\\_clara.pdf](http://www.encontrociencia.pt/files/Poster_clara.pdf)>
- CT1** *Colóquio Internacional Cultura, Ciência e Política na Época do 2.º Visconde de Santarém*. Organização: Centro de História da Universidade de Lisboa - Centro de Estudos Geográfico da Universidade de Lisboa. Data de início do evento: 4 de abril de 2016.
- CT2** *4ª Conferência Internacional em Gramática e Texto – GRATO 2015*. Organização: Gramática & Texto/ Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. Data de início do evento: 2 de julho de 2015.
- CT3** *Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria*. Organização: ISCA-UA e OCC. Data de início do evento: 10 de outubro de 2017.
- CT4** *VIII Postgraduate Conference: Management, Hospitality & Tourism*. Organização: Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve. Data de início do evento: 7 de julho de 2017.
- CT5** *Conferência Internacional A Guerra no Mar: combates e poder naval nos séculos XIX e XX*. Organização: Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC-FCSH-UNL). Data de início do evento: 8 de abril de 2016.
- CT6** *Conferência Internacional Judeus de Portugal e a Diáspora Judaica Luso-Espanhola*. Organização: Centro de História da Universidade de Lisboa; Universidade do Porto, Ashkelon Academic College; Dahan Center da Bar-Ilan University. Data de início do evento: 27 de junho de 2018.
- CT7** *Sextas Jornadas Internacionais de Análise do Discurso & Segundo Congresso Internacional de Estudos do Discurso*. Organização: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Data de início do evento: 26 de outubro de 2016.
- CT8** *Linguagens de Poder / Languages of Power Congresso internacional / International Conference*. Organização: Centro de Estudos Humanísticos. Instituto de Letras e Ciências Humanas. Universidade do Minho, Portugal. Data de início do evento: 12 de julho de 2018.
- CT9** *VII Jornadas de Secretariado e Assessoria Comunicação, multiculturalidade e mudança*. Organização: Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda, da Universidade de Aveiro. Data de início do evento: 29 de maio de 2019.

- CT10** *Conferência internacional Género na Arte de Países Lusófonos: Corpo, Sexualidade, Identidade, Resistência*. Organização: Museu Nacional de Arte Contemporânea; Centro de História de Arte e Investigação Artística (CHAIA) da Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Data de início do evento: 27 de outubro de 2017.
- BM1** *Panadol Extra*. GlaxoSmithKline. Data da última revisão: dezembro de 2009.
- BM2** *Cêgripe*. Johnson & Johnson. Data da última revisão: fevereiro 2012.
- BM3** *Mebocaína Forte*. Novartis Consumer Health. Data da última revisão: dezembro de 2013.
- BM4** *Canesten*. Bayer. Data da última revisão: março de 2014.
- BM5** *Bisolvon*. Unifarma. Data da última revisão: setembro de 2012.
- BM6** *Ul-250*. Merck S. A. Data da última revisão: janeiro de 2013.
- BM7** *Mucoral*. Sanofi. Data da última revisão: abril de 2014.
- BM8** *Locabiosol*. Servier. Data da última revisão: novembro de 2013.
- BM9** *Ibuprofeno Farmoz*. Farmoz. Data da última revisão: fevereiro de 2013.
- BM10** *Halibut*. Generis. Medinfar. Data da última revisão: dezembro de 2012.
- EM1** *Voltarem Emulgel*. GlaxoSmithKline. (recolhido em maio de 2016)
- EM2** *Spidifen*. Zambom. (recolhido em maio de 2016)
- EM3** *Cetix*. Medinfar. (recolhido em maio de 2016)
- EM4** *Paracetamol*. Ratiopharm. (recolhido em maio de 2016)
- EM5** *Metibasol*. Sanóbia. (recolhido em maio de 2016)
- EM6** *Zolpidem*. Actavis. (recolhido em maio de 2016)
- EM7** *Ben-u-ron*. Bene. (recolhido em maio de 2016)
- EM8** *Levocetirizina*. Generis. (recolhido em maio de 2016)
- EM9** *Flagyl*. Vitória. (recolhido em maio de 2016)
- EM10** *Bisoprolol*. Generis. (recolhido em maio de 2016)
- RT1** *Lucky Strike*. (recolhido em junho de 2016)
- RT2** *Chesterfield*. (recolhido em junho de 2016)



**RT3** *John Player Special*. (recolhido em junho de 2016)

**RT4** *Marlboro*. (recolhido em junho de 2016)

**RT5** *L&M*. (recolhido em junho de 2016)

**RT6** *Rothmans*. (recolhido em junho de 2016)

**RT7** *Ventil*. (recolhido em junho de 2016)

**RT8** *Marlboro*. (recolhido em junho de 2016)

**RT9** *Camel*. (recolhido em junho de 2016)

**RT10** *Elixir*. (recolhido em junho de 2016)

**PL1** *Projeto de Lei n.º 149 /XIII*. Disponível em:

<<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=40164>>.

**PL2** *Projeto de Lei n.º 424/XIII/2.ª*. Disponível em:

<<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=41055>>.

**PL3** *Projeto de Lei n.º 405/XIII/2.ª*. Disponível em:

<<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=41005>>.

**PL4** *Projeto de Lei n.º 155/XIII*. Disponível em:

<<http://app.parlamento.pt/webtils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7a637664326c756157357059326c6864476c3259584d7657456c4a535339305a58683062334d76634770734d5455314c56684a53556b755a47396a&fich=pjl155-XIII.doc&Inline=true>>.

**PL5** *Projeto de Lei n.º 142/XIII-1.ª*. Disponível em:

<<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=40136>>.

**PL6** *Projeto de Lei n.º 399/XIII/2.ª*. Disponível em:

<<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=40996>>.

**PL7** *Projeto de Lei n.º 409/XIII*. Disponível em:

<<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=41011>>.

**PL8** *Projeto de Lei n.º 421/XIII/2.ª*. Disponível em:

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=41049>>.

**PL9** *Projeto de lei n.º 927/XII/4.ª*. Disponível em:

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=39485>>.

**PL10** *Projeto de Lei n.º 1029/XII 4.ª*. Disponível em:

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=39716>>.

**ED1** *Autoridade Tributária e Aduaneira*. (2016)

**ED2** *Câmara Municipal de Lisboa*. (2015)

**ED3** *Escola Superior de Comunicação Social*. (2014)

**ED4** *Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa*. (2014)

**ED5** *Instituto Superior Técnico* (2016)

**ED6** *Câmara Municipal de Mafra* (2017)

**ED7** *Município de Arganil* (2016)

**ED8** *Município da Azambuja / Câmara Municipal* (2017)

**ED9** *ISPGAYA / Instituto Superior Politécnico* (2017)

**ED10** *Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos* (2016)

## **Referências dos exemplares para comparação**

**ACE** Silva, L. Camões, A. & Vasconcelos, G. (2014). “Material compósito à base de gesso reforçado com fibras: caracterização mecânica”. In *Engenharia Civil – UM*, n.º 49, pp. 1-10. Disponível em:

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/31027/1/1963-pag.5-14.pdf>>.

**ACL** Coutinho, M. A. (2006). “O texto como objeto empírico: consequências e desafios para a linguística”. In *Veredas*. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo076.pdf>>

**BMC** Bula de medicamento. Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/medicamentos/25351353385201762/?nomeProduto=Bisolvon>>

## Lista de quadros

### I-II

**Quadro 1:** simplicidade *versus* complexidade; elaborado a partir de Morin, Ciurana & Motta (2003: 34-38)

**Quadro 2:** dimensões da vida social; elaborado a partir de Bronckart (2006a: 128-129)

**Quadro 3:** lugares sociais; elaborado e traduzido a partir de Bronckart *et al.* (1985)

**Quadro 4:** componentes praxeológicos e componentes linguísticos (Rastier, 2001: 131); extraído de Bronckart (2008b: 43)

**Quadro 5:** dimensões do suporte

**Quadro 6:** parâmetros contextuais; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 93)

**Quadro 7:** princípios do paradigma da complexidade e pressupostos do ISD

**Quadro 8:** organizadores textuais, elaborado a partir de Adam (1999: 181) e Coutinho (2008: 199)

**Quadro 9:** tipos discursivos; adaptado de Bronckart ([1997]1999: 157)

**Quadro 10:** configuração linguística do tipo interativo e tipo teórico; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 165-179)

**Quadro 11:** configuração linguística dos tipos relato interativo e narração; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 165-179)

**Quadro 12:** variantes do tipo interativo e tipo misto interativo-teórico; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 187-189)

**Quadro 13:** variante do tipo teórico; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 190-193)

**Quadro 14:** variantes do relato interativo; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 190-193)

**Quadro 15:** variantes do tipo narração e tipo misto narrativo-teórico; elaborado a partir de Bronckart ([1997]1999: 195-209)

**Quadro 16:** variantes e possibilidades de fusão dos tipos discursivos

### III

**Quadro 17:** *corpus*

**Quadro 18:** dados que remetem para a filiação institucional e formação académica dos autores (ACF-ACD)

**Quadro 19:** organização dos conteúdos no *artigo científico*

**Quadro 20:** sumários; extraídos de ACD1, ACD2 e ACD3

**Quadro 21:** dados relativos à filiação institucional dos autores (PCA-PCL)

**Quadro 22:** secções (PCA1 e PCL1)

- Quadro 23:** atividade de investigação; excertos extraídos de CT1-CT10
- Quadro 24:** atividade da área científica; excertos extraídos de CT1-CT10
- Quadro 25:** organização das bulas de medicamento; elaborado a partir de *QRD product-information template version 10* (DOC/182 KB)
- Quadro 26:** secções e conteúdos da *bula de medicamento* (BM1, BM3, BM7)
- Quadro 27:** secções e conteúdos do *rótulo de embalagem de medicamento* (EM2, EM5, EM6)
- Quadro 28:** lista de advertências; elaborado a partir da *Diretiva 2014/40/UE* do Parlamento Europeu e do Conselho de 3 de abril de 2014: 34
- Quadro 29:** secções e conteúdos do *rótulo de embalagem de tabaco* (RT1, RT5, RT6)
- Quadro 30:** organização dos conteúdos do *projeto de lei* (PL1)
- Quadro 31:** secções e conteúdos do *edital* (ED3, ED7)
- Quadro 32:** dimensões do suporte de circulação dos exemplares dos géneros considerados
- Quadro 33:** tipo interativo nos exemplares de Ciências Farmacêuticas
- Quadro 34:** tipo interativo nos exemplares de Direito
- Quadro 35:** tipo narração nos exemplares ACF e ACD
- Quadro 36:** tipo relato interativo nos exemplares ACF1 e ACD1
- Quadro 37:** articulação dos tipos discursivos em encaixe (ACD/ACF)
- Quadro 38:** interativo secundário e relato interativo secundário (ACD)
- Quadro 39:** tipo misto interativo-teórico (ACD)
- Quadro 40:** tipo misto narrativo-teórico (ACD/ACF)
- Quadro 41:** configuração linguística do tipo interativo (ACD)
- Quadro 42:** tipo misto relato interativo-teórico (PCL2)
- Quadro 43:** tipo misto narrativo-teórico (PCA2 e PCA3)
- Quadro 44:** encaixe dos tipos narração e teórico (PCA2)
- Quadro 45:** tipo teórico (PCA2)
- Quadro 46:** tipo narração (PCA e PCL)
- Quadro 47:** tipo narração (CT1 e CT5)
- Quadro 48:** encaixe dos tipos teórico e narração (CT)
- Quadro 49:** tipo narração (CT)
- Quadro 50:** encaixe dos tipos teórico e interativo (CT)
- Quadro 51:** tipo misto interativo-teórico (CT4, CT8 e CT10)
- Quadro 52:** configuração linguística do tipo teórico (CT)
- Quadro 53:** secção dedicada às informações/recomendações prévias (BM2 e BM6)
- Quadro 54:** secção 2 de BM1 e BM7
- Quadro 55:** encaixe dos tipos teórico e interativo (BM1)
- Quadro 56:** encaixe dos tipos teórico e interativo (BM4 e BM6)

**Quadro 57:** encaixe dos tipos teórico e interativo (BM2 e BM3)

**Quadro 58:** encaixe dos tipos teórico e interativo (BM5 e BM9)

**Quadro 59:** tipo narração (BM)

**Quadro 60:** configuração linguística do tipo teórico (BM)

**Quadro 61:** configuração linguística do tipo teórico (BM)

**Quadro 62:** configuração linguística do tipo interativo (BM)

**Quadro 63:** configuração linguística do tipo interativo (BM)

**Quadro 64:** plano de texto do exemplar EM6

**Quadro 65:** encaixe dos tipos teórico e interativo (EM1 e EM4)

**Quadro 66:** configuração linguística do tipo teórico (EM)

**Quadro 67:** configuração linguística do tipo teórico (EM)

**Quadro 68:** configuração linguística dos tipos teórico e interativo (RT1-RT10)

**Quadro 69:** mecanismos de organização textual linguísticos (PL)

**Quadro 70:** mecanismos de organização textual linguísticos (PL)

**Quadro 71:** abertura da segunda secção do corpo do texto (PL)

**Quadro 72:** fecho do corpo do texto (PL)

**Quadro 73:** tipo misto interativo-teórico (PL1 e PL5)

**Quadro 74:** tipo teórico (PL)

**Quadro 75:** tipo misto narrativo-teórico (PL)

**Quadro 76:** configuração linguística do tipo teórico (PL)

**Quadro 77:** configuração linguística do tipo interativo (PL)

**Quadro 78:** abertura do corpo do texto (ED)

**Quadro 79:** mecanismos de organização textual (ED)

**Quadro 80:** tipo teórico (ED)

**Quadro 81:** tipo teórico (ED)

**Quadro 82:** tipo misto narrativo-teórico (ED)

**Quadro 83:** encaixe dos tipos teórico e narração (ED)

**Quadro 84:** configuração linguística do tipo teórico (ED)

**Quadro 85:** géneros de texto e tipos discursivos

**Quadro 86:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados no *artigo científico*

**Quadro 87:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados no *póster científico*

**Quadro 88:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados na *chamada de trabalhos*

**Quadro 89:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados no *edital*

**Quadro 90:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados na *bula de medicamento*

**Quadro 91:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados no *rótulo de embalagem de medicamento*

**Quadro 92:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados no *rótulo de embalagem de tabaco*

**Quadro 93:** relação entre tipos discursivos e conteúdos tematizados no *projeto de lei*

**Quadro 94:** géneros, modalidades de articulação, tipos mistos e variantes dos tipos discursivos

**Quadro 95:** géneros e tipo misto narrativo-teórico

**Quadro 96:** géneros e tipo misto interativo-teórico

**Quadro 97:** configuração linguística do tipo teórico e géneros de texto

**Quadro 98:** configuração linguística do tipo interativo e géneros de texto

**Quadro 99:** configuração linguística do tipo narração e géneros de texto

**Quadro 100:** configuração linguística do tipo relato interativo no artigo científico

**Quadro 101:** quantificação do número exemplares de género (atividades e propriedades do plano de texto)

**Quadro 102:** quantificação do número exemplares de género em que ocorrem os tipos discursivos (primeiro nível, tipos mistos e secundários)

**Quadro 103:** padrão discursivo dos géneros em análise

**Quadro 104:** segmentos do tipo narração (BM) e exemplos manipulados

**Quadro 105:** abertura da secção proposta normativa (PL) e exemplos manipulados

**Quadro 106:** modelo didático do género *artigo científico*

## Lista de esquemas

### I-II

**Esquema 1:** perspectiva intersistémica; extraído de Bronckart (2008a: 39)

**Esquema 2:** articulação de sistemas; extraído de Bronckart (2008a: 39)

**Esquema 3:** interação entre componentes praxeológicos e componentes linguísticos; extraído de Bronckart (2008b: 45)

**Esquema 4:** condições de produção dos textos; extraído de Bronckart (2005: 64)

**Esquema 5:** modelo da arquitetura interna dos textos; elaborado a partir de Bronckart ([1997] 1999: 119)

**Esquema 6:** modelo de complexidade; extraído de Adam (2013: 20)

**Esquema 7:** tensão entre a segmentação (descontinuidade) e a ligação (continuidade); extraído de Adam (2013: 29)

**Esquema 8:** organizadores e conectores; extraído de Adam (1999: 59)

**Esquema 9:** relações entre géneros de texto e tipos discursivos; extraído de Miranda (2008: 98)

**Esquema 20:** GeToc – instrumentos e procedimentos de análise, extraído de Coutinho *et al.* (2005)

### III

**Esquema 11:** géneros e atividades

**Esquema 12:** atividades e género *artigo científico*

**Esquema 13:** atividades e género *póster científico*

**Esquema 14:** atividades e género *chamada de trabalhos*

**Esquema 15:** atividades e género *bula de medicamento*

**Esquema 16:** atividades e género *rótulo de rótulo de embalagem de medicamento*

**Esquema 17:** atividades e género *rótulo de embalagem de tabaco*

**Esquema 18:** atividades e género *projeto de lei*

**Esquema 19:** atividades e género *edital*

**Esquema 20:** relações hierárquicas entre atividades e géneros

## Lista de imagens

### I-II

**Imagem 1:** *rota Virgilii*

**Imagem 2:** bifacialidade do signo linguístico; extraída de Saussure ([1916]2006: 80)

### III

**Imagem 3:** o *artigo científico* e outros géneros; extraída de Swales (1990: 177)

**Imagem 4:** contextos da Publicação Científica

**Imagem 5:** secções peritextuais do exemplar ACF1

**Imagem 6:** termos mais frequentes em ACF1; extraída a partir de *Voyant Tools*

**Imagem 7:** termos mais frequentes em ACD5; extraída a partir de *Voyant Tools*

**Imagem 8:** diretrizes para a submissão de propostas; extraída de CT2

**Imagem 9:** termos mais frequentes em PCA2; extraída a partir de *Voyant Tools*

**Imagem 10:** termos mais frequentes em PCL5; extraída a partir de *Voyant Tools*

**Imagem 11:** projeto de folheto informativo

**Imagem 12:** termos mais frequentes em BM5; extraída a partir de *Voyant Tools*

**Imagem 23:** projeto de rotulagem acondicionamento secundário

**Imagem 14:** fluxograma do processo legislativo comum

**Imagem 15:** termos mais frequentes em PL1; extraída de *Voyant Tools*

**Imagem 16:** termos mais frequentes em ED1; extraída de *Voyant Tools*

**Imagem 17:** termos mais frequentes em ED6; extraída de *Voyant Tools*

**Imagens 18 e 19:** ACF1 e ACD2

**Imagem 20:** excerto PCA1

**Imagem 21:** encaixe dos tipos teórico e interativo; excerto PCA1

**Imagem 22:** encaixe dos tipos teórico e interativo; excerto PCA3

**Imagem 23:** encaixe dos tipos teórico e interativo; excerto PCL1

**Imagem 24:** interativo secundário em PCL1

**Imagem 25:** BM1

**Imagem 26:** BM7

**Imagem 27:** BM10

**Imagem 28:** BM8

**Imagens 29 e 30:** exemplar EM6

**Imagens 31 e 32:** exemplar RT2

**Imagem 33:** RTL

**Imagem 34:** encaixe dos tipos teórico e interativo (RT)

**Imagens 35 e 36:** plano de texto do *artigo científico* (ACF1)

**Imagem 37:** plano de texto do *póster científico* (PCA3)

**Imagem 38:** secção *resumo* de ACF4

**Imagem 39:** secção *resumo* de ACF5

**Imagem 40:** secção *materiais e métodos* do exemplar PCA1

**Imagem 41:** secção *materiais e métodos* do exemplar PCA3

**Imagens 42 e 43:** plano de texto do género *chamada de trabalhos* (CT8)

**Imagem 44:** secção *painéis temáticos* de CT1

**Imagem 45:** secção *painéis temáticos* de CT7

**Imagem 46:** plano de texto do género *edita*l (ED7)

**Imagens 47 e 48:** plano de texto do género *bula de medicamento* (BM6)

**Imagem 49:** plano de texto do género *rótulo de embalagem de medicamento* (EM2)

**Imagens 50 e 51:** plano de texto do género *rótulo de embalagem de tabaco* (RT2)

**Imagens 52, 53 e 54:** plano de texto do género *projeto de lei* (PL1)

**Imagens 55 e 56:** mecanismos de organização textual (ACF1 e ACD2)

**Imagens 57 e 58:** mecanismos de organização textual (ACD5)

**Imagem 59:** mecanismos de organização textual (PCL1)

**Imagem 60:** mecanismos de organização textual (PCA1)

**Imagens 61 e 62:** mecanismos de organização textual (CT1 e CT3)



**Imagem 63:** mecanismos de organização textual (CT10)

**Imagens 64 e 65:** mecanismos de organização textual (ED1 e ED3)

**Imagens 66 e 67:** mecanismos de organização textual (ED4 e ED7)

**Imagem 68:** mecanismos de organização textual (BM2)

**Imagem 69:** mecanismos de organização textual (BM1)

**Imagem 70:** mecanismos de organização textual (EM1)

**Imagem 71:** mecanismos de organização textual (EM2)

**Imagem 72:** mecanismos de organização textual (RT1)

**Imagens 73 e 74:** mecanismos de organização textual (PL1)

**Imagem 75:** variáveis (*variable view*)

**Imagem 76:** base de dados (*data view*)

## **Anexo 1. Parâmetros contextuais**

**Quadro 1:** parâmetros contextuais dos exemplares do género *artigo científico*

	Parâmetros físicos			
	Produtor	Recetor	Local	Momento
ACF1	Quintal C., Sarmento M., Raposo V.	n. i.	Coimbra, Portugal	2015
ACF2	Laranjeira P., J. Barros M. R., Afonso A., Gomes M. A.	n. i.	Porto, Portugal	2016
ACF3	Gomes, M. J., Ramos, F.	n. i.	Coimbra, Portugal	2013
ACF4	Inês Miranda Filipa Alves da Costa	n. i.	Lisboa, Portugal	2014
ACF5	Carolina Mosca Paula Correia	n. i.	Porto, Portugal	2012
ACD1	Paula Veiga	n. i.	Coimbra, Portugal	2016
ACD2	Francisco Liberal Fernandes	n. i.	Porto, Portugal	2014
ACD3	Helena Mota	n. i.	Porto, Portugal	2015
ACD4	Dora Resende Alves	n. i.	Porto, Portugal	2012
ACD5	Joaquim Freitas Rocha	n. i.	Braga, Portugal	2013
Parâmetros socio-subjetivos	Enunciador	Investigador(es)/docente(s)		
	Destinatário	Estudante(s)/investigador(es)/docente(s)		
	Quadro social	Comunidade académico-científica		
	Finalidade(s)	Comunicação/divulgação do trabalho científico	Apresentar um processo de investigação e os resultados de uma pesquisa OU uma reflexão sobre um tema relevante na área disciplinar em causa	
	Quadro social de circulação	Revistas científicas nacionais		

**Quadro 2:** parâmetros contextuais dos exemplares do género *póster científico*

	Produtor	Recetor	Local	Momento
PCA1	Andreia Ribeiro, Cristina Caleja, Lillian Barros, Celestino Santos Buelga, Maria Filomena Barreiro, Isabel C.F.R. Ferreira	n. i.	Bragança, Portugal / Salamanca, Espanha	2016
PCA2	Maria do Carmo Milagres Miranda, Teresa Afonso do Paço, Maria do Rosário Cameira, Ricardo Cruz de Carvalho	n. i.	Lisboa, Portugal / Brasília, Brasil	2016
PCA3	Andreia Carneiro-Carvalho, Rosário Anjos, Teresa Pinto, Tiago Marques, José Gomes-Laranjo	n. i.	Vila Real, Portugal	2017
PCA4	Cristina Caleja, Márcio Carochio, Lillian Barros, Amílcar L. António, M. Beatriz P. P. Oliveira, Isabel C.F.R. Ferreira	n. i.	Bragança, Portugal / Porto, Portugal	2016
PCA5	Ângela Fernandes, João C.M. Barreira, Amílcar L. António, Anabela Martins M. Beatriz P.P. Oliveira, Isabel C.F.R. Ferreira	n. i.	Bragança / Porto / Lisboa, Portugal	2017
PCL1	Silvia Barbosa	n. i.	Lisboa, Portugal	2016
PCL2	Joaquim Coelho Ramos	n. i.	Porto, Portugal	2017
PCL3	Luís Cavaco-Cruz	n. i.	Lisboa, Portugal	2017
PCL4	Nádia Barros, Sónia Frota	n. i.	Lisboa, Portugal	2017
PCL5	Clara Pinto	n. i.	Lisboa, Portugal	2017
Parâmetros sociosubjetivos	Enunciador	Investigador(es)/docente(s)		
	Destinatário	Estudante(s)/investigador(es)/docente(s)		
	Quadro social	Comunidade académico-científica		
	Finalidade(s)	Divulgação do trabalho científico	Apresentar um processo de investigação e os resultados de uma pesquisa OU uma reflexão sobre um tema relevante na área disciplinar em causa	
	Quadro social de circulação	Eventos científicos nacionais		

**Quadro 3:** parâmetros contextuais dos exemplares do género *chamada de trabalhos*

	<b>Produtor</b>	<b>Recetor</b>	<b>Local</b>	<b>Momento</b>
<b>CT1</b>	Armando Norte; Daniel Estudante Protásio; Francisco Roque de Oliveira; Maria Joaquina Feijão; Jonathan Felix Lopes; Marco de Oliveira Borges; Ricardo de Brito	n. i.	Lisboa	Antes de 4 de abril de 2016 (2015)
<b>CT2</b>	Maria Antónia Coutinho; Helena Valentim; Regina Dell'Isola; Teresa Oliveira; Isabelle Simões Marques; Matilde Gonçalves; Audria Leal; Carla Teixeira	n. i.	Lisboa	Antes de 2 de julho de 2015 (2014)
<b>CT3</b>	Elementos pertencentes ao ISCA-UA e a OCC (n. i.)	n. i.	Aveiro	Antes de 10 de outubro de 2017 (2016)
<b>CT4</b>	Elementos pertencentes à Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, da Universidade do Algarve (n. i.)	n. i.	Faro	Antes de 7 de julho de 2017 (2016)
<b>CT5</b>	Ana Paula Pires; Luisa Metelo Seixas; Paulo Costa	n. i..	Lisboa/Cascais	Antes de 8 de abril de 2016 (2015)
<b>CT6</b>	Moises Orfali; Dov Claude Stuczynski; José Alberto Tavim; Elvira Mea; Shimon Sharvit; Moshe Amar; Shimon Ohayon	n. i.	Lisboa/Porto/Israel	Antes de 27 de junho de 2018 (2017)
<b>CT7</b>	Elementos pertencentes à Faculdade de Letras, da Universidade do Porto (n. i.)	n. i.	Porto	Antes de 26 de outubro de 2016 (2015)
<b>CT8</b>	Maria Aldina Marques; Sérgio Guimarães de Sousa	n. i.	Braga	Antes de 12 de julho de 2018
<b>CT9</b>	Elementos pertencentes à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda, da Universidade de Aveiro	n. i.	Aveiro	Antes de 2017
<b>CT10</b>	Elementos pertencentes ao Museu Nacional de Arte Contemporânea – ao Museu do Chiado (MNAC-MC), pelo Centro de História de Arte e Investigação Artística (CHAIA) da Universidade de Évora, ao Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (n. i.)	n. i.	Lisboa	Antes de 27 de outubro de 2017
<b>Parâmetros socio-subjeti- vos</b>	Enunciador	Comissão organizadora		
	Destinatário	Investigador(es)/docente(s)		
	Quadro social	Instituição académico-científica		
	Finalidade(s)	Convite à participação em eventos científicos		

	Quadro social de circulação	Sítios web, páginas de instituições académicas, entre outros
--	-----------------------------	--

**Quadro 4:** parâmetros contextuais dos exemplares do género *bula de medicamento*

	<b>Produtor</b>	<b>Recetor</b>	<b>Local</b>	<b>Momento</b>
<b>BM1</b>	Glaxo Smith Kline	n. i.	Algés	Antes de dezembro de 2009
<b>BM2</b>	Johnson & Johnson	n. i.	Barcarena	Antes de fevereiro de 2012
<b>BM3</b>	Novartis Consumer Health	n. i.	Porto Salvo	Antes de dezembro de 2013
<b>BM4</b>	Bayer	n. i.	Carnaxide	Antes de março de 2014
<b>BM5</b>	Unilfarma	n. i.	Lisboa	Antes de setembro de 2012
<b>BM6</b>	Merck S. A.	n. i.	Algés	Antes de janeiro de 2013
<b>BM7</b>	Sanofi	n. i.	Porto Salvo	Antes de abril de 2014
<b>BM8</b>	Servier	n. i.	Lisboa	Antes de novembro de 2013
<b>BM9</b>	Farmoz	n. i.	Sintra	Antes de fevereiro de 2013
<b>BM10</b>	Medinfar	n. i.	Amadora	Antes de dezembro de 2012
<b>Parâmetros sociosubjetivos</b>	Enunciador	Farmacêutica		
	Destinatário	Utilizadores/consumidores		
	Quadro social	Indústria farmacêutica		
	Finalidade(s)	Informar os utilizadores		
	Quadro social de circulação	Circuito comercial da venda e consumo de medicamentos		

**Quadro 5:** parâmetros contextuais dos exemplares do género *rótulo de embalagem de medicamento*

	<b>Produtor</b>	<b>Recetor</b>	<b>Local</b>	<b>Momento</b>
<b>EM1</b>	GlaxoSmithKline	n. i.	Algés	Antes de abril de 2019 (validade)
<b>EM2</b>	Zambom	n. i.	Lisboa	Antes de janeiro de 2018 (validade)
<b>EM3</b>	Medinfar	n. i.	Amadora	Antes de abril de 2018 (validade)
<b>EM4</b>	Ratiopharm	n. i.	Porto Salvo	Antes de julho de 2018 (validade)
<b>EM5</b>	Sanóbia	n. i.	Lisboa	Antes de outubro de 2023 (validade)
<b>EM6</b>	Actavis	n. i.	Lisboa	Antes de maio de 2019 (validade)
<b>EM7</b>	Bene	n. i.	Lisboa	Antes de março de 2022 (validade)
<b>EM8</b>	Generis	n. i.	Amadora	Antes de março de 2020 (validade)
<b>EM9</b>	Vitória	n. i.	Amadora	Antes de maio de 2018 (validade)
<b>EM10</b>	Generis	n. i.	Amadora	Antes de setembro de 2020 (validade)
<b>Parâmetros sociossubjetivos</b>	Enunciador	Farmacêutica		
	Destinatário	Consumidores/ utilizadores		
	Lugar social	Indústria farmacêutica		
	Finalidade(s)	Informar os consumidores e comerciantes		
	Quadro social de circulação	Circuito comercial da venda e consumo de medicamentos		

**Quadro 6:** parâmetros contextuais dos exemplares do género *rótulo de embalagem de tabaco*

	<b>Produtor</b>	<b>Recetor</b>	<b>Local</b>	<b>Momento</b>
<b>RT1</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>RT2</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>RT3</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>RT4</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>RT5</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>RT6</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>RT7</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>RT8</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>RT9</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>RT10</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Parâmetros socio-subjetivos</b>	Enunciador	Tabaqueira		
	Destinatário	Consumidor(es)		
	Quadro social	Indústria tabaqueira		
	Finalidade(s)	Informar os consumidores		
	Quadro social de circulação	Circuito de comercialização e consumo de tabaco		



**Quadro 7:** parâmetros contextuais dos exemplares do género *projeto de lei*

	<b>Produtor</b>	<b>Recetor</b>	<b>Local</b>	<b>Momento</b>
<b>PL1</b>	Deputados do PS: Pedro Delgado Alves; Ana Catarina Mendes; Susana Amador; Filipe Neto Brandão; Isabel Moreira; Elza Pais	n. i.	Palácio de São Bento	31 de março de 2016
<b>PL2</b>	Deputado do PAN: André Silva	n. i.	Assembleia da República	24 de fevereiro de 2017
<b>PL3</b>	Deputados do PCP: Paulo Sá; Rita Rato; Diana Ferreira; João Oliveira; António Filipe; Paula Santos	n. i.	Assembleia da República	10 de fevereiro de 2017
<b>PL4</b>	Deputados do PS: Pedro Delgado Alves; Miguel Coelho; Helena Roseta; Tiago Barbosa Ribeiro; Maria da Luz Rosinha; Luís Vilhena	n. i.	Palácio de São Bento	31 de março de 2016
<b>PL5</b>	Deputados do PCP: Jorge Machado; António Filipe; João Oliveira; Paula Santos; Ana Mesquita; Ana Virgínia Pereira; Diana Ferreira; Paulo Sá; Miguel Tiago; Rita Rato; Carla Cruz; João Ramos	n. i.	Assembleia da República	23 de março de 2016
<b>PL6</b>	António Filipe; João Oliveira; Jorge Machado; Bruno Dias; Ana Mesquita; Diana Ferreira; Francisco Lopes; Miguel Tiago; Ana Virgínia Pereira; Paulo Sá	n. i.	Assembleia da República	10 de fevereiro de 2017
<b>PL7</b>	PAN: André Silva	n. i.	Palácio de São Bento	10 de fevereiro de 2017
<b>PL8</b>	PSD: Luís Montenegro; Jorge Paulo Oliveira; Berta Cabral; Fernando Negrão; Emídio Guerreiro; Joel Sá; PSD: Rui Silva; Manuel Frexes; Emília Santos; Bruno Coimbra; António Topa; Emília Cerqueira; José Carlos Barros; Maurício Marques; Sandra Pereira; António Lima Costa; Isaura Pedro	n. i.	Palácio de São Bento	24 de fevereiro de 2017
<b>PL9</b>	PS: José Junqueiro; Elza Pais	n. i.	Assembleia da República	20 de maio de 2015
<b>PL10</b>	PCP: Paula Santos; António Filipe; Paulo Sá; Jorge Machado; David Costa; Bruno Dias; Rita Rato; Carla Cruz; Diana Ferreira; Miguel Tiago; Jerónimo de Sousa; João Ramos; João Oliveira; Francisco Lopes	n. i.	Assembleia da República	3 de julho de 2015
<b>Parâmetros sociosubjetivos</b>	Enunciador	Deputados de partidos políticos / grupos parlamentares		
	Destinatário	Membros da Assembleia (deputados / grupos parlamentares)		
	Quadro social	Instituição governamental / órgão legislativo do Estado		
	Finalidade(s)	Apresentar proposta normativa		
	Quadro social de circulação	Sítio web institucional da Assembleia da República		

**Quadro 8:** parâmetros contextuais dos exemplares do género *edital*

	<b>Produtor</b>	<b>Recetor</b>	<b>Local</b>	<b>Momento</b>
<b>ED1</b>	Olimpia Noya Portela	Horácio Manuel Valadim Peralta	Viana do Castelo	24 de fevereiro de 2016
<b>ED2</b>	Rui Martins	Sujeitos passivos do I.M.S.I.	Lisboa	21 de setembro de 2015
<b>ED3</b>	Carlos Nuno	n. i.	Lisboa	3 de fevereiro de 2014
<b>ED4</b>	José Artur de Sousa Martinho Simões	n. i.	Lisboa	25 de novembro de 2014
<b>ED5</b>	Instituto Superior Técnico	n. i.	Lisboa	2016
<b>ED6</b>	Joaquim Francisco da Silva Sardinha	Sónia Joanes	Paços do Município de Mafra	28 de junho de 2017
<b>ED7</b>	Ricardo João Barata Pereira Alves	n. i.	Paços do Município / Arganil	10 de novembro de 2016
<b>ED8</b>	António Manuel Montez Amaral	n. i.	Câmara Municipal da Azambuja	19 de setembro de 2017
<b>ED9</b>	Lino Augusto Tavares Dias	n. i.	Instituto Superior Politécnico Gaya	11 de abril de 2017
<b>ED10</b>	Miguel Sequeira; Ana Rita Berenguer	n. i.	Lisboa	22 de junho de 2016
<b>Parâmetros sociosubjetivos</b>	<b>Enunciador</b>			
	ED1: Diretora da Alfândega de Viana do Castelo ED2: Chefe de Divisão ED3: Presidente da Comissão Eleitoral ED4: Professor Catedrático e Diretor da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa ED5: Instituição académica ED6: Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mafra ED7: Presidente da Câmara Municipal de Arganil ED8: Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Azambuja ED9: Presidente do ISPGAYA / Professor Coordenador Principal ED10: Diretor Geral; Subdiretora			
	<b>Destinatário</b>			
	ED1: cidadão notificado e cidadãos em geral ED2: cidadãos notificados e cidadãos em geral ED3: comunidade académica ED4: comunidade académica ED5: comunidade académica ED6: Proprietária de viatura ED7: cidadãos em geral ED8: cidadãos em geral ED9: cidadãos em geral ED10: cidadãos em geral			
	<b>Quadro social</b>			
	ED1: Organismo público			

	ED2: Instituto público ED3: Instituição académica ED4: Instituição académica ED5: Instituição académica ED6: Órgão executivo de município ED7: Órgão executivo de município ED8: Órgão executivo de município ED9: Instituição académica ED10: Instituto público	
	<b>Finalidade(s)</b>	
	ED1: notificar e tornar pública a notificação ED2: notificar e tornar pública a notificação ED3: tornar pública a informação de abertura do processo eleitoral ED4: tornar pública informação relativa à realização de provas de Doutoramento ED5: tornar pública informação relativa ao concurso de atribuição de prémio ED6: notificar e tornar pública a notificação ED7: tornar pública informação relativa à aprovação de taxa de IMI ED8: tornar pública informação relativa à realização de uma Reunião Extraordinária da Câmara Municipal ED9: tornar pública informação relativa às inscrições nas provas <i>Maiores de 23</i> ED10: tornar pública informação relativa ao <i>Título de Utilização Privativa do Espaço Marítimo Nacional (TUPEM)</i>	
	<b>Quadro social de circulação</b>	<i>Sítios web</i> de organismos e instituições públicas

## **Anexo 2. Padrão discursivo (grelhas individuais)**

**Grelha de análise 1:** padrão discursivo de ACF1

		Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>		<b>Identificação da publicação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação dos autores</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Resumo</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Palavras-chave</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Abstract / keywords</b>	n. i.	n. i.	n. i.
		<b>Notas de rodapé</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Direito autoral</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<i>International Standard Serial Number</i>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>Introdução</b>	<b>Introdução</b>	Teórico Interativo Relato Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Desenvolvimento</b>	<b>MNSRM</b> ...	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
		<b>MNSRM</b> ...	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
		<b>Métodos</b>	Teórico Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico
		<b>Resultados</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Conclusão</b>	<b>Conclusões</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<b>PERITEXTO</b>	<b>Referências</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 2: padrão discursivo de ACF2**

		<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>		<b>Identificação da publicação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação dos autores</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Resumo</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Palavras-chave</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Abstract / keywords</b>	n. i.	n. i.	n. i.
		<b>Notas de rodapé</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Direito autoral</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<i>International Standard Serial Number</i>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>Introdução</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>Taxonomia, morfologia e ciclo de vida</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
		<b>Fisiopatologia</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Epidemiologia</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Fatores desencadeantes</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Objetivo</b>	Teórico Interativo	Fusão	Misto interativo-teórico
		<b>Material e métodos</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
		<b>Resultados e discussão</b>	Teórico Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico
	<i>Conclusão</i>	<b>Conclusão</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>PERITEXTO</b>		<b>Referências bibliográficas</b>	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 3:** padrão discursivo de ACF3

		Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>		<b>Identificação da publicação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação dos autores</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Resumo</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Palavras-chave</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Abstract / keywords</b>	n. i.	n. i.	n. i.
		<b>Notas de rodapé</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Direito autoral (margem inferior)</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<i>International Standard Serial Number</i>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>Introdução</b>	<b>Introdução</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe Fusão	Misto interativo-teórico
	<b>Desenvolvimento</b>	<b>Evolução histórica dos medicamentos genéricos em Portugal</b>	Narração	Encaixe	n. i.
		<b>Contexto social e económico</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
		<b>Medicamentos genéricos em Portugal</b>	Teórico Narração Interativo	Encaixe Fusão	Misto interativo-teórico Misto narrativo-teórico
		<b>Evolução do preço dos medicamentos genéricos</b>	Teórico Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico
		<b>Evolução dos preços dos medicamentos genéricos em 2011 e 2012</b>	Teórico Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico
		<b>Comparação dos preços e sistemas de preços com países da OCDE</b>	Teórico Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico
		<b>O Estado e o Cidadão</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
		<b>A Farmácia</b>	Teórico Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico
	<b>Conclusão</b>	<b>Considerações finais e conclusões</b>	Teórico Narração Interativo	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico Misto interativo-teórico

<b>PERITEXTO</b>	<b>Referências bibliográficas</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
------------------	-----------------------------------	---------	---------	-------

**Grelha de análise 4:** padrão discursivo de ACF4

		<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>		<b>Identificação da publicação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação dos autores</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Resumo</b>	Teórico Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico
		<b>Palavras-chave</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Abstract / keywords</b>	n. i.	n. i.	n. i.
		<b>Identificação da publicação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>Introdução</b>	Teórico Narração Interativo	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico Misto interativo-teórico
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>Objetivos</b>	Teórico Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico
		<b>Métodos Modelo de estudo</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
		<b>Ética e confidencialidade dos dados</b>	Narração Teórico	Encaixe fusão	Misto narrativo-teórico
		<b>Análise de dados</b>	Narração	n. i.	n. i.
		<b>Resultados Principais resultados</b>	Narração Teórico	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico
		<b>Discussão</b>	Teórico Narração	Encaixe fusão	Misto narrativo-teórico
	<i>Conclusão</i>	<b>Conclusão</b>	Teórico Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico
<b>PERITEXTO</b>	<b>Referências bibliográficas</b>		Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Questionário</b>		Teórico Interativo	Encaixe	n. i.



**Grelha de análise 5:** padrão discursivo de ACF5

		Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>		<b>Identificação da publicação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação dos autores</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Resumo</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Palavras-chave</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Abstract / keywords</b>	n. i.	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>Introdução</b>	Teórico Interativo	Fusão	Misto interativo-teórico
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>Alterações associadas ao envelhecimento</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>O medicamento no idoso</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Medicamentos potencialmente inapropriados</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Critérios de Beers</b>	Teórico Narração Interativo	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico Misto interativo-teórico
		<b>Outros critérios</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<i>Conclusão</i>	<b>Conclusões</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>PERITEXTO</b>		<b>Referências bibliográficas</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 6: padrão discursivo de ACD1**

		Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>		<b>Identificação da publicação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do autor</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Resumo</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Sumário</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>1. Bem-hajam!, Senhores Constituintes...</b>	Teórico Interativo Relato interativo	Encaixe Fusão	Misto interativo-teórico
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>2. Algumas “recordações” da Constituinte sobre o Presidente da República</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe Fusão	Misto interativo-teórico
		<b>3. (Des)adequação do conceito chefe de Estado no estatuto do Presidente da República numa concepção republicana</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe Fusão	Misto interativo-teórico
	<i>Conclusão</i>	<b>4. Breve apontamento sobre o estatuto constitucional do Presidente português numa concepção republicana</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe Fusão	Misto interativo-teórico
<b>PERITEXTO</b>		<b>Notas de rodapé</b>	Teórico Narração Interativo	Encaixe Fusão	Misto interativo-teórico

Grelha de análise 7: padrão discursivo de ACD2

		Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>		<b>Identificação da publicação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do autor</b>	Interativo	Encaixe	
		<b>Resumo</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Palavras-chave</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Abstract / keywords</b>	n. i.	n. i.	n. i.
		<b>Sumário</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Citação de abertura</b>	Teórico Interativo	Encaixe	Interativo secundário
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>1. Introdução</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe Fusão	Misto interativo-teórico Misto narrativo-teórico
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>2. A recepção da pobreza na ordem jurídica</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
		<b>3. O conceito jurídico de pobreza e distinção de figuras afins</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
		<b>3.1. Pobreza e mendicidade</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>3.2. Pobreza e exclusão social</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>3.3. Pobreza e desemprego</b>	Teórico Interativo	Fusão	Misto interativo-teórico
		<b>3.4. Pobreza e trabalho (work poverty)</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>4. Os direitos dos pobres a nível do direito internacional</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>4.1. Direito internacional comum</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>4.2. Direito europeu não comunitário</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>4.3. Direito europeu comunitário</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>5. Direito interno</b>	Teórico Interativo	Fusão	Misto interativo-teórico
		<b>6. Pobreza e preconceitos jurídicos</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>6.1.</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>6.2.</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>6.3.</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe	n. i.

	<i>Conclusão</i>	<b>7. Epílogo</b>	Teórico Interativo	Encaixe	Interativo secundário
<b>PERITEXTO</b>		<b>Notas de rodapé</b>	Teórico Narração Interativo	Encaixe Fusão	Misto narrativo- teórico
		<b>Bibliografia</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 8:** padrão discursivo de ACD3

		<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>		<b>Identificação da publicação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do autor</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Resumo</b>	Teórico Interativo	Encaixe Fusão	Misto interativo- teórico
		<b>Palavras-chave</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Abstract / keywords</b>	n. i.	n. i.	n. i.
		<b>Sumário</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>1. Introdução</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe Fusão	Misto interativo- teórico
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>2. Os traços comuns das soluções de Direito Comunitário ...</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe Fusão	Misto interativo- teórico
		<b>3. Dificuldade (e necessidade)...</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo- teórico
	<i>Conclusão</i>	<b>4. Omissões e lacunas</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>PERITEXTO</b>		<b>Notas de rodapé</b>	Teórico Interativo	Encaixe Fusão	Misto interativo- teórico
		<b>Bibliografia</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 9:** padrão discursivo de ACD4

		Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>		<b>Identificação da publicação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do autor</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Resumo</b>	Teórico Interativo	Encaixe Fusão	Misto interativo-teórico
		<b>Abstract</b>	n. i.	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>A nova previsão do Tratado de Lisboa</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>Desenvolvimento derivado</b>	Teórico Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico
		<b>Condições de exercício</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>A iniciativa legislativa no direito português</b>	Teórico Narração	Fusão	Misto narrativo-teórico
	<i>Conclusão</i>	<b>Conclusão</b>	Teórico Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico
<b>PERITEXTO</b>		<b>Notas de rodapé</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe Fusão	Misto interativo-teórico Misto narrativo-teórico
		<b>Bibliografia consultada</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Documentação da U. E.</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 10:** padrão discursivo de ACD5

		Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
		<b>Identificação do artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do autor</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Resumo</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>1. Pressupostos de uma análise adequada</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>2. Modelos jurisdicionais tributários (2.1.-2.2)</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>3. O Sistema Português (3.1.-3.2.)</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<i>Conclusão</i>	<b>4. Conclusões</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>PERITEXTO</b>		<b>Notas de rodapé</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 11:** padrão discursivo de PCA1

		Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>		<b>Logótipo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do póster</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação dos autores</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Filiação académica</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>Introdução</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>Materiais e métodos</b>	Narração	Encaixe	n. i.
		<b>Resultados</b>	Narração Teórico	Encaixe	n. i.
	<i>Conclusão</i>	<b>Conclusão</b>	Narração	Encaixe	n. i.
<b>PERITEXTO</b>		<b>Referências</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Agradecimentos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Logótipos</b>	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 12:** padrão discursivo de PCA2

		<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>		<b>Logótipos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do póster</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação dos autores</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Filiação académica</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i><b>Introdução</b></i>	<b>Introdução</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<i><b>Desenvolvimento</b></i>	<b>Materiais e métodos</b>	Teórico Narração	Encaixe fusão	Misto narrativo- teórico
		<b>Resultados</b>	Narração Teórico	Encaixe	n. i.
	<i><b>Conclusão</b></i>	<b>Conclusão</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
<b>PERITEXTO</b>		<b>Referências</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Logótipos</b>	Teórico	n. i.	n. i.



**Grelha de análise 13:** padrão discursivo de PCA3

		<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>		<b>Logótipos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do póster</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação dos autores</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Filiação académica</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>Introdução</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>Materiais e métodos</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Resultados</b>	Narração Teórico	Encaixe Fusão	Misto narrativo- teórico
	<i>Conclusão</i>	<b>Conclusões</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>PERITEXTO</b>		<b>Agradecimentos</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Referência</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 14:** padrão discursivo de PCA4

		<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>		<b>Identificação do póster</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação dos autores</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Filiação académica</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i><b>Introdução</b></i>	<b>Introdução</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe	n. i.
	<i><b>Desenvolvimento</b></i>	<b>Decocção de camomila</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Matrizes alimentares</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<i><b>Conclusão</b></i>	<b>Conclusões</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<b>PERITEXTO</b>	<b>Agradecimentos</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Referências</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Logótipos</b>	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 15:** padrão discursivo de PCA5

		<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>		<b>Identificação do póster</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação dos autores</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Filiação académica</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i><b>Introdução</b></i>	<b>Introdução</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<i><b>Desenvolvimento</b></i>	<b>Metodologia</b>	Narração	Encaixe	n. i.
		<b>Resultados</b>	Narração	n. i.	n. i.
	<i><b>Conclusão</b></i>	<b>Conclusões</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>PERITEXTO</b>		<b>Agradecimentos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Referências</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Logótipos</b>	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 16:** padrão discursivo de PCL1

		Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>		<b>Logótipos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do póster</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação da autora</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Filiação académica/financiamento/contacto</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>1. Resumo</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>2. Objetivos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>3. Motivação</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>4. Problema</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>5. Metodologia</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>6. Base de dados a base de conhecimento</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<i>Conclusão</i>	<b>7. Produto final</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Informação adicional</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 17:** padrão discursivo de PCL2

		Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
	PERITEXTO	<b>Identificação do póster</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do autor</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
CORPO DO TEXO	<i>Introdução</i>	<b>Apresentação</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>Descrição do corpus e quadro geral de ocorrências</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<i>Conclusão</i>	<b>Conclusões</b>	Teórico Interativo	Fusão Encaixe	Misto relato interativo-teórico
	PERITEXTO	<b>Bibliografia de base</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Logótipos</b>	n. i.	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 18:** padrão discursivo de PCL3

		Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>		<b>Título do póster</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do autor</b>	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>Introdução</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>Objetivos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Metodologia</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<i>Conclusão</i>	<b>Conclusões</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>PERITEXTO</b>		<b>Logótipos / dados dos kits de trabalho/referências bibliográficas</b>	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 19:** padrão discursivo de PCL4

		<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>		<b>Logótipos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação do póster</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação dos autores</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
		<b>Filiação académica</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>Fraseamento prosódico</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>Perguntas de investigação / objetivos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Metodologia</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Resultados preliminares</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Discussão</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<i>Conclusão</i>	<b>Trabalho futuro</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>PERITEXTO</b>		<b>Referências selecionadas</b>	n. i.	n. i.	n. i.
		<b>Logótipos / contactos / financiamento</b>	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 20:** padrão discursivo de PCL5

		Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>		<b>Título do póster</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Identificação dos autores</b>	Interativo	n. i.	n. i.
		<b>Filiação académica</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>Introdução</i>	<b>Minimizadores : o que são?</b>	Teórico Interativo	Encaixe	Interativo secundário
	<i>Desenvolvimento</i>	<b>Minimizadores e o Ciclo de Jespersen</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
		<b>Negação e Minimizadores no Português Antigo</b>	Narração	Encaixe	n. i.
	<i>Conclusão</i>	<b>Evolução dos Minimizadores</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>PERITEXTO</b>		<b>Referências</b>	Teórico	n. i.	n. i.
		<b>Contactos</b>	Teórico	n. i.	n. i.



**Grelha de análise 21:** padrão discursivo de CT1

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>	<b>Imagem</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Nome do evento</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Local e data</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>Contextualização do evento</b>	Narração Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Objetivos/ painéis temáticos/ modalidades e condições de participação</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Línguas de trabalho</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Comissão científica</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Comissão organizadora</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Coordenação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>PERITEXTO</b>	<b>Logótipos</b>	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 22:** padrão discursivo de CT2

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>	<b>Logótipo do evento</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Nome do evento</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Local e data</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>Contextualização do evento</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Painéis temáticos/ objetivos</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Conferencistas</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Tipo de participação</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Calendário</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Publicação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Organização</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>PERITEXTO</b>	<b>Logótipos</b>	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 23:** padrão discursivo de CT3

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>	<b>Logótipo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Nome do evento</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Local e data</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>Contextualização</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Áreas temáticas</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Datas importantes</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Submissão de trabalhos: comunicações / projetos de investigação</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Formato dos trabalhos: primeiro ficheiro / segundo ficheiro / referências bibliográficas</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Avaliação dos trabalhos e notificação</b>	Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Inscrição</b>	Narração	n. i.	n. i.
	<b>Publicação das comunicações</b>	Narração Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Prémio “Melhor Comunicação do XVI CICA”</b>	Narração	Encaixe	n. i.
<b>PERITEXTO</b>	<b>Logótipo</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 24:** padrão discursivo de CT4

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>	<b>Logótipo / nome do evento</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<i>1.ª Chamada de comunicações</i>	Teórico interativo	Encaixe Fusão	Misto interativo-teórico
	<b>Áreas científicas de submissão dos trabalhos</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Tipos de trabalhos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Submissões</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Línguas da conferência</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Definições dos trabalhos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Notas importantes</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Publicação de trabalhos</b>	Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Conferencistas convidados</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Local da conferência e data</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Datas importantes</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Inscrições</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Contactos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>PERITEXTO</b>	<b>Notas de rodapé</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Logótipo</b>	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 25:** padrão discursivo de CT5

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>	<b>Nome do evento</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Local e data</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>Contextualização do evento</b>	Narração Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Eixos temáticos</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Prazo para a submissão das propostas</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Comissão organizadora</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Local da conferência / imagem</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>PERITEXTO</b>	<b>Logótipos</b>	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 26:** padrão discursivo de CT6

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>	<b>Logótipos</b>	n. i.	n. i.	n. i.
	<b>Etiqueta</b>	Teórico	n.i	n. i.
	<b>Nome do evento</b>	Teórico	n.i	n. i.
	<b>Local e data</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>Tópicos de comunicação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Definições das propostas</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Data final de submissão</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Endereço para submissão</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Publicação dos trabalhos</b>	Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Línguas de trabalho</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Comissão organizadora</b>	Interativo	n. i.	n. i.
<b>PERITEXTO</b>	<b>Logótipos</b>	n. i.	n. i.	n. i.
	<b>Formulário</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 27:** padrão discursivo de CT7

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>	<b>Logótipos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Etiqueta / deadline</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Nome do evento</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Datas e local</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>Contextualização</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Condições de participação</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Definições das propostas</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Painel temático</b>	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 28:** padrão discursivo de CT8

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>	<b>Etiqueta</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Nome do evento</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Local e datas</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>Tema do congresso</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Descrição</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Linhas temáticas</b>	Teórico Interativo	Fusão	Misto interativo-teórico
	<b>Objetivos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Organização</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Comissão organizadora</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Parceria</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Condições de participação</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Inscrição</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Submissão dos resumos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Instruções de submissão</b>	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 29:** padrão discursivo de CT9

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>	<b>Etiqueta</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Nome do evento</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Local e datas</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>Contextualização</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Datas importantes</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Normas gerais para submissão de resumos de comunicações e pósteres</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 30:** padrão discursivo de CT10

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>	<b>Etiqueta</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Nome do evento</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Local e datas</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>Apresentação</b>	Teórico Interativo	Fusão	Misto interativo-teórico
	<b>Tópicos</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Submissão de comunicações</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Publicação</b>	Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Acessibilidade</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Opções de pagamento</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Dados para emissão de recibo</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Finalização de registo</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Local da conferência e contacto</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Como chegar</b>	Teórico	n. i.	n. i.



<b>PERITEXTO</b>	<b>Logótipo / imagens</b>	Teórico	n. i.	n. i.
------------------	---------------------------	---------	-------	-------

Grelha de análise 31: padrão discursivo de BM1

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
PERITEXTO	Nome do medicamento, composição e forma farmacêutica	Teórico	n. i.	n. i.
	Informações gerais	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
	Índice	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
CORPO DO TEXTO	1. O que é Panadol Extra e para que é utilizado	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
	2. Antes de tomar Panadol Extra	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	3. Como tomar Panadol Extra	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	4. Efeitos secundários possíveis	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	5. Como conservar Panadol Extra	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	6. Outras informações	Teórico Interativo Narração	Encaixe	n. i.
	Logótipo	Interativo	n. i.	n. i.

Grelha de análise 32: padrão discursivo de BM2

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes
	Etiqueta	Teórico	n. i.	n. i.
	Logótipo	Interativo	n. i.	n. i.
PERITEXTO	Nome do medicamento, composição e forma farmacêutica	Teórico	n. i.	n. i.
	Informações gerais	Interativo	Encaixe	n. i.
	Índice	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
CORPO DO TEXTO	1. O que é Cêgripe e para que é utilizado	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
	2. O que precisa de saber antes de tomar Cêgripe	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
	3. Como tomar Cêgripe	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	4. Efeitos secundários possíveis	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	5. Como conservar Cêgripe	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	6. Conteúdo da embalagem e outras informações	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.

		Narração		
--	--	----------	--	--

**Grelha de análise 33:** padrão discursivo de BM3

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>	<b>Etiqueta</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Nome do medicamento, composição e forma farmacêutica</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Informações gerais</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Índice</b>	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>1. O que é Mebocaína Forte e para que é utilizado</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>2. O que precisa de saber antes de utilizar Mebocaína Forte</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>3. Como utilizar Mebocaína Forte</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>4. Efeitos secundários possíveis</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>5. Como conservar Mebocaína Forte</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>6. Conteúdo da embalagem e outras informações</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 34:** padrão discursivo de BM4

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>	<b>Etiqueta</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Nome do medicamento, composição e forma farmacêutica</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Informações gerais</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Índice</b>	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>1. O que é Canesten Creme e para que é utilizado</b>	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>2. O que precisa de saber antes de utilizar Canesten Creme</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>3. Como utilizar Canesten Creme</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>4. Efeitos secundários possíveis</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>5. Como conservar Canesten Creme</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.

	<b>6. Conteúdo da embalagem e outras informações</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe	n. i.
--	--	-----------------------------------	---------	-------

**Grelha de análise 35:** padrão discursivo de BM5

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>	<b>Etiqueta</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Nome do medicamento, composição e forma farmacêutica</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Informações gerais</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Índice</b>	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>1. O que é Bisolvon Linctus Adulto e para que é utilizado</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>2. O que precisa de saber antes de tomar Bisolvon</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>3. Como tomar Bisolvon</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>4. Efeitos secundários possíveis</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>5. Como conservar Bisolvon</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>6. Conteúdo da embalagem e outras informações</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 36:** padrão discursivo de BM6

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>	<b>Etiqueta</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Nome do medicamento, forma farmacêutica e composição</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Informações gerais</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Índice</b>	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>1. O que é ULn. i. 250 e para que é utilizado</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>2. O que precisa de saber antes de tomar UI n. i. 250</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>3. Como tomar UI n. i. 250</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>4. Efeitos secundários possíveis</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>5. Como conservar UI n. i. 250</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.

	<b>6. Conteúdo da embalagem e outras informações</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe	n. i.
--	--	-----------------------------------	---------	-------

**Grelha de análise 37: padrão discursivo de BM7**

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>	<b>Etiqueta</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Nome do medicamento, forma farmacêutica e composição</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Informações gerais</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Índice</b>	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>1. O que é Mucoral e para que é utilizado</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>2. O que precisa de saber antes de tomar Mucoral</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>3. Como tomar Mucoral</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>4. Efeitos secundários possíveis</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>5. Como conservar Mucoral</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>6. Conteúdo da embalagem e outras informações</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe	n. i.

Grelha de análise 38: padrão discursivo de BM8

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de Articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>	<b>Etiqueta</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Nome do medicamento, forma farmacêutica e composição</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Informações gerais</b>	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Índice</b>	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>1. O que é Cetix e para que é utilizado</b>	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>2. O que precisa de saber antes de tomar Cetix</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>3. Como tomar Cetix</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>4. Efeitos secundários possíveis</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>5. Como conservar Cetix</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>6. Conteúdo da embalagem e outras informações</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe	n. i.

Grelha de análise 39: padrão discursivo de BM9

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>PERITEXTO</b>	<b>Etiqueta</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Nome, forma farmacêutica e composição</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Informações gerais</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Índice</b>	Interativo Teórico	n. i.	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>1. O que é Ibuprofeno Farmoz e para que é utilizado</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>2. Antes de tomar Ibuprofeno Farmoz</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>3. Como tomar Ibuprofeno Farmoz</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>4. Efeitos secundários possíveis</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>5. Como conservar Ibuprofeno Farmoz</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>6. Outras informações</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 40:** padrão discursivo de BM10

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>PERITEXTO</b>	<b>Etiqueta</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Nome do medicamento, forma farmacêutica e composição</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Informações gerais</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Índice</b>	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>CORPO DO TEXTO</b>	<b>1. O que é Halibut e para que é utilizado</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>2. Antes de utilizar Halibut</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>3. Como utilizar Halibut</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>4. Efeitos secundários possíveis</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>5. Como conservar Halibut</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>6. Outras informações</b>	Teórico Interativo Narração	Encaixe	n. i.
	<b>Formas de aplicação</b>	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.



**Grelha de análise 41:** padrão discursivo de EM1

<b>Secções</b>		<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>Frente</b>	Nome do medicamento Composição Logótipo Forma farmacêutica Nome da farmacêutica Modo de administração	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Recomendações gerais Posologia Excipientes Regime de venda Informações sobre o titular da autorização N.º de registo no Infarmed Código de barras Nome da farmacêutica Modo de administração	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face superior</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Validade/lote/PVP Código de barras	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Nome Composição Forma farmacêutica	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Nome Composição Forma farmacêutica	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 42:** padrão discursivo de EM2

<b>Secções</b>		<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>Frente</b>	Nome do medicamento Composição Logótipo Forma farmacêutica Nome da farmacêutica Modo de administração	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Recomendações gerais Posologia Excipientes Regime de venda Informações sobre o titular da autorização N.º de registo no Infarmed Código de barras Nome da farmacêutica Modo de administração	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face superior</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Validade/lote/PVP Código de barras	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Validade/lote	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Nome Composição Forma farmacêutica	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 43:** padrão discursivo de EM3

Secções		Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>Frente</b>	Nome do medicamento Composição Logótipo Forma farmacêutica Indicações Modo de administração	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Verso</b>	Nome do medicamento Composição Logótipo Forma farmacêutica Indicações Modo de administração	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face superior</b>	Composição Indicações Posologia	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Nome da farmacêutica Informações sobre o titular da autorização N.º de registo no Infarmed Código de barras Regime de venda	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Validade/lote	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Nome Composição Forma farmacêutica	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 44:** padrão discursivo de EM4

<b>Secções</b>		<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>Frente</b>	Nome da farmacêutica Nome do medicamento Composição Logótipo de medicamento genérico Forma farmacêutica Modo de administração	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Nome da farmacêutica Nome do medicamento Composição Logótipo de medicamento genérico Forma farmacêutica Modo de administração	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face superior</b>	Nome do medicamento Composição Advertência Logótipo de medicamento genérico Regime de venda Modo de administração	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face inferior</b>	Nome do medicamento Composição Nome da farmacêutica Informações sobre o titular da autorização Código de barras	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Nome Composição Forma farmacêutica	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Validade/lote	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 45:** padrão discursivo de EM5

<b>Secções</b>		<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>Frente</b>	Nome do medicamento Composição Logótipo da farmacêutica Forma farmacêutica Via de administração	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Nome do medicamento Composição Logótipo da farmacêutica Forma farmacêutica Via de administração	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face superior</b>	Nome do medicamento Composição Logótipo da farmacêutica Forma farmacêutica	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Nome do titular da A.I.M. Contactos N.º de registo no Infarmed	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Composição Modo e via de administração Advertências Modo de conservação Regime de venda	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Lote Validade Código de barras PVP	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 46:** padrão discursivo de EM6

<b>Secções</b>		<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>Frente</b>	Logótipo da farmacêutica Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Composição Via de administração Instruções Advertências Regime de venda N.º de registo no Infarmed Regime de venda Nome da farmacêutica e contactos Código de barras PVP	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face superior</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica Logótipo de medicamento genérico	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica Logótipo de medicamento genérico	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Composição Forma farmacêutica Logótipo de medicamento genérico	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Validade/lote	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 47:** padrão discursivo de EM7

<b>Secções</b>		<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>Frente</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica Indicações gerais Logótipo da farmacêutica	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica Indicações gerais Logótipo da farmacêutica Advertência Código de barras	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face superior</b>	Regime de venda Excipientes Modo de conservação Modo de administração N.º de registo no Infarmed Nome e contactos da farmacêutica	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face inferior</b>	Indicações	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Validade/lote	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 48:** padrão discursivo de EM8

<b>Secções</b>		<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>Frente</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica Logótipo de medicamento genérico Logótipo da farmacêutica	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica Logótipo de medicamento genérico Logótipo da farmacêutica Código de barras PVP	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face superior</b>	Nome do medicamento Composição N.º de registo no Infarmed Nome da farmacêutica	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face inferior</b>	Composição Via de administração Advertências	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Validade/lote	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica Logótipo de medicamento genérico Logótipo da farmacêutica	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.



**Grelha de análise 49:** padrão discursivo de EM9

<b>Secções</b>		<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>Frente</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica Modo de administração Logótipo da farmacêutica	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica Modo de administração Logótipo da farmacêutica Código de barras PVP	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face superior</b>	Composição N.º de registo no Infarmed Indicações Posologia Regime de venda Advertências	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica Titular de A.I.M. (nome da farmacêutica) Contactos da farmacêutica	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Lote/validade	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 50:** padrão discursivo de EM10

Secções		Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>Frente</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica Logótipo da farmacêutica	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica Logótipo da farmacêutica Validade/lote Preço Código de barras	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face superior</b>	Nome do medicamento Forma farmacêutica N.º de registo Nome da farmacêutica	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face inferior</b>	Composição Via de administração Indicações e posologia Advertências Conservação	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica Logótipo da farmacêutica	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 51:** padrão discursivo de RT1

Secções		Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>Frente</b>	Mensagens informativas Imagem Logótipo	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Verso</b>	Imagem Mensagens informativas	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face superior</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Logótipos Mensagens informativas	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Logótipo Símbolo ponto verde Fabrico Código de barras Advertência	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 52:** padrão discursivo de RT2

Secções		Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>Frente</b>	Imagem Mensagens informativas Logótipo	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Verso</b>	Imagem Mensagens informativas	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face superior</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Marca Preço	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Logótipo Fabrico Quantidade Advertência	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Logótipo de marca registrada Símbolo ponto verde Código de barras Advertência Mensagem informativa	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 53:** padrão discursivo de RT3

Secções		Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>Frente</b>	Mensagens informativas Imagem Logótipo	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Verso</b>	Quantidade Imagem Mensagens informativas	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face superior</b>	Marca	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Produção Logótipo da marca Símbolo ponto verde Código de barras Fabrico Preço	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Logótipo Advertência	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Logótipo da marca Mensagem informativa	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 54:** padrão discursivo de RT4

<b>Secções</b>		<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>Frente</b>	Imagem Mensagens informativas Marca	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Verso</b>	Imagem Mensagens informativas Marca	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face superior</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Marca Preço	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Símbolo ponto verde Advertência Número da linha de apoio Logótipo de marca registrada Quantidade e tipo Advertência	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Logótipos Código de barras Advertência Mensagem informativa	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 55:** padrão discursivo de RT5

<b>Secções</b>		<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>Frente</b>	Mensagens informativas Imagem Logótipo da marca	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Imagem Mensagens informativas Contactos de apoio ao consumidor	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face superior</b>	Marca	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Marca Preço	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Fabrico Logótipo Advertência	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Número da linha de apoio ao consumidor Símbolo de Ponto Verde Código de barras Advertência Quantidade Mensagem informativa	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 56:** padrão discursivo de RT6

Secções		Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>Frente</b>	Mensagens informativas/advertência Imagem legendada Logótipo da marca	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Imagem Mensagens informativas/advertência	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face superior</b>	Marca	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Marca Preço	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Quantidade Símbolo Ponto Verde Fabrico e Marca registrada Mensagem informativa	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Logótipo Código de barras Advertência	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 57:** padrão discursivo de RT7

Secções		Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>Frente</b>	Mensagens informativas Imagem Logótipo da marca	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Imagem Mensagens informativas	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face superior</b>	Marca	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Símbolo Ponto Verde Código de barras Marca Contactos de apoio ao consumidor Fabrico Preço	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Quantidade/tipo Logótipo Advertência	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Logótipo da marca Mensagem informativa	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 58:** padrão discursivo de RT8

Secções		Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>Frente</b>	Mensagens informativas Imagem Logótipo	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Verso</b>	Imagem Mensagens informativas	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face superior</b>	Marca	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Marca Preço	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Fabrico Logótipo Quantidade e tipo Advertência	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Logótipos Número de apoio ao consumidor Símbolo Ponto Verde Código de barras Mensagem informativa	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 59:** padrão discursivo de RT9

Secções		Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>Frente</b>	Advertência Mensagem informativa Imagem Logótipo	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Imagem Advertência Mensagem informativa	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face superior</b>	Marca	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Marca Preço	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Símbolo Ponto Verde Fabrico Mensagem informativa	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Logótipo da marca Código de barras Advertência	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 60:** padrão discursivo de RT10

Secções		Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>Frente</b>	Mensagens informativas Imagem Logótipo	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Verso</b>	Imagem Mensagens informativas	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
<b>Face superior</b>	Marca	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	Marca Preço	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Lateral esquerda</b>	Símbolo Ponto Verde Fabrico Advertência	Interativo Teórico	Encaixe	n. i.
<b>Lateral direita</b>	Quantidade Código de barras Mensagem informativa	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 61:** padrão discursivo de PL1

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<b>Peritexto</b>	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Título</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Resumo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Subtítulo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Corpo do texto</b>	<b>Exposição de motivos</b>	Teórico Interativo	Fusão	Misto interativo-teórico
	<b>Proposta normativa 1.º- 5.º artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Peritexto</b>	<b>Local e data; assinaturas</b>	Interativo	Encaixe	n. i.



**Grelha de análise 62:** padrão discursivo de PL2

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>Peritexto</b>	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Título</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Resumo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Subtítulo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Corpo do texto</b>	<b>Exposição de motivos</b>	Teórico Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Proposta normativa 1.º- 3.º artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Peritexto</b>	<b>Local e data; assinaturas</b>	Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 63:** padrão discursivo de PL3

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<i>Peritexto</i>	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Título</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Resumo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Subtítulo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Corpo do texto</b>	<b>Exposição de motivos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Proposta normativa 1.º- 3.º artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<i>Peritexto</i>	<b>Local e data; assinaturas</b>	Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 64:** padrão discursivo de PL4

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
<i>Peritexto</i>	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Título</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Resumo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Subtítulo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Corpo do texto</b>	<b>Exposição de motivos</b>	Teórico	n. i.	
	<b>Proposta normativa 1.º- 7.º artigo</b>	Teórico	n. i.	<b>n. i.</b>
<i>Peritexto</i>	<b>Local e data; assinaturas</b>	Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 65:** padrão discursivo de PL5

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<i>Peritexto</i>	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Título</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Resumo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Subtítulo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Corpo do texto</b>	<b>Exposição de motivos</b>	Teórico Interativo	Fusão	Misto interativo-teórico
	<b>Proposta normativa 1.º- 5.º artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<i>Peritexto</i>	<b>Local e data; assinaturas</b>	Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 66:** padrão discursivo de PL6

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<i>Peritexto</i>	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Título</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Resumo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Subtítulo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Corpo do texto</b>	<b>Exposição de motivos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Proposta normativa 1.º- 5.º artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<i>Peritexto</i>	<b>Local e data; assinaturas</b>	Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 67:** padrão discursivo de PL7

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<i>Peritexto</i>	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Título</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Resumo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Subtítulo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Corpo do texto</b>	<b>Exposição de motivos</b>	Teórico Interativo	Fusão	Misto interativo-teórico
	<b>Proposta normativa 1.º-5.º artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<i>Peritexto</i>	<b>Local e data; assinaturas</b>	Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 68:** padrão discursivo de PL8

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<i>Peritexto</i>	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Título</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Resumo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Subtítulo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Corpo do texto</b>	<b>Exposição de motivos</b>	Teórico Interativo Narração	Fusão	Misto interativo-teórico Misto narrativo-teórico
	<b>Proposta normativa 1.º-5.º artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<i>Peritexto</i>	<b>Local e data; assinaturas</b>	Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 69:** padrão discursivo de PL9

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<i>Peritexto</i>	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Título</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Resumo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Subtítulo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Corpo do texto</b>	<b>Exposição de motivos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Proposta normativa 1.º- 5.º artigo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<i>Peritexto</i>	<b>Local e data; assinaturas</b>	Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 70:** padrão discursivo de PL10

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<i>Peritexto</i>	<b>Logótipo</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Título</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Resumo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Subtítulo</b>	Teórico	n. i.	n. i.
<b>Corpo do texto</b>	<b>Exposição de motivos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Proposta normativa 1.º- 6.º artigo</b>	Teórico	n. i.	<b>n. i.</b>
<i>Peritexto</i>	<b>Local e datas; assinaturas</b>	Interativo	Encaixe	n. i.



**Grelha de análise 71:** padrão discursivo de ED1

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
Peritexto	<b>Identificação das entidades responsáveis pela publicação do edital</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Etiqueta <i>edital</i></b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Outras informações</b>	Teórico	n. i.	n. i.
Corpo do texto	<b>Abertura</b>	Teórico Narração	Fusão	Misto narrativo-teórico
	<b>Notificação</b>	Teórico Narração	Fusão Encaixe	Misto narrativo-teórico
Peritexto	<b>Local, data e assinatura</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Endereço e contactos</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 72:** padrão discursivo de ED2

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
Peritexto	<b>Identificação das entidades responsáveis pela publicação do edital</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Etiqueta <i>edital</i></b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Objeto do edital</b>	Teórico	n. i.	n. i.
Corpo do texto	<b>Notificação</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Determinações</b>	Teórico Narração	Fusão	Misto narrativo-teórico
Peritexto	<b>Local, data e assinatura</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Endereço e contactos</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 73:** padrão discursivo de ED3

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
Peritexto	<b>Identificação das entidades responsáveis pela publicação do edital (Escola Superior de Comunicação Social)</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Etiqueta <i>edital</i></b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>Objeto do edital</b>	Teórico	n. i.	n. i.
Corpo do texto	<b>Determinações</b>	Teórico Narração	Encaixe	n. i. n. i.
Peritexto	<b>Local, data e assinatura</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Endereço e contactos</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 74:** padrão discursivo de ED4

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
Peritexto	<b>Identificação das entidades responsáveis pela publicação do edital</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Etiqueta <i>edital</i></b>	Teórico	Encaixe	n. i.
Corpo do texto	<b>Abertura</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Determinações</b>	Teórico	n. i.	n. i.
Peritexto	<b>Local, data e assinatura</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Endereço e contactos</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 75:** padrão discursivo de ED5

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>Peritexto</b>	<b>Identificação das entidades responsáveis pela publicação do edital</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Etiqueta <i>edital</i></b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>Corpo do texto</b>	<b>Abertura</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Determinações</b>	Teórico	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 76:** padrão discursivo de ED6

	<b>Secções</b>	<b>Tipos discursivos</b>	<b>Modalidades de articulação</b>	<b>Variantes e tipos mistos</b>
<b>Peritexto</b>	<b>Identificação das entidades responsáveis pela publicação do edital</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Etiqueta <i>edital</i></b>	Teórico	Encaixe	n. i.
<b>Corpo do texto</b>	<b>Abertura</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Notificação</b>	Teórico Narração	Fusão	Misto narrativo-teórico
<b>Peritexto</b>	<b>Local, data e assinatura</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Endereço e contactos</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 77:** padrão discursivo de ED7

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
Peritexto	<b>Identificação das entidades responsáveis pela publicação do edital</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Etiqueta <i>edital</i></b>	Teórico	Encaixe	n. i.
Corpo do texto	<b>Abertura</b>	Teórico Narração	Fusão	Misto narrativo-teórico
	<b>Determinações</b>	Teórico	n. i.	n. i.
Peritexto	<b>Local, data e assinatura</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Endereço e contactos</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 78:** padrão discursivo de ED8

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
Peritexto	<b>Identificação das entidades responsáveis pela publicação do edital</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Etiqueta <i>edital</i></b>	Teórico	Encaixe	n. i.
Corpo do texto	<b>Abertura</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Ordem de trabalhos</b>	Teórico	n. i.	n. i.
Peritexto	<b>Local, data e assinatura</b>	Interativo	Encaixe	n. i.
	<b>Endereço e contactos</b>	Teórico	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 79:** padrão discursivo de ED9

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
Peritexto	<b>Identificação das entidades responsáveis pela publicação do edital (<i>Instituto Superior Politécnico</i>)</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Etiqueta <i>edita</i>l</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
Corpo do texto	<b>Abertura</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Avaliação de capacidade</b>	Teórico	n. i.	n. i.
	<b>Classificação da avaliação de capacidade</b>	Teórico		n. i.
	<b>Documentação para inscrição</b>	Teórico Narração	Fusão	Misto narrativo-teórico
	<b>Preçário</b>	Teórico	n. i.	n. i.
Peritexto	<b>Local, data e assinatura</b>	Interativo	Encaixe	n. i.

**Grelha de análise 80:** padrão discursivo de ED10

	Secções	Tipos discursivos	Modalidades de articulação	Variantes e tipos mistos
Peritexto	<b>Identificação da entidade responsável pela publicação do edital</b>	Interativo	n. i.	n. i.
	<b>Etiqueta <i>edita</i>l</b>	Teórico	Encaixe	n. i.
	<b>N.º de processo</b>	n. i.	n. i.	n. i.
Corpo do texto	<b>Abertura</b>	Narração	n. i.	n. i.
	<b>Determinações</b>	Teórico Narração	Encaixe Fusão	Misto narrativo-teórico
Peritexto	<b>Local, data e assinatura</b>	Interativo	Encaixe	n. i.

### **Anexo 3. Padrão discursivo (grelhas de síntese)**

		ACF1	ACF2	ACF3	ACF4	ACF5	ACD1	ACD2	ACD3	ACD4	ACD5
Peritexto	Identificação da publicação (revista)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	n. i.
	Identificação do artigo (título)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Identificação do texto (etiqueta de género)	✓	✓	✓	✓	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
	Identificação dos autores	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Resumo / palavras-chave	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	n. i.
	<i>Abstract / keywords</i>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	n. i.
	Sumário	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	✓	✓	n. i.	n. i.
	Notas de rodapé (filiação dos autores)	✓	✓	✓	n. i.	n. i.	✓	n. i.	n. i.	✓	n. i.
	Notas de rodapé (corpo do texto)	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	✓	✓	✓	✓
	Referências (notas de rodapé)	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	✓	✓
	Referências / bibliografia	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	n. i.

**Grelha de análise 1:** secções peritextuais dos exemplares do género *artigo científico*

	Corpo do texto		
	<i>Introdução</i>	<i>Desenvolvimento</i>	<i>Conclusão</i>
<b>ACF1</b>	<i>Introdução</i>	<i>MNSRM: Conceito, Vantagens e Desvantagens / MNSRM: contextualização do seu uso na EU e em Portugal / Métodos / Resultados e Discussão</i>	<i>Conclusões</i>
<b>ACF2</b>	<i>Introdução</i>	<i>Taxonomia, morfologia e ciclo de vida / Fisiopatologia / Epidemiologia / Fatores desencadeantes / Objetivo / Material e métodos / Resultados e discussão</i>	<i>Conclusão</i>
<b>ACF3</b>	<i>Introdução</i>	<i>Evolução histórica dos medicamentos genéricos em Portugal / Contexto social e económico / Medicamentos genéricos em Portugal / Evolução do preço dos medicamentos genéricos / Evolução dos preços dos medicamentos genéricos em 2011 e 2012 / Comparação dos preços e sistemas de preços com países da OCDE / O Estado e o Cidadão / A Farmácia /</i>	<i>Considerações finais e conclusões</i>
<b>ACF4</b>	<i>Introdução</i>	<i>Objetivos / Métodos e modelos de estudo / Ética e confidencialidade dos dados / Análise de dados / Resultados / Discussão</i>	<i>Conclusão</i>
<b>ACF5</b>	<i>Introdução</i>	<i>Alterações associadas ao envelhecimento / O medicamento no idoso / Medicamentos potencialmente inapropriados / Critérios de Beers / Outros critérios</i>	<i>Conclusões</i>
<b>ACD1</b>	<i>1. Bem-hajam!, Senhores Constituintes...</i>	<i>2. Algumas “recordações” da Constituinte sobre o Presidente da República / 3. (Des)adequação do conceito chefe de Estado no estatuto do Presidente da República numa concepção republicana</i>	<i>4. Breve apontamento sobre o estatuto constitucional do Presidente português numa concepção republicana</i>
<b>ACD2</b>	<i>1. Introdução</i>	<i>2. A receção da pobreza na ordem jurídica / 3. O conceito jurídico de pobreza e distinção de figuras afins / 3.1. Pobreza e mendicidade / 3.2. Pobreza e exclusão social / 3.3. Pobreza e desemprego / 3.4. Pobreza e trabalho (in-work poverty) / 4. Os direitos dos pobres a nível do direito internacional / 4.1. Direito internacional comum / 4.2. Direito europeu não comunitário / 4.3. Direito europeu comunitário / 5. Direito interno / 6. Pobreza e pre-conceitos jurídicos / 6.1. / 6.2. / 6.3.</i>	<i>7. Epílogo</i>
<b>ACD3</b>	<i>1. Introdução</i>	<i>2. Os traços comuns das soluções de Direito Comunitário... / 3. Dificuldade (e necessidade)</i>	<i>4. Omissões e lacunas</i>
<b>ACD4</b>	<i>A nova previsão do Tratado de Lisboa</i>	<i>Desenvolvimento derivado / Condições de exercício / A iniciativa legislativa no direito português</i>	<i>Conclusão</i>
<b>ACD5</b>	<i>1. Pressupostos de uma análise adequada</i>	<i>2. Modelos jurisdicionais tributários / 2.1. Sistemas de Autonomia – a ordem jurisdicional tributária alemã / 2.2. Sistemas de integração / 2.2.1. Integração parcial / a) Estados Unidos da América; b) Itália / 2.2.2. Integração absoluta / a) Bélgica; b) Espanha; c) França; d) Reino Unido / 3. O Sistema Português / 3.1. Caracterização / 3.2. Debilidades e desafios</i>	<i>4. Conclusões</i>

**Grelha de análise 2:** secções do corpo de texto dos exemplares do género *artigo científico*



Peritexto		Corpo do texto									
ACF1	Teórico Interativo Encaixe	<i>Introdução</i>		<i>MNSRM...</i>	<i>MNSRM...</i>	<i>Métodos</i>	<i>Resultados</i>	<i>Conclusões</i>			
		Teórico Interativo Relato interativo Encaixe		Teórico Narração Encaixe	Teórico Narração Encaixe	Teórico Narração Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Narração Encaixe			
ACF2	Teórico Interativo Encaixe	<i>Introdução</i>		<i>Taxononomia, morfologia e ciclo de vida</i>	<i>Fisiopatologia</i>	<i>Epidemiologia</i>	<i>Fatores desencadeantes</i>	<i>Objetivo</i>	<i>Material e métodos</i>	<i>Resultados ...</i>	<i>Conclusão</i>
		Teórico Interativo Encaixe		Teórico Narração Encaixe	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico Interativo Encaixe e fusão Misto interativo-teórico	Teórico Narração Encaixe	Teórico Narração Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico	Teórico
ACF3	Teórico Interativo Encaixe	<i>Introdução</i>	<i>Evolução histórica dos medicamentos genéricos...</i>	<i>Contexto social e económico</i>	<i>Medicamentos genéricos em Portugal</i>	<i>Evolução do preço dos medicamentos genéricos</i>	<i>Evolução dos preços dos medicamentos...</i>	<i>Comparação dos preços e sistemas...</i>	<i>O Estado e o Cidadão</i>	<i>A Farmácia</i>	<i>Considerações finais e conclusões</i>
		Teórico Interativo Narração Encaixe e fusão	Narração	Teórico Narração	Teórico Narração Interativo Encaixe e fusão	Teórico Narração Encaixe e fusão	Teórico Narração Encaixe e fusão	Teórico Narração Encaixe e fusão	Teórico Narração Encaixe	Teórico Narração Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico	Teórico Narração Interativo Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico Misto

											interativo-teórico
ACF4	Teórico Interativo Narração Encaixe e fusão Misto narra-tivo-teórico	<i>Introdução</i>	<i>Objetivos</i>	<i>Métodos e modelos de estudo</i>	<i>Ética e confidencialidade dos dados</i>	<i>Análise de dados</i>	<i>Resultados</i>	<i>Discus-são</i>	<i>Conclusão</i>		
		Teórico Narração Interativo Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico Misto interativo-teórico	Teórico Narração Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico	Teórico Narração Encaixe	Teórico Narração Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico	Narração	Narração Teórico Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico	Narração Teórico Encaixe e fusão Misto narra-tivo-teó-rico	Narração Teórico Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico Misto interativo-teórico		
ACF5	Teórico Interativo Encaixe	<i>Introdução</i>	<i>Alterações associadas ao enve-lhecimento</i>	<i>O medica-mento no idoso</i>	<i>Medica-mentos po-tencial-mente ina-propriadoss</i>	<i>Critérios de Beers</i>	<i>Outros critérios</i>	<i>Conclusões</i>			
		Teórico Interativo Fusão Misto interativo-teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico Narração Interativo Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico Misto Interativo-teórico	Teórico	Teórico			
ACD1	Teórico Interativo Narração	<i>1. Bem-ha-jam!, Se-nhores</i>	<i>2. Algumas “recorda-ções” da</i>	<i>3. (Des)ade-quação do conceito</i>	<i>4. Breve apontamento sobre o estatuto constitucional do Presidente português numa concepção republicana</i>						

	Encaixe e fusão	<i>Constituintes...</i>	<i>Constituinte...</i>	<i>chefe de Estado...</i>				
	Misto Interativo-teórico	Teórico Interativo Relato interativo Encaixe e fusão Misto interativo-teórico	Teórico Interativo Narração Encaixe e fusão Misto interativo-teórico	Teórico Interativo Narração Encaixe e fusão Misto interativo-teórico	Teórico Interativo Narração Encaixe e fusão Misto interativo-teórico			
ACD2	Teórico Interativo Narração Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico	<i>1. Introdução</i>	<i>2. A recepção da pobreza na ordem jurídica de-emprego</i>	<i>3. O conceito jurídico de pobreza e distinção de figuras afins (3.1.-3.4.)</i>	<i>4. Os direitos dos pobres a nível do direito internacional (4.1.-4.3.)</i>	<i>5. Direito interno</i>	<i>6. Pobreza e preconceitos jurídicos (6.1.-6.3.)</i>	<i>7. Epílogo</i>
	Misto Interativo secundário	Teórico Interativo Narração Encaixe e fusão Misto interativo-teórico Misto narrativo-teórico	Teórico Narração Encaixe	Teórico Narração Interativo Encaixe e fusão Misto interativo-teórico	Teórico	Teórico Interativo Fusão Misto interativo-teórico	Teórico Interativo Narração Encaixe	Teórico Interativo Encaixe Relato interativo secundário
ACD3	Teórico Interativo Encaixe e fusão Misto interativo-teórico	<i>1. Introdução</i>	<i>2. Os traços comuns das soluções de Direito Comunitário...</i>	<i>3. Dificuldade (e necessidade)</i>	<i>4. Omissões e lacunas</i>			

		Teórico Interativo Narração Encaixe e fusão Misto interativo- teórico	Teórico Interativo Narração Encaixe e fusão Misto inte- rativo-	Teórico Interativo Narração Encaixe e fusão Misto narra- tivo-	Teórico Interativo Encaixe		
ACD4	Teórico Interativo Encaixe e fu- são Misto intera- tivo-teórico	<i>A nova previsão do Tratado de Lisboa</i>		<i>Desenvolvi- mento derivado</i>	<i>Condições de exercício</i>	<i>A iniciativa legislativa no direito português</i>	<i>Conclusão</i>
		Teórico Narração Encaixe		Teórico Narração Encaixe e fusão Misto narra- tivo-teórico	Teórico	Teórico Narração Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico	Teórico Narração Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico
ACD5	Teórico Interativo Narração Encaixe	<i>1. Pressupostos de uma análise adequada</i>			<i>2. Modelos jurisdicionais tributários (2.1.-2.2.)</i>	<i>3. O Sistema Português (3.1.-3.2.)</i>	<i>4. Conclusões</i>
		Teórico Interativo Encaixe			Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico

**Grelha de análise 3:** plano de texto / tipos discursivos dos exemplares do género *artigo científico*

	Secções	PCA1	PCA2	PCA3	PCA4	PCA5	PCL1	PCL2	PCL3	PCL4	PCL5
Peritexto	Identificação do póster (título)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Identificação dos autores	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Filiação académica dos autores	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	Agradecimentos	✓	n. i.	✓	✓	✓	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
	Referências / bibliografia de base / referências bibliográficas	✓	✓	✓	✓	✓	n. i.	✓	✓	✓	✓
	Identificação do evento (logótipo)	✓	✓	✓	n. i.	✓	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
	Logótipos (margem superior)	✓	✓	✓	n. i.	n. i.	✓	n. i.	✓	✓	n. i.
	Logótipos (margem inferior)	✓	✓	n. i.	✓	✓	n. i.	✓	n. i.	✓	✓

**Grelha de análise 4:** peritexto dos exemplares do género *póster científico*

	Corpo do texto		
	Introdução	Desenvolvimento	Conclusão
	Abertura	Secções	Fecho
<b>PCA1</b>	<i>Introdução</i>	<i>Materiais e Métodos / Resultados</i>	<i>Conclusão</i>
<b>PCA2</b>	<i>Introdução</i>	<i>Materiais e métodos / Resultados</i>	<i>Conclusão</i>
<b>PCA3</b>	<i>Introdução</i>	<i>Materiais e métodos / Resultados</i>	<i>Conclusões</i>
<b>PCA4</b>	<i>Introdução</i>	<i>Decocção de camomila / Matrizes alimentares</i>	<i>Conclusão</i>
<b>PCA5</b>	<i>Introdução</i>	<i>Metodologia / Resultados</i>	<i>Conclusões</i>
<b>PCL1</b>	<i>1. Resumo: O quê? / Porquê? / Como? / Para Quem? / Domínio e subdomínio / Língua de trabalho / Enquadramento teórico / Objetivo central</i>	<i>2. Objetivos / 3. Motivação / 4. Problema / 5. Metodologia / 6. Base de dados a base de conhecimento</i>	<i>7. Produto final</i>
<b>PCL2</b>	<i>Apresentação</i>	<i>Descrição do corpus e quadro geral de ocorrências</i>	<i>Conclusões</i>
<b>PCL3</b>	<i>Introdução</i>	<i>Objetivos / Metodologia</i>	<i>Conclusões</i>
<b>PCL4</b>	<i>Fraseamento Prosódico</i>	<i>Perguntas de investigação e objetivos / Metodologia / Resultados preliminares</i>	<i>Discussão / Trabalho futuro</i>
<b>PCL5</b>	<i>Minimizadores: o que são?</i>	<i>Minimizadores e o Ciclo de Jespersen / Negação e Minimizadores no Português Antigo</i>	<i>Evolução dos Minimizadores</i>

**Grelha de análise 5:** corpo do texto dos exemplares do género póster científico

	Peritexto	Corpo do texto						
PCA1	Teórico Interativo Encaixe	<i>Introdução</i>	<i>Materiais e Métodos</i>			<i>Resultados</i>		<i>Conclusão</i>
		Teórico	Narração			Teórico Narração Encaixe		Narração
PCA2	Teórico Interativo Encaixe	<i>Introdução</i>	<i>Materiais e métodos</i>			<i>Resultados</i>		<i>Conclusão</i>
		Teórico	Teórico Narração Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico			Teórico Narração Encaixe		Teórico Narração Encaixe
PCA3	Teórico Interativo Encaixe	<i>Introdução</i>	<i>Materiais e métodos</i>			<i>Resultados</i>		<i>Conclusões</i>
		Teórico Narração Encaixe	Teórico			Teórico Narração Encaixe e fusão Misto narrativo-teórico		Conclusões
PCA4	Teórico Interativo Encaixe	<i>Introdução</i>	<i>Decocção de camomila</i>			<i>Matrizes alimentares</i>		<i>Conclusão</i>
		Teórico Interativo Narração Encaixe	Teórico			Teórico		Teórico Narração Encaixe
PCA5	Teórico Interativo Encaixe	<i>Introdução</i>	<i>Metodologia</i>			<i>Resultados</i>		<i>Conclusões</i>
		Teórico	Narração			Narração		Teórico
PCL1	Teórico Interativo Encaixe	<i>1. Resumo</i>	<i>2. Objetivos</i>	<i>3. Motivação</i>	<i>4. Problema</i>	<i>5. Metodologia</i>	<i>6. Base de dados a base de conhecimento</i>	<i>7. Produto final</i>
		Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico
PCL2	Teórico	<i>Apresentação</i>	<i>Descrição do corpus e quadro geral de ocorrências</i>					<i>Conclusões</i>

	Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Narração Encaixe				Teórico Interativo Encaixe e fusão Misto relato interativo-teórico
PCL3	Teórico Interativo Encaixe	<i>Introdução</i>	<i>Objetivos</i>		<i>Metodologia</i>		<i>Conclusões</i>
		Teórico	Teórico		Teórico		Teórico
PCL4	Teórico Interativo Encaixe	<i>Fraseamento Prosódico</i>	<i>Perguntas de investigação e objetivos</i>	<i>Metodologia</i>	<i>Resultados preliminares</i>	<i>Discussão</i>	<i>Trabalho futuro</i>
		Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico
PCL5	Teórico Interativo Encaixe	<i>Minimizadores: o que são?</i>	<i>Minimizadores e o Ciclo de Jespersen</i>		<i>Negação e Minimизadores no Português Antigo</i>		<i>Evolução dos Minimизadores</i>
		Teórico Interativo Encaixe Interativo secundário	Teórico		Narração		Teórico

**Grelha de análise 6:** plano de texto / tipos discursivos dos exemplares do género *póster científico*



	<b>Abertura</b>	<b>Corpo da chamada</b>	<b>Fecho</b>
<b>CT1</b>	Imagem / nome do evento / local e data	Contextualização / Objetivos / painéis temáticos / modalidades e condições de participação <i>Línguas de trabalho / Comissão científica / Comissão organizadora / Coordenação</i>	Logótipos
<b>CT2</b>	Logótipo / nome do evento / local e data	Contextualização / <i>Painéis temáticos e objetivos / Conferencistas / Tipo de participação / Calendário / Participação / Organização</i>	Logótipos
<b>CT3</b>	Logótipo / nome do evento / local e data	<i>Chamada de trabalhos / Áreas temáticas / Datas importantes / Submissão de trabalhos (comunicações projetos de investigação) / Formato dos trabalhos (primeiro ficheiro segundo ficheiro / referências bibliográficas) / Avaliação dos trabalhos e notificação / Inscrição / Publicação das comunicações / Prémio “Melhor Comunicação do XVI CICA”</i>	Logótipo
<b>CT4</b>	Logótipo / nome do evento	<i>1.ª Chamada de comunicações / Áreas científicas de submissão dos trabalhos / Tipos de trabalhos / Submissões / Línguas da conferência / Definições dos trabalhos / Notas importantes / Publicação de trabalhos / Conferencistas convidados / Local da conferência e data / Datas importantes / Inscrições / Contactos</i>	Logótipo
<b>CT5</b>	<i>Nome do evento / Local e data</i>	Contextualização / <i>Eixos temáticos / Prazo para a submissão das propostas / Comissão organizadora / Local da conferência</i>	Logótipos
<b>CT6</b>	<i>Logótipos / Etiqueta / título/ Nome do evento / Datas e locais do evento</i>	<i>Tópicos de comunicação / Definições das propostas / Data final de submissão / Endereço para submissão/ Publicação dos trabalhos/ Línguas de trabalho/ Comissão organizadora</i>	Logótipos / formulário
<b>CT7</b>	<i>Logótipos / Etiqueta / Deadline / Nome do evento Datas e local</i>	Contextualização / <i>Condições de participação / Definições das propostas / Paineis temático</i>	n. i.
<b>CT8</b>	<i>Etiqueta / Nome do evento / Local e datas</i>	<i>Tema do congresso / Descrição / Linhas temáticas / Objetivos / Organização/ Comissão organizadora / Parceria / Condições de participação / Inscrição / Submissão dos resumos / Instruções de submissão</i>	n. i.
<b>CT9</b>	<i>Etiqueta / Nome do evento / Local e datas</i>	Contextualização / <i>Datas importantes / Normas gerais para submissão de resumos de comunicações e pósteres (1-5)</i>	n. i.
<b>CT10</b>	<i>Etiqueta / Nome do evento / Local e datas</i>	<i>Apresentação / Tópicos / Submissão de comunicações/ Publicação / Acessibilidade / Opções de pagamento / Dados para emissão de recibo / Finalização de registo / Local da conferência e contacto / Como chegar</i>	Logótipo e imagens

**Grelha de análise 7:** plano de texto dos exemplares do género *chamada de trabalhos*

		Peritexto	Corpo da chamada				
CT1	Teórico	<i>Contextualização</i>	<i>Objetivos</i>	<i>Painéis temáticos</i>	<i>Modalidades e condições de participação</i>	<i>Línguas de trabalho</i>	<i>/ Comissão científica / Comissão organizadora / Coordenação</i>
		Teórico Narração Encaixe	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico
CT2	Teórico	<i>Contextualização</i>	<i>Painéis temáticos e objetivos</i>	<i>Conferencistas</i>	<i>Tipo de participação</i>	<i>Calendário Participação</i>	<i>Organização</i>
		Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico Narração Encaixe	Teórico	Teórico
CT3	Teórico	<i>Contextualização</i>	<i>Áreas temáticas</i>	<i>Datas importantes</i>	<i>Submissão de trabalhos</i>	<i>Avaliação dos trabalhos e notificação / Inscrição</i>	<i>Publicação das comunicações / Prémio “Melhor Comunicação do XVI CICA”</i>
		Teórico Narração Encaixe	Teórico	Teórico	Teórico Narração Encaixe	Narração	Teórico Narração Encaixe
CT4	Teórico	<i>1.ª Chamada de comunicações / Áreas científicas de submissão dos trabalhos</i>	<i>Tipos de trabalhos / Submissões / Línguas da conferência / Definições dos trabalhos / Notas importantes</i>	<i>Publicação de trabalhos</i>	<i>Conferencistas convidados</i>	<i>Local da conferência e data / Datas importantes</i>	<i>Inscrições / Contactos</i>
		Teórico Interativo Encaixe e fusão Misto interativo-teórico	Teórico Narração Encaixe	Narração	Interativo	Teórico	Teórico
CT5	Teórico	<i>Contextualização</i>	<i>Eixos temáticos</i>	<i>Prazo para a submissão das propostas</i>	<i>Comissão organizadora</i>	<i>Local da conferência</i>	
		Teórico Narração Encaixe	Teórico Narração Encaixe	Teórico	Teórico	Teórico	
CT6	Teórico Interativo	<i>Tópicos de comunicação</i>	<i>Definições das propostas / Data final de submissão / Endereço para submissão</i>	<i>Publicação dos trabalhos</i>	<i>Línguas de trabalho</i>	<i>Comissão organizadora</i>	

		Teórico	Teórico	Narração	Teórico	Interativo
CT7	Teórico	<i>Contextualização</i>	<i>Condições de participação</i>	<i>Definições das propostas</i>	<i>Painel temático</i>	
		Teórico	Teórico Narração	Teórico	Teórico	
CT8	Teórico	<i>Tema do congresso / descrição</i>	<i>Linhas temáticas</i>	<i>Objetivos</i>	<i>Organização / Comissão organizadora / Parceria</i>	<i>Condições de participação / Inscrição / Submissão dos resumos</i>
		Teórico	Teórico Interativo Fusão Misto interativo-teórico	Teórico	Teórico	Teórico Narração Encaixe
CT9	Teórico	<i>Contextualização</i>	<i>Datas importantes</i>		<i>Normas gerais para submissão de resumos de comunicações e pósteres (1-5)</i>	
		Teórico Interativo Encaixe	Teórico		Teórico Narração Encaixe	
CT10	Teórico	<i>Apresentação / Tópicos / Submissão de comunicações</i>	<i>Publicação / Acessibilidade</i>		<i>Opções de pagamento / Dados para emissão de recibo / Finalização de registo</i>	<i>Local da conferência e contacto / Como chegar</i>
		Teórico Interativo Encaixe e fusão Misto interativo-teórico	Narração Teórico Interativo Encaixe		Teórico Interativo Encaixe	Teórico

**Grelha de análise 8:** plano de texto / tipos discursivos dos exemplares do género *chamada de trabalhos*

		BM1	BM2	BM3	BM4	BM5	BM6	BM7	BM8	BM9	BM10
Perítexto	<b>Título: <i>Folheto informativo</i></b>	n. i.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	<b>Nome do medicamento; forma farmacêutica; composição</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	<b>Nome / logótipo da farmacêutica</b>	n. i.	✓	n. i.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	<b>Informações gerais</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	<b>Índice</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Corpo do texto	<b>1. O que é...e para que é utilizado</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	<b>2. Antes de tomar...</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	<b>3. Como tomar...</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	<b>4. Efeitos secundários</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	<b>5. Como conservar...</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	<b>6. Outras informações</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	<b>Logótipo da farmacêutica</b>	✓	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	✓	n. i.	✓
	<b>Formas de aplicação</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	✓	n. i.	✓

**Grelha de análise 9:** plano de texto dos exemplares do género *bula de medicamento*

	<b>BM1</b>	<b>BM2</b>	<b>BM3</b>	<b>BM4</b>	<b>BM5</b>	<b>BM6</b>	<b>BM7</b>	<b>BM8</b>	<b>BM9</b>	<b>BM10</b>
<b>Título: Folheto informativo</b>	n. i.	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico
<b>Nome do medicamento; forma farmacêutica; composição</b>	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico
<b>Nome/logótipo da farmácia</b>	n. i.	Interativo	n. i.	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Informações gerais</b>	Interativo Teórico Encaixe	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo
<b>Índice</b>	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe
<b>1. O que é...e para que é utilizado</b>	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe
<b>2. Antes de tomar...</b>	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe
<b>3. Como tomar...</b>	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe
<b>4. Efeitos secundários</b>	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe
<b>5. Como conservar...</b>	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe
<b>6. Outras informações</b>	Interativo Teórico Narração Encaixe	Interativo Teórico Narração Encaixe	Interativo Teórico Narração Encaixe	Interativo Teórico Narração Encaixe	Interativo Teórico Narração Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe	Interativo Teórico Encaixe
<b>Logótipo da farmácia</b>	Interativo	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	Interativo

<b>Formas de aplicação</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	Interativo Teórico Encaixe
----------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	----------------------------------

**Grelha de análise 10:** plano de texto / tipos discursivos dos exemplares do género *bula de medicamento*

	<b>EM1</b>	<b>EM2</b>	<b>EM3</b>	<b>EM4</b>	<b>EM5</b>	<b>EM6</b>	<b>EM7</b>	<b>EM8</b>	<b>EM9</b>	<b>EM10</b>
<b>Frente</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Indicações</li> <li>- Logótipo</li> <li>- Forma farmacêutica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Logótipo</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Nome da farmacêutica</li> <li>- Modo de administração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Logótipo</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Indicações</li> <li>- Modo de administração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Logótipo</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Indicações</li> <li>- Modo de administração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Logótipo da farmacêutica</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Via de administração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Logótipo da farmacêutica</li> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Indicações gerais</li> <li>- Logótipo da farmacêutica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Logótipo de medicamento genérico</li> <li>- Logótipo da farmacêutica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Modo de administração</li> <li>- Logótipo da farmacêutica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Logótipo da farmacêutica</li> </ul>
<b>Verso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Indicações</li> <li>- Logótipo</li> <li>- Forma farmacêutica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Recomendações gerais</li> <li>- Posologia</li> <li>- Excipientes</li> <li>- Regime de venda</li> <li>- Informações sobre o titular da autorização</li> <li>- N.º de registo no Infarmed</li> <li>- Código de barras</li> <li>- Nome da farmacêutica</li> <li>- Modo de administração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Logótipo</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Indicações</li> <li>- Modo de administração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome da farmacêutica</li> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Logótipo de medicamento genérico</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Modo de administração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Logótipo da farmacêutica</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Via de administração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Composição</li> <li>- Via de administração</li> <li>- Instruções</li> <li>- Advertências</li> <li>- Regime de venda</li> <li>- N.º de registo no Infarmed</li> <li>- Regime de venda</li> <li>- Nome da farmacêutica e contactos</li> <li>- Código de barras</li> <li>- PVP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Indicações gerais</li> <li>- Logótipo da farmacêutica</li> <li>- Advertência</li> <li>- Código de barras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Logótipo de medicamento genérico</li> <li>- Logótipo da farmacêutica</li> <li>- Código de barras</li> <li>- PVP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Modo de administração</li> <li>- Logótipo da farmacêutica</li> <li>- Código de barras</li> <li>- PVP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Logótipo da farmacêutica</li> <li>- Validade/lote</li> <li>- Preço</li> <li>- Código de barras</li> </ul>

<b>Face superior</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Modo de uso / aplicação</li> <li>- Recomendações gerais</li> <li>- Regime de venda</li> <li>- Posologia</li> <li>- Excipientes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Composição</li> <li>- Indicações</li> <li>- Posologia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Advertência</li> <li>- Logótipo de medicamento genérico</li> <li>- N.º de registo no Infarmed</li> <li>- Regime de venda</li> <li>- Modo de administração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Logótipo da farmacêutica</li> <li>- Forma farmacêutica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Logótipo de medicamento genérico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regime de venda</li> <li>- Excipientes</li> <li>- Modo de conservação</li> <li>- Modo de administração</li> <li>- N.º de registo no Infarmed</li> <li>- Nome e contactos da farmacêutica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- N.º de registo no Infarmed</li> <li>- Nome da farmacêutica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Composição</li> <li>- N.º de registo no Infarmed</li> <li>- Indicações</li> <li>- Posologia</li> <li>- Regime de venda</li> <li>- Advertências</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- N.º de registo</li> <li>- Nome da farmacêutica</li> </ul>
<b>Face inferior</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Informações sobre o titular da autorização (farmacêutica)</li> <li>- N.º de registo no Infarmed</li> <li>- Código de barras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Validade / lote / - PVP</li> <li>- Código de barras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome da farmacêutica</li> <li>- Informações sobre o titular da autorização</li> <li>- N.º de registo no Infarmed</li> <li>- Código de barras</li> <li>- Regime de venda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Nome da farmacêutica</li> <li>- Informações sobre o titular da autorização</li> <li>- Código de barras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do titular da A.I.M.</li> <li>- Contactos</li> <li>- N.º de registo no Infarmed</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Logótipo de medicamento genérico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Indicações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Composição</li> <li>- Via de administração</li> <li>- Advertências</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Nome do medicamento</li> <li>- Composição</li> <li>- Forma farmacêutica</li> <li>- Titular de A.I.M. (nome da farmacêutica)</li> <li>- Contactos da farmacêutica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Composição</li> <li>- Via de administração</li> <li>- Indicações e posologia</li> <li>- Advertências</li> <li>- Conservação</li> </ul>



<b>Lateral esquerda</b>	- Validade - Lote	- Nome do medicamento - Composição - Forma farmacêutica	Validade Lote	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica	Composição Modo e via de administração Advertências Modo de conservação Regime de venda	Composição Forma farmacêutica Logótipo de medicamento genérico	Validade Lote	Validade Lote	Nome do medicamento Composição Forma farmacêutica	n. i.
<b>Lateral direita</b>	- Nome do medicamento - Composição - Forma farmacêutica	- Nome do medicamento - Composição - Forma farmacêutica	- Nome do medicamento - Composição - Forma farmacêutica	- Validade - Lote	- Validade - Lote - Código de barras - PVP	- Validade - Lote	- Nome do medicamento - Composição - Forma farmacêutica	- Nome do medicamento - Composição - Forma farmacêutica - Logótipos	- Validade - Lote	- Nome do medicamento - Composição Forma farmacêutica - Logótipo da farmacêutica

**Grelha de análise 11:** plano de texto de exemplares do género *rótulo de embalagem de medicamento*

	EM1	EM2	EM3	EM4	EM5	EM6	EM7	EM8	EM9	EM10
Frete	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe
Verso	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico
Face superior	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico Interativo Encaixe
Face inferior	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico
Lateral esquerda	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	n. i.
Lateral direita	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico Interativo Encaixe

**Grelha de análise 12:** plano de texto / tipos discursivos dos exemplares *rótulo de embalagem de medicamento*

		RT1	RT2	RT3	RT4	RT5	RT6	RT7	RT8	RT9	RT10
		<i>Lucky Strike</i>	<i>Chesterfield</i>	<i>John Player Special</i>	<i>Marlboro</i>	<i>LM</i>	<i>Rothmans</i>	<i>Ventil</i>	<i>Marlboro</i>	<i>Camel</i>	<i>Elixir</i>
Frente	Advertência	Fumar provoca ataques cardíacos	Fumar provoca 9 em cada 10 cânceros do pulmão	Fumar provoca obstrução das artérias	Fumar agrava o risco de impotência	Fumar provoca lesões nos seus dentes e gengivas	Fumar danifica os seus pulmões	O seu fumo prejudica os seus filhos, família e amigos	Os filhos de fumadores têm maior propensão para fumar	Deixe de fumar já – pense em quem gosta de si	Fumar pode matar o seu filho antes de ele nascer
	Contactos de apoio à cessação tabágica	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>
	Imagem Logótipo	Imagem Logótipo	Imagem Logótipo	Imagem Logótipo	Imagem Logótipo	Imagem Logótipo	Imagem Logótipo	Imagem Logótipo	Imagem Logótipo	Imagem Logótipo	Imagem Logótipo
Verso	Imagem Advertência	Fumar provoca ataques cardíacos	Fumar provoca 9 em cada 10 cânceros do pulmão	Fumar provoca obstrução das artérias	Fumar agrava o risco de impotência	Fumar provoca lesões nos seus dentes e gengivas	Fumar danifica os seus pulmões	Código de barras O seu fumo prejudica os seus filhos, família e amigos	Os filhos de fumadores têm maior propensão para fumar	Deixe de fumar já – pense em quem gosta de si	Fumar pode matar o seu filho antes de ele nascer
	Contactos de apoio à cessação tabágica	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>	Para deixar de fumar: 808 24 24 24 ou <a href="http://www.dgs.pt">www.dgs.pt</a>

Lateral esquerda	<b>Logótipos Mensagens informativas</b>	O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro	Fumar mata – Deixe já	Fumar mata – Deixe já	Fumar mata – Deixe já	Fumar mata – deixe já.	O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro.	Fumar mata – deixe já.	Fumar mata – deixe já.	O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro.	Fumar mata – deixe já.
Lateral direita	<b>Advertência Logótipo Símbolo ponto verde Fabrico Código de barras</b>	Fumar mata – Deixe já.	O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro	O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro	O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro	O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro	Fumar mata – Deixe já	O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro.	O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro.	Fumar mata – deixe já.	O fumo do tabaco contém mais de 70 substâncias causadoras de cancro.
Face superior	<b>Marca</b>	Logótipo da marca	Logótipo da marca	Logótipo da marca	Logótipo da marca	Logótipo da marca	Logótipo da marca	Logótipo da marca	Logótipo da marca	Logótipo da marca	Logótipo da marca
Face inferior	<b>Marca e preço</b>	Marca e preço	Marca e preço	Marca Preço Código de barras	Marca e preço	Marca e preço	Marca e preço	Marca e preço	Marca e preço	Marca e preço	Marca e preço

**Grelha de análise 13:** plano de texto dos exemplares *rótulo de embalagem de tabaco*

	<b>RT1</b>	<b>RT2</b>	<b>RT3</b>	<b>RT4</b>	<b>RT5</b>	<b>RT6</b>	<b>RT7</b>	<b>RT8</b>	<b>RT9</b>	<b>RT10</b>
	<i>Lucky Strike</i>	<i>Chesterfield</i>	<i>John Player Special</i>	<i>Marlboro</i>	<i>LM</i>	<i>Rothmans</i>	<i>Ventil</i>	<i>Marlboro</i>	<i>Camel</i>	<i>Elixir</i>
<b>Frente</b>	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe
<b>Verso</b>	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe
<b>Lateral esquerda</b>	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico Interativo Encaixe
<b>Lateral direita</b>	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico Interativo Encaixe	Teórico	Teórico	Teórico Interativo Encaixe	Teórico
<b>Face superior</b>	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.	n. i.
<b>Face inferior</b>	n. i.	n. i.	Teórico	n. i.	n. i.	n. i.	Teórico	n. i.	n. i.	n. i.

**Grelha de análise 14:** plano de texto / tipos discursivos dos exemplares do género *rótulo de embalagem de tabaco*

		PL1	PL2	PL3	PL4	PL5	PL6	PL7	PL8	PL9	PL10
<i>Perítexto</i>	<b>Logótipo (identificação do partido responsável pela proposta normativa)</b>	Partido Socialista	PAN	Partido Comunista	Partido Socialista	Partido Comunista	Partido Comunista	PAN	Partido Social Democrata	Partido Socialista	Partido Comunista
	<b>Título (identificação da proposta)</b>	<i>Projeto de Lei n.º 149 /XIII</i>	<i>Projeto de Lei n.º 424/XIII/2.ª</i>	<i>Projeto de Lei n.º 405/XIII/2.ª</i>	<i>Projeto de Lei n.º 155/XIII</i>	<i>Projeto de Lei n.º 142/XIII-1.ª</i>	<i>Projeto de Lei n.º 399/XIII/2.ª</i>	<i>Projeto de Lei n.º 409/XIII</i>	<i>Projeto de Lei n.º 421/XIII/2.ª</i>	<i>Projeto de Lei n.º 927/XII/4.ª</i>	<i>Projeto de Lei n.º 1029/XII 4.ª</i>
	<b>Resumo / preâmbulo (síntese dos objetivos da proposta)</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<b>Corpo do texto</b>	<b>Exposição de motivos</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
	<b>Proposta normativa (apresentação da proposta normativa)</b>	1.º- 5.º artigo	1.º- 3.º artigo	1.º- 3.º artigo	1.º- 7.º artigo	1.º artigo	1.º- 7.º artigo	1.º- 4.º artigo	Artigo único	1.º- 4.º artigo	1.º- 4.º artigo
<i>Perítexto</i>	<b>Local, data e assinaturas</b>	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

**Grelha de análise 15:** plano de texto dos exemplares do género *projeto de lei*

		PL1	PL2	PL3	PL4	PL5	PL6	PL7	PL8	PL9	PL10
<i>Peritexto</i>	<b>Logótipo (identificação do partido responsável pela proposta normativa)</b>	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo
	<b>Título (identificação da proposta)</b>	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico
	<b>Resumo (síntese dos objetivos da proposta)</b>	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico
<i>Corpo do texto</i>	<b>Exposição de motivos</b>	Teórico Misto interativo-teórico Misto narrativo-teórico	Teórico Interativo Misto interativo-teórico	Teórico	Teórico	Teórico Misto interativo-teórico	Teórico	Teórico Misto interativo-teórico	Teórico Misto interativo-teórico Misto narrativo-teórico	Teórico	Teórico
	<b>Proposta normativa (apresentação da proposta normativa)</b>	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico
<i>Peritexto</i>	<b>Local, data e assinaturas</b>	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo

**Grelha de análise 16:** plano de texto / tipos discursivos dos exemplares do género *projeto de lei*

		ED1	ED2	ED3	ED4	ED5	ED6	ED7	ED8	ED9	ED10
Perítexto	Identificação do edital	Autoridade Tributária e Aduaneira	Câmara Municipal de Lisboa Unidade de Coordenação territorial	Escola Superior de Comunicação Social	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	Instituto Superior Técnico	Câmara Municipal de Mafra	Município de Arganil	Município da Azambuja / Câmara Municipal	ISPGAYA / Instituto Superior Politécnico	Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
		Etiqueta <i>edital</i>	Etiqueta <i>edital</i>	Etiqueta <i>edital</i>	Etiqueta <i>edital</i>	Etiqueta <i>edital</i>	Etiqueta <i>edital</i>	Etiqueta <i>edital</i>	Etiqueta <i>edital</i>	Etiqueta <i>edital</i>	Etiqueta <i>edital</i>
		Outras informações	Objeto do edital	Objeto do edital				Objeto do edital	N.º de edital	Objeto do edital	N.º de processo
Corpo do texto	Corpo do edital	Abertura	Notificação		Abertura	Abertura	Abertura	Abertura	Abertura	Abertura	Abertura
		Notificação	Determinações		Determinações	Determinações	Notificação	Determinações	Ordem de trabalhos	Avaliação de capacidade	Determinações
										Classificação da avaliação de capacidade	
										Documentação para inscrição	
										Preçário	
Perítexto	Fecho	Local, data, assinatura	Local, data, assinatura	Local, data, assinatura	Local, data, assinatura	—	Local, data, assinatura	Local, data, assinatura	Local, data, assinatura	Local, data, assinatura	Local, data, assinatura
		Endereço e contactos		Endereço e contactos	Endereço e contactos						

**Grelha de análise 17:** plano de texto dos exemplares do género *edital*



		ED1	ED2	ED3	ED4	ED5	ED6	ED7	ED8	ED9	ED10
Peritexto	Identificação do edital	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo
		Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico
Corpo do texto	Corpo do edital	Misto narrativo-teórico	Teórico	Teórico Narração	Teórico	Teórico	Teórico	Misto narrativo-teórico	Teórico	Teórico	Narração
		Teórico Narração  Misto narrativo-teórico	Misto narrativo-teórico		Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico	Teórico Narração  Misto narrativo-teórico
										Teórico	
										Misto narrativo-teórico	
										Teórico	
Peritexto	Fecho	Interativo Teórico	Interativo	Interativo Teórico	Interativo Teórico	n. i.	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo	Interativo

**Grelha de análise 18:** plano de texto / tipos discursivos dos exemplares do género *edital*

#### **Anexo 4. Variáveis, frequências e tabelas de contingência**

## 1. Variáveis

**Quadro 1:** variáveis (siglas, posição, descritivo e tipo de escala); extraído do SPSS

<i>Variable</i>	<i>Position</i>	<i>Label</i>	<i>Measurement Level</i>
N_Texto	1	Número de textos	Ordinal
Género	2	Gêneros de texto	Nominal
AT_L	3	Atividade legislativa	Nominal
AT_ACD	4	Atividade da área científica: Direito	Nominal
AT_ACF	5	Atividade da área científica: Ciências Farmacêuticas/Farmácia	Nominal
AT_ACL	6	Atividade da área científica: Linguística	Nominal
AT_ACCA	7	Atividade da área científica: Ciências Agrárias	Nominal
AT_AI	8	Atividade académica: investigação	Nominal
AT_C	9	Atividade comercial	Nominal
AT_E	10	Atividade editorial	Nominal
AT_IND_F	11	Atividade industrial: farmacêutica	Nominal
AT_IND_T	12	Atividade industrial: tabaqueira	Nominal
AT_P	13	Atividade política	Nominal
AT_G	14	Atividade governativa	Nominal
AT_AD	15	Atividade administrativa	Nominal
AT_OAT	16	Outras atividades	Nominal
PT_C	17	Plano de texto convencional	Nominal
PT_SC	18	Plano de texto semiconvencional	Nominal
PT_FC	19	Plano de texto: forma convencional	Nominal
PT_CC	20	Plano de texto: conteúdo convencional	Nominal
TD_I	21	Tipos discursivos: interativo	Nominal
TD_T	22	Tipos discursivos: teórico	Nominal
TD_RI	23	Tipos discursivos: relato interativo	Nominal
TD_N	24	Tipos discursivos: narração	Nominal
TD_AE	25	Tipos discursivos: encaixe	Nominal
TD_AF	26	Tipos discursivos: fusão	Nominal
Misto_IT	27	Tipo misto interativo-teórico	Nominal
Misto_NT	28	Tipo misto narrativo-teórico	Nominal

Misto_RT	29	Tipo misto relato interativo-teórico	Nominal
I_S	30	Interativo secundário	Nominal
R_S	31	Relato interativo secundário	Nominal

**Quadro 2:** variáveis (valores); extraído do SPSS

Variable Values		
Value		Label
Género	1	Artigo científico
	2	Póster científico
	3	Chamada de trabalhos
	4	Bula de medicamento
	5	Rótulo de embalagem de medicamento
	6	Rótulo de embalagem de tabaco
	7	Projeto de lei
	8	Editais
AT_L	1	sim
	2	Não
AT_ACD	1	sim
	2	Não
AT_ACF	1	sim
	2	Não
AT_ACL	1	sim
	2	Não
AT_ACCA	1	sim
	2	Não
AT_AI	1	sim
	2	Não
AT_C	1	sim
	2	Não
AT_E	1	sim
	2	Não
AT_IND_F	1	sim
	2	Não
AT_IND_T	1	sim
	2	Não
AT_P	1	sim

	2	Não
AT_G	1	sim
	2	Não
AT_AD	1	sim
	2	Não
PT_C	1	Sim
	2	Não
PT_SC	1	Sim
	2	Não
PT_FC	1	Sim
	2	Não
PT_CC	1	Sim
	2	Não
TD_I	1	Sim
	2	Não
TD_T	1	Sim
	2	Não
TD_RI	1	Sim
	2	Não
TD_N	1	Sim
TD_AE	1	Sim
	2	Não
TD_AF	1	Sim
	2	Não
Misto_IT	1	Sim
	2	Não
Misto_NT	1	Sim
	2	Não
Misto_RT	1	sim
	2	Não
I_S	1	Sim
	2	Não
R_S	1	Sim
	2	Não

## 2. Tabelas de frequência

Atividade legislativa					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	50	62,5	62,5	62,5
	Não	30	37,5	37,5	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 1:** atividade legislativa; extraída do SPSS

Atividade da área científica: Direito					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	5	6,3	6,3	6,3
	Não	75	93,8	93,8	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 2:** atividade da área científica (Direito); extraída do SPSS

Atividade da área científica: Ciências Farmacêuticas/Farmácia					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	25	31,3	31,3	31,3
	Não	55	68,8	68,8	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 3:** atividade da área científica (Ciências Farmacêuticas);  
extraída do SPSS

**Atividade da área científica: Linguística**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	8	10,0	10,0	10,0
Não	72	90,0	90,0	100,0
Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 4:** atividade da área científica (Linguística); extraída do SPSS

**Atividade da área científica: Ciências Agrárias**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	5	6,3	6,3	6,3
Não	75	93,8	93,8	100,0
Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 5:** atividade da área científica (Ciências Agrárias); extraída do SPSS

**Atividade acadêmica: investigação**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	30	37,5	37,5	37,5
Não	50	62,5	62,5	100,0
Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 6:** atividade acadêmica (investigação); extraída do SPSS

**Atividade comercial**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	30	37,5	37,5	37,5
Não	50	62,5	62,5	100,0
Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 7:** atividade comercial; extraída do SPSS

**Atividade editorial**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	10	12,5	12,5	12,5
	Não	70	87,5	87,5	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 8:** atividade editorial; extraída do SPSS

**Atividade industrial: farmacêutica**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	20	25,0	25,0	25,0
	Não	60	75,0	75,0	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 9:** atividade industrial (farmacêutica); extraída do SPSS

**Atividade industrial: tabaqueira**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	10	12,5	12,5	12,5
	Não	70	87,5	87,5	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 10:** atividade industrial (tabaqueira); extraída do SPSS

**Atividade política**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	10	12,5	12,5	12,5
	Não	70	87,5	87,5	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 11:** atividade política; extraída do SPSS



**Atividade governativa**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	10	12,5	12,5	12,5
	Não	70	87,5	87,5	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 12:** atividade governativa; extraída do SPSS

**Atividade administrativa**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	20	25,0	25,0	25,0
	Não	60	75,0	75,0	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 13:** atividade administrativa; extraída do SPSS

**Outras atividades**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	20	25,0	25,0	25,0
	Não	60	75,0	75,0	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 14:** outras atividades; extraída do SPSS

**Plano de texto convencional**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	40	50,0	50,0	50,0
	Não	40	50,0	50,0	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 15:** plano de texto convencional; extraída do SPSS

**Plano de texto semiconvencional**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	40	50,0	50,0	50,0
	Não	40	50,0	50,0	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 16:** plano de texto semiconvencional; extraída do SPSS**Plano de texto: forma convencional**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	40	50,0	50,0	50,0
	Não	40	50,0	50,0	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 17:** plano de texto: forma convencional; extraída do SPSS**Plano de texto: conteúdo convencional**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	30	37,5	37,5	37,5
	Não	50	62,5	62,5	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 18:** plano de texto conteúdo convencional; extraída do SPSS**Tipos discursivos: interativo**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	76	95,0	95,0	95,0
	Não	4	5,0	5,0	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 19:** tipos discursivos (interativo); extraída do SPSS

**Tipos discursivos: teórico**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	80	100,0	100,0	100,0

**Tabela de frequência 20:** tipos discursivos (teórico); extraída do SPSS

**Tipos discursivos: relato interativo**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	3	3,8	3,8	3,8
Valid Não	77	96,3	96,3	100,0
Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 21:** tipos discursivos (relato interativo); extraída do SPSS

**Tipos discursivos: narração**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	45	56,3	56,3	56,3
Valid 2	35	43,8	43,8	100,0
Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 22:** tipos discursivos (narração); extraída do SPSS

**Tipos discursivos: encaixe**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	80	100,0	100,0	100,0

**Tabela de frequência 23:** tipos discursivos (encaixe); extraída do SPSS

**Tipos discursivos: fusão**

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	27	33,8	33,8	33,8
Valid Não	53	66,3	66,3	100,0
Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 24:** tipos discursivos (fusão); extraída do SPSS

**Tipo misto interativo-teórico**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	21,3	21,3	21,3
	Não	63	78,8	78,8	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 25:** tipo misto interativo-teórico; extraída do SPSS**Tipo misto narrativo-teórico**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	17	21,3	21,3	21,3
	Não	63	78,8	78,8	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 26:** tipo misto narrativo-teórico; extraída do SPSS**Tipo misto relato interativo-teórico**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	1	1,3	1,3	1,3
	Não	79	98,8	98,8	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 27:** tipo misto relato interativo-teórico; extraída do SPSS**Interativo secundário**

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	2	2,5	2,5	2,5
	Não	78	97,5	97,5	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 28:** tipo interativo secundário; extraída do SPSS

Relato interativo secundário					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Sim	1	1,3	1,3	1,3
	Não	79	98,8	98,8	100,0
	Total	80	100,0	100,0	

**Tabela de frequência 29:** tipo relato interativo secundário; extraída do SPSS

### 3. Tabelas de contingência e gráficos de barras

Gêneros de texto \* Atividade legislativa Crosstabulation

Count		Atividade legislativa		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Póster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	10	0	10
	Projeto de lei	10	0	10
	Edital	10	0	10
Total		50	30	80

Tabela de contingência 1: gêneros de texto e atividade legislativa; extraída do SPSS

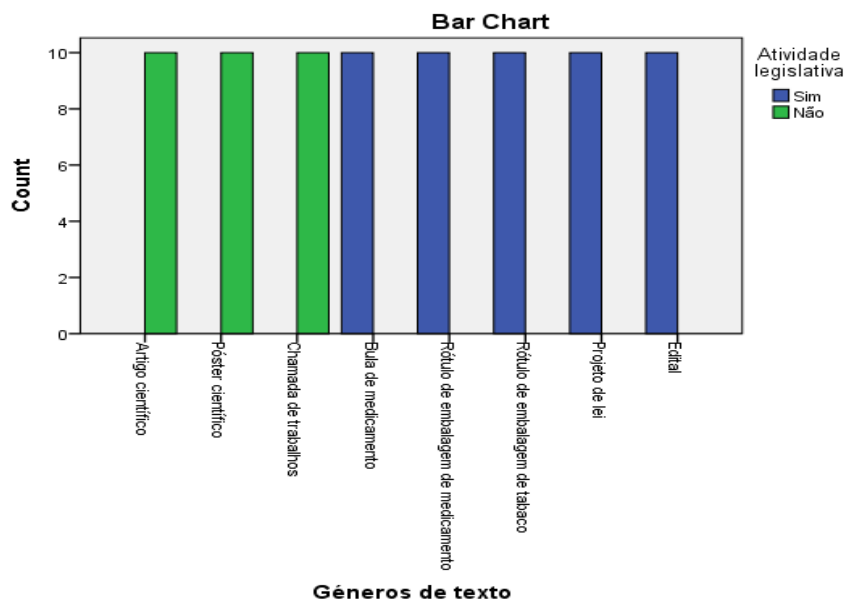
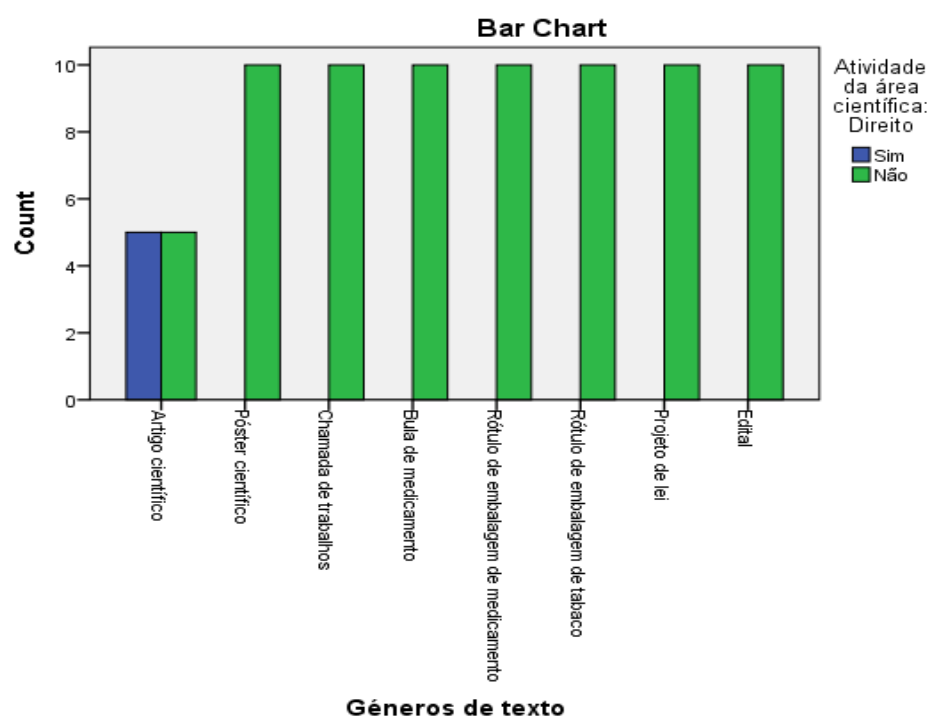


Gráfico de barras 1: gêneros de texto e atividade legislativa; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Atividade da área científica: Direito Crosstabulation**

Count		Atividade da área científica: Direito		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	5	5	10
	Póster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Editais	0	10	10
Total		5	75	80

**Tabela de contingência 2:** gêneros de texto e atividade da área científica (Direito); extraída do SPSS

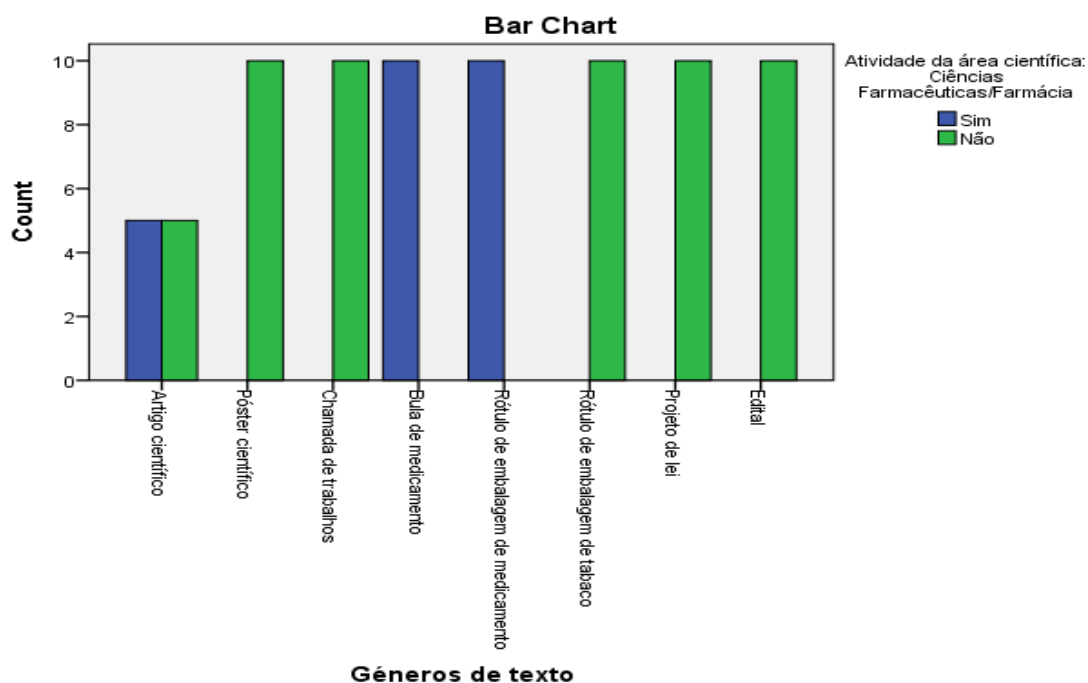


**Gráfico de barras 2:** gêneros de texto e atividade da área científica (Direito); extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Atividade da área científica: Ciências Farmacêuticas/Farmácia Crosstabulation**

Count		Atividade da área científica: Ciências Farmacêuticas/Farmácia		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	5	5	10
	Pôster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Editais	0	10	10
Total		25	55	80

**Tabela de contingência 3:** gêneros de texto e atividade da área científica (Ciências farmacêuticas); extraída do SPSS



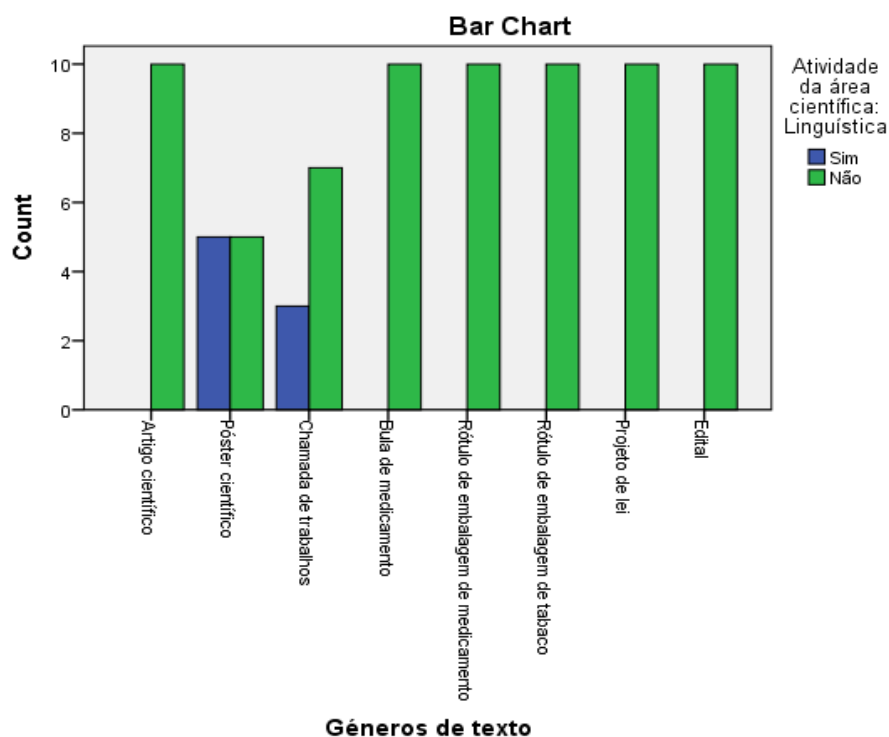
**Gráfico de barras 3:** gêneros de texto e atividade da área científica (Ciências farmacêuticas); extraído do SPSS



**Gêneros de texto \* Atividade da área científica: Linguística Crosstabulation**

Count		Atividade da área científica:		Total
		Linguística		
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Póster científico	5	5	10
	Chamada de trabalhos	3	7	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Edital	0	10	10
Total		8	72	80

**Tabela de contingência 4:** gêneros de texto e atividade da área científica (Linguística); extraída do SPSS

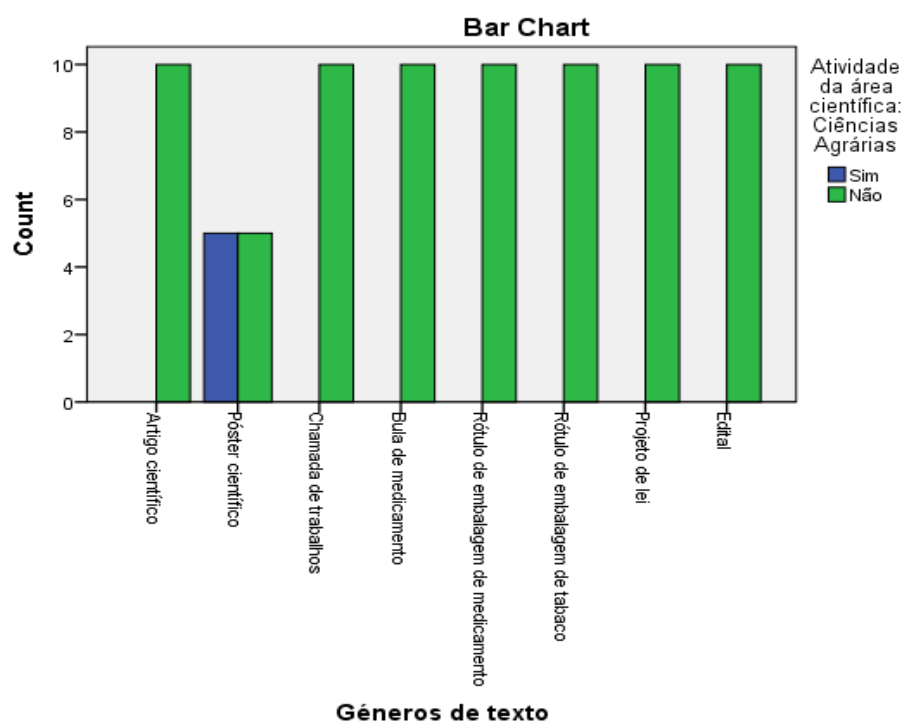


**Gráfico 4:** gêneros de texto e atividade da área científica (Linguística); extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Atividade da área científica: Ciências Agrárias Crosstabulation**

Count		Atividade da área científica: Ciências		Total
		Agrárias		
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Póster científico	5	5	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Editais	0	10	10
Total		5	75	80

**Tabela de contingência 5:** gêneros de texto e atividade da área científica (Ciências Agrárias); extraída do SPSS

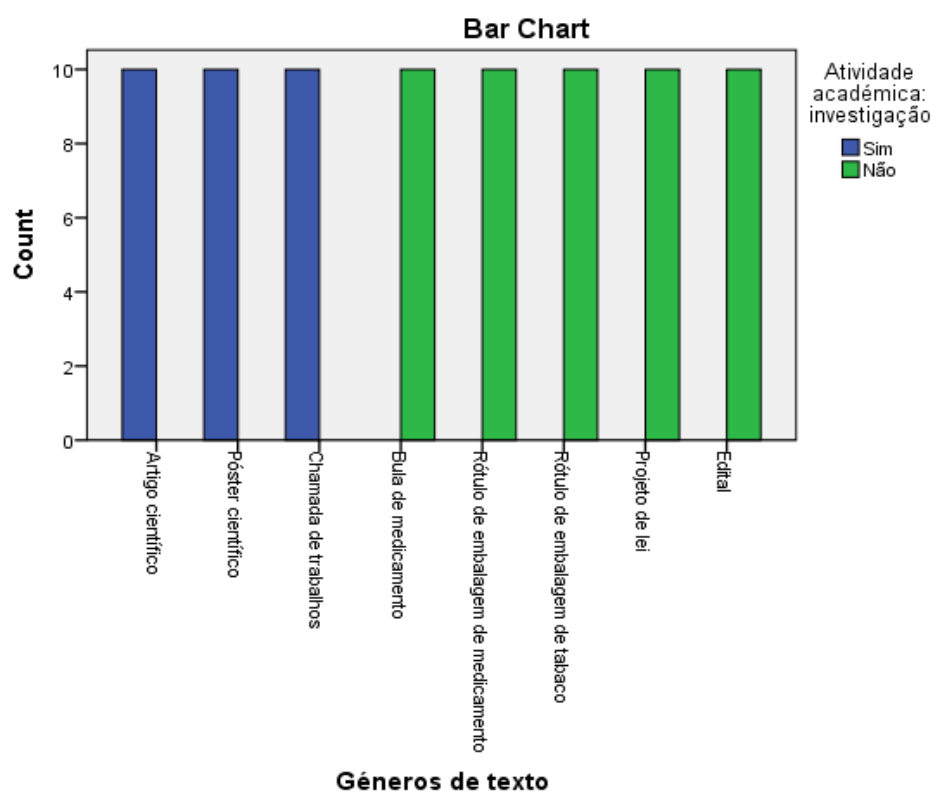


**Gráfico 5:** gêneros de texto e atividade da área científica (Ciências agrárias); extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Atividade acadêmica: investigação Crosstabulation**

Count		Atividade acadêmica: investigação		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	10	0	10
	Póster científico	10	0	10
	Chamada de trabalhos	10	0	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Editais	0	10	10
Total		30	50	80

**Tabela de contingência 6:** gêneros de texto e atividade acadêmica (investigação); extraída do SPSS

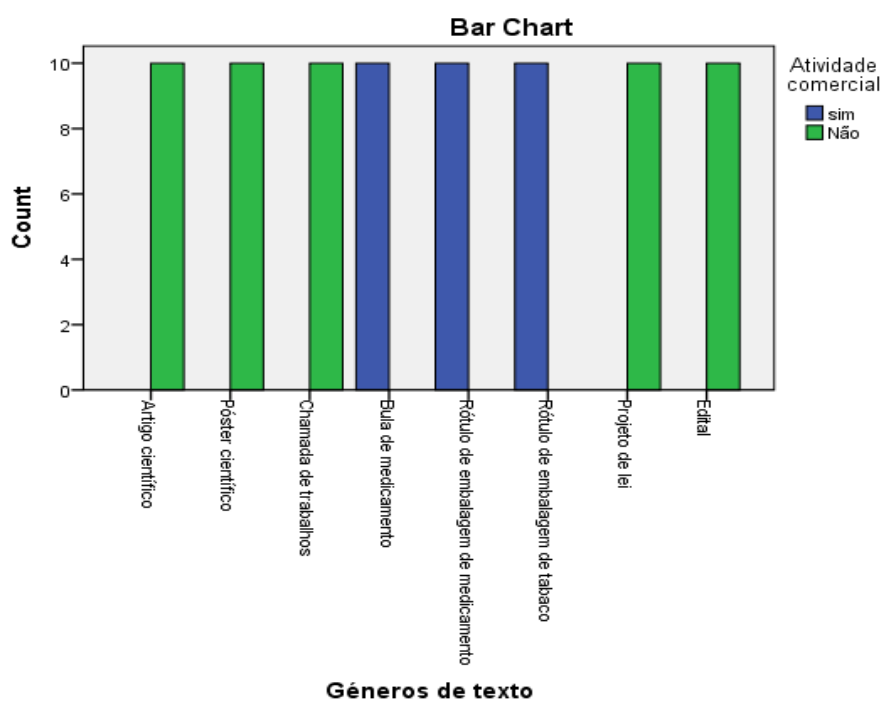


**Gráfico 6:** gêneros de texto e atividade acadêmica (investigação); extraído do SPSS

### Gêneros de texto \* Atividade comercial Crosstabulation

Count		Atividade comercial		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Póster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	10	0	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Editais	0	10	10
Total		30	50	80

**Tabela de contingência 7:** gêneros de texto e atividade comercial; extraída do SPSS

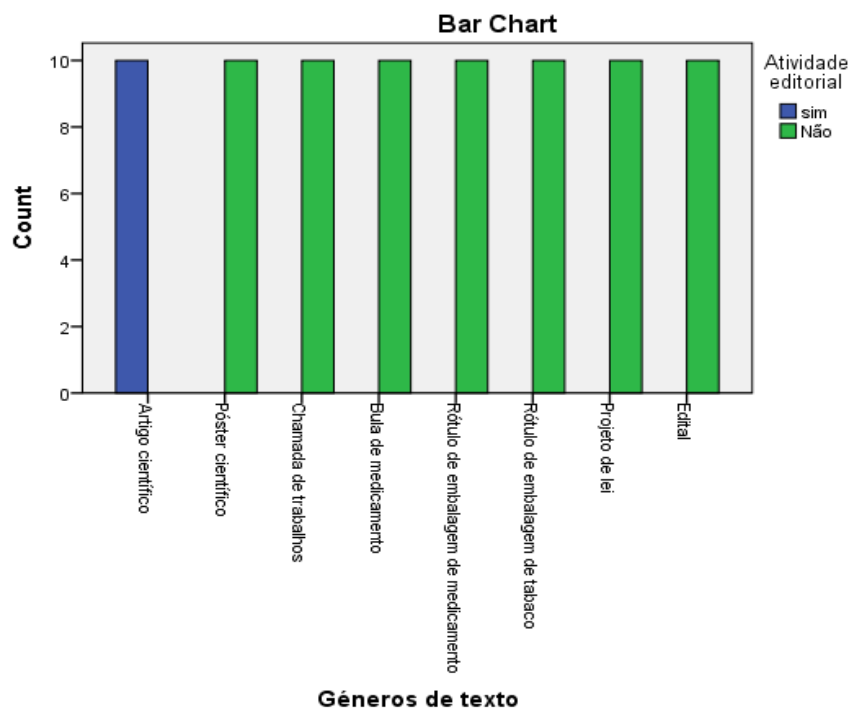


**Gráfico 7:** gêneros de texto e atividade comercial; extraído do SPSS

### Gêneros de texto \* Atividade editorial Crosstabulation

Count		Atividade editorial		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	10	0	10
	Póster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Editais	0	10	10
Total		10	70	80

**Tabela de contingência 8:** gêneros de texto e atividade editorial; extraída do SPSS

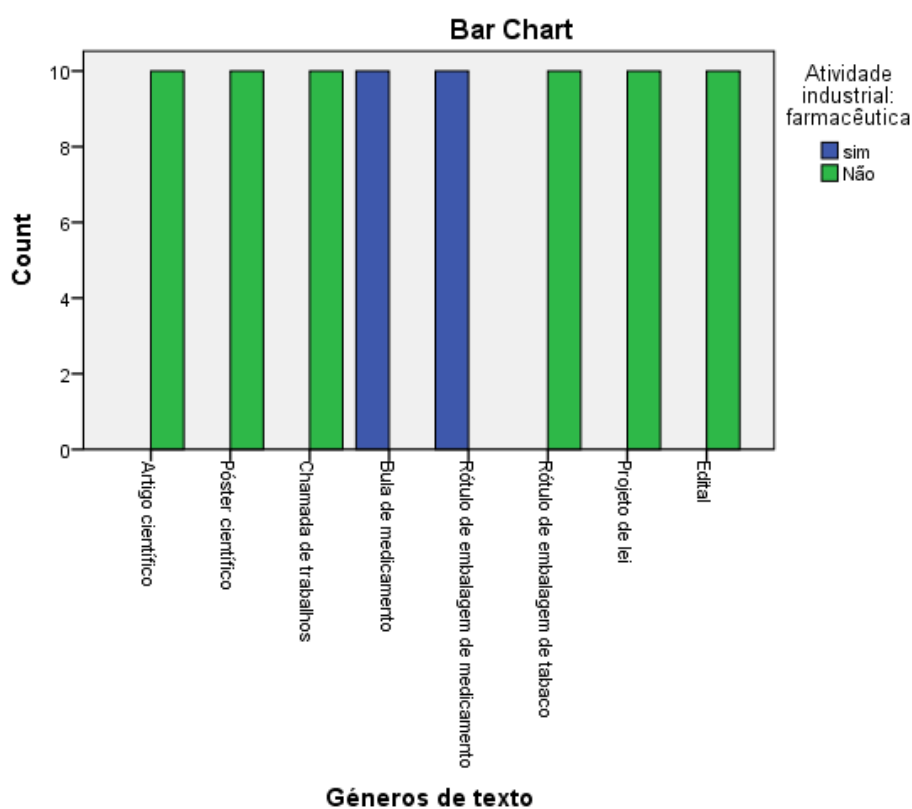


**Gráfico 8:** gêneros de texto e atividade editorial; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Atividade industrial: farmacêutica Crosstabulation**

Count		Atividade industrial: farmacêutica		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Pôster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Editais	0	10	10
Total		20	60	80

**Tabela de contingência 9:** gêneros de texto e atividade industrial (farmacêutica); extraída do SPSS

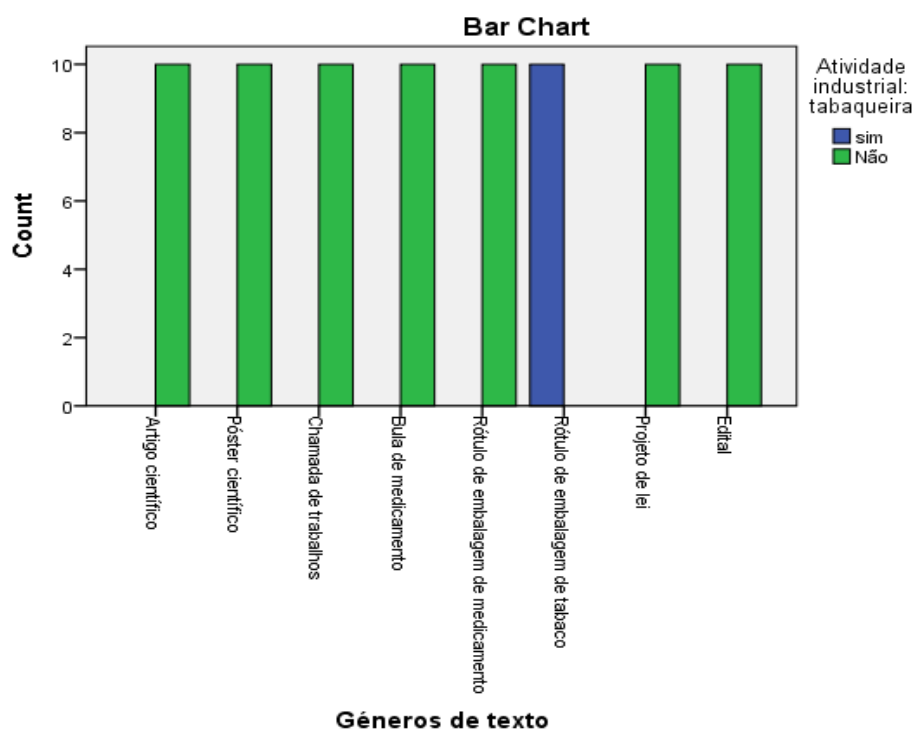


**Gráfico 9:** gêneros de texto e atividade industrial (farmacêutica); extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Atividade industrial: tabaqueira Crosstabulation**

Count		Atividade industrial: tabaqueira		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Pôster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	10	0	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Editais	0	10	10
Total		10	70	80

**Tabela de contingência 10:** gêneros de texto e atividade industrial (tabaqueira); extraída do SPSS

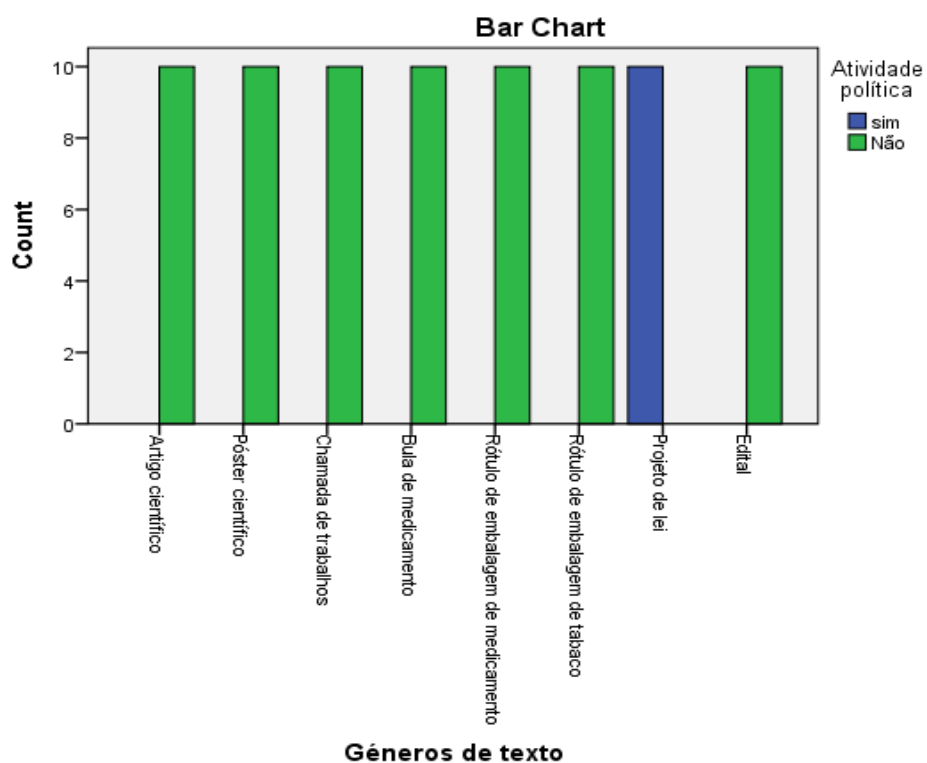


**Gráfico 10:** gêneros de texto e atividade industrial (tabaqueira); extraído do SPSS

### Gêneros de texto \* Atividade política Crosstabulation

Count		Atividade política		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Póster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	10	0	10
	Editais	0	10	10
Total		10	70	80

**Tabela de contingência 11:** gêneros de texto e atividade política; extraída do SPSS



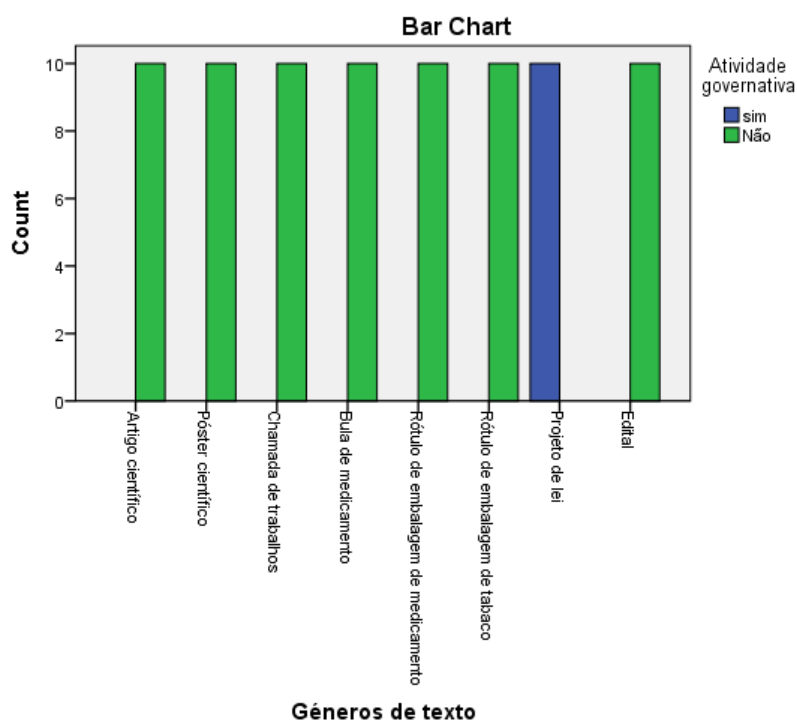
**Gráfico 11:** gêneros de texto e atividade política; extraído do SPSS



### Gêneros de texto \* Atividade governativa Crosstabulation

Count		Atividade governativa		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Pôster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	10	0	10
	Edital	0	10	10
Total		10	70	80

**Tabela de contingência 12:** gêneros de texto e atividade governativa; extraída do SPSS

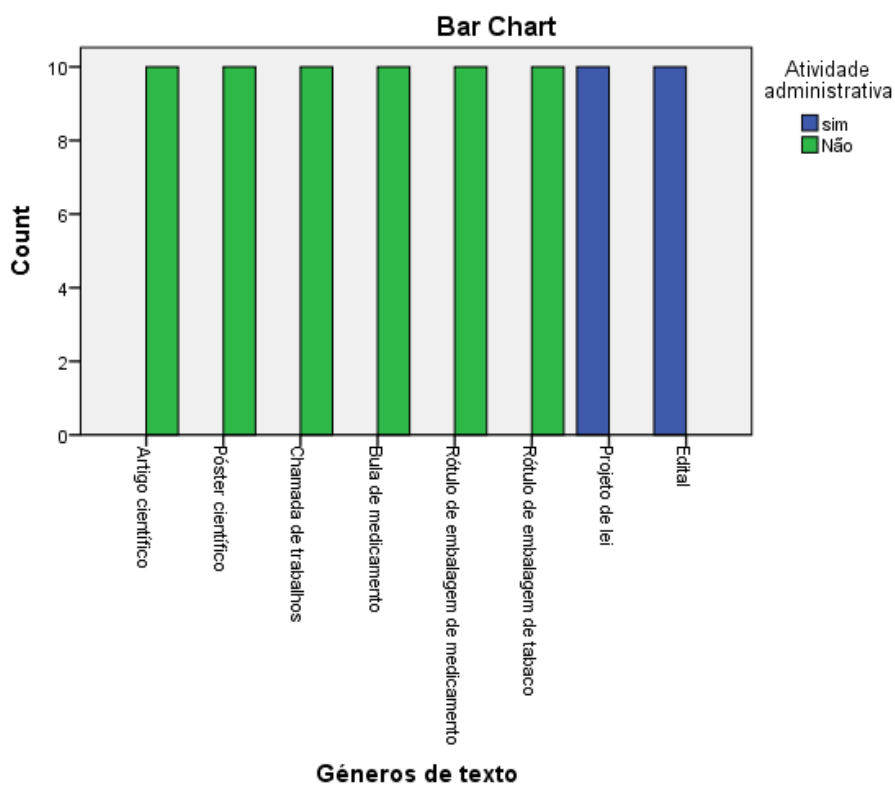


**Gráfico 12:** gêneros de texto e atividade governativa; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Atividade administrativa Crosstabulation**

Count		Atividade administrativa		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Pôster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	10	0	10
	Edital	10	0	10
Total		20	60	80

**Tabela de contingência 13:** gêneros de texto e atividade administrativa; extraída do SPSS

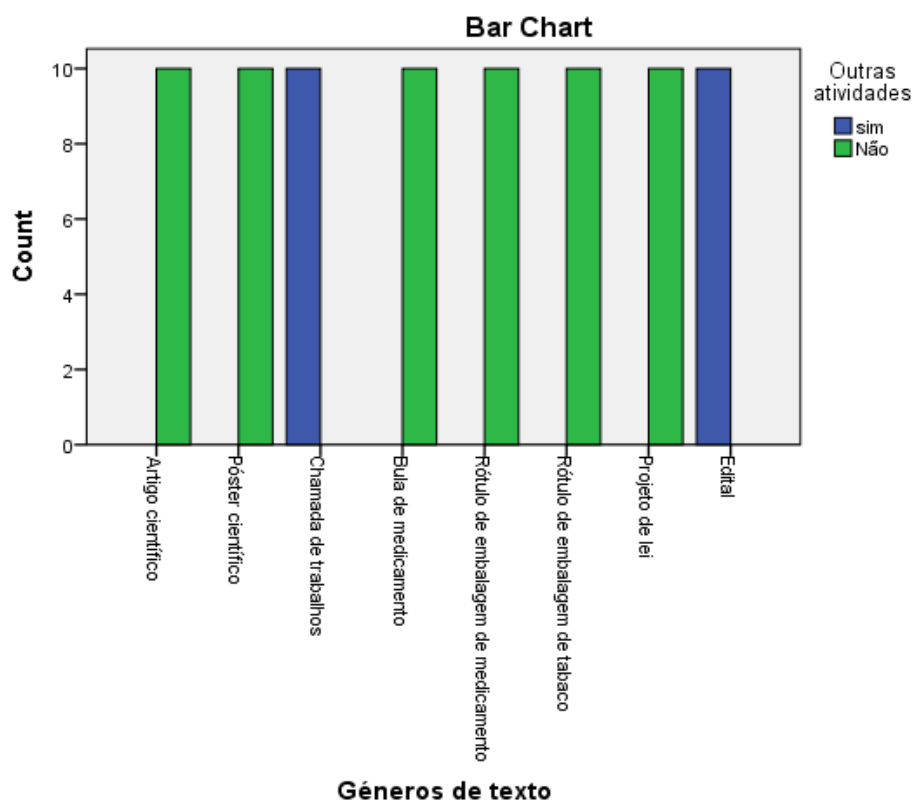


**Gráfico 13:** gêneros de texto e atividade administrativa; extraído do SPSS

### Gêneros de texto \* Outras atividades Crosstabulation

Count		Outras atividades		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Póster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	7	0	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Editais	10	0	10
Total		20	60	80

**Tabela de contingência 14:** gêneros de texto e outras atividades; extraída do SPSS

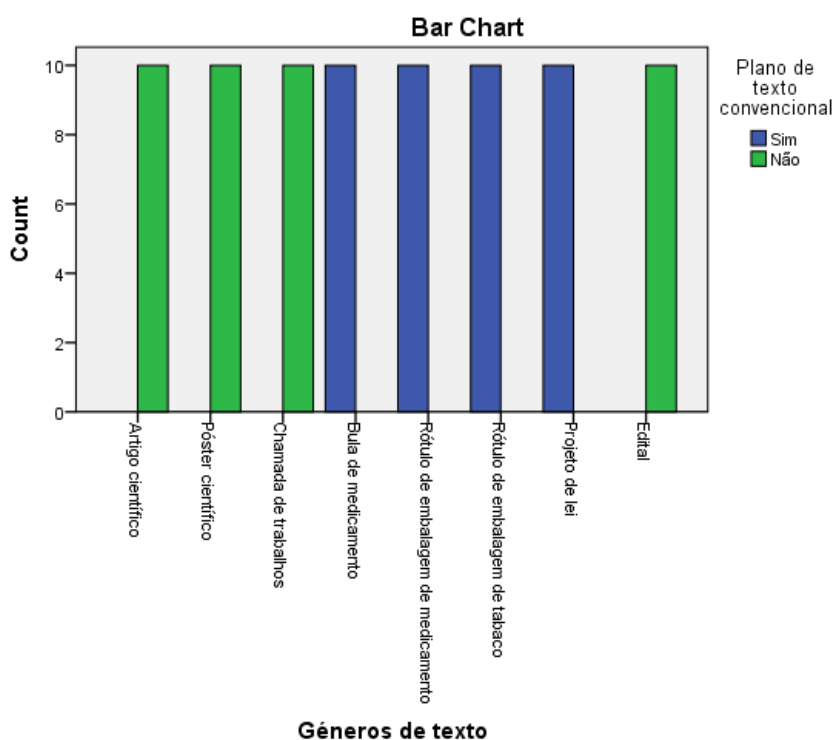


**Gráfico 14:** gêneros de texto e outras atividades; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Plano de texto convencional Crosstabulation**

Count		Plano de texto convencional		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Póster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	10	0	10
	Projeto de lei	10	0	10
	Edital	0	10	10
Total		40	40	80

**Tabela de contingência 15:** gêneros e plano de texto convencional; extraída do SPSS

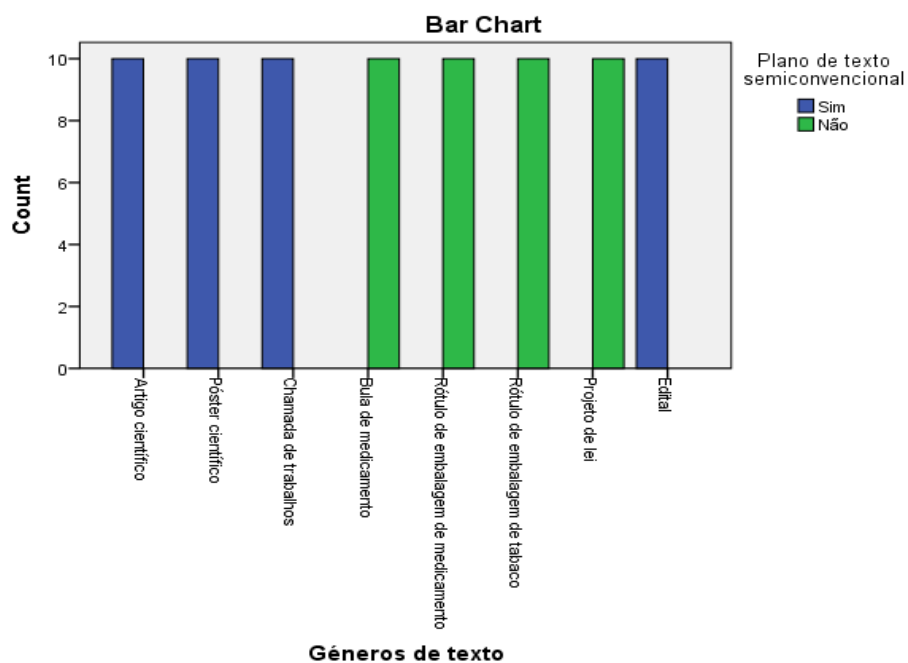


**Gráfico 15:** gêneros e plano de texto convencional; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Plano de texto semiconvencional Crosstabulation**

Count		Plano de texto semiconvencional		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	10	0	10
	Póster científico	10	0	10
	Chamada de trabalhos	10	0	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Editais	10	0	10
Total		40	40	80

**Tabela de contingência 16:** gêneros e plano de texto semiconvencional; extraída do SPSS

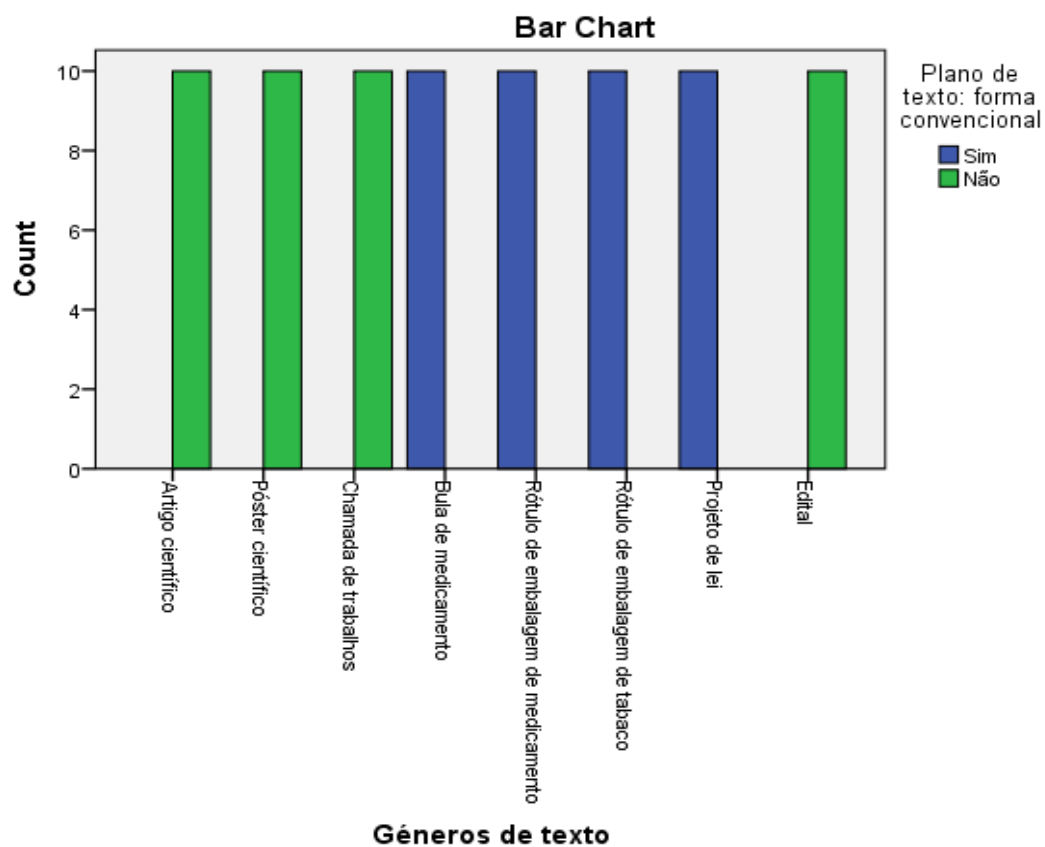


**Gráfico 16:** gêneros e plano de texto semiconvencional; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Plano de texto: forma convencional Crosstabulation**

Count		Plano de texto: forma convencional		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Póster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	10	0	10
	Projeto de lei	10	0	10
	Editais	0	10	10
Total		40	40	80

**Tabela de contingência 17:** gêneros e plano de texto: forma convencional; extraída do SPSS

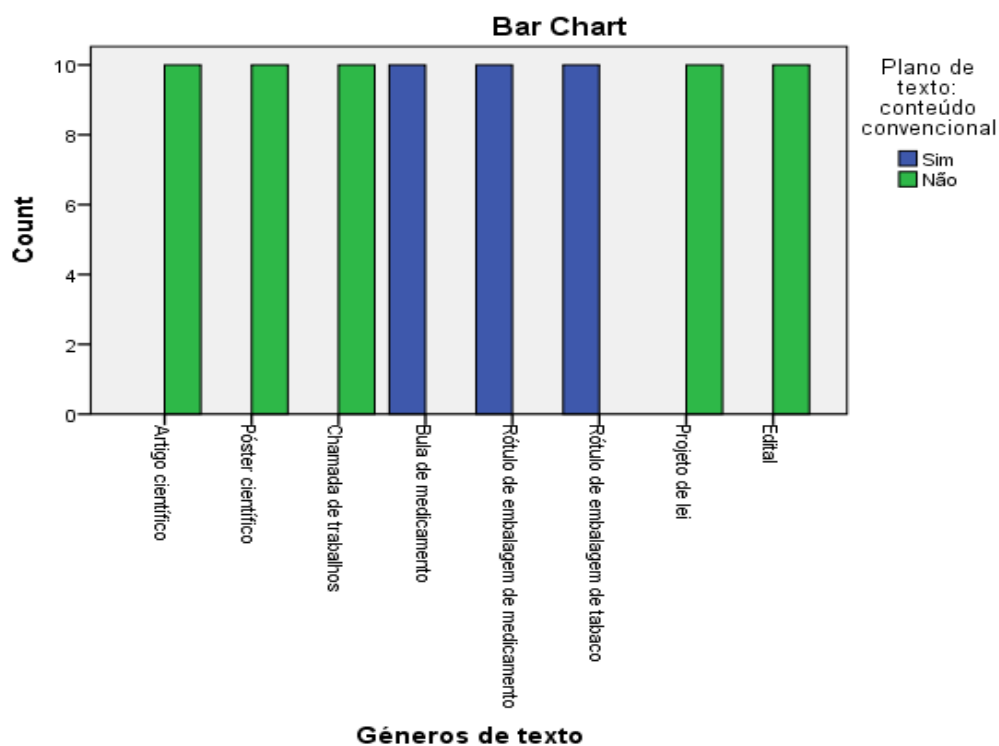


**Gráfico 17:** gêneros e plano de texto: forma convencional; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Plano de texto: conteúdo convencional Crosstabulation**

Count		Plano de texto: conteúdo convencional		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Póster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	10	0	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Editais	0	10	10
Total		30	50	80

**Tabela de contingência 18:** gêneros e plano de texto: conteúdo convencional; extraída do SPSS

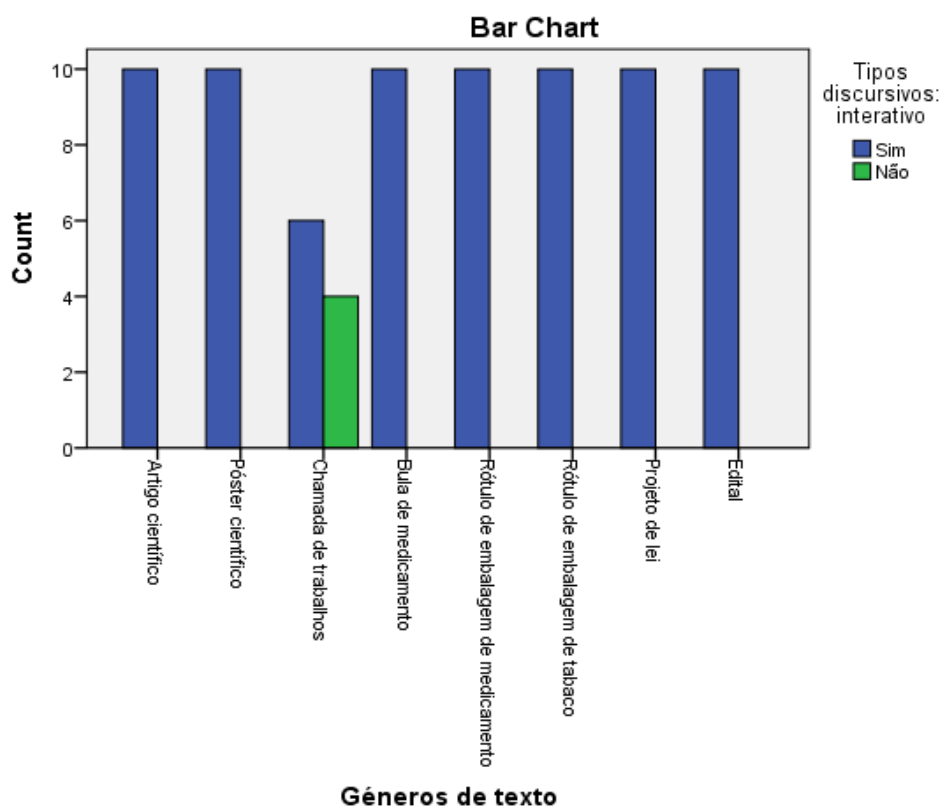


**Gráfico 18:** gêneros e plano de texto: conteúdo convencional; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Tipos discursivos: interativo Crosstabulation**

Count		Tipos discursivos: interativo		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	10	0	10
	Póster científico	10	0	10
	Chamada de trabalhos	6	4	10
	Bula de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	10	0	10
	Projeto de lei	10	0	10
	Edital	10	0	10
Total		76	4	80

**Tabela de contingência 19:** gêneros e tipos discursivos: interativo; extraída do SPSS



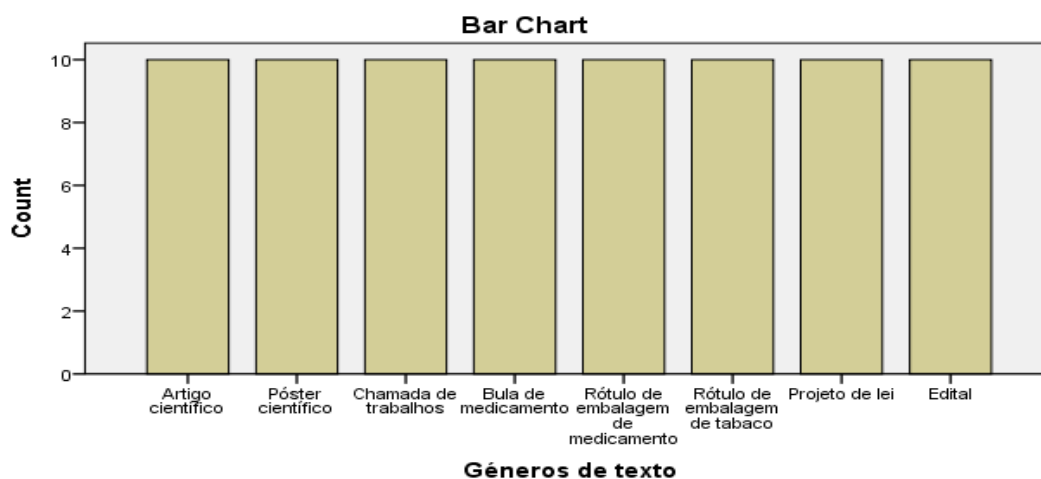
**Gráfico 19:** gêneros e tipos discursivos: interativo; extraído do SPSS



**Gêneros de texto \* Tipos discursivos: teórico Crosstabulation**

Count		Tipos discursivos: teórico	Total
		Sim	
Gêneros de texto	Artigo científico	10	10
	Pôster científico	10	10
	Chamada de trabalhos	10	10
	Bula de medicamento	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	10	10
	Projeto de lei	10	10
	Edital	10	10
Total		80	80

**Tabela de contingência 20:** gêneros e tipos discursivos: teórico; extraída do SPSS

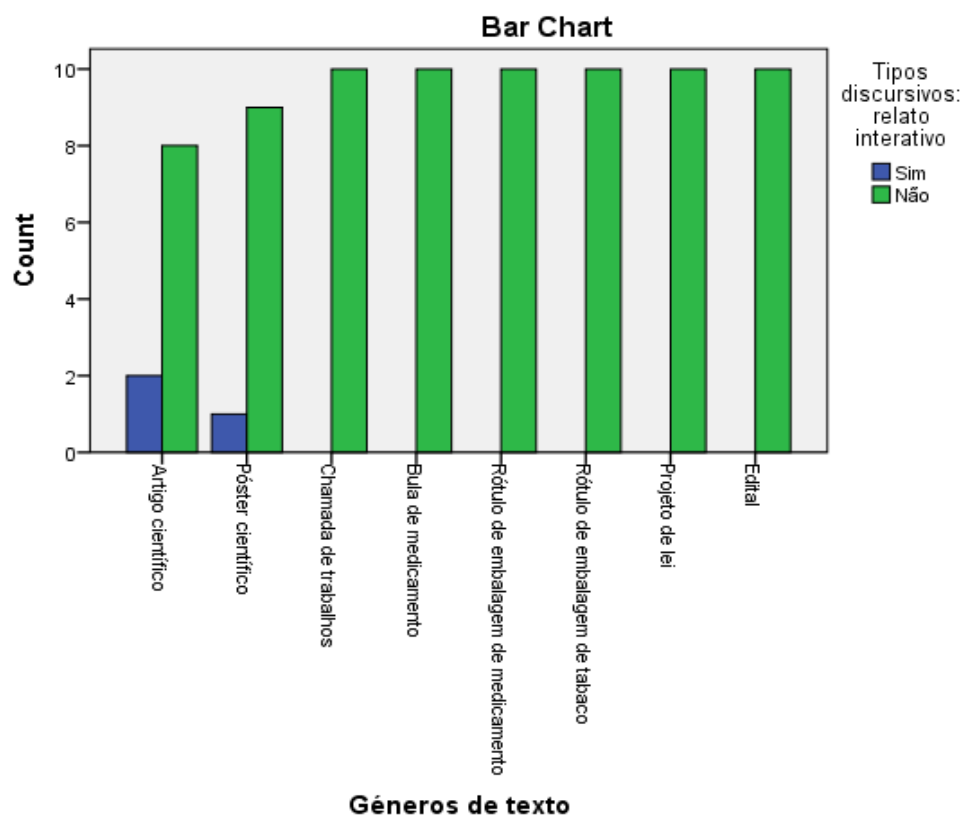


**Gráfico 20:** gêneros e tipos discursivos: teórico; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Tipos discursivos: relato interativo Crosstabulation**

Count		Tipos discursivos: relato interativo		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	2	8	10
	Póster científico	1	9	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Editais	0	10	10
Total		3	77	80

**Tabela de contingência 21:** gêneros e tipos discursivos: relato interativo; extraída do SPSS

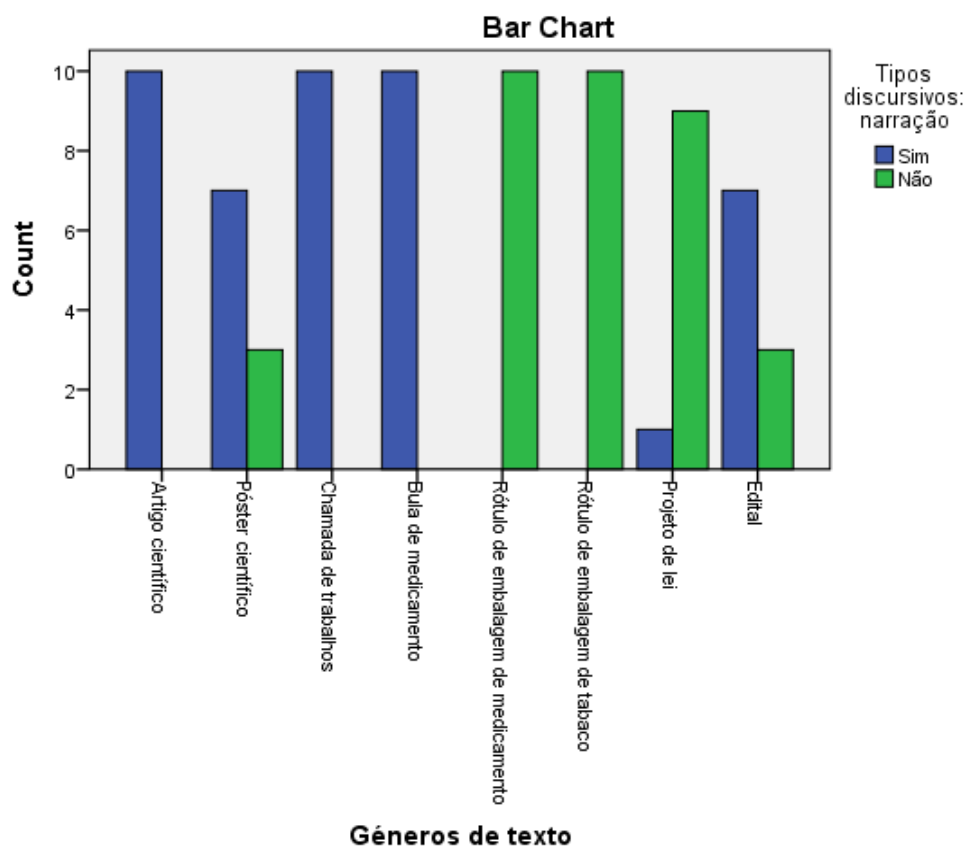


**Gráfico 21:** gêneros e tipos discursivos: relato interativo; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Tipos discursivos: narração Crosstabulation**

Count		Tipos discursivos: narração		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	10	0	10
	Póster científico	7	3	10
	Chamada de trabalhos	10	0	10
	Bula de medicamento	10	0	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	1	9	10
	Edital	7	3	10
Total		45	35	80

**Tabela de contingência 22:** gêneros e tipos discursivos: narração; extraída do SPSS

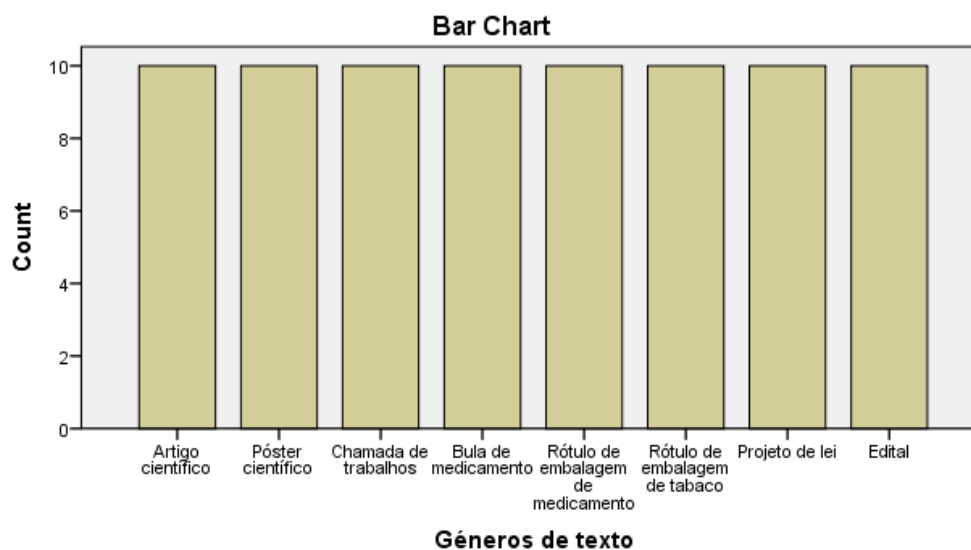


**Gráfico 22:** gêneros e tipos discursivos: narração; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Tipos discursivos: encaixe Crosstabulation**

Count		Tipos discursivos: encaixe	Total
		Sim	
Gêneros de texto	Artigo científico	10	10
	Pôster científico	10	10
	Chamada de trabalhos	10	10
	Bula de medicamento	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	10	10
	Projeto de lei	10	10
	Edital	10	10
Total		80	80

**Tabela de contingência 23:** gêneros e tipos discursivos: encaixe; extraída do SPSS

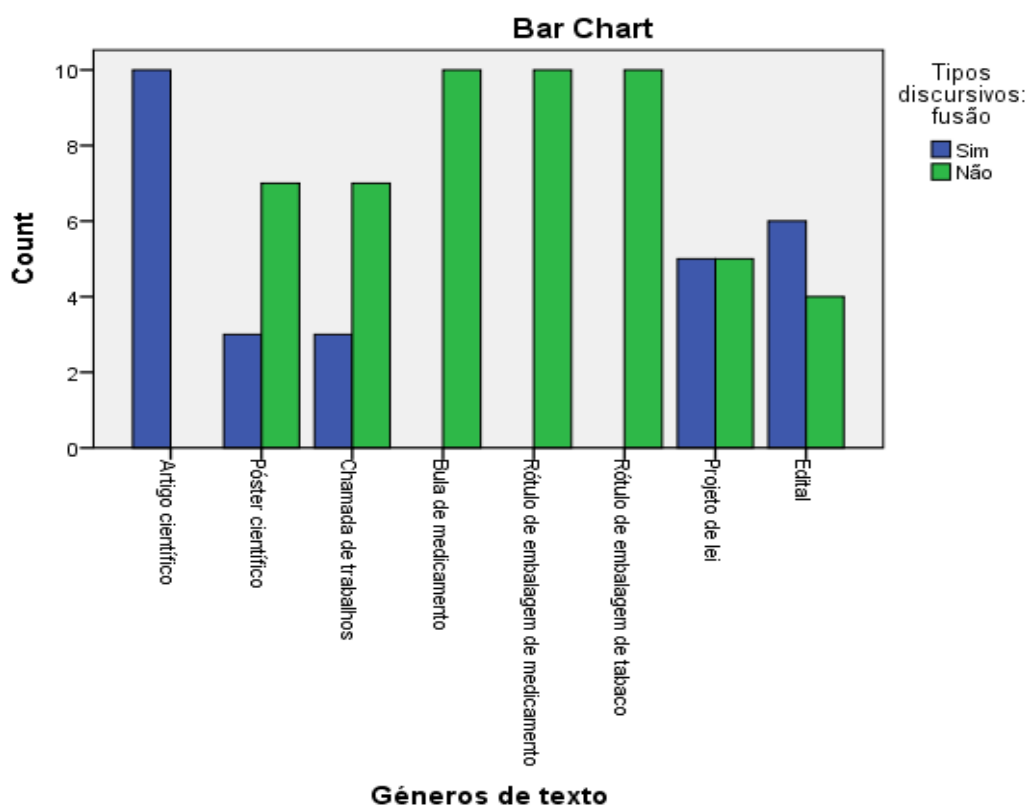


**Gráfico 23:** gêneros e tipos discursivos: encaixe; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Tipos discursivos: fusão Crosstabulation**

Count		Tipos discursivos: fusão		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	10	0	10
	Pôster científico	3	7	10
	Chamada de trabalhos	3	7	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	5	5	10
	Edital	6	4	10
Total		27	53	80

**Tabela de contingência 24:** gêneros e tipos discursivos: fusão; extraída do SPSS

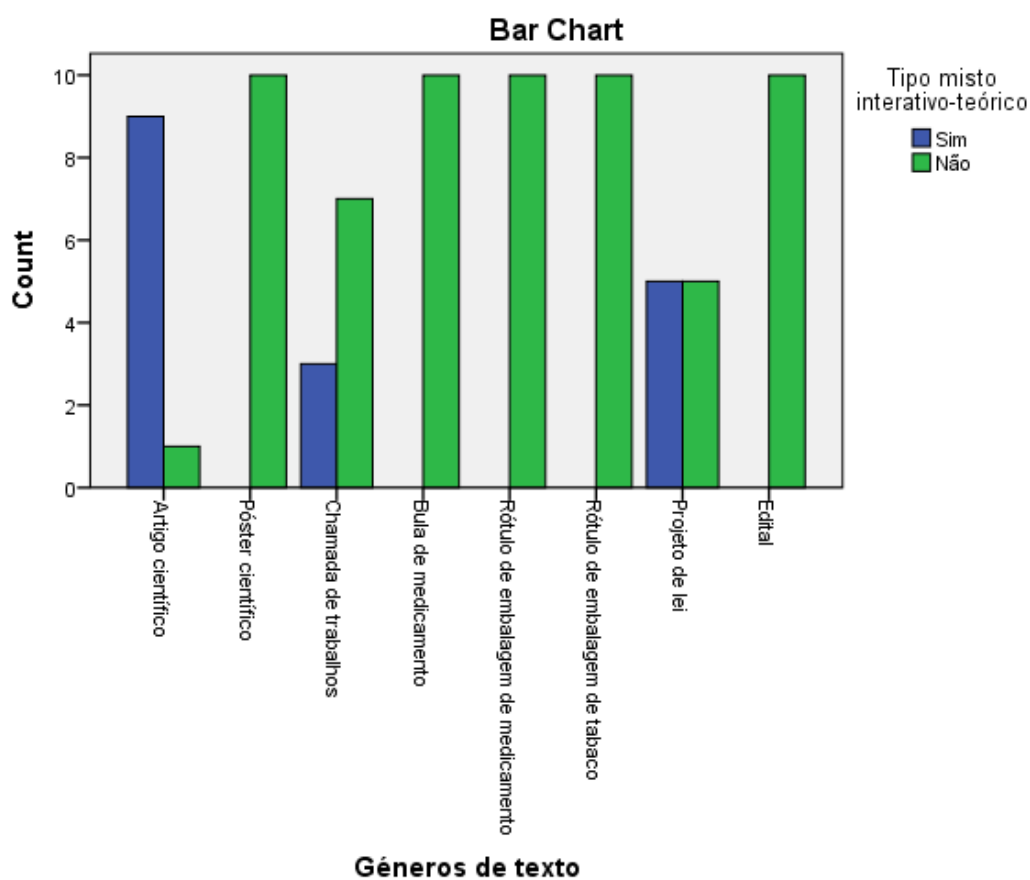


**Gráfico 24:** gêneros e tipos discursivos: fusão; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Tipo misto interativo-teórico Crosstabulation**

Count		Tipo misto interativo-teórico		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	9	1	10
	Póster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	3	7	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	5	5	10
	Edital	0	10	10
Total		17	63	80

**Tabela de contingência 25:** gêneros e tipo misto interativo-teórico; extraída do SPSS

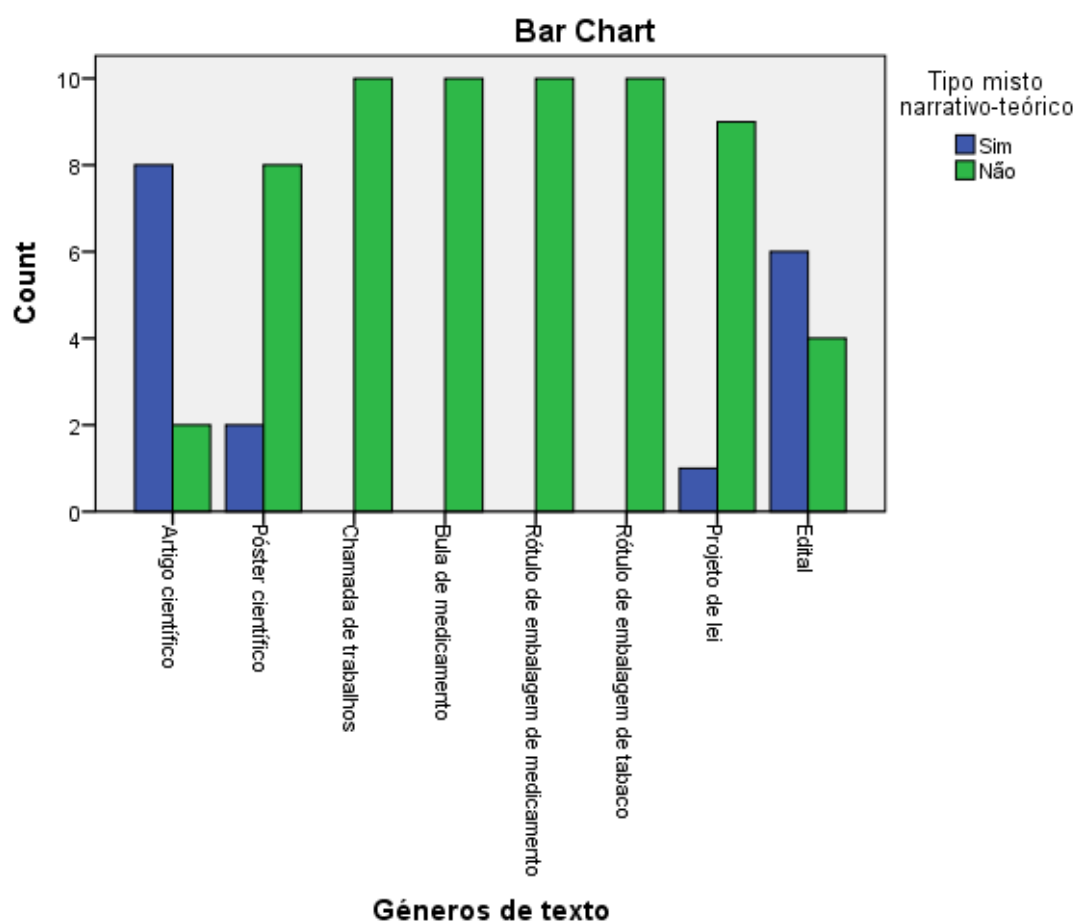


**Gráfico 25:** gêneros e tipo misto interativo-teórico; extraída do SPSS

**Gêneros de texto \* Tipo misto narrativo-teórico Crosstabulation**

Count		Tipo misto narrativo-teórico		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	8	2	10
	Pôster científico	2	8	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	1	9	10
	Edital	6	4	10
Total		17	63	80

**Tabela de contingência 26:** gêneros e tipo misto narrativo-teórico; extraída do SPSS

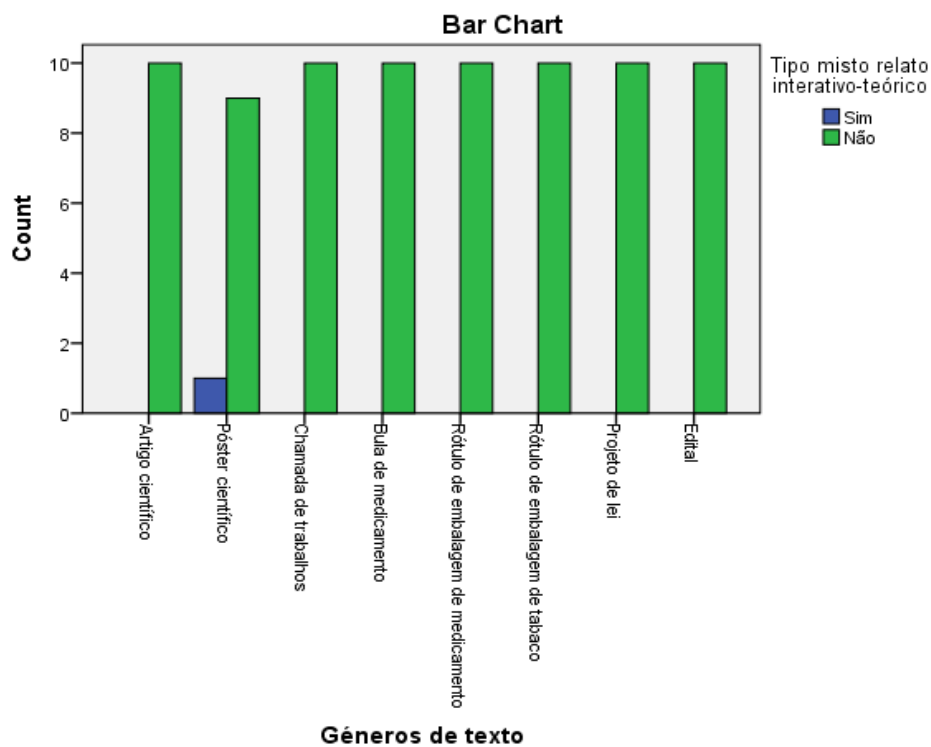


**Gráfico 26:** gêneros e tipo misto narrativo-teórico; extraído do SPSS

**Gêneros de texto \* Tipo misto relato interativo-teórico Crosstabulation**

Count		Tipo misto relato interativo-teórico		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	0	10	10
	Póster científico	1	9	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Editais	0	10	10
Total		1	79	80

**Tabela de contingência 27:** gêneros e tipo misto relato interativo-teórico; extraída do SPSS



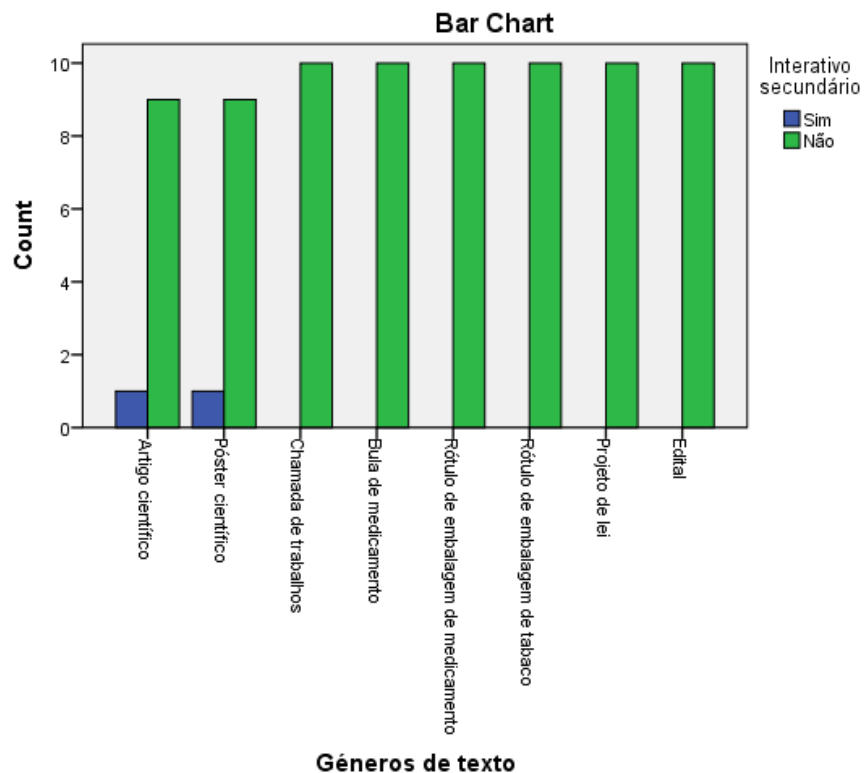
**Gráfico 27:** gêneros e tipo misto relato interativo-teórico; extraído do SPSS



**Gêneros de texto \* Interativo secundário Crosstabulation**

Count		Interativo secundário		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	1	9	10
	Pôster científico	1	9	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Edital	0	10	10
Total		2	78	80

**Tabela de contingência 28:** gêneros e interativo secundário; extraída do SPSS

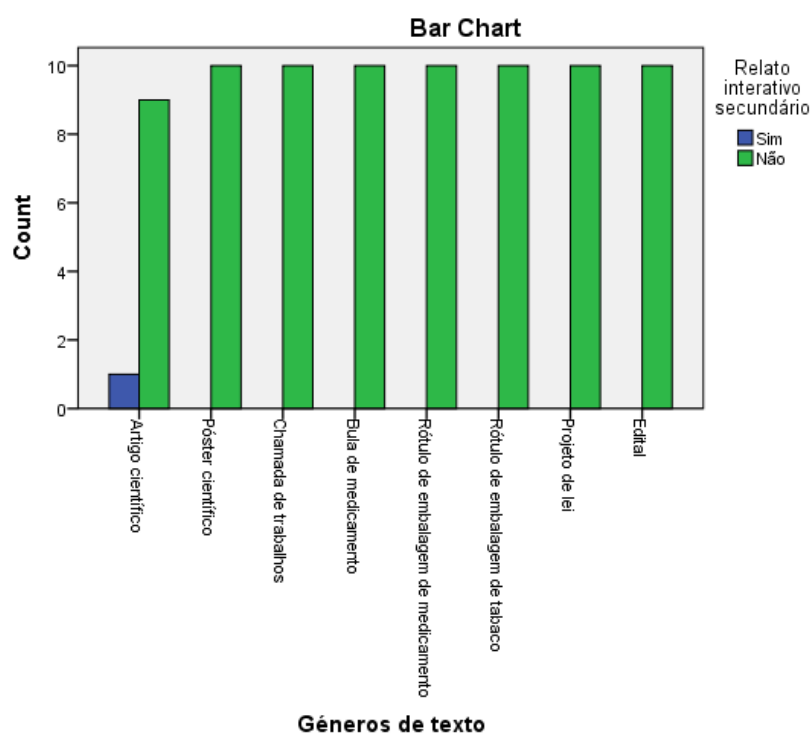


**Gráfico 28:** gêneros e interativo secundário; extraído do SPSS

### Gêneros de texto \* Relato interativo secundário Crosstabulation

Count		Relato interativo secundário		Total
		Sim	Não	
Gêneros de texto	Artigo científico	1	9	10
	Pôster científico	0	10	10
	Chamada de trabalhos	0	10	10
	Bula de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de medicamento	0	10	10
	Rótulo de embalagem de tabaco	0	10	10
	Projeto de lei	0	10	10
	Edital	0	10	10
Total		1	79	80

**Tabela de contingência 29:** gêneros e relato interativo secundário; extraída do SPSS




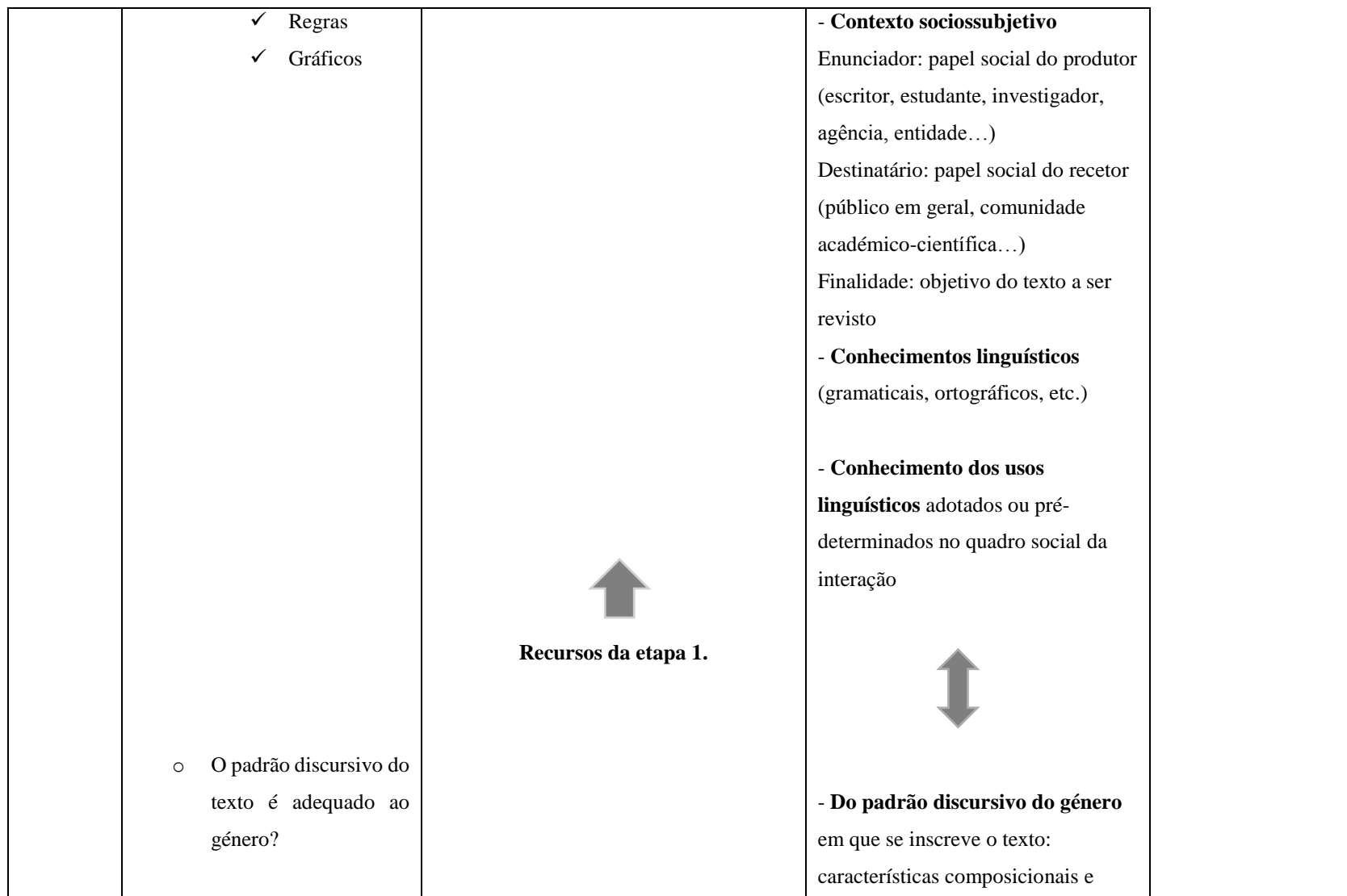
**Gráfico 29:** gêneros e relato interativo secundário; extraído do SPSS


## **Anexo 5. Instrumento para a atividade de revisão**





Instrumento para a atividade revisão de texto; elaborado e adaptado a partir de Rosa, 2015: 34-38

ETAPAS	PROCEDIMENTOS	RECURSOS	REPRESENTAÇÕES E CONHECIMENTOS	RECURSOS COGNITIVOS
1. Definição de tarefa	<b>1.1. Identificar a tarefa de revisão</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Qual é o objeto de revisão?</li> <li>Para quem, onde, quando e até quando?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Texto a ser revisto (ação de linguagem situada)</li> <li>- Materiais fornecidos pelo agente produtor da ação de linguagem ou pela entidade intermediária: <ul style="list-style-type: none"> <li>Instruções</li> <li>Guias de estilo</li> <li>Glossários</li> <li>Convenções</li> <li>Disposições legais</li> <li>Diretrizes editoriais</li> <li>Normas de instituições</li> <li>...</li> </ul> </li> <li>- Recursos do revisor (recetor da ação de linguagem): <ul style="list-style-type: none"> <li>Computador</li> </ul> </li> </ul>	<p><b>Da atividade social da tarefa de revisão e do tipo de revisão:</b> técnica; académica; literária.../ linguística; gráfica; científica; global; parcial...</p> <p><b>Do contexto físico da tarefa de revisão:</b> Produtor: individual Recetor: individual ou coletivo (indivíduo ou entidade) Lugar: empresa, casa, escritório... Momento: tempo destinado à revisão</p> <p><b>Contexto sociossubjetivo da tarefa de revisão:</b> Enunciador: revisor (trabalhador independente ou por conta de outrem)</p>	<p>MEMÓRIA A LONGO PRAZO</p> <p>MEMÓRIA DE TRABALHO</p>
	<b>1.1.1. Identificar o(s) tipo(s) de revisão a realizar e os critérios a ter em conta</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Que tipo de revisão é solicitada?</li> <li>Que materiais foram fornecidos?</li> </ul> <b>1.1.2. Identificar os recursos disponíveis</b>			

	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Tem os recursos necessários para a consecução da tarefa?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Instrumentos de normalização linguística: dicionários, gramáticas</li> <li>○ Obras de divulgação: Prontuários, manuais, vocabulários</li> <li>○ Outros recursos: dicionários enciclopédicos, dicionários especializados</li> </ul>	Destinatário: cliente (indivíduo ou entidade) Finalidade: objetivo da tarefa de revisão	
2. Avaliação	<p><b>2.1. Avaliação do texto</b></p> <p><b>2.1.1. Primeira leitura:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Em que género se inscreve o texto?</li> <li>○ Em que atividade o género é mobilizado?</li> <li>○ O género é adequado ao contexto?</li> <li>○ As características linguísticas e composicionais do texto são adequadas ao género?</li> </ul> <p><b>2.1.2. Segunda leitura:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Qual é a natureza dos problemas? <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ortográficos</li> <li>✓ Gramaticais</li> <li>✓ Vocabulário</li> </ul> </li> </ul>	<div style="text-align: center;">  <p><b>Recursos da etapa 1.</b></p> </div>	<p><b>Representações do texto a ser revisto:</b></p> <p><b>- Das atividades sociais</b> em que é mobilizado o género em que se inscreve o texto (académica, legislativa, indústria, farmacêutica...)</p> <p><b>- Do género</b> em que se inscreve o texto a ser revisto (artigo científico, dissertação, folheto informativo...); contextos de uso e características linguísticas e composicionais</p> <p><b>- Contexto físico:</b>  Produtor: quem escreveu o texto?  Recetor: para quem?  Lugar: onde foi escrito?  Momento: quando?</p>	



	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano de texto (forma e conteúdo)</li> <li>✓ Tipos discursivos mobilizados, momentos em que ocorrem e configuração linguística</li> </ul>		<p>linguísticas: plano de texto e tipos discursivos</p> <p style="text-align: center;"></p> <p><b>- Do padrão discursivo do texto a ser revisto</b></p>
3. Seleção de estratégias	<p><b>3.1 Selecionar operações adequadas à resolução dos problemas identificados</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ 3.1.1. Que operações são adequadas e devem ser efetuadas?</li> </ul>	<p style="font-size: 2em;">↑</p> <p><b>Recursos da etapa 1.</b></p>	<p>- Representações e conhecimentos das etapas anteriores (sociais, contextuais, genéricos, linguísticos, padrão discursivo...)</p> <p>- Representações de problemas e de estratégias adequadas à sua resolução</p>
4. Execução	<p><b>4.1. Executar alterações</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ De conteúdo;</li> <li>○ Linguísticas;</li> <li>○ Gráficas;</li> <li>○ Padrão discursivo.</li> <li>○ 4.1.1. Através de operações de:</li> </ul>		

	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Eliminação</li> <li>○ Adição</li> <li>○ Reformulação</li> <li>○ Inserção</li> <li>○ Comutação</li> <li>○ ...</li> </ul>			
5. Avaliação final	<p><b>5.1. Avaliação do texto revisto</b></p> <p><b>5.1.1. Última leitura:</b> <b>comparar o texto revisto com a versão inicial</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ As alterações efetuadas são adequadas?</li> <li>○ Observa-se melhoria na qualidade do texto?</li> <li>○ O padrão discursivo é adequado ao género?</li> <li>○ Há necessidade de fazer mais alterações?</li> <li>○ A revisão efetuada está em conformidade com os critérios iniciais?</li> </ul>	 <p><b>Recursos da etapa 1.</b></p>	<p>- Representações e conhecimentos das etapas 1-4</p> <p><b>Representação do texto inicial</b></p>  <p><b>Representação do texto idealizado</b></p>  <p><b>Texto revisto</b></p>  <p><b>Produto do processo de revisão</b></p>	